



# Sonda

**Thriving together**

Relatório Anual  
Integrado 2025

Este documento é uma versão em PDF do Relatório Anual Integrado 2025 da Sonae SGPS, S.A., o qual foi submetido à CMVM em 1 de abril de 2026, em formato ESEF. Foi preparado apenas por razões de conveniência e não cumpre os requisitos técnicos do formato ESEF. O ficheiro original submetido em formato ESEF, que constitui a versão final e auditada, encontra-se disponível no website da Sonae e em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt). Em caso de qualquer divergência entre este documento e o ficheiro original submetido em formato ESEF, prevalecerá este último.

Acreditamos que o futuro é humano.

Um futuro que respeita pessoas, comunidades e planeta.

Para o alcançarmos desbravamos novos caminhos e fazemos a diferença num mundo em constante mudança.

Enquanto grupo diversificado, tiramos partido das nossas competências e desafiamo-nos a criar um futuro melhor, todos os dias.

Trabalhamos para estarmos presentes, de forma única, na vida das pessoas.

É assim que deixamos a nossa marca junto dos milhões de pessoas que tocamos.

Estamos cá para criar o futuro que todos queremos e precisamos.

Sempre orientados pelos nossos Valores.

2025 foi um ano em que confirmámos que prosperamos juntos.

Thriving together traduz a nossa capacidade de transformar ambição partilhada em resultados consistentes.

Muitos caminhos, uma direção comum, sustentados pela confiança, pela colaboração e por uma execução rigorosa.

Os resultados que alcançámos merecem ser celebrados, não apenas pelo seu desempenho, mas porque reforçam a responsabilidade de continuar a elevar o impacto do Grupo, com disciplina, visão de longo prazo e compromisso coletivo.

**Criamos hoje um amanhã melhor, para todos.**



## Sobre este relatório

Este Relatório Anual Integrado apresenta uma visão abrangente do desempenho e da estratégia da Sonae no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Inclui as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e informação não financeira alinhada com os principais referenciais de sustentabilidade e de governo.

O relatório compreende o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade (incluindo o Relatório de Remunerações), as Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais e a Declaração de Sustentabilidade.

A informação apresentada neste documento cumpre os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, incluindo o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários, os regulamentos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, a Lei espanhola n.º 11/2018, de 28 de dezembro, e o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), publicado em 2018, alterado em 2020 e revisto em 2023. Não sendo ainda legalmente exigível o cumprimento da Diretiva relativa ao Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD), a Sonae alinha proativamente as suas práticas de reporte com a CSRD e com as European Sustainability Reporting Standards (ESRS), com vista a assegurar o cumprimento progressivo dos respetivos requisitos de divulgação. Adicionalmente, o presente relatório considera referenciais e normas internacionais de reporte, incluindo os requisitos do Integrated Reporting Framework e as normas do Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

A demonstração de informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais é apresentada no Capítulo 4 do presente Relatório Anual Integrado (“Demonstração de Sustentabilidade”) e, para efeitos legais, o Capítulo 4 é considerado parte integrante do Relatório de Gestão.

Este documento destina-se a um vasto conjunto de stakeholders, incluindo acionistas, investidores, analistas, colaboradores, clientes e parceiros. Reflete o compromisso da Sonae com a transparência, a responsabilidade e a criação de valor, proporcionando uma visão das operações nos vários segmentos de negócio, das iniciativas de sustentabilidade e das perspetivas futuras.

O relatório contém declarações prospetivas que refletem as perspetivas e expectativas atuais relativamente a eventos futuros, operações e desempenho financeiro. Os resultados efetivos poderão diferir em função de diversos fatores, conforme referido na secção “Gestão de risco”.

O Relatório de Gestão, o Relatório de Governo da Sociedade e as Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas foram auditados pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. A informação do Capítulo 4 (“Demonstração de Sustentabilidade”) foi objeto de um trabalho de garantia limitada, com exceção da secção 4.7 (“Outros instrumentos ESG”), que não foi objeto de procedimentos de garantia. O capítulo “Informação Adicional” não foi sujeito a auditoria nem a procedimentos de garantia.

Para mais informações, visite [www.sonae.pt](http://www.sonae.pt) ou contacte a equipa de Relações com Investidores através de [investor.relations@sonae.pt](mailto:investor.relations@sonae.pt).

# Índice

1. Relatório de Gestão	2. Relatório de Governo da Sociedade	3. Demonstrações Financeiras	4. Declaração de Sustentabilidade	Informação Adicional
<b>1.1. Em síntese</b> 8 Principais destaques O nosso portefólio Mensagem do Presidente do Conselho de Administração Mensagem da Presidente da Comissão Executiva	<b>Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</b> 48 A. Estrutura Acionista B. Órgãos Sociais e Comissões C. Organização Interna D. Remunerações E. Transações com Partes Relacionadas	<b>3.1. Demonstrações financeiras consolidadas</b> 143 <b>3.2. Demonstrações financeiras separadas</b> 243 <b>3.3. Certificações legais e relatórios de auditoria</b> 272 <b>3.4. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b> 282	<b>4.1. Informações gerais</b> 288 ESRS 2 Divulgações gerais <b>4.2. Informações ambientais</b> 335 E1 Alterações climáticas E3 Recursos hídricos e marinhos E4 Biodiversidade e ecossistemas E5 Utilização dos recursos e economia circular Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Visão geral <b>4.3. Informações sociais</b> 386 S1 Força de trabalho própria S2 Trabalhadores na cadeia de valor S4 Consumidores e utilizadores finais Desenvolvimento da comunidade <b>4.4. Informações sobre governação</b> 419 G1 Conduta empresarial <b>4.5. Anexos</b> 426 Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Metodologia e Resultados Modelo de financiamento sustentável <b>4.6. Asseguração externa</b> 455 <b>4.7. Outros instrumentos ESG</b> 458 Ratings ESG SASB Tabela de conteúdos	<b>Taxonomia de riscos críticos</b> 484 <b>Glossário</b> 487 <b>Contactos</b> 488
<b>1.2. Sobre a Sonae</b> 16 História Missão e Valores Estratégia e modelo de criação de valor Capital social e estrutura acionista Modelo de governo societário Gestão de risco	<b>Parte II: Avaliação do Governo Societário</b> 99 <b>Parte III: Relatório sobre remunerações</b> 117			
<b>1.3. Visão geral do desempenho</b> 27 Enquadramento macroeconómico Iniciativas estratégicas Desempenho dos negócios Desempenho da ação Perspetivas futuras	<b>Anexo</b> 125			
<b>1.4. Proposta de aplicação de resultados</b> 44				
<b>1.5. Declaração do Conselho de Administração</b> 45				

## Relatório de Gestão

<b>1.1. Em síntese</b>	<b>8</b>
Principais destaques	
O nosso portefólio	
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	
Mensagem da Presidente da Comissão Executiva	
<b>1.2. Sobre a Sonae</b>	<b>16</b>
História	
Missão e Valores	
Estratégia e modelo de criação de valor	
Capital social e estrutura acionista	
Modelo de governo societário	
Gestão de risco	
<b>1.3. Visão geral do desempenho</b>	<b>27</b>
Enquadramento macroeconómico	
Iniciativas estratégicas	
Desempenho dos negócios	
Desempenho da ação	
Perspetivas futuras	
<b>1.4. Proposta de aplicação de resultados</b>	<b>44</b>
<b>1.5. Declaração do Conselho de Administração</b>	<b>45</b>





Thriving together,  
multiplicamos valor.

# 1.1.

Em síntese

## Principais destaques



## Valor económico

€11,4 mil milhões

Volume de negócios  
+14,2% face a 2024

€5,1 mil milhões

Valor líquido dos ativos (NAV)  
+15,3% face a 2024

€1,2 mil milhões

EBITDA  
+17,6% face a 2024

€115 milhões

Dividendos pagos aos acionistas da Sonae  
+5,0% no dividendo por ação face a 2024

13,7%

Loan-to-value da Holding

86%

TSR a 1 ano



# Valor social e natural

**-25%** tCO<sub>2eq</sub>

Emissões de GEE  
(Âmbitos 1 e 2) face a 2022

**64%**

Consumo de eletricidade  
proveniente de fontes  
renováveis  
+3 p.p. face a 2024

**+57** mil

Colaboradores

**€36** milhões

Apoio à comunidade  
+4% face a 2024

**92%**

Embalagens de plástico  
reutilizáveis, recicláveis  
ou compostáveis  
+2 p.p. face a 2024

**72%**

Compromisso de zero  
desflorestação

**42%**

Cargos de liderança  
ocupados por mulheres

**382** mil

Beneficiários impactados  
pelos nossos projetos  
de educação



# O nosso portefólio

A Sonae é uma holding de investimentos ativa, com um portefólio diversificado de negócios líderes de mercado e uma exposição relevante ao sector de retalho e à Península Ibérica.



○○○○ Participação da Sonae em cada negócio

# Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

## Resultados sólidos num mundo em transformação

O ano de 2025 confirmou a força e a qualidade do nosso portefólio. Num contexto marcado por tensões geopolíticas, ajustamentos regulatórios, aceleração tecnológica e exigências crescentes da sociedade, alcançámos um desempenho robusto em todas as dimensões da criação de valor.

O contexto global manteve-se complexo. O comércio internacional enfrentou novas fricções, a incerteza política persistiu em várias regiões e os enquadramentos regulatórios – em particular na área da sustentabilidade – evoluíram rapidamente, com avanços e recuos. Os eventos relacionados com o clima e a evidência científica continuaram a evidenciar a urgência de enfrentar os desequilíbrios ambientais. Ao mesmo tempo, o investimento tecnológico, especialmente em inteligência artificial, acelerou a transformação estrutural em vários setores.

Neste contexto, a Sonae apresentou resultados operacionais muito sólidos, reforçou quotas de mercado, fortaleceu o seu balanço e continuou a investir na competitividade de longo prazo. O nosso progresso em 2025 reflete uma execução estratégica disciplinada, a qualidade do portefólio e o compromisso e talento das nossas pessoas.

## Criação de valor natural, social e económico

A Sonae prossegue a criação de valor através de três dimensões interligadas: natural, social e económica. Estas constituem pilares que se reforçam mutuamente e sustentam a competitividade de longo prazo e um crescimento responsável. 2025 foi um ano de progresso significativo nas três dimensões, orientado por elevados padrões e por uma forte cultura de responsabilização.

### Valor natural

Na Sonae, encaramos a responsabilidade ambiental não como uma restrição, mas como um motor de inovação, resiliência e competitividade de longo prazo, através do reforço da confiança e do sentido de propósito.

O nosso desempenho nos principais índices ESG refletiu progressos concretos em 2025. A Sonae regressou à lista “A” do Carbon Disclosure Project (CDP) para Clima, juntamente com a MC e a NOS, mantendo classificações “A-” nas áreas de Florestas e Água. No S&P Global ESG Assessment, mantivemo-nos entre os líderes do nosso setor e fomos novamente incluídos no S&P Global Sustainability Yearbook. Continuamos a utilizar este processo de benchmarking como um instrumento de melhoria contínua e de alinhamento com as melhores práticas. No seu conjunto, estes reconhecimentos confirmam a consistência e a credibilidade da nossa abordagem à sustentabilidade e à governação corporativa.



**“O ano de 2025 confirmou a força e a qualidade do nosso portefólio.”**

Para além do reconhecimento externo, a Sonae continuou a apresentar progressos mensuráveis na redução da sua pegada ambiental. Em 2025, reduzimos adicionalmente as emissões de gases com efeito de estufa em 25% face ao ano de referência (2022), suportados por iniciativas de eficiência energética, modernização de infraestruturas e aumento da produção e aquisição de energia renovável. A utilização de energia renovável aumentou para 64%, com mais de 360 instalações solares implementadas nas nossas operações. Estas iniciativas integram uma transformação mais ampla que visa incorporar a descarbonização na tomada de decisões operacionais, assegurando que o desempenho ambiental evolui em paralelo com o crescimento do negócio.

A par da descarbonização, reforçámos as nossas iniciativas de economia circular, expandindo modelos de negócio que prolongam o ciclo de vida dos produtos, incluindo equipamentos recondicionados e serviços de reparação, reduzindo assim a dependência de recursos naturais virgens. Adicionalmente, continuámos a redesenhar as embalagens de marca própria. No final de 2025, 92% das embalagens de plástico de marca própria eram reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis, um resultado que volta a afirmar a Sonae como uma referência internacional nesta área. Embora não tenhamos atingido integralmente o objetivo de 100% no prazo inicialmente definido, optámos por reconhecer publicamente essa lacuna através da campanha “Falhar foi só o início”, reafirmando o nosso compromisso com a transparência e a nossa determinação em prosseguir objetivos ambiciosos com honestidade e responsabilização.

Para além da descarbonização e da economia circular, reforçámos o nosso compromisso com a biodiversidade. Através do projeto Floresta Sonae, continuámos a recuperar áreas florestais degradadas em Portugal, abrangendo 409 hectares e plantando 535 mil árvores, compensando integralmente as emissões de gases com efeito de estufa da frota de veículos ligeiros da Sonae, ao mesmo tempo que contribuimos para a regeneração dos ecossistemas e a proteção da biodiversidade.

A sustentabilidade é uma componente estrutural da forma como operamos e crescemos. Tem vindo a assumir um papel crescente nas nossas decisões de alocação de capital e na integração de novos negócios. A recente integração da Musti, por exemplo, incluiu o alinhamento dos objetivos de sustentabilidade desde o início, refletindo a nossa convicção de que o crescimento responsável deve estar incorporado em todo o portefólio e em todas as fases de expansão.

## Valor social

Vemos o nosso papel social na sociedade como a criação de emprego que contribui para o desenvolvimento pessoal e a coesão social, abrangendo a formação e o desenvolvimento de competências, a promoção da inclusão e o reforço das comunidades em que estamos inseridos. Em Portugal, a Sonae continua a ser o maior empregador privado, sendo, por isso, um contributo particularmente relevante para o crescimento económico e a estabilidade social.

Acreditamos que a empregabilidade e a transformação de competências estão entre os desafios mais marcantes do nosso tempo, e assumimos um papel ativo na ligação entre educação, requalificação e mercado de trabalho. Lançada no final de 2024, a iniciativa New Career Network continuou a crescer em 2025, ligando mais de 22 mil utilizadores registados a formação com elevada empregabilidade e a oportunidades de trabalho. O PRO\_MOV, programa colaborativo de requalificação que desenvolvemos em parceria com instituições dos setores público e privado, continuou igualmente a expandir-se, ultrapassando 2.700 participantes e reforçando o seu papel na resposta à escassez estrutural de competências. Em conjunto, estas iniciativas refletem o nosso compromisso de longo prazo com o reforço da adaptabilidade e da inclusão da força de trabalho.

Com base neste compromisso, continuámos a investir na educação e na inovação. O Prémio Sonae Educação, agora na sua terceira edição, registou um número recorde de candidaturas e apoiou quatro projetos com um total de 150 mil euros, promovendo práticas educativas inclusivas e orientadas para o futuro. O Innovators Forum 2025 colocou a Diversidade, Equidade e Inclusão no centro da sua agenda, reunindo mais de 1.400 participantes e explorando de que forma a inclusão contribui para uma transformação sustentável.

A diversidade e a inclusão continuam a ser centrais na cultura da Sonae e no seu sucesso de longo prazo. Em 2025, as mulheres representavam 42% das posições de liderança no Grupo, refletindo o progresso contínuo rumo a uma organização mais equilibrada e representativa. Continuámos a promover a inclusão de pessoas com deficiência, contando com 457 colaboradores a contribuir ativamente em todo o Grupo no final do ano. Para além da inclusão estrutural, mantivemos mecanismos de apoio dedicados a colaboradores em situação de dificuldade pessoal ou financeira, reforçando uma cultura de solidariedade e apoio mútuo.

Em paralelo com estes esforços, a nossa transformação cultural continuou a avançar em 2025. Através de processos de gestão de desempenho redesenhados, percursos de desenvolvimento de liderança e de uma maior clareza na definição das ambições de longo prazo em todos os nossos negócios, reforçámos a responsabilização, o alinhamento e uma cultura de desempenho em todo o Grupo.

O envolvimento com as comunidades continuou a expressar a cultura de responsabilidade e participação cívica da Sonae, com 1.500 voluntários envolvidos em iniciativas Sonae For All ao longo do ano, contribuindo diretamente para as comunidades em que operamos.

## Valor económico

Após um ano de reconfiguração muito significativa do portefólio em 2024 – em particular com a aquisição da Musti, a combinação da Druni e da Arenal e a aquisição da BCF – 2025 foi um ano focado na integração e na execução consistente da estratégia. Apesar de algumas aquisições relevantes, embora de menor dimensão, em algumas unidades de negócio, o foco passou da reconfiguração do portefólio para a concretização do pleno potencial de cada negócio, através de uma gestão ativa das participações e de uma alocação rigorosa de capital.

Ao longo do ano, a Sonae avançou na execução da sua agenda estratégica em todos os negócios: reforçando a liderança competitiva nos nossos mercados, acelerando o crescimento e implementando as transformações operacionais necessárias para capturar oportunidades associadas ao digital e à inteligência artificial e reforçar a rentabilidade em todo o portefólio.

A integração da Musti e a consolidação da plataforma ibérica de saúde e beleza, composta pela Druni, Arenal e Wells, foram prioridades centrais em 2025. Foi dada especial ênfase ao alinhamento de ambições, ao reforço da governação e à promoção da colaboração em todo o Grupo, assegurando que estes negócios fossem plenamente integrados na cultura da Sonae, assente no desempenho, na disciplina de alocação de capital e na criação de valor de longo prazo.

As iniciativas de portefólio concretizadas em 2025 foram consistentes com esta abordagem orientada para a criação de valor. A NOS reforçou a sua proposta de valor no segmento B2B através da aquisição da Claranet Portugal; a Sierra reforçou a sua escala e posicionamento na gestão imobiliária na Europa através da aquisição da divisão de Real Estate Management da Unibail-Rodamco-Westfield (URW REM) na Alemanha; e a Musti expandiu a sua presença geográfica através da aquisição da ZU à MC, reforçando a sua posição na Península Ibérica. Em paralelo, a Sonae concluiu a alienação da MO e da Zippy através de um management buyout gerador de valor, permitindo a estas empresas prosseguir o seu desenvolvimento sob a liderança das respetivas equipas de gestão.

A consistência na execução traduziu-se num sólido desempenho financeiro em 2025. O volume de negócios consolidado atingiu 11,4 mil milhões de euros, crescendo 14% face ao ano anterior, enquanto o EBITDA subjacente aumentou 24%. As margens de EBITDA e EBIT também evoluíram positivamente. O resultado líquido (atribuível ao Grupo) ascendeu a 247 milhões de euros, um aumento de 11%.

Este desempenho contribuiu igualmente para um reforço adicional do balanço. A dívida líquida consolidada, incluindo responsabilidades de locação, diminuiu 3,5% para 3,2 mil milhões de euros no final do ano, enquanto o rácio loan-to-value da holding reduziu de 15,9% para 13,7%. O Net Asset Value (NAV), baseado em múltiplos de mercado e na capitalização bolsista das nossas empresas cotadas, atingiu 5,1 mil milhões de euros no final do ano, aumentando 15% face ao ano anterior e refletindo sobretudo a melhoria dos fundamentais dos negócios.

Nos últimos dois anos, partilhei a preocupação do Conselho de Administração de que a cotação da ação não refletia a criação de valor e a nossa determinação em compreender o crescente desconto face ao NAV. Na abordagem a este tema, mantivemo-nos comprometidos com medidas consistentes com os nossos critérios de criação de valor de longo prazo. A cotação da Sonae valorizou 76% ao longo do ano, superando de forma significativa os principais benchmarks, com uma dinâmica positiva a prolongar-se no início de 2026. Esta evolução refletiu uma combinação de melhoria das condições de mercado, do desempenho sustentado dos nossos negócios e de um reconhecimento mais claro, por parte dos investidores, da qualidade intrínseca do nosso portefólio, em paralelo com os nossos esforços contínuos para reforçar a transparência e o relacionamento com os mercados de capitais. A redução do desconto face ao NAV ao longo do ano foi significativa e o Conselho de Administração agradece o esforço adicional e as ações bem-sucedidas levadas a cabo pelas nossas equipas para endereçar este tema. Ainda assim, subsiste um desconto relevante, pelo que devemos continuar a trabalhar no sentido de refletir plenamente o valor intrínseco do Grupo na cotação de mercado.

O retorno total para o acionista atingiu 86% no período de um ano e 221% em cinco anos, evidenciando a capacidade sustentada de criação de valor do nosso modelo diversificado.

Estas conquistas refletem a qualidade, o profissionalismo e a ambição das equipas da Sonae.

### **Consolidar a nossa dinâmica**

Num contexto de mudança do panorama geopolítico, com realinhamentos no comércio internacional e riscos crescentes nas cadeias de valor globais, a competitividade europeia depende cada vez mais de clareza regulatória e do reforço contínuo do Mercado Único. Para a Sonae, enquanto grupo europeu, estas condições são essenciais para promover escala e sustentar o investimento de longo prazo em inovação e tecnologias de futuro. Uma Europa mais integrada reforça não só o dinamismo económico, mas também a resiliência num mundo em transformação.

Neste contexto, a Sonae mantém-se confiante no potencial de longo prazo da Europa, e em particular dos países em que temos maior exposição, para empresas capazes de combinar crescimento rentável, agilidade e solidez financeira com consciência social e ambiental.

As nossas prioridades mantêm-se claras: alocação seletiva de capital, excelência operacional, aceleração digital e tomada de decisão baseada em dados, integrando a sustentabilidade como uma fonte estrutural de vantagem competitiva, e o desenvolvimento de talento e liderança em toda a organização.

No centro deste percurso está a ambição de continuar a construir um portefólio resiliente e de elevado desempenho, onde a gestão ativa das participações e a colaboração permitem gerar valor para além do que cada negócio poderia alcançar isoladamente, assegurando retornos sustentáveis de longo prazo e criando valor económico e social relevante.

### **Agradecimento e mensagem final**

2025 foi um ano exigente, marcado por diversos desafios relevantes. O facto de as nossas equipas terem, uma vez mais, estado à altura de todos eles e de terem superado com sucesso a grande maioria enche-me de orgulho e de gratidão.

Aos meus colegas do Conselho de Administração e dos restantes órgãos de governo, deixo o meu sincero reconhecimento pelo seu contributo pessoal, pela sua experiência e pelo seu compromisso inabalável. À Comissão Executiva da holding e às comissões executivas de todas as nossas empresas, gostaria de reconhecer publicamente a sua determinação na promoção da inovação e da criação de valor em todas as circunstâncias.

Agradeço igualmente a todos os nossos acionistas e parceiros pela confiança, pela relação de longo prazo e também pelos desafios constantes, que são essenciais para o nosso progresso contínuo.

Um reconhecimento igualmente significativo é devido aos mais de 57 mil colaboradores, que diariamente demonstram o seu compromisso com a empresa, com as suas equipas e com os valores que nos orientam. É graças a eles que continuamos a renovar a nossa ambição de fazer mais e melhor, e de deixar uma marca positiva onde quer que operemos.

**Paulo Azevedo**  
*Presidente do Conselho de Administração*



**“Estamos a construir um grupo coeso de empresas líderes, com escala, capacidade e ambição para criar valor económico e social no longo prazo.”**

## Mensagem da Presidente da Comissão Executiva

2025 foi um ano extraordinário para a Sonae, reforçando a nossa confiança de que estamos a construir um grupo coeso de empresas líderes, com escala, capacidade e ambição para criar valor económico e social no longo prazo.

Após uma reconfiguração significativa do portefólio da Sonae no ano passado, nomeadamente através dos investimentos relevantes na Musti e na Druni, em 2025 os nossos esforços centraram-se na integração bem sucedida destas empresas, bem como no apoio a todos os negócios para que continuem a prosperar nos seus mercados.

Tenho orgulho em partilhar que atingimos máximos históricos, com o volume de negócios a alcançar €11,4 mil milhões, crescendo 14%, enquanto o EBITDA subjacente cresceu 24% para €1,12 mil milhões, uma melhoria da margem de 9,1% para 9,9%.

Este desempenho operacional permitiu consolidar a nossa trajetória de desalavancagem progressiva e terminar o ano com um crescimento impressionante do NAV de 15%.

### Os nossos negócios prosperaram

A MC voltou a destacar-se com um ano notável.

O segmento alimentar apresentou um desempenho excepcional, com crescimento LfL de 8,3%, impulsionado sobretudo pela forte evolução de volumes num contexto de inflação moderada. O Continente aumentou novamente a sua quota de mercado, reforçando a sua posição de liderança, incluindo nas categorias de frescos e no canal online. Este forte desempenho comercial, aliado a iniciativas extensas de eficiência, permitiu à MC atingir um EBITDA subjacente de €728 milhões, com uma melhoria de margem de 0,6 p.p. face ao ano anterior.

Em paralelo, o segmento de saúde e beleza da MC registou mais um ano de crescimento acelerado, com as vendas a crescer 12% numa base comparável, suportadas por um desempenho robusto no parque de lojas comparável e pela expansão contínua da rede de retalho. A parceria com a família Casp na Druni revelou-se um passo decisivo, estabelecendo uma plataforma líder na Península Ibérica juntamente com a Wells. Estou muito confiante no potencial de criação de valor de longo prazo desta via de crescimento num mercado com fortes tendências estruturais favoráveis.

No total, a MC registou um excelente ano, com um volume de negócios de €8,9 mil milhões, mais 16% face ao ano anterior, e um EBITDA subjacente de €957 milhões, com uma expansão de margem de 0,8 p.p.

A Worten registou um crescimento muito positivo do volume de negócios e progressos na rentabilidade ao longo do ano. O volume de negócios ultrapassou €1,5 mil milhões, suportado por ganhos contínuos de quota de mercado, crescimento online de dois dígitos e pela resiliência do negócio core. A iServices continuou a expandir a sua presença internacional, reforçando a sua posição no segmento atrativo de serviços de reparação. Em outubro, acolhemos também uma nova equipa de liderança para orientar a empresa na sua trajetória de crescimento e melhoria de rentabilidade.

A Musti apresentou um crescimento sólido de vendas, com um aumento de 14%, suportado pelo desempenho positivo nos países nórdicos e pela integração da Pet City nos Bálticos. Em dezembro, a Musti adquiriu a ZU, que opera em Portugal e que anteriormente fazia parte da MC. Com este movimento, a Musti expandiu ainda mais o seu alcance geográfico. Noruega e Finlândia destacaram-se com uma dinâmica particularmente forte, enquanto a rentabilidade apresentou sinais claros de melhoria em todas as geografias. Mantemos elevada confiança nas perspetivas de crescimento de longo prazo da Musti e na sua relevância estratégica dentro do ecossistema de retalho da Sonae.

A Sierra registou uma melhoria no resultado líquido em 2025, suportada pelo forte desempenho do seu portefólio de centros comerciais, que voltou a registar crescimento em tráfego e nas vendas dos lojistas. Em outubro, a Sierra adquiriu a divisão de Real Estate Management da Unibail-Rodamco-Westfield na Alemanha, tornando-se o segundo maior gestor de centros comerciais de terceiros no país. Este foi um passo estratégico importante para a Sierra.

A NOS conseguiu prosperar num novo ambiente competitivo e apresentou um forte desempenho operacional, com receitas superiores a €1,8 mil milhões e uma melhoria da rentabilidade subjacente. No início de 2025, a NOS deu um passo relevante ao adquirir a Claranet Portugal, reforçando a sua capacidade de servir o segmento de clientes B2B com uma ampla oferta em soluções de tecnologias de informação e comunicação.

Estes resultados notáveis refletem a força das nossas propostas de valor vencedoras, que reforçam consistentemente as posições de liderança dos nossos negócios, ao mesmo tempo que mantemos disciplina na melhoria da eficiência e na tomada rigorosa de decisões de investimento.

Este desempenho foi também impulsionado pela colaboração entre as nossas empresas, que este ano incluiu um reforço muito significativo do nosso ecossistema de consumo através de iniciativas de fidelização cruzada como o Worten Life, o Combina e o Universo+.

2025 foi também um ano importante em termos de inovação, impulsionado por melhorias nas nossas capacidades digitais e de IA, permitindo ofertas mais personalizadas, bem como formas mais eficientes de servir os nossos clientes.

Estamos confiantes na força do nosso portefólio, que se encontra bem posicionado para a criação de valor no longo prazo. É equilibrado tanto do ponto de vista geográfico como setorial, com todos os negócios a deterem posições relevantes nos seus mercados com propostas de valor sólidas, beneficiando da exposição a mercados com fortes tendências estruturais favoráveis. Olhamos para o futuro com confiança e otimismo.

## Fazemos o que está certo

Tenho também o prazer de partilhar que a Sonae voltou a ser convidada a integrar o S&P Sustainability Yearbook 2026, reconhecendo o nosso progresso contínuo em matérias ESG.

Além disso, a Sonae, a MC e a NOS foram reconhecidas pelo Carbon Disclosure Project (CDP) pelo seu trabalho no combate às alterações climáticas, integrando a prestigiada “A List”, que inclui apenas cerca de 1% das mais de 23 mil empresas avaliadas globalmente.

Foi com grande tristeza que assistimos às intempéries sem precedentes que atingiram Portugal no início de 2026, causando danos humanos e materiais significativos. Nesses momentos, o verdadeiro carácter de uma organização torna-se evidente. Tenho um enorme orgulho na forma como as equipas da Sonae responderam, mobilizando rapidamente recursos para apoiar comunidades, parceiros e fornecedores afetados, enquanto trabalharam incansavelmente para assegurar a continuidade das operações das nossas lojas e das redes de comunicações, num ambiente excecionalmente desafiante.

Na Sonae, preocupamo-nos genuinamente. Apoiar as comunidades onde operamos não é apenas uma responsabilidade: faz parte de quem somos. Agir com solidariedade, empatia e um forte sentido de dever social é inquestionável. Quando as nossas comunidades mais precisam de nós, estamos ao seu lado.

## Agradecemos o vosso apoio

A força do nosso portefólio e a resiliência dos nossos negócios, liderados por equipas de gestão talentosas e enérgicas, aliadas às alavancas de criação de valor pela pertença ao ecossistema Sonae, têm sido cada vez mais reconhecidas pelos investidores. A evolução do preço da ação da Sonae destacou-se este ano. Não poderia estar mais orgulhosa do que alcançámos e sinto-me profundamente honrada pela confiança em nós depositada. Aos nossos acionistas, agradecemos a vossa confiança contínua.

Aos nossos parceiros de negócio, agradecemos sinceramente o vosso contínuo envolvimento e colaboração, que são essenciais para o nosso sucesso comum.

E às nossas equipas, um agradecimento sentido pela vossa resiliência, dedicação e compromisso inabalável com a excelência e a integridade. O vosso esforço diário permite-nos servir melhor os nossos clientes, navegar num contexto em constante evolução e reforçar as bases da Sonae para os anos que se seguem.

Juntos continuamos a construir o amanhã, hoje!

**Cláudia Azevedo**  
*Presidente da Comissão Executiva*

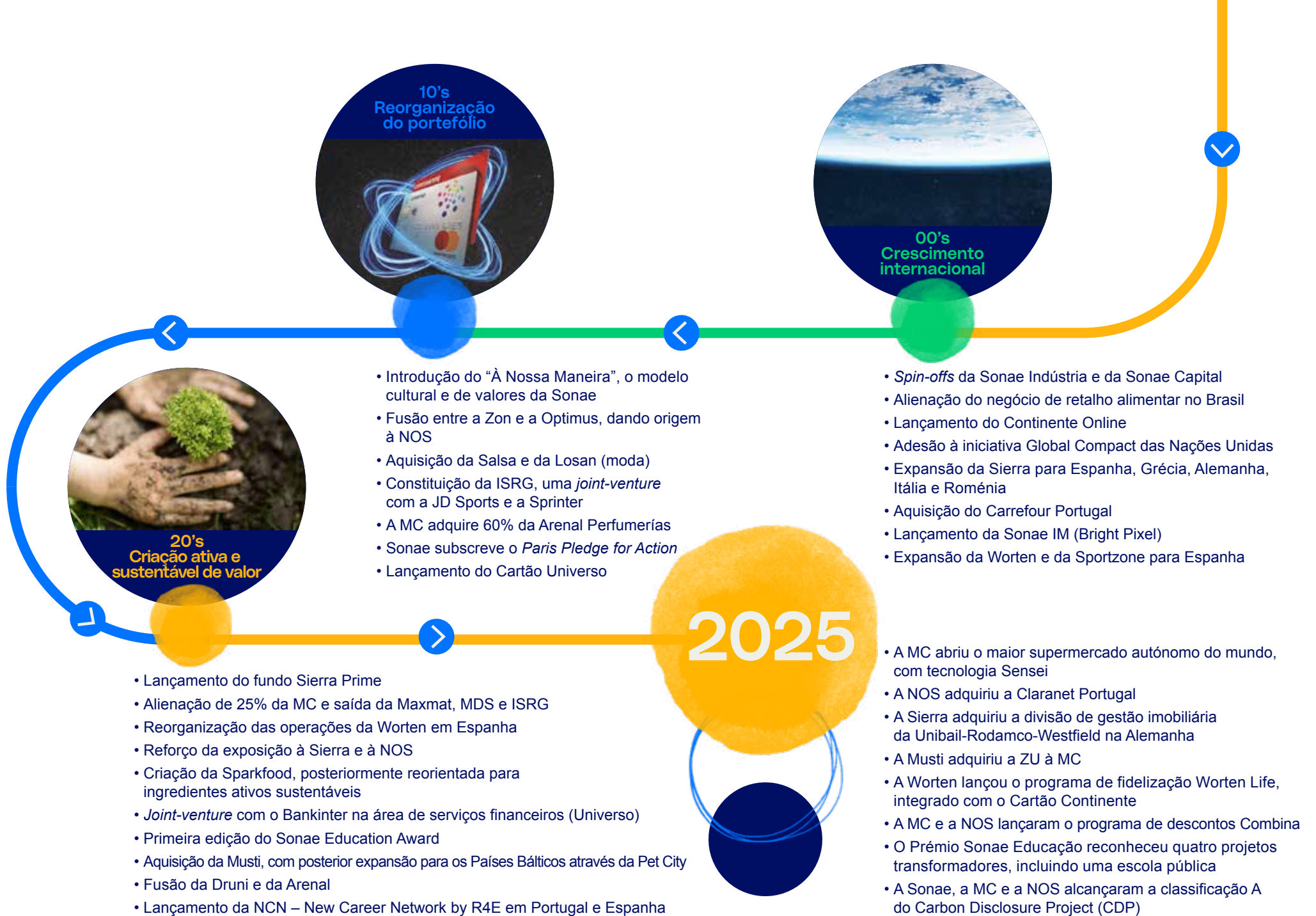
# 1.2.

## Sobre a Sonae

### História







# Missão e Valores

Na Sonae, a nossa missão é criar valor económico e social de longo prazo, levando os benefícios do progresso e da inovação a um número crescente de pessoas.

Todos os dias, damos o nosso melhor para ultrapassar expectativas, colaborando para gerar um impacto positivo nas pessoas, nas comunidades e no planeta.

Somos movidos pela ambição, curiosidade e por um espírito empreendedor. Com coragem, transformamos ideias em impacto real.

Como um grupo diversificado, aproveitamos o melhor das nossas competências e unimos forças para superar desafios e construir um futuro melhor, todos os dias.

Acreditamos no poder da diversidade. Para nós, cada pessoa é única, e o talento deve ser reconhecido, permitindo a todos a liberdade de ser quem realmente são.

Para nós, a liderança não vem da posição, mas da atitude. Liderar é inspirar, desafiar e apoiar o crescimento das nossas pessoas, equipas, negócios e comunidades.

## Thriving together, criamos valor duradouro.

A nossa missão e os nossos valores são a fundação da forma como atuamos. São a nossa essência, orientando o nosso presente e moldando o nosso futuro. Através da união e cooperação, crescemos e evoluímos, sem nunca perder aquilo que nos torna únicos.

Pensamos a longo prazo, mas agimos agora para impulsionar o crescimento sustentável e criar valor partilhado – para os nossos negócios, para as nossas comunidades e para o planeta.

Seja qual for o destino, o caminho faz-se com os nossos valores.

## Lideramos com impacto

Transformamos ambição em ação. Queremos ter um impacto profundo no presente e no futuro.



## Conduzimos o amanhã

Somos empreendedores, acima de tudo. Desafiamos o status quo e preparamos o futuro.



## Avançamos juntos

Valorizamos o talento de todos. Aprendemos com as aptidões, conhecimentos e diferentes pontos de vista para pormos em marcha as melhores ideias.



## Descomplicamos desafios

O nosso foco torna tudo mais simples. Melhoramos constantemente para sermos cada vez mais eficientes, adaptáveis e ágeis.



## Fazemos o que está certo

Comprometemo-nos em fazer o que está certo. Agimos de forma independente e transparente para tomar as decisões mais acertadas.

# Estratégia e modelo de criação de valor

A Sonae é uma holding de investimento comprometida com a geração de valor económico, social e natural superior de longo prazo.

A Sonae investe como um acionista de referência, privilegiando participações de controlo ou com influência significativa, de forma a moldar ativamente a estratégia, a governação e a alocação de capital. As empresas do portefólio são investimentos de longo prazo, com posições relevantes ou de liderança nos seus mercados, suportadas por propostas de valor sólidas e que beneficiam e contribuem para desbloquear valor adicional através de oportunidades de colaboração dentro do Grupo.

No seu conjunto, a Sonae proporciona estabilidade acionista, solidez financeira e apoio estratégico, permitindo às suas empresas prosseguir oportunidades de criação de valor no longo prazo.

## Prioridades estratégicas

A estratégia da Sonae assenta em três prioridades claras:

Maximizar o valor líquido dos ativos (NAV)	Desbloqueando todo o potencial de cada negócio através de uma gestão ativa das participações e de uma gestão de portefólio com uma perspetiva de longo prazo.
Reforçar a agilidade financeira	Mantendo um rácio loan-to-value inferior a 15%, assegurando resiliência ao longo dos ciclos económicos e preservando flexibilidade para apoiar o crescimento.
Liderar em desempenho ESG	Integrando de forma responsável os desafios ambientais, sociais e de governação na criação de valor sustentável de longo prazo.

Estas prioridades orientam a tomada de decisão, assegurando que a Sonae permanece bem posicionada para criar valor no longo prazo para todos os *stakeholders*.

## Abordagem estratégica

### Gestão ativa do portefólio através de um modelo disciplinado de alocação de capital

A Sonae apresenta um sólido histórico de crescimento, suportado por uma alocação disciplinada de capital que assegura a utilização eficiente de recursos em empresas existentes e novas, ao mesmo tempo que otimiza o portefólio através de desinvestimentos estratégicos quando criadores de valor.

As empresas existentes no portefólio participam em discussões estratégicas abrangentes para definir prioridades e planeamento financeiro de médio prazo, identificando os recursos necessários para concretizar os seus objetivos, quer por via orgânica quer através de crescimento inorgânico. Com base na antecipação das necessidades das suas empresas, a Sonae prioriza a alocação de capital, nomeadamente para oportunidades de elevado crescimento.

Esta abordagem disciplinada de alocação de capital é fundamental para manter um portefólio de empresas alinhado com a estratégia de longo prazo da Sonae, assegurando que cada negócio desempenha um papel e que o portefólio, no seu conjunto, permanece equilibrado.

Ao avaliar oportunidades de investimento, a Sonae orienta-se pelos seguintes princípios:

- **Setores com elevado potencial de crescimento**, privilegiando empresas líderes de mercado com fortes vantagens competitivas e propostas de valor diferenciadas. No atual portefólio da Sonae, a Musti, no segmento de retalho para animais de estimação, e o ecossistema de Saúde e Beleza composto pelas insígnias Wells, Druni e Arenal, integradas na MC, ilustram este posicionamento em mercados com tendências estruturais favoráveis.
- **Potencial de criação de valor através de sinergias**, tirando partido da escala, do conhecimento setorial, da solidez financeira e das plataformas de negócio da Sonae.
- **Participações com capacidade de influência**, privilegiando posições relevantes que permitam contribuir para a definição estratégica e fomentar ligações e oportunidades de colaboração entre empresas.
- **Diversificação geográfica**, com novos investimentos que reforcem a exposição internacional, suportados por fundamentos sólidos e potencial de crescimento escalável.
- **Elevados padrões de governação corporativa**, assegurando práticas de gestão robustas e alinhadas com a visão, os valores e os princípios éticos da Sonae.
- **Investimento responsável e sustentável**, apoiando as empresas no desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade que abordem riscos materiais, oportunidades e impacto de longo prazo, em linha com os objetivos ESG da Sonae.

Após a concretização de um investimento, a integração da nova empresa constitui uma etapa crítica do modelo de criação de valor da Sonae.

Para além da execução da transação, a incorporação eficaz da empresa adquirida no portefólio do Grupo é essencial para capturar plenamente as sinergias. A Sonae adota uma abordagem pragmática de integração, focada em salvaguardar o espírito empreendedor e a autonomia de cada empresa, ao mesmo tempo que promove o alinhamento de governação, prioridades estratégicas, valores, plataformas partilhadas e oportunidades de colaboração. Este processo assegura uma transição fluida, acelera a criação de valor e sustenta um desempenho sustentável no longo prazo.

### Forte envolvimento com as empresas do portefólio

A Sonae está representada nos Conselhos de Administração de todas as suas empresas e participa em diversas comissões das mesmas sociedades. Desta forma, pode acompanhar as decisões mais relevantes de cada empresa, desafiar as equipas executivas e promover oportunidades de colaboração, sem substituir o papel das respetivas equipas de gestão.

Como empresa-mãe ativa, a Sonae desempenha um papel próximo no desafio e na orientação estratégica das suas empresas participadas, tirando partido de um profundo conhecimento setorial e assegurando o alinhamento com a visão do Grupo. Esta abordagem reforça o desempenho, a competitividade e, conseqüentemente, a criação de valor de cada negócio.

A Sonae encontra-se também numa posição única para promover a colaboração entre as empresas do seu portefólio, desbloqueando fontes adicionais de valor. Como resultado, o valor gerado pelas suas empresas excede o que seria alcançado numa base isolada, significando que o valor global da Sonae é superior à soma das suas partes.

As oportunidades de colaboração são diversas e as empresas do portefólio já registaram exemplos concretos que reforçam as suas propostas de valor para o cliente, ampliam oportunidades de negócio e aceleram a adoção de inovação. Adicionalmente, a mobilidade de talento dentro do Grupo assegura a mobilização de competências alinhadas com as necessidades dos negócios e contribui para ganhos adicionais de eficiência. Em última análise, fazer parte do Grupo permite às empresas beneficiar da solidez financeira da Sonae, bem como da confiança e credibilidade construídas ao longo do tempo, reforçando a sua posição competitiva nos mercados em que operam.

### Integração de uma estratégia de sustentabilidade robusta

Reforçando o seu compromisso de longo prazo com o desenvolvimento sustentável, a Sonae e as empresas do seu portefólio continuam a implementar e a aperfeiçoar a sua Estratégia de Sustentabilidade como parte de um percurso contínuo. Construindo sobre a reavaliação das prioridades de sustentabilidade realizada em 2022, a Sonae, enquanto gestora ativa do portefólio, continua a reforçar a execução e a integração destas prioridades em todo o portefólio, suportada por um quadro analítico rigoroso e abrangente que orienta a tomada de decisão e as prioridades futuras.

Os eixos estratégicos que orientam esta estratégia – Valorizar a Biodiversidade e a Água, Promover a Circularidade, Promover o Desenvolvimento Humano, Acelerar a Descarbonização, e Gerir com Critérios ESG – funcionam como uma bússola que orienta o posicionamento, as atividades e os compromissos de sustentabilidade da Sonae em todo o seu portefólio.



Num contexto socioeconómico em constante evolução, a estratégia de sustentabilidade da Sonae foi concebida para ser adaptável, respondendo a desafios futuros e mantendo-se ancorada no conhecimento científico e em objetivos mensuráveis que assegurem o bem-estar das gerações futuras. Cada um dos cinco eixos estratégicos possui um roteiro próprio, cuidadosamente estruturado para promover progressos rumo a compromissos e metas claramente definidos. As ações e objetivos incluídos nesses planos são promovidos, discutidos e acompanhados no *Sustainability Advisory Group*, um órgão patrocinado pelo Chairman do Conselho de Administração e pela CEO da Sonae.

Esta integração está alinhada com as expectativas dos *stakeholders* e promove a criação de valor de longo-prazo, particularmente no contexto da expansão dos negócios e de aquisições. Além disso, constitui uma vantagem competitiva ao assegurar a resiliência do desempenho ESG ao longo de toda a cadeia de valor.

Ao mesmo tempo, permite à Sonae alinhar as suas práticas empresariais com objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável, nomeadamente com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS)**.



## Modelo de criação de valor



## Capital social e estrutura acionista

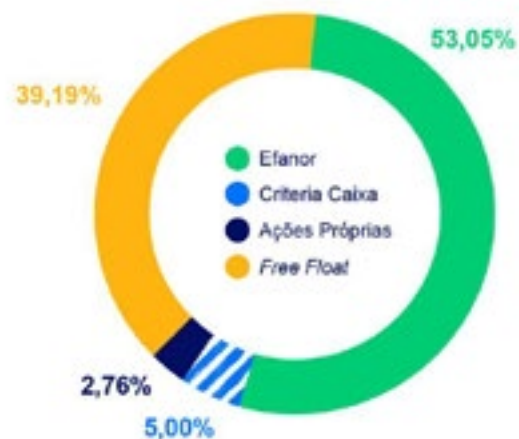
### Capital social

O capital social da Sonae ascende a 2.000.000.000 de euros, totalmente subscrito e realizado, dividido em 2.000.000.000 de ações ordinárias nominativas, cada uma com o valor nominal de 1 euro. Todas as ações representativas do capital social da Sociedade estão admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon, sob o código ISIN PTSON0AM0001.

### Estrutura acionista

A Sonae beneficia de uma estrutura acionista estável, tendo como acionista de controlo uma sociedade holding de natureza familiar. Em 31 de dezembro de 2025, as participações qualificadas, nos termos do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários e com base nas notificações recebidas pela Sociedade, eram detidas pela Efanor Investimentos, SGPS, S.E., correspondendo a 53,05% do capital social, e pela Criteria Caixa, S.A.U., correspondendo a 5,00%.

Na mesma data, a Sociedade detinha 55.221.933 ações próprias, correspondentes a 2,76% do capital social e à respetiva percentagem de direitos de voto.



## Modelo de governo da sociedade

A Sonae adota um modelo de governo da sociedade monista, no qual o Conselho de Administração detém responsabilidades de gestão, enquanto as funções de supervisão são asseguradas pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é responsável por definir a orientação estratégica da Sociedade e assegurar a boa gestão dos seus negócios, supervisionando a Comissão Executiva e contando com o apoio de comissões especializadas: a Comissão de Auditoria e Finanças, a Comissão de Nomeação e a Comissão de Remuneração. O Conselho de Administração nomeou ainda a Comissão de Ética (presidida por um Administrador Não Executivo), com competências específicas na supervisão do cumprimento do Código de Ética e Conduta da Sonae.

Eleito na Assembleia Geral de Acionistas de 2023 para o mandato 2023–2026, o Conselho de Administração é composto por doze membros, dos quais nove são administradores não executivos, incluindo cinco administradores independentes. A sua composição reflete uma combinação equilibrada de experiência, competências e diversidade, assegurando uma supervisão eficaz, independência e um processo de decisão sólido, alinhado com a dimensão, complexidade e perfil de risco do Grupo.

Em 3 de julho de 2025, João Günther Amaral renunciou ao cargo de administrador executivo, tendo sido substituído na mesma data por Eduardo Humberto Santos Piedade, designado por cooptação.

Enquanto sociedade holding, a Sonae confere um elevado grau de autonomia aos negócios do seu portefólio, que operam com as suas próprias estruturas de governo, respeitando simultaneamente princípios comuns de responsabilidade, transparência e alinhamento estratégico. A interação regular entre a equipa corporativa da Sonae e os órgãos de gestão das suas subsidiárias assegura uma supervisão coerente e uma execução consistente em todo o Grupo.

Informação adicional sobre o modelo de governo da sociedade da Sonae encontra-se disponível no Relatório de Governo da Sociedade.

\* Fonte: Informação sobre participações qualificadas com base nas últimas notificações recebidas pela Sociedade.

# Conselho de Administração

## Não-executivos

 <p><b>Paulo Azevedo</b> Presidente desde 2015</p> <p>Ano de Nomeação: 2000</p> <p>Nacionalidade: Portuguesa</p> <p>Idade: 60</p> <p>Áreas de especialidade: ESG, Retailho, Telecomunicações, Estratégia</p>	 <p><b>Ángelo Paupério</b> Administrador</p> <p>Ano de Nomeação: 2000</p> <p>Nacionalidade: Portuguesa</p> <p>Idade: 66</p> <p>Áreas de especialidade: Finanças, Retailho, Telecomunicações, Imobiliário</p>	 <p><b>José Neves Adelino</b> Administrador Sénior</p> <p>Ano de Nomeação: 2007</p> <p>Nacionalidade: Portuguesa</p> <p>Idade: 71</p> <p>Áreas de especialidade: Finanças, Internacional, Governo Societário</p>	 <p><b>Marcelo Faria de Lima</b> Administrador Independente</p> <p>Ano de Nomeação: 2015</p> <p>Nacionalidade: Brasileira</p> <p>Idade: 64</p> <p>Áreas de especialidade: Internacional, Finanças, Gestão de Portefólio, Digital</p>	 <p><b>Carlos Moreira da Silva</b> Administrador</p> <p>Ano de Nomeação: 2019</p> <p>Nacionalidade: Portuguesa</p> <p>Idade: 73</p> <p>Áreas de especialidade: Gestão de Portefólio, Indústria, Empreendedorismo</p>	 <p><b>Fuencisla Clemares</b> Administrador Independente</p> <p>Ano de Nomeação: 2019</p> <p>Nacionalidade: Espanhola</p> <p>Idade: 51</p> <p>Áreas de especialidade: Digital, Retailho, Estratégia</p>	 <p><b>Philippe Haspeslagh</b> Administrador Independente Sénior</p> <p>Ano de Nomeação: 2019</p> <p>Nacionalidade: Belga</p> <p>Idade: 75</p> <p>Áreas de especialidade: Internacional, Gestão de Portefólio, ESG, Recursos Humanos</p>	 <p><b>Eve Henrikson</b> Administrador Independente</p> <p>Ano de Nomeação: 2023</p> <p>Nacionalidade: Alemã</p> <p>Idade: 45</p> <p>Áreas de especialidade: Digital, Retailho, Internacional</p>	 <p><b>Maria Teresa Ballester</b> Administrador Independente</p> <p>Ano de Nomeação: 2023</p> <p>Nacionalidade: Espanhola</p> <p>Idade: 62</p> <p>Áreas de especialidade: Finanças, Internacional, Gestão de Portefólio</p>
---	---	---	---	---	--	---	--	--

## Executivos

 <p><b>Cláudia Azevedo</b> CEO</p> <p>Ano de Nomeação: 2019</p> <p>Nacionalidade: Portuguesa</p> <p>Idade: 55</p> <p>Áreas de especialidade: Estratégia, Gestão de Portefólio, Digital, ESG</p>	 <p><b>João Dolores</b> CFO</p> <p>Ano de Nomeação: 2019</p> <p>Nacionalidade: Portuguesa</p> <p>Idade: 45</p> <p>Áreas de especialidade: Finanças, Estratégia, Internacional</p>	 <p><b>Eduardo Piedade</b> CDO</p> <p>Ano de Nomeação: 2025</p> <p>Nacionalidade: Portuguesa</p> <p>Idade: 47</p> <p>Áreas de especialidade: Digital, Retailho, Recursos Humanos, ESG</p>
---	--	---

### Comissões do Conselho de Administração

Executivo (E) Auditoria e Finanças (A) Remuneração (R) Nomeação (N) Presidente (P) Membro (M)

### Outras Comissões e Grupos Consultivos (G.C.)

Comissão de Ética (CE) G.C. de Recursos Humanos (G.C.RH) G.C. de Sustentabilidade (G.C.S) G.C. de Gestão Risco (G.C.GR) Comissão de Coordenação de Auditoria (CCA) Comissão de Finanças (CF)

# Gestão de risco

## Como gerimos o risco

O sistema de gestão de risco da Sonae está concebido para identificar, avaliar e gerir riscos e oportunidades em todo o ecossistema de negócios, implementando medidas adequadas para mitigar riscos e capitalizar oportunidades, contribuindo para a criação de valor a longo prazo.

A tomada de risco é inerente à criação de valor, e uma gestão de risco eficaz constitui uma vantagem competitiva. Na Sonae, reconhecemos que os riscos podem desafiar o nosso modelo de negócio e os nossos objetivos estratégicos, pelo que nos focamos em convertê-los em oportunidades. A gestão de risco está enraizada na nossa cultura corporativa e constitui um pilar fundamental da nossa governação societária. É parte integrante dos nossos processos de gestão e uma responsabilidade partilhada por todos os colaboradores.



Dada a presença diversificada da Sonae em diferentes mercados e geografias, o nosso modelo de gestão de risco opera de forma dinâmica tanto ao nível das unidades de negócio como ao nível do Grupo. Está integrado nos processos de planeamento da Sonae, assegurando o alinhamento entre estratégia, processos, pessoas, tecnologia e competências. O objetivo é identificar, avaliar e gerir as ameaças e oportunidades que a Sonae e as empresas do portefólio possam enfrentar na prossecução dos seus objetivos de negócio e de criação de valor.

O Conselho de Administração supervisiona diretamente este sistema, sendo apoiado pelo Grupo Consultivo de Gestão de Risco, que coordena o processo e assegura uma visão abrangente e integrada do risco em todo o portefólio. O Conselho de Administração é responsável por monitorizar a eficácia do sistema e por assegurar a existência de procedimentos adequados para identificar, avaliar e gerir os riscos que afetam o Grupo e os seus stakeholders.

A fim de suportar esta abordagem, a Sonae implementou um modelo robusto de Gestão de Risco (Enterprise-Wide Risk Management – EWRM), estruturado em cinco etapas: (i) identificação dos riscos, (ii) avaliação dos riscos, (iii) opções de tratamento, (iv) mitigação dos riscos e (v) monitorização e reporte.



Como parte deste processo, definimos o nosso apetite ao risco – o nível de risco que a organização está disposta a assumir na prossecução dos seus objetivos estratégicos dentro de limites previamente definidos. O apetite pelo risco é determinado através da avaliação da criticidade do risco residual em conjunto com a relevância estratégica de cada atividade, considerando a materialidade do risco, o posicionamento no setor e a tolerância ao risco da organização.

Através da Matriz de Risco, avaliamos tanto a probabilidade como o impacto potencial de eventos de risco, permitindo a sua adequada priorização e a definição de respostas apropriadas. Considerando o elevado nível de maturidade do Grupo e do processo de gestão de risco, adotámos um novo modelo de matriz qualitativa 4x4 assimétrica, que posiciona os riscos em 16 quadrantes, possibilitando uma avaliação mais refinada dos níveis de risco.

Apesar da alteração do modelo de matriz, os riscos continuam a ser classificados em dois domínios principais – Riscos do Ambiente de Negócio (externos) e Riscos dos Processos de Negócio (internos) – e são avaliados como Baixo, Médio, Elevado ou Crítico, com base em critérios de probabilidade e impacto definidos pelo Grupo. Esta abordagem permite-nos priorizar os riscos de forma eficaz e apoiar a mitigação dos riscos mais significativos.





Todos os riscos são monitorizados pelos Diretores de Área. Para os riscos críticos – aqueles com elevada probabilidade de ocorrência e impacto significativo – é nomeado um responsável ao nível do Conselho de Administração e um *deputy* (Diretor da Área) para definir planos de mitigação e de resiliência e estabelecer os respetivos indicadores-chave de risco (KRI - *Key Risk Indicator*). Para cada KRI são definidos o apetite ao risco, a tolerância e os limiares máximos, em conformidade com as orientações da Comissão Executiva. Este plano é integrado nos processos,

procedimentos e sistemas através de limites e mecanismos de controlo definidos. As tendências dos riscos são avaliadas ao longo de cada ciclo de três anos, de forma a antecipar a sua evolução.

Relativamente aos riscos críticos externos, reconhecendo o controlo direto limitado sobre os mesmos, o Conselho de Administração avalia o seu potencial impacto nos negócios e incorpora-os nos processos de tomada de decisão. No caso dos riscos críticos internos, o Conselho de Administração assegura a existência de controlos e mecanismos de mitigação adequados. Esta abordagem proativa permite gerir, eficazmente, os riscos críticos, prevenindo que representem uma ameaça para o Grupo e para as empresas do seu portfólio. Os riscos críticos têm, tipicamente, uma natureza de longo prazo e são revistos anualmente.

Ao longo de 2025, a equipa de gestão de risco coordenou a implementação do exercício de EWRM, assegurando a consistência de metodologias, práticas e calendários. O processo seguiu um ciclo estruturado:

- **Primeiro trimestre:** Identificação dos riscos com potencial impacto na Sonae e desenvolvimento do dicionário de riscos e da respetiva taxonomia.
- **Segundo trimestre:** Avaliação dos riscos pela Comissão Executiva, seguida de análise, calibração e aprovação pelo Conselho de Administração. No âmbito desta aprovação, resultou a matriz de risco de 2025, a identificação dos riscos críticos e a nomeação dos respetivos responsáveis. Neste exercício, foi identificado um novo risco crítico: Instabilidade política e disrupção geoeconómica.
- **Segundo semestre:** Os responsáveis pelos riscos críticos identificaram as causas-raiz, definiram opções de resposta, implementaram planos de mitigação, estabeleceram indicadores de risco e reportaram o progresso alcançado.

O ciclo anual de avaliação de risco e de impacto financeiro foi concluído em conformidade com o modelo EWRM.

Foi igualmente avaliada a adequação dos procedimentos destinados a assegurar o cumprimento da legislação de proteção de denunciante (Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro) e do regime geral de prevenção da corrupção (Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro). Em conformidade com estes requisitos, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas será revisto e atualizado em 2026.

Adicionalmente, a Sonae está exposta a riscos financeiros, como riscos cambiais, de mercado e de capital próprio, os quais são devidamente identificados e geridos. Informações adicionais encontram-se disponíveis nas notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.



## Riscos emergentes e o seu impacto no negócio

Para além da priorização dos riscos atuais, monitorizamos e avaliamos ativamente os riscos emergentes que possam impactar os nossos objetivos estratégicos. Estes referem-se a potenciais ameaças ou oportunidades que ainda estão em desenvolvimento ou não se materializaram na sua totalidade, resultando frequentemente de desenvolvimentos tecnológicos, geopolíticos ou regulatórios.

Como parte do nosso processo de gestão de risco, adotamos uma abordagem prospetiva, acompanhando o ambiente externo e tirando partido de insights provenientes de tendências do setor e de pesquisas técnicas, de forma a integrar estes riscos no modelo global de gestão de risco e assegurar a preparação e a definição de respostas robustas.

### Consequências adversas da IA e tecnologias de fronteira

Em 2025, continuámos a monitorizar as potenciais consequências adversas associadas à rápida adoção global da Inteligência Artificial e de tecnologias de fronteira. Tecnologias como a IA generativa, a biotecnologia, a geoengenharia e as interfaces cérebro-computador expõem as organizações a novas vulnerabilidades de natureza ética, de segurança e de propriedade intelectual.

A Sonae, empenhada numa utilização responsável, ética e segura da Inteligência Artificial tem em curso um projeto de cumprimento dos requisitos do Regulamento da IA, que prevê a implementação de um Programa de Inteligência Artificial Responsável. Este programa estabelece medidas de governação, bem como medidas técnicas e organizativas, destinadas a promover uma utilização da IA fiável e em conformidade. Inclui ainda, quando aplicável, mecanismos para limitar o acesso a capacidades sensíveis de IA, assegurar a transparência através da identificação adequada de conteúdos gerados por IA ou de resultados apoiados por sistemas de IA, monitorizar o desempenho dos modelos de IA ao longo do seu ciclo de vida, e avaliar riscos relacionados com enviesamentos ou resultados injustos.

O programa promove igualmente a responsabilidade ambiental nos sistemas de IA, disponibiliza canais para a comunicação de preocupações relacionadas com decisões suportadas por IA e avalia o contributo das iniciativas de IA para os objetivos de sustentabilidade.

Consciente de que a falta de literacia em IA amplifica os riscos associados a estas tecnologias – podendo conduzir a decisões erróneas, perda de competitividade e impactos humanos, ambientais e económicos, como desemprego, deslocação e problemas de saúde -, a Sonae promove, proativamente, a literacia em IA. Para o efeito, desenvolve iniciativas como a Comunidade de Prática para IA Generativa, sessões de formação, teóricas e práticas, bem como sessões individuais (AI Clinics).

Além disso, a Sonae adotou uma Política de Adoção e Utilização Responsável de Inteligência Artificial, que visa estabelecer os compromissos fundamentais da empresa com o desenvolvimento e utilização da IA, em conformidade com as orientações definidas no Regulamento da IA (para mais detalhes sobre as medidas de mitigação deste risco, consulte a Secção de Riscos Tecnológicos).

A sensibilização e a formação dos colaboradores sobre a utilização ética e segura da IA constituem uma componente integrante deste programa, o qual é objeto de revisão e melhoria contínua.

### Conflitos interestatais com consequências regionais

In 2025, geopolitical instability and rising tensions increased the likelihood of conflicts with  
Em 2025, a instabilidade geopolítica e o aumento de tensões elevaram a probabilidade de ocorrência de conflitos com dimensões económicas, militares, sociais ou cibernéticas. Estes conflitos podem perturbar cadeias de abastecimento, restringir o acesso a mercados e afetar a continuidade das operações e a rentabilidade.

Embora a nossa exposição seja mitigada através da monitorização proativa dos desenvolvimentos geopolíticos e do diálogo institucional com autoridades nacionais e europeias, o risco mantém-se dinâmico. A Sonae continua a reforçar o seu envolvimento em fóruns europeus e globais focados na resiliência das cadeias de abastecimento e no risco geopolítico, mantendo relações próximas com embaixadas, câmaras de comércio e organizações multilaterais, de forma a reforçar a sua capacidade de análise e antecipação do contexto político.

### Instabilidade política e disrupção geoeconómica

A instabilidade política, as políticas protecionistas e a utilização estratégica de instrumentos económicos – incluindo sanções, tarifas, restrições ao investimento e controlos às exportações – podem restringir o acesso a mercados, distorcer a concorrência e perturbar as cadeias de abastecimento. Estas dinâmicas podem gerar pressões inflacionistas, afetando os custos, as margens e o crescimento sustentável.

Este risco está estreitamente associado a conflitos entre Estados com consequências regionais, uma vez que ambos refletem o agravamento das tensões geopolíticas e a crescente utilização de mecanismos económicos e políticos como instrumentos de poder.

A Sonae mitiga a sua exposição através do seu portefólio diversificado e da sua presença geográfica.

# 1.3.

## Visão geral do desempenho

### Contexto macroeconómico

O ano de 2025 decorreu num contexto macroeconómico global complexo, marcado por períodos de maior volatilidade, mas também por alguns sinais de estabilização. A incerteza geopolítica manteve-se elevada, num contexto em que o conflito na Ucrânia permaneceu num impasse, a instabilidade no Médio Oriente se intensificou e a atenção global se deslocou para os Estados Unidos com a entrada em funções de uma nova administração e alterações na orientação da política externa. A introdução de novas medidas tarifárias que afetaram várias economias, incluindo a União Europeia, contribuiu para um enquadramento do comércio internacional mais exigente, em particular para os setores exportadores, embora alguns acordos comerciais tenham sido alcançados ao longo do ano.

Em paralelo, o investimento tecnológico, em particular em inteligência artificial, continuou a acelerar a nível global, apoiando ganhos de produtividade de longo prazo e reforçando a competitividade em múltiplos setores. No entanto, a dimensão e a rapidez deste investimento, a par do forte aumento das valorizações bolsistas no setor tecnológico, sobretudo entre empresas expostas a atividades relacionadas com a inteligência artificial, contribuíram também para um aumento das preocupações quanto a uma potencial maior volatilidade nos mercados financeiros.

Neste contexto, o crescimento económico da zona euro registou uma melhoria gradual, sustentada sobretudo pelo consumo privado. Mercados de trabalho resilientes, baixos níveis de desemprego e crescimento contínuo dos salários reais contribuíram para sustentar o consumo das famílias, enquanto as pressões inflacionistas permaneceram globalmente contidas. Este enquadramento permitiu ao Banco Central Europeu adotar uma orientação mais acomodatória da política monetária, contribuindo para uma maior previsibilidade das taxas de juro. Neste quadro geral, as condições económicas revelaram-se relativamente favoráveis nos mercados europeus em que a Sonae opera, ainda que com dinâmicas de crescimento diferenciadas.

A Península Ibérica assumiu relevância como uma das regiões mais dinâmicas da Europa, com Portugal e Espanha a destacarem-se no contexto europeu. Em Portugal, a atividade económica cresceu 1,9%, impulsionada pelo forte desempenho do consumo privado, que aumentou 3,5%. O mercado de trabalho deu um contributo particularmente significativo, com o emprego a crescer

2,3%, refletindo a continuidade dos fluxos migratórios. Em simultâneo, o crescimento sólido dos salários, aliado a medidas governamentais de apoio ao rendimento das famílias, traduziu-se numa forte expansão do rendimento disponível, reforçando o poder de compra e sustentando a dinâmica do consumo.

Uma tendência semelhante foi observada em Espanha, que se manteve como um dos principais motores do crescimento da zona euro. A economia espanhola cresceu 2,8%, com o consumo privado novamente a assumir o papel de principal fator de crescimento (+3,4%). Este desempenho foi suportado por um mercado de trabalho resiliente, com o emprego a crescer 2,7% e a taxa de desemprego a manter a trajetória descendente, atingindo 10,5%, ainda assim um nível elevado no contexto europeu. Tal como em Portugal, o rendimento disponível das famílias registou um crescimento sólido. Espanha beneficiou também da recuperação do investimento e de um forte desempenho das exportações, reforçando a dinâmica de crescimento económico.

As economias nórdicas proporcionaram um enquadramento macroeconómico complementar, caracterizado por elevados níveis de rendimento, mercados de consumo consolidados e instituições sólidas, com a recuperação a avançar a ritmos distintos na região. Na Finlândia, a atividade económica manteve-se globalmente estável, com o PIB a crescer 0,2%. O consumo privado diminuiu ligeiramente, refletindo um mercado de trabalho mais frágil e uma maior prudência por parte dos consumidores. A Suécia confirmou a recuperação económica após a expansão moderada do ano anterior, com o PIB a crescer 1,5%. Apesar de um mercado de trabalho ainda desafiante, o emprego aumentou ligeiramente, enquanto a redução da inflação e a recuperação gradual do poder de compra sustentaram um crescimento de 1,6% do consumo privado. A Noruega manteve-se como a economia mais resiliente da região, com o PIB continental a crescer 1,8%, sustentado pelo consumo privado (+2,7%) e por um mercado de trabalho comparativamente mais robusto.

Na Alemanha, após dois anos consecutivos de recessão, a economia voltou a crescer, ainda que marginalmente, assinalando o início de uma recuperação gradual. Embora o crescimento global se tenha mantido moderado, o consumo privado revelou relativa resiliência, aumentando 1,6%. Apesar dos desafios estruturais em curso, a dimensão, profundidade e diversificação da economia alemã continuam a posicioná-la como uma referência central no panorama económico europeu.

As economias bálticas apresentaram um desempenho misto, mas globalmente com evolução positiva. Na Letónia, a recuperação gradual observada no ano anterior prosseguiu, com o PIB a crescer 2,1%, apesar de o consumo privado ter permanecido relativamente estável. A Estónia seguiu uma trajetória semelhante, com a economia a continuar a recuperar da contração registada anteriormente, embora o consumo privado tenha permanecido contido e com dificuldade em ganhar dinamismo. A Lituânia destacou-se na região, com o crescimento económico a atingir 2,9%, apoiado pelo consumo privado, que aumentou 2,0%, refletindo a melhoria das condições das famílias.

De um modo geral, as economias europeias continuaram a consolidar a sua recuperação, embora a ritmos distintos e com fatores de crescimento diferenciados. Neste contexto, as economias ibéricas destacaram-se pelos contributos relevantes para o crescimento, enquanto as economias nórdicas e do norte da Europa proporcionaram um enquadramento de estabilidade e resiliência nas principais geografias em que a Sonae opera.

Fonte: Eurostat e institutos nacionais de estatística

# Iniciativas estratégicas

## Evolução do portefólio

Durante o ano, a Sonae continuou a moldar ativamente o seu portefólio através de transações direcionadas em várias áreas de negócio. Estas operações reforçaram o posicionamento estratégico e competências específicas em mercados e segmentos selecionados, apoiando a expansão de plataformas estratégicas, o crescimento de atividades baseadas em serviços e a consolidação de posições de liderança em Portugal e a nível internacional.

### Aquisição da Claranet Portugal pela NOS (janeiro)

**A NOS chegou a acordo para adquirir 100% da Claranet Portugal por €152 milhões. Presente em Portugal desde 2005, a Claranet estabeleceu uma posição de liderança em serviços tecnológicos, com receitas totais de €205 milhões e um EBITDA de €15 milhões no exercício de 2024.**

Esta transação reforçou as capacidades da NOS em serviços de IT, expandindo a sua proposta de valor em áreas como *Cloud*, *Workplace*, Cibersegurança e Data & AI. A Claranet serve uma ampla base de clientes empresariais e institucionais e possui experiência reconhecida na prestação destes serviços.

Após a aquisição, a Claranet Portugal continua a operar de forma autónoma, preservando a sua marca, equipa de gestão e estrutura organizacional. A transação reforçou a estratégia da NOS de se afirmar como um dos principais operadores nacionais em comunicações e serviços tecnológicos, ao mesmo tempo que acelera o crescimento num segmento estruturalmente em expansão.

### Aquisição da ZU pela Musti (dezembro)

**A Musti celebrou um acordo com a MC para adquirir a ZU, a marca portuguesa especializada no retalho de produtos e serviços para animais de estimação. A transação reforçou a posição da Musti como um grupo europeu relevante de pet care, expandindo a sua presença para além dos países nórdicos e bálticos e reforçando a sua posição no mercado português.**

No final do ano, a ZU operava 65 lojas em Portugal, incluindo 24 com clínicas veterinárias integradas, continuando a operar sob a sua marca atual. A ZU mantém a sua proposta de valor ao cliente e a integração no ecossistema da MC, incluindo a participação no programa Cartão Continente.

Após a aquisição, a Musti passou a operar uma rede presente em sete países, com vendas anuais superiores a €500m. Para a Sonae, a transação permitiu consolidar as atividades de retalho *pet care* numa única plataforma especializada e criar as condições para a próxima fase de crescimento da ZU.

### Aquisição da URW REM pela Sierra (outubro)

**A Sierra concluiu a aquisição da divisão de *real estate management* da Unibail-Rodamco-Westfield (URW REM) na Alemanha, reforçando a sua plataforma de gestão imobiliária num dos maiores mercados imobiliários da Europa.**

Após a transação, a Sierra passou a ser o segundo maior gestor de centros comerciais de terceiros no país, gerindo 18 ativos com mais de 700 mil m<sup>2</sup> de área bruta locável e recebendo mais de 120 milhões de visitantes por ano. Esta aquisição expandiu a presença da Sierra e aumentou a relevância da Alemanha no seu portefólio de serviços, que passa agora a representar uma parcela significativa das receitas de serviços.

A integração da URW REM reforçou também a plataforma integrada de serviços da Sierra, com cerca de 180 profissionais a juntarem-se à organização. A transação apoiou a estratégia da Sierra de escalar internacionalmente o seu negócio de gestão de ativos imobiliários de terceiros, reafirmando o compromisso de longo prazo com o mercado alemão e consolidando a sua posição como um dos principais operadores europeus de serviços imobiliários.

### Alienação da MO e da Zippy (maio)

**A Sonae chegou a acordo para a alienação das suas marcas de moda MO e Zippy a um consórcio composto pela equipa de gestão destes negócios, liderada pelo CEO da MO, e pelo fundo Mercúrio, gerido pela Oxy Capital. A transação foi estruturada como um *management buy-out* (MBO) e resultou em proveitos de aproximadamente €20 milhões para o Grupo.**

A MO e a Zippy são marcas bem estabelecidas, com um longo percurso de desenvolvimento na Sonae, tendo sido fundadas em 1995 e 2004, respetivamente. Ambas as marcas detêm posições de liderança nos seus segmentos em Portugal e mantêm uma presença internacional relevante, suportada por modelos de negócio multicanal.

Para a Sonae, a transação esteve alinhada com a sua estratégia de gestão ativa de portefólio, permitindo a alienação de ativos não core e criando simultaneamente condições para que a MO e a Zippy entrem na sua próxima fase de desenvolvimento sob uma estrutura acionista totalmente dedicada ao seu crescimento de longo prazo.

## Iniciativas transversais ao Grupo

As iniciativas transversais ao Grupo são projetos liderados pelos negócios que refletem prioridades estratégicas partilhadas e colaboração entre diferentes áreas. Estas iniciativas tiram partido de ganhos de escala, de capacidades complementares e do ecossistema da Sonae para desenvolver plataformas e soluções comuns que aceleram a inovação e geram benefícios tangíveis para os negócios participantes e para os seus clientes.

### Combina: um programa de descontos multissetorial



CONTINENTE + galp + NOS

Lançado no final de 2025, o Combina é uma oferta integrada e multissetorial desenvolvida em parceria entre a MC, a NOS e a Galp, reunindo retalho alimentar, combustíveis, eletricidade, gás e telecomunicações numa única proposta de valor para o cliente. A iniciativa combina três marcas líderes para proporcionar aos clientes um modelo diferenciado de poupança.

O Combina funciona como um programa de descontos cruzados entre as insígnias Continente, NOS e Galp, permitindo aos clientes acumular saldo no Cartão Continente através do consumo quotidiano nestes serviços e utilizar essas poupanças em compras nos supermercados Continente e em combustível nas estações Galp. O programa está estruturado em diferentes níveis de participação, com poupanças mais elevadas à medida que os clientes combinam mais serviços, proporcionando poupanças recorrentes e cumulativas em despesas essenciais do agregado familiar.

Ao combinar a colaboração entre negócios da Sonae com uma parceria estratégica com a Galp, líder de mercado no seu setor, o Combina permite desenvolver uma oferta escalável e centrada no cliente, abrangendo múltiplas categorias essenciais de consumo.

### Solução de segurança residencial Worten–NOS



Em fevereiro, a Worten lançou uma solução de alarme residencial em parceria com a NOS, suportada pela experiência da Securitas em segurança e monitorização, alargando a oferta de serviços da Worten para o lar. A iniciativa combina a presença comercial da Worten e a sua plataforma de serviços com as capacidades de conectividade e tecnologia da NOS.

O serviço está disponível através dos canais físicos e digitais da Worten e inclui instalação profissional e monitorização 24/7, proporcionando uma solução de segurança residencial escalável para clientes particulares.

### Worten Life: ecossistema de fidelização integrado com o Cartão Continente



Lançado em outubro, o Worten Life integrou a proposta de fidelização da Worten com o programa Cartão Continente, reunindo duas das principais marcas da Sonae – Worten e Continente.

A iniciativa introduziu uma experiência de fidelização omnicanal mais integrada e centrada no cliente, permitindo aos clientes acumular e utilizar saldo do Cartão Continente nas compras na Worten, beneficiar de descontos numa rede de cerca de 3.500 parceiros,

usufruir de períodos de devolução alargados de 15 para 30 dias e aceder ao histórico digital de compras e faturas. Com cerca de 3 milhões de clientes, o Worten Life reforçou o envolvimento omnicanal e simplificou as interações com os clientes entre marcas.

Ao ligar o programa de fidelização da Worten ao Cartão Continente, o Worten Life reforçou as sinergias entre negócios e contribuiu para um maior envolvimento dos clientes no ecossistema de retalho da Sonae.

### MC–Musti: colaboração operacional e sinergias



Durante 2025, a MC colaborou com a Musti para gerar sinergias operacionais, tirando partido da escala, do conhecimento e das plataformas da MC para apoiar o desenvolvimento da Musti no seio do Grupo.

Entre as principais iniciativas destacaram-se a introdução da Smaak, marca própria de alimentação para animais da Musti, nas lojas Continente, a partilha de conhecimento nas áreas de logística e cadeia de abastecimento e o acesso facilitado ao escritório da MC na China para apoiar atividades de *sourcing*. Estas iniciativas refletem uma abordagem pragmática de colaboração dentro do Grupo, promovendo a transferência de conhecimento e o apoio operacional, preservando simultaneamente a autonomia da Musti.

## Universo+: reforço da proposta de valor do cartão de crédito



O Universo lançou o Universo+, uma evolução do Cartão Universo, com uma proposta de valor atualizada e uma identidade visual renovada. O Universo+ apresenta uma integração reforçada com o programa de fidelização Cartão Continente, aumentando os descontos acumulados em compras nas lojas Continente de 1% para 5%.

Esta iniciativa conjunta entre o Universo e a MC reforçou a atratividade do programa Cartão Continente para os clientes do retalho alimentar. Em conjunto com a possibilidade de utilizar benefícios em várias marcas da Sonae, contribui para reforçar a retenção de clientes e aprofundar o seu envolvimento no ecossistema de retalho do Grupo.

## Mariana: assistente digital inteligente para clientes Continente



O Continente lançou a “Mariana”, a primeira assistente virtual desenvolvida para uma cadeia de retalho alimentar em Portugal, com um elevado nível de personalização e interação em linguagem natural. Disponível 24/7 no Continente Online e na app Cartão Continente, a Mariana fornece apoio imediato e personalizado aos clientes, reforçando a experiência de serviço omnicanal.

Desenvolvida em parceria com a Automise, empresa do portefólio da Bright Pixel, a Mariana combina o conhecimento do Continente sobre as jornadas de cliente com capacidades avançadas de IA generativa e agentes conversacionais. A assistente virtual suporta um vasto conjunto de interações com clientes, incluindo consultas relacionadas com encomendas e recuperação de cupões, ajudando simultaneamente a reduzir a pressão sobre os canais tradicionais de atendimento e a melhorar a eficiência operacional.

## Loja inteligente Continente com tecnologia da Sensei



Em janeiro, a MC inaugurou o Continente Bom Dia São Romão (Leiria), o maior supermercado autónomo do mundo, desenvolvido em parceria com a Sensei, empresa do portefólio de investimentos da Bright Pixel. A loja, com 1.200 m<sup>2</sup>, representa um marco na inovação tecnológica no retalho, combinando experiência de retalho alimentar com inteligência artificial avançada e tecnologia baseada em sensores.

Suportada pela IA da Sensei, por visão computacional e por soluções de checkout autónomo, a loja proporciona uma experiência de compra fluida, permitindo aos clientes entrar, escolher os produtos e sair sem necessidade de leitura manual. Ao mesmo tempo, mantém assistência de vendas e opções híbridas de pagamento para garantir inclusão. O modelo elimina filas e erros de leitura, permite acompanhar os cestos de compras em tempo real e gera informação operacional relevante, apoiando simultaneamente a eficiência operacional e a conveniência para o cliente. O projeto foi apoiado por financiamento do PRR, em linha com as prioridades nacionais de digitalização.

A loja Continente Bom Dia São Romão recebeu o prémio *Digitalisation Award* da *EuroCommerce*, reconhecendo a liderança da MC na aplicação de tecnologia à experiência de retalho.

## BrightCity: edifícios inteligentes e plataforma de smart city da Sierra e da NOS



A BrightCity é um operador de soluções para *smart buildings* e *smart cities*, resultante da colaboração entre a Sierra e a NOS, que combina experiência na gestão operacional de ativos imobiliários com conectividade avançada, sensorização e soluções digitais. A empresa foca-se na melhoria da eficiência energética, da sustentabilidade e do desempenho operacional de ativos imobiliários complexos através de soluções integradas de gestão energética e de gestão de edifícios.

Em 2025, a BrightCity continuou a expandir as suas soluções de *smart building* e *smart city*, avançando com a implementação de infraestruturas conectadas, iniciativas de eficiência energética e sistemas de monitorização baseados em dados em vários ativos selecionados. Esta colaboração demonstra como capacidades complementares dentro do Grupo podem ser combinadas para melhorar a eficiência e a inteligência das operações imobiliárias.

## Destaques nos negócios

Ao longo de 2025, os negócios da Sonae desenvolveram um conjunto alargado de iniciativas operacionais e estratégicas alinhadas com as suas prioridades específicas e com a dinâmica dos respetivos mercados. Os destaques abaixo representam exemplos selecionados desta atividade, ilustrando como cada negócio reforçou as suas operações, expandiu plataformas de crescimento e desenvolveu novas capacidades no portefólio do Grupo.



### Retalho alimentar

#### Liderança de mercado em produtos frescos

Em 2025, a MC alcançou pela primeira vez a liderança de mercado na categoria de produtos frescos, representando um marco significativo para a empresa. Este resultado reflete vários anos de investimento consistente na qualidade da gama, no *sourcing* e na execução em loja, apoiados por um foco operacional contínuo nas categorias de frescos.

#### Otimização do espaço de loja e da gama com base em dados

A MC continuou a otimizar o espaço de loja e a sua gama através de uma metodologia interna de análise de dados. Durante o ano, mais de 50 categorias e cerca de 20.000 SKUs foram revistos, permitindo definir gamas mais ajustadas às necessidades locais dos clientes nas diferentes insígnias e formatos de loja.

#### Reforço da oferta de marca própria

A MC reforçou a sua oferta de marca própria através de um investimento contínuo em melhoria da qualidade e inovação. Durante o ano, foram lançados mais de 400 novos produtos de marca própria, reforçando a proposta de valor em todas as principais categorias. Esta evolução traduziu-se em receitas anuais de marca própria superiores a mil milhões de euros, com a marca própria da MC a liderar os ganhos de quota de mercado em 2025 e a consolidar ainda mais a sua liderança no mercado.

#### Expansão e modernização da rede de lojas

A MC continuou a expandir e modernizar a sua rede de lojas de retalho alimentar. Durante o ano, a empresa abriu 13 novos supermercados, alargando a sua rede de retalho alimentar para mais de 400 lojas a nível nacional e reforçando ainda mais a proximidade com os clientes. Em paralelo com esta expansão, a MC concluiu mais de 22 remodelações em 2025, resultando em mais de 70% do portefólio de lojas ter sido remodelado ao longo da última década (excluindo novas aberturas).

#### 40 anos do primeiro hipermercado do Continente

Em dezembro, o Continente celebrou o 40.º aniversário da abertura do primeiro hipermercado em Portugal, em Matosinhos, assinalando o início de um percurso de crescimento marcado pela inovação, pelo aumento de escala e por um foco consistente em responder às necessidades dos consumidores portugueses.



### Saúde e beleza

#### Expansão da rede de lojas de saúde e beleza na Península Ibérica

Em 2025, a MC reforçou a sua rede de lojas de saúde e beleza em Espanha e Portugal através da abertura de 33 lojas Druni, 1 loja Arenal e 8 lojas Wells. Esta expansão sustentada reforçou a proximidade com os clientes e o alcance das marcas, com a rede conjunta a ultrapassar 835 lojas nos dois mercados.

#### Abertura das primeiras lojas físicas da Druni em Portugal

Durante o ano, a Druni abriu as suas primeiras lojas físicas em Portugal, localizadas no Porto, Almada, Braga e Viseu. No seguimento do lançamento da loja druni.pt no final de 2024, este passo reforçou o compromisso da Druni com o segmento especializado de beleza no mercado português.

#### Abertura de uma nova loja de referência da Wells em Lisboa

A MC inaugurou a maior loja de referência da Wells no Chiado, uma das localizações comerciais mais emblemáticas de Lisboa. Esta nova loja reflete a evolução da marca Wells, combinando tecnologia e design moderno para melhorar a experiência de cliente no retalho de saúde e beleza.

#### Crescimento do segmento de ótica da Wells

O segmento de ótica da Wells registou um forte crescimento ao longo do ano, impulsionado pela abertura de 8 novas lojas. Esta expansão elevou a rede para mais de 200 pontos de venda de ótica, incluindo 24 lojas autónomas, reforçando o posicionamento da Wells como marca de referência neste segmento especializado.



### Melhoria da experiência online dos clientes

A Worten continuou a melhorar a experiência online dos clientes através da evolução de funcionalidades digitais-chave, proporcionando uma jornada mais intuitiva e personalizada. Ao longo do ano, foram introduzidas melhorias nas soluções de pagamento, nas opções de entrega, na utilização de cupões, na personalização e nas funcionalidades de cross-selling, a par de um aumento significativo no número de avaliações de produtos. A app da Worten consolidou o seu papel como pilar central da proposta omnicanal, com forte crescimento da base instalada (+35%) e dos utilizadores ativos (+30%).

### Nova plataforma de serviços omnicanal

A Worten lançou uma nova plataforma de serviços omnicanal que permite o reconhecimento automático de clientes e produtos nas interações online, no call centre e em loja, simplificando os atendimentos e permitindo aos clientes iniciar e acompanhar reparações de forma autónoma. Esta plataforma melhora significativamente a experiência do cliente, reduzindo simultaneamente a carga administrativa das equipas e reforçando os serviços como um pilar estratégico do negócio.

### Reforço da proposta de retail media

A Worten reforçou a sua proposta de retail media através do Worten Ads, integrando mais de 50 marcas líderes e mais de 10% dos vendedores do marketplace. Ao longo do ano, foram lançados novos formatos publicitários em loja e online, incluindo ecrãs digitais em 77 lojas e a ativação de produtos patrocinados no marketplace, posicionando a área de retail media como uma fonte de rentabilidade em crescimento e cada vez mais relevante.

### Inteligência artificial no contact centre e nas operações em loja

A Worten continuou a expandir a utilização de inteligência artificial generativa nos serviços de atendimento ao cliente e nas operações de loja. No contact centre, o bot baseado em IA foi reforçado com novos casos de utilização, permitindo respostas mais rápidas e precisas a clientes em temas como estado de encomendas, reparações e garantias, melhorando simultaneamente a eficiência operacional. Em loja, o copiloto de IA apoiou as operações diárias ao disponibilizar acesso imediato a procedimentos, estado de encomendas e campanhas ativas, reforçando a qualidade de execução, a produtividade e a autonomia das equipas de loja.

### Automação logística

Em julho, a Worten implementou um novo sistema automatizado de triagem no seu centro de distribuição. Esta solução permite uma preparação mais rápida e eficiente das encomendas online para entrega ao domicílio e para recolha em loja, melhorando os tempos de processamento, alargando os horários limite para encomendas e aumentando a capacidade de entregas no dia útil seguinte.

### Expansão da iServices

A iServices manteve uma forte trajetória de crescimento, reforçando a sua presença em Portugal e acelerando a expansão internacional. Durante o ano, a insígnia abriu 12 novas lojas em Portugal, 10 na Bélgica, 7 em França e 5 em Espanha (das quais 2 nas Ilhas Canárias), tendo também entrado pela primeira vez nos Países Baixos com 3 aberturas. Como resultado, a iServices terminou 2025 com uma rede de 130 lojas em 6 países, sustentando um forte crescimento das receitas e reforçando a sua posição como plataforma internacional de serviços especializados.





### Investimento na fábrica de alimentos para animais de estimação em Lieto

A Musti continuou a investir na sua fábrica de alimentos para animais de estimação em Lieto, na Finlândia, reforçando o seu posicionamento na produção local de alimentos para animais. O aumento da proporção de produtos de marca própria produzidos internamente permite reforçar o controlo de qualidade, melhorar a flexibilidade da cadeia de abastecimento e apoiar a evolução da margem bruta. Este investimento reforça também a capacidade da Musti de responder à crescente procura por produtos de elevada qualidade e produzidos de forma sustentável, ao mesmo tempo que diferencia ainda mais a sua oferta de marca própria.

### Integração da Pet City nos países bálticos

A Musti progrediu na integração da Pet City, cuja aquisição marcou a entrada da empresa nos mercados bálticos e estabeleceu uma nova plataforma de crescimento na região. A Pet City combina retalho, serviços veterinários e comércio eletrónico, suportando uma oferta abrangente de pet care. À medida que o processo de integração se aproxima da sua fase final, a Musti tem-se focado no reforço da gama, do ecossistema e do modelo operacional do negócio, com benefícios esperados para o crescimento e rentabilidade futuros. A experiência adquirida ao longo da integração reforça as competências da Musti para suportar a sua expansão futura.

### Expansão da gama de produtos de marca própria e exclusivos

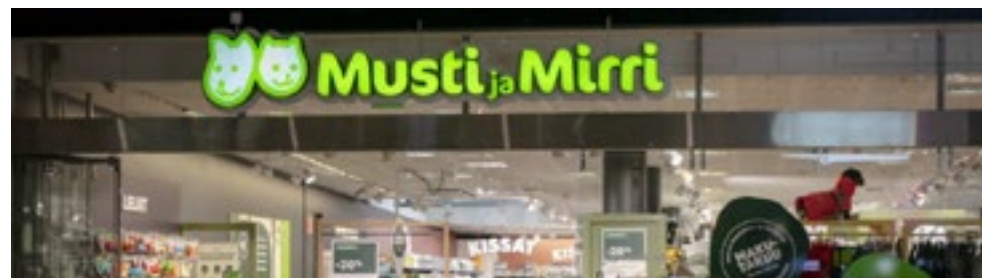
A Musti continuou a expandir a sua gama de produtos de marca própria e exclusivos, reforçando a diferenciação e apoiando a evolução da margem. Tirando partido de capacidades internas e de parcerias próximas com fornecedores, a empresa reforçou a sua oferta em categorias-chave, com foco na qualidade, inovação e soluções adaptadas às necessidades dos animais de estimação. Esta estratégia reforça a fidelização de clientes e permite à Musti capturar maior valor ao longo do ciclo de vida dos produtos.

### Expansão da rede de lojas e serviços

A Musti continuou a expandir a sua rede de lojas em 2025, com a abertura, em termos líquidos, de 16 lojas nos seus mercados principais, incluindo 12 nos países nórdicos e 4 nos países bálticos. A aquisição da ZU no final do ano reforçou adicionalmente a implantação geográfica da empresa, acrescentando uma rede de 65 lojas em Portugal. Em paralelo com esta expansão, a Musti investiu no alargamento da sua oferta de serviços, incluindo serviços veterinários, reforçando o seu ecossistema integrado de pet care. O desenvolvimento adicional da sua oferta online complementou a rede física, reforçando o modelo omnicanal da Musti e apoiando um crescimento escalável.

### Reforço das plataformas de IT e digitais

A Musti continuou a reforçar as suas plataformas de IT e digitais, em paralelo com a sua infraestrutura logística, suportando um maior grau de alavancagem operacional e escalabilidade do negócio. Estes investimentos permitem melhorar a integração de dados, aumentar a eficiência operacional e promover uma interação mais personalizada com os clientes em todos os canais. Este reforço cria as condições para o crescimento do negócio de forma mais eficiente, com os custos fixos a serem diluídos por volumes mais elevados, apoiando a rentabilidade.



### DECO PROteste: liderança nos principais serviços de telecomunicações

A NOS tornou-se o primeiro operador de telecomunicações em Portugal a ser reconhecido pela DECO PROteste como o operador com melhor desempenho nos três principais serviços de telecomunicações: rede móvel, Wi-Fi e televisão. Esta distinção inédita, baseada em testes independentes, destaca a superior experiência móvel da NOS, o elevado desempenho do Wi-Fi em velocidade e cobertura, e um serviço de televisão altamente valorizado, reconhecido pela sua usabilidade, funcionalidades e eficiência energética. Este reconhecimento reflete o compromisso da NOS em disponibilizar infraestruturas de excelência e uma experiência diferenciada e centrada no cliente em todos os principais serviços.

### Cobertura total de fibra na costa alentejana

A NOS alcançou cobertura total de fibra na costa alentejana, tornando-se o primeiro operador a levar conectividade fixa de nova geração a áreas que anteriormente não dispunham de serviços baseados em fibra, incluindo localidades como Porto Covo, Cercal e Sonega, que passaram a ter acesso a fibra pela primeira vez. Esta expansão reforça significativamente a inclusão digital na região, apoiando o acesso a internet de alta qualidade, o trabalho remoto e a educação, ao mesmo tempo que reforça a atratividade da região para residentes, empresas e turismo.

### Lançamento da tecnologia VoNR na rede 5G+

A NOS introduziu em Portugal a tecnologia *Voice over New Radio* (VoNR), permitindo aos clientes beneficiar de chamadas com maior clareza, tempos de ligação praticamente instantâneos e utilização simultânea de voz e dados de alta velocidade. Tirando partido das capacidades da rede 5G+ da NOS, esta tecnologia permite uma maior eficiência energética e uma experiência de comunicação mais fluida e fiável, ao mesmo tempo que abre caminho a novos casos de uso digitais.

### Lançamento do CyberInspect, uma plataforma de monitorização de risco digital

A NOS criou uma nova área de negócio focada na monitorização de risco digital e lançou o CyberInspect, uma solução que torna os testes de cibersegurança mais acessíveis e fáceis de utilizar para todas as organizações. Através de uma plataforma intuitiva que combina múltiplas tecnologias de teste, o CyberInspect permite às empresas identificar vulnerabilidades, avaliar a sua exposição e definir medidas de mitigação de forma simples e acompanhada. Tirando partido de inteligência artificial, a plataforma disponibiliza informação acionável, ajudando as empresas a reforçar a sua resiliência num contexto de crescentes ameaças cibernéticas e exigências regulatórias.

### Liderança em pedidos de patentes europeias

A NOS Inovação foi, pelo segundo ano consecutivo, a entidade portuguesa com maior número de pedidos de patentes europeias, de acordo com o *European Patent Office* (EPO). Este reconhecimento reflete o forte compromisso da NOS com a inovação e a I&D, com pedidos de patentes em áreas-chave como inteligência artificial, cibersegurança, blockchain e tecnologias imersivas. Reforça também o papel da empresa como um agente relevante no ecossistema nacional de inovação e o seu foco no desenvolvimento de capacidades tecnológicas diferenciadas.

### Expansão da NOS Smart Home em empreendimentos residenciais

A NOS acelerou a implementação da sua solução *Smart Home* em 2025, com as primeiras casas inteligentes já entregues e mais de 3.000 unidades em desenvolvimento ou em fase de projeto em vários empreendimentos residenciais. Este crescimento reflete a crescente adoção por parte de promotores imobiliários de referência, posicionando a NOS como um parceiro tecnológico relevante no mercado residencial português. Ao integrar funcionalidades como acesso inteligente, segurança e controlo remoto num único ecossistema, a solução melhora a conveniência, a eficiência e a experiência global de habitação.



### Excelência em sustentabilidade reconhecida em Portugal e na Roménia

Os centros comerciais Vasco da Gama (Portugal) e ParkLake (Roménia) obtiveram a certificação BREEAM *In-Use Outstanding*, tanto para o desempenho do ativo como para a sua gestão, o nível mais elevado de um dos principais referenciais globais de avaliação da sustentabilidade no setor imobiliário. Estes reconhecimentos refletem a aplicação consistente, pela Sierra, de exigentes padrões ambientais e operacionais, tanto no desenvolvimento como na gestão contínua dos seus ativos.

### Avanço da transição energética no portefólio de centros comerciais

A Sierra concluiu um programa de dois anos para a instalação de painéis fotovoltaicos em 16 centros comerciais, dos quais 13 já se encontram em operação. Estas instalações deverão cobrir, em média, cerca de 23% do consumo energético dos centros, com vários ativos já a gerarem mais de um quarto das suas necessidades energéticas no local, contribuindo para a transição para fontes de energia renovável.

### Novo veículo de investimento lançado com ArrábidaShopping e GaiaShopping

A Sierra lançou o seu primeiro veículo de investimento aberto e multissetorial, em parceria com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, tendo como ativos iniciais o ArrábidaShopping e o GaiaShopping. Este veículo proporciona uma estrutura de capital flexível para apoiar futuras aquisições na Europa, tirando partido do forte desempenho operacional destes ativos emblemáticos.

### Entrada estratégica no segmento de residências de estudantes (PBSA)

A Sierra entrou no segmento de residências universitárias (*purpose-built student accommodation* – PBSA) através de uma *joint venture* com um parceiro especializado, adquirindo o seu primeiro ativo em Madrid – um edifício de escritórios a converter em residência universitária com mais de 300 camas. Este movimento assinala o primeiro passo numa nova plataforma de crescimento, refletindo uma expansão direcionada para um segmento com fundamentos estruturais atrativos.

### Aquisições em Lisboa e desenvolvimento em Lagos reforçam estratégia de hotelaria

A Sierra avançou na sua estratégia de hospitalidade através da aquisição de três ativos hoteleiros em Lisboa, no âmbito do seu veículo dedicado de investimento em hotéis, e do desenvolvimento de um novo hotel de luxo em Lagos, no Algarve. Estas iniciativas reforçaram a sua presença em localizações urbanas e de lazer estratégicas, apoiando o posicionamento no segmento premium.

### Conclusão da República 5, empreendimento de uso misto em Lisboa

Durante o ano, a Sierra concluiu o República 5, um empreendimento de uso misto em Lisboa que combina componentes residencial e de escritórios. As 20 unidades residenciais foram vendidas antes da conclusão da obra, enquanto o processo de comercialização dos escritórios está em curso, refletindo a forte procura e o posicionamento do ativo numa localização urbana *prime*.



### Lançamento do projeto Digital 2.0

O Universo lançou o projeto Digital 2.0, proporcionando uma experiência do utilizador significativamente melhorada nos seus canais digitais. Esta iniciativa contribuiu para um maior envolvimento dos clientes e reforçou o digital como um pilar central do modelo operacional do Universo.

### Revisão dos limites de crédito e do modelo de avaliação de risco

O Universo implementou uma revisão do seu modelo de limites de crédito, apoiada por um novo modelo de avaliação de risco para novos clientes e por práticas de gestão de limites de crédito reforçadas para a base de clientes existente. Esta iniciativa melhorou a gestão do risco de crédito, ao mesmo tempo que apoiou o crescimento do saldo do Cartão Universo.



### Parceria com o Bankinter na intermediação de crédito à habitação

Em julho, o Universo expandiu a sua oferta de serviços financeiros através de uma parceria com o Bankinter para intermediação de crédito à habitação. Esta iniciativa apoiou a diversificação do portefólio de produtos do Universo, tirando partido das capacidades da *joint venture* para responder a um conjunto mais alargado de necessidades financeiras dos clientes.

### Adaptação ao Regulamento Digital Operational Resilience Act (DORA)

O Universo implementou novas políticas, controlos e práticas operacionais para assegurar o cumprimento do Regulamento DORA (*Digital Operational Resilience Act*), reforçando o enquadramento de resiliência digital.

### Porto Cyber Nexus reforça o ecossistema de cibersegurança

Em julho, a Bright Pixel organizou o Porto Cyber Nexus, um evento dedicado à cibersegurança que reuniu empresas do seu portefólio, bem como fundadores, CISOs, operadores, investidores e parceiros do Grupo Sonae e do mercado em geral. O evento reforçou o papel da Bright Pixel como agregador do ecossistema de cibersegurança, promovendo a colaboração, a partilha de conhecimento e o desenvolvimento de novas parcerias ao longo da cadeia de valor.



### Reposicionamento como empresa operacional de ingredientes

Em 2025, a Sparkfood ajustou o seu modelo de negócio, evoluindo de uma plataforma de investimento em *Food & AgTech* para um grupo centrado em ingredientes ativos. Atualmente, a Sparkfood combina duas empresas europeias de ingredientes já estabelecidas – Grupo Evra (Itália) e BCF Life Sciences (França) – com um portefólio selecionado de investimentos em start-ups, reunindo capacidades industriais e de inovação. A sua atividade abrange uma oferta ampla e integrada, desde extratos naturais produzidos de forma sustentável até ingredientes ativos destinados aos mercados de cuidados pessoais, cuidados para animais de estimação e cuidados de plantas.



### Inovação colaborativa

A Sparkfood desenvolveu uma abordagem de inovação que promove uma colaboração estruturada entre as suas empresas de ingredientes estabelecidas e o seu portefólio de *start-ups*. Este modelo refletiu-se em investimentos direcionados em *start-ups* ativas em áreas como proteínas alternativas, otimização de fermentação, ingredientes *upcycled* (valorizados a partir de subprodutos) e soluções baseadas em microbioma, apoiando o desenvolvimento de novas soluções baseadas em ingredientes ativos para aplicações comerciais e industriais nos seus mercados prioritários.

# Desempenho dos negócios

## Desempenho financeiro consolidado

O volume de negócios consolidado cresceu 14,2% em 2025, para €11,4 mil milhões, impulsionado por um sólido crescimento das vendas LfL e pela abertura de lojas no retalho. Este desempenho foi principalmente impulsionado pela MC, tanto nos segmentos de alimentar como de saúde e beleza, mas também pela Worten e pela Musti. Este forte desempenho traduziu-se no reforço das quotas de mercado em todos os mercados onde a Sonae opera.

A margem EBITDA subjacente melhorou de 9,1% para 9,9% em 2025, suportada pelo crescimento de vendas e melhoria de margens brutas, combinadas com ganhos relevantes de eficiência operacional. Como resultado, foi atingido um valor recorde de EBITDA subjacente de €1,1 mil milhões, crescendo €215m (+23,6%).

O EBITDA cresceu de €1,0 mil milhões para €1,2 mil milhões (+17,6%), resultando numa melhoria da margem de 10,4% para 10,7%.

O Resultado líquido atribuível a acionistas\* atingiu os €247m, um crescimento de 11,1%, impulsionado pelo crescimento de 23,7% em termos homólogos no Resultado direto.

A dívida líquida consolidada reduziu €102m para €1.470m, impulsionada pela sólida evolução do *cash flow* operacional. A venda da participação direta da Sierra no Parque Dom Pedro, anunciada a 31 de dezembro, terá um impacto material em caixa em 2026. O balanço do Grupo mantém-se sólido, com uma maturidade da dívida confortável superior a 4 anos e um *loan-to-value* de 13,7%, tendo diminuído de 15,9% no início do ano.

O NAV com base em referências de mercado cresceu em 2025 15% para €5,1 mil milhões, com o NAV por ação a atingir €2,62. O preço da ação da Sonae manteve o seu forte *momentum* de subida ao longo de 2025, apreciando 76% e encerrando o ano em 1,612€/ação. Como resultado, o desconto do preço da ação face ao NAV reportado no final de 2025 reduziu-se de 60% para 38%.

Dados chave (€m)	4T24	4T25	var.	2024	2025	var.
<b>Demonstração de resultados</b>						
Volume de negócios	2.981	3.197	7,3%	9.947	11.360	14,2%
EBITDA subjacente	297	337	13,4%	908	1.122	23,6%
<b>Margem EBITDA subjacente</b>	<b>10,0%</b>	<b>10,5%</b>	<b>0,6 p.p.</b>	<b>9,1%</b>	<b>9,9%</b>	<b>0,8 p.p.</b>
EBITDA	328	356	8,6%	1.034	1.217	17,6%
<b>Margem EBITDA</b>	<b>11,0%</b>	<b>11,1%</b>	<b>0,1 p.p.</b>	<b>10,4%</b>	<b>10,7%</b>	<b>0,3 p.p.</b>
Resultado Direto	90	103	15,1%	285	353	23,7%
Resultado Indireto	-2	-25	-	1	-5	-
Resultado líquido atribuível a acionistas*	78	48	-38,4%	223	247	11,1%
<b>Balanço e Cash Flow</b>						
<i>Cash flow</i> operacional	314	354	12,7%	261	265	1,8%
Venda de ativos	22	24	11,6%	104	85	-18,3%
Investimentos em M&A	-50	-45	-10,9%	-1.121	-124	-88,9%
<i>Free Cash Flow</i> antes de dividendos pagos	270	325	20,1%	-731	263	-135,9%
Dividendos pagos aos accionistas* Sonae	0	0	-	-109	-115	5,4%
Dívida líquida consolidada (fim do período)	1.572	1.470	-6,5%	1.572	1.470	-6,5%

NAV (€m)	Dez.24	Set.25	Dez.25	var. anual	var. trim.
Retalho	2.909	3.315	3.449	18,5%	4,0%
Imobiliário	1.105	1.152	1.171	5,9%	1,6%
Telecomunicações e tecnologia	884	986	951	7,5%	-3,6%
Outros investimentos <sup>1</sup>	354	353	333	-6,0%	-5,7%
<i>Holding</i> <sup>2</sup>	-825	-788	-816	-1,0%	3,6%
<b>NAV</b>	<b>4.428</b>	<b>5.018</b>	<b>5.087</b>	<b>14,9%</b>	<b>1,4%</b>
<b>NAV por ação (€)<sup>3</sup></b>	<b>2,28</b>	<b>2,58</b>	<b>2,62</b>		
<b>Capitalização bolsista<sup>3</sup></b>	<b>1.772</b>	<b>2.602</b>	<b>3.135</b>	<b>77,0%</b>	<b>20,5%</b>
Preço por ação (€)	0,914	1,338	1,612	76,4%	20,5%
<b>Desconto implícito no preço da ação (%)</b>	<b>60%</b>	<b>48%</b>	<b>38%</b>	<b>-22 p.p.</b>	<b>-10 p.p.</b>
<b>Loan-to-Value (%)</b>	<b>15,9%</b>	<b>13,6%</b>	<b>13,7%</b>	<b>-2 p.p.</b>	<b>0 p.p.</b>

<sup>1</sup>Inclui Sparkfood, Universo e Salsa (e insígnias de moda MO e Zippy até Jun-25). <sup>2</sup>Inclui: Imobiliário, custos da *holding*, dívida líquida média normalizada e minoritários. Por favor consulte o glossário. <sup>3</sup>Exclui ações próprias.

\*Exclui a Reciclagem das Reservas de Conversão Cambial relacionadas com a venda do Parque D. Pedro no Brasil – reconhecimento em resultados dos efeitos cambiais acumulados previamente registados em capital próprio, em linha com as normas contabilísticas (um ajustamento não monetário, sem impacto no capital próprio total nem no NAV), conforme Anúncio a mercado a 31 de Dezembro de 2025. Para mais detalhes, consulte o Kit do Investidor em [www.sonae.pt](http://www.sonae.pt).

TSR (%)	1A	3A	5A
Retorno total acionista**	86%	103%	221%

\*\* Fonte: Bloomberg. Retorno total acumulado.



## Desempenho do portefólio

### Retalho

#### MC

Participação de 75%, consolidada integralmente

#### Alimentar

O segmento alimentar apresentou um forte desempenho em 2025, mantendo ganhos de quota de mercado ao longo do ano e reforçando a liderança do Continente num ambiente competitivo.

O volume de negócios anual aumentou para €7,1 mil milhões (+10% em termos homólogos), impulsionado por um crescimento das vendas LfL de 8,3%. O crescimento foi principalmente impulsionado por volumes, refletindo a força da proposta de valor do Continente num contexto de inflação moderada. Este desempenho foi ainda suportado pela expansão da rede, com 13 supermercados abertos durante o ano, maioritariamente de proximidade. No 4T25, o momentum manteve-se sólido, com crescimento LfL de 8,4%, confirmando a resiliência da procura e uma execução consistente ao longo do ano.



O EBITDA subjacente de alimentar em 2025 atingiu €728m, correspondente a uma margem de 10,2%, um aumento de +0,6pp, suportado pelo desempenho das vendas e iniciativas contínuas de eficiência, em particular ganhos de produtividade das lojas. No 4T25, o EBITDA subjacente também melhorou de 9,9% para 10,2%.

#### Saúde e Beleza

No segmento de saúde e beleza, a MC reforçou ainda mais a sua posição como um player líder na Península Ibérica, alavancando a escala e o posicionamento complementar da Wells, Druni e Arenal para acelerar o crescimento e reforçar a competitividade.

O volume de negócios em 2025 aumentou para €1,8 mil milhões, com as vendas LfL a crescerem 5,6%, refletindo a consolidação integral da Druni, um crescimento orgânico robusto e a contínua expansão da rede na Península Ibérica, com 42 lojas abertas durante o ano. A Druni entrou também no mercado português, terminando 2025 com 4 lojas no país. No 4T25, o crescimento LfL atingiu 5,4%, confirmando a trajetória consistente de crescimento do segmento.



O EBITDA subjacente do ano cresceu para €230m, correspondendo a uma margem de 13,1% (+0,6pp em termos homólogos), apesar de um contexto altamente competitivo. No 4T25, o EBITDA subjacente também melhorou de 12,7% para 13,7%

#### Consolidado MC

No total, o volume de negócios da MC atingiu €8,9 mil milhões em 2025 (+16% em termos homólogos), com o LfL a crescer 7,9%. No 4T25, confirmou-se também a tendência observada ao longo do ano, com as vendas a aumentarem 10%, suportadas por um sólido crescimento LfL de 7,7%.

O EBITDA subjacente aumentou para €957m (vs. €765m em 2024), correspondendo a uma margem de 10,8%, uma melhoria de 0,8pp na margem de EBITDA subjacente (+0,4pp no 4T25).

Este desempenho reflete uma forte execução operacional, benefícios de escala e investimento disciplinado na expansão e no reforço de capacidades em ambos os segmentos, reforçando a liderança de mercado da MC e o seu perfil de criação de valor no longo prazo.



### Worten

Participação de 100%, consolidada integralmente

O volume de negócios aumentou 7,5% para €1,5 mil milhões, suportado por um sólido crescimento das vendas LfL de 5,8%, por uma contribuição positiva da eletrónica e eletrodomésticos, bem como dos serviços.

A Worten reforçou o seu posicionamento digital, aumentando o peso das vendas online de 17% em 2024 para 20% em 2025, com as lojas físicas e os canais digitais a desempenharem ambos um papel central na sua proposta de valor omnicanal.

Apesar do progresso nas vendas e nas margens comerciais, a pressão sobre a estrutura de custos condicionou a rentabilidade em 2025. No final do ano, o EBITDA subjacente diminuiu de €78m para €76m, refletindo um primeiro semestre mais fraco, estabilização no 3T, e uma melhoria no 4T que não compensou totalmente o défice registado anteriormente. No 4T25, o EBITDA subjacente atingiu €35m, um aumento de €2,5m em termos homólogos, com uma margem de 7,1%, em linha com o 4T24.



A iServices, marca internacional de reparação de telemóveis do grupo, continuou a sua expansão no último trimestre do ano, entrando em novos mercados (Países Baixos e Espanha Continental), abrindo 4 lojas em Portugal e 12 internacionalmente. Após esta expansão, a iServices terminou 2025 com 130 localizações em Portugal (73), Bélgica (26), França (16), Ilhas Canárias (9), Países Baixos (3) e Espanha Continental (3).

## Musti

### Participação de c.81%, consolidada integralmente

A Musti reportou ao mercado os seus resultados de 4T25 no dia 10 de fevereiro.

Em 2025, a Musti registou progressos significativos no reforço da sua posição nos países nórdicos, integrando a PetCity nos Bálticos (adquirida no 4T24) e integrando a ZU em Portugal (adquirida à MC em dezembro de 2025). No final de 2025, a Musti tinha expandido a sua presença para sete países.

O volume de negócios aumentou 14,4%, suportado pelos negócios recentemente adquiridos, pela abertura de lojas e por uma robusta performance de vendas LfL de 3,3% (vs. 0,2% no ano anterior). A empresa também registou uma expansão consistente da margem bruta, que melhorou de 43,6% para 44,0%, enquanto ganhos progressivos de eficiência contribuíram para uma recuperação gradual do EBITDA subjacente.

O mercado animais de estimação é um segmento com fortes tendências estruturais favoráveis de longo prazo, impulsionadas pela crescente humanização dos animais de companhia, pelas tendências de premiumisation e por uma procura resiliente por parte dos consumidores. Neste contexto, a Musti assume um papel central como um motor de crescimento da Sonae neste segmento.

Mais detalhes podem ser encontrados no website da empresa.



## Imobiliário

### Sierra

#### Participação de 100%, consolidada integralmente

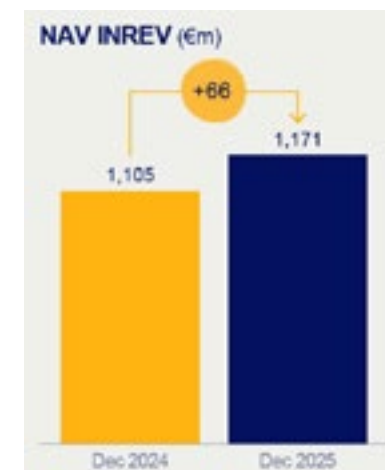
A Sierra apresentou um desempenho excepcional em 2025, acelerando ainda mais o forte momentum de 2024 e alcançando um crescimento significativo em termos homólogos. Este desempenho foi impulsionado pelo (i) bom desempenho em todo o seu portefólio europeu de centros comerciais; (ii) pela expansão significativa do seu negócio de serviços, através de iniciativas tanto orgânicas como inorgânicas; e (iii) pelo avanço contínuo dos seus projetos de desenvolvimento, reforçando uma trajetória clara de crescimento escalável e criação de valor no longo prazo.

O portefólio europeu de centros comerciais registou um crescimento resiliente, com as vendas LfL dos lojistas a aumentarem 4,6% durante o ano, suportando o crescimento das rendas e mantendo rácios saudáveis de custo de ocupação abaixo dos níveis pré-pandemia. A ocupação manteve-se praticamente plena, em 99%, e a cobrança de rendas foi robusta. A Sierra continuou também a gerir ativamente o portefólio através de remodelações seletivas e iniciativas de reciclagem de capital, incluindo a alienação da sua participação no Fashion City Outlet, na Grécia, e no Parque Dom Pedro, no Brasil.

A atividade de serviços expandiu durante o ano, reforçando ainda mais a liderança da Sierra no setor. Em outubro, a Sierra adquiriu a divisão de Real Estate Management da Unibail-Rodamco-Westfield na Alemanha, tornando-se o segundo maior gestor de centros comerciais de terceiros no país. Este movimento estratégico reforçou a presença internacional da Sierra e consolidou o seu perfil de receitas recorrentes baseadas em receitas junto de parceiros-chave. Na área de gestão de investimento, a Sierra continuou também a inovar e a diversificar a sua plataforma, lançando o seu primeiro veículo open-ended em parceria com a CCAM, com Arrábida e GaiaShopping como ativos seed.

No âmbito da diversificação setorial, o ano terminou com a criação de uma joint venture relevante para a plataforma PBSA da Sierra e com a aquisição do primeiro ativo. A atividade de desenvolvimento progrediu de forma consistente, com projetos em construção a avançarem, a comercialização bem-sucedida de projetos residenciais e de uso misto, e aquisições em curso para expandir a carteira de build-to-sell e build-to-rent na Península Ibérica.

O NAV situou-se em aproximadamente €1,2 mil milhões, após dividendos pagos de €49m, representando um aumento de 6% em termos homólogos, refletindo a criação contínua de valor em todo o portefólio. O resultado líquido atingiu €110m em 2025, suportado principalmente por um desempenho operacional mais forte e pela melhoria das avaliações dos centros comerciais



## Telecomunicações e Tecnologia

Os investimentos da Sonae nas áreas de Telecomunicações e Tecnologia estão concentrados na Sonaecom, que divulgou os resultados do 4T25 a 6 de março. Mais detalhes sobre o desempenho destas áreas podem ser consultados no anúncio da Sonaecom disponível aqui.

### NOS

**Participação de 37,4%, consolidada pelo método de equivalência patrimonial<sup>1</sup>**

Apesar de operar num ambiente competitivo altamente desafiante no segmento de Telecomunicações, a NOS tem apresentado consistentemente resultados operacionais sólidos trimestre após trimestre, os quais, combinados com a diversificação das suas fontes de receita — nomeadamente para o segmento de IT, na sequência da aquisição da Claranet Portugal no início de 2025 — e com a implementação de ganhos relevantes de eficiência no âmbito do seu programa de transformação em curso, conduziram a resultados financeiros robustos e sustentáveis.

Em 2025, o volume de negócios aumentou 1,6% para €1,8 mil milhões, enquanto o EBITDAaL cresceu 4,0% para €680m, conduzindo a uma melhoria da margem de 0,9pp para 37,3%. O *net income* diminuiu €26m para €246m, refletindo o menor volume de efeitos positivos não recorrentes reconhecidos face a 2024, que tinham totalizado mais de €80m. Excluindo estes impactos não recorrentes, o *net income* aumentou €55m em termos homólogos.

Nas contas consolidadas da Sonae, a contribuição da NOS pelo método de equivalência patrimonial ascendeu a €92m em 2025 (€29m no 4T).

Mais detalhes estão disponíveis no *website* da empresa.

## Desempenho ESG<sup>2</sup>

As empresas da Sonae continuam a desenvolver novas iniciativas e investimentos, prosseguindo objetivos ambiciosos para avançar na sua jornada de sustentabilidade. O Grupo acompanha e avalia de forma consistente o desempenho dos seus negócios e o seu contributo para os eixos da Estratégia de Sustentabilidade da Sonae.

### Gestão com critérios ESG

Em 2025, a Sonae reforçou o seu modelo de governação e de investimento em ESG e continuou a ser reconhecida no S&P Global ESG *Assessment*, com uma pontuação de 65 e reforçando o compromisso coletivo com a sustentabilidade em todo o portefólio. A Sonae voltou também a integrar o *Sustainability Yearbook*, juntando-se a um grupo exclusivo de 848 empresas entre 9.200 avaliadas a nível global.

A *due diligence* ESG é uma prática standard pós-NBO (*Non-Binding Offer*) em todas as aquisições do Grupo, assegurando a integração de critérios de sustentabilidade nas decisões de investimento. Adicionalmente, 79% das linhas de crédito de longo prazo da Sonae estão indexadas a métricas de sustentabilidade, verdes ou ESG, reforçando a abordagem responsável do Grupo ao financiamento.

Refletindo o seu compromisso ESG ao longo da cadeia de valor, a Sonae avaliou cerca de 2.000 fornecedores de marca própria em 2024, alcançando uma taxa de conformidade de 94% com critérios ESG.

### Acelerar a descarbonização

A Sonae continuou a avançar na sua estratégia de descarbonização, reduzindo as emissões de Scope 1 e 2 em 8% face a 2024. Em linha com o compromisso estratégico do Grupo, que exclui o impacto de operações de M&A, as emissões diminuíram 7% em termos homólogos, representando uma redução de 25% face ao valor de base de 2022 e mantendo o Grupo na rota para atingir a ambição de redução de 53% até 2032. No entanto, as emissões de Scope 3 aumentaram 12% face a 2024, sobretudo devido ao aumento dos volumes de vendas e aos desafios persistentes na mitigação das emissões na cadeia de valor.

Em 2025, o peso do consumo de energia renovável aumentou para 64%, refletindo a incorporação de eletricidade verde proveniente da rede e o aumento do consumo de energia renovável própria. A MC e a Sierra continuaram a acelerar os seus investimentos em energia fotovoltaica, impulsionando a transição para operações mais sustentáveis, apesar do aumento global do consumo de eletricidade decorrente da expansão do negócio.

A Sonae foi também reconhecida pelo CDP com uma classificação “A List”, posicionando-se entre os líderes globais em transparência ambiental e ação climática.

<sup>1</sup>Participação total através da Sonaecom (90% detida pela Sonae).

<sup>2</sup>Para detalhe adicional consultar 4. Declaração de Sustentabilidade





## Valorização da biodiversidade e da água

A Sonae manteve as suas iniciativas de conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. Na sequência de desenvolvimentos regulatórios recentes, nomeadamente o Regulamento Europeu sobre Desflorestação, as empresas da Sonae focaram-se no desenvolvimento de mecanismos para assegurar a conformidade com o regulamento, em particular ao nível da rastreabilidade e dos processos de *due diligence*. No âmbito do compromisso “Deflorestação Zero” para madeira, bovinos, óleo de palma e soja, a percentagem atual de produtos livres de desflorestação<sup>3</sup> mantém-se nos 72%.

Em 2025, a Sonae avançou no seu envolvimento com a *Science Based Targets Network*, através da MC, passando da fase piloto global para a aplicação formal da metodologia *Science Based Targets for Nature* (SBTN). Neste processo, a Sonae integrou o grupo das primeiras 30 empresas a nível mundial a assumir compromissos no âmbito do SBTN *Ambition Board*.

Os esforços de restauração e regeneração continuam a evoluir tanto ao nível dos ativos como da cadeia de valor. Em 2025, destacam-se medidas ao nível dos ativos, como o desenvolvimento de um Plano de Gestão da Biodiversidade no ParkLake (Sierra). Na MC, em colaboração com parceiros-chave e mais de 80 produtores, os programas Sem Resíduos Pesticidas e Agricultura Regenerativa, Agroecologia e projeto Searas com Biodiversidade - Salvemos a Águia Caçadeira que atualmente integra o Projeto LIFE SOS PYGARGUS contribuíram para práticas de conservação e regeneração em mais de 10 mil hectares.

A proteção dos recursos hídricos é impulsionada por metas definidas ao nível local pelos diferentes negócios, com a implementação de medidas de eficiência, o reforço dos mecanismos de controlo e a otimização de processos em todo o portefólio da Sonae.

## Promoção da circularidade

A Sonae acelerou as suas iniciativas de economia circular, com o volume de negócios de produtos e serviços circulares a atingir €259m, representando um aumento de 36%. Entre os principais contributos destaca-se o crescimento dos serviços e produtos de reparação, acondicionamento e reutilização da Worten.

A reciclabilidade das embalagens plásticas melhorou para 92%. Embora o objetivo de 100% para 2025 não tenha sido alcançado, a Sonae mantém o compromisso com a colaboração, inovação e envolvimento dos *stakeholders* para promover a circularidade no longo prazo. Na MC, 2025 foi marcado pela colaboração próxima com autoridades públicas, fornecedores e outros retalhistas na preparação do lançamento do sistema de depósito e retorno (SDR) para embalagens de bebidas de utilização única, previsto para 2026.

Apesar de a produção total de resíduos ter aumentado 6% em 2025, o Grupo melhorou significativamente o seu desempenho na valorização de resíduos, com a taxa de recuperação a subir para 86%, mais 13 p.p. face a 2024. A MC e a Sierra continuaram a otimizar a gestão de resíduos, com iniciativas focadas na redução do desperdício alimentar e na compostagem.

<sup>3</sup>Provenientes de países de baixo risco ou certificados

## Desenvolvimento humano

A Sonae manteve um forte compromisso com a diversidade, inclusão e desenvolvimento dos colaboradores. A proporção de posições de liderança ocupadas por mulheres aumentou para 42%, mais 1 p.p. face a 2024.

A Sonae reforçou também o seu compromisso com a responsabilidade social, apoiando as comunidades com €35,5m em 2025, abrangendo mais de 1.400 instituições e beneficiando mais de 382 mil pessoas através de projetos na área da educação.

O apoio à comunidade continuou a expandir-se, com um aumento de 4% nas doações, enquanto os colaboradores dedicaram mais de 6.000 horas a iniciativas de voluntariado através do Sonae4All e da Missão Continente.

A educação manteve-se como prioridade estratégica, com investimento contínuo em iniciativas como o *Reskilling 4 Employment* (R4E), o PRO\_MOV e a plataforma *New Career Network* (NCN), acompanhando a transformação do mercado de trabalho. A Sonae lançou também a terceira edição do Prémio Sonae Educação, promovendo projetos inovadores e inclusivos para impulsionar a educação em Portugal.

## Desempenho da ação

Em 2025, o valor líquido dos ativos (NAV) aumentou 15%, atingindo €5,1 mil milhões no final do ano. Este desempenho foi impulsionado principalmente pela melhoria das valorizações da MC, Sierra e NOS, bem como pelos dividendos recebidos ao longo do ano. O NAV por ação atingiu €2,62 no final de dezembro.

Em 31 de dezembro, as ações da Sonae fecharam a €1,61. Durante o ano, a cotação atingiu um máximo de €1,64, em 30 de dezembro, e um mínimo de €0,88, em 8 de janeiro. O volume médio diário de negociação foi de 2,0 milhões de ações.

### Indicadores da ação Sonae

	2023	2024	2025
<b>Preço da ação (€)</b>			
Fecho do ano	0,90	0,91	1,61
Máximo	1,06	0,98	1,64
Mínimo	0,90	0,85	0,88
Média	0,96	0,92	1,22
<b>Volume de ações (m)</b>			
Média diária	2,1	1,7	2,0

- 1) O máximo e o mínimo referem-se a preços intradiários.  
2) A média refere-se à média dos preços de fecho diários.

Durante o mesmo período, a cotação da Sonae valorizou 76%, superando o índice PSI, que registou um aumento de 30%. O STOXX Europe 600, amplamente representativo do mercado europeu, avançou 17%, enquanto o índice norte-americano S&P 400 registou uma valorização de 6%.

No final do ano, a capitalização bolsista da Sonae situava-se em €3,1 mil milhões. A valorização da ação superou o crescimento do NAV, levando a uma redução do desconto face ao NAV de 60% para 38%.

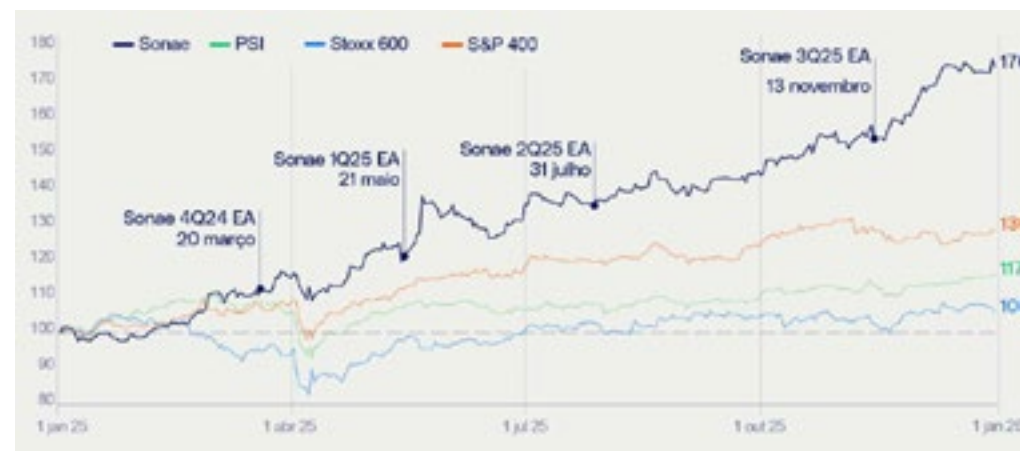
O retorno total para o acionista (TSR) da Sonae foi de 86% no período de um ano, suportado pela valorização da ação e pelos dividendos pagos. Em períodos mais longos, o TSR atingiu 103% nos últimos três anos e 221% nos últimos cinco anos.

Notes:

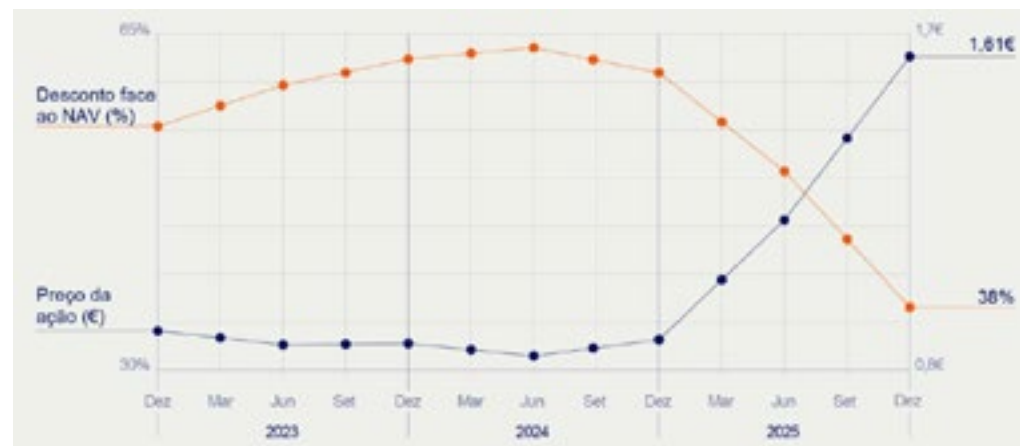
a) Os dados dos índices de mercado e os indicadores da ação da Sonae têm como fonte a Bloomberg.

b) O NAV da Sonae baseia-se em referências de mercado, como múltiplos de negociação de empresas comparáveis, avaliações externas, rondas de financiamento e capitalizações bolsistas. Não considera fatores como prémios de controlo, iliquidez ou descontos associados a ofertas públicas iniciais, salvo indicação em contrário. Mais informação encontra-se disponível no Investor Kit no website da Sonae (*secção de Investor Relations*).

## Desempenho da ação Sonae vs. principais índices de mercado em 2025 (31 Dez 2024 = 100)



## Evolução da cotação da ação da Sonae e do desconto face ao NAV (2022–25)



## Perspetivas futuras

Olhando para o futuro, o ambiente global deverá continuar marcado pela incerteza, com os desenvolvimentos geopolíticos, as tensões comerciais e a volatilidade dos mercados financeiros a continuarem a condicionar a visibilidade. O agravamento das tensões no Médio Oriente no início de 2026 aumentou ainda mais a incerteza, nomeadamente quanto ao potencial impacto nos preços da energia, na inflação e no crescimento económico global.

Neste contexto, a Sonae mantém-se focada em impulsionar o crescimento e a transformação dos seus negócios, suportada por uma alocação disciplinada de capital, pela aceleração digital e por processos de decisão suportados em dados, continuando, em paralelo, a reforçar a sua eficiência operacional e a geração de fluxos de caixa.

A MC continuará a reforçar a sua posição de mercado nos segmentos de retalho alimentar em Portugal e de saúde e beleza na Península Ibérica, suportada por um investimento contínuo na sua proposta de valor. A Worten irá prosseguir o desenvolvimento da sua estratégia omnicanal, assente em iniciativas de transformação em curso e num foco contínuo na melhoria da sua estrutura de custos e da rentabilidade. A Musti encontra-se bem posicionada para captar crescimento à medida que as condições de mercado nos países nórdicos melhoram gradualmente e o segmento de cuidados para animais de estimação continua a beneficiar de fortes tendências estruturais, com enfoque na aceleração do desempenho e na melhoria das suas margens através de ganhos de produtividade e de uma execução disciplinada.

No setor imobiliário, a Sierra continuará a impulsionar a criação de valor através de uma gestão ativa do portefólio e de iniciativas de rotação de ativos, ao mesmo tempo que expande a sua plataforma de serviços e desenvolve o seu pipeline de projetos, suportando um modelo de negócio mais diversificado e escalável. A NOS continuará a tirar partido da sua infraestrutura e capacidades tecnológicas para reforçar a sua posição no setor das telecomunicações, ao mesmo tempo que acelera a sua transformação para um fornecedor mais integrado de tecnologia e serviços digitais, suportada pelo crescimento do segmento empresarial e por um foco contínuo na eficiência e na geração de fluxos de caixa.

No conjunto do portefólio, a Sonae mantém o compromisso de reforçar os seus negócios, assegurar disciplina financeira e gerar valor sustentável de longo prazo.

# 1.4.

## Proposta de aplicação de resultados

Tomando em consideração a política de distribuição de dividendos, a posição financeira do Grupo e a existência de reservas distribuíveis que permitem a observância plena do art.º 32.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários aplicáveis, que:

Os resultados do exercício, no montante de 135.850.011,33 euros, sejam aplicados da seguinte forma:

- **Reserva Legal:** 6.792.500,57 euros;
- **Dividendos:** 124.340.000,00 euros;
- **Reservas Livres:** 4.717.510,76 euros.

O Conselho de Administração propõe ainda que o dividendo líquido a distribuir seja de 0,06217 euros por ação, excluindo-se do dividendo global de 124.340.000,00 euros o montante do dividendo que caberia às ações que, à data da distribuição do dividendo, sejam detidas pela própria sociedade ou por sociedades suas dependentes, que deverá ser afeto a Reservas Livres.

O dividendo ora proposto equivale a um dividend yield de 3,9% face ao preço de fecho a 31 de dezembro de 2025.

# 1.5.

## Declaração do Conselho de Administração

Nos termos do Artº 29-G nº 1, al. c) do Código de Valores Mobiliários.

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

### **O Conselho de Administração,**

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, Presidente do Conselho de Administração

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério, Administrador Não-Executivo

Carlos António Rocha Moreira da Silva, Administrador Não-Executivo

Eve Henrikson, Administradora Não-Executiva

José Manuel Neves Adelino, Administrador Não-Executivo

Marcelo Faria de Lima, Administrador Não-Executivo

Maria Fuencisla Clemares, Administradora Não-Executiva

Maria Teresa Ballester Fornes, Administradora Não-Executiva

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh, Administrador Não-Executivo


Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, Administradora Executiva (CEO)

Eduardo dos Santos Piedade, Administrador Executivo (CDO)

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores, Administrador Executivo (CFO)

## Relatório do Governo de Sociedade

<b>Parte I: Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</b>	<b>48</b>
A. Estrutura Acionista	
B. Órgãos Sociais e Comissões	
C. Organização Interna	
D. Remunerações	
E. Transações com Partes Relacionadas	
<b>Parte II: Avaliação do Governo Societário</b>	<b>99</b>
<b>Parte III: Relatório sobre remunerações</b>	<b>117</b>
<b>Anexo</b>	<b>125</b>



**Thriving together,  
construímos  
confiança.**

# Parte I

## Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário

### A. Estrutura Acionista

#### I. Estrutura do Capital Social

##### 1. Estrutura do Capital Social

O capital social da Sonae – SGPS, S.A. (doravante “Sonae” ou “Sociedade”) é de 2.000.000.000 de euros, integralmente subscrito e realizado, dividido em 2.000.000.000 de ações ordinárias, nominativas, com o valor nominal unitário de um (1) euro.

A distribuição do capital social e respetivos direitos de voto pelos(as) acionistas titulares de participações qualificadas encontra-se discriminada no ponto II.7.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado *Euronext Lisbon*.

##### 2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações

As ações da Sonae não têm qualquer restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade.

##### 3. Ações Próprias

A 31 de dezembro de 2025, a Sociedade detinha 55.221.933 ações próprias em carteira, representativas de 2,76% do capital social, e a que corresponderia igual percentagem de direitos de voto.

##### 4. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonae em acordos significativos

Não existem acordos celebrados pela Sociedade que contenham cláusulas com o objetivo de constituírem medidas defensivas à alteração do seu controlo acionista, nem que cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição. A maioria do capital social da Sociedade é imputada a uma única sociedade acionista.

##### 5. Medidas defensivas em caso de mudança de controlo

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas.

##### 6. Acordos parassociais

O Conselho de Administração desconhece a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sociedade.

#### II. Participações sociais e valores mobiliários detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização

##### 7. Participações qualificadas

Participações qualificadas no capital da Sociedade, refletidas a 31 de dezembro de 2025, por referência ao art.º 16.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, bem como a percentagem de capital e de votos imputáveis e a fonte e causas da imputação, calculados nos termos do artigo 20.º do CVM, em cumprimento do artigo 29-H do CVM.



Acionista	N.ºações	% Participação no capital social	% Capital social e direitos de voto*	% direitos de voto passíveis de exercício**
<b>Efanor Investimentos, SGPS, S.E.***</b>				
Diretamente	200.100.000	10,0050%	10,0050%	10,2891%
Através da Pareuro, BV (sociedade dominada pela Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	849.533.095	42,4767%	42,4767%	43,6828%
Através de Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (Administradora da Sonae SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	1.207.214	0,0604%	0,0604%	0,0621%
Através de Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Administrador da Sonae, SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	1.650.067	0,0825%	0,0825%	0,0848%
Através de Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (Administrador da Sonae, SGPS, S.A. e da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	641.945	0,0321%	0,0321%	0,0330%
Através da Migracom, S.A. (Sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A., Duarte Paulo Teixeira de Azevedo)	4.786.242	0,2393%	0,2393%	0,2461%
Através da Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A., Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)	2.021.855	0,1011%	0,1011%	0,1040%
Através da Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (sociedade dominada pelo administrador da Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e da Sonae, SGPS, S.A., Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)	662.987	0,0331%	0,0331%	0,0341%
Através de Carlos António Rocha Moreira da Silva (Administrador da Sonae SGPS, SA e da Efanor Investimentos, SGPS, S.E.)	50.000	0,0025%	0,0025%	0,0026%
<b>Total imputável à Efanor Investimentos, SGPS, S.E.</b>	<b>1.060.653.405</b>	<b>53,033%</b>	<b>53,033%</b>	<b>54,5385%</b>
Criteria Caixa, S.A.U.	100.018.273	5,0009%	5,0009%	5,1429%
<b>Total imputável à Criteria Caixa, S.A.U.</b>	<b>100.018.273</b>	<b>5,0009%</b>	<b>5,0009%</b>	<b>5,1429%</b>

Fonte: últimas comunicações recebidas dos titulares de participações qualificadas dirigidas à Sociedade por referência a 31 de dezembro de 2025.

\* Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto nos termos da alínea b) do n.º3 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários.

\*\*Direitos de voto calculados com base na totalidade do capital social com direitos de voto cujo exercício não está suspenso.

\*\*\*A Efanor Investimentos, SGPS, SE deixou, com efeitos a 29 de novembro de 2017, de ter um acionista de controlo, nos termos e para os efeitos dos arts. 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários.

Informação atualizada relativa às participações qualificadas encontra-se disponível no website da sociedade, <https://www.sonae.pt/pt/investidores/estrutura-acionista/>.

## 8. Número de ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentado nos termos do nº 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)

Divulgação do número de ações e de outros valores mobiliários emitidos pela Sociedade que sejam detidos por membros dos órgãos de administração e fiscalização ou por dirigentes, bem como por pessoas com estas estreitamente relacionadas nos termos do artigo 29.º-R do Código dos Valores Mobiliários, e descritivo das transações efetuadas sobre os referidos valores mobiliários no decurso de 2025.

	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2025
		Número	Preço médio (€)	Número	Preço médio (€)		Número
<b>Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)</b>							
Efanor Investimentos, SGPS, SE (1)						Minoritário	
Migracom, SA (3)						Dominante	
Sonae - SGPS, SA - Ações							1 650 067
Compra	14/01/2025	115 000	0,902				
Compra	15/01/2025	155 000	0,907				
Compra	16/01/2025	61 248	0,909				
<b>Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) (**)</b>							
Enxomil - Consultoria e Gestão, SA (6)						Dominante	
Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA (7)						Dominante	
Sonae - SGPS, SA - Ações							641 945
Compra	01/04/2025	138 246	1,062				
Alienação	03/09/2025			700 000	1,27		
<b>Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)</b>							
Efanor Investimentos, SGPS, SE (1)						Minoritário	
Sonae - SGPS, SA - Ações							1 207 214
Compra	12/12/2025	189 314	1,614				
Sonae - SGPS, SA - Obrigações							572
Linhacom, SGPS, SA (5)						Dominante	
<b>Carlos António Rocha Moreira da Silva (*) (**)</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							50 000
<b>Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh (*)</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							112 300
<b>João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores (*)</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							481 653
Compra	01/04/2025	195 722	1,062				
<b>Eduardo Humberto dos Santos Piedade (****)</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							35 639

	Data	Aquisições		Alienações		Posição em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2025
		Quantidade	Valor Md. (€)	Quantidade	Valor Md. (€)		Quantidade
<b>(1) Efanor Investimentos, SGPS, SE</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							200 100 000
Pareuro, BV (2)						Dominante	
<b>(2) Pareuro, BV</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							849 533 095
<b>(3) Migracom, SA</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							4 786 242
Sonae - SGPS, SA - Obrigações							1 908
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)						Minoritária	
<b>(4) Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							5 398 465
Sonae - SGPS, SA - Obrigações							1 986
<b>(5) Linhacom, SGPS, SA</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							0
Alienação	12/12/2025			189 314	1,614		
Imparfin - Investimentos e Participações Financeiras, SA (4)						Minoritária	
<b>(6) Enxomil - Consultoria e Gestão, SA</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							2 021 855
<b>(7) Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA</b>							
Sonae - SGPS, SA - Ações							662 987

\* Administrador da Sociedade

\*\* Administrador da Efanor Investimentos SGPS, SE (sociedade direta e indiretamente dominante) (1)

\*\*\*\* Administrador da Sonae – SGPS, S.A. desde 3 de julho de 2025. Foi considerado o período compreendido entre essa data e 31 de dezembro do mesmo ano.

## 9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital

O Conselho de Administração não tem competência para deliberar sobre esta matéria, sendo uma competência exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas.

## 10. Relações significativas de natureza comercial entre os(as) titulares de participações qualificadas e a Sociedade

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os (as) titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

# B. Órgãos Sociais e Comissões

## I. Assembleia Geral

As Assembleias Gerais de Acionistas são conduzidas pela Mesa da Assembleia Geral cujos membros são eleitos(as) pelos(as) acionistas para um mandato de quatro anos coincidente com o mandato dos demais órgãos sociais.

### a. Composição da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

## 11. Identificação e Mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral

Na Assembleia Geral de 2023 foram eleitos para membros da Mesa, para o mandato 2023-2026:

Mesa da Assembleia Geral	
Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena	Presidente
Maria Daniela Farto Baptista Passos	Secretária

## b. Exercício do direito de voto

### 12. Restrições em matéria de direito de voto

#### 12.1. Limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações

O capital social da Sociedade é representado, na sua totalidade, por uma única categoria de ações, ordinárias, correspondendo a cada ação um voto. Não existem quaisquer limitações estatutárias ao exercício do direito de voto. O bloqueio das ações não é condição de participação na Assembleia Geral, sendo a “Data de Registo” o momento relevante para a comprovação da qualidade de acionista e para o exercício dos correspondentes direitos de participação e votação em Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no número 1 do artigo 23.º-C do CVM. A “Data de Registo” é também o momento temporal relevante para a participação e votação dos(as) acionistas que a título profissional detenham ações em nome próprio, mas por conta de clientes.

#### 12.2. Representação

O direito de voto por representação e o seu modo de exercício encontram-se descritos nas respetivas convocatórias das Assembleias Gerais, em observância da lei e dos Estatutos.

Os(as) acionistas podem fazer-se representar na Assembleia Geral mediante documento de representação escrito, dirigido e enviado ou entregue ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao início dos trabalhos (ou, participando na Assembleia Geral por via telemática, no prazo estabelecido na respetiva convocatória), que contenha o nome, o domicílio do(a) representante e a data da reunião da Assembleia Geral, podendo, para o efeito, ser utilizado o endereço de correio eletrónico disponibilizado pela Sociedade.

Um(a) acionista pode nomear diferentes representantes relativamente às ações detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo do princípio da unidade de voto, nos termos do artigo 385.º do Código das Sociedades Comerciais, e da votação em sentido diverso permitida aos(às) acionistas que, a título profissional, detenham ações em nome próprio, mas por conta dos(as) clientes.

Dentro dos prazos legais estabelecidos, a Sociedade disponibiliza informação adequada para que os(as) acionistas que pretendam ser representados, forneçam instruções de voto aos(às) seus(suas) representantes, através da divulgação das propostas a serem submetidas à Assembleia Geral e de um modelo de carta de representação, todos disponíveis no website da Sociedade (<https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>).

#### 12.3. Voto por correspondência

Os(as) acionistas podem votar por correspondência em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral. Sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade acionista, serão considerados os votos por correspondência recebidos na sede da Sociedade, por meio de carta registada com aviso de receção dirigida ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou por via eletrónica, com pelo menos três dias úteis de

antecedência em relação à data da Assembleia. A declaração de voto deverá, no caso de ser enviada através de carta registada, ser assinada pelo(a) titular das ações, ou pelo(a) seu(sua) representante legal, devendo o(a) acionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia certificada do seu documento de identificação nacional ou de passaporte, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, com a redação introduzida pela Lei n.º 32/2017, de 1 de junho ou, alternativamente, conter a mesma declaração a assinatura reconhecida nos termos legais aplicáveis, e, se pessoa coletiva, ser a assinatura do representante legal, pessoa física, reconhecida com menção da qualidade e poderes para a prática do ato. No caso de a declaração de voto ser enviada por via eletrónica, deverá a mesma obedecer aos requisitos determinados pelo(a) Presidente da Mesa na convocatória da respetiva Assembleia Geral, tendo em vista assegurar equivalente segurança e fiabilidade.

Compete ao(à) Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao(à) seu(sua) substituto(a), verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

#### 12.4. Voto eletrónico

O voto eletrónico encontra-se disponível a sua forma de exercício é definida na convocatória da Assembleia Geral, sendo disponibilizado, em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>, um formulário destinado à solicitação dos elementos técnicos necessários para o seu exercício.

A Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2025, teve lugar na sede da Sociedade e com recurso a meios telemáticos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 377.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 24.º Estatutos da Sociedade.

Foram disponibilizados aos acionistas todos os meios necessários para o exercício do voto por via eletrónica, os quais foram verificados de forma a assegurar a autenticidade e a confidencialidade. Os acionistas foram igualmente munidos de toda a informação solicitada relativa à sua participação.

### 13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um(a) único(a) acionista ou por acionistas que com aquele(a) se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art.º 20.º do CVM

Não existe qualquer limitação estatutária ao exercício do direito de voto.

#### 14. Quórum Deliberativo

Nos termos estatutários, a Assembleia Geral só pode deliberar em primeira convocação se estiverem presentes ou representados(as) acionistas que detenham mais de cinquenta por cento (50%) do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode deliberar independentemente do

número de acionistas presentes ou representados e do capital social que representem.

O quórum deliberativo da Assembleia Geral está em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.

## II. Administração e supervisão

### a. Composição

#### 15. Identificação do modelo de governo adotado

A Sociedade adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração e a estrutura de fiscalização composta pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica da Sociedade e proceder à designação e supervisão da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por ele constituídas.

O Conselho de Administração considera que o modelo de governo adotado se demonstra adequado ao exercício das competências de cada um dos órgãos sociais, assegurando, de forma equilibrada, quer a sua independência, quer o funcionamento do respetivo interface. Adicionalmente, as comissões especializadas, adstritas a suportar o Conselho de Administração em matérias de especial relevância, maximizam a qualidade da performance do órgão de administração, reforçando a excelência do seu processo decisório.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal eleitos para o mandato 2023-2026, foram avaliados ao abrigo da Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização aprovada na Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2021, a qual se encontrava em vigor à data da respetiva eleição.

A [Política atualmente em vigor](#), constitui a proposta número quatro, apresentada e aprovada na referida Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023. A referida política, numa lógica de continuidade com a sua versão anterior, é orientada pela afirmação de diversos princípios estruturantes, incluindo quanto à diversidade, que aqui se transcrevem:

#### “1. Finalidade da Política

Os candidatos a membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sonae – SGPS, S.A. (doravante a “Sonae” ou a “Sociedade”) devem ser selecionados através de processos de seleção transparentes que objetivamente avaliem a sua adequação, individual e coletiva, tendo em conta as competências legais e estatutárias do órgão que irão integrar e, se aplicável, a natureza executiva ou não executiva e âmbito do respetivo pelouro funcional. Nos processos de seleção devem ser, em particular, observados

critérios de meritocracia e de diversidade de composição, com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres, para maximização da capacidade de desempenho do órgão e equilíbrio da respetiva composição, de acordo com as melhores práticas de mercado e o enquadramento legal e recomendatório aplicável.

## 2. Critérios de Mérito Individual

2.1. Experiência. O perfil do candidato deve evidenciar experiência no exercício de cargos com a senioridade necessária à avaliação e desafio dos gestores mais seniores do Grupo e cujas valências possam aduzir um contributo pertinente para a definição da estratégia corporativa do Grupo e das suas principais subsidiárias. Na avaliação da adequação do perfil do candidato deve ser considerada a sua prévia experiência na participação em processos de decisão complexos, sob condicionantes de tempo e de densidade de temáticas, que evidenciem a resiliência e perseverança da sua clareza de propósito, capacidade de análise, e capacidade de comunicação.

2.2. Competência. Os candidatos devem possuir conhecimentos especializados de setores de atividade, mercados e geografias de relevante atuação da Sonae ou competências técnicas especialmente importantes de forma a que o Conselho, no seu conjunto, tenha inequivocamente a capacidade de identificação e avaliação da envolvimento estratégica e dos fatores de risco da atividade do Grupo. Os candidatos devem assumir o compromisso de consistentemente manterem os seus conhecimentos atualizados e ajustados a um elevado nível de excelência, por forma a, a cada momento, estarem habilitados, conforme o perfil das suas funções, a implementar, supervisionar e desafiar a estratégia e políticas do Grupo.

2.3. Independência e Integridade. No processo de seleção do candidato deve ser considerado um perfil de atuação que assegure credibilidade, lealdade e transparência no cumprimento tempestivo dos deveres fiduciários em alinhamento material com as boas práticas de governo e com os valores e princípios éticos da Sonae. O perfil dos candidatos deve evidenciar a capacidade de exercício de funções com isenção, sentido crítico, autonomia e independência.

2.4. Disponibilidade. Na avaliação da adequação deve ser valorizada a disponibilidade para a afetação do tempo adequada ao cabal exercício da função e das suas responsabilidades.

## 3. Requisitos de Composição Coletiva do Órgão

3.1. Complementaridade. A composição do órgão deve assegurar a complementaridade dos perfis dos candidatos para maximização do nível de desempenho do coletivo do órgão, no cumprimento das respetivas funções legais e estatutárias em todas as áreas relevantes de atuação.

3.2. Diversidade. No processo de seleção de candidatos aos órgãos de administração e de fiscalização deverá ser tendencialmente promovida, na medida do adequado e proporcional às competências particulares do órgão em questão, a diversidade da sua composição, considerando, entre outros fatores, a nacionalidade, as habilitações académicas e o background profissional. A composição dos órgãos societários deverá, em qualquer caso e a todo o tempo, cumprir a diversidade de género imposta pela lei e

enquadrada no quadro recomendatório vigente.

3.3. Conflitos de Interesses. O órgão de administração e o órgão de fiscalização definirão os procedimentos internos em matéria de prevenção e atuação em situação de conflitos de interesses ou de incompatibilidade de exercício de funções, em observância das boas práticas de governo e dos princípios legais aplicáveis.

3.4. Representatividade de membros independentes. O Conselho de Administração deverá incluir um número adequado de membros não-executivos independentes, considerando as recomendações do código de governo societário adotado pela Sonae.

3.5. Regras particulares do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal deverá na sua composição, quer em qualificações profissionais, quer em diversidade de género, quer na representatividade de membros independentes, respeitar os preceitos legais aplicáveis em cada momento em vigor.

## 4. Responsabilidade pela Avaliação

A responsabilidade pela avaliação da adequação dos candidatos a membros para integrar o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal a eleger em Assembleia Geral caberá ao acionista ou acionistas proponentes, ou, a solicitação do acionista ou acionistas proponentes, à Comissão de Vencimentos com as competências constantes do art.º 399.º do Código das Sociedades Comerciais.

A responsabilidade pela avaliação da adequação dos membros a integrar o Conselho de Administração por via de cooptação, nos termos legais aplicáveis, compete ao Conselho de Administração, o qual pode, se o entender, suportar a sua deliberação em proposta da Comissão de Nomeação, nos termos do que se encontrar estabelecido no Regulamento do Conselho de Administração e no Regulamento da Comissão de Nomeação, disponíveis em [www.sonae.pt](http://www.sonae.pt), sem prejuízo da submissão da cooptação realizada a ratificação pela primeira Assembleia Geral de Acionistas seguinte, nos termos do n.º 4 do art.º 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

A responsabilidade pela avaliação da adequação e independência do Revisor Oficial de Contas, bem como a proposta do membro a eleger, é da exclusiva competência do Conselho Fiscal, nos termos da lei.”

No Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, cuja composição se descreve nos pontos 17 e seção III, a), infra, a proporção de membros de cada sexo respeita os limiares referidos no artigo 5.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

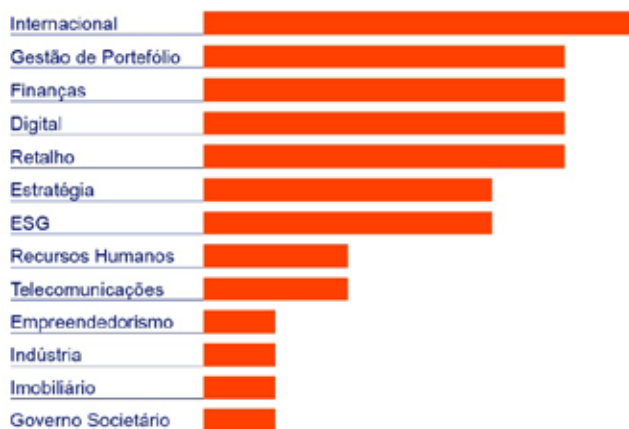
Adicionalmente, a Sociedade tem vindo a aprovar, desde 2019, um [Plano para a Igualdade de Género](#), aplicável aos colaboradores e membros dos órgãos sociais do Grupo.

A diversidade e a experiência profissional dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal encontram-se descritas na Parte IV - Anexo, do presente Relatório, e na tabela abaixo, por referência ao Conselho de Administração.

## Diversidade do Conselho de Administração



## Principais áreas de competência



## 16. Regras estatutárias de designação e de substituição dos(as) administradores(as)

Nos termos da lei e dos Estatutos, os(as) Administradores(as) são eleitos(as) pela Assembleia Geral para integrar o Conselho de Administração.

Nos termos estatutários admite-se que um(a) Administrador(a) possa ser eleito(a) individualmente se existirem propostas subscritas por acionistas que possuam, isoladamente ou em conjunto com outros(as) acionistas, ações representativas de entre dez a vinte por cento do capital social. O(a) mesmo(a) acionista não pode subscrever mais do que uma lista. Cada proposta deverá conter a identificação de, pelo menos, duas pessoas elegíveis. Se existirem várias propostas subscritas por diferentes acionistas ou grupos de acionistas, a votação incidirá sobre o conjunto das listas. Os Estatutos estabelecem, em conformidade com a lei, que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer Administrador(a), que não o(a) Administrador(a) eleito(a) ao abrigo da regra das minorias (caso em que se procederá a nova eleição), o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos(as) acionistas na Assembleia Geral seguinte.

No âmbito do exercício do poder de cooptação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeação é responsável pela identificação de potenciais candidatos(as) ao cargo de Administrador(a) com o perfil adequado ao exercício das funções de administração e em conformidade com a Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização aprovada.

A falta definitiva, por qualquer motivo, de Administrador(a) eleito(a) ao abrigo das regras especiais acima descritas, determina a obrigação de uma nova eleição pela Assembleia Geral.

Compete ao Conselho de Administração designar o(a) seu(sua) Presidente.

## 17. Composição do Conselho de Administração

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração pode ser composto por um número par ou ímpar de membros, entre um mínimo de três (3) e um máximo de treze (13), eleitos pelos(as) acionistas em Assembleia Geral, tendo o(a) Presidente do Conselho de Administração voto de qualidade.

Na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023, foram eleitos(as) os membros para integrar o Conselho de Administração no mandato 2023-2026, que atualmente tem a seguinte composição:

Conselho de Administração	Primeira nomeação	Fim do presente mandato
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Paulo Azevedo)	2000	2026
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (Ângelo Paupério)	2000	2026
José Manuel Neves Adelino (José Neves Adelino)	2007	2026
Marcelo Faria de Lima	2015	2026
Carlos António Rocha Moreira da Silva (Carlos Moreira da Silva)	2019	2026
Fuenciscla Clemares	2019	2026
Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh (Philippe Haspeslagh)	2019	2026
Eve Henrikson	2023	2026
Maria Teresa Ballester Fornes (Maria Teresa Ballester)	2023	2026
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo (Cláudia Azevedo)	2019	2026
João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores (João Dolores)	2019	2026
Eduardo Humberto dos Santos Piedade (Eduardo Piedade)	2025	2026

A 3 de julho de 2025, João Nonell Günther Amaral renunciou ao cargo de membro executivo do Conselho de Administração. Eduardo Humberto dos Santos Piedade, foi cooptado, na mesma data. Esta cooptação será submetida a ratificação na próxima Assembleia Geral Anual.

## 18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

A composição do Conselho de Administração obedece a um equilíbrio coletivo entre o número de Administradores(as) Executivos(as) e Não Executivos(as) e, entre estes, a um número adequado de membros independentes.

Esta composição é ajustada à dimensão, natureza e complexidade dos negócios desenvolvidos pela Sociedade e pelo Grupo, bem como aos riscos inerentes, garantindo uma competente supervisão, monitorização e avaliação eficazes da atuação dos membros executivos do Conselho de Administração.

A Sociedade dispõe assim de um Conselho de Administração composto por doze membros, nove dos quais são membros não-executivos.

Conselho de Administração	
Paulo Azevedo	Presidente Não Executivo
Ângelo Paupério	Administrador Não Executivo
José Neves Adelino	Administrador Não Executivo
Marcelo Faria de Lima	Administrador Não Executivo
Carlos Moreira da Silva	Administrador Não Executivo
Fuenciscla Clemares	Administradora Não Executiva
Philippe Haspelagh	Administrador Não Executivo
Eve Henrikson	Administradora Não Executiva
Maria Teresa Ballester	Administradora Não Executiva Independente
Cláudia Azevedo	CEO – Presidente da Comissão Executiva
João Dolores	CFO – Administrador Executivo
Eduardo Piedade	CDO – Administrador Executivo

No que respeita à independência dos membros do Conselho de Administração, a Sociedade adota os critérios definidos na Recomendação IV.2.4 do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (“IPCG”), na sua revisão de 2023, critérios estes que se mostram coincidentes com os da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Na avaliação da independência dos membros do Conselho, adota-se assim uma abordagem abrangente que contempla a cobertura completa dos critérios clássicos de independência, verificando relações laborais ou comerciais dos últimos três anos, a existência de vínculos com acionistas detentores de participações superiores a 2% do capital social e a presença de vínculos familiares diretos, a verificação da ausência de remuneração extra além do cargo exercido na sociedade, a avaliação das relações com *stakeholders*-chave – como clientes, fornecedores significativos e auditores externos – e o histórico de mandatos.

A manutenção das condições de independência é aferida periodicamente, estando os(as) Administradores(as) Não Executivos Independentes adstritos(as) ao dever de comunicação imediata da ocorrência de qualquer facto que determine a perda desta qualidade.



São assim considerados independentes, à luz dos critérios acima referidos, os(as) seguintes Administradores(as) Não Executivos(as):

Membros Não Executivos Independentes
Marcelo Faria de Lima
Fuencisla Clemares
Philippe Haspeslagh
Eve Henrikson
Maria Teresa Ballester

De acordo com as melhores práticas de governo societário e em cumprimento do estabelecido no nº 3 do artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração, o Conselho de Administração, na sua reunião de 9 de maio de 2023, designou o Administrador José Neves Adelino como Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”). Em 16 de maio de 2023, o Conselho de Administração nomeou o Administrador Philippe Haspeslagh como Administrador Independente Sénior (“SID Director”). Em continuidade com o modelo consistentemente praticado pela Sociedade, estes membros não executivos, no contexto das respetivas responsabilidades atribuídas pelo Conselho de Administração e enquanto, respetivamente “Lead Director” e “SID Director”, facilitam o desempenho das funções dos(as) demais Administradores(as) Não Executivos(as), ao promoverem:

- A coordenação, de acordo com as melhores práticas de governo societário, do exercício das funções dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as), quer no seio do Conselho de Administração, quer nas respetivas comissões especializadas deste órgão de que fazem parte, garantindo-se, assim, a existência de condições reforçadas para o exercício das suas competências de forma independente e informada;
- A existência de um adequado e tempestivo fluxo de informação a prestar pela Comissão Executiva, através do cumprimento dos procedimentos de reporte estabelecidos;
- A observância de um procedimento de divulgação atempada da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias dos restantes órgãos sociais e comissões, garantindo a disponibilização das convocatórias, atas e documentação de suporte às decisões tomadas;
- A concretização da missão da Comissão de Ética, da qual é Presidente o Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”).

## 19. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração

Os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração em exercício encontram-se no Anexo a este Relatório.

## 20. Relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, de membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada

O Presidente do Conselho de Administração, Paulo Azevedo, e a Presidente da Comissão Executiva, Cláudia Azevedo, são irmãos, acionistas e membros do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.E., sociedade a quem é imputado o controlo da maioria do capital social e dos direitos de voto da Sonae. Os Administradores Não Executivos Ângelo Paupério e Carlos Moreira da Silva são ambos Administradores da Efanor Investimentos, SGPS, S.E..

Para além das acima identificadas e de acordo com as declarações individualmente prestadas, não existem quaisquer outras relações familiares, profissionais e comerciais, habituais e significativas, entre acionistas titulares de participações qualificadas dos direitos de voto e os demais membros do Conselho de Administração.

## 21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade

As competências foram repartidas entre os vários órgãos sociais nos termos que se descrevem:



A estrutura corporativa é assessorada pelas seguintes direções corporativas:



### Legal e Governo Corporativo

Principais responsabilidades:

- Apoio legal ao órgão de administração;
- Acompanhamento da evolução do enquadramento legislativo, regulatório e de *Corporate Governance* aplicável e dos respetivos riscos;
- Apoio legal ao centro corporativo e às suas áreas;
- Apoio legal à atividade da Sonae e gestão de portefólio;
- Relação com a Euronext Lisbon, com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e com os(as) acionistas no âmbito de temas legais;
- Gestão legal da política do Governo das Sociedades, com vista ao cumprimento das melhores práticas;
- Coordenação da partilha de experiências e conhecimento em matéria de governo das sociedades e de outras questões legais dentro do Grupo;

- Participação ativa em fóruns de discussão promovidos por entidades supervisoras e/ou entidades emitentes;
- Apoio legal transversal nos projetos de M&A (*mergers and acquisitions*);
- Assegurar, quando aplicável, o cumprimento das normas e/ou divulgações exigidas pela legislação aplicável às sociedades cotadas, bem como garantir que os regulamentos e as recomendações em matéria de *Corporate Governance* são cumpridos;
- Organização e gestão do processo das Assembleias Gerais Anuais e das Assembleias Gerais Extraordinárias;
- Participação, em representação da Sonae, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de *Corporate Governance* em Portugal.

### Assuntos Fiscais

Principais responsabilidades:

- Desenvolvimento, formação e partilha de competências fiscais;
- Apoio na definição das estruturas societárias, nomeadamente no apoio à internacionalização;
- Consultoria nas atividades de Fusões e Aquisições, bem como às operações de reestruturação;
- Relações Institucionais, nomeadamente na gestão proativa de matérias fiscais;
- Otimização da eficiência fiscal, nomeadamente:
- Controlo e monitorização de todos os procedimentos fiscais;
- Garantia do cumprimento das obrigações fiscais;
- Controlo de todos os grupos fiscais existentes;
- Gestão dos dossiers de preços de transferência e da declaração financeira e fiscal por país (CBCR: *country by country report*);
- Monitorização de todos os processos de litigação contra a Administração Fiscal.
- Apoio na implementação de processos de negócio com impactos fiscais.

### Auditoria Interna

Principais responsabilidades:

- Execução de auditorias aos processos mais relevantes dos negócios, auditorias de segurança alimentar e auditorias aos sistemas de informação e auditorias sobre

proteção de dados pessoais dos negócios de retalho, imobiliário (Sierra) e gestão de investimentos (Bright Pixel) e Serviços Financeiros (Universo);

- Apoio operacional à comissão de coordenação de auditoria da Sonae.

### Marca e Comunicação

Principais responsabilidades:

- Proteger e desenvolver a reputação da Sonae, orientados pelos seus valores;
- Comunicar eficazmente a cultura, os valores e o propósito da Sonae a stakeholders internos e externos;
- Fortalecer a pegada digital da Sonae, aproveitando a tecnologia para promover um envolvimento impactante e oferecer experiências consistentes e de confiança em todos os canais;
- Desenvolver e implementar uma estratégia de ativismo corporativo para criar impacto social duradouro, fortalecendo comunidades através de parcerias, investimento social e programas de voluntariado.

### Tesouraria e Finanças

Principais responsabilidades:

- Otimização da função financeira da Sociedade e dos negócios de retalho, através da proposta, implementação e controlo de políticas de riscos financeiros adequados;
- Condução de todas as operações de financiamento da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Negociação e contratação de produtos e serviços bancários para a Sociedade e para os negócios de retalho;
- Gestão da tesouraria pagamentos e meios de recebimento da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Gestão dos diversos riscos financeiros da Sociedade e dos negócios de retalho;
- Elaboração de políticas de risco de crédito adequadas às características dos diversos negócios da Sonae;
- Apoio às diferentes áreas funcionais na alocação de capitais e gestão de riscos financeiros;
- Apoio nas operações de fusões, aquisições e desinvestimento;
- Apoio aos negócios da Sonae na execução de transações em mercados monetários, de taxa de juro, cambiais e de *commodities*;

- Apoio à comissão de finanças da Sonae;
- Suporte à elaboração do reporte financeiro e de monitorização dos principais riscos financeiros.

### Fusões e Aquisições

Principais responsabilidades:

- Desenvolvimento e execução de Fusões e Aquisições a nível corporativo e de unidade de negócio no grupo Sonae, incluindo apoio à gestão do portefólio corporativo;
- Assegurar a identificação, avaliação, *due diligence*, negociação e execução de aquisições, alienações e joint-ventures no grupo Sonae;
- Reforçar o *business networking* com os principais *players* da indústria e de M&A.

### Gestão de Risco

Principais responsabilidades:

- Promoção de uma cultura de sensibilização para o risco em toda a organização;
- Desenvolvimento da política de gestão de risco, assegurando que esta se mantém atualizada;
- Desenvolvimento, implementação, revisão e manutenção de processos e metodologias de gestão de risco;
- Acompanhamento das atividades de gestão de risco e do seu reporte;
- Colaboração na identificação dos riscos críticos e acompanhamento do seu desenvolvimento e da implementação de indicadores de risco e de ações de mitigação;
- Apoio aos negócios no desenvolvimento de processos de resposta aos riscos, nomeadamente planos de contingência e de continuidade dos negócios;
- Apoio operacional ao grupo consultivo de gestão de risco da Sonae;
- Liderar a estratégia de cibersegurança na organização, definindo políticas, normas e boas práticas de segurança, com base em indicadores de risco;
- Promover uma cultura de privacidade, garantindo a conformidade com a legislação aplicável através da monitorização dos riscos;
- Liderar o processo de transferência dos riscos transversais a toda a organização para o mercado segurador, cumprindo com os níveis de apetite ao risco;

- Acompanhar os planos de mitigação de risco e monitorizar os principais indicadores de risco.

### Melhoria Contínua – Centro de Competências (IOW – Improving Our Work)

Principais responsabilidades:

- Desenvolver o sistema de melhoria contínua da Sonae (IOW);
- Desenvolver e disponibilizar formação IOW para todos os negócios da Sonae, em boas práticas de gestão IOW;
- Coordenar, desafiar, capacitar e suportar os responsáveis pela implementação e sustentação do IOW em todos os negócios e geografias da Sonae;
- Desafiar e aconselhar as lideranças dos negócios sobre a adoção de boas práticas de gestão de IOW, tendo em vista a obtenção de resultados de classe mundial;
- Promover a partilha entre negócios de boas práticas de gestão, assim como celebrar casos com bons resultados;
- Coordenar a atividade do grupo consultivo de IOW, propondo novas políticas e orientações sobre boas práticas para trabalhar melhor.

### Planeamento estratégico

Principais responsabilidades:

- Apoiar o desenvolvimento da estratégia, tanto ao nível corporativo como ao nível das unidades de negócio;
- Desafiar os negócios e as áreas corporativas quanto aos seus objetivos, com vista à melhoria contínua e à otimização da eficiência, desempenho e resultados da Sonae.
- Impulsionar decisões relativas à alocação de capital aos negócios existentes e a novas oportunidades de negócio, em linha com os objetivos estratégicos da Sociedade;
- Avaliar as condições e tendências de mercado, promovendo um entendimento partilhado ao nível do centro corporativo e dos negócios;
- Monitorização, implementação e partilha de informação macroeconómica relevante para os vários negócios.

## Controlo de Gestão

Principais responsabilidades:

- Desafio aos negócios e áreas corporativas quanto aos objetivos a que se propõem de modo a, constantemente, melhorar e otimizar a eficiência dos negócios do grupo, a sua performance e resultados;
- Suporte ao ciclo de planeamento estratégico do grupo, nomeadamente na compreensão e avaliação dos planos estratégicos e financeiros dos negócios do grupo, principais contributos e implicações ao nível consolidado;
- Coordenação do processo anual de orçamento da Sonae e realização do controlo relativo à sua execução;
- Preparação da informação de gestão ao nível dos negócios, bem como ao nível consolidado, mensal, trimestral e anual;
- Suporte às decisões respeitantes à alocação de capital a negócios em curso e a novas oportunidades de negócio (responsabilidade pela análise do capital investido e respetivo retorno);
- Partilha de tendências, informação e melhores práticas entre os vários negócios e áreas corporativas.

## People and Leadership

Principais responsabilidades:

- Liderar a função de Recursos Humanos, moldando ativamente a cultura do Grupo, a atitude de liderança e a sua “*Employee Value Proposal*”;
- Maximizar o valor no longo prazo das empresas do portefólio, garantindo que os negócios da Sonae se mantêm competitivos e que têm as competências necessárias no futuro, através da ativação e entrega, em articulação com as diferentes empresas do Grupo, das estratégias de gestão de talento, gestão de desempenho, desenvolvimento de pessoas, gestão de compensação e recompensas, experiência de colaborador e de diversidade, equidade e inclusão;
- Conduzir o futuro do Grupo Sonae em matéria de cultura e gestão de Talento, desafiando o presente e agindo como agente de mudança, encorajando um pensamento transformativo e criando uma cultura de aprendizagem contínua;
- Definir os princípios orientadores da estratégia de gestão de pessoas, bem como os seus processos chave, de forma a garantir uma leitura comum entre as diferentes empresas do Grupo, respeitando simultaneamente um modelo organizacional descentralizado;

- Tutelar o grupo consultivo de Recursos Humanos de forma a garantir alinhamento entre as empresas do Grupo e a consistência das práticas de RH com a respetiva estratégia;
- Apoio ao Conselho de Administração no sentido de assegurar condutas e comportamentos consistentes com os valores e a cultura da Sonae;
- Assegurar que os altos quadros do Grupo são compostos por pessoas com o talento adequado, que promova um forte alinhamento com os objetivos estratégicos e a visão de longo prazo da Sonae;
- Dar apoio à Comissão de Nomeação e à Comissão de Remuneração, assegurando o alinhamento com as melhores práticas e as prioridades estratégicas do Grupo.

## Relações com Investidores

Principais responsabilidades:

- Gestão da relação entre a Sonae e a comunidade financeira, nomeadamente com investidores e analistas, através de contactos e da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa;
- Apoio ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, providenciando-lhes informação relevante sobre o mercado de capitais assim como *feedback* da comunidade financeira relativo à Sonae;
- Apoio à comunicação externa, contribuindo para o alinhamento da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais e dos órgãos de comunicação social.

## Relações Institucionais

Principais responsabilidades:

- Gerir a representação institucional do Grupo junto de entidades políticas, organismos públicos e organizações não-governamentais, bem como a participação institucional em fóruns estratégicos, nacionais e internacionais, com impacto na definição do ambiente regulatório;
- Analisar o processo político e o quadro legislativo da União Europeia e de Portugal, com vista a identificar riscos e oportunidades, especialmente aqueles que afetam as diferentes áreas de atividade da Sonae, bem como promover estratégias de ação consequentes;
- Produzir e disseminar análises e posições transversais ao Grupo, que, quando partilhadas com partes interessadas externas, procuram contribuir para a criação de um ambiente de negócios mais dinâmico e competitivo;

- Construir relações duradouras de modo a reforçar a reputação do Grupo como um parceiro-chave no desenvolvimento de um contexto económico equilibrado.

## Sustentabilidade

Principais responsabilidades:

- Apoiar a Comissão Executiva na definição, implementação e monitorização da estratégia de sustentabilidade da Sonae de modo a assegurar o alinhamento com os objetivos corporativos de longo prazo e com as melhores práticas internacionais;
- Liderar a implementação de iniciativas de sustentabilidade para elevar e dar visibilidade às melhores práticas de sustentabilidade transversais aos diversos negócios do Grupo;
- Coordenar a atividade do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, enquanto plataforma de partilha de conhecimento, com o objetivo de promover a colaboração e acelerar os resultados das empresas do Grupo Sonae;
- Estabelecer uma rede, interna e externa, de consultores e de soluções que promovam a inovação e a realização de experiências em matéria de sustentabilidade, superando os principais desafios;
- Consolidar a gestão e a performance em matéria de sustentabilidade das empresas do Grupo, de modo a assegurar um reporte e uma comunicação efetiva com os principais *stakeholders*;
- Representar a Sonae junto das entidades e fóruns relevantes (a nível nacional e internacional) e promover a consciencialização e conhecimento da sustentabilidade interna e externamente.

## Accounting and Business Solutions (ABS)

Principais responsabilidades:

- Gestão eficaz e eficiente dos processos administrativos dos negócios de retalho e da Sonae, incluindo as seguintes áreas: Contas a Pagar, Contas a Receber; Contabilidade; e Consolidação de Contas;
- Controlo e supervisão dos vários processos contabilísticos, registos e transações, garantindo a sua fiabilidade e o reporte atempado da informação financeira, fiscal e de gestão;
- Elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das diversas empresas do Grupo;
- Apoiar e monitorizar os processos de auditorias anuais, em coordenação com o Conselho Fiscal;

- Coordenação com o Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas.

## Transformação

Principais responsabilidades:

- Liderar iniciativas de transformação: liderar iniciativas que visam promover mudanças positivas dentro da Sonae, estendendo o seu impacto para além das fronteiras da organização. As principais áreas de atuação incluem:
  - Transformação Cultural: atuar como catalisador no processo de transformação cultural, de modo a posicionar estrategicamente a Sonae para os desafios das próximas décadas;
  - Requalificar Trabalhadores: apoiar programas de requalificação pensados para habilitar pessoas, promovendo a aprendizagem ao longo da vida, e facilitando a transformação das empresas rumo a um futuro mais sustentável;
  - Colaborar com partes interessadas (*Stakeholders*): colaborar de modo efetivo com os *stakeholders* internos e externos à organização, de modo a estabelecer parcerias que reforcem o alcance e a efetividade das iniciativas de transformação;
  - Contribuir como parceiro especializado: contribuir com expertise para iniciativas relevantes que possam beneficiar do conhecimento da equipa e de orientação em matéria de transformação cultural e iniciativas educacionais, de forma a assumir um papel de relevo na modulação das decisões estratégicas;
  - Antecipação proativa de iniciativas: antecipar necessidades adicionais de iniciativas de transformação que tenham importância estratégica. Manter-se na vanguarda no que respeita à identificação de oportunidades emergentes para mudanças positivas.

A Sociedade criou igualmente as seguintes estruturas permanentes de coordenação e partilha de conhecimento, todas elas presididas por membros do seu Conselho de Administração:

### Comissão de Finanças e Tesouraria

A Comissão de Finanças e Tesouraria é composta por cada um(a) dos(as) Administradores(as) detetores do pelouro da área financeira, (CFOs ou diretores financeiros) pelos(as) diretores(as) responsáveis pela área de *corporate finance* em cada um dos negócios e pelos(as) diretores(as) funcionais do Centro Corporativo, considerados relevantes para os assuntos em agenda. A Comissão reúne mensalmente com as principais responsabilidades:

- Analisar e discutir as matérias financeiras com mais relevo para os negócios da Sonae;
- Monitorizar a evolução dos mercados de dívida e das relações com os bancos;
- Monitorizar a evolução dos mercados de capitais;
- Monitorizar o desenvolvimento dos mercados financeiros;
- Elaborar relatórios sobre a situação financeira do Grupo Sonae e a execução do orçamento;
- Partilhar experiências sobre as melhores práticas no domínio financeiro e coordenar a abordagem aos mercados financeiros;
- Monitorizar a evolução financeira do Grupo e as políticas de financiamento de cada negócio.

### Comissão de Coordenação de Auditoria

A Comissão de Coordenação de Auditoria é integrada pelos membros dos conselhos de administração dos negócios com o pelouro da função, bem como pelos(as) responsáveis pela auditoria interna da Sociedade e dos negócios da Sonae e o(a) Diretor(a) de Gestão de Risco do Grupo. A Comissão reúne trimestralmente e tem as seguintes responsabilidades principais:

- Aconselhar o Conselho de Administração em matéria de políticas de auditoria interna e relação com os auditores externos;
- Informar sobre os planos de auditoria interna das empresas Sonae;
- Monitorizar as atividades de auditoria interna, nomeadamente através da análise de relatórios trimestrais e recomendações de melhoria;
- Monitorizar as auditorias externas através da análise dos seus relatórios;
- Decidir sobre a execução de auditorias internas não agendadas;
- Promover o desenvolvimento dos recursos humanos na área da auditoria interna;
- Propor a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de auditoria interna a serem aplicados no Grupo Sonae;
- Dar pareceres e cooperar na seleção do auditor externo da Sociedade;
- Promover a partilha de conhecimentos e experiências entre equipas de auditoria interna dos diferentes negócios.

### Grupo Consultivo de Gestão de Risco

O Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae é composto pelos membros dos Conselhos de Administração dos negócios com o pelouro da função, pelos(as) diretores(as) de Gestão de Risco responsáveis pela função na Sociedade e, em cada um dos negócios, pelo(a) Diretor(a) de Auditoria Interna. O Grupo Consultivo reúne trimestralmente e tem as seguintes responsabilidades principais:

- Rever as políticas existentes em matéria de gestão de risco e propor novas diretrizes na matéria;
- Rever os planos de gestão de risco para cada uma das sociedades do Grupo Sonae;
- Monitorizar as atividades de gestão de risco, nomeadamente através da revisão periódica dos relatórios, propondo recomendações;
- Propor atividades de gestão de risco não calendarizadas;
- Recomendar a aquisição, desenvolvimento e implementação de novos sistemas e metodologias de gestão de risco para o Grupo;
- Promover o conhecimento especializado em matéria de gestão de risco, promovendo a discussão da matéria.

### Grupo Consultivo de Recursos Humanos

O Grupo Consultivo de Recursos Humanos é composto por membros dos Conselhos de Administração dos negócios com o pelouro de Recursos Humanos e pelos(as) diretores(as) responsáveis pela função na Sociedade e em cada um dos negócios. Este grupo reúne com uma periodicidade bimestral e tem como principais objetivos:

- Fazer recomendações sobre políticas diretamente relacionadas com a implementação da estratégia dos negócios ao nível das pessoas;
- Contribuir para a disseminação da cultura da Sonae e acompanhar as políticas transversais ao Grupo;
- Encorajar a disseminação e a partilha das melhores práticas em matéria de colaboradores(as) e gestão de talentos entre empresas do Grupo;
- Adquirir sinergias através da coordenação e negociação de investimentos na área de recursos humanos, quando aplicável;
- Garantir a articulação e coordenação de opiniões entre os vários órgãos de administração e de supervisão da Sonae.

### Grupo Consultivo IOW

O Grupo Consultivo de IOW (*Improving Our Work*) conta com a participação dos(as) CEO's dos vários negócios do Grupo bem como dos(as) responsáveis pela implementação de práticas de melhoria contínua. Este grupo consultivo reúne trimestralmente e tem como principais objetivos:

- Partilhar as atividades de melhoria contínua levadas a cabo em todas as empresas;
- Partilhar as melhores práticas e os resultados de cada uma das empresas;
- Analisar e adaptar estudos casuísticos para uso interno;
- Identificar necessidades e ajustamentos necessários para implementação dos programas de IOW a decorrer;
- Decidir quanto à alocação de recursos.

### Grupo Consultivo de Sustentabilidade

O Grupo Consultivo de Sustentabilidade, apoiado pelo Presidente do Conselho de Administração da Sonae e pela CEO, é presidido pelo *Chief Development Officer*, e é composto pelos(as) administradores(as) e diretores(as) da Sociedade e dos seus vários negócios com responsabilidade sobre temas de sustentabilidade. Este grupo consultivo reúne trimestralmente, tendo como principais objetivos:

- Construir uma visão comum no domínio da gestão da sustentabilidade integradas nos diversos negócios das empresas Sonae;
- Recomendar a implementação de diretrizes comuns ao nível da sustentabilidade, alinhada, sempre que tal seja exequível, com a agenda das Nações Unidas e outras referências internacionais;
- Promover a partilha e desafiar a criação de momentos de debate em matéria de tendências de mercado e cenários futuros, beneficiando do conhecimento de especialistas externos e estudo de casos de referência;
- Garantir a comunicação das recomendações aos diversos órgãos de administração da Sonae, de modo a promover o alinhamento e a sua implementação;
- Coordenar projetos e grupos de trabalho transversais, de modo a promover a colaboração das diversas empresas da Sonae;
- Incentivar práticas de partilha e reporte dentro do Grupo, permitindo um progresso mais abrangente e consistente e uma comunicação mais uniforme no domínio da sustentabilidade.

Existem ainda um conjunto de fóruns que asseguram a comunicação e partilha das melhores práticas em funções consideradas críticas para o Grupo, nomeadamente:

**FINOV**, com a finalidade de estimular e apoiar uma cultura motivada para a inovação na Sonae, capaz de sustentar elevados níveis de criação de valor;

**Fórum Legal**, com o objetivo de promover a partilha de conhecimento entre equipas jurídicas do grupo, incentivar a ampla discussão de questões jurídicas essenciais e apoiar o desenvolvimento de abordagens consistentes na interpretação jurídica, bem como na definição de políticas e procedimentos;

**FINCO**, com a finalidade de reforçar a importância das Tecnologias da Informação em cada uma das áreas de negócio através da partilha de conhecimentos, *networking*, e a promoção de novas soluções tecnológicas;

**Fórum de E-commerce**, com a finalidade de promover a excelência e o crescimento dos diversos canais de e-commerce ao nível do Grupo;

**Fórum Internacional**, com a finalidade de promover a partilha de conhecimento e o *networking* para a criação de oportunidades no domínio das iniciativas de internacionalização da Sonae;

**Fórum Administrativo e Fiscal**, com a finalidade de partilhar conhecimento e experiências, promovendo a existência de sinergias entre os departamentos administrativo e fiscal.

## b. Funcionamento

### 22. Regulamento de funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração e as suas Comissões internas disponibilizam os respetivos regulamentos internos no endereço eletrónico da sociedade <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>

### 23. Número de reuniões e grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, tal como definido nos Estatutos e no seu Regulamento e sempre que o(a) seu (sua) Presidente ou dois dos seus membros o convoquem. O quórum necessário à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração considera-se atingido desde que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

As deliberações do Conselho de Administração são aprovadas por maioria. Quando o Conselho de Administração é composto por um número par de membros, o(a) Presidente, em caso de empate na votação de qualquer deliberação, tem voto de qualidade.



As informações preparatórias e os documentos de apoio sobre os temas a discutir em cada reunião são disponibilizados ao Conselho de Administração com uma antecedência mínima de sete (7) dias em relação à data da respetiva reunião.

As atas são registadas em livro.

No exercício de 2025, realizaram-se 9 (nove) reuniões do Conselho de Administração, com uma taxa de comparência de 100%.

## 24. Órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

A Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral, é responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos(as) acionistas, de acordo com a Política de Remuneração aprovada por estes(as) na Assembleia Geral.

A Comissão de Remuneração, designada pelo Conselho de Administração e constituída por Administradores(as) Não Executivos(as), a maioria dos(as) quais independentes, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho dos Administradores(as) Executivos(as) e de remunerações.

Para o exercício destas funções, estas comissões podem decidir livremente pela contratação de consultores externos de reputada competência e de âmbito de atuação e experiência internacionais.

A independência dos consultores é garantida quer pela sua autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer pela sua larga experiência e credibilidade reconhecida pelo mercado, sendo assegurado que os(as) especialistas selecionados(as) detêm o grau de independência necessário para dar cumprimento ao objetivo para o qual são contratados(as) e, em particular, que a sua independência não é prejudicada pela prestação de serviços significativos à Sociedade ou quaisquer partes com esta relacionadas.

## 25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

A avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as) assenta em critérios pré-determinados, constituídos por indicadores de desempenho objetivos fixados para cada período e alinhados com a estratégia global do crescimento e do desempenho positivo dos negócios numa perspetiva de médio e longo prazo.

Os referidos indicadores são constituídos por KPI (*Key Performance Indicators*) divididos em duas dimensões, cada uma delas com um peso de 50%. KPIs de Criação de Valor Económico (“KPIs What”), que avaliam o desempenho financeiro e estratégico, e KPIs de Criação de Valor Social e Ambiental (“KPIs How”), que avaliam o desempenho em áreas

com Pessoas, Planeta e outras prioridades estratégicas, sendo que esta dimensão inclui, também, um KPI de avaliação individual, que pode combinar indicadores subjetivos e objetivos.

Os critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as) decorrem da aplicação da Política de Remuneração aprovada pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Vencimentos.

A Política de Remuneração para o quadriénio 2023-2026, encontra-se disponível, na versão atualmente em vigor, com as alterações aprovadas na Assembleia Geral Anual de 2024 e na Assembleia Geral Anual de 2025, no seguinte endereço eletrónico: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/>.

## 26. Disponibilidade dos membros do Conselho de Administração

A informação relativa aos cargos exercidos noutras empresas, dentro e fora do grupo, pelos(as) Administradores(as) em funções, bem como outras atividades relevantes desempenhadas no decurso do exercício, encontra-se descrita no Anexo ao presente Relatório.

## c. Comissões do Conselho de Administração

### 27. Identificação das Comissões Criadas pelo Conselho de Administração

Encontram-se constituídas pelo Conselho de Administração as seguintes comissões: Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Finanças, Comissão de Nomeação e Comissão de Remuneração.

Os regulamentos de funcionamento destas Comissões podem ser consultados no [endereço eletrónico da Sociedade](#).

Foi ainda constituída pelo Conselho de Administração a Comissão de Ética, a qual tem competências específicas na promoção do Código de Ética e de Conduta da Sociedade, que inclui o regulamento de funcionamento da Comissão de Ética e pode ser consultado em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

#### 27.1. Delegação de competências na Comissão Executiva

A Comissão Executiva dispõe de todos os poderes de gestão corrente da Sociedade, nos termos da delegação efetuada pelo Conselho de Administração, de acordo com o previsto na legislação aplicável e no respetivo Regulamento.

A deliberação de delegação na Comissão Executiva efetuada pelo Conselho de Administração exclui as seguintes matérias, que se mantêm na competência exclusiva deste órgão:

- Eleição do(a) Presidente do Conselho de Administração;
- Cooptação de administradores(as);
- Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- Aprovação, nos termos da lei, do Relatório de Gestão, e Demonstrações Financeiras;
- Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais da Sociedade;
- Deliberações sobre mudança de sede social e sobre o aumento do capital social;
- Deliberações sobre projetos de fusão, cisão e de transformação da Sociedade;
- Aprovação da estratégia de gestão do portefólio de negócios e respetivas políticas;
- Aprovação do orçamento anual da Sociedade e do plano financeiro de negócios do Grupo e de qualquer alteração significativa a este.

Além da gestão corrente da Sociedade, compete ainda à Comissão Executiva, nomeadamente:

- Apoiar o Conselho de Administração na supervisão da direção estratégica e da performance financeira, na gestão do portefólio, na gestão de risco e no estrito cumprimento da legislação aplicável;
- Recomendar e submeter à aprovação do Conselho de Administração a estratégia as políticas e as principais decisões de negócio e de alocação de capital da Sociedade, implementando as mesmas após serem aprovadas pelo Conselho de Administração e reportando periodicamente a este o seu desenvolvimento e os seus resultados;
- Preparar e propor à aprovação do Conselho de Administração o plano estratégico e financeiro do Grupo, bem como o orçamento anual consolidado e os investimentos a realizar;
- Representar a Sonae nos Conselhos de Administração das diferentes unidades de negócio do Grupo, exercendo uma influência ativa sobre a estratégia e gestão das mesmas, de forma a assegurar que estes estão alinhados com a estratégia corporativa e de sustentabilidade, com os planos financeiros e com os objetivos do Grupo, assim como com os valores e políticas da Sonae;
- Rever e aprovar as demonstrações financeiras e os reportes periódicos, os orçamentos anuais, e os planos estratégicos e financeiros das unidades de negócio do Grupo, através da sua presença nos respetivos Conselhos de Administração;
- Reportar, trimestralmente, ao Conselho de Administração os resultados financeiros consolidados da Sociedade e das suas unidades de negócio, bem como preparar e propor ao Conselho de Administração as propostas de comunicação de resultados ao mercado, de acordo com as exigências legais aplicáveis;

- Manter uma comunicação transparente e eficaz com os *stakeholders* da Sociedade, procurando estar envolvida nas discussões relevantes e que impactem a Sociedade enquanto entidade cotada, assim como com os investidores institucionais e de retalho, os analistas financeiros, e com o setor bancário de forma a captar financiamento externo para suportar as operações da Sociedade, financiar projetos e garantir o seu crescimento sustentável;
- Garantir que a Sociedade dispõe de sistemas de controlo interno eficazes, processos de gestão de risco robustos e que cumpre com as exigências legais e regulatórias aplicáveis, sem prejuízo das competências de acompanhamento e fiscalização que nesta matéria estão atribuídas a outros órgãos da sociedade e comissões do Conselho de Administração, nomeadamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças.

## 28. Composição da Comissão Executiva

A Comissão Executiva tem a seguinte composição:

Comissão Executiva	
Cláudia Azevedo	CEO
João Dolores	CFO
Eduardo Piedade*	CDO

\*A 3 de julho de 2025, João Nonell Günther Amaral renunciou ao cargo de membro executivo do Conselho de Administração. Na mesma data, Eduardo Piedade, foi cooptado para o cargo de CDO.

### 28.1. Funcionamento da Comissão Executiva

A Comissão Executiva reúne, pelo menos, uma vez por mês e sempre que qualquer um dos seus membros requeira a sua convocação. A Comissão Executiva não poderá funcionar sem a presença da maioria dos seus membros, podendo qualquer administrador executivo fazer-se representar nas reuniões da Comissão Executiva por qualquer outro membro mediante carta dirigida ao Presidente da Comissão, indicando o dia e hora da reunião a que se destina, a qual será mencionada na ata e arquivada. A participação através de meios telemáticos e o voto por correspondência são permitidos, nos termos da lei.

As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por unanimidade dos votos expressos.

As deliberações tomadas nas reuniões da Comissão Executiva são registadas em atas, nas quais são igualmente registadas as presenças, os temas discutidos e as decisões tomadas. As agendas e as atas das reuniões deverão ser partilhadas atempadamente com o Presidente do Conselho de Administração.

A Comissão Executiva deverá apresentar ao Conselho de Administração, trimestralmente, um resumo da sua atividade mais relevante no período em causa e os respetivos resultados, recomendações e propostas, assim como prestar todos os esclarecimentos e informações solicitadas.

A Comissão Executiva pode construir comissões internas, que funcionarão na sua dependência, para o acompanhamento de matérias específicas.

Os membros da Comissão Executiva, tal como todos os membros do Conselho de Administração, deverão obter autorização do Conselho de Administração, mediante parecer da Comissão de Nomeação, previamente à aceitação do exercício de cargos sociais ou outras atividades significativas em entidades que não integrem o Grupo Sonae, com exceção daquelas para as quais exista autorização prestada pela Assembleia Geral de Acionistas, em conformidade com os princípios adotados pela Sociedade nos procedimentos destinados à prevenção de conflito de interesses.

As atas da Comissão Executiva são registadas no respetivo livro. No exercício de 2025, realizaram-se 15 (quinze) reuniões da Comissão Executiva, e a taxa de comparência nas reuniões da Comissão Executiva foi de 100%.

## 29. Comissões e Assessorias do Conselho de Administração



### Comissão de Auditoria e Finanças ("CAF")

#### Função

A CAF é uma comissão designada pelo Conselho de Administração, composta maioritariamente por Administradores(as) Não Executivos(as) Independentes, em número e com experiência considerados adequados tendo em conta tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma, cujo funcionamento se encontra estabelecido no respetivo Regulamento, aprovado pelo

Conselho de Administração.

A CAF é responsável por apoiar o Conselho de Administração no acompanhamento e avaliação da atividade da Comissão Executiva numa perspetiva de supervisão das competências de gestão da Sociedade delegadas, não se sobrepondo às funções e responsabilidades do Conselho Fiscal, enquanto órgão de fiscalização.

A CAF reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade.

As responsabilidades atribuídas à CAF, enquanto comissão do Conselho de Administração, são as seguintes:

- a) Rever as demonstrações financeiras consolidadas e separadas, os relatórios consolidados anuais e intercalares da Sociedade, e outros documentos e comunicados a serem divulgados externamente e reportar as suas conclusões ao Conselho de Administração, antes da sua aprovação e assinatura por este órgão;
- b) Aconselhar o Conselho de Administração, relativamente à adequação e suficiência da informação interna fornecida pela Comissão Executiva, incluindo os sistemas standards de controlo interno e gestão de riscos implementados pela Comissão Executiva;
- c) Assegurar o contacto com o Conselho Fiscal na nomeação, definição de responsabilidades e remuneração do Auditor Externo;
- d) Aconselhar o Conselho de Administração em matéria de qualidade e independência das funções de Auditoria Interna e de Gestão de Risco, assim como na nomeação do Auditor Interno e do responsável pela Gestão de Risco;
- e) Rever o escopo da função de Auditoria Interna e da sua relação com o escopo da Auditoria Externa, incluindo efetuar a análise com o Auditor Externo, o Auditor Interno e o responsável de Gestão de Risco, dos respetivos relatórios periódicos, bem como os relatórios de controlo interno (partilhados em simultâneo com o Conselho Fiscal), aconselhando em conformidade o Conselho de Administração;
- f) Acompanhar as questões relativas ao governo societário, verificando o cumprimento pela Sociedade das melhores práticas de corporate governance, sendo responsável por (i) apoiar e desfiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do Governo da Sociedade; (ii) monitorizar o cumprimento das recomendações para sociedades cotadas constantes do Código de Governo das Sociedades, em vigor a cada momento; e (iii) garantir que a Sonae é representada em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de Governo das Sociedades em Portugal.

No exercício das suas competências e atribuições a CAF terá particular atenção:

- i. Aos sistemas de controlo interno, de controlo de negócio e gestão de risco (incluindo cibersegurança, proteção de dados e saúde e segurança), operacionalizados pela equipa de gestão, bem como a responsabilidade do Conselho de Administração na revisão destas áreas.
- ii. Quaisquer alterações de políticas e práticas contabilísticas;
- iii. Ajustamentos significativos em resultado de auditorias;
- iv. O pressuposto de continuidade das operações;
- v. O desenvolvimento de rácios financeiros relevantes, bem como de alterações de ratings da Sociedade, formais ou informais, incluindo relatórios de agências de rating;
- vi. O cumprimento dos standards em matéria de contabilidade;
- vii. O cumprimento dos requisitos e regulamentos legais e estatutários, em particular no domínio financeiro;
- viii. As exposições financeiras significativas na área da tesouraria (tais como riscos cambiais, riscos de taxa de juro e derivados);
- ix. Quando perante temas críticos sujeitos a interpretação e à adoção de possíveis soluções alternativas, avaliar os respetivos impactos para a Sociedade;
- x. Fraudes e apropriação indevida de valores/fundos;
- xi. Desenvolvimentos em matérias de governo societário da Sociedade;
- xii. Transações com partes relacionadas, incluindo quaisquer transações que envolvam risco significativo em matéria de preços de transferência, nomeadamente a revisão e aprovação do relatório semestral de transações com partes relacionadas disponibilizado pelo Departamento responsável pelas áreas administrativa e contabilística da Sociedade, e a emissão de parecer prévio a todas as transações entre a Sonae e as suas partes relacionadas que, com base no referido relatório, cumpram os critérios previstos na política da Sociedade sobre esta matéria.

Os termos de referência da Comissão de Auditoria e Finanças regulamentam o exercício das suas funções e o respetivo calendário anual de atividades e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

## Composição

A CAF é constituída por sete (7) membros designados pelo Conselho de Administração, em número e com experiência considerados adequados tendo em conta tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma. Todos os seus membros são Administradores(as) Não Executivos(as), a maioria dos(as) quais independentes.

A Comissão de Auditoria e Finanças tem a seguinte composição:

Comissão de Auditoria e Finanças	
José Neves Adelino	Presidente Não Executivo
Ângelo Paupério	Não Executivo
Marcelo Faria de Lima	Não Executivo
Fuencisla Clemares	Não Executivo Independente
Philippe Haspesslagh	Não Executiva Independente
Eve Henrikson	Não Executivo Independente
Maria Teresa Ballester	Não Executiva Independente

## Modo de Funcionamento

Esta Comissão reúne, pelo menos, seis (6) vezes por ano e sempre que convocada pelo(a) seu(sua) Presidente ou requerida por dois dos seus membros, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou pela Comissão Executiva.

São exaradas atas das reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos restantes membros do Conselho.

No exercício de 2025, realizaram-se seis (6) reuniões da Comissão de Auditoria e Finanças, e a taxa de comparência foi de 98%.

## Comissão de Nomeação (“CN”)

### Função

Compete à Comissão de Nomeação:

- a) A identificação e avaliação da adequação de potenciais candidatos(as) com perfil ajustado ao desempenho de funções de membro do Conselho de Administração e das suas Comissões, nos termos da política interna de seleção e avaliação, em particular quando o Conselho de Administração exerce a faculdade de cooptação de membros ou quando é responsável por propor candidatos(as) para o exercício de funções de CEOs nas principais subsidiárias do Grupo Sonae;

- c) A preparação de informação geral relativa a planos de sucessão, planos de contingência e gestão de talento, dirigida quer a membros do Conselho de Administração, quer a outros(as) administradores(as) séniores do Grupo Sonae, e assegurar que o processo de nomeação e formação do(as) candidatos(as) é devidamente conduzido;
- d) O aconselhamento do Conselho de Administração na apreciação e aprovação prévia do exercício pelos membros do Conselho de Administração de cargos de administração ou exercício de outras funções ou atividades significativas em outras entidades externas ao Grupo não previamente autorizadas pela Assembleia Geral, na sequência de comunicação apresentada pelo(a) administrador(a) em cumprimento da política interna de conflito de interesses.

Os termos de referência da Comissão de Nomeação regulam o exercício das suas funções bem como determinam o respetivo calendário de execução e encontra-se disponível no seguinte endereço eletrónico: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

### Composição

A CN é constituída por seis (6) Administradores(as) Não Executivos(as), na sua maioria independentes, em número e com experiência considerados adequados tendo em conta tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma, e tem a seguinte composição:

Comissão de Nomeação	
Paulo Azevedo	Presidente - Não Executivo
Marcelo Faria de Lima	Não Executivo Independente
Carlos Moreira da Silva	Não Executivo
Philippe Haspeslagh	Não Executivo Independente
Fuencisla Clemares	Não Executiva Independente
Maria Teresa Ballester	Não Executiva Independente

### Modo de Funcionamento

A CN reúne, pelo menos, uma (1) vez por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Os membros da CN podem ainda reunir numa base ad-hoc, quer presencialmente quer através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão.

No exercício de 2025, realizou-se uma (1) reunião da Comissão de Nomeação, e a taxa de comparência foi de 100%.

## Comissão de Remuneração (“CR”)

### Função

Compete à Comissão de Remuneração:

- Atuar com o objetivo de assegurar que as políticas e as práticas remuneratórias refletem os objetivos estratégicos de longo prazo e os Valores da Sonae e que são compatíveis com a política de risco, tomando igualmente em consideração as condições de trabalho e de remuneração existentes no Grupo Sonae e no mercado;
- Emitir parecer fundamentado dirigido Conselho de Administração relativamente à proposta de Política de Remuneração dos membros do Conselho de Administração apresentada pela Comissão Executiva, cabendo ao Conselho de Administração apresentar proposta para aprovação da Comissão de Vencimentos e subsequente submissão da proposta final na agenda da Assembleia Geral Anual para aprovação pelos(as) acionistas;
- Receber, analisar e, em certos casos, apresentar, de acordo com o procedimento interno aprovado, as propostas de remuneração dos membros do Conselho de Administração e de outros órgãos da Sociedade em função da respetiva avaliação de performance, em conformidade com a Política de Remuneração, a serem aprovadas pela Comissão de Vencimentos;
- Supervisionar as decisões tomadas pela Comissão Executiva relativas à remuneração dos(as) executivos(as) séniores que reportam diretamente à Comissão Executiva.

Os termos de referência da Comissão de Nomeação regulam o exercício das suas funções bem como determinam o respetivo calendário de execução e encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrónico: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

### Composição

A CR é constituída por 5 Administradores(as) Não Executivos(as), na sua maioria independentes, em número e com experiência considerados adequados tendo em conta tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma e tem a seguinte composição:

Comissão de Remuneração	
Fuencisla Clemares	Presidente Não Executiva
Paulo Azevedo	Não Executivo
Ângelo Paupério	Não Executivo
Philippe Haspeslagh	Não Executivo Independente
Eve Henrikson	Não Executiva Independente

## Modo de Funcionamento

A CR reúne, pelo menos, duas (2) vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Para além das sessões formais, os membros da CR mantêm contacto de modo informal, e numa base ad-hoc, quer presencialmente quer através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão.

No exercício de 2025, realizaram-se quatro (4) reuniões da Comissão de Remuneração, e a taxa de comparência foi de 100%.

## Comissão de Ética

O Código de Ética e de Conduta, estabelece normas de conduta de acordo com os princípios e valores do Grupo Sonae e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo, bem como por todos(as) os(as) colaboradores(as).

O Código de Ética e de Conduta aplica-se diretamente a todas as sociedades (direta ou indiretamente) controladas pela Sonae, definindo o quadro de valores e normas de conduta a observar pelas pessoas indicadas pela Sonae para integrar os órgãos sociais de sociedades ou entidades em que a Sonae participe, quer no âmbito do exercício dos respetivos deveres funcionais individuais, quer enquanto princípios éticos e normas de conduta a propor na elaboração ou atualização dos equivalentes normativos internos daquelas sociedades ou entidades.

O Código de Ética e de Conduta da Sonae é parâmetro de compromisso de conduta de entidades terceiras, contratadas por, ou atuando em nome da Sonae, nos casos em que esta possa ser responsabilizada pelas suas ações.

O Código de Ética e de Conduta encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e tem como objetivos fundamentais:

- Partilhar os princípios que orientam a atividade das empresas Sonae e as regras de natureza ética e deontológica que devem orientar o comportamento de todos(as) os(as) Colaboradores(as) e membros dos Órgãos Sociais e promover a adoção dos princípios e regras éticas e deontológicas pelos(as) respetivos Parceiros(as);
- Promover e incentivar a adoção dos princípios de atuação e das regras comportamentais definidas no Código de Ética e de Conduta, designadamente, os valores da empresa nas relações dos(as) Colaboradores(as) e Órgãos Sociais entre si, com a Sonae e com os restantes *Stakeholders*;
- Consolidar a imagem institucional da Sonae, que se caracteriza por Determinação, Dinamismo, Entusiasmo, Criatividade e Abertura.

Para além do Código de Ética e de Conduta, mantêm-se em vigor os regulamentos e políticas internas, já anteriormente em aplicação, relativos a procedimentos aplicáveis em matéria de independência e conflito de interesses e relativos a transações da Sociedade com partes relacionadas, nos termos da lei aplicável.

O Código de Ética e de Conduta é ativamente divulgado internamente aos(as) colaboradores(as). Em 2025, em continuidade com a prática anterior, foram disponibilizadas a trabalhadores(as) e membros dos órgãos sociais ações de formação interna sobre ética empresarial, a partir de uma plataforma de e-learning, abordando os processos de comunicação de desconformidades com o Código de Ética e de Conduta, esclarecendo as responsabilidades dos(as) colaboradores(as) e dos órgãos da empresa, e apresentando situações práticas relacionadas com os temas relevantes, tais como: conflitos de interesse, privacidade, confidencialidade e integridade da informação; relação com colaboradores(as); e relacionamento com fornecedores(as) e parceiros(as) de negócio.

A Comissão de Ética tem por missão:

- Fomentar a existência dos meios de divulgação do Código de Ética e de Conduta junto dos(as) seus(as) destinatários(as);
- Apreciar e responder a questões que lhe sejam submetidas pelos membros dos Órgãos Sociais das sociedades do Grupo, bem como as que, sendo da sua competência, lhe sejam remetidas por Colaboradores(as), clientes ou demais terceiros, endereçando as recomendações que entender adequadas à natureza do caso;
- Verificar a existência de mecanismos internos de comunicação de irregularidades, assegurando que os mesmos observam as normas legais, designadamente em matéria de confidencialidade, do processo de tratamento da informação e da inexistência de represálias sobre participantes;
- Propor ao Conselho de Administração, após consulta da Comissão Executiva da Sonae, a aprovação de alterações ao Código de Ética e de Conduta, sempre que entenda adequado;
- Emitir, de sua iniciativa, ou após solicitação de membros dos Órgãos Sociais ou Colaboradores(as), esclarecimentos sobre a interpretação de alguma disposição do Código de Ética e de Conduta.
- Rececionar e avaliar e encaminhar para os respetivos Órgãos Sociais responsáveis, as irregularidades transmitidas fundamentadamente à Comissão de Ética, sempre que as mesmas, no seu entendimento, indiciem a existência de violação de regras do Código de Ética e de Conduta;

- Rececionar e dar o tratamento adequado às denúncias rececionadas no Canal de Denúncia Interna cujo objeto incide sobre matéria da competência da Comissão de Ética, de acordo com o previsto no Regulamento de Comunicação de Infrações e na Política para a Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas - documentos aprovados pela Sociedade e disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>;
- Encaminhar para o Conselho Fiscal as participações rececionadas que indiciem a prática de irregularidades nos termos da al. j) do nº 1 do artº 420º do Código das Sociedades Comerciais;
- Regular o seu funcionamento e reportar periodicamente a sua atividade ao Conselho de Administração e às entidades a quem o reporte seja devido, nos termos da lei ou do modelo de governo adotado.

Sem prejuízo das denúncias relativas às infrações previstas na Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro, bem como no Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro, para as quais a Sociedade disponibiliza canais de denúncia internos nos termos do quadro legislativo aplicável, a Comissão de Ética é responsável por receber e tratar, ou encaminhar, as denúncias relativas a membros dos Órgãos Sociais, ao Provedor, a investidores em sentido lato, e todos os restantes casos que sugiram uma violação dos princípios incluídos no Código de Ética e de Conduta.

Quaisquer denúncias endereçadas à Comissão de Ética devem enquadrar-se no âmbito das suas competências e ser enviadas por email ([comissaoetica@sonae.pt](mailto:comissaoetica@sonae.pt)) ou por carta (Comissão de Ética da Sonae SGPS, S.A., Edifício 1-A, Lugar do Espido, Via Norte, 4470-157 Maia)

A Provedoria atua como um canal dedicado e voluntário dentro da Sociedade para receber, investigar e tratar as participações e reclamações relativas à Sociedade, por parte dos seus *stakeholders*, incluindo, de modo não limitativo, os seus colaboradores(as), clientes, fornecedores(as) e outros(as) prestadores(as) de serviços, tendo a responsabilidade de os encaminhar para os órgãos competentes.

Para além da comunicação com as empresas envolvidas, o(a) Provedor(a) elabora um resumo semestral de todas as irregularidades para o Conselho Fiscal.

O(a) Provedor(a) apresenta relatórios periódicos sobre a sua atividade aos principais órgãos sociais, e coordena com os(a) provedores(as) ou entidades competentes dentro de cada uma das empresas do Grupo, para recolher os relatórios periódicos, destacando os casos e atividades relevantes.

As comunicações dirigidas ao(à) Provedor(a) poderão ser realizadas para o seu endereço eletrónico ([provedoria@sonae.pt](mailto:provedoria@sonae.pt)) ou por carta (Provedoria Sonae - Sonae Holding – Edifício 1 A – Lugar do Espido, Via Norte, 4470-157 Maia).

## Composição:

Comissão de Ética	
José Neves Adelino	Presidente - Lead Director
Eduardo Piedade*	Chief Development Officer (CDO)
Marta Cordeiro Cunha	Provedora
Célia Sá Miranda	Diretora Legal e de Governo Corporativo

\* A 3 de julho de 2025, João Nonell Günther Amaral renunciou ao cargo de membro executivo do Conselho de Administração. Na mesma data, Eduardo Humberto dos Santos Piedade foi cooptado para o cargo de CDO.

## Modo de Funcionamento

A Comissão de Ética reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou dois dos seus membros convoquem uma reunião. Para além das sessões formais, e se necessário, os membros da Comissão de Ética mantêm contacto de modo informal, e numa base ad-hoc, quer presencialmente quer através de comunicações à distância. São exaradas atas de todas as reuniões desta Comissão, as quais são distribuídas aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2025, realizaram-se duas (2) reuniões da Comissão de Ética, e a taxa de comparência foi de 100%.

## Secretário da Sociedade

O(a) Secretário(a) da Sociedade tem as seguintes competências:

- Zelar pelas atas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de Acionistas;
- Enviar as convocatórias e outros documentos legais necessários à realização da Assembleia Geral;
- Supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respetivas atas das reuniões;
- Responder a pedidos de informação dos(as) acionistas nos termos da lei;
- Proceder ao registo legal de qualquer ato ou deliberação dos órgãos sociais da Sonae.

## 29.1. Síntese da atividade desenvolvida pelas Comissões criadas pelo Conselho de Administração

Na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023 foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o mandato 2023-2026.

Na sequência dessa eleição, em maio de 2023 o Conselho de Administração constituiu a Comissão Executiva e as comissões internas de suporte à sua atividade.

Os(as) Administradores(as) Não Executivos(as) têm vindo a exercer, de forma autónoma e permanente, a supervisão da atividade da Comissão Executiva, a intervenção no processo de tomada de decisões estratégicas e estruturantes, nomeadamente na definição da estratégia corporativa e das principais políticas, incluindo a política de gestão risco, acompanhando o respetivo cumprimento, bem como participam consistentemente na elaboração e na divulgação das demonstrações financeiras nos termos descritos no ponto 55.

Os(as) Administradores(as) Não Executivos(as) desenvolveram a sua atividade quer enquanto membros do Conselho de Administração, quer enquanto membros das comissões especializadas de suporte à atividade do Conselho de Administração, cuja composição integraram nos termos do descrito no ponto 29 supra.

No decurso de 2025, a Comissão Executiva foi responsável pela gestão quotidiana da Sociedade, acompanhando a atividade dos negócios no âmbito da delegação de poderes que lhe foram atribuídos pelo Conselho de Administração, e executou as decisões estratégicas e a implementação das políticas aprovadas.

A Comissão Executiva reportou ao Conselho de Administração e aos demais órgãos e entidades fiscalizadoras a atividade desenvolvida ao longo do exercício social, disponibilizando informação sobre o teor das deliberações tomadas e as principais ações desenvolvidas para a concretização das suas competências e deveres e para cumprimento da estratégia e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Ética exerceu as suas competências, supervisionou as ações de divulgação do Código de Ética e de Conduta, analisou as questões que lhe foram submetidas pelos órgãos e funções competentes, emitindo pareceres e reportando a sua atividade ao Conselho de Administração.

### III. Fiscalização

#### a. Composição

Conselho Fiscal	
Maria José Martins Lourenço da Fonseca (Maria José Fonseca)	Presidente
Daniel Bessa Fernandes Coelho (Daniel Bessa)	Membro
Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes* (Sara Mendes)	Membro

\*Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes, anteriormente membro suplente do Conselho Fiscal, assumiu o cargo de membro deste órgão em 20 de outubro de 2025.

### 30. Identificação do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

### 31. Composição

Nos termos estatutários, o Conselho Fiscal pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco, eleitos para mandatos de quatro anos. O Conselho Fiscal inclui adicionalmente um ou dois membros suplentes, conforme o número de membros seja de três ou mais.

O Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral de Acionistas.

Se a Assembleia Geral não eleger os membros do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração deve, e qualquer acionista pode, requerer a sua nomeação judicial.

Se a Assembleia Geral não designar o(a) Presidente, o(a) mesmo(a) será designado pelos membros do Conselho Fiscal.

Se o(a) Presidente cessar funções antes do termo do mandato para que foi eleito, o Conselho Fiscal escolhe um(a) substituto(a) para exercer essas funções até ao termo do mandato.

Os membros do Conselho Fiscal que estejam temporariamente impedidos(as), ou cujas funções tenham cessado, serão substituídos(as) pelo(a) suplente.

O(A) suplente que substitua o membro cujas funções tenham cessado, mantém-se em funções até à primeira Assembleia Geral Anual, na qual as vagas devem ser preenchidas.

No caso de não ter sido possível preencher uma vaga de um membro devido a falta de suplentes eleitos(as), as vagas existentes, tanto dos(as) efetivos(as) como dos(as) suplentes, devem ser preenchidas através de uma nova eleição.

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros, composição que a Sociedade tem por adequada para assegurar a execução eficiente das funções que lhe estão cometidas nos termos da lei e do Regulamento de Funcionamento do Conselho Fiscal disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, considerando tanto a dimensão da Sociedade como a complexidade da sua atividade e riscos inerentes à mesma, cuja verificação e acompanhamento compete ao Conselho Fiscal.

O vogal do Conselho Fiscal Daniel Bessa Fernandes Coelho foi eleito pela primeira vez para a função de Presidente do Conselho Fiscal em 3 de maio de 2007, tendo sido reeleito, para um segundo mandato, na Assembleia Geral de Acionistas de 27 de abril de 2011 e para um terceiro mandato (quadriénio 2015-2018) na Assembleia Geral de Acionistas realizada a 30 de abril de 2015.

Os restantes membros do Conselho Fiscal foram eleitos por Assembleia Geral de Acionistas de 30 de abril de 2015, para um primeiro mandato compreendido no quadriénio 2015-2018.

Na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023 todos os membros do Conselho Fiscal foram reeleitos para o mandato 2023-2026. Após o falecimento de Manuel Heleno Sismeiro, e tal como anunciado ao mercado a 20 de outubro de 2025, Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes, que ocupava o cargo de suplente do Conselho Fiscal até essa data, assumiu a posição de vogal deste órgão.



## 32. Independência

A maioria dos membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma das incompatibilidades previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, ambos do Código das Sociedades Comerciais. A Presidente do Conselho Fiscal é um membro independente, cumprindo-se, assim o disposto na al. c) do n.º 2 do art.º 3ª da Lei 148/2015 de 9 de setembro, que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria.

O Conselho Fiscal realizou uma avaliação de independência dos seus membros, por referência ao exercício de 2025, através de declarações escritas emitidas individualmente.

## 33. Qualificações profissionais e elementos curriculares dos membros do Conselho Fiscal

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são divulgados no Anexo a este Relatório.

## b. Funcionamento

### 34. Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal pode ser consultado no website da Sociedade em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

### 35. Reuniões do Conselho Fiscal

As deliberações do Conselho Fiscal são aprovadas por maioria simples, tendo o(a) Presidente voto de qualidade, caso este órgão seja composto por número par de membros.

O Conselho Fiscal reúne, pelo menos, quatro vezes por ano e sempre que o(a) seu(sua) Presidente ou dois dos seus membros convoquem uma reunião. Para além das sessões formais, e se necessário, os membros do Conselho Fiscal mantêm contacto através de comunicações à distância.

Em 2025, realizaram-se vinte e uma (21) reuniões do Conselho Fiscal, com uma taxa de comparência de 100%, tendo sido exaradas atas de todas as reuniões realizadas no respetivo livro.

### 36. Disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal

A informação relativa aos cargos exercidos em simultâneo, no decurso do exercício, pelos membros do Conselho Fiscal, noutras empresas, dentro e fora do grupo, bem como outras atividades relevantes exercidas, encontram-se descritas no Anexo ao presente Relatório.

## c. Competência e funções

### 37. Intervenção do Conselho Fiscal na contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo

É da competência do Conselho Fiscal aprovar a prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria a prestar pelo Auditor Externo.

Para o efeito, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos, em que inclui a supervisão da atividade do Auditor Externo no que respeita, desde logo:

- Plano anual de atividade do Auditor Externo;
- Acompanhamento do trabalho da auditoria e de revisão das demonstrações financeiras e discussão das respetivas conclusões;
- Fiscalização da independência do Auditor Externo;
- Decisão sobre a autorização da prestação de serviços distintos dos serviços de auditoria, em cumprimento da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas;
- Avaliação da atividade anual desenvolvida pelo Auditor Externo, a sua independência e adequação para o exercício das funções, podendo propor a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito, em cumprimento da Recomendação VIII 2.3., prevista no Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

Na apreciação dos critérios que suportaram a contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo, o Conselho Fiscal verificou que:

- A contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria não afetou a independência do Auditor Externo;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria representaram uma adequada ponderação face ao conjunto dos serviços prestados;
- Os outros serviços distintos dos serviços de auditoria, devidamente enquadrados, não constituem serviços proibidos pela legislação da União Europeia;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria foram prestados com elevada qualidade e autonomia, bem como com independência, relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- O sistema de qualidade aplicado pela Auditor Externo, de acordo com a informação prestada por este, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

## 38. Outras funções dos membros dos órgãos de fiscalização

### 38.1. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Sociedade e tem por principais competências:

- i. Fiscalizar a administração da Sociedade;
- ii. Supervisionar pela observância da lei, do contrato de Sociedade e das políticas internamente adotadas;
- iii. Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- iv. Verificar, de acordo com o seu juízo valorativo, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- v. Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, acompanhando o processo de preparação e divulgação de informação financeira, e apresentando recomendações que visam assegurar a integridade da mesma;
- vi. Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela Sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- vii. Elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora, dirigido aos(as) acionistas, nele incluindo a descrição da atividade de fiscalização desenvolvida, eventuais constrangimentos detetados e dar parecer sobre o relatório e contas, bem como sobre as propostas apresentadas pela administração;
- viii. Convocar a Assembleia Geral, quando o(a) Presidente da Mesa não o faça e o devesse fazer;
- ix. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de risco, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- x. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores(as) da Sonae ou outros;
- xi. Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos que lhe são cometidos e a situação económica da Sociedade;
- xii. Fiscalizar a adequação do processo de preparação e de divulgação da informação financeira e não financeira pelo órgão de administração, designadamente incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e a sua aplicação consistente entre exercícios de forma devidamente documentada e comunicada;
- xiii. Representar a Sociedade junto do Auditor Externo e do Revisor Oficial de Contas, aprovar os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas, propor à Assembleia Geral a nomeação e destituição do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas, bem como aprovar a sua remuneração, proceder à avaliação da atividade desempenhada, zelando para que lhe sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da empresa e o primordial destinatário dos seus relatórios, com salvaguarda dos deveres e competências que assistem, nesta matéria, ao órgão de administração;
- xiv. Fiscalizar o processo de revisão de contas dos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- xv. Fiscalizar a existência e manutenção da independência do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo propondo ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique causa para o efeito;
- xvi. Aprovar previamente a prestação de serviços de auditoria, bem como os serviços distintos a prestar pelo Auditor Externo e aprovar a respetiva remuneração, assegurando que a respetiva prestação de serviços é permitida por lei, não ultrapassa limites razoáveis e não prejudica a independência do Auditor Externo;
- xvii. Emitir parecer específico e fundamentado que sustente a decisão de não rotação do Auditor Externo, ponderando as condições de independência do Auditor Externo naquela circunstância e as vantagens e custos da sua substituição;
- xviii. Supervisionar a atividade desenvolvida pela auditoria interna;
- xix. Emitir parecer prévio sobre transações com partes relacionadas e analisar o reporte semestral e anual às mesmas referente, nos termos da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, em cumprimento dos artigos 29.º-S a 29.º-V do Código dos Valores Mobiliários;
- xx. O órgão de fiscalização está adicionalmente adstrito ao cumprimento dos deveres e competências estabelecidos na Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, na sua redação atual, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, concretizando a transposição da Diretiva 2014/56/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa às contas anuais e consolidadas e assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento e do Conselho de 16 de

abril de 2014, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal de contas das entidades de interesse público, designadamente os decorrentes do artº 3º do decreto preambular e do artº 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria;

- xxi. Cumprir as demais atribuições decorrentes para si, impostas por lei ou pelos Estatutos da Sociedade.

Para execução das suas competências, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos.

Este plano de trabalhos inclui o acompanhamento da atividade da Sociedade e interfaces com a Comissão Executiva e o Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças, nomeadamente nas seguintes perspetivas:

- Avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno, gestão de risco e compliance, pronunciando-se e, no limite das suas competências, avaliando e dando o seu parecer sobre a política de risco preparada pelo Conselho de Administração, incluindo em momento anterior à sua aprovação final, e preparando, se necessário, um relatório anual com a sua apreciação e recomendações dirigidas ao Conselho de Administração, de modo a assegurar que os riscos efetivamente incorridos pela Sociedade são consistentes com os objetivos definidos pelo Conselho de Administração;
- Avaliação dos documentos de prestação de contas e divulgação de informação financeira;
- Emissão de pareceres e recomendações.

O plano de trabalhos do Conselho Fiscal inclui igualmente a supervisão da atividade da Auditoria Interna e Gestão de Risco, abrangendo compliance, com o seguinte âmbito:

- Plano anual de atividades;
- Receção de reporte periódico da atividade desenvolvida;
- Avaliação dos resultados e conclusões apuradas;
- Aferição da existência de eventuais irregularidades e análise de participações de irregularidades que lhe tenham sido encaminhadas;
- Emissão das diretrizes entendidas por convenientes.

No âmbito das suas atividades, o Conselho Fiscal inclui o acompanhamento semestral da atividade desenvolvida pelo(a) Provedor(a), com aprovação dos procedimentos de receção, tratamento de reclamações e apreciação crítica da sua gestão.

O Conselho Fiscal é, também, recetor das participações de irregularidades, em conformidade com a al. j) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, que lhe tenham sido dirigidas diretamente ou que tenham sido endereçadas à Comissão de Ética ou a outro órgão.

O Conselho Fiscal é igualmente recetor das denúncias enviadas para o Canal de Denúncia Interna, bem como dos relatórios finais elaborados pela comissão competente para a análise das mesmas, os quais contêm o caso relatado, a avaliação das diligências levadas a cabo, os respetivos resultados e as medidas adotadas.

### 38.2. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é o órgão de fiscalização responsável pela certificação legal da informação financeira da Sociedade, tendo como competências fundamentais:

- Verificar a regularidade de todos os livros, registos contabilísticos e documentos de suporte;
- Sempre que achar conveniente e através de meios que considere adequados, verificar a extensão de numerário e valores de qualquer tipo de ativos ou títulos pertencentes à Sociedade ou por esta recebidos como garantia, depósito ou com outro propósito
- Verificar a exatidão das demonstrações financeiras e exprimir a sua opinião sobre as mesmas na certificação legal de contas e no Relatório de Auditoria;
- Verificar que as políticas contabilísticas e os critérios de valorização adotados pela Sociedade resultam na correta valorização dos ativos e dos resultados;
- Realizar quaisquer exames e testes necessários para a auditoria e certificação legal das contas e realizar todos os procedimentos estipulados pela lei;
- Verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações e a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno reportando quaisquer deficiências ao Conselho Fiscal, nos termos, no âmbito e dentro dos limites das suas competências legais e procedimentais;
- Assegurar que o Relatório de Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 29.º- H do Código dos Valores Mobiliários.

Desde 1 de janeiro de 2016, a atividade e os serviços do Revisor Oficial de Contas enquadram-se nas disposições do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, na sua redação em vigor.

## IV. Revisor Oficial de Contas

### 39. Identificação

O Revisor Oficial de Contas da Sonae é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada a 31 de dezembro de 2025, pelo revisor oficial de contas Joaquim Miguel de Azevedo Barroso.

### 40. Permanência em funções

O Revisor Oficial de Contas foi eleito inicialmente na Assembleia Geral Anual de 3 de maio de 2018, até ao termo do mandato findo em 2018, sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal, para o efeito, organizou um processo de seleção alargado e instruído nos termos da al. f) do n.º 3 do art.º 3.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015 e do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 que culminou na proposta apresentada à referida Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019, o Revisor Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada pelo revisor oficial de contas Hermínio António Paulos Afonso ou pelo revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia, foi reeleito para o mandato 2019-2022 sob proposta do Conselho Fiscal.

Na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2024, o Revisor Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada pelo revisor oficial de contas Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, foi reeleito para o mandato 2023-2026 sob proposta do Conselho Fiscal.

### 41. Outros serviços prestados à Sociedade

A PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA exerce as funções de Auditor Externo, não tendo o Revisor Oficial de Contas prestado outros serviços à Sociedade, para além de serviços de garantia de fiabilidade e outros serviços devidamente autorizados pelo Conselho Fiscal, tal como descrito no ponto 37 deste Relatório.

## V. Auditor Externo

### 42. Identificação

O Auditor Externo da Sociedade, designado nos termos e para os efeitos do art.º 8.º do Código dos Valores Mobiliários é a PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., representada a 31 de dezembro de 2025 por Joaquim Miguel de Azevedo Barroso (ROC n.º 1426).

### 43. Permanência em funções

O Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., foi designado inicialmente na Assembleia Geral realizada em 3 de maio de 2018, sob proposta do Conselho Fiscal. O sócio revisor oficial de contas António Joaquim Brochado Correia, foi designado como representante do Auditor Externo, em 2018, na sequência da referida eleição e permaneceu em funções, por via da reeleição do Revisor Oficial de Contas verificada na Assembleia Geral de 30 de abril de 2019, durante o mandato de 2019-2023.

Na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023, foi designado como representante do Auditor Externo no exercício das suas funções, o revisor oficial de contas Joaquim Miguel de Azevedo Barroso.

### 44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo

O Conselho Fiscal adotou o princípio recomendado relativamente à rotação do Auditor Externo.

Desde 1 de janeiro de 2016 que a duração de mandatos passou a sujeitar-se às regras estabelecidas no n.º 1 do art.º 54.º da Lei nº 140/2015, de 7 de setembro, que aprova o novo Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas, na redação em vigor.

### 45. Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo

O Conselho Fiscal supervisiona a atuação do Auditor Externo e a execução dos seus trabalhos ao longo do exercício social, pondera e aprova antecipadamente o âmbito e a remuneração dos trabalhos adicionais a prestar por aquele e procede, anualmente, a uma avaliação global da performance e das condições de exercício da atividade do Auditor Externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

### 46. Trabalhos adicionais, distintos de auditoria, realizados pelo Auditor Externo e respetivo procedimento de contratação

Os serviços distintos dos serviços de auditoria contratados ao Auditor Externo, para a Sociedade e para as sociedades do Grupo Sonae, contaram com autorização prévia do Conselho Fiscal, o qual avaliou e concluiu que o desempenho de tais serviços não afetava a independência do Auditor Externo, elemento esse primordial para a consideração da prestação desses serviços. Salvaguardado esse primeiro critério, o Conselho Fiscal entendeu autorizá-los em virtude de a sua prestação corresponder ao interesse da Sociedade, dada a experiência, especialização e qualidade do prestador nas matérias em apreço, a reconhecida qualidade dos serviços e o conhecimento das diversas áreas da Sociedade e do seu Grupo.

Adicionalmente foram observadas as seguintes salvaguardas:

- A contratação de serviços distintos dos serviços de auditoria não afetou a independência do Auditor Externo;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria representaram uma adequada ponderação face ao conjunto dos serviços prestados;

- Os serviços distintos dos serviços de auditoria, devidamente enquadrados, constituem serviços não proibidos pela legislação da União Europeia, nos termos da Lei n.º 140/2015, de 07 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro;
- Os serviços distintos dos serviços de auditoria foram prestados com elevada qualidade e autonomia, bem como com independência, relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- Os honorários pagos pela Sonae ao Auditor Externo, em Portugal, representaram menos de 15% do total da sua faturação;
- O sistema de qualidade aplicado pelo Auditor Externo, de acordo com informação prestada por este, monitoriza os riscos potenciais de perda de independência, ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae e assegura a qualidade dos serviços prestados em cumprimento de regras de ética e independência.

Em cumprimento da alínea a) do n.º2 do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º537/2014, a Sociedade Revisor Oficial de Contas confirmou, por escrito, ao Conselho Fiscal que a sociedade de revisores oficiais de contas e os seus sócios, revisor oficial de contas que a representa, bem como os diretores de topo e os diretores que executaram a revisão legal de contas, são independentes relativamente à entidade auditada.

#### 47. Remuneração paga ao Auditor Externo

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., sob proposta do Conselho Fiscal, e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, são os que a seguir se discriminam em função da sua natureza:

Remuneração paga pela Sociedade (montantes em euros)	2025	
Auditoria e Revisão Legal de Contas	112.705	41,8%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	157.025	58,2%
Consultoria fiscal	0	0
Outros serviços	0	0
<b>Total</b>	<b>269.730</b>	<b>100.0%</b>

Remuneração paga por entidades que integram o Grupo* (valores em euros)	2025	
Auditoria e Revisão Legal de Contas	620.597	81,4%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	28.775	3,8%
Consultoria Fiscal	15.570	2,0%
Outros serviços	97.380	12,8%
<b>Total</b>	<b>762.322</b>	<b>100.0%</b>

\* sociedades em relação de domínio ou de grupo

## C. Organização Interna

### I. Estatutos

#### 48. Regras aplicáveis às alterações estatutárias

As alterações dos Estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo-se a maioria de dois terços dos votos emitidos para aprovação dessa deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Para o funcionamento da Assembleia Geral, em primeira convocação, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado.

### II. Comunicação de Irregularidades

#### 49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades

Os valores e princípios da Sonae, difundidos e enraizados na cultura dos(as) seus(suas) colaboradores(as), assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesses e deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros. Os valores e princípios da Sonae podem ser consultados na página da Sonae na Internet - <https://www.sonae.pt/pt/sonae/cultura/>.

As participações de irregularidades poderão ser enviadas, por escrito, à atenção do Conselho Fiscal para o seguinte endereço: Lugar do Espido, Via Norte, 4470-157 Maia, conforme informação disponível na página de internet da Sociedade <https://www.sonae.pt/pt/sonae/contactos-80/>.

As comunicações ao abrigo do disposto na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações e, bem assim, aquelas que estejam abrangidas pelo regime do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro (que estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção), devem ser apresentadas através do Canal de Denúncia Interna criado pela Sociedade para o efeito,

nos termos previstos no Regulamento de Comunicação de Infrações (“Whistleblowing”), disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, através de um dos seguintes meios: carta remetida para o endereço postal Sonae - SGPS, SA, Apartado 6034, EC TECMAIA, 4471-908 Maia, com a indicação de "confidencial"; e/ou correio eletrónico para o endereço [canaldenuncias@sonae.pt](mailto:canaldenuncias@sonae.pt).

### III. Controlo Interno e Gestão de Riscos

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura da Sonae e um pilar do Governo da Sociedade, estando presente em todos os processos de gestão.

A Gestão de Risco é desenvolvida tendo como objetivo a criação de valor, através da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afetar os objetivos de negócio e das empresas da Sonae, numa perspetiva de continuidade dos negócios. A par da Gestão Ambiental e da Sustentabilidade, a Gestão de Risco é uma das componentes do desenvolvimento sustentável das empresas, uma vez que contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios, através da cultura e da gestão efetiva dos riscos que podem afetar as organizações.

A atividade de Gestão de Risco é da responsabilidade de todos os(as) gestores(as) e colaboradores(as) da Sonae, e é apoiada e suportada pelas funções de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, tanto ao nível da Sociedade como dos negócios, através de equipas especializadas que reportam hierarquicamente aos respetivos Conselhos de Administração.

A função de Gestão de Risco tem por missão apoiar as empresas a atingirem os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades.

A função de Auditoria Interna tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, reportando funcionalmente ao Conselho Fiscal e hierarquicamente aos respetivos Conselhos de Administração.

As responsabilidades das áreas de Gestão de Risco e Auditoria Interna estão organizadas segundo o Modelo das 3 linhas do IIA (Instituto dos Auditores Internos), através do qual o Grupo gere os seus riscos.

No modelo das 3 linhas, cabe às unidades de negócio da Sonae o primeiro nível, sendo estas responsáveis pela identificação e avaliação dos riscos e a implementação de controlos para a sua mitigação, sendo apoiada e suportada pelas funções de 2ª e 3ª linha para garantir a supervisão e uma adequada gestão de risco.

<p><b>1ª LINHA</b></p> <p><b>Unidades de Negócio</b> Donos do Risco</p>	<p>As unidades de negócio são responsáveis por:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) identificar, avaliar e implementar ações de mitigação para endereçar as deficiências de processo e de controlo;</li> <li>(ii) manter os controlos internos efetivos;</li> <li>(iii) monitorizar os indicadores de risco.</li> </ul>
<p><b>2ª LINHA</b></p> <p><b>Gestão de Risco</b> Supervisão do Risco</p>	<p>A Gestão de Risco tem por missão apoiar a empresa a atingir os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades.</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 5px auto;">Chief Information Security Officer (CISO)</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 5px auto;">Data Protection Officer (DPO)</div>
<p><b>3ª LINHA</b></p> <p><b>Auditoria Interna</b> Garantia do Risco</p>	<p>A Auditoria Interna é uma atividade de assecuração e consultoria que tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos, dos processos de negócio e dos sistemas de informação.</p>
<p><b>Auditoria Externa</b> Garantia do Risco aos Acionistas</p>	<p>O Auditor Externo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) Verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem reporta as conclusões apuradas;</li> <li>(ii) Avalia e reporta os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira.</li> </ul>

Neste enquadramento, os membros da gestão de topo estão diretamente envolvidos na definição da estratégia de segurança da informação e acompanhamento da eficácia da mesma, assegurando o alinhamento com os objetivos estratégicos da Sociedade e com os requisitos regulatórios aplicáveis. Sendo estes riscos acompanhados em diversas estruturas de governo societário com o Grupo Consultivo de Gestão de Risco, a Comissão de Coordenação e Auditoria e a Comissão de Auditoria e Finanças.

A função de Planeamento Estratégico e a função de Controlo de Gestão promovem e apoiam a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão das empresas.

De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

## 51. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos da Sociedade

O Conselho Fiscal avalia o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, supervisionando o seu plano de atividade, recebendo informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

O Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças e do seu Grupo Consultivo de Gestão de Risco, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.

## 52. Outras áreas funcionais com competências no controlo de risco

Cada uma das áreas funcionais do Grupo assume responsabilidades no controlo e acompanhamento dos riscos inerentes às respetivas funções, nomeadamente, e para além do Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, os departamentos Legal e Governo Corporativo, Tesouraria e Finanças, *Tax, People and Leadership*, Comunicação e Marca, Sustentabilidade, Relações Institucionais, Relações com Investidores, M&A, Transformação, IOW e *Accountig & Business Solutions* (ABS).

## 53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos

### Macroeconómico

A Sonae opera num contexto macroeconómico global que continua a apresentar elevados níveis de incerteza e volatilidade. Em 2025, os riscos geopolíticos e de política económica foram particularmente relevantes, com as alterações na política externa e comercial dos Estados Unidos da América, incluindo a implementação de novas medidas tarifárias que afetaram a União Europeia, a contribuírem para um ambiente de comércio internacional mais exigente. Embora algumas tensões geopolíticas tenham diminuído ao longo do ano, nomeadamente no Médio Oriente, a persistência do conflito na Ucrânia e as fricções comerciais em curso continuaram a penalizar a confiança e os fluxos de comércio global.

Em paralelo, o desenvolvimento e adoção acelerados de soluções de inteligência artificial introduziram novas oportunidades, mas também aumentaram o risco de volatilidade nos mercados financeiros, impulsionados pela dimensão do investimento e por valorizações elevadas no setor tecnológico. Estas dinâmicas reforçaram a incerteza nos mercados de capitais e a sensibilidade a alterações no sentimento dos investidores.

Apesar destes desafios, as condições macroeconómicas na Europa registaram uma melhoria gradual, sustentada por mercados de trabalho resilientes, pressões inflacionistas contidas e uma orientação monetária mais acomodatória por parte do Banco Central Europeu, contribuindo para um enquadramento de taxas de juro mais previsível. Ainda assim, o desempenho económico manteve-se desigual entre regiões e mercados,

refletindo diferentes ritmos de recuperação e condições estruturais.

Neste contexto, a Sonae continuou exposta a desenvolvimentos geopolíticos, alterações nas políticas comerciais e a potenciais episódios de volatilidade nos mercados financeiros, beneficiando, simultaneamente, da relativa resiliência da procura dos consumidores em mercados europeus-chave. A presença geográfica diversificada do Grupo, e o foco contínuo na adaptabilidade e na gestão de riscos, permanecem centrais para mitigar o impacto de desenvolvimentos macroeconómicos adversos.

### Concorrência

Risco relacionado com a entrada de novos(as) concorrentes, consolidação no mercado, reposicionamento dos(as) atuais concorrentes ou com as ações que eles(elas) possam levar a cabo para conquistar novos mercados ou aumentar a quota de mercado (atividade promocional, introdução de novos conceitos, inovações). A incapacidade para competir em áreas como o preço, gama de produtos e qualidade de serviço podem ter efeitos bastante adversos nos resultados financeiros do Grupo. De forma a minimizar este risco, a Sonae efetua constante benchmarking das ações da sua concorrência e investe em novos formatos, negócios e produtos/serviços, ou na melhoria dos existentes, de forma a oferecer aos(as) seus(suas) clientes uma proposta sempre inovadora.

### Clientes

Um fator fundamental de risco é a propensão dos(as) consumidores(as) a variarem os seus padrões de consumo, o que depende, sobretudo, de fatores sociais e económicos. Os(as) consumidores(as) alteram frequentemente as suas preferências e expectativas, o que exige uma contínua adaptação e otimização da oferta e dos conceitos de negócio.

Para antecipar as tendências de mercado e do(a) consumidor(a), as Empresas do Grupo analisam regularmente informação sobre o comportamento do(a) consumidor(a). A introdução de novos conceitos, novos produtos e novas tecnologias, é sempre testada em pilotos antes de ser implementada em cada uma das unidades de negócio. O Grupo também aloca parte significativa do seu investimento anual à modernização das lojas e dos centros comerciais, bem como ao lançamento de serviços baseados em sistemas de informação (incluindo sites transacionais) por forma a garantir a sua atratividade e a acompanhar os desafios emergente do ritmo de inovação tecnológica.

### Marca

A Sonae e as suas filiais detêm um portefólio de marcas de elevado valor, considerado um dos principais ativos que impulsionam a estratégia de negócio. Os riscos associados às marcas são principalmente provenientes dos potenciais impactos negativos resultantes de eventos extraordinários que podem afetar a imagem e a reputação da marca.

Para mitigar riscos, a Sonae monitoriza regularmente o valor e a reputação das suas marcas através de vários canais.

Esta análise completa inclui:

1. Monitorização em tempo real: ferramentas de dados analisam o sentimento das principais marcas nas redes sociais, media e feedback dos clientes, oferecendo alertas rápidos de potenciais riscos reputacionais.
2. Análise de sentimento: ferramentas especializadas ajudam a captar o tom e a identificar tendências emergentes nas conversas online, permitindo respostas rápidas a potenciais riscos.
3. Colaboração com especialistas: a Sonae trabalha com líderes de mercado para estudos sobre a imagem da marca, o contexto competitivo e as perceções dos consumidores. Estes insights orientam a sua estratégia e destacam áreas de melhoria.

O compromisso da Sonae com qualidade e inovação tem recebido reconhecimento nacional e internacional. Os prémios recebidos não são apenas um reflexo de excelência, mas um fator de diferenciação para oferecer experiências marcantes e uma vantagem competitiva duradoura.

Com práticas proativas de gestão de risco e um compromisso constante com qualidade e inovação, a Sonae assegura a força e a relevância das suas marcas.

### Risco dos ativos tangíveis

No ano de 2025 foram realizadas 17 auditorias de segurança física e prevenção, no âmbito da engenharia de risco (*Loss Prevention*) aos locais com o maior valor de capital seguro. Estes locais, identificados como *top locations*, são revistos periodicamente, tendo em consideração o valor declarado e o nível de exposição aos riscos catastróficos. A Sonae deu continuidade ao processo de monitorização e avaliação de risco, seguindo as melhores práticas de mercado, com foco nos impactos das alterações climáticas.

### Riscos de Segurança das Pessoas

A segurança e saúde das pessoas são pilares fundamentais da gestão da Sonae e da sustentabilidade das suas operações. Em 2025, a abordagem à Saúde e Segurança no Trabalho manteve-se centrada na prevenção, na promoção de ambientes de trabalho seguros e saudáveis, e no envolvimento ativo do(as) colaborador(es) na gestão dos riscos profissionais.

A Sonae assume a ambição de uma cultura de zero acidentes, integrando a segurança no dia-a-dia das operações e nos processos de decisão. Esta abordagem traduz-se na implementação de medidas preventivas e no acompanhamento sistemático dos indicadores de segurança, promovendo uma cultura de responsabilidade partilhada e de melhoria contínua.

O bem-estar físico, mental e social dos(as) colaborador(as) tem vindo a assumir uma importância crescente. Em 2025, a saúde mental foi reforçada como dimensão central da segurança e saúde no trabalho, através de iniciativas que promovem o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, a inclusão e a criação de contextos de trabalho mais seguros, saudáveis e sustentáveis.

### Riscos de continuidade do negócio

No âmbito do reforço da sua maturidade em matéria de gestão de risco e continuidade do negócio, a Sonae manteve o desenvolvimento de projetos e programas estruturantes, focados na preparação para cenários de crise e de catástrofes e na resposta a incidentes, através da definição, revisão e implementação de planos de resiliência, emergência, contingência e recuperação dos negócios e dos sistemas de informação.

### Riscos Ambientais:

A Sonae reconhece a importância da gestão dos riscos ambientais para garantir a sustentabilidade dos seus negócios e o cumprimento das exigências regulatórias. Considerando o impacto das suas atividades e a dependência dos ecossistemas ao longo da cadeia de valor, a Sonae reforça a identificação, avaliação e mitigação desses riscos com base nos princípios de gestão de risco do grupo e alinhado com o exercício da dupla materialidade.

O modelo de gestão de riscos ambientais adotado segue uma abordagem estruturada, integrada e alinhada com as normas ESRS (*European Sustainability Reporting Standards*), avaliando tanto a materialidade financeira, como a materialidade de impacto, permitindo uma resposta mais eficaz a desafios como a descarbonização, a escassez de recursos naturais e a perda de biodiversidade.

A Sonae desenvolve e implementa políticas ambientais robustas, com objetivos e metas alinhados com os melhores standards de mercado e o quadro regulatório vigente. As políticas e as metas traduzem-se em planos específicos que são implementados nos vários negócios, através de diversas iniciativas, de entre as quais se destacam:

- **Aceleração da Descarbonização:** aceleração da instalação de centrais fotovoltaicas nas operações e da rede *plug & charge* (para carregamento de carros elétricos e híbridos); renovações com instalação de equipamentos mais eficientes; eletrificação da frota e definição de critérios de compras alinhados com estes objetivos
- **Valorização da Biodiversidade e Água:** mapeamento de todas as dependências e riscos dos vários negócios nestas dimensões e definição de critérios ao nível das matérias-primas adquiridas (ex.: produtos provenientes de florestas geridas de forma sustentável), além da implementação de medidas de redução de consumos (ex.: água) e desenvolvimento de projetos de conservação e preservação da natureza.
- **Circularidade:** Procura ativa de serviços e soluções que promovem a circularidade dos produtos (ex.: serviços de reparação, retoma e reutilização), desenvolvimento de requisitos que condicionem as embalagens, no sentido de as tornar mais circulares, e inúmeras iniciativas centradas na redução do desperdício, entre outros.



Adicionalmente, o compromisso da empresa com a gestão ambiental materializa-se também na certificação ambiental dos ativos físicos mais significativos, alinhando-se com a norma internacional NP EN ISSO 14001:2015. Esse processo, conduzido por uma entidade certificadora independente, assegura a melhoria contínua do desempenho ambiental e o cumprimento das obrigações legais.

Todas estas iniciativas estão ligadas pelo eixo comum de gestão com critérios ESG que visa integrar todos estes riscos nos diferentes processos de gestão: planeamento estratégico; compras e avaliação de fornecedores; M&A; avaliação de investimentos, *governance*, entre outros.

### Riscos de Projetos:

Os riscos inerentes aos processos críticos de negócio e aos principais projetos de mudança, nomeadamente a implementação de novos processos e os projetos de alteração dos sistemas de informação, foram objeto de avaliação e monitorização, no âmbito da Gestão de Risco e da Auditoria Interna.

### Riscos Seguráveis:

No âmbito da transferência dos riscos seguráveis, foi prosseguido um objetivo de otimização assente na adequada estruturação financeira dos capitais em risco, em função da dinâmica e do apetite ao risco dos negócios cobertos, bem como no reforço da massa crítica dos riscos abrangidos.

A Sonae mantém o foco na garantia das melhores coberturas para cada negócio, assegurando o cumprimento das exigências legais e a adequação aos diferentes perfis de risco e níveis de capacidade de retenção.

### Riscos de informação, proteção de dados pessoais e cibersegurança

A Sonae, dando cumprimento ao modelo das 3 linhas do IIA (Instituto de Auditores Externos), estipulou que a Gestão de Risco integra as responsabilidades de CISO (*Chief Information Security Officer*) e DPO (*Data Protection Officer*) na supervisão de riscos estratégicos.

As principais funções do CISO que são exercidas com independência e autonomia, reportando hierarquicamente ao CFO da Sonae e funcionalmente à Comissão de Auditoria e Finanças:

- Promover uma cultura de cibersegurança;
- Definir o modelo de governo, políticas, normas e a estratégia de cibersegurança;
- Supervisionar a implementação do plano de segurança;
- Desenvolver atividades de *Cybersecurity Intelligence*;
- Liderar iniciativas e processos de cibersegurança transversais ao Grupo;
- Gerir o programa de formação e sensibilização em cibersegurança;
- Liderar a resposta a crises e apoiar na resposta a incidentes;

- Monitorizar os principais indicadores de cibersegurança;
- Gerir a comunicação com as autoridades nacionais e internacionais e fóruns relevantes.

As principais funções do DPO que são exercidas com independência e autonomia, reportando hierarquicamente ao CFO, e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria e Finanças são:

- Promover uma cultura de privacidade;
- Fornecer as orientações relacionadas com a execução de medidas de tratamento de dados pessoais, em conformidade com os regulamentos e legislação aplicáveis, e por comprovar a sua eficácia, em particular no que diz respeito à identificação dos riscos relacionados com o seu tratamento, com a sua avaliação em termos de origem, natureza, probabilidade e gravidade, bem como a identificação das melhores práticas que permitam a sua mitigação;
- Monitorizar e controlar o nível de conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável;
- Acompanhar violações de dados pessoais;
- Atuar como ponto de contacto com a Autoridade de controlo.

Na Sonae foram definidas políticas e diretrizes, com o objetivo assegurar uma adequada resposta aos principais riscos:

### Políticas e Diretrizes de Segurança e Privacidade



Durante 2025, a insegurança cibernética manteve-se como um dos riscos prioritários a mitigar na Sonae, refletida na implementação contínua de medidas destinadas a reforçar a sua maturidade dos controlos existentes e a garantir a conformidade legal.

Ainda que a entrada em vigor da transposição da diretiva NIS2, para a lei portuguesa, inicie a produção de efeitos em 2026, esta diretiva manteve-se no centro da atividade de conformidade, com o contínuo trabalho de identificação e implementação de controlos de segurança, permanentemente suportado na estreita colaboração entre empresas do Grupo.

Ao longo de 2025, a Sonae participou, ativamente, nos esforços de transposição nacional desta diretiva, com contributos através de fóruns externos como a Rede Nacional de CSIRTs e a Aliança Nacional para a Cibersegurança. A nível europeu, foi mantida a liderança da *Task Force* de Cibersegurança do Eurocommerce, promovendo o intercâmbio de conhecimento na adaptação à NIS2.

A Sonae manteve a participação em diversos fóruns externos, alargando a participação ao *World Economic Forum*, no âmbito do *Centre for Cybersecurity*, reforçando assim a rede de importantes fontes de informação para a identificação de novas ameaças e boas práticas.

Tecnologicamente, as diferentes empresas do Grupo continuam a investir nas suas capacidades de proteção, deteção, resposta e recuperação. Com iniciativas como melhoria das ferramentas de Gestão de Identidade e Acessos; implementação de princípios *Zero Trust* nos acessos a conectividade; expansão da visibilidade sobre ativos e, conseqüentemente, das capacidades de monitorização de eventos de segurança; revisão de processos de resposta a incidentes; e recuperação de sistemas críticos.

A sensibilização e a formação em cibersegurança continuam a ser temas cruciais para a Sonae, tendo sido expandidas as ações desenvolvidas, sem descurar os momentos estratégicos do ano, como o Dia Mundial da Palavra-Passe ou o Mês da Consciencialização sobre Cibersegurança. Para além das sessões internas orientadas a colaboradores, as empresas do Grupo colaboraram, estreitamente, com grupos de trabalho inter-organizacionais e com autoridades nacionais para alargar a sensibilização ao público em geral (clientes). Em particular, sublinhamos a colaboração com o Centro Nacional de Cibersegurança nas campanhas de sensibilização do mês da Consciencialização sobre Cibersegurança.

Acompanhando a evolução das ameaças a que os nossos colaboradores estão expostos, diversificamos os mecanismos usados nos nossos testes de *phishing* ético, contemplando diferentes fatores de autenticação utilizados na organização.

No que diz respeito à monitorização de indicadores de segurança das empresas do Grupo, continuam em constante revisão as métricas de reporte, com vista ao acompanhamento das melhores práticas de referência. Os principais indicadores externos de cibersegurança da Sonae mantiveram-se estáveis, refletindo o nível de maturidade das suas práticas de segurança.

## Riscos Financeiros

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos financeiros (detalhados e analisados no seu Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae) que podem impactar o seu valor patrimonial, os quais podem ser agrupados, de modo sintético, por natureza:

1. Risco de Taxa de Juro
2. Risco de Taxa de Câmbio
3. Risco de Liquidez
4. Risco de Crédito
5. Risco de Mercado
6. Risco de preço de *Commodities*
7. Risco de Capital

Em abstrato, entende-se por risco financeiro a possibilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, com impacto material nos resultados do Grupo. A Sonae procura, quando possível, controlar esta volatilidade com o intuito de proteger o seu valor patrimonial.

Tendo em consideração a múltipla natureza dos diversos negócios do Grupo não há uma política única para a gestão desses riscos. Existem princípios genéricos que emergem das práticas de boa gestão, mas é privilegiada uma abordagem individualizada e adaptada às características intrínsecas de cada negócio.

A postura do Grupo relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora e prudente. A Sonae não assume posições economicamente especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por único propósito o controlo de riscos aos quais o Grupo já se encontra exposto.

Pela natureza do seu negócio, o Grupo é particularmente ativo na cobertura do risco de taxa de câmbio que emerge, essencialmente, da atividade de *sourcing* internacional, consubstanciada em compras na sua maioria denominadas em dólares americanos. Estas operações são feitas, por regra, através da contratação de instrumentos financeiros derivados, com bancos de relação da Sonae e o objetivo de proporcionar estabilidade na tomada de decisão e negociação no processo de *sourcing* estabelecendo taxas de câmbio fixas. Na gestão do risco de taxa de juro ou do risco de preço de *commodities*, sempre que são efetuadas coberturas, os procedimentos são idênticos. Algumas empresas do Grupo têm a sua operação em países cujas moeda funcional não é o Euro, cujo risco é gerido de acordo com as políticas definidas por cada um dos negócios.

Parte substancial dos recursos do Grupo são captados junto de Bancos de relacionamento e pontualmente nos mercados de capitais, pelo que a Sonae está, inevitavelmente, exposta à sua volatilidade intrínseca. De modo a garantir que, a todo o momento, o Grupo tem capacidade financeira para assegurar os seus compromissos, prossegue políticas de financiamento que recomendam o refinanciamento antecipado das

necessidades do Grupo num horizonte temporal de 18 meses, acrescidos de buffers de liquidez prudenciais pré-determinados reduzindo, assim, o impacto de uma eventual disrupção abrupta nos mercados financeiros ou de capitais na atividade corrente do Grupo. Em acréscimo, a Sonae procura diminuir o risco de liquidez, por meio de negociação de termos contratuais que reduzem a possibilidade de as contrapartes serem capazes de exigir unilateralmente o término antecipado do financiamento e tendo uma diversidade de contrapartes que lhe permita reduzir os impactos que eventuais acontecimentos específicos, num banco ou num país, possam ter na capacidade do Grupo em aceder a fundos, nos montantes e condições desejáveis.

O Grupo está exposto ao risco de créditos relativos aos valores a receber dos clientes B2B. Este risco está, essencialmente, circunscrito aos canais de *Wholesale* e *Franchising* de diversos negócios, e apesar de, em termos consolidados, ser um risco relativamente pequeno, a Empresa estabelece políticas adaptadas às características e natureza dos diversos negócios, definindo limites claros de risco por crédito, e recorrendo à transferência de parte desses riscos para terceiros através de seguros de crédito, garantias bancárias ou créditos documentários, entre outros instrumentos similares, de modo a, dentro do possível, mitigar esses riscos. Em acréscimo, o Grupo iniciou Comitês de Crédito individualizados por negócio, com uma participação multidisciplinar para o risco de incumprimento por parte dos(as) clientes seja mitigado e acompanhado de forma sistemática e atempada.

Relativamente à gestão de risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura) ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae com vista à mitigação da probabilidade de incumprimento das obrigações, que passam, entre outras, pela execução de operações apenas com contrapartes que apresentem elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

O Grupo está exposto ao risco do preço das ações decorrente do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras estratégicas cotadas. Podem existir instrumentos financeiros derivados associados ao valor das participações cotadas do Grupo, sendo que estes riscos são acompanhados de forma recorrente até à sua maturidade.

O Grupo está exposto a riscos associados à flutuação de preços de *commodities*, como energia e várias matérias-primas incorporadas nos produtos comercializados. Nesse sentido, a Sonae acompanha de perto a evolução desses preços e as perspetivas futuras. Para gerir esses riscos, o Grupo pode recorrer a contratos de derivados ou compras a prazo, semelhantes aos utilizados para lidar com os riscos cambiais e de taxas de juro.

Os objetivos de gestão da estrutura de capital (definido pela proporção entre capital próprio e dívida líquida) são a salvaguarda da capacidade do Grupo para assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais e, ao mesmo tempo, maximizar o retorno dos(as) acionistas e otimizar o custo de financiamento.

A política de gestão de riscos financeiros é determinada por cada um dos Conselhos de Administração, sempre com o apoio da equipa de Tesouraria e Finanças, sendo os riscos identificados e monitorizados em cada um dos departamentos financeiro e de tesouraria dos negócios. Desta forma é garantida uma abordagem consistente e agregada aos diversos riscos que, no fim, impactam o Grupo.

A exposição aos riscos é igualmente monitorizada pela Comissão de Finanças, na qual uma análise consolidada de risco é revista e reportada numa base mensal, e as orientações sobre políticas de gestão de risco são analisadas e revistas regularmente.

O sistema implementado assegura que, em cada momento, são adotadas as políticas apropriadas de gestão de riscos financeiros para que estes não condicionem a concretização dos objetivos estratégicos do Grupo Sonae.

### Riscos Legais, Fiscais e Regulatórios

A Sonae e os seus negócios dispõem de assessorias legal e fiscal permanentes e dedicadas às especificidades da respetiva atividade, que funcionam na dependência da gestão e desenvolvem as suas competências em articulação com as demais funções e assessorias, por forma a assegurar, preventivamente, a proteção dos interesses da Sociedade e dos negócios, no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como pela aplicação das melhores práticas.

As equipas que integram estas assessorias possuem formação especializada e participam em ações de formação e atualização, de iniciativa interna e externa.

A assessoria legal e fiscal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos, selecionados de entre firmas de reconhecida reputação, de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência.

Os processos em contencioso, em que a Sociedade é parte, encontram-se identificados no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonae.

As empresas pertencentes ao Grupo estão sujeitas a leis e regulamentos nacionais, locais e setoriais de cada mercado onde operam e que visam assegurar: a segurança e proteção dos(as) consumidores(as), a proteção de dados pessoais, os direitos dos(as) trabalhadores(as), a proteção do meio ambiente e o ordenamento do território, o cumprimento da regulamentação dos setores de atividade em que está presente e a manutenção de um mercado aberto e competitivo. Desta forma, estão naturalmente expostas ao risco de ocorrência de alterações regulatórias que possam condicionar a condução dos negócios e, conseqüentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

A postura do Grupo é de colaboração permanente com as autoridades, no respeito e observância das disposições legais. Essa colaboração assume, em alguns casos, a forma de comentários a consultas públicas emitidas por autoridades nacionais e internacionais. A crescente internacionalização dos negócios da Sonae é afetada por riscos específicos decorrentes da natureza diferenciada dos enquadramentos legais em cada país.

## Riscos de Recursos Humanos

O ano de 2025 decorreu num enquadramento exigente para a gestão de pessoas, marcado por um mercado de trabalho competitivo e por uma maior mobilidade profissional. Em Portugal, a dinâmica do mercado continua a refletir desafios na atração e retenção de talento, em particular no acesso a perfis qualificados, alinhados com as necessidades dos negócios, num contexto de elevada procura por competências especializadas.

A disponibilidade de perfis qualificados, sobretudo em funções de liderança e em áreas como a tecnologia, dados e digital, permanece um fator crítico para a sustentabilidade e execução da estratégia. Em paralelo, a evolução das expectativas dos(as) colaboradores(as), nomeadamente no que respeita ao equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, ao bem-estar e às condições de desenvolvimento, reforça a exigência sobre as propostas de valor das empresas e sobre as práticas de gestão de pessoas, num contexto em que a pressão salarial continua presente.

Para responder a este enquadramento a Sonae procurou equilibrar as suas estratégias de longo prazo com as respostas ajustadas à realidade do mercado. Entre as iniciativas implementadas, destacam-se:

- Atualização das referências salariais e dos pacotes de benefícios, acompanhando as tendências de mercado e reforçando a competitividade e a equidade interna;
- Reforço das políticas de bem-estar dos(as) colaboradores(as), com foco na saúde e no equilíbrio entre a vida profissional e pessoal;
- Evolução das práticas de diversidade, equidade e inclusão, incluindo o reforço de compromissos públicos, nomeadamente a adesão aos *UN Standards of Conduct for Business* para a inclusão LGBTQIA+ e a assinatura do compromisso da REDI Portugal;
- Atualização e reforço dos processos de desenvolvimento de talento e liderança, alinhados com as necessidades estratégicas do Grupo;
- Promoção de uma evolução cultural transversal na organização, assente na vivência dos valores e da missão da Sonae, no reforço das práticas de liderança responsáveis e na criação de ambientes de trabalho cada vez mais inclusivos, colaborativos e orientados para o desenvolvimento das pessoas.

Adicionalmente, a Sonae manteve o seu compromisso com a capacitação e empregabilidade, dando continuidade às iniciativas de *reskilling* e *upskilling*, reconhecendo o seu papel essencial para mitigar a escassez de talento e preparar a força de trabalho para os desafios futuros, num contexto de transformação tecnológica contínua.

## 54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

Como abordagem estruturada que alinha estratégia, processos, pessoas, tecnologias e conhecimento, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento da Sonae. O seu objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e as ameaças que os negócios da Sonae enfrentam na prossecução dos seus objetivos de criação de valor.

Na Sonae, a gestão e monitorização dos principais riscos é alcançada através de diferentes abordagens, entre as quais:

- No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portefólio de negócios existente, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projetos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;
- No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objetivos de negócio e planeadas ações de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais;
- Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente em grandes projetos de mudança e transformação da organização, nos planos de contingência e de continuidade dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas;
- No que diz respeito aos riscos de segurança dos ativos físicos e das pessoas (riscos “técnico-operacionais”), são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas ações preventivas e corretivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos dos ativos seguráveis;
- A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da Sociedade e dos negócios, cuja atividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças e Tesouraria da Sonae e da Comissão de Auditoria e Finanças;
- A gestão dos riscos legais, fiscais e regulatórios é efetuada e monitorizada no âmbito das assessorias legais e fiscais.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base um padrão internacional (Enterprise Risk Management) que compreende, nomeadamente, o seguinte:

- Definição do foco de gestão de risco (taxonomia de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum);

- Identificação e sistematização dos riscos que podem afetar a organização (fontes de risco);
- Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objetivos dos negócios e da probabilidade de ocorrência;
- Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- Avaliação das estratégias de gestão de risco (p.ex. aceitar, evitar, mitigar, transferir);
- Desenvolvimento e implementação de planos de ação de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções da Sonae;
- Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações e da evolução dos riscos.

### Formação e desenvolvimento em Auditoria Interna e Gestão de Risco

No âmbito das funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco, a empresa assume a capacitação contínua das suas equipas como um pilar estratégico para a criação de valor sustentável para o negócio. O desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais é entendido como um fator crítico para reforçar a qualidade das decisões, antecipar riscos, identificar oportunidade de melhoria e apoiar a organização no cumprimento dos seus objetivos estratégicos.

Com este propósito, a empresa promove ativamente a obtenção de certificações em áreas chave, como auditoria interna, gestão de risco, proteção de dados, cibersegurança e segurança alimentar, assegurando que os seus profissionais dispõem de conhecimentos atualizados e alinhados com as melhores práticas internacionais. No final de 2025, estavam em vigor 108 certificações, refletindo o investimento contínuo na excelência técnica e na credibilidade das equipas junto do negócio.



Reconhecendo que a aprendizagem contínua é essencial num contexto de crescente complexidade e transformação, a empresa reforçou o seu ecossistema de formação através da Academia de Auditoria Interna, complementada pelo programa de desenvolvimento de competências digitais (Digital Auditor) e por iniciativas de *self-learning*. Em 2025, este investimento traduziu-se em 2912 horas de formação, contribuindo para equipas mais ágeis, analíticas e orientadas para a criação de valor.

Adicionalmente, em 2026, a empresa intensificará o foco na capacitação da equipa em riscos emergentes, promovendo uma abordagem proativa e preventiva à gestão do risco. Serão desenvolvidas ações de formação em áreas como inteligência artificial, riscos ESG, novas ameaças em cibersegurança e enquadramentos regulatórios emergentes, reforçando a resiliência organizacional e a capacidade de adaptação a novos desafios.

A empresa orgulha-se de contar com um elevado número de profissionais certificados(as) em auditoria interna e gestão de risco em Portugal e continuará, em 2026, a investir em programas de formação, desenvolvimento e certificação internacional. Este compromisso, alinhado com as melhores práticas globais, reforça a competitividade das equipas.

### Ações a destacar em 2025

No decorrer de 2025, a Sonae deu continuidade ao exercício de Enterprise Wide Risk Management, dinamizado pela função corporativa de gestão de risco da Sociedade, a qual garantiu o alinhamento de metodologias, práticas e calendário de gestão de risco em todas as empresas Sonae.

Em relação à execução de projetos, são de salientar:

- A publicação de um novo relatório elaborado em conformidade com os *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS) e alinhado com as normas do *International Sustainability Standards Board* (ISSB), que incorporam e desenvolvem as recomendações anteriormente estabelecidas pela TCFD, com o objetivo de apoiar a gestão dos riscos climáticos — nomeadamente os riscos de transição para uma economia de baixo carbono e os riscos físicos — e de disponibilizar aos investidores informação financeira relevante para uma tomada de decisão informada sobre investimentos futuro;
- A adequação de procedimentos para garantir o cumprimento da Lei de Proteção de Denunciantes de Infrações (Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro) e do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro);
- Os projetos de conformidade com o Regulamento sobre Inteligência Artificial, cujo objetivo é a caracterização e avaliação dos riscos de todas as iniciativas de Inteligência Artificial, garantido assim que todas as iniciativas são utilizadas ou desenvolvidas de forma segura, ética e transparente.

Ao longo do ano foram ainda promovidos eventos de partilha e troca de experiências no domínio da Gestão de Risco, dos quais destacamos a celebração dos 25 anos das funções de Auditoria Interna e Gestão de Risco da Sonae.

## 55. Descrição dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos relativamente ao processo de elaboração e divulgação de informação financeira

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação de informação financeira, com os objetivos de transparência, consistência, simplicidade, fiabilidade e relevância. O objetivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporte financeiro.

- A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores, quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- O sistema de controlo interno, no que respeita à contabilidade e preparação e divulgação de informação financeira, inclui os seguintes controlos chave;

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Estes controlos incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o reporte financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados nas notas às demonstrações financeiras, constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos das empresas do Grupo permitem uma garantia razoável de que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que as empresas mantêm registos atualizados de ativos e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrerem diferenças;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respetivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma, o qual é partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transações dos processos de negócio e dos saldos das contas de ativos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Contabilistas Certificados de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;

- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelos departamentos de consolidação de contas dos serviços administrativos dos Centros Corporativos das sub-holdings e da holding. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transações entre as empresas do Grupo;
- O Relatório de Gestão é preparado pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte. O Relatório de Governo da Sociedade é preparado pelo departamento de Legal e Governo Corporativo, também com a contribuição das várias áreas de negócio e de suporte;
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas sob a supervisão da Comissão Executiva do Grupo. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual são enviados para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae. Depois da aprovação, os documentos são enviados ao Auditor Externo, que emite a sua Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria;
- O processo de preparação da informação financeira separada e consolidada e do Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal e pela Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração. Trimestralmente, estes órgãos reúnem e analisam as demonstrações financeiras separadas e consolidadas e o Relatório de Gestão. O Revisor Oficial de Contas apresenta, diretamente ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças, um sumário das principais conclusões do exame anual efetuado à informação financeira;
- Todos(as) aqueles(as) que estão envolvidos no processo de análise financeira da Sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
- As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento;
- Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporte contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:
  - Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras. As estimativas são baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
  - Saldos e transações com partes relacionadas – os saldos e transações mais significativas com partes relacionadas são divulgados nos anexos às demonstrações financeiras. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais recorrentes do Grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, em ambos os casos, efetuados a preços de mercado. Conforme determinado na Política Interna em matéria de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho Fiscal recebe um reporte semestral de todas as transações realizadas com partes relacionadas.
- Informação mais específica sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, está disponível no anexo às demonstrações financeiras;
- A Sonae adota várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:
  - Melhoria da documentação sobre controlos – no seguimento das ações de anos anteriores, durante 2025, a Sonae continuou a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Estas ações incluem a identificação das causas dos riscos (risco inerente), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;
  - Análise de conformidade – o departamento Legal e Governo Corporativo, em cooperação com os departamentos ABS, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, bem como com a Representante para as Relações com o Mercado, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

## IV. Apoio ao Investidor

### 56. Serviço responsável pelo Apoio ao Investidor

A direção de Relações com Investidores é responsável por gerir a relação entre a Sonae e a comunidade financeira - atuais e potenciais investidores(as), analistas e autoridades reguladoras do mercado - com o propósito de melhorar o conhecimento e a compreensão destes em relação à empresa, através do fornecimento de informação relevante, atualizada e fidedigna.

Na estrita observância das disposições legais e regulamentares, a Sonae tem como regra informar, de forma imediata, os(as) seus(suas) acionistas e o mercado em geral sobre os factos relevantes da sua atividade, no sentido de evitar hiatos entre a ocorrência e a divulgação desses factos, tendo confirmado a sua prática ao longo dos anos.

A Direção de Relações com Investidores, em articulação com a Representante para as Relações com o Mercado, prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a cotação das ações da Sonae. Adicionalmente e quando solicitado, fornece esclarecimentos sobre as atividades da empresa, respondendo às questões colocadas através de e-mail ou por telefone.

Para além da existência da Direção de Relações com Investidores, toda a informação divulgada é disponibilizada no website da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)), e no website da Sociedade [www.sonae.pt/pt/investidores/comunicados/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/comunicados/). Em [www.sonae.pt/pt/investidores/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/) poderá ser encontrada a informação exigida pelo art.º 3.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2013, bem como informação de carácter geral sobre a Sonae, para além de outra informação considerada relevante e recomendada pelo Código de Governo da Sociedade do IPCG de 2018 (revisto em 2023), designadamente:

- Apresentações institucionais e outras apresentações da Sonae à comunidade financeira;
- Resultados trimestrais, semestrais e anuais referentes aos últimos cinco anos;
- Relatórios de Gestão;
- Relatórios sobre o Governo da Sociedade;
- Regulamentos Internos do órgão de administração e respetivas comissões e do órgão de fiscalização;
- A identificação dos(as) responsáveis da Direção de Relações com Investidores, bem como os seus contactos;
- Descrição do desempenho do título Sonae na Bolsa de Valores Portuguesa;
- Informação relativa às Assembleias Gerais da Sociedade;
- Os calendários financeiros anuais, abrangendo Assembleias Gerais e a divulgação dos resultados anuais, semestrais e trimestrais.

Nos últimos anos, a direção de Relações com Investidores mantém contactos recorrentes com agências de rating de ESG, que publicam sob a sua responsabilidade e, em alguns casos, sem controlo de fidedignidade por parte da Sociedade, resultados de natureza ambiental, social e de governo, para que a informação disponibilizada por estas, seja o mais fidedigna possível e reflita corretamente o esforço que a Sonae desenvolve nestas matérias.

Qualquer interessado(a) pode contactar a Direção de Relações com Investidores através dos seguintes meios:

### Vera Bastos

Diretora de Relações com Investidores

Tel: (+351) 22 010 47 94

E-mail: [Investor.relations@sonae.pt](mailto:Investor.relations@sonae.pt)/ [vcbastos@sonae.pt](mailto:vcbastos@sonae.pt)

Morada: Lugar do Espido Via Norte 4471-909 Maia Portugal

Website: <https://www.sonae.pt/pt/>

A Sonae considera que, desta forma, assegura um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos(as) acionistas e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos(as) investidores(as).

### 57. Representante para as Relações com o Mercado

Célia da Conceição Azevedo Neves Sá Miranda é a Representante para as Relações com o Mercado, com os seguintes contactos:

Tel: (+351) 22 010 47 94

E-mail: [Investor.relations@sonae.pt](mailto:Investor.relations@sonae.pt)

Morada: Lugar do Espido Via Norte 4471-909 Maia Portugal

### 58. Pedidos de Informação

A Sonae mantém os mais elevados padrões de transparência, objetividade e consistência nas informações que partilhamos com todos os *stakeholders*, nomeadamente os investidores e participantes no mercado de capitais. Garantimos que estas informações sejam disseminadas de forma atempada, assegurando que todas as partes interessadas se mantenham bem informadas.

Em 2025, a Sonae emitiu 24 comunicados públicos, realizou quatro conferências telefónicas e envolveu-se numa ampla gama de outras interações. Estas incluíram eventos organizados, como conferências e roadshows, tanto em Portugal como no estrangeiro, assim como inúmeras reuniões individuais com investidores e analistas. Adicionalmente, a Sonae compromete-se a responder a todos os pedidos recebidos através dos diversos canais, incluindo o email público de relações com investidores.

No exercício de 2025, o Departamento de Relações com Investidores recebeu um número normal de pedidos de informação, face à dimensão da Sociedade. Estes pedidos de informação foram enviados por email, correio ou telefone. Em média os pedidos são respondidos no prazo de 24 horas, exceto em casos onde a maior complexidade exige um tempo de resposta mais alargado.



## V. Sítio de Internet

### 59. Endereço

Endereço eletrónico da Sociedade: [www.sonae.pt](http://www.sonae.pt)

### 60. Local onde se encontra a informação mencionada no art. 171.º do Código das Sociedades Comerciais

Endereço eletrónico: [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade)  
<https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>

### 61. Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Endereço eletrónico: [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade)

### 62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso

Endereço eletrónico: [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/) e [www.sonae.pt/pt/sonae/contactos-80/](http://www.sonae.pt/pt/sonae/contactos-80/)

### 63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas e o calendário dos eventos societários

Documentos de prestação de contas: [www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/) e [www.sonae.pt/pt/investidores/informacao-financieira/dados-financeiros/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/informacao-financieira/dados-financeiros/)

Calendário de Eventos Societários: [www.sonae.pt/pt/investidores/calendario-financieiro/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/calendario-financieiro/)

### 64. Local onde são divulgadas a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Endereço eletrónico: [www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/)

### 65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

Endereço eletrónico: [www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/)

## D. Remunerações

O Conselho de Administração apresenta na Parte III deste Relatório de Governo da Sociedade o relato sobre remunerações a que alude o artigo 26.º-G do CVM, visando proporcionar uma visão abrangente das remunerações, incluindo todos os benefícios, independentemente da sua forma, atribuídos ou devidos durante o último exercício a cada um dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização da Sociedade.

O relatório sobre remunerações relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2024 foi submetido à apreciação da Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2025 e mereceu a aprovação dos acionistas da Sonae, conforme apresentado.

A Sociedade pautou a elaboração do relatório de remunerações, por referência ao exercício findo a 31 de dezembro de 2025, pelos mesmos princípios de rigor e consistência, optando pela sua inserção em capítulo separado deste Relatório de Governo da Sociedade.

### I. Competência para a determinação

#### 66. Competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva e dos(as) dirigentes da Sociedade

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais, incluindo os dirigentes da Sociedade em representação dos(as) acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos(as) acionistas na Assembleia Geral.

A Comissão de Remuneração, composta por Administradores(as) Não Executivos(as), e já identificada supra no ponto 29, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas competências.

## II. Comissão de Vencimentos

### 67. Composição da Comissão de Vencimentos e identificação das pessoas singulares e coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores(as)

A Comissão de Vencimentos é composta por três membros, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, para integrar um mandato de quatro anos. A Comissão de Vencimentos, eleita na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023, para integrar o mandato 2023-2026 tem a seguinte composição:

Comissão de Vencimentos	
Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva	Presidente
José Fernando Oliveira de Almeida Côrte-Real	Vogal
Ramon O'Callaghan	Vogal

Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente ao órgão de administração e a qualquer outro grupo de interesses.

A Comissão de Vencimentos recorre aos estudos de benchmarking em matéria de práticas e políticas retributivas anualmente divulgados pelos consultores de renome internacional Korn Ferry e Mercer, para assegurar que a Política de Remuneração dos órgãos sociais anualmente submetida à consideração da Assembleia Geral, é adequada e consonante com os comparáveis de mercado.

O Regulamento de Funcionamento da Comissão de Vencimentos encontra-se disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade).

No decurso da atividade por si desenvolvida no exercício social de 2025 a Comissão de Vencimentos não foi assessorada por quaisquer entidades contratadas.

### 68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria da política de remunerações

A experiência e qualificações profissionais dos membros da Comissão de Vencimentos estão espelhadas nos elementos curriculares disponíveis em [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade), encontrando-se capacitados para o exercício das suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo, cada um deles, as adequadas competências para o exercício das suas funções.

O valor de remuneração fixa anual dos membros da Comissão de Vencimentos, para o mandato de 2023-2026 é o seguinte:

Comissão de Vencimentos   membros (valores em euros)	2025
Artur Eduardo Brochado dos Santos Silva	15 000
José Fernando Oliveira de Almeida Côrte-Real	10 000
Ramon O'Callaghan	10 000
<b>Total</b>	<b>35 000</b>

No exercício de 2025, realizaram-se 3 (três) reuniões da Comissão de Vencimentos, tendo a taxa de comparência sido de 100%.

## III. Estrutura das Remunerações

### 69. Descrição da Política de Remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

Na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023, em cumprimento do disposto nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários, foi aprovada a Política de Remuneração para o quadriénio 2023-2026, elaborada numa linha de continuidade com os princípios da Política de Remuneração anteriormente em vigor, que foi objeto de alterações aprovadas na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2024 e na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2025. A Política atualmente em vigor encontra-se disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/), sendo a Proposta 4 apresentada à Assembleia Geral Anual de 2025.

A Política assenta no pressuposto de que a iniciativa, a competência, o empenho e a ética são fundamentos essenciais de um bom desempenho, devendo este estar alinhado com a estratégia de médio e longo prazo da Sociedade, visando a sua sustentabilidade, e assentando nos princípios a seguir descritos, os quais deverão ainda ser considerados para dar cumprimento à obrigação da Sociedade de divulgar, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 26.º-G do CVM, uma explicação sobre o modo como a remuneração total cumpre a Política de Remuneração adotada, incluindo a forma como a mesma contribui para o desempenho da Sociedade a longo prazo.

#### I. Competitividade

No desenho da Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais e dirigentes da Sociedade é objetivo primordial a captação e retenção dos(as) melhores profissionais, com talento de elevado potencial e experiência comprovada, que garanta estabilidade e represente um contributo relevante e material para a sustentabilidade dos negócios da Sociedade.

A Política e o seu posicionamento são definidos por comparação com o mercado nacional e internacional, segundo os principais estudos de referência realizados para Portugal e mercados europeus pelas consultoras Mercer e Korn Ferry, incluindo a comparação com a prática das empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação na Euronext Lisbon.

Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais e dirigentes são fixados e periodicamente revistos tendo em conta as condições de mercado, a atividade desenvolvida e as responsabilidades inerentes aos cargos desempenhados. Para o efeito, consideram-se, entre outros fatores, o perfil e currículo do membro, a experiência, a natureza e o descritivo de funções, o quadro de competências do órgão em questão e do próprio membro, assim como o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para a determinação dos valores remuneratórios deste segmento consideram-se as orientações gerais de posicionamento e competitividade no mercado preconizadas pela organização, enquadradas na política remuneratória geral do Grupo.

## II. Orientação para o desempenho

A Política prevê, no que respeita aos(às) administradores(as) executivos(as), a atribuição de prémios variáveis de incentivo de curto e médio prazo, calculados em função dos resultados da Sociedade e do nível de desempenho, quer individual, quer coletivo, com a finalidade de fomentar o crescimento sustentável dos seus negócios e o comprometimento individual com os objetivos pré-definidos. Em caso de não concretização destes objetivos, medidos através de Key Performance Indicators (KPIs), o valor dos incentivos de curto e médio prazo é, adequadamente, reduzido de forma parcial ou total.

## III. Alinhamento dos interesses

É assegurado um alinhamento entre os interesses do(a) administrador(a), os interesses dos(as) acionistas e o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade do negócio. Desta forma, parte do prémio variável dos(as) administradores(as) executivos(as) é diferida por um período de 3 anos, após a sua atribuição. A componente diferida é condicionada pelos seguintes fatores: (i) pela evolução da cotação das ações; (ii) pelo fator de correção por dividendos aplicados; e (iii) pelo grau de concretização de objetivos de médio prazo.

Visando reforçar o alinhamento e o comprometimento da atuação dos(as) administradores(as) executivos(as) com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade, a estratégia de negócio e, em particular, a sua sustentabilidade, bem como visando prevenir e dissuadir a assunção de riscos excessivos, os administradores executivos devem reter uma percentagem das ações Sonae que lhes são entregues no âmbito da execução do Prémio Variável de Médio Prazo.

A remuneração dos(as) administradores(as) não executivos(as), dos membros dos órgãos de fiscalização e da mesa da Assembleia Geral é constituída exclusivamente por uma remuneração fixa. Na circunstância de administradores(as) não independentes não executivos(as) da sociedade exercerem funções executivas em sociedades dominadas, a composição da sua remuneração nestas últimas será determinada pela respetiva Comissão de Vencimentos e divulgada nos termos legais e recomendatórios.

## IV. Transparência

Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados interna e externamente, através da publicação de documentação no sítio da Sociedade na internet, estando em conformidade com a política remuneratória do Grupo;

## V. Razoabilidade

A Política de Remuneração da Sociedade, pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses de longo prazo da Sonae, o posicionamento e as melhores práticas no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos órgãos sociais e dirigentes, bem como o objetivo de atração e retenção de talento.

## VI. Consistência e equidade

Para determinação da remuneração de cada membro dos órgãos sociais e dirigentes são ponderadas as condições de emprego e remuneração dos(as) trabalhadores(as) do Grupo.

Para o efeito, são tidas em conta as condições de emprego e de remuneração dos(as) trabalhadores(as) em termos equivalentes a tempo inteiro na Sociedade, por forma a assegurar consistência e equidade a nível remuneratório, por referência ao peso das respetivas qualificações, responsabilidades, experiência, disponibilidade e especificidades do risco associado ao exercício da função. Por sua vez, o quadro da política global de remuneração adotada pela Sociedade tem por referência o benchmark das empresas comparáveis, ajustado pelas suas particulares condições de mercado, tendo em vista o equilíbrio entre objetivos de sustentabilidade e de retenção de talento.

## VII. Enquadramento Normativo

A Política de Remuneração aplicável aos órgãos sociais e dirigentes da Sociedade adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG.

Na arquitetura da política retributiva dos órgãos sociais, dirigentes e restantes trabalhadores(as) da Sociedade, e para determinação da remuneração aplicável, são ponderadas as funções desempenhadas, de acordo com um sistema de avaliação de funções que inclui critérios de diferenciação quanto à complexidade, qualificação, experiência exigida, autonomia e responsabilidades atribuídas. Este sistema baseia-se na metodologia internacional da Korn Ferry, por forma a promover a equidade nas condições de remuneração e de emprego, à luz dos critérios de diferenciação anteriormente descritos, aplicáveis às diversas funções, bem como a permitir a comparabilidade/ benchmarking com funções equivalentes no mercado.

Resulta assim, que de forma global, a referência adotada pela Sonae em matéria de posicionamento competitivo face ao mercado comparável, para cada função, é, normalmente, a mediana para a remuneração fixa e o terceiro quartil para a componente variável da remuneração, sem prejuízo das necessárias adaptações de acordo com as condições de mercado e a situação particular da Sociedade.

### VIII. Outras condições

A duração do mandato dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos membros da Mesa da Assembleia Geral é estabelecida de acordo com os Estatutos da Sociedade e as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, e à cessação de funções aplicam-se as normas prescritas na lei, não contemplando a Política de Remuneração a atribuição de compensações aos(às) administradores(as) ou membros dos demais órgãos sociais associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada relativamente ao termo do mandato.

Não existem contratos ou acordos celebrados entre a Sociedade e aqueles membros, designadamente tendo por objetivo estabelecer o período de duração de funções ou a atribuição de quaisquer compensações pela sua cessação.

## 70. Estruturação da Remuneração dos(as) Administradores(as)

### 70.1. Administradores(as) Não Executivos(as)

A remuneração dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as) da Sociedade está estabelecida em função de referenciais de mercado, de acordo com os seguintes princípios: (i) atribuição de uma remuneração fixa; (ii) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. Pelas funções exercidas na Sociedade pelos(as) Administradores(as) Não Executivos(as) não é atribuída qualquer remuneração a título de prémio variável ou que dependa do desempenho da Sociedade.

### 70.2. Administradores(as) Executivos(as)

A remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) inclui duas componentes: a remuneração fixa e a remuneração variável.

A componente variável da remuneração incorpora na sua estrutura mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, de modo a prevenir e dissuadir comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada *Key Performance Indicator* se encontrar limitado a um valor máximo e pelos critérios de retenção de ações descritos abaixo no ponto 73 deste Relatório.

É ainda atribuídos aos(às) Administradores(as) Executivos(as) um seguro de saúde e um seguro de vida e de acidentes pessoais, em linha com a política geral do Grupo aplicada aos(às) demais colaboradores(as) e cujos termos e valores se enquadram nas práticas de mercado.

A tabela seguinte apresenta a arquitetura da Política de Remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as), bem como a forma como esta contribui para a estratégia empresarial da Sociedade, para os seus interesses de longo-prazo e para a sua sustentabilidade:

Tipo de remuneração	Remuneração Fixa	Remuneração variável		Benefícios
		Curto prazo	Médio prazo	
Propósito	Atração, retenção e motivação de executivos de excelência, necessários para entregar a estratégia e impulsionar o desempenho do negócio.	Impulsionar a estratégia e resultados anuais, bem como o desempenho individual, em linha com o plano de negócios. Reconhecer e recompensar as contribuições individuais para o negócio.	Diferimento de pagamento, para garantir alinhamento com os interesses de longo prazo dos acionistas após a entrega bem-sucedida das metas de curto prazo.	Proporcionar benefícios adequados e competitivos de mercado que impulsionam o compromisso e a motivação.
Características	Constituído por remuneração base e um subsídio de responsabilidade, pago em 14 prestações mensais.	Equivale no máximo a 50% do valor do prémio variável total. Pago, em numerário, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo ser pago, no mesmo prazo, em ações, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo.	Corresponde, no mínimo, a 50% do prémio variável total, pago com um diferimento pelo período de 3 anos, após a sua atribuição. A remuneração variável de médio prazo pode consistir na atribuição do direito de adquirir ações, sendo o número de ações, determinado por referência ao valor atribuído e ao preço da ação na data de concessão.	Seguro de saúde e de vida / acidentes pessoais.
Definição	Anual, em função do nível de responsabilidade da função e posicionamento definido face ao mercado comparável.	Pagamento sujeito ao cumprimento de metas pré-estabelecidas no início do ano, aprovadas pela Comissão de Remuneração.	Valor do prémio dependente da evolução da cotação das ações e corrigido ao longo do período de diferimento pelo grau de cumprimento do KPI de médio prazo.	Em função da política geral de benefícios da Sociedade.
Objectivos	Não aplicável	Valor objetivo do prémio variável entre 35% a 70% da Remuneração Total, determinada de acordo com a função desempenhada.		
Condições de desempenho	Não aplicável	KPIs de criação de valor económico (50%), p.ex. Volume de negócios, Resultado Direto, Gestão de Portefólio. KPIs de criação de valor social e Ambiental, relacionados com Pessoas, Planeta e outras prioridades estratégicas (20%) e KPIs de avaliação Individual (30%)	Criação de Valor	Não Aplicável
Máximo	Embora não haja um máximo definido, quaisquer incrementos são normalmente realizados em linha com os incrementos gerais da empresa.	Máximo de 82% da Remuneração Total, consoante o nível de função exercida.		Não existe um mínimo definido, mas um valor estimado; quaisquer atualizações de benefícios são realizadas em linha com a política geral

Os critérios para atribuição e manutenção da remuneração variável em ações encontra-se descrito no ponto 73.

No que se refere às duas componentes de remuneração:

A Remuneração Fixa engloba a remuneração base e um subsídio de responsabilidade, sendo estabelecidos anualmente e definidos em função das competências pessoais, do nível de responsabilidade da função desempenhada, bem como do posicionamento preconizado face ao mercado comparável.

A Remuneração Variável visa orientar e recompensar os(as) Administradores(as)

Executivos(as) pelo cumprimento de objetivos pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho do Grupo e do seu próprio desempenho individual. É atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho, decompondo-se em:

- a) Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP), equivalendo no máximo de 50% do valor do prémio variável total. Este prémio é pago em numerário, no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito, podendo, todavia, e a critério da Comissão

de Vencimentos, ser pago, no mesmo prazo, em ações, nos termos e condições previstos para o Prémio Variável de Médio Prazo – vd. ponto 71 para maior detalhe;

- b) Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP), destinado a reforçar o compromisso dos(as) Administradores(as) Executivos(as) com a empresa, alinhando os seus interesses com os dos acionistas e aumentando a consciencialização da importância do respetivo desempenho para o sucesso global e sustentável da Sociedade. O valor atribuído corresponde, no mínimo, a 50% do prémio variável total, pago com um diferimento de 3 anos, após a sua atribuição, ie. quatro anos após o ano de performance – vd. pontos 71, 72 e 73 para maior detalhe.

Na data do vencimento, a Sociedade tem a opção de entregar em substituição das ações, o seu correspondente valor em numerário. O pagamento em numerário do prémio variável pode ser efetuado por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstas na lei e nos estatutos.

## 71. Componente variável da remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as)

O prémio variável de curto prazo resulta da concretização de KPIs divididos em duas dimensões, cada uma com um peso de 50%:

1. KPIs de Criação de Valor Económico (“KPIs *What*”) – avaliam o desempenho financeiro e estratégico, podendo incluir métricas como o volume de negócio, o resultado direto e o *Net Asset Value growth*, e que considera igualmente o contributo individual de cada Administrador(a) Executivo(a);
2. KPIs de Criação de Valor Social e Ambiental (“KPIs *How*”) – avaliam o desempenho em áreas como Pessoas, Planeta e outras prioridades estratégicas. Esta dimensão inclui também um KPI de avaliação individual, que pode combinar indicadores subjetivos e objetivos.

O Prémio variável não é garantido dado que a sua atribuição está dependente da consecução de objetivos. Considerando as duas componentes variáveis, o valor do objetivo pré-definido varia entre 35% e 70% da remuneração total anual (composta pela soma da remuneração fixa com o valor objetivo da remuneração variável), consoante o nível de responsabilidade das funções assumidas por cada membro.

No que se refere ao apuramento do valor atribuído, este inclui um limite mínimo de 0% e máximo de 200% face ao valor objetivo previamente definido.

O peso da componente variável atribuída na remuneração total anual depende, assim, de dois fatores (i) peso do valor objetivo pré-definido da componente variável na remuneração total e (ii) grau de cumprimento dos objetivos associados.

Da combinação destes dois fatores, o prémio variável terá um peso que pode variar entre 0% e 82% da remuneração total anual real.

	% da Remuneração Variável sobre a Remuneração Total		
	35%	50%	70%
0%	0%	0%	0%
50%	21%	33%	54%
100%	35%	50%	70%
<b>Grau atingimento KPIs global</b>			
125%	40%	56%	74%
150%	45%	60%	78%
175%	49%	64%	80%
200%	52%	67%	82%

Fórmula: Remuneração Variável objetivo \* Grau de atingimento KPIs global / Remuneração Total Anual

## 72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração

O pagamento de pelo menos 50% (cinquenta por cento) da componente variável da remuneração referente ao exercício a que respeita está diferido por um período de três anos, sendo liquidado no quarto ano por referência ao ano de performance, nos termos descritos no ponto anterior 70.2 e na Política em vigor.

## 73. Critérios de atribuição e manutenção da remuneração variável em ações

### 1. Características do Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP)

O PVMP é uma das componentes da Remuneração Variável dos(as) Administradores(as) Executivos(as). O PVMP atribuído é convertido em ações Sonae, sendo valorizado à data de atribuição a preços representativos da cotação do título, no mercado de ações em Portugal, considerando-se para o efeito, o preço médio da cotação das ações da Sociedade. Uma vez atribuído, o valor em euros será dividido pelo preço médio da cotação das ações da Sonae, para apuramento do número de ações a que corresponde.

De modo a garantir continuidade do alinhamento com os objetivos de sustentabilidade do negócio a médio prazo, o valor do prémio será corrigido, ao longo do período de diferimento, pelo grau de cumprimento do KPI de médio prazo (“Criação de Valor” com um target anual pré-definido) e pelas variações ocorridas no capital social ou dividendos (Total Shareholder Return) durante aquele período.

Na linha do reforço do alinhamento de interesses, cada Administrador Executivo da Sociedade deve, até que o valor de mercado do número total de ações detidas por si perfaça um valor igual a 100% da Retribuição Anual (compreendendo a retribuição mensal paga ao Administrador Executivo em causa, multiplicado por 14) desse administrador, reter uma percentagem mínima de ações Sonae (Percentagem Mínima de Retenção de Ações) recebidas no âmbito da execução do PVMP, nos seguintes termos:

- i. 25% das ações Sonae entregues (na data de vencimento) no âmbito do PVMP, no primeiro ano de mandato do Administrador Executivo;
- ii. 35% das ações Sonae entregues (na data de vencimento) no âmbito do PVMP, no segundo ano de mandato do Administrador Executivo;
- iii. 50% das ações Sonae entregues (na data de vencimento) no âmbito do PVMP, nos anos remanescentes do mandato do Administrador Executivo.

Os cálculos relativos à percentagem de retenção necessária deverão basear-se na Remuneração Anual e no preço da ação Sonae na data em que o PVMP é entregue ou na sua data de vencimento, conforme aplicável, em cada ano. Para efeitos da aplicação destes critérios de retenção, o cálculo da Percentagem Mínima de Retenção de Ações inclui, por referência às ações Sonae detidas por cada um dos Administradores Executivos:

- i. Todas as ações Sonae por este detidas, em nome individual, bem como aquelas ações Sonae que sejam detidas por outras sociedades, que se encontrem fora do perímetro Sonae, que sejam controladas, direta ou indiretamente, em nome individual, pelo Administrador Executivo;
- ii. As ações Sonae detidas no âmbito de quaisquer planos de benefícios/bónus, incluindo anteriores PVMPs, e as ações adquiridas antes ou na vigência do mandato;

Se, nos termos da Política de Remuneração, a Sociedade entregar, no âmbito do PVMP, em substituição das ações, o seu correspondente valor em numerário, cada um dos Administradores Executivos deverá adquirir o número de ações Sonae necessário a garantir o cumprimento da Percentagem Mínima de Retenção de Ações.

## 2. Enquadramento do PVMP

O PVMP constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos(as) Administradores(as) Executivos(as) com os objetivos da organização, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a perceção da importância da sua performance para o sucesso da Sonae, com expressão na capitalização bolsista do título.

Não são celebrados com os(as) Administradores(as) contratos relativos às ações atribuídas, designadamente contratos de cobertura ou de transferência de risco ou quaisquer outros que tenham por efeito subverter as finalidades subjacentes ao PVMP.

## 3. Duração do PVMP

O Prémio Variável de Médio Prazo contempla um período de quatro anos, incluindo o ano a que respeita a atribuição e o período de diferimento de três anos subsequente.

## 4. Vencimento do PVMP

O direito de aquisição das ações atribuídas pelo PVMP vence-se decorrido o período de diferimento.

## 5. Valor de referência do PVMP

O PVMP atribuído é convertido em ações Sonae, sendo valorizado à data de atribuição a preços representativos da cotação do título, no mercado de ações em Portugal, considerando-se, para o efeito, o valor mais favorável para o membro abrangido, correspondente à cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia Geral ou a cotação média (considerando-se para o efeito de determinação da cotação média, a cotação de fecho nos 30 dias de negociação anteriores à data de realização da Assembleia Geral).

Aos membros abrangidos é atribuído o direito à aquisição de um número de ações determinado pelo quociente entre o valor do prémio variável de médio prazo atribuído e o valor de cotação à data da atribuição apurado nos termos do parágrafo anterior. O número de ações inicial será corrigido, ao longo do período de diferimento, pelo grau de cumprimento de KPIs de médio prazo, de modo a garantir continuidade do alinhamento com os objetivos de sustentabilidade do negócio a médio prazo. No caso de, posteriormente à atribuição do direito e antes do seu exercício, se verificar distribuição de dividendos, alteração do valor nominal das ações ou de alteração do capital social da Sociedade ou qualquer outra modificação na estrutura de capital da Sociedade com impacto na expressão económica dos direitos atribuídos, o número de ações cujo direito de aquisição tenha sido atribuído será ajustado para um número equivalente tendo em conta o efeito das referidas alterações.

Na linha da afirmação de uma política de reforço do alinhamento dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da Sociedade, a Comissão de Vencimentos poderá, a seu livre critério, graduar o percentual de desconto conferido aos administradores executivos na aquisição de ações, determinando uma participação na aquisição de ações a suportar por aqueles em montante correspondente a uma percentagem do valor de cotação das ações, com o limite máximo de 5% do seu valor de cotação à data da transmissão dos títulos.

As condições de atribuição e os critérios de exercício do PVMP aplicáveis aos administradores executivos das sociedades dominadas pela Sociedade, devem ser determinados pela comissão de vencimentos ou pela assembleia geral de cada uma dessas sociedades, confirme aplicável. As condições de atribuição e os critérios de exercício aplicáveis aos colaboradores a quem tenha sido atribuído o PVMP são estabelecidos pelo Conselho de Administração de cada uma das sociedades.

## 6. Entrega pela Sociedade

A Sociedade reserva-se o direito, no momento do exercício do direito de aquisição de ações atribuído no âmbito do PVMP, de entregar, em substituição das ações, o numerário equivalente ao seu valor de mercado à data do respetivo exercício.

## 7. Condições de Exercício do Direito

A Sociedade não está obrigada ao cumprimento do Plano se ocorrer a cessação do vínculo entre o membro e a Sociedade antes de decorrido o período de diferimento subsequente à sua atribuição, sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.

O direito manter-se-á em vigor no caso de incapacidade permanente ou morte do(a) Administrador(a), sendo, neste caso, o pagamento efetuado ao(à) próprio(a) ou aos(às) seus(suas) herdeiros(as) na data do respetivo vencimento. Em caso de reforma do administrador, o direito atribuído poderá ser exercido na respetiva data de vencimento.

## 74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções

A Sociedade não atribui remuneração variável baseada em opções.

## 75. Principais parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os parâmetros e fundamentos do sistema de prémios anuais encontram-se descritos supra no ponto 71.

São atribuídos aos(às) Administradores(as) Executivos(as) seguros de saúde, vida e acidentes pessoais, em linha com a política geral do Grupo aplicada aos colaboradores e cujos termos se enquadram nas práticas de mercado.

## 76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os(as) administradores(as), aprovados em assembleia geral

Não integra a Política de Remuneração a aplicação de um sistema de benefícios de reforma ou pensão complementar, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes.

## IV. Divulgação das Remunerações

### 77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade pagos pela Sociedade

As informações exigidas pelo ponto 77 deste Relatório podem ser consultadas na Parte III – Relatório sobre Remunerações.

### 78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum

As informações exigidas pelo ponto 78 deste Relatório podem ser consultadas na Parte III – Relatório sobre Remunerações.

### 79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios

A remuneração variável dos(as) Administradores(as) Executivos(as) foi aferida de acordo com a avaliação de desempenho e a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, detalhada nos antecedentes pontos 69 e 71 e espelhada na Parte III – Relatório de Remunerações.

O prémio pago sob a forma de participação nos lucros está contido no Prémio Variável de Curto Prazo constante da Parte III – Relatório sobre Remunerações.

### 80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-Administradores(as) Executivos(as) por cessação de funções

A Política de Remuneração não contempla a atribuição de compensações aos(às) Administradores(as) Executivos(as) ou aos membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação do mandato, quer essa cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada relativamente ao termo do mandato, sem prejuízo, neste último caso, da obrigação de cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

Com efeitos a 3 de julho de 2025, João Günther Amaral renunciou ao cargo de membro executivo do Conselho de Administração da Sociedade e, nos termos da Política de Remuneração em vigor, não foi paga e não lhe é devida qualquer remuneração, nem foram assumidos pela Sociedade, quaisquer encargos em virtude da referida cessação de funções.



## 81. Remuneração do Conselho Fiscal

As informações exigidas pelo ponto 81 deste Relatório podem ser consultadas na Parte III – Relatório sobre Remunerações

## 82. Remuneração do(a) Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo:

Mesa da Assembleia Geral (valores em euros)	2025
Carlos Manuel de Brito do Nascimento Lucena	11 000
Maria Daniela Farto Baptista Passos	4 000
<b>Total</b>	<b>15 000</b>

## V. Acordos com Implicações Remuneratórias

### 83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um administrador e a sua relação com a componente variável da remuneração

A Política de Remuneração mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores ou aos membros dos demais órgãos sociais, associada à cessação funções, quer esta ocorra por antecipação ao termo ou no termo do respetivo mandato, sem prejuízo, neste último caso, da obrigação de cumprimento disposições legais aplicáveis.

No exercício de 2025, e de acordo com o referido no ponto 80 deste Relatório, a Sociedade não procedeu ao pagamento de quaisquer compensações desta natureza.

### 84. Referência à existência e descrição dos acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação do vínculo jurídico em caso de mudança de controlo da Sociedade

Não existem acordos celebrados com titulares do órgão de administração e/ou dirigentes, que estabeleçam direito a indemnização em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

## VI. Planos de Atribuição de Ações ou Opções sobre Ações (“stock options”)

### 85. Identificação do plano e destinatários

O Prémio Variável de Médio Prazo, incluindo o número de ações atribuídas, encontra-se descrito no ponto 73, sendo seus(suas) destinatários(as) os(as) Administradores(as) Executivos(as), bem como ainda colaboradores(as) das empresas do Grupo, em termos a definir pelos respetivos Conselhos de Administração.

### 86. Caracterização do Plano

A caracterização do plano de atribuição de ações encontra-se feita nos pontos 71, 72 e 73.

A Política de Remuneração de órgãos sociais bem como o plano de atribuição de ações em vigor, foram aprovados na Assembleia Geral Anual realizada em 28 de abril de 2023, sob proposta da Comissão de Vencimentos em cumprimento do disposto nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários e das Recomendações VI.2.1 a VI.2.11 do Código de Governo da Sociedade IPCG 2018, alterado em 2020 e revisto em 2023.

A Política atualmente em vigor – com as alterações aprovadas em [Assembleia Geral Anual em 2024 e em 2025](#) – pode ser consultada em, como Proposta n.º4 apresentada à Assembleia Geral Anual de Acionistas de 30 de abril de 2025.

Os planos de PVMP dos(as) Administradores(as) Executivos(as) da Sociedade (tanto atuais como ex-Administradores(as)), em curso em 2025, podem ser resumidos da seguinte forma:

	Número de planos agregado	Número de ações	Euros
Em aberto em 31.12.2024	9	4 069 966	3 719 949
Movimentos no ano:	0	418 302	3 185 070
Atribuídos	3	1 413 806	1 474 600
Vencidos	-3	-1 305 159	-1 386 078
Cancelados/Extintos/Ajustados (1)	0	309 655	3 096 548
Transferidos de outras sociedades	3	507 090	633 863
Transferidos para outras sociedades	-3	-911 795	-1 139 744
<b>Em aberto a 31.12.2025</b>	<b>9</b>	<b>4 083 563</b>	<b>6 582 704</b>

(1) Alterações no número de ações e de valor devido a distribuições de dividendos e aos efeitos dos KPIs de médio prazo e, no caso particular das alterações de valor, também por variações na cotação do título Sonae.

## 87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de ações (“*stock options*”) de que sejam beneficiários colaboradores(as) e trabalhadores(as) da empresa

Não existem direitos de opção para aquisição de ações (“*stock options*”) atribuídos.

## 88. Mecanismos de controlo da participação dos(as) trabalhadores(as) no capital

Não existe qualquer mecanismo de controlo da participação dos(as) trabalhadores(as) no capital social da Sociedade.

# E. Transações com partes relacionadas

## I. Mecanismos e procedimentos de controlo

### 89. Mecanismos de controlo de transações com partes relacionadas

A realização de transações com partes relacionadas é submetida a princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras legais e de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições legais, em particular os artigos 29.º-S a 29.º-V do Código dos Valores Mobiliários, imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de *checks and balances*, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transação em questão.

Não obstante, a Sociedade manteve historicamente em vigor uma política de controlo de transações efetuadas entre a Sociedade e acionistas detentores(as) de participações qualificadas, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

No exercício de 2020, em conformidade com a entrada em vigor da Lei nº50/2020 que transpôs para o direito nacional a Diretiva (UE) 2017/828 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Conselho de Administração aprovou, com o parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, uma Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com as disposições dos novos artigos 29.º-S a 29.º-V Código dos Valores Mobiliários, a qual se mantém em vigor.

Esta política está publicamente disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/).

### 90. Indicação das transações sujeitas a controlo em 2025

As transações realizadas com partes relacionadas ou acionistas qualificados enquadram-se no exercício da atividade normal da Sociedade, foram realizadas em condições de mercado e na mesma linha de outras transações realizadas com diversas entidades contratantes nacionais e internacionais. Foram observados os mecanismos de controlo constantes da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas referida no anterior ponto 89 e disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/)

As transações em referência foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, encontrando-se as transações com partes relacionadas, tal como definidas na IAS 24, identificadas no Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sociedade, como referido infra no ponto 92.

### 91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participações qualificadas ou entidades que com estes estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do CVM

As transações com partes relacionadas estão, na justa medida do contexto legal, enquadradas no procedimento descrito no ponto 89, na sequência do disposto nos artigos 29.º-S a 29.º-V do CVM, intervindo o órgão de fiscalização, nos termos da Política Interna aprovada pelo Conselho de Administração, com parecer prévio vinculativo daquele órgão, e que se encontra disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/).

## II. Elementos relativos aos negócios

### 92. Informação sobre negócios com partes relacionadas

Os negócios com partes relacionadas, de acordo com o IAS 24, em cumprimento da legislação vigente nesta matéria, encontram-se descritos na nota 8 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2025.

# Parte II

## Avaliação do Governo Societário

### Identificação e Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

O Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013, de 1 de agosto, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018, revisto em 2020 e em 2023.

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual Integrado 2025.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pelos artigos 447.º do Código das Sociedades Comerciais e 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt) e [www.cgov.pt](http://www.cgov.pt)

Salvo onde for expressamente indicado o contrário, todas as remissões contidas neste Relatório devem ser consideradas por referência ao próprio.

### PRINCÍPIOS GERAIS

*A. O governo das sociedades promove e potencia a prossecução dos respetivos interesses de longo prazo, desempenho e desenvolvimento sustentado, e é estruturado de modo a permitir a ponderação dos interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, clientes, credores, fornecedores e demais partes interessadas, contribuindo para o reforço da confiança na qualidade, transparência e padrões éticos de atuação da administração e fiscalização, bem como para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que as sociedades se inserem e para o desenvolvimento do mercado de capitais.*

*B. O Código é de adesão voluntária e a sua observância assenta num princípio de *comply or explain* aplicável a todas as recomendações.*

# I. RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM ACIONISTAS, PARTES INTERESSADAS E A COMUNIDADE EM GERAL

## Princípios

*I.A. Na sua organização, no seu funcionamento e na definição da sua estratégia, as sociedades contribuem para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos no quadro da Organização das Nações Unidas, em termos que sejam ajustados à natureza da sua atividade e à respetiva dimensão.*

*I.B. A sociedade, periodicamente, identifica, mede e procura prevenir os efeitos negativos relacionados com o impacto ambiental e social decorrente do exercício da sua atividade em termos ajustados à respetiva natureza e à dimensão da sociedade.*

*I.C. Nos seus processos de decisão, o órgão de administração pondera os interesses dos acionistas e restantes investidores, trabalhadores, fornecedores e outras partes interessadas na atividade da sociedade.*

## Recomendações:

*I.1. A sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.*

## Recomendação Integralmente Adotada

No Relatório Anual de Gestão, o Conselho de Administração, ao qual compete a definição da estratégia da Sociedade, dá cumprimento ao teor da presente recomendação, expondo a sua estratégia e explicitando de que forma esta procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo [cfr. 1.2. “Sobre a Sonae – Estratégia e modelo de criação de valor” do Relatório Anual de Gestão e 4.1. “Declaração de Sustentabilidade – Informações Gerais” da Declaração de Sustentabilidade], e a forma como cria valor para os seus *stakeholders* [cfr. 1.2. “Sobre a Sonae – Estratégia e Modelo de Criação de Valor” e 1.3 “Visão Geral do Desempenho” do Relatório Anual de Gestão, e 4.1 “Declaração de Sustentabilidade – Informações Gerais – SBM-2 Interesses e pontos de vista das partes interessadas” da Declaração de Sustentabilidade].

Com efeito, com uma carteira diversificada de negócios, a Sonae tem um historial de crescimento e gestão ativa do portefólio sustentada por uma abordagem disciplinada de alocação de capital com a capacidade de criar, promover, investir e expandir novos negócios, mas também reduzir a exposição ou sair quando estas opções potenciam a criação de valor. Esta abordagem contínua requer (i) uma atitude dinâmica de gestão do portefólio – assente num profundo conhecimento de cada unidade de negócio, e respetivo mercado e setor em que opera – permitindo que as estratégias e planos financeiros dos negócios sejam desafiados para um desempenho e crescimento acima do mercado, sustentabilidade de longo prazo e criação de valor acrescentado a nível económico, social e cultural e (ii) uma procura contínua de novas oportunidades de investimento, através de uma estratégia de investimento definida que contribua para a ambição, valores

e objetivos da Sonae. Adicionalmente, a Sonae tem equipas dedicadas a analisar continuamente o mercado de investimento, explorando tendências emergentes, setores e modelos de negócio com potencial de crescimento, novas geografias e parcerias, procurando novas oportunidades de longo prazo, de modo a alavancar a sua proposta de valor quer para clientes quer para a comunidade em geral.

Finalmente, a Sonae está focada, designadamente, em (i) compreender a dinâmica do mercado e desenvolver uma visão independente e abrangente a longo prazo sobre cada setor em que está presente, bem como sobre potenciais novos setores; e (ii) assegurar que as equipas de gestão têm sistemas de incentivos adequados, promovendo comportamentos equilibrados e atitudes adequadas na tomada de risco, com foco a longo prazo e sem negligenciar os objetivos a curto prazo e o valor atribuído aos seus principais *stakeholders*.

*I.2. A sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais.*

## Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade divulga, no seu Relatório Anual de Gestão, as principais políticas e medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais [cfr. “4.1. “Declaração de Sustentabilidade – Informação Gerais - Divulgações Gerais – MDR-P - Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade materiais” da Declaração de Sustentabilidade].

A Sonae está determinada em contribuir para o desenvolvimento global sustentável, operando de forma ambientalmente responsável e em equilíbrio com o crescimento do seu negócio. Nesse desempenho, alinhando-se com as melhores práticas de mercado, metodologias e contexto regulatório, a Sociedade gere os riscos ambientais que daí advêm numa abordagem ativa que abrange as diversas variáveis ambientais [“4.1. “Declaração de Sustentabilidade – Informação Gerais - Divulgações Gerais – SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios” da Declaração de Sustentabilidade e “53. Identificação dos principais tipos de risco. Riscos ambientais” deste Relatório de Governo da Sociedade].

Destaque-se, ainda, a definição de cinco eixos de ação estratégicos como resultado de uma análise rigorosa e abrangente, conduzida em 2022, com base na qual foram classificados os temas em face da sua importância para a Sonae e para os seus *stakeholders*, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Cada eixo tem o seu próprio mapa de desenvolvimento, cuidadosamente concebido para ser ambicioso. Apesar das especificidades, todos incluem um conjunto claro de objetivos e métricas, bem como mecanismos de divulgação e responsabilidade que asseguram a total transparência, sendo os mesmos revistos semestralmente para avaliar o grau de concretização, e para se implementarem as melhorias necessárias [cfr. 1.2 “Sobre a Sonae – Estratégia e Criação de Valor” do Relatório Anual de Gestão]. Estes cinco eixos de ação estratégicos, baseados nas *guidelines*, alicerçam-se nos seguintes compromissos: (i) gerir com critérios ambientais, sociais e de *governance* (ESG); (ii) acelerar a descarbonização; (iii) valorizar a biodiversidade e a água; (iv) promover a circularidade; e (v) potenciar o desenvolvimento humano.

## II. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

### II.1. Informação

#### Princípio:

*II.1.A. As sociedades e, em particular, os seus administradores tratam de forma equitativa os acionistas e restantes investidores, assegurando designadamente mecanismos e procedimentos para o adequado tratamento e divulgação da informação.*

#### Recomendação:

*II.1.1. A sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral.*

#### Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade tem na sua estrutura organizativa departamentos com competências específicas que asseguram uma permanente interação entre si de modo a fazerem chegar, de forma adequada e rigorosa, toda a informação necessária e conveniente ao desempenho das suas funções pelos órgãos sociais e pela Secretária da Sociedade. Tais departamentos dispõem de competências específicas de produção, tratamento e, em particular, divulgação atempada de informação, para além dos seus órgãos sociais, e da Secretária da Sociedade, aos acionistas, investidores(as) e demais *stakeholders*, bem como a analistas financeiros e ao mercado em geral. Destacam-se, neste âmbito, o Departamento de Relações com Investidores e a Direção de Comunicação e Marca mais detalhadamente descritos no ponto 21 deste Relatório. O Departamento de Relações com Investidores tem como principais competências (i) a gestão da relação entre a Sociedade e a Comunidade financeira, nomeadamente com investidores e analistas, através de contactos e da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa; (ii) apoio ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, providenciando-lhes informação relevante sobre o mercado de capitais, assim como feedback da comunidade financeira relativo à Sonae; (iii) apoio à Comunicação Externa, contribuindo para o alinhamento da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais e órgãos de comunicação social. A Direção de Comunicação e Marca acompanha em permanência a informação divulgada nos órgãos de comunicação social sobre a Sociedade, promovendo uma linha de comunicação transparente, atualizada e consistente com a atividade desenvolvida pela Sociedade dirigida ao público em geral.

A Representante para as Relações com o Mercado assume, também, um papel relevante nesta matéria, sendo suas prerrogativas (i) assegurar o cumprimento das obrigações de informação decorrentes da lei e da regulamentação aplicável às sociedades cotadas, designadamente a divulgação de informação privilegiada e de outra informação relevante

ao mercado; (ii) servir de ponto de contacto para a CMVM e outras autoridades de supervisão, garantindo a prestação célere de esclarecimentos ou envio de documentação; (iii) acompanhar e supervisionar a preparação e divulgação de comunicados ao mercado, relatórios e outra informação societária relevante; (iv) promover a transparência e a equidade de tratamento dos acionistas e investidores, garantindo que a informação prestada é simultaneamente acessível a todos os *stakeholders*.

### II.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade

#### Princípios:

*II.2.A. As sociedades são dotadas de estruturas decisórias adequadas e transparentes, assegurando a máxima eficácia do funcionamento dos seus órgãos e comissões.*

*II.2.B. As sociedades asseguram a diversidade na composição dos respetivos órgãos de administração e fiscalização e a adoção de critérios de mérito individual nos respetivos processos de designação, os quais são da exclusiva competência dos acionistas.*

*II.2.C As sociedades asseguram que o funcionamento dos seus órgãos e comissões é devidamente registado, designadamente em atas, que permitam conhecer não só o sentido das decisões tomadas, mas também os seus fundamentos e as opiniões expressas pelos seus membros.*

#### Recomendações:

*II.2.1. As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros de órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.*

#### Recomendação Integralmente Adotada

Na Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2021 havia sido aprovada a Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização que sucede à anterior Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, ao abrigo da qual foram avaliados os membros dos órgãos de administração e de fiscalização eleitos pela Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2023 para integrar os órgãos sociais para o quadriénio 2023-2026, atualmente em exercício de funções.

Na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023 foi aprovada uma Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/), cujos princípios fundamentais, numa lógica de continuidade com os princípios vertidos na política anterior, se encontram descritos no ponto 15 deste Relatório, sendo de destacar que nos processos de seleção devem ser observados critérios de meritocracia e de

diversidade de composição, com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres.

Neste sentido, e tal como descrito no ponto 15 deste Relatório, no que concerne à particular atenção que, entre os requisitos de diversidade, nos termos da presente recomendação, deve ser dada ao do género, a Sociedade aprova anualmente e tem em vigor um Plano para a Igualdade de Género, aplicável aos(às) colaboradores(as) e membros dos órgãos sociais do Grupo, que pode ser consultado em [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/).

*II.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas dispõem de regulamentos – nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros – divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.*

### **Recomendação Integralmente Adotada**

O Conselho de Administração dispõe de um regulamento de funcionamento que rege o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros, divulgado no website da Sociedade, e tal como descrito nos pontos 17 e 18 deste Relatório.

O Conselho Fiscal dispõe também de um regulamento de funcionamento, que rege o exercício das respetivas atribuições, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros, divulgado no website da Sociedade, e tal como descrito na seção III a) e no ponto 31 deste Relatório.

As Comissões constituídas pelo Conselho de Administração dispõem dos seus regulamentos de funcionamento, onde se encontram reguladas a periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros, divulgados no website da Sociedade, e tal como descrito no ponto 29 deste Relatório.

São elaboradas atas das reuniões do Conselho de Administração, das reuniões do Conselho Fiscal e, bem assim, das reuniões das comissões constituídas pelo Conselho de Administração.

*II.2.3. A composição e o número de reuniões em cada ano dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da Internet da sociedade.*

### **Recomendação Integralmente Adotada**

A composição do Conselho de Administração, incluindo das suas comissões internas, e a composição do Conselho Fiscal estão permanentemente disponíveis, quer na versão portuguesa, quer na versão inglesa, no website da Sociedade, e nos relatórios de governo, aprovados pela Assembleia Geral, estando disponíveis para consulta no website da Sociedade.

O número de reuniões anuais do Conselho de Administração, incluindo das comissões internas por ele criadas, bem como do Conselho Fiscal estão disponíveis no website da Sociedade, incluindo no Relatório de Governo da Sociedade nos pontos 23, 29 e 35.

*II.2.4. As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que explicita as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação e um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável.*

### **Recomendação Integralmente Adotada**

A Sociedade dispõe de um Canal de Denúncia Interna, dedicado à apresentação de denúncias dos atos ou omissões, praticados de forma dolosa ou negligente, que se encontrem previstos e descritos no artigo 2.º, n.º 1 da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro (que aprova o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações) e no artigo 3.º do Decreto-Lei 109-E/2021, de 9 de dezembro (que estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção).

Neste âmbito, a Sociedade aprovou e tem em vigor um Regulamento de Comunicação de Infrações (*Whistleblowing*) – disponível no website da Sociedade em [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/), o qual estabelece um conjunto de regras e procedimentos internos para a receção, registo e tratamento de comunicações de denúncias de infrações, em conformidade com as disposições legais e regulamentares em cada momento aplicáveis, bem como as regras, princípios e valores plasmados na Política para a Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Sociedade. A Sociedade assegura que as denúncias rececionadas através do Canal de Denúncia Interna são submetidas a um sistema eficaz, célere e idóneo à sua deteção, investigação e resolução, de acordo com os mais elevados princípios éticos reconhecidos pela Sociedade, salvaguardando os princípios da confidencialidade e não retaliação.

Para garantir de forma permanente e proativa a deteção e prevenção de irregularidades, a sociedade tem instituídos os mecanismos adequados à identificação e prevenção de riscos, os quais são monitorizados pela auditoria interna e por cada uma das direções responsáveis pela sua prevenção, cuja configuração e acompanhamento é consistentemente efetuada pelos órgãos de gestão e de fiscalização da Sociedade. O canal de denúncias interna criado pela Sociedade permite a comunicação de infrações por trabalhadores mas também por não trabalhadores (prestadores de serviços; contratantes; subcontratantes; fornecedores bem como quaisquer pessoas que atuem sob a sua direção ou supervisão; os titulares de participações sociais, membros de órgãos de administração e fiscalização da Sonae) nos termos do Regulamento de Comunicação de Infrações disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/).

*II.2.5. As sociedades dispõem de comissões especializadas em matéria de governo societário, remunerações, nomeações de membros dos órgãos da sociedade e avaliação de desempenho, separada ou cumulativamente. No caso de ter sido criada a comissão de remunerações prevista pelo artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, esta recomendação pode ser cumprida mediante a atribuição a esta comissão, se tal não for proibido por lei, de competência nas referidas matérias.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

O Conselho de Administração instituiu três comissões internas especializadas, que exerceram as suas atribuições ao longo de todo o mandato, com o propósito de assessorar e reforçar a qualidade da sua atividade.

Com a extinção da função do Diretor de Governo Societário, em 30 de abril de 2024, estas responsabilidades foram totalmente integradas na competência da Comissão de Auditoria e Finanças – uma Comissão criada pelo Conselho de Administração que, no exercício das suas competências e atribuições, vinha a prestar particular atenção aos desenvolvimentos em matérias de governo societário, a par com o Diretor de Governo Societário – que, atualmente, no exercício dessas competências e atribuições, verifica o cumprimento pela Sociedade das melhores práticas de *corporate governance*, sendo responsável por (i) apoiar e desafiar o Conselho de Administração, a alcançar os mais altos padrões ao nível do Governo das Sociedades; (ii) monitorizar o cumprimento das recomendações para sociedades cotadas constantes do código de governo das sociedades, em vigor a cada momento; e (iii) garantir que a Sonae é representada em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas do Governo das Sociedades em Portugal. As competências e atribuições da Comissão de Auditoria e Finanças encontram-se descritas no ponto 29 deste relatório e os seus termos de referência disponíveis no [website da sociedade](#).

O Conselho de Administração criou a Comissão de Remuneração, com as competências e atribuições descritas no ponto 29 deste Relatório e nos seus termos de referência acessíveis através do [website da Sociedade](#).

A Sociedade dispõe ainda de uma Comissão de Nomeação, cujas competências e atribuições, incluindo as suas funções em matéria de avaliação de desempenho, se encontram descritas no ponto 29 deste Relatório e nos seus termos de referência disponíveis no [website da Sociedade](#). No que respeita à avaliação do desempenho dos órgãos sociais, e para além do voto de apreciação, proposto em Assembleia Geral de Acionistas, relativo ao trabalho por estes desenvolvido ao longo do exercício em causa, a autoavaliação do Conselho de Administração ocorre de dois em dois anos, a meio de cada mandato, nos termos melhor detalhados infra na resposta à recomendação VI.1.1. Adicionalmente, também o Conselho de Administração manifesta, quando aplicável, a sua apreciação sobre o desempenho do trabalho realizado pelos órgãos de fiscalização.

## **II.3. Relação entre órgãos da sociedade**

#### **Princípio:**

*II.3.A. Os órgãos sociais criam as condições para que, na medida das suas responsabilidades, atuem de forma harmoniosa, articulada e com a informação adequada ao exercício das respetivas funções.*

#### **Recomendações:**

*II.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

O Presidente do Conselho de Administração, os(as) presidentes das comissões constituídas, e bem assim os(as) Administradores(as) Não Executivos(as) Sêniores (Lead Director e SID Director), asseguraram atempada e adequadamente, o fluxo e a coordenação interna de informação entre os órgãos estatutários e as comissões existentes, necessário ao exercício das respetivas competências legais e estatutárias, agilizando os necessários recursos para a disponibilização das convocatórias, agendas, atas e qualquer outra documentação ou informação relevante de suporte às decisões tomadas, em conformidade com o disposto no Regulamento do Conselho de Administração disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

*II.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

É disponibilizada a todos os membros do Conselho de Administração e a todos os membros do Conselho fiscal, através da sua Presidente, a informação referida nesta recomendação.

O Conselho de Administração designou dois Administradores Não Executivos Seniores (Lead Director e SID Director), os quais, nos termos do Regulamento do Conselho de Administração e de acordo com as melhores práticas de governo societário asseguram, atempada e adequadamente, o fluxo de informação necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos órgãos sociais e comissões, conforme se descreve no ponto 18 deste Relatório.

## II.4. Conflitos de interesses

### Princípio:

*II.4.A. Deve ser prevenida a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões e a sociedade, garantindo-se que o membro em conflito não interfere no processo de decisão.*

### Recomendações:

*II.4.1. Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse da sociedade.*

### Recomendação Integralmente Adotada

A política de prevenção de conflito de interesses aprovada pela Sociedade bem como o Regulamento do Conselho de Administração estabelecem mecanismos internos relativos a potenciais conflitos de interesses envolvendo membros do Conselho de Administração, incluindo comissões internas e colaboradores(as). A política estabelece uma obrigação de reporte imediato de qualquer situação real ou potencial de conflito de interesses ao respetivo órgão.

O Regulamento do Conselho de Administração, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>, impõe a imediata comunicação ao órgão da existência de qualquer facto que possa constituir ou dar causa a um conflito de interesses, bem como de qualquer circunstância que afete a sua independência e isenção. Neste sentido, tal como descrito no ponto 28 deste Relatório, os membros da Comissão Executiva e os membros do Conselho de Administração, devem observar um conjunto de comportamentos preventivos antes de aceitar o exercício de cargos sociais ou outras atividades significativas em entidades que não integrem o Grupo Sonae.

O Regulamento do Conselho Fiscal impõe, na sua al. a) do nº3 do artigo 5.º, um expresse mecanismo de reporte ao Presidente do Conselho Fiscal e à Sociedade sobre qualquer circunstância que afete a independência e isenção ou que determine uma incompatibilidade legal para o exercício do cargo por parte de qualquer dos seus membros.

O Regulamento do Conselho Fiscal encontra-se disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>.

*II.4.2. A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.*

### Recomendação Integralmente Adotada

A política de prevenção de conflitos de interesses e o Regulamento do Conselho de Administração, adotados pela Sociedade, determinam que o membro em conflito de interesses relativamente a qualquer ponto da agenda de uma reunião do órgão social ou comissão especializada não interferirá no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informação e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.

O mecanismo de prevenção de conflitos de interesses por parte de membros do Conselho Fiscal encontra-se descrito na resposta à recomendação II.4.1, em tudo o mais se aplicando relativamente a este órgão de fiscalização os comandos imperativos decorrentes da lei, designadamente, as regras sobre incompatibilidades e impedimentos.

## II.5. Transações com partes relacionadas

### Princípio:

*II.5.A. As transações com partes relacionadas devem ser justificadas pelo interesse da sociedade e realizadas em condições de mercado, sujeitando-se a princípios de transparência e a adequada fiscalização.*

### Recomendações:

*II.5.1. O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.*

### Recomendação Integralmente Adotada

No exercício de 2020, o Conselho de Administração aprovou, com parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, uma Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas que se mantém em vigor e que se encontra descrita nos pontos 89 e 91 deste Relatório.



### III. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL

#### Princípios

*III.A. O adequado envolvimento dos acionistas no governo das sociedades constitui um fator positivo de funcionamento eficiente da sociedade e realização do fim social.*

*III.B A sociedade promove a participação pessoal dos acionistas nas reuniões da Assembleia Geral, enquanto espaço de reflexão sobre a sociedade e de comunicação dos acionistas com os órgãos e comissões da sociedade.*

*III.C A sociedade implementa meios adequados para a participação e o voto não presenciais dos acionistas na assembleia, incluindo a possibilidade de envio antecipado de questões, pedidos de esclarecimento ou informação sobre as matérias a deliberar e respetivas propostas.*

#### Recomendações:

*III.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, e informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto.*

#### Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade incentiva os(as) seus(suas) acionistas à participação nas Assembleias Gerais, atribuindo a cada ação um voto, e não limitando o número de votos que podem ser detidos ou exercidos por cada acionista. Esta opção encontra-se descrita neste Relatório de Governo da Sociedade no ponto 12.1.

Esta recomendação considera-se não aplicável no que respeita à sua segunda parte.

*III.2. A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.*

#### Recomendação Não Aplicável

A Sociedade não emitiu ações com direitos especiais, incluindo as referidas na presente recomendação, tal como referido no ponto 12.1 deste Relatório.

*III.3. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.*

#### Recomendação Integralmente Adotada

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem quórum deliberativo superior ao legalmente previsto, tal como referido no ponto 14 deste Relatório.

*III.4. A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.*

#### Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade considerou, historicamente, que os meios de participação disponibilizados aos(às) seus(suas) acionistas para participação nas Assembleias Gerais se adequavam às suas preferências e hábitos, conforme evidenciado pelos níveis consistentemente elevados de participação dos acionistas naqueles plenários (cfr. pontos 12.2 a 12.4 do presente Relatório relativos ao exercício do direito de voto).

Nos últimos anos, a Sociedade implementou meios telemáticos para participação dos acionistas e adotou um formato híbrido nas suas Assembleias Gerais, permitindo tanto a participação presencial como através de meios telemáticos. Esta abordagem contribui para reforçar a acessibilidade e facilitar o envolvimento dos acionistas, mantendo-se proporcional à dimensão da Sociedade e à estrutura acionista.

A Sociedade reforça o seu compromisso em assegurar, sempre que necessário e apropriado, a disponibilização de mecanismos que permitam uma efetiva e expressiva participação dos acionistas nas Assembleias Gerais.

*III.5. A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.*

#### Recomendação Integralmente Adotada

A sociedade coloca à disposição dos(as) acionistas os meios necessários ao exercício do voto por correspondência postal e por via eletrónica (cfr. pontos 12.3 e 12.4 do presente relatório quanto às formas de exercício de voto).

Adicionalmente, a Sociedade disponibiliza no seu website, desde a data da convocatória de cada Assembleia Geral, documentos-tipo destinados a facilitar o acesso à informação necessária à emissão das comunicações a efetuar pelos(as) acionistas para assegurar a sua presença na Assembleia Geral, bem como faculta um endereço eletrónico dedicado à ágil comunicação entre os(as) acionistas e o(a) Presidente da Mesa, e afeta uma equipa de trabalho interna de apoio aos trabalhos da Mesa da Assembleia Geral e dos(as) acionistas.

*III.6. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.*

#### **Recomendação Não Aplicável**

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem qualquer limitação ao número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um(a) único(a) acionista (conferir ponto 12.1 do presente relatório).

*III.7. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

A Sociedade não adota unilateralmente políticas que tenham por efeito qualquer uma das restrições elencadas na presente recomendação. Os contratos celebrados pela Sociedade refletem a defesa do interesse social tendo em vista a sustentabilidade dos negócios a longo prazo no enquadramento das condições de mercado e não contêm medidas suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos(as) acionistas do desempenho dos(as) administradores(as).

## IV. ADMINISTRAÇÃO

### IV.1. Órgão de Administração e Administradores Executivos

#### Princípios:

*IV.1.A. A gestão corrente da sociedade compete a administradores executivos com as qualificações, competências e experiência adequadas à função, prosseguindo os objetivos da sociedade e visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.*

*IV.1.B. A determinação do número de administradores executivos deve ter em conta a dimensão da sociedade, a complexidade e dispersão geográfica da sua atividade e os custos, tendo em vista a desejável agilidade de funcionamento da administração executiva.*

#### Recomendações:

*IV.1.1. O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.*

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva (de acordo com o n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração da Sonae) a administração quotidiana da Sociedade. As competências da Comissão Executiva encontram-se descritas neste Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade (ver pontos 27 e 28).

O Conselho de Administração não delega poderes, designadamente no que respeita à definição da estratégia e das principais políticas da sociedade, e no que respeita à organização e coordenação da estrutura empresarial. O Conselho de Administração também não delega poderes em matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

Estas competências do Conselho de Administração não delegadas encontram-se, igualmente, descritas neste relatório e observam as regras constantes desta recomendação (ver ponto 27.1).

*IV.1.2. O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.*

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva (de acordo com o n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento do Conselho de Administração da Sonae) a administração quotidiana da Sociedade, bem como aprovou o respetivo regulamento de funcionamento.

O Regulamento do Conselho de Administração e a política de conflitos de interesses em vigor determinam que o exercício, por qualquer membro do Conselho de Administração, de cargo social ou atividade significativa fora do Grupo que não tenha sido autorizada em Assembleia Geral, deve ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Regulamento do Conselho de Administração, e mediante parecer para o efeito emitido pela Comissão de Nomeação, cf. Ponto 29 deste Relatório.

### IV.2. Órgão de Administração e Administradores Não Executivos

#### Princípios:

*IV.2.A. Para a plena realização do fim social, os administradores não executivos exercem, de modo efetivo e criterioso, uma função de vigilância geral e de desafio à gestão executiva, devendo tal atuação ser complementada por comissões em áreas centrais do governo da sociedade.*

*IV.2.B. O número e as qualificações dos administradores não executivos devem ser adequados a proporcionar à sociedade uma equilibrada e apropriada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.*

#### Recomendações:

*IV.2.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes – ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos – designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.*

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração, em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º do seu Regulamento de funcionamento, designou dois Administradores Não Executivos Sêniores para assegurar os objetivos descritos nesta Recomendação, como se descreve no ponto 18 deste Relatório.

Para o efeito, e na sequência da eleição dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023, foi designado o Administrador Philippe Haspesslagh como Administrador Não Executivo Sénior Independente (“SID Director”), que entre as suas funções integra a Comissão de Remuneração (com responsabilidade na avaliação de desempenho em referência), a Comissão de Nomeação e a Comissão de Auditoria e Finanças. Foi designado Administrador Não Executivo Sénior (“Lead Director”), o Administrador José Neves Adelino que, de entre as suas funções, preside à Comissão de Auditoria e Finanças e à Comissão de Ética.

Desta forma estão reunidos os meios destinados a assegurar a coordenação do exercício dos trabalhos dos membros não-executivos que integram o Conselho de Administração e as suas comissões internas, visando garantir a existência das condições necessárias a que estes possam exercer as suas funções de forma independente e informada, dispondo do necessário e tempestivo fluxo de informação e assegurando a qualidade e equidade da avaliação de desempenho.

*IV.2.2. O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

O número de membros não executivos do órgão de administração cumpre a presente recomendação, tal como adicionalmente detalhado no ponto 18 deste Relatório.

*IV.2.3. O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

O Conselho de Administração é composto por um total de doze membros, dos quais nove são não executivos, conforme descrito no ponto 18 deste Relatório.

*IV.2.4. O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:*

- i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade, sendo este prazo contado independentemente de coincidir, ou não, com o termo do mandato;*
- ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;*

- iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;*
- iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;*
- v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada.*
- vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

O Conselho de Administração é composto por doze membros, nove dos quais são membros não executivos, existindo um número de membros não executivos independentes, superior ao mínimo de um terço contido nesta recomendação, em cumprimento dos critérios de independência aqui contemplados, conforme descrito no ponto 18 deste Relatório.

A manutenção das condições de independência (disponível no *website* da sociedade) é aferida periodicamente, estando os(as) Administradores(as) independentes adstritos(as) ao dever de comunicação imediata da ocorrência de qualquer facto que determine a perda daquela qualidade.

*IV.2.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior, não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).*

#### **Recomendação Não Aplicável**

Por referência ao mandato iniciado em 2023, não existe no Conselho de Administração nenhum membro cuja independência esteja qualificada ao abrigo do período de *cooling-off* estabelecido nesta recomendação (ver pontos 17 e 18 deste Relatório).

## V. FISCALIZAÇÃO

### Princípios:

V.A. O órgão de fiscalização desenvolve atividades permanentes de supervisão da administração da sociedade, incluindo, numa perspetiva também preventiva, o acompanhamento da atividade da sociedade e, em particular, as decisões de fundamental importância para esta e para a plena realização do fim social.

V.B. A composição do órgão de fiscalização proporciona à sociedade uma equilibrada e adequada diversidade de competências, conhecimentos e experiências profissionais.

### Recomendações:

V.1. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas e avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração, enquanto órgão responsável por definir a estratégia e as principais políticas da Sociedade, assegura proactivamente o sistema de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade. O Conselho Fiscal avalia a eficácia daqueles sistemas, propondo as medidas de otimização que entender necessárias, emitindo diretrizes e recomendações e pronunciando-se, caso entenda, sobre a política de risco em momento anterior à sua aprovação final, e, bem assim, sobre as linhas estratégicas de que lhe é dado conhecimento pelo Conselho de Administração, em momento anterior à sua aprovação final, e tal como consta do seu Regulamento de funcionamento.

O Conselho de Administração assegurou a interação com o Conselho Fiscal nos termos estabelecidos nesta recomendação, cf. relatório e parecer anual do Conselho Fiscal, disponível juntamente com os demais documentos de prestação de contas, disponíveis em [www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/).

V.2. O número de membros do órgão de fiscalização e da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação

#### Recomendação Integralmente Adotada

O número de membros do órgão de fiscalização cumpre com a presente recomendação, tal como detalhado no ponto 31 deste Relatório de Governo.

O número de membros da Comissão de Auditoria e Finanças cumpre, também, com a presente recomendação, tal como detalhado no ponto 29 deste Relatório de Governo.

## VI. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES

### VI.1. Avaliação anual de desempenho

#### Princípio:

VI.1.A. A sociedade promove a avaliação do desempenho do órgão executivo e dos seus membros individualmente e ainda do desempenho global do órgão de administração e das comissões especializadas constituídas no seu seio.

#### Recomendação:

VI.1.1. O órgão de administração - ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos – avalia anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho da comissão executiva, dos administradores executivos e das comissões da sociedade, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.

#### Recomendação Adotada com Justificação de Acolhimento (Explain)

A avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração, incluindo os(as) administradores(as) executivos(as), é realizada de acordo com os princípios, valorimetrias e regras estabelecidos na Política de Remuneração apresentada pela Comissão de Vencimentos e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral, é responsável pela aprovação das remunerações individuais dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos(as) acionistas de acordo com a Política de Remuneração aprovada na Assembleia Geral.

A Comissão de Remuneração apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de avaliação de desempenho e de proposta de remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) (ver pontos 24, 29, 66 e 67 deste Relatório).

O Conselho de Administração nos termos do seu Regulamento, é responsável por realizar uma avaliação periódica ao seu desempenho coletivo, ao desempenho dos seus membros e ao desempenho das Comissões internas por si constituídas, incluindo o cumprimento do plano estratégico e financeiro da Sociedade, a gestão de portefólio e do orçamento anual, a gestão de risco, o funcionamento interno do Conselho, avaliando ainda a relação entre os órgãos sociais e as comissões da Sociedade.

Esta avaliação é realizada a meio de cada mandato de quatro anos, por se entender dever ser esta a periodicidade e o momento mais ajustados a uma cabal avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração como órgão coletivo, bem como do desempenho e contribuição individual de cada um deles. Nos restantes anos que constituem o mandato, uma das reuniões do Conselho de Administração e das comissões por si constituídas inclui como ponto da agenda uma breve e informal

autoavaliação, sendo os regulamentos internos ajustados, se necessário, de modo a otimizar a performance.

## VI.2. Remunerações

### Princípios:

*VI.2.A. A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização deve permitir à sociedade atrair, a um custo economicamente justificável pela sua situação, profissionais qualificados, induzir o alinhamento de interesses com os dos acionistas – tomando em consideração a riqueza efetivamente criada pela sociedade, a situação económica e a do mercado – e constituir um fator de desenvolvimento de uma cultura de profissionalização, de sustentabilidade, de promoção do mérito e de transparência na sociedade.*

*VI.2.B. Tendo em consideração que o cargo de administrador é, por natureza, um cargo remunerado, os administradores recebem uma remuneração:*

- i) que retribua adequadamente a responsabilidade assumida, a disponibilidade e a competência colocadas ao serviço da sociedade;*
- ii) que garanta uma atuação alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e promova a atuação sustentável da sociedade; e*
- iii) que premeie o desempenho.*

### Recomendações

*VI.2.1. A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.*

### Recomendação Integralmente Adotada

Tal como decorre do ponto 67 deste Relatório, a Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais, em representação dos(as) acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada em Assembleia Geral da Sociedade. Os três membros integrantes da Comissão de Vencimentos foram eleitos na Assembleia Geral de Acionistas de 28 de abril de 2023, e são membros independentes relativamente ao Conselho de Administração, atuando nessa qualidade, estando, assim, reunidas as necessárias condições de independência na atuação dos membros e na tomada de deliberações pelo órgão. Todos os membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e relevante experiência em matéria de política de remunerações.

Por sua vez, a Comissão de Remuneração, designada pelo Conselho de Administração e constituída por Administradores(as) Não Executivos(as), a maioria dos(as) quais independentes, apoia a Comissão de Vencimentos no desempenho da sua competência em matéria de remunerações e avaliação de desempenho dos Administradores(as) Executivos(as).

*VI.2.2. A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.*

### Recomendação Integralmente Adotada

As remunerações são fixadas pela Comissão de Vencimentos, eleita pela Assembleia Geral (conforme ponto 66 deste relatório). A fixação dessas remunerações baseia-se na Política de Remuneração, atualmente em vigor para o quadriénio 2023-2026, na sua versão atualizada.

*VI.2.3. A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.*

### Recomendação Integralmente Adotada

A Sociedade não procede ao pagamento de quaisquer compensações aos membros de qualquer órgão ou comissão da Sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais aplicáveis, tal como consta da Política de Remuneração em vigor e divulgado neste relatório (cfr secção 80).

Assim, no exercício de 2025, e apesar de um membro do Conselho de Administração ter renunciado ao seu cargo, a Sociedade não incorreu em quaisquer encargos relacionados com a cessação de funções de qualquer membro de órgão social ou comissão, incluindo o pagamento de qualquer compensação ou outros encargos relacionados com a referida cessação.

*VI.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.*

### Recomendação Integralmente Adotada

A Comissão de Vencimentos está alinhada com a presente recomendação e designa entre si o membro que a representa na Assembleia Geral, podendo tratar-se do(a) Presidente ou de um(a) dos(as) vogais.

*VI.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.*

### Recomendação Integralmente Adotada

A Comissão de Remuneração apoia a Comissão de Vencimento no exercício das suas funções. Para o desempenho das suas funções, as comissões podem decidir livremente a contratação de consultores externos de reputada competência e de âmbito de atuação e experiência internacional (conferir ponto 24 deste Relatório).

*VI.2.6. A comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

Os princípios a que se subordina a contratação de serviços de consultoria para apoio da Comissão de Remuneração no exercício das suas funções encontram-se descritos no ponto 24 deste Relatório.

A Comissão de Vencimentos e a Comissão de Remuneração estão obrigadas a assegurar que os(as) especialistas selecionados(as) detêm o grau de independência necessário para dar cumprimento ao objetivo para o qual são contratados(as). Esta independência dos consultores é garantida quer pela sua autonomia face ao Conselho de Administração, à Sociedade e ao Grupo, quer pela sua larga experiência e credibilidade reconhecida pelo mercado, sendo assegurado, na seleção destes(as) especialistas, em particular, que a sua independência não é prejudicada pela prestação de serviços significativos à Sociedade ou quaisquer partes com esta relacionadas.

*VI.2.7. Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da comissão de remunerações, sem que haja autorização expressa da comissão.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

A Sociedade tem procedimentos internos destinados a assegurar que os consultores que prestam estes serviços à Comissão de Vencimentos e/ou à Comissão de Remuneração não prestam outros serviços à Sociedade em matérias da competência daquelas comissões, sem o prévio consentimento destas.

Por seu lado, a Comissão de Vencimentos e a Comissão de Remuneração, na sua prerrogativa de garantir que os especialistas selecionados detêm o grau de independência necessária para dar cumprimento ao objetivo para o qual são contratados, garantem, em particular, que (i) esses especialistas não são contratados para quaisquer outros serviços relacionados com as competências destas comissões; (ii) a sua independência não é prejudicada pela prestação de serviços significativos à Sociedade ou quaisquer partes com esta relacionadas.

*VI.2.8. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

As componentes da remuneração encontram-se descritas na Política de Remuneração apresentada à aprovação da Assembleia Geral Anual e que se encontra disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/), e descrita nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

A Política de Remuneração contempla uma componente variável de curto prazo, com KPIs individuais e coletivos, e uma componente variável de médio prazo – ver pontos 70 a 76 deste Relatório – adequada ao perfil da Sociedade e do Grupo, tal como considerada pelos(as) acionistas, que a aprovaram em Assembleia Geral e que, no exercício de 2025, foi aplicada sem qualquer derrogação.

*VI.2.9. Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, em termos definidos na política de remunerações da sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

A Política de Remuneração em vigor, respeita o período contido na presente recomendação. O valor da componente variável da remuneração depende do desempenho sustentável da Sociedade ao longo desse período, conforme descrito nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

*VI.2.10. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos.*

#### **Recomendação Não Aplicável**

A Política de Remuneração atualmente em vigor não integra atribuição de opções (conferir ponto 74 do presente Relatório).

*VI.2.11. A remuneração dos administradores não executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

A remuneração dos membros não-executivos do Conselho de Administração é constituída, exclusivamente, por um valor fixo, não estando dependente do desempenho da Sociedade ou o seu valor.

A Política de Remuneração encontra-se descrita nos pontos 69 a 76 deste Relatório.

### **VI.3. Nomeações**

#### **Princípio:**

*VI.3.A. Independentemente do modo de designação, os conhecimentos, a experiência, o percurso profissional e a disponibilidade dos membros dos órgãos da sociedade e dos quadros dirigentes devem ser os adequados à função a desempenhar.*

## Recomendações:

*VI.3.1. A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar.*

### Recomendação Integralmente Adotada

A eleição dos membros dos órgãos de administração e fiscalização para o mandato 2023-2026, foi efetuada em observância da Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, aprovada na Assembleia Geral Anual realizada a 30 de abril de 2021, contemplando os princípios vertidos na presente recomendação, disponível em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/assembleia-geral-anual-de-acionistas-30-de-abril-de-2021/>.

Na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023 foi aprovada a nova Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, em linha com os princípios constantes da política anterior, cumprindo os princípios vertidos na presente recomendação.

*VI.3.2. A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes.*

### Recomendação Integralmente Adotada

A Comissão de Nomeação é composta por uma maioria de membros não executivos independentes tal como consta do ponto 29 deste Relatório.

*VI.3.3. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.*

### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração constituiu uma comissão interna especializada nesta matéria, a Comissão de Nomeação, com as competências em matéria de nomeações descritas no ponto 29 deste Relatório e com as missões estabelecidas no seu regulamento de funcionamento, as quais observam o teor desta Recomendação, alargando o âmbito nela prescrito, na medida em que o âmbito subjetivo da competência desta comissão se estende a todos(as) os(as) Administradores(as) séniores do Grupo, independentemente da sua classificação como dirigentes ao abrigo da legislação nacional e europeia.

*VI.3.4. A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres.*

### Recomendação Integralmente Adotada

Os termos de referência da Comissão de Nomeação encontram-se disponíveis em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/> e dão cumprimento à presente recomendação. A Comissão de Nomeação promove os processos de identificação e seleção de candidatos nos termos da política de seleção e avaliação, a qual atende a critérios de mérito e diversidade, incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres, como detalhado nos pontos 15 e 29 deste Relatório.

Adicionalmente, a Comissão de Nomeação tem à sua disposição a possibilidade de recurso a serviços de entidades externas especializadas, com experiência internacional e reconhecida credibilidade.



## VII. CONTROLO INTERNO

### Princípio:

VII.A. Tendo por base a estratégia de médio e longo prazo, a sociedade institui um sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão e controlo de risco, compliance e de auditoria interna, que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

### Recomendações:

VII.1. O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico e a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho de Administração define a estratégia da Sociedade, nos termos estabelecidos no seu Regulamento Interno (n.º 2 do Artigo 2.º do Regulamento do Conselho de Administração).

O Conselho de Administração também discute e aprova as principais políticas da sociedade, incluindo a política de risco e a política de sustentabilidade (que por sua vez, inclui os riscos e os impactos inerentes assim como o acompanhamento da regulação aplicável, a monitorização da evolução dos resultados atingidos e o cumprimento dos compromissos e objetivos assumidos no âmbito da sustentabilidade), definindo e monitorizando a existência de níveis de risco aceitáveis.

A Comissão de Auditoria e Finanças reporta ao Conselho de Administração, numa base regular, as ações desenvolvidas e as conclusões apuradas e propõe os planos de ação a desenvolver, com vista a assegurar, de forma proativa, o controlo interno e o sistema de gestão de riscos da Sociedade (ver ponto 29 deste Relatório).

VII.2. A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração.

#### Recomendação Integralmente Adotada

A sociedade dispõe de um Grupo Consultivo de Gestão de Risco (com as competências descritas no ponto 21 deste Relatório) composto pelos membros dos Conselhos de Administração das várias sociedades do Grupo com o pelouro da função, pelos(as) diretores(as) de Gestão de Risco responsáveis pela função na Sociedade e em cada um dos negócios, e pelo Diretor de Auditoria Interna. Este grupo consultivo reúne trimestralmente e é responsável por, designadamente, rever as políticas existentes em matéria de gestão de risco e propor novas diretrizes na matéria, rever os planos de gestão de risco para cada uma das sociedades do Grupo Sonae, monitorizar as atividades de gestão de risco, nomeadamente através da revisão periódica de relatórios, propondo recomendações sendo presidido por membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, a gestão de risco reporta o seu trabalho à Comissão de Auditoria e Finanças duas vezes por ano, tal como referenciado nos termos de referência desta última.

VII.3. O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho Fiscal, nos termos do seu regulamento de funcionamento disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/), avalia a eficácia dos sistemas de controlo de risco, supervisionando e propondo as medidas de otimização que entender necessárias, atuando em interface com o Conselho de Administração, através, nomeadamente, da Comissão de Auditoria e Finanças, e pronunciando-se sobre a sua atuação no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas em [www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/) (ver pontos 31 e 38 deste Relatório).

VII.4. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

#### Recomendação Integralmente Adotada

Os sistemas de gestão de riscos, controlo interno, compliance e auditoria interna cumprem integralmente esta recomendação, conforme se encontra descrito nos pontos 21 e 50 a 55 deste Relatório.

O Conselho Fiscal, nos termos do seu regulamento de funcionamento disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/), avalia a eficácia de todos estes sistemas, supervisionando e propondo as medidas de otimização que entender necessárias, atuando em interface com o Conselho de Administração, através, nomeadamente, da Comissão de Auditoria e Finanças, e pronunciando-se sobre a sua atuação no seu relatório e parecer anuais, disponibilizados juntamente com os demais documentos de prestação de contas (ver pontos 31 e 38 deste Relatório).

VII.5. A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho Fiscal estabelece juntamente com a auditoria interna o plano de ações a desenvolver, supervisiona a sua atividade, aferindo da sua adequação em termos de meios e objetivos, é destinatário de reporte periódico da atividade desenvolvida, nomeadamente no que se refere à informação financeira e de prestação de contas, prevenção de conflitos de interesse e aferição da existência de eventuais irregularidades, bem como avalia os resultados e conclusões apuradas e emite as diretrizes que entender por convenientes, conforme descrito no ponto 38 deste Relatório.

A sociedade realiza anualmente uma avaliação sobre o desempenho do sistema de gestão de risco e o grau de cumprimento interno, adaptando o referido sistema às circunstâncias ou contingências que interfiram com o quadro de risco anteriormente referido. Em particular, o Conselho Fiscal, para execução das suas competências calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos em que inclui a avaliação do funcionamento destes sistemas de controlo interno e gestão de risco, tal como melhor detalhado no ponto 38 deste Relatório.

*VII.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.*

### **Recomendação Integralmente Adotada**

A Sociedade encontra-se dotada de uma Direção de Gestão de Risco, com as competências elencadas no ponto 21 deste Relatório, bem como um Grupo Consultivo de Gestão de Riscos, cujas competências se encontram sistematicamente elencadas nesse mesmo ponto.

O Conselho de Administração instituiu sistemas internos de gestão e controlo de riscos onde identifica os principais riscos a que a Sociedade se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade (ver pontos 50 a 55 deste Relatório), a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto (ver capítulo “1.2. Sobre a Sonae – Gestão de Riscos” do Relatório Anual de Gestão), os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação (ver capítulo “1.2. Sobre a Sonae – Gestão de Riscos” do Relatório Anual de Gestão) e os procedimentos de monitorização visando o seu acompanhamento (ver pontos 50 a 55 deste Relatório).

*VII.7. A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.*

### **Recomendação Integralmente Adotada**

A Sociedade institui processos para coligir e processar os dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social cabendo às direções de Gestão de Risco e de Sustentabilidade alertar o órgão de administração acerca dos riscos referidos nesta recomendação e propor estratégias para a sua mitigação, considerando as respetivas funções descritas no ponto 21 deste Relatório.

Estes processos são instituídos de modo a permitir uma tomada de decisão informada e uma gestão de risco proativa, tendo a Sociedade estabelecido duas fontes de informação que, sendo periodicamente atualizadas, suportam esses processos: (i) o plano de contribuição, que incorpora a contribuição de cada uma das sociedades do Grupo para a estratégia de sustentabilidade do mesmo, em que os requerimentos mínimos, ações planeadas, e progressos feitos na estratégia de sustentabilidade são atualizados periodicamente por cada negócio e partilhados com a Sonae através do Grupo Consultivo de Gestão de Risco, e (ii) os KPIs transversais que são monitorizados através de uma

plataforma de reporte, também analisados ao nível do Grupo Consultivo de Sustentabilidade. Os resultados da análise de dados e dos planos de ação são reportados semestralmente ao órgão de administração da Sociedade.

Adicionalmente, de modo a assegurar o alinhamento nos progressos efetuados nos planos de contribuição e de modo a identificar oportunidades de melhoria e economias de escala são promovidas interações mensais entre direção de sustentabilidade da Sonae e as equipas de sustentabilidade dos diferentes negócios. A Sociedade trabalha ainda em colaboração com os seus *stakeholders* de modo a desenvolver estratégias na área da sustentabilidade, bem como a mitigar riscos, o que passa pela alteração de políticas, procedimentos ou práticas específicas, pelo investimento em novas tecnologias ou pela contratação de entidades especializadas em matéria de sustentabilidade.

*VII.8. A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático.*

### **Recomendação Integralmente Adotada**

As alterações climáticas são consideradas de extrema importância pela Sociedade, e como tal, tidas em conta nos processos de decisão, tal como consta do ponto 53 deste Relatório e detalhadas na seção “1.2 Sobre a Sonae – Gestão de Riscos –do Relatório Anual de Gestão”, onde é definido, como um dos treze riscos críticos, em particular, o risco de falha na adaptação e mitigação em matérias de alteração climática.

Esta importância traduz-se na integração da análise de risco climático no processo de decisão, sendo o tratamento deste tema uma prioridade estratégica assente no objetivo de minimizar os seus impactos, quer nos negócios pertencentes ao Grupo, quer nos restantes *stakeholders*.

Assim, e tal como descrito acima no contexto da Recomendação I.2, a Sonae definiu cinco eixos de ação estratégicos, sendo um deles alicerçado no compromisso de descarbonização, em particular a redução de CO2, com vista a mitigar alterações climáticas.

Neste âmbito, a Sonae e as suas subsidiárias, aplicam procedimentos corporativos baseados nas recomendações e metodologias da framework TCFD (Task Force on Climate related Financial Disclosures), para suporte à gestão dos riscos climáticos, nomeadamente os riscos de transição para uma economia de baixo carbono e os riscos físicos, cuja atualização mais recente foi realizada em 2024.

Este processo tem sido conduzido pelo Grupo Consultivo de Gestão de Risco, presidido pelo CFO, em coordenação com o Grupo Consultivo de Sustentabilidade, presidido pelo CDO e onde participam, ainda, o Presidente do Conselho de Administração e a CEO. Cada sociedade do Grupo avalia os respetivos riscos e oportunidades, identificado as medidas de mitigação e correção necessárias para responder aos riscos climáticos, tomando assim decisões informadas nesta matéria.

De acordo com os requisitos ESRS da CSRD, o reporte nestas matérias, onde se detalha como a Sonae endereça as temáticas do risco climático e a sua influência nas decisões

de negócio, é apresentado nas seções “4.1. “Declaração de Sustentabilidade – Informação Gerais – SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio” e “4.2 Declaração de Sustentabilidade – Informações Ambientais – E1 Alterações Climáticas” na Declaração de Sustentabilidade.

*VII.9. A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

Os membros dos órgãos sociais da Sociedade não recorrem à inteligência artificial como ferramenta de tomada de decisão. Sem prejuízo, a Sociedade aproveita o potencial das técnicas de inteligência artificial – à luz do disposto no Regulamento (UE) 2024/1689, de 12 de julho – de modo a melhorar a eficiência operacional da Sociedade na recolha, organização e apresentação de informação, assegurando que estas técnicas são geridas através de aplicações devidamente licenciadas e de softwares protegidos por credenciais e acesso.

Reconhecendo os potenciais riscos associados ao uso de mecanismos de Inteligência Artificial, os órgãos sociais são apoiados pelas várias direções do centro corporativo, incluindo pelos departamentos de gestão de risco [cfr. “1.2. “Gestão de Riscos” do Relatório Anual de Gestão], na identificação e mitigação de potenciais riscos relacionados com o uso de tecnologias de Inteligência Artificial (incluindo considerações éticas, vies dos algoritmos, proteção de dados, vulnerabilidades da segurança e, em geral, o potencial impacto da IA nos diversos *stakeholders*). Adicionalmente, a Sociedade promove uma cultura de confiança no uso e desenvolvimento responsável de técnicas de Inteligência Artificial, aderindo às melhores práticas de modo a promover uma cultura orientada pela utilização de dados, com base na tomada de decisões e condução de operações.

*VII.10. O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

O Conselho Fiscal pronuncia-se sobre os planos de trabalho a desenvolver, bem como sobre os recursos afetos aos serviços de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna, supervisiona as respetivas atividades, aferindo da sua adequação em termos de meios e objetivos, é destinatário de reporte periódico das atividades desenvolvidas, nomeadamente no que se refere à informação financeira e de prestação de contas, prevenção de conflitos de interesse e aferição da existência de eventuais irregularidades, bem como avalia os resultados e conclusões apuradas e emite as diretrizes que entender por convenientes, conforme descrito no ponto 38 deste Relatório.

*VII.11. O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.*

#### **Recomendação Integralmente Adotada**

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal, disponível no website da Sociedade, contempla estas responsabilidades.

## VIII. INFORMAÇÃO E REVISÃO LEGAL DE CONTAS

### VIII.1. Informação

#### Princípios

VIII.A. O órgão de fiscalização, com independência e de forma diligente, assegura que o órgão de administração cumpre as suas responsabilidades na escolha de políticas e adoção de critérios contabilísticos apropriados e no estabelecimento de sistemas adequados para o reporte financeiro e de sustentabilidade, e para o controlo interno, incluindo a gestão de riscos, a compliance e a auditoria interna.

VIII.B. O órgão de fiscalização promove uma adequada articulação entre os trabalhos da auditoria interna e da revisão legal de contas.

#### Recomendação:

VIII.1.1. O regulamento do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal contempla estas responsabilidades.

### VIII.2. Revisão Legal de Contas e Fiscalização

#### Princípio

VIII.2. A. Cabe ao órgão de fiscalização estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre o relacionamento da sociedade com o revisor oficial de contas e a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.

#### Recomendações:

VIII.2.1. Através de regulamento, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal define as competências e o plano de ações do Conselho Fiscal onde se inclui a fiscalização da existência e manutenção da independência do revisor oficial de contas, que são atestadas no relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal.

VIII.2.2. O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

#### Recomendação Integralmente Adotada

O Conselho Fiscal é o principal interlocutor do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, rececionando primordialmente os seus relatórios, com ele interagindo diretamente, nos termos das suas competências e das normas de funcionamento constantes do [regulamento do Conselho Fiscal](#).

É da competência do Conselho Fiscal propor a designação e a destituição, aprovar a remuneração e supervisionar a atividade e a independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, zelando para que sejam asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos serviços, nos termos constantes do Regulamento do Conselho Fiscal.

VIII.2.3. O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propõe ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

#### Recomendação Integralmente Adotada

A avaliação da atividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas pode ser consultada na informação constante do Relatório Anual e Parecer do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal reúne as competências descritas nesta Recomendação, como resulta da lei e do seu Regulamento, propondo ao órgão competente a destituição do Auditor Externo ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito, nos termos da presente Recomendação.

# Parte III

## Relatório sobre remunerações

### **Nos termos e para os efeitos do artigo 26.ºG do Código de Valores Mobiliários**

O Conselho de Administração apresenta o presente relato sobre remunerações a que alude o artigo 26.º-G do Código dos Valores Mobiliários (CVM), visando proporcionar uma visão abrangente das remunerações, incluindo todos os benefícios, independentemente da sua forma, atribuídos ou devidos durante o exercício de 2025 a cada um dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização da Sociedade.

O relatório sobre remunerações relativo ao exercício findo a 31 de dezembro de 2024 foi submetido à apreciação da Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2025, no âmbito do ponto relativo à aprovação do Relatório de Gestão, balanço e contas, individuais e consolidadas, e mereceu a aprovação dos acionistas da Sonae, tendo sido aprovado com 97,97% de votos favoráveis.

A Sociedade pautou a elaboração do relatório de remunerações, por referência ao exercício findo a 31 de dezembro de 2025, pelos mesmos princípios de rigor e consistência, em consonância com a Política de Remunerações e com as conclusões que a seguir se passam a expor, sistematicamente ordenadas em conformidade com o disposto no n.º2 do artigo 26.º-G CVM.

## I. Determinação da remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade

### a. Processo de elaboração da política de remuneração

As remunerações dos membros dos órgãos sociais, incluindo dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, são fixadas pela Comissão de Vencimentos, e de acordo com a Política de Remuneração apresentada à Assembleia Geral de Acionistas pela mesma Comissão, nos termos do disposto nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários, pelo menos de quatro em quatro anos, coincidente com o mandato dos órgãos sociais, e sempre que ocorra uma alteração relevante à política de remuneração em vigor a cada momento.

No que respeita à determinação da remuneração dos(as) Administradores(as) para o ano de 2025, a Comissão de Vencimentos foi apoiada pela Comissão de Remuneração, composta por Administradores(as) Não Executivos(as), através da apresentação de propostas (tal como melhor detalhado no ponto 29 do Relatório de Governo da Sociedade). Estas propostas foram formuladas sem a presença ou participação dos membros especificamente visados, conforme descrito nos Termos de Referência da Comissão de Remuneração, disponíveis no site da Sociedade e no seu procedimento.

Por referência ao exercício social de 2025 a Comissão de Vencimentos e a Comissão de Remuneração cumpriram o ciclo anual de procedimentos aprovados, em linha com os [termos de referência](#) desta última.

### b. Remuneração dos órgãos sociais

A remuneração dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as) é composta exclusivamente por uma componente fixa, e por um subsídio de responsabilidade anual, não sendo atribuída qualquer remuneração a título de prémio variável ou que dependa do desempenho da Sociedade.

A remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) é composta por uma remuneração fixa e uma remuneração variável, nos termos descritos na [política de remuneração](#) da Sociedade, etalhada nos pontos 69 a 88 do Relatório de Governo da Sociedade.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta exclusivamente por uma componente fixa, não dependente do desempenho da Sociedade ou do seu valor.

A remuneração do(a) Revisor(a) Oficial de Contas encontra-se fixada de acordo com a tabela de honorários padrão, tendo por referência as práticas comparáveis de mercado, e que corresponde aos valores constantes do Contrato de Prestação de Serviços de Revisão Legal de Contas celebrado entre a Sonae e a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda..

### **c. Outros benefícios e condições**

Foi atribuído aos(às) Administradores(as) Executivos(as) um seguro de saúde e um seguro de vida e de acidentes pessoais, em linha com a política geral do Grupo, aplicada aos(às) demais colaboradores(as) e cujos termos e valores se enquadram nas práticas de mercado.

A Política de Remuneração não contempla a atribuição de compensações aos(às) administradores(as) ou aos membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada relativamente ao termo do mandato, sem prejuízo, neste último caso, da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

No decurso de 2025 não foram pagas ou atribuídas compensações a qualquer Administrador ou membro de órgãos social associadas à cessação de mandato, quer no termo do respetivo prazo, quer antecipadamente. Durante o exercício de 2025, e com efeitos a 3 de julho, João Günther Amaral renunciou ao cargo de membro executivo do Conselho de Administração da Sociedade e, nestes termos, não foi paga e não lhe é devida qualquer remuneração, nem foram assumidos pela Sociedade, quaisquer encargos em virtude da referida cessação de funções.

## II. Relato sobre as remunerações atribuídas no exercício findo a 31 de dezembro de 2025

### a. A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, incluindo a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável

A remuneração de cada um(a) dos(as) Administradores(as) da Sonae, atribuída pela Sociedade, no exercício de 2025, encontra-se descrita nas tabelas seguintes, incluindo a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável:

(valores em euros)	2025				
	Rem. Fixa	PVCP*	PVMP (atribuído - não pago)*	Rem. Fixa Pro-Rata	Rem. Variável (PVCP e PVMP) Pro-Rata
<b>Administradores(as) Executivos(as)</b>					
Cláudia Azevedo	585 000	714 400	714 400	29%	71%
João Dolores	416 720	499 700	499 700	29%	71%
Eduardo Piedade**	152 234	74 645	74 645	50%	50%
João Amaral***	195 687	146 149	146 149	40%	60%
<b>Administradores(as) Não Executivos(as)</b>					
Paulo Azevedo	402 000	-	-	-	-
Ângelo Paupério	71 600	-	-	-	-
José Neves Adelino	90 600	-	-	-	-
Marcelo Faria de Lima	70 400	-	-	-	-
Carlos Moreira da Silva	63 800	-	-	-	-
Fuencisla Clemares	80 900	-	-	-	-
Philippe Haspeslagh	73 400	-	-	-	-
Eve Henrikson	71 600	-	-	-	-
Maria Teresa Ballester	70 400	-	-	-	-

\* Remuneração variável atribuída por referência ao desempenho do ano de 2025, paga em março de 2026

\*\* Em 3 de julho de 2025, Eduardo Piedade foi cooptado para o Conselho de Administração.

\*\*\* João Amaral renunciou ao seu cargo em 3 de julho de 2025, tendo sido remunerado até essa data.

Planos do PVMP vencidos e pagos a Administradores(as) Executivos(as):

(valores em euros)	Plano	Data de atribuição	Data de vencimento	Valor vencido e liquidado em 2025
Cláudia Azevedo	2021	mar/22	mar/25	767 027
João Dolores	2021	mar/22	mar/25	394 928
João Amaral*	2021	mar/22	mar/25	224 123

\* João Amaral renunciou ao seu cargo em 3 de julho de 2025, tendo sido remunerado até essa data

Planos do PVMP em aberto a 31 de dezembro de 2025:

(valores em euros)	Plano	Data de atribuição	Data de vencimento	Planos em aberto	
				na data de atribuição*	em 31.12.2025*
Cláudia Azevedo	2022	mar/23	mar/26	544 200	1 058 852
	2023	mar/24	mar/27	604 300	1 150 255
	2024	mar/25	mar/28	704 800	1 328 428
João Dolores	2022	mar/23	mar/26	292 400	568 923
	2023	mar/24	mar/27	424 000	807 062
	2024	mar/25	mar/28	451 900	851 753
Eduardo Piedade**	2022	mar/23	mar/26	133 600	252 341
	2023	mar/24	mar/27	151 800	305 263
	2024	mar/25	mar/28	159 700	259 825

\* Calculado com base na cotação de fecho do último dia de negociação do exercício de 2025. João Nonell Ghünter Amaral renunciou ao seu cargo em 3 de julho de 2025, tendo sido remunerado até essa data.

\*\*Em 3 de julho de 2025, Eduardo Humberto dos Santos Piedade foi cooptado para o Conselho de Administração, sendo remunerado a partir dessa data.

A remuneração paga pela Sociedade durante o exercício em análise aos(às) Administradores(as) Não Executivos(as) totalizou o montante global de €994.700, dividido do seguinte modo: Paulo Azevedo €402.000, Ângelo Paupério € 71.600, José Neves Adelino €90.600, Marcelo Faria de Lima €70.400, Carlos Moreira da Silva €63.800, Fuencisla Clemares €80.900, Philippe Haspeslagh €73.400, Eve Henrikson €71.600, e Maria Teresa Ballester €70.400.

A remuneração paga pela Sociedade aos(às) Administradores(as) Executivos(as) em funções à data de 31 de dezembro de 2025 – incluindo a remuneração fixa, o PVCP referente à performance de 2025 e o PVMP 2021-22/2025 – totalizou o montante global e €3.606.045, dividido da seguinte forma: CEO €2.066.427, CFO €1.311.348 e CDO, cooptado para o Conselho de Administração a 3 de julho de 2025, €228.270.

Ao administrador João Günther Amaral, que cessou funções a 3 de julho de 2025, foi pago o montante de €561.381.

O montante total agregado pago pela Sociedade aos membros do Conselho de Administração, incluindo ao administrador que cessou funções, foi €5.162.126.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da Sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável, tendo o valor da remuneração fixa anual no exercício de 2025 sido a seguinte:

Conselho Fiscal (valores em euros)		2025	Remunerações pagas por entidades que integram o grupo
Maria José Fonseca	Chair	22 000	16 000
Daniel Bessa	Member	18 000	-
Sara Mendes	Member	-	-
Manuel Heleno Sismeiro	Member	14 731	-
<b>Total</b>		<b>54 731</b>	<b>16 000</b>

\*Sara Mendes, anteriormente membro suplente do Conselho Fiscal, assumiu o cargo de membro deste órgão em 20 de outubro de 2025. A remuneração que lhe foi atribuída aquando do início de funções será paga a partir de 1 de janeiro de 2026.

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., sob proposta do Conselho Fiscal, composta por um valor fixo, e discriminada em função da sua natureza, foi a seguinte:

Remuneração paga pela Sociedade (valores em euros)	2025
Auditoria e Revisão Legal de Contas	112.705
Outros serviços de garantia de fiabilidade	157.025
Consultoria Fiscal	0
Outros serviços	0
<b>Total</b>	<b>269.730</b>



## **b. Uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como a mesma contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados**

Na Assembleia Geral de 28 de abril de 2023, em cumprimento do disposto nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários, foi aprovada a Política de Remuneração para o quadriénio 2023-2026, elaborada numa linha de continuidade com os princípios da Política de Remuneração anteriormente em vigor. A Política de Remuneração atualmente em vigor, que incorpora as alterações aprovadas nas Assembleias Gerais de Acionistas de 30 de abril de 2024 e de 30 de abril de 2025, encontra-se disponível em [www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/](http://www.sonae.pt/pt/investidores/assembleia-geral-de-acionistas/).

A Política assenta no pressuposto de que a iniciativa, a competência, o empenho e a ética são fundamentos essenciais de um bom desempenho, devendo este estar alinhado com a estratégia de médio e longo prazo da Sociedade, visando a sua sustentabilidade, e assentando nos princípios descritos na referida política, bem como no capítulo D do Relatório de Governo da Sociedade, do qual o presente Relatório sobre Remunerações faz parte integrante, e em cumprimento da alínea b) do n.º2 do artigo 26.º-G do CVM.

Uma das formas de garantir um alinhamento entre os interesses do(a) administrador(a), os interesses dos(as) acionistas e o desempenho a médio prazo da Sociedade, visando a sustentabilidade do negócio é a determinação do diferimento de uma parte do prémio variável dos(as) administradores(as) executivos(as) por um período de 3 anos, após a sua atribuição. A componente diferida é condicionada pelos seguintes fatores: (i) pela evolução da cotação das ações (ii) pelo fator de correção por dividendos aplicados; e (iii) pelo grau de concretização de objetivos de médio prazo.

Na mesma lógica de reforço do alinhamento e do comprometimento da atuação dos(as) administradores(as) executivos(as) com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade, a estratégia de negócio e, em particular, a sua sustentabilidade, bem como visando prevenir e dissuadir a assunção de riscos excessivos, os(as) administradores(as) executivos(as) devem reter uma percentagem das ações Sonae que lhes são entregues no âmbito da execução do Prémio Variável de Médio Prazo (nos termos descritos na Política de Remuneração, e detalhados neste Relatório).

O prémio variável de curto prazo resulta do grau de concretização de KPIs divididos em duas dimensões, cada uma com um peso de 50%:

1. KPIs de Criação de Valor Económico (“KPIs *What*”) – avaliam o desempenho financeiro e estratégico, podendo incluir métricas como o volume de negócio, o resultado direto e o *Net Asset Value growth*, e que considera igualmente o contributo individual de cada Administrador(a) Executivo(a);
2. KPIs de Criação de Valor Social e Ambiental (“KPIs *How*”) – avaliam o desempenho em áreas como Pessoas, Planeta e outras prioridades estratégicas. Esta dimensão inclui também um KPI de avaliação individual, que pode combinar indicadores objetivos e subjetivos.

Apresenta-se na tabela abaixo os KPIs coletivos do ano de 2025 e respetivo atingimento:

KPI's 2025	Peso	Métricas	Objetivo					Atingimento
			Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	
KPIs WHAT	50%	NAV&Dividendos	<5218	<5518	5 518	5 722	5 978	161%
KPIs HOW	50%	S&P ESG Rating	<59	60	69	72	75	95%
<b>Total</b>	<b>100%</b>							<b>128%</b>

O Prémio variável não é garantido dado que a sua atribuição está dependente da concretização de objetivos. Considerando as duas componentes variáveis, o valor do objetivo pré-definido varia entre 35% e 70% da remuneração total anual (composta pela soma da remuneração fixa com o valor objetivo da remuneração variável), consoante o nível de responsabilidade das funções assumidas por cada membro.

No que se refere ao apuramento do valor atribuído, este inclui um limite mínimo de 0% e máximo de 200% face ao valor objetivo previamente definido.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2025 foi apurado o desempenho dos(as) Administradores(as) Executivos(as), em resultado da aplicação da Política de Remuneração, o que se traduziu na atribuição do PVCP e do PVMP relativos à performance de 2025, e que constam da tabela incluída no ponto II, a) deste Relatório de Remunerações

**c. A variação anual da remuneração, do desempenho da sociedade e da remuneração média dos trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro na sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios, apresentadas em conjunto e de modo a permitir a sua comparação**

A variação anual da remuneração de cada membro do órgão de administração e fiscalização, do desempenho da Sociedade e da remuneração média dos trabalhadores em termos equivalentes a tempo inteiro na Sociedade, excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização durante os últimos cinco exercícios, é detalhada nas tabelas seguintes.

Variação da remuneração dos membros que exercem, e exerceram, funções executivas no Conselho de Administração, durante os últimos 5 anos:

(Valores em euros)	Função	2021 vs 2020	2022 vs 2021	2023 vs 2022	2024 vs 2023	2025 vs 2024	Variação no quinquénio (2021-2025)
Cláudia Azevedo <sup>(1)</sup>	CEO	26%	0%	8%	13%	2%	10%
João Dolores <sup>(1)</sup>	CFO	34%	12%	29%	7%	9%	18%
Eduardo Piedade <sup>(2)</sup>	CDO	-	-	-	n/a	n/a	n/a
João Günther Amaral <sup>(3)</sup>		-	-	-	11%	-4%	3%
<b>Total</b>		<b>29%</b>	<b>4%</b>	<b>16%</b>	<b>13%</b>	<b>-1%</b>	<b>12%</b>

(1) Administrador(a) Executivo(a) eleito na Assembleia Geral Anual de 30 de abril de 2019.

(2) Administrador Executivo cooptado para o Conselho de Administração a 3 de julho de 2025.

(3) Administrador Executivo que cessou funções a 3 de julho de 2025.

Variação da remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração, durante os últimos 5 anos:

(valores em euros)	2021 vs 2020	2022 vs 2021	2023 vs 2022	2024 vs 2023	2025 vs 2024	Variação no quinquénio (2021-2025)
Paulo Azevedo	0%	0%	17%	7%	0%	5%
Ângelo Paupério*	0%	0%	-33%	-25%	0%	-12%
José Neves Adelino	0%	0%	18%	8%	0%	5%
Marcelo Faria de Lima	0%	0%	23%	9%	0%	6%
Carlos Moreira da Silva*	1%	-1%	22%	2%	-3%	4%
Fuencisla Clemares*	0%	0%	35%	13%	0%	10%
Philippe Haspeslagh*	0%	0%	22%	9%	0%	6%
Eve Henrikson*	-	-	-	-1%	0%	0%
Maria Teresa Ballester*	-	-	-	0%	-11%	-6%
Margaret Lorraine Trainer	0%	0%	0%	-	-	n/a
<b>Total</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>20%</b>	<b>6%</b>	<b>-1%</b>	<b>5%</b>

\* Montantes anualizados.

Variação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, durante os últimos 5 anos:

Conselho Fiscal (valores em euros)	2021 vs 2020	2022 vs 2021	2023 vs 2022	2024 vs 2023	2025 vs 2024	Variação no quinquénio (2021-2025)
Maria José Fonseca	0%	0%	18%	10%	0%	5%
Daniel Bessa	0%	0%	15%	13%	0%	4%
Manuel Sismeiro*	0%	0%	15%	13%	-18%	4%
Sara Mendes	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>16%</b>	<b>12%</b>	<b>-6%</b>	<b>4%</b>

\*Foi remunerado até 19 de outubro de 2025.

Variação da remuneração do Auditor Externo, durante os últimos 5 anos:

Auditoria e Revisão Legal de Contas	2021 vs 2020	2022 vs 2021	2023 vs 2022	2024 vs 2023	2025 vs 2024	Variação no quinquénio (2021-2025)
Auditor Externo	-12%	47%	-5%	192%	13%	47%

Variação da remuneração média dos colaboradores e do desempenho da Sociedade, por referência ao volume de negócios consolidado, durante os últimos 5 anos:

(valores em euros)	2021 vs 2020	2022 vs 2021	2023 vs 2022	2024 vs 2023	2025 vs 2024
Volume de negócios consolidado	4%	10%	9%	18%*	14%
Remuneração média dos colaboradores	4%	8%	10%	5%	5%

\* Aumento decorrente da aquisição pela Sonae SGPS SA da Musti Group plc, e pela MC Retail, SGPS, SA da Druni S.A.

#### d. As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo, na aceção da alínea g) do n.º1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de julho

A remuneração de cada um(a) dos(as) Administradores(as) da Sonae, atribuída pelas sociedades pertencentes ao mesmo grupo, na aceção da alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º158/2009 de 13 de julho, encontra-se descrita na tabela seguinte:

(valores em euros)	2025			Total
	Rem. Fixa	PVCP	PCMP	
<b>Administrador</b>				
Ângelo Paupério <sup>(1)</sup>	174 500	0	0	174 500
Eduardo Piedade <sup>(2)</sup>	155 559	303 905	303 905	763 369
<b>Total</b>	<b>330 059</b>	<b>303 905</b>	<b>303 905</b>	<b>937 869</b>

(1) Administrador não independente não executivo da Sonae SGPS, S.A. Remuneração paga em subsidiárias por desempenho de funções executivas e não executivas.

(2) Administrador executivo na Sonae SGPS, S.A.. Remuneração paga em subsidiárias por desempenho de funções executivas até 2 de julho de 2025.

A remuneração de cada um dos membros do Conselho Fiscal da Sonae, atribuída pelas

sociedades pertencentes ao mesmo grupo, na aceção da alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, encontra-se descrita na tabela seguinte:

Conselho Fiscal (valores em euros)		2025	Remunerações pagas por entidades que integram o grupo
Maria José Fonseca	Chair	22 000	16 000
Daniel Bessa	Member	18 000	-
Sara Mendes	Member	-	-
Manuel Heleno Sismeiro	Member	14 731	-
<b>Total</b>		<b>54 731</b>	<b>16 000</b>

\*Sara Mendes, anteriormente membro suplente do Conselho Fiscal, assumiu o cargo de membro deste órgão em 20 de outubro de 2025. A remuneração que lhe foi atribuída aquando do início de funções será paga a partir de 1 de janeiro de 2026.

Os valores da remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A., por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, são os que a seguir se discriminam em função da sua natureza:

Remuneração paga por entidades que integram o Grupo (valores em euros)	2025
Auditoria e Revisão Legal de Contas	620.597
Outros serviços de garantia de fiabilidade	28.775
Consultoria Fiscal	15.570
Outros serviços	97.380
<b>Total</b>	<b>762.322</b>

#### e. O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições

A remuneração dos(as) Administradores(as) Não Executivos(as), dos membros do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo é composta por um montante fixo, não indexada ao desempenho da Sociedade.

A remuneração dos(as) Administradores(as) Executivos(as) é composta por uma remuneração fixa e por uma remuneração variável, composta por um Prémio Variável de Curto Prazo (PVCP) – equivalendo no máximo de 50% do valor do prémio variável total e sendo pago em numerário – e por um Prémio Variável de Médio Prazo (PVMP) destinado a reforçar o compromisso dos(as) Administradores(as) Executivos(as) – correspondendo, no mínimo, a 50% do prémio variável total, pago com um diferimento de 3 anos após a sua atribuição, i.e. quatro anos após o ano de performance, tendo a Sociedade a opção de entregar em substituição das ações, o seu correspondente valor em numerário. O pagamento em numerário do prémio variável pode ser efetuado por qualquer das modalidades de extinção da obrigação previstas na lei e nos estatutos.

A estrutura da remuneração variável, bem como a condição de exercício dos direitos encontram-se melhor descritas na Política de Remuneração aprovada na Assembleia Geral Anual de 28 de abril de 2023. A [Política de Remuneração atualmente em vigor](#) incorpora as alterações aprovadas nas Assembleias Gerais Anuais de 30 de abril de 2024 e de 30 de abril de 2025, e descrita nos pontos 71, 72 e 73 do Relatório de Governo da Sociedade.

Os planos de ações atribuídas aos(às) Administradores(as) Executivos(as) encontram-se detalhados supra na seção A) deste relato sobre remunerações.

A Sociedade não atribui remuneração variável baseada em opções.

## **f. A possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável**

Nos termos constantes da [Política de Remuneração](#) e tal como melhor descrito no Capítulo D do Relatório de Governo da Sociedade, do qual o presente relato sobre remunerações faz parte integrante, a Sociedade determinou que no caso de, por decisão definitiva e irrecorrível, se constatar que a remuneração variável foi baseada, total ou parcialmente, em informações dolosamente fornecidas por determinado(a) administrador(a), e com base nas quais foi determinada a remuneração variável do(a) administrador(a) em causa, deverá o Conselho de Administração, a instâncias da Comissão de Vencimentos, levar a cabo as diligências adequadas com o propósito de obter a restituição da remuneração variável indevidamente atribuída.

No exercício de 2025 não foi solicitada a restituição de qualquer remuneração variável.

## **g. Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração e sobre as derrogações aplicadas, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação**

No exercício de 2025, a Política de Remuneração em vigor foi aplicada sem qualquer afastamento ou derrogação.

## Conselho de Administração

### Qualificações profissionais e elementos curriculares

**Duarte Paulo Teixeira de Azevedo**

#### Ano de Nascimento

1965

#### Curriculum Académico

1986 Licenciatura em Engenharia Química - École Polytechnique Fédérale de Lausanne  
1989 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA – Porto Business School

#### Formação Executiva

1994 Executive Retailing Program - Babson College  
1996 Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School  
2002 Breakthrough Program for Senior Executives - IMD Lausanne  
2008 Proteus Programme - London Business School  
2012 Corporate Level Strategy – Harvard Business School  
2023-2024 Executive Program in Resilience Thinking (Estocolmo)

#### Experiência Profissional

##### Grupo Efanor

1988 – 1990 Gestor de Projeto e Analista Novos Investimentos na Sonae Tecnologias de Informação, SA  
1990 – 1993 Gestor de Projeto de Desenvolvimento Organizativo e Diretor Comercial para Portugal de Novos Negócios na Sonae Indústria, SGPS, SA  
1993 – 1996 Diretor de Planeamento Estratégico e Controle e de Desenvolvimento Organizativo na Sonae Investimentos, SGPS, SA  
1996 – 1998 Membro Executivo do Conselho de Administração da Modelo Continente Hipermercados, SA (com os pelouros de Merchandising, IT e Marketing de Retailo)  
1998 – 2000 Presidente da Comissão Executiva da Optimus – Telecomunicações, SA  
2000 – 2007 Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, SA  
2000 - 2018 Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE  
2000 – 2019 Membro do Comissão Executiva (2000-2007); Presidente da Comissão Executiva (2007-2015); Presidente do Conselho de Administração e Co-CEO (2015-2019) da Sonae - SGPS, SA  
2002 – 2007 Presidente do Conselho Geral do Público - Comunicação Social, SA  
2003 – 2007 Presidente do Conselho Geral da Glunz, AG  
2004 – 2007 Presidente do Conselho de Administração da Tafisa - Tableros de Fibras, SA  
2007 – 2014 Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA  
2007 – 2015 Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA  
2007 – 2018 Presidente do Conselho de Administração da Sonae investimentos, SGPS, SA (atualmente MCRETAIL, SGPS, SA)  
2007 – 2019 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA  
2008 – 2014 Presidente do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA

2009 – 2013 Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA  
2010 – 2016 Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA  
2010 – 2019 Presidente do Conselho de Administração da Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA  
2015 - 2023 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA (atualmente da SC – Sonae Capital Investments, SGPS, SA)  
2021-2025 Presidente do Conselho de Administração da Tafisa Canadá, Inc.

#### Noutras Entidades

1989 – 1990 Membro da Comissão Executiva da APGEI – Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial  
2001 – 2002 Presidente da Apritel – Associação dos Operadores de Telecomunicações  
2008 – 2009 Membro do Conselho Geral da AEP – Associação Empresarial de Portugal  
2008 - 2022 Membro do ERT – *European Round Table for Industry*. Adicionalmente, é desde 2019, Membro do *Steering Committee* e Presidente do Grupo de trabalho “*Jobs, Skills and Impact*”  
2009 – 2014 Membro do Conselho de Curadores da AEP – Associação Empresarial de Portugal  
2009 – 2015 Presidente do Conselho de Curadores da Universidade do Porto  
2012 – 2015 Membro da Direção da COTEC Portugal  
2019 – 2021 Presidente do Installation Committee do Projecto BIOPOLIS

#### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

#### Cargos atuais exercidos noutras entidades

Desde 1990 Membro do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA  
Desde dez.2000 Membro do Conselho de Administração da Migracom, SA  
Desde 2006 Membro do Conselho de Fundadores da Fundação Casa da Música  
Desde 2007 Membro do Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves  
Desde 2012 Membro do Conselho Consultivo Internacional da Allianz SE  
Desde mar.2015 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA  
Desde 2016 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Arauco, SA  
Desde 2018 Presidente do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE  
Desde 2018 Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA  
Desde 2020 Presidente da Comissão Executiva da Fundação Belmiro de Azevedo  
Desde 2020 Presidente do Conselho de Administração da BA Glass I – Serviços de Gestão e Investimentos, SA  
Desde 2020 Presidente do Conselho de Administração da BA Glass Portugal, SA  
Desde 2020 Presidente da Direção da Associação Viridia – Conservation in Action  
Desde 2021 Membro do Conselho de Administração da BA – Capital, SGPS, SA  
Desde 2021 Membro do Conselho de Administração da Pareuro BV  
Desde 2022 Membro do Conselho de Administração da Mégantic BV  
Desde 2023 Membro do Conselho Consultivo da PCS - Plataforma para o Crescimento Sustentável  
Desde 2024 Professor Catedrático Convidado UP, responsável por grupo de Investigação SES&ES  
Desde 2025 Membro do Grupo Consultivo da AEP – Associação Empresarial de Portugal

## Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

### Data de Nascimento:

1959

### Curriculum Académico

1977-1982	Licenciado em Engenharia Civil – FEUP
1988-1989	Mestrado em Gestão de Empresas - MBA – Porto Business School

### Experiência Profissional

1982-1984	Projetista de Estruturas na Tecnopor (Engenharia Civil)
1984-1989	Técnico Superior na EDP (Energia)
1989-1991	Diretor de Projeto de Televisão na Sonae Tecnologias de Informação, SA
1991-1994	Diretor de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos – SGPS, SA (atualmente Sonae – SGPS, SA)
1994-1996	Administrador de várias empresas da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA) – Retalho
1994-2007	Membro do Conselho de Administração da Modelo Continente Hipermercados, SA
1996-2007	CFO da Sonae Distribuição, SGPS, SA (atualmente Sonae MC, SGPS, SA) e administrador de várias das suas filiais (Retalho)
1996-2007	Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, SA
2000-2019	Vice-Presidente Executivo, CFO e Presidente da Comissão de Finanças (2000-2007); Vice-Presidente Executivo (2007-abril de 2015); Co-CEO (2015-abril 2019) da Sonae – SGPS, SA
2004-2009	Membro do Conselho de Administração da MDS – Corretor de Seguros, SA
2005-2016	Membro do Conselho de Administração da Sonae Investments BV
2006-2016	Membro do Conselho de Administração da Sontel BV
2007-março 2018	Membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração desde outubro de 2014)
2009-2019	Membro do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, SA (Presidente do Conselho de Administração desde janeiro de 2019)
2010-2016	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA
2010-2016	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Sonaerp – Retail Properties, SA
2010-2016	Presidente do Conselho de Administração da MDS Auto, Mediação de Seguros, SA
2010-2016	Membro do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa
2010-2018	Membro do Conselho de Administração da Sonae Center Serviços II, SA (atualmente Sonae MC – Serviços Partilhados, SA)
2011-2015	Membro do Conselho Superior da Porto Business School
2012-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom – Serviços Partilhados, SA
2012-2022	Membro do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, SA
2013-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonae RE, SA
2013-2016	Presidente do Conselho de Administração da Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA (atualmente denominada SFS – Gestão de Fundos, SGFI, SA)
2014-2019	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Financial Services, SA

2016-2019	Presidente do Conselho de Administração da SFS, Gestão e Consultoria, SA
2018-2019	Membro do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA
2018-2020	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, SL
2019-nov.2024	Presidente do Conselho de Administração da Universo Sonae, SA

### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Desde 2007	Membro do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
Desde 2007	Membro do Conselho de Administração da MCRETAIL, SGPS, SA
Desde 2007	Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
Desde 2007	Presidente do Conselho de Administração da Bright Pixel Capital, SGPS, SA
Desde 2007	Presidente do Conselho de Administração do Público – Comunicação Social, SA
Desde 2013	Presidente do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA (de 2013-fevereiro 2019 Membro do Conselho de Administração)
Desde 2018	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA
Desde Out. 2025	Membro do Conselho de Administração da Sonae Electronics, SA

### Cargos exercidos noutras entidades

Desde 2004	Presidente do Conselho de Administração da Enxomil - Sociedade Imobiliária, SA
Desde 2008	Presidente do Conselho de Administração da Enxomil - Consultoria e Gestão, SA
Desde 2009	Membro do Conselho de Administração da Love Letters - Galeria de Arte, SA
Desde 2013	Vice-Presidente do Conselho Diretor da APGEI - Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial (de 2013-novembro 2019 Presidente)
Desde 2018	Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE
Desde 2019	Presidente do Conselho de Administração da SC – Sonae Capital Investments, SGPS, SA (anteriormente Sonae Capital, SGPS, SA) (de 2019- abril 2023 Membro do Conselho de Administração)
Desde 2019	Membro do Conselho de Administração da Fundação Manuel Cargaleiro
Desde junho 2021	Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
Desde 2023	Vice-Presidente do Conselho de Administração da Prismore Capital – SGPS, SA
Desde 2024	Membro do Conselho de Administração da Violas, SGPS, SA
Desde agosto 2025	Membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, SA

## José Manuel Neves Adelino

### Ano de Nascimento

1954

### Curriculum Académico

1976 Licenciatura em Finanças, Universidade Técnica de Lisboa

1981 DBA, Finance, Kent State University

### Experiência Profissional

1978-1981 Assistente convidado, Kent State University

1981-1986 Membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa

1981-2012 Professor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa

1986-1989 Professor Convidado, Universidade Católica Portuguesa

1987-1989 Professor Convidado, Bentley College

1988 Professor Convidado, ISEE

1990-1996 Diretor, Programa MBA e Programa Executivo, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa

1992-1994 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração, BPA

1994-2002 Membro do Conselho de Gestão do Fundo de Garantia de Depósitos

1999-2002 Diretor, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa

1999-2004 Membro do Conselho Consultivo Global da Sonae – SGPS, SA

2003-2006 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração e Presidente do Conselho de Auditoria da EDP

2003-2006 Membro do Conselho Consultivo Estratégico da PT

2003-2007 Membro da Comissão de Remunerações da Sonae – SGPS, SA

2003-2010 Membro do Comité de Investimento do Fundo Caravela

2008-2014 Membro do Conselho Fiscal do BPI

2010-2014 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Cimpor

2012-2013 Diretor de Finanças e Investimentos da Fundação Calouste Gulbenkian

2013-2023 Membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian

### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

### Cargos exercidos noutras entidades

Desde 2024 Curador da Fundação Belmiro de Azevedo

## Marcelo Faria de Lima

### Ano de Nascimento

1961

### Curriculum Acadêmico

1981-1985 Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

### Experiência Profissional

1988-1989 Professor, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

1989-1996 Commercial Banker da ABN AMRO Bank, São Paulo, Brasil/Chicago, Estados Unidos

1996-1998 Vice-Presidente do Banco Garantia, São Paulo, Brasil  
Banco de Investimentos

1998-2000 Diretor da Donaldson, Lufkin & Jenrette, São Paulo, Brasil  
Banco de Investimentos

2000 Co-Fundador e Diretor Executivo da Areautil, São Paulo, Brasil  
Portal de Internet para negócios imobiliários

2000-2003 Co-Fundador e Diretor Executivo da Eugênio WG, São Paulo, Brasil  
Agência de Publicidade

2002-2005 Membro do Conselho de Administração da Neovia Telecomunicações, SA, São Paulo, Brasil  
Operadora Wi-Fi/WiMax no Estado de São Paulo

2007-2016 Vice-Presidente do Conselho de Administração da Produquímica Indústria e Comércio, SA, São Paulo, Brasil  
Companhia líder na produção de soluções em micronutrientes para a agricultura e alimentação animal, que também produz ingredientes para o tratamento de água e para processos industriais.

2009-2016 Membro do Conselho de Administração da C1 Financial Inc., Saint Petersburg, Florida, Estados Unidos  
Companhia de capital aberto, registrada no Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos, com as suas ações negociadas na NYSE sob o ticker BNK. Banco comercial com atuação na região da Florida, Estados Unidos, com ativos totais superiores a US\$ 1.500 milhões. Essa companhia foi incorporada por outro banco em 2016.

### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

### Cargos exercidos noutras entidades

Março/2001 - atual Diretor Presidente da Rio Verde Consultoria e Participações Ltda

Jan/2004 - atual Presidente do Conselho de Administração da Metalfrío Solutions SA

Dez/2006 - atual Gerente Operacional da Peach Tree LLC

Julho/2007 - atual Gerente Operacional da Amber Internacional LLC

Jan/2008 - atual Presidente do Conselho de Administração da Veste SA Estilo

Mar/2008 - atual Presidente do Conselho de Administração da Klimasan Klima Sanayi ve Ticaret AS

Junho/2011 - atual Sócio-Gerente da Lima & Smith Ltda

Abril/2015 - atual Presidente do Conselho de Administração da Metalfrío Solutions SA Sogutma Sanayi Ve Ticaret AS

Set/2015 - atual Diretor da Barroquinha Estacionamentos SA

Set/2015 - atual Diretor da Nova Bahia Empreendimentos SA

Março/2016 - atual Presidente do Conselho de Administração da Metalfrío Servicios SA de CV

Out/2016 - atual Diretor da GCR Administração e Participações Ltda

Out/2017 - atual Diretor Presidente da Dover Participações, SA

Junho/2019 - atual Diretor Presidente da Winery Participações Ltda

Dez/2019 - atual Diretor Presidente da Zimbro Agrícola SA

Abr/2023 – atual Membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações SA

Abril/2023 - atual Sócio Gerente da CBM Holding Subsidiary, LP (Canadá)

Julho/2024 - atual Diretor da Tirachapeu Empreendimentos SA

Out/2025 - atual Diretor Presidente da Forte do Mar Empreendimentos Imobiliários SA





## Carlos António Rocha Moreira da Silva

### Ano de Nascimento

1952

### Curriculum Académico

1975	Licenciatura em Engenharia Mecânica, Universidade do Porto
1978	MSc em Management Sci. and Operation Research (University of Warwick – UK)
1982	PhD em Management Sciences (University of Warwick – UK)

### Experiência Profissional

1975-1987	Professor Auxiliar da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
1987-1988	Membro do Conselho de Administração da EDP, Eletricidade de Portugal, E.P.
1993-1996	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, S.A. e Administrador-Delegado da Tafisa – Tableros de Fibras, SA
1993-1998	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Tecnologias de Informação, SA
1997-1998	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Retalho Especializado, SGPS, SA
1998-1998	Presidente do Conselho de Administração da TVI – Televisão Independente, SA
1998-2000	Presidente do Conselho Geral do Público – Comunicação Social, SA
1998-2003	Presidente do Conselho de Administração da BA Vidro
1998-2020	Presidente do Conselho de Administração da BA Glass I, Serviços de Gestão e Investimentos, SA
2003-2005	Presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria, SGPS, SA
2005-2012	Membro do Conselho Consultivo da 3i Spain
2006-2014	Membro do Conselho de Administração do Banco BPI
2009-2012	Membro do Conselho de Supervisão da Jerónimo Martins Dystrybucja, SA
2010-2014	Presidente do Conselho de Administração da La Seda Barcelona
2015-2024	Membro do Conselho de Administração da Fundação de Serralves
2021-2023	Membro do Conselho de Administração da SC - Sonae Capital Investments, SGPS, SA

### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae: Nenhum

Nenhum

### Cargos exercidos noutras entidades

Desde 2004	Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Fim do Dia, SGPS, SA
Desde 2016	Membro do Conselho de Administração da Teak BV
Desde 2018	Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE
Desde 2018	Vice-Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
Desde 2020	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Arauco, SA
Desde 2021	Membro de Conselho de Administração da Teak Floresta, SA
Desde 2021	Membro do Conselho de Administração da Hakuturi, SA

Desde 2021	Presidente do Conselho de Administração da Cerealis, SGPS, SA
Desde 2021	Presidente da Comissão de Remunerações da Cerealis SGPS, SA
Desde 2021	Presidente do Conselho de Administração da Cerealis Produtos Alimentares, SA
Desde 2021	Presidente do Conselho de Administração da Cerealis Moagens, SA
Desde 2023	Presidente do Conselho de Administração da Vitrierie Riunite S.p.A
Desde 2024	Membro do Conselho de Administração da Quinta do Vallado – Sociedade Agrícola, SA
Desde 2024	Presidente do Conselho de Administração da SC – Sonae Capital Industrials, SGPS, SA
Desde 2024	Presidente da Direção da Associação BRP - Business Roundtable Portugal

## Fuencisla Clemares

### Ano de Nascimento

1974

### Curriculum Académico

1992-1996	Bacharelato em Administração de Empresas, European Business Program
1999	Programa de Intercâmbio no MBA da Kellogg Graduate School of Management, Chicago, EUA
2000	MBA – IESE Business School, Universidade de Navarra, Barcelona

### Experiência Profissional

2000-2007	Associado Sénior da Mckinsey & Company
2007-2009	Diretora Carrefour Spain
2009-2009	Diretora de Retalho da Google Spain
2010-2011	Head of Retail and FMCG of Google Spain
2012-2015	Membro do Conselho de Administração da Adigital
2013-2016	Diretora de Vendas da Google Spain
2013-2016	Líder da "Iniciativa Móvel" na Google Spain
2013-2018	Membro do Conselho Consultivo da Mckinsey Alumni Advisory Council
2013-2020	Professora de Marketing Digital da ISDI (Instituto Superior para o Desenvolvimento da Internet) participando no MIB. Programas DIBEX e In-Company
2015-2016	Membro do Conselho de Administração da MMA (Associação de Marketing e Retalho) em Espanha
2015-2017	Mentora no Programa Impact: um programa acelerador de Start-up móvel em Madrid
2015-2023	Membro da Junta Territorial em Madrid (Alumni council) da IESE
2015-2023	Professora convidada da IESE
2016-2016	Membro do Conselho de Administração da Adolfo Dominguez
2016-2020	Membro do Conselho Consultivo Académico da Academia da Internet, a plataforma de treino da ISDI
2016-2024	Diretora em Espanha e Portugal da Google LLC
2021-2022	Diretora interina em Itália da Google LLC

### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

### Cargos exercidos noutras entidades

Desde 2018	Consultora do Conselho de Administração da Cosentino, SA
Desde 2024	Vice-Presidente da "EMEA Go To Market" da Google

## Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

### Ano de Nascimento

1950

### Curriculum Académico

1968-1972	Engenharia Comercial, Gestão, Distinction – Universidade de Leuven
1972-1973	Mestrado, Gestão de Empresas, High Distinction – Vlerick Business School
1975-1977	Mestrado em Administração de Empresas (MBA), Baker Scholar, Highest Distinction – Harvard Business School
1977-1979	Doutor em Administração de Empresas (DBA) (1983), Highest Distinction – Harvard Business School
2008-2009	Diploma em consultoria e Coaching para a Mudança – INSEAD

### Experiência Profissional

1973-1975	Consultor de Gestão, PA Management Consulting, Bélgica
1979-2008	Paul Desmarais Chaired Professor de “Active Ownership” INSEAD, Fontainebleau e Singapura
1985-1986	Em licença como Professor convidado da Stanford Business School
1990	Em licença como Professor convidado da Harvard Business School
1997-1999	Em licença como Chefe de Gabinete do Ministro Federal da Agricultura e de PME na Bélgica
1985-2014	Chair of the Board of Directors of Dujardin Foods, NV
1993-2023	Co-Fundador e Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Capricorn Partners
1998-2000	Presidente do Conselho de Administração da Pieters Visbedrijf
1998-2015	Co-Fundador e Membro do Conselho de Administração da Quest for Growth NV
1998-2015	Administrador Independente da Kinopolis NV, Belgium.
2006-2020	Administrador Independente da Vandemoortele NV
2011-2014	Administrador Independente da Governance for Owners Ltd, Londres, UK
2011-2014	Administrador Independente da Sioen Industries
2015-2018	Membro do Conselho de Administração da MyMicroInvest
2015-2021	Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Ardo NV
2019-2023	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Strongroots Limited, Irlanda
2016-2025	Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da FBN Belgium-The Family Business Network

### Outras atividades sem fins lucrativos

2008-2015	Membro do Conselho de Administração da EABIS – European Academy of Business in Society
2009-2015	Membro do Conselho de Administração da Koffi Anan Business School
2008-2015	Membro do Conselho de Administração da Vlerick Business School
2008-2020	Membro do Conselho de Administração da Guberna, Instituto de Administradores, Bélgica

### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

### Cargos exercidos noutras entidades

Since 2008	Reitor (2008-2016), Professor e Diretor honorário (2016-presente) da Vlerick Business School
Since 2008	Membro do Conselho de Administração da Awacs3 Enterprises NV
Since 2008	Membro do Conselho de Administração da Deltronic NV
Since 2025	Presidente Independente da Eculine Global, Bélgica



## Maria Teresa Ballester Fornes

### Ano de nascimento

1963

### Curriculum Académico

1981-1985	Licenciada em Ciências Financeiras e Ciência Política, Boston College, Boston, EUA
1987-1989	MBA - Mestrado em Administração de Empresas, Columbia Business School, Nova Iorque, EUA

### Experiência Profissional

1985-1987	Associada Financeira na GTE Corporation, EUA
1989-1996	Associada Sénior na consultora de gestão Booz, Allen & Hamilton, México e Espanha
1996-2014	Managing Partner na 3i Private Equity em Espanha e Portugal. Parceiro Global
2010-2012	Presidente da Associação Espanhola de Private Equity
2014-2016	Consultora Sénior da Aon em Espanha e Portugal
	Membro do Conselho de Família do Grupo Lar. Comissão de Auditoria
2014-2016	Consultora Sénior na empresa EY – Divisão de serviços transacionais
2014-2016	Presidente da Fundação EY para o Empreendedorismo
2017-2021	Membro do Conselho de Administração da Repsol SA. Comissões de Auditoria e Remunerações
2019-2023	Membro do Conselho de Administração da Prisa SA. Comissões de Auditoria e Sustentabilidade

### Cargos Exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

### Cargos exercidos noutras entidades

Desde 2010	Membro do Fórum Internacional de Mulheres (IWF – International Women's Forum). Membro do Conselho de Administração durante 4 anos
Desde 2010	Professora convidada no ICA (Directors' Institute)
Desde 2017	Sócia Fundadora do Fundo de Private Equity Nexus Iberia SGEIC
Desde 2019	Fundadora e Presidente do Capítulo Espanhol Nível 20 (Mulheres em Private Equity)
Desde 2021	Membro do Comité Consultivo da ING Espanha
Desde 2023	Membro do Conselho de Administração da Cellnex, SA. Comissões de Auditoria e Nomeações
Desde 2023	Membro do Conselho de Administração da Solutex, SA (em representação da Nexus Iberia)
Desde 2023	Membro do Conselho de Curadores da Junior Achievement Foundation, Espanha
Desde 2024	Membro do Conselho de Administração do Grupo Antolin



## Eve Henrikson

### Cargos exercidos noutras entidades

Administradora Não-Executiva Independente, Lloyds Bank Corporate Markets (UK)

SVP de Viagens na Booking.com

### Cargos Exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

### Experiência Profissional

Coordenadora na área Digital e diretora de e-commerce em várias empresas (UK)

Administradora Não-Executiva Independente, Scouts Shop Limited, UK

Diretora de E-Commerce / MD Online, Tesco (UK)

Diretora (“General Manager”) Uber Eats EMEA (NL)

### Ano de nascimento

1980

### Curriculum Académico

Diploma em Administração de Empresas, FH Anhalt, Alemanha / Licenciatura em Negócios Internacionais, Universidade de Lincolnshire & Humberside, UK

MBA, London Business School, UK

## Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

### Ano de Nascimento

1970

### Curriculum Académico

Licenciatura em Gestão, Universidade Católica do Porto

MBA, INSEAD, Fontainebleau, França

### Experiência Profissional

#### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Desde 2000	Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
Desde 2000	Membro do Conselho de Administração da Bright Pixel Capital, SGPS, SA (anteriormente Sonae Investment Management-Software and Technology, SGPS, SA)
Desde 2009	Membro do Conselho de Administração da Público – Comunicação Social, SA
Desde 2013	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA
Desde 2018	Presidente do Conselho de Administração da MCRETAIL, SGPS, SA
Desde 2018	Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA
Desde 2018	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
Desde julho 2021	Presidente do Conselho de Administração da Sparkfood, SA
Desde maio 2024	Presidente do Conselho de Administração da Musti Group Plc
Desde out. 2025	Membro do Conselho de Administração da Sonae Electronics, SA

#### Cargos exercidos noutras entidades

Desde 1990	Membro do Conselho de Administração da Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SA (Presidente de 1990-2025)
Desde 1992	Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, SE
Desde 2000	Presidente do Conselho de Administração da Linhacom, SA
Desde 2002	Presidente do Conselho de Administração da Praça Foz – Sociedade Imobiliária, SA
Desde 2008	Membro do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, SA
Desde 2011	Membro do Conselho de Administração da SC – Sonae capital Investments, SGPS, SA (anteriormente Sonae Capital, SGPS, SA)
Desde 2018	Membro do Conselho de Administração da Setimanale, SGPS, SA
Desde 2018	Membro do Conselho de Administração da Casa Agrícola de Ambrães, SA
Desde 2018	Membro do Conselho de Administração da Realejo – Sociedade Imobiliária, SA
Desde 2020	Gerente da Tangerine Wish, Lda.
Desde junho 2021	Membro do Conselho de Administração da Sonae Indústria, SGPS, SA
Desde 2024	Vice-Presidente da Direção da BRP – Associação Business Roundtable Portugal

## João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

### Ano de Nascimento

1980

### Curriculum Académico

1998-2003	Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia, Universidade do Porto
2004-2004	Pós-Graduação em Gestão – New York University, Nova Iorque
2007-2009	MBA – London Business School, Londres

### Experiência Profissional

2003-2004	Brand manager – JW Burmester, S.A., Nova Iorque
2005-2007	Analista da McKinsey & Company
2009-2011	Associado da McKinsey & Company
2011-2013	Subdiretor de Gestão de Inovação da Portugal Telecom
2013-2014	Diretor da Business Unit Cloud da Portugal Telecom
2014-2015	Diretor de Corporate Strategy da Sonae – SGPS, SA
2015-2018	Diretor de Group Strategy, Planning and Control da Sonae – SGPS, SA
2016-2018	Docente de Estratégia – Executive MBA da Porto Business School
2018-2019	Administrador do Centro Corporativo da Sonae – SGPS, SA
2018-julho 2022	Presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da MKTPlace - Comércio Eletrónico, SA
2019-2024	Membro do Conselho de Administração da Universo Sonae, SA
2020-Out.2023	Membro do Conselho de Administração da Iberian Sports Retail Group, S.L.
2024-juho2025	Membro do Conselho de Administração da Modalfa - Comércio e Serviços, SA
2024-julho2025	Membro do Conselho de Administração da Zippy - Comércio e Distribuição, SA

### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Desde 2016	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da NOS, SGPS, SA
Desde 2018	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da MCRETAIL, SGPS, SA
Desde 2018	Presidente do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA (2018-2019 Membro do Conselho de Administração)
Desde 2018	Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA
Desde 2018	Membro Executivo do Conselho de Administração da Sonae Investments, BV
Desde 2018	Membro Executivo do Conselho de Administração da Sontel, BV
Desde 2019	Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
Desde 2019	Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonae Sierra, SGPS, SA
Desde Agosto 2020	Membro do Conselho de Administração da Bright Pixel Capital, SGPS, SA (anteriormente Sonae Investment Management – Software and Technology, SGPS, SA)
Desde 2021	Presidente do Conselho de Administração da Sonae RE, SA
Desde julho 2021	Membro do Conselho de Administração da Sparkfood, SA
Desde abril 2023	Presidente do Conselho de Administração da Sparkfood Ingredients, SA
Desde nov. 2023	Presidente do Conselho de Administração da Flybird Holding Oy
Desde dez. 2023	Membro do Conselho de Administração da Universo, IME, SA

Desde maio 2024	Presidente do Conselho de Administração da Fashion Division, SA
Desde maio 2024	Membro do Conselho de Administração da Musti Group Plc
Desde Out.2025	Membro do Conselho de Administração da Sonae Electronics, SA
Desde Out. 2025	Presidente do Conselho de Administração da Fashion Division International Trade, SA

### Cargos exercidos noutras entidades

Nenhum

## Eduardo Humberto dos Santos Piedade

### Ano de Nascimento

1978

### Curriculum Académico

1996-2001	Licenciatura em Gestão, Faculdade de Economia da Universidade do Porto
2006-2008	MBA, London Business School

### Experiência Profissional

2011-2018	Secretário do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, Diretor do Departamento de Fusões e Aquisições, da Sonae – SGPS, SA
2016-2022	Presidente do Conselho de Administração da SONAECOM – SERVIÇOS PARTILHADOS, SA
2018-2019	Diretor-Geral da Saphety de Transacções Electrónicas, SAS
2018-2019	Presidente do Conselho de Administração da Saphety Level – Trusted Services, SA
2018-2019	Presidente do Conselho de Administração da WE DO TECHNOLOGIES MÉXICO, S. de R.L. de C.V.
2018-2019	Presidente do Conselho de Administração da WE DO TECHNOLOGIES ESPAÑA – SISTEMAS DE INFORMACIÓN, S.L.
2018-2019	Presidente do Conselho de Administração da WE DO TECHNOLOGIES LIMITED (Reino Unido)
2018-2019	Presidente do Conselho de Administração da WE DO TECHNOLOGIES EGYPT LLC
2018-2019	Presidente do Conselho de Administração da WE DO TECHNOLOGIES AMERICAS, INC
2018-2019	Presidente do Conselho de Administração da WE DO CONSULTING – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA
2018-2021	Presidente do Conselho de Administração da Digitmarket – Sistemas de Informação, SA
2018-2022	Membro do Conselho de Administração da CIValue Systems Ltd
2018-2022	Presidente do Conselho de Administração da BRIGHT DEVELOPMENT STUDIO, SA
2018-2022	Membro do Conselho de Administração da Style Sage, Inc.
2018-2022	Membro do Conselho de Administração da Context-based 4 Casting (C-B4) LTD
2018-2022	Presidente do Conselho de Administração da MXTEL, SA
2018-2022	Presidente do Conselho de Administração da NXTEL, SA
2018-2022	Presidente do Conselho de Administração da S21 SEC Information Security Labs, S.U.L.
2018-2022	Presidente do Conselho de Administração da S21 SEC Gestión, SA
2018-2022	Presidente do Conselho de Administração da S21SEC Portugal – Cyber Security Services, SA
2018-2022	Presidente do Conselho de Administração da Excellium Group, SA
2018-2022	Membro do Conselho de Administração da Excellium Services, SA
2018-2022	Presidente do Conselho de Administração da MAXIVE – Cybersecurity, SGPS, SA
2018-2024	Administrador da Praesidium Services Limited
2019-2023	Membro do Conselho de Administração da Daisy Intelligence Corporation
2019-2024	Observador do Conselho de Administração da Sixgill, LTD

2019-2025	Administrador da INOVRETAIL ESPAÑA, SL
2020-2022	Membro do Conselho de Administração da Sales Layer Tech, S.L.
2020-2023	Membro do Conselho de Administração da Reblaze Technologies, LTD
2016-2025	Presidente do Conselho de Administração da INOVRETAIL, SA
2017-2025	Administrador da OMETRIA, LTD
2018-2025	Administrador da Visenze, Pte Ltd
2018-2025	Administrador da NEXTAIL Labs Inc.
2020-2025	Observador do Conselho de Administração da Deepfence, Inc
2022-2025	Administrador da Hackuity, SAS
2022-2025	Administrador da Safebreach, LTD
2022-2025	Administrador da Bright Ventures Capital, SCR, SA
2022-2025	Administrador da Codacy, SA
2022-2025	Observador do Conselho de Administração da Iriusrisk, SL
2023-2025	Observador do Conselho de Administração da Vicarius LTD
2023-2025	Observador do Conselho de Administração da Sekoia.IO
2025-2025	Membro do Conselho de Administração da Associação Endeavor Portugal (Como representante da Bright Pixel Capital, SGPS, SA)

### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Desde 2015	Membro do Conselho de Administração da Bright Pixel Capital, SGPS, SA
Desde 2019	Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, SA
Desde 2021	Membro do Conselho de Administração da SPARKFOOD, SA
Desde 2025	Membro Suplente do Conselho de Administração da Flybird Holding Oy
Desde 2025	Membro do Conselho de Administração da Sonae Holdings, SA
Desde 2025	Membro do Conselho de Administração da Sonae Corporate, SA
Desde 2025	Membro do Conselho de Administração da MCRETAIL, SGPS, SA
Desde 2025	Membro do Conselho de Administração da Musti Group Plc
Desde 2025	Membro do Conselho de Administração da Sonae Electronics, SA
Desde 2025	Membro do Conselho de Administração da Fashion Division International Trade, SA

### Cargos exercidos noutras entidades

Nenhum





# Conselho Fiscal

## Qualificações profissionais e elementos curriculares

### Maria José Martins Lourenço da Fonseca

#### Ano de Nascimento

1957

#### Curriculum Académico

1984	Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto – Prémio Doutor António José Sarmento
1987	Pós-Graduação em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa
1992	Participação no Young Managers Programme no INSEAD – European Institute of Business Administration, Fontainebleau
2002	Mestre em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
2015	Doutorada em Ciências Empresariais, com especialização em Contabilidade e Controlo de Gestão, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto

#### Experiência Profissional

1984-1985	Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto – Microeconomia
1985-1990	Técnica na Assessoria de Estudos Económicos e Planeamento do BPI – Banco Português de Investimento, SA
1990-1992	Analista Sénior na área da Banca de Empresas do BPI – Banco Português de Investimento, SA
1991-1999	Assistente Convidada na Faculdade de Economia da Universidade do Porto – área da Contabilidade
1992-1996	Subdiretora no departamento de Banca de Empresas do BPI – Banco Português de Investimento, SA
1996-2006	Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) como formadora no Curso de Preparação para ROC
2002-2008	Colaboração com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC, atual OCC) na área da formação profissional
2008-2009	Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) na área da formação profissional
2015	Membro do Júri das Provas Oraís do Exame para Revisor Oficial de Contas (ROC)
2015-2018	Membro do Conselho Fiscal da Sonae - SGPS, SA
2015-2025	Colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), como formadora do Curso de Preparação para ROC
2017-2023	Diretora do Mestrado em Auditoria e Fiscalidade da Católica Porto Business School - Universidade Católica Portuguesa (UCP)

2017-2024	Presidente do Conselho Fiscal da AEGE - Associação para a Escola de Gestão Empresarial
-----------	--

#### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Desde 2016	Membro do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA
Desde 2018	Membro do Conselho Fiscal da MCRETAIL, SGPS, SA

#### Cargos exercidos noutras entidades

Desde 1996	Docente na Católica Porto Business School (Universidade Católica Portuguesa), na área da Contabilidade
Desde 2008	Consultoria no Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada (CEGEA) da Universidade Católica Portuguesa - CRP
Desde 2017	Membro do Conselho Fiscal da Ibersol, SGPS, SA
Desde 2018	Presidente do Conselho Fiscal da SDSR - Sports Division SR, SA
Desde 2024	Membro do Conselho de Supervisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC)

## Daniel Bessa Fernandes Coelho

### Ano de Nascimento

1948

### Curriculum Académico

1970 Licenciatura em Economia – Universidade do Porto  
1986 Doutoramento em Economia – Universidade Técnica de Lisboa

### Experiência Profissional

1970-2009 Docente na Universidade do Porto:  
1970-1999 Faculdade de Economia  
1988-2000 - ISEE (Instituto Superior de Estudos Empresariais)  
1989-2002 - Faculdade de Engenharia  
2000-2008 - EGP – Escola de Gestão do Porto (atualmente Porto Business School)  
2008-2009 - EGP – University of Porto Business School (atualmente Porto Business School)  
2009-2009 - Faculdade de Economia  
1978-1979 Presidente do Conselho Diretivo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto  
1983-2022 Economista em regime de profissão liberal  
1990-1995 Pró-Reitor para a Orientação da Gestão Financeira da Universidade do Porto  
1995-1996 Ministro da Economia do Governo da República Portuguesa  
1996-2000 Diretor Executivo da AURN – Associação das Universidades da Região Norte  
1996-2006 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Celulose Beira Industrial (Celbi), SA  
1997-1999 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da INPARSA – Indústrias e Participações, SGPS, SA  
1997-2007 Presidente do Conselho Fiscal da SPGM – Sociedade de Investimentos  
1997-2008 Membro do Conselho de Administração do Finibanco, SA  
1999-2002 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões  
1999-2006 Membro dos Conselhos Consultivos da Sonae – SGPS, SA e Sonae Indústria, SGPS, SA  
2000-2012 Presidente do Conselho Consultivo do IGCSS – Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social  
2001-2003 Membro do Conselho Consultivo de Indústrias de Condutores Elétricos e Telefónicos F. Cunha Barros, SA  
2001-2011 Membro do Conselho de Administração da Finibanco Holdings, SGPS, SA  
2003-2004 Encarregado de Missão do PRASD – Programa de Recuperação de Áreas e Setores Deprimidos do Ministério da Economia e Ministério da Segurança Social e do Trabalho do Governo Português  
2004-2013 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Efacec Capital, SGPS, SA  
2006-2019 Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A.  
2007-abril 2019 Presidente do Conselho Fiscal da Sonae – SGPS, SA  
2008-2024 Membro do Comité de Investimentos de PVCI – Portuguese Venture Capital Initiative  
2008-2025 Presidente do Conselho Fiscal de Bial – Portela e Companhia, SA

2009-2016 Diretor-Geral da COTEC Portugal, Associação Empresarial para a Inovação  
2011-2012 Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, SA  
2014-2017 Membro do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo  
2016-2019 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Amorim Turismo, SGPS, SA  
2016-2019 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Sociedade Figueira Praia, SA  
2017-2019 Membro Não-Executivo do Conselho de Administração da SFP OnLine, SA  
2017-2022 Presidente do Conselho Fiscal da GGND – Galp Gás Natural Distribuição, SA  
2018-2019 Presidente do Conselho Pedagógico da Mast3r Academia Efacec  
2019-2020 Vogal do Conselho Fiscal do Banco L. J. Carregosa, SA  
2020-2021 Presidente do Conselho Fiscal da RACE – Refrigeration & Air Conditioning Engineering, SA

### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

### Cargos exercidos noutras entidades

2003-2025 Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação Bial  
2010-2025 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Amkor Technology Portugal, SA  
2017-2025 Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Belmiro de Azevedo  
2019-2025 Membro do Conselho de Administração da SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, SA  
2021-2025 Presidente do Conselho Fiscal da Cerealís, SGPS, SA

## Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes

### Ano de Nascimento

1980

### Curriculum Académico

1998-2003	Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas - Universidade Católica Portuguesa do Porto
2007-2008	Frequência do Curso de Revisor Oficial de Contas - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
2008-2009	Pós-Graduação em Gestão e Direção de Serviços de Saúde - EGP – University of Porto Business School.
2010-2013	Mestranda no curso de Economia e Gestão de Serviços de Saúde - Faculdade de Economia do Porto
2020	Doutoranda no Doutoramento em Gestão - Faculdade de Economia do Porto

### Experiência Profissional

2002-2003	Técnica de Auditoria na sociedade de revisores Álvaro, Falcão e Associados, SROC
2003-2009	Técnica de Auditoria na PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., tendo colaborado na execução e controlo de vários trabalhos de auditoria a sistemas de controlo interno e procedimentos contabilísticos e de auditoria financeira em empresas de grupos nacionais e grupos estrangeiros; Formadora em diversas ações de formação a quadros superiores e responsáveis de áreas financeiras e fiscalidade, em matérias contabilísticas (SNC/IFRS) e de fiscalidade. Formadora certificada pelo IEFP.
2009-2016	Manager na área de “Assurance” na PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. Nesta função foi responsável pela gestão de projetos e de equipas em trabalhos de auditoria a sistemas de controlo interno e procedimentos contabilísticos e de auditoria financeira em empresas de grupos nacionais e grupos estrangeiros.
2017	Professora convidada na Católica Porto Business School na área de contabilidade e auditoria
2018	Colaboração como formadora no Curso de Preparação para ROC na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Portugal e Moçambique).
2018	Presidente do Conselho Fiscal da CCILC – Câmara de Comércio e Indústria Luso-Colombiana
2019-out.2025	Membro Suplente do Conselho Fiscal da SONAE - SGPS, SA
2021	Colaboração como formadora no Curso para Trainees e Seniores na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
2021	Membro do Conselho Fiscal da GMG – Grupo Manuel Gonçalves, SA
2024	Membro do Conselho Fiscal da CS Wind Portugal, SA
2025	Membro do Conselho Fiscal da Sportibérica – Sociedade de Artigos de Desporto, SA

### Cargos exercidos noutras Sociedades da Sonae

Nenhum

### Cargos exercidos noutras entidades

Desde 2016	Sócia na Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Carlos Aires, Amadeu Costa Lima & Associado – SROC
Desde dez.2025	Membro Suplente do Conselho Fiscal da SC – Sonae Capital Investments, SGPS, SA

## Demonstrações Financeiras

---

<b>3.1. Demonstrações financeiras consolidadas</b>	<b>143</b>
<b>3.2. Demonstrações financeiras separadas</b>	<b>243</b>
<b>3.3. Certificações legais e relatórios de auditoria</b>	<b>272</b>
<b>3.4. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>282</b>





**Thriving together,  
geramos  
resultados.**

## Demonstrações Financeiras

---

### 3.1. Demonstrações financeiras consolidadas

# 3.1.

## Demonstrações financeiras consolidadas

### DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2025	2024
Vendas	2.2.1	10.957.498	9.595.531
Prestações de serviços	2.2.1	402.574	351.537
Variação de valor das propriedades de investimento	3.11	(11.664)	8.443
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	3.6	2.952	20.079
Ganhos ou perdas em ativos registados ao justo valor através de resultados	3.4.3	(33.850)	(12.897)
Outros rendimentos	2.6	195.255	194.928
Custo das vendas	4.1	(7.765.335)	(6.827.894)
Variação da produção	4.1	(10.612)	4.263
Fornecimentos e serviços externos	2.4	(1.065.421)	(980.526)
Gastos com o pessoal	2.3.2	(1.514.295)	(1.340.890)
Outros gastos	2.5	(105.887)	(123.351)
Amortizações e depreciações	3.8, 3.9 e 3.10	(596.726)	(502.010)
Perdas por imparidade	3.12	(28.077)	(34.377)
Provisões	7	(1.454)	(4.152)
<b>Resultado líquido antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos</b>		<b>424.958</b>	<b>348.684</b>
Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas	3.2	117.354	162.040
Rendimentos e ganhos financeiros	6.7	23.691	111.802
Gastos e perdas financeiras	6.7	(209.540)	(292.727)
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>		<b>356.463</b>	<b>329.799</b>
Imposto sobre o rendimento	4.12.1	(56.604)	(43.774)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>299.859</b>	<b>286.025</b>
<b>Atribuível a acionistas da empresa-mãe</b>		<b>199.222</b>	<b>222.665</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>	<b>6.2</b>	<b>100.637</b>	<b>63.360</b>
<b>Resultados por ação</b>			
Básico	6.3	0,10254	0,11503
Diluído	6.3	0,10202	0,11404

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

### DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2025	2024
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>299.859</b>	<b>286.025</b>
Itens de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Variação nas reservas de conversão cambial		(2.120)	9.856
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	3.2	50.050	(48.215)
Reciclagem de valores de outro rendimento integral por alienação de participação		(4.793)	-
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa		(11.659)	(3.755)
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral		2.263	857
<b>Itens de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados</b>		<b>33.741</b>	<b>(41.257)</b>
Itens de outro rendimento integral que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	3.2	(898)	(1.562)
Variação no valor dos ativos financeiros a justo valor		410	(699)
<b>Itens de outro rendimento integral que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados</b>		<b>(488)</b>	<b>(2.261)</b>
<b>Total de outros rendimentos integrais consolidados do exercício</b>		<b>33.253</b>	<b>(43.518)</b>
<b>Total rendimento integral consolidado do exercício</b>		<b>333.112</b>	<b>242.507</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas da empresa-mãe		234.266	178.856
Interesses que não controlam		98.846	63.651

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.



## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Ativo</b>			
Ativos não correntes:			
Ativos fixos tangíveis	3.8	2.134.438	2.074.770
Ativos intangíveis	3.9	988.710	995.214
Ativos sob direito de uso	3.10	1.506.199	1.526.177
Propriedades de investimento	3.11	335.778	337.220
Goodwill	3.1	1.417.373	1.411.774
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	3.2	1.852.881	1.785.302
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3.4	250.673	229.795
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.4	1.585	8.709
Outros investimentos	3.5	15.988	17.332
Ativos por impostos diferidos	4.12.2	326.655	360.466
Outros ativos não correntes	4.5	50.401	52.895
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>8.880.681</b>	<b>8.799.654</b>
Ativos correntes:			
Inventários	4.1	1.345.907	1.243.966
Clientes	4.2	173.288	163.427
Outras dívidas de terceiros	4.3	188.662	288.196
Imposto sobre o rendimento	4.12.1	43.735	69.642
Outros impostos e contribuições	4.11	28.218	28.996
Outros ativos correntes	4.4	111.909	132.856
Outros investimentos	3.5	1.225	1.419
Caixa e equivalentes de caixa	6.6	585.369	599.909
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>2.478.313</b>	<b>2.528.411</b>
Ativos não correntes detidos para venda	3.7	-	6.500
<b>Total do ativo</b>		<b>11.358.994</b>	<b>11.334.565</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Capital próprio e passivo</b>			
Capital próprio:			
Capital social	6.1	2.000.000	2.000.000
Ações próprias	6.1	(61.882)	(67.652)
Reservas legais		323.532	318.889
Reservas e resultados transitados		725.740	589.658
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		199.222	222.665
<b>Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe</b>		<b>3.186.612</b>	<b>3.063.560</b>
<b>Interesses que não controlam</b>	<b>6.2</b>	<b>734.112</b>	<b>677.292</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>3.920.724</b>	<b>3.740.852</b>
Passivo			
Passivo não corrente:			
Empréstimos bancários	6.4	1.155.915	922.592
Empréstimos obrigacionistas	6.4	730.586	1.049.925
Outros empréstimos	6.4	2.017	2.924
Passivo de locação	3.10	1.514.494	1.517.584
Outros passivos não correntes	4.7	167.367	178.732
Passivos por impostos diferidos	4.12.2	552.377	565.833
Provisões	7	31.306	33.660
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>4.154.062</b>	<b>4.271.250</b>
Passivo corrente:			
Empréstimos bancários	6.4	123.965	169.553
Empréstimos obrigacionistas	6.4	29.982	22.866
Outros empréstimos	6.4	15.733	5.199
Passivo de locação	3.10	222.430	235.042
Fornecedores	4.8	1.929.055	1.911.092
Outras dívidas a terceiros	4.10	292.401	325.866
Imposto sobre o rendimento	4.12.1	35.539	25.694
Outros impostos e contribuições	4.11	153.633	162.952
Outros passivos correntes	4.9	476.091	458.661
Provisões	7	5.379	5.538
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>3.284.208</b>	<b>3.322.463</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>7.438.270</b>	<b>7.593.713</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>11.358.994</b>	<b>11.334.565</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.



## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em milhares de euros)

Notas	Capital social	Ações próprias	Reservas legais	Reservas e Resultados Transitados						Resultado líquido do exercício	Total	Interesses que não controlam (Nota 6.2)	Total do capital próprio
				Reservas de conversão cambial	Reservas de justo valor	Reservas de cobertura	Outras reservas e resultados transitados *	Total de reservas e resultados transitados	Atribuível aos acionistas da empresa-mãe				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.000.000</b>	<b>(75.407)</b>	<b>305.958</b>	<b>12.027</b>	<b>(7.058)</b>	<b>(4.704)</b>	<b>436.849</b>	<b>437.116</b>	<b>357.062</b>	<b>3.024.729</b>	<b>437.050</b>	<b>3.461.779</b>	
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	9.613	(1.548)	(2.777)	(49.097)	(43.809)	222.665	178.856	63.651	242.507	
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2023:													
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	12.931	-	-	-	344.131	344.131	(357.062)	-	-	-	
Dividendos distribuídos	6.2	-	-	-	-	-	(109.300)	(109.300)	-	(109.300)	(51.489)	(160.790)	
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores	-	-	7.755	-	-	-	(2.029)	(2.029)	-	5.726	(521)	5.205	
Variação de percentagem em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	(37.130)	(37.130)	-	(37.130)	6.620	(30.510)	
Aquisição de subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	220.122	220.122	
Entradas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.858	1.858	
Outros	-	-	-	-	-	-	680	680	-	680	-	680	
<b>Saldo em 31 de dezembro 2024</b>	<b>2.000.000</b>	<b>(67.652)</b>	<b>318.889</b>	<b>21.640</b>	<b>(8.606)</b>	<b>(7.481)</b>	<b>584.103</b>	<b>589.658</b>	<b>222.665</b>	<b>3.063.560</b>	<b>677.292</b>	<b>3.740.852</b>	
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(12.516)	875	(6.123)	52.808	35.044	199.222	234.266	98.846	333.112	
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2024:													
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	4.643	-	-	-	218.022	218.022	(222.665)	-	-	-	
Dividendos distribuídos	6.2	-	-	-	-	-	(115.149)	(115.149)	-	(115.149)	(50.972)	(166.121)	
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores	-	-	5.770	-	-	-	1.291	1.291	-	7.061	97	7.158	
Variação de percentagem em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	(2.399)	(2.399)	-	(2.399)	3.152	753	
Aquisição de subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.110	1.110	
Entradas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.599	4.599	
Outros	-	-	-	-	-	-	(727)	(727)	-	(727)	(12)	(739)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.000.000</b>	<b>(61.882)</b>	<b>323.532</b>	<b>9.124</b>	<b>(7.731)</b>	<b>(13.604)</b>	<b>737.949</b>	<b>725.740</b>	<b>199.222</b>	<b>3.186.612</b>	<b>734.112</b>	<b>3.920.724</b>	

\* Em "Outras reservas e resultados transitados" está incluída uma reserva indisponível relativa às ações próprias no valor de 61.882 milhares de euros (Nota 6.1).

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2025	2024
<b>Atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		11.418.830	9.960.005
Pagamentos a fornecedores		(8.712.991)	(7.756.576)
Pagamentos ao pessoal		(1.479.537)	(1.313.464)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>1.226.302</b>	<b>889.965</b>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(25.314)	(65.476)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(107.975)	86.645
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>1.093.013</b>	<b>911.134</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	3.3	73.990	120.280
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		17.776	20.446
Juros e rendimentos similares		11.549	15.035
Empréstimos concedidos		49.599	-
Dividendos	3.2.3	117.757	116.032
Outros		9.807	6.002
		<b>280.478</b>	<b>277.795</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	3.3	(177.525)	(1.065.380)
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(436.458)	(423.971)
Empréstimos concedidos		(52.809)	(4.500)
Outros		(250)	(17.266)
		<b>(667.042)</b>	<b>(1.511.117)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(386.564)</b>	<b>(1.233.322)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	6.5	6.693.758	4.187.639
Aumento de capital relativo a interesses que não controlam		3.695	19.794
Outros		-	27.011
		<b>6.697.453</b>	<b>4.234.443</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Contratos de locação	6.5	(340.855)	(283.395)
Empréstimos obtidos	6.5	(6.819.770)	(3.470.293)
Juros e gastos similares		(91.543)	(103.845)
Reduções de capital e prestações suplementares relativo a associadas		-	(5.570)
Dividendos	6	(166.121)	(160.685)
Outros		-	(2.044)
		<b>(7.418.289)</b>	<b>(4.025.830)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(720.836)</b>	<b>208.613</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>(14.387)</b>	<b>(113.575)</b>
Efeito das diferenças de câmbio		(143)	410
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	6.6	596.139	709.304
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	6.6	581.609	596.139

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

## SONAE, SGPS, S.A.

### Anexo às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

#### 1. Nota Introdutória

##### 1.1. Apresentação do Grupo

A SONAE, SGPS, S.A. tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, 4470-909 Maia, Portugal, Apartado 1011, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado no Anexo I como Grupo Sonae ("Sonae"). Os negócios da Sonae e as áreas de atuação encontram-se indicados na Nota 2.2.

As ações representativas do capital da Sonae, SGPS, S.A. encontram-se cotadas na bolsa de valores Euronext – Lisboa. A 31 de dezembro de 2025 a Sonae, SGPS, S.A. é detida direta e maioritariamente pela Pareuro BV e Efanor Investimentos SGPS, S.E. sendo esta última a empresa controladora final.

Todos os montantes explicitados neste anexo são apresentados em milhares de euros, arredondados à unidade mais próxima, salvo se expressamente referido em contrário.

A Sonae tem no seu portefólio 6 segmentos operacionais:

- MC é o líder indiscutível no mercado português de retalho alimentar e opera também em negócios complementares à atividade de retalho, bem como na área de retalho de saúde e beleza em Portugal e Espanha;
- Worten é líder de retalho omnicanal de produtos e serviços, com foco em eletrodomésticos e eletrónica de consumo;
- Musti é líder no retalho de produtos e prestação de serviços para animais de estimação nos países nórdicos;
- Sierra é o operador totalmente integrado no setor imobiliário;
- Bright Pixel é um investidor ativo e especializado com foco em tecnologia de retalho, infraestruturas digitais e cibersegurança; e
- NOS é o operador convergente líder no mercado português de telecomunicações.

A Sonae SGPS, S.A. desenvolve a sua atividade em Portugal, mas as áreas de negócio do Grupo operam a nível internacional.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do Grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pelos órgãos de gestão do Grupo e sobre os quais estes tomam decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 8).

##### 1.2. Factos relevantes ocorridos no exercício

###### Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. e Zippy – Comércio e Distribuição, S.A.

Em 24 de julho de 2025, a Sonae SGPS, S.A. através da sua subsidiária Fashion Division, S.A. concluiu a venda da Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. ("MO"), e da Zippy – Comércio e Distribuição, S.A., incluindo as suas subsidiárias ("Zippy"), ao consórcio composto por Francisco Pimentel, CEO da MO, e pelo Fundo Mercúrio – Fundo de Capital de Risco Fechado, um fundo de *private equity* gerido pela Oxy Capital.

A MO é um retalhista de vestuário, calçado e acessórios para toda a família, com uma presença significativa em todo o território português, enquanto a Zippy é especialista em vestuário, calçado e acessórios para bebés e crianças, operando tanto através de lojas próprias como de acordos de franchising, contando com uma presença internacional relevante.

###### Parque Dom Pedro Shopping

A 30 de dezembro de 2025, a Sonae SGPS, S.A., através da sua subsidiária Sonae Sierra, SGPS, S.A. ("Sonae Sierra"), acordou a venda da totalidade da sua participação de 25,86% do Parque Dom Pedro Shopping ("PDP Shopping"), um centro comercial localizado em Campinas, São Paulo, Brasil, a dois fundos de investimento imobiliário brasileiros (Hedge Shopping Parque Dom Pedro Fundo de Investimento Imobiliário e Fundo de Investimento Imobiliário – FII Parque Dom Pedro Shopping Center).

O PDP Shopping foi desenvolvido pela Sonae Sierra e inaugurado em 2002. É atualmente controlado e gerido pela ALLOS, o operador líder de centros comerciais no Brasil, da qual a Sierra integra o grupo de acionistas de referência.

### 1.3. Perímetro de consolidação

As empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Sonae a 31 de dezembro de 2025 estão listadas no Anexo I do presente relatório.

#### Princípio de consolidação

##### a) Investimentos financeiros em empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica “Interesses que não controlam”.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os ativos e passivos de cada subsidiária são mensurados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é

reconhecido como goodwill (Nota 3.1). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses que não controlam, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses que não controlam.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no capital próprio, em outros instrumentos de capital próprio.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

##### b) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros (a moeda de apresentação do Grupo) utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, é registada no capital próprio na rubrica de “Reserva de conversão” incluída na rubrica “Outras reservas e resultados transitados”.

O goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das demonstrações financeiras das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Coroa Norueguesa	0,08444	0,08533	0,08478	0,08599
Coroa Sueca	0,09241	0,09040	0,08727	0,08746
Dirham Marroquino	0,09335	0,09481	0,09507	0,09299
Dólar Americano	0,85106	0,88662	0,96254	0,92446
Leu Romeno	0,19614	0,19837	0,20104	0,20102
Libra Inglesa	1,14600	1,16755	1,20601	1,18147
Peso Colombiano	0,00023	0,00022	0,00022	0,00023
Peso Mexicano	0,04735	0,04615	0,04640	0,05072
Real Brasileiro	0,15537	0,15851	0,15563	0,17220

### Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 5.2).

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (“controlo de facto”).

A decisão de que uma entidade tem de ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Tendo em consideração a percentagem de detenção, direta e indiretamente imputável à Sonae, foi analisado à luz do descrito na IFRS 10, se a Sonae poderia exercer o controlo sobre a NOS. Desta análise, concluiu-se que a Sonae não controla a referida sociedade, na medida em que não detém a maioria do capital social e dos direitos de voto da NOS e, que não é claro que i) seja possível à Sonae tomar decisões por si só e ii) que seja improvável a existência de uma maioria contrária às suas intenções. Face ao exposto, e tendo a Sonae a possibilidade de participar nos processos de decisão da NOS, estamos perante uma situação de influência significativa, sendo o respetivo investimento classificado como “Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas”, e registado nas contas consolidadas da Sonae pelo método de equivalência patrimonial.

A Druni desde 2024 é uma parceria 50-50 entre a MC e os acionistas fundadores da Druni. A Druni encontra-se integralmente consolidada pela MC e pela Sonae, em consequência dos direitos contemplados no acordo de acionistas.

### 1.3.1. Aquisições de subsidiárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

O detalhe das aquisições de subsidiárias pode ser analisado como se segue:

FIRMA	Sede social	Percentagem de capital detido	
		À data de aquisição	
		Direto	Total
<b>Sierra</b>			
Quinta da Foz – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Development Properties Nun'Alvares, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Sierra Germany Real Estate Management GmbH	Alemanha	100,00%	100,00%
Living Markets I, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Prime Student Living Holding, S.L.	Espanha	74,23%	74,23%
Colbrand Las Tablas, S.L.	Espanha	74,23%	74,23%

O efeito das aquisições ocorridas em 2025 foi como segue:

	Quinta da Foz <sup>a)</sup>	Sierra Germany Real Estate Management GmbH	Outros	Total
<b>Ativos líquidos adquiridos:</b>				
Ativos fixos tangíveis (Nota 3.8)	-	518	147	665
Ativos sob direito de uso (Nota 3.10)	-	-	758	758
Inventários	47.529	-	-	47.529
Clientes e outros devedores	-	23.554	9	23.563
Outros ativos	-	2.162	152	2.314
Caixa e equivalentes de caixa	31	11.700	29	11.760
Empréstimos	(22.457)	-	-	(22.457)
Passivos de locação	-	-	(790)	(790)
Passivos por impostos diferidos (Nota 4.12.2)	(2.221)	-	-	(2.221)
Outras contas a pagar e outros passivos	(177)	(20.439)	(543)	(21.159)
<b>Total de ativos líquidos adquiridos</b>	<b>22.706</b>	<b>17.495</b>	<b>(238)</b>	<b>39.963</b>
<b>Proporcional de ativos líquidos adquiridos</b>	<b>22.706</b>	<b>17.495</b>	<b>(238)</b>	<b>39.963</b>
Investimento em empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 3.2.3)	10.909	-	(119)	10.790
Provisões	-	-	(262)	(262)
Valor de aquisição	13.642	30.097	-	43.739
<b>Goodwill</b>				
Reconhecido como ativo (Nota 3.1)	1.845	12.602	-	14.447
Reconhecido como rendimento	-	-	(143)	(143)
Valores a liquidar em exercícios futuros	5.932	-	-	5.932
<b>Pagamentos de investimentos financeiros (Nota 3.3)</b>	<b>7.710</b>	<b>30.097</b>	<b>-</b>	<b>37.807</b>

a) Montantes correspondentes às contas consolidadas da Quinta da Foz, S.A. que detém 100% da Develop. Propert. Nun'Alvares, S.A..

### Sierra

Em setembro de 2025, o Grupo adquiriu os restantes 50% da participação na Quinta da Foz – Empreendimentos Imobiliários, S.A. por 13,6 milhões de euros. Como resultado, a empresa e a sua subsidiária Development Properties Nun'Alvares, S.A. passaram a ser subsidiárias e o montante de 10,9 milhões de euros foi transferido das participações em entidades conjuntamente controladas.

Em outubro de 2025, a Sierra Services Holland B.V. adquiriu 100% da participação na Sierra Germany Real Estate Management GmbH por 30,1 milhões de euros. Esta transação gerou um goodwill 12,6 milhões de euros.

Em outubro de 2025, o Grupo, adquiriu a participação de 50% na Living Markets I, S.A. por 1 euro. Esta transação gerou um goodwill de 119 milhares de euros totalmente compensado pela reversão de uma provisão previamente criada de 262 milhares de euros.

### 1.3.2. Principais alienações de subsidiárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O detalhe das alienações de subsidiárias pode ser analisado como se segue:

Firma	Sede social	À data de alienação	
		Direto	Total
<b>Sierra</b>			
La Galleria S.r.l	Itália	80,00%	80,00%
Sierra Argali Holding GP B.V. (a)	Países Baixos	100,00%	100,00%
<b>Outros</b>			
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Zippy – Comércio e Distribuição, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Comercial Losan, S.L.U.	Espanha	100,00%	100,00%
Losan Colombia, S.A.	Colômbia	100,00%	100,00%
Usebti Textile México S.A. de C.V.	México	100,00%	100,00%

a) A Sierra vendeu 50% da sua participação na Sierra Argali Holding GP BV, passando a ser uma entidade conjuntamente controlada;

### Sierra

Em fevereiro de 2025, o Grupo através da sua subsidiária Sierra Developments Holding B.V. alienou a sua participação de 80% na La Galleria S.r.l. à REI S.r.l. por 1 euro e os suprimentos concedidos por 1 euro. Esta transação gerou uma perda de 764 mil euros que foi totalmente compensada pelo uso de uma provisão previamente criada.

Em dezembro de 2025, o Grupo alienou 50% da participação que detinha da Sierra Argali Holding GP, B.V. por 9 mil euros, reconhecendo um ganho da alienação no montante de 13 mil euros.

## Outros

Em 24 de julho, a Sonae SGPS, S.A. através da sua subsidiária Fashion Division, S.A. concluiu a venda da Modalfa – Comércio e Serviços, S.A, da Zippy – Comércio e Distribuição, S.A. incluindo as suas subsidiárias Comercial Losan, S.L.U., Losan Colombia, S.A. e Usebti Textile México S.A. de C.V., ao consórcio composto por Francisco Pimentel , CEO da MO, e pelo Fundo Mercúrio – Fundo de Capital de Risco Fechado, um fundo de *private equity* gerido pela Oxy Capital. A alienação destas participações teve um impacto negativo de 19,8 milhões de euros na linha de “Ganhos ou perdas relativos a investimentos”.

O efeito das alienações ocorridas em 2025 foi como segue:

	Sierra	Outros	Total
<b>Ativos líquidos alienados:</b>			
Ativos fixos tangíveis (Nota 3.8)	1.396	11.263	12.659
Ativos intangíveis (Nota 3.9)	-	4.275	4.275
Ativos sob direito de uso (Nota 3.10)	-	10.211	10.211
Ativos por impostos diferidos (Nota 4.12.2)	-	8.305	8.305
Inventários	-	39.004	39.004
Clientes e outros devedores	78	36.046	36.124
Outros ativos	679	4.166	4.845
Caixa e equivalentes de caixa	941	11.644	12.584
Passivos de locação	-	(16.686)	(16.686)
Empréstimos	(6.149)	-	(6.149)
Passivos por impostos diferidos (Nota 4.12.2)	-	(5.188)	(5.188)
Fornecedores	(312)	(30.758)	(31.070)
Outras contas a pagar	(55)	(16.363)	(16.418)
Outros passivos	(1.659)	(21.641)	(23.300)
	<b>(5.081)</b>	<b>34.276</b>	<b>29.194</b>
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 3.2.3)	4	-	4
Interesses que não controlam	1.015	-	1.015
Empréstimos e suprimentos alienados	4.823	-	4.823
<b>Valor provisório de alienação</b>	<b>9</b>	<b>20.000</b>	<b>20.009</b>
Ajustamento de Net working capital e outros ajustamentos	-	(5.515)	(5.515)
<b>Ganhos ou perdas relativos a investimentos (Nota 3.6)</b>	<b>(751)</b>	<b>(19.791)</b>	<b>(20.542)</b>

## 1.4. Eventos subsequentes

### Refinanciamento de operações “ESG-Linked”

A Sonae em fevereiro de 2026, acordou um conjunto de operações de refinanciamento indexadas ao desempenho do Grupo em indicadores ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) num montante global superior a 500 milhões de euros, enquadradas no “Sustainability-Linked Financing Framework”.

## 1.5. Bases de preparação

### Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2026. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

### Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2025. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data da publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e iii) propriedades de investimento mensuradas a justo valor.

## 1.6. Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foi aprovada (“endorsed”) pela União Europeia a seguinte norma contabilística que entrou em vigor durante o exercício de 2025:

Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2025	Data de eficácia (exercício iniciado em ou após)
<b>IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade</b>	<b>1-jan-25</b>
Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e, quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, desempenho financeiro e posição patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	

A norma foi aplicada pela primeira vez pelo Grupo em 2025. O Grupo efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação da referida norma não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2026, endossadas pela UE	Data de eficácia (exercício iniciado em ou após)
<b>IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros</b>	<b>1-jan-26</b>
Introdução de uma nova exceção à definição de data de desreconhecimento quando a liquidação de passivos financeiros é efetuada através de um sistema de pagamento eletrónico. Orientação adicional para avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são apenas pagamentos de capital e juros. Exigência de novas divulgações para determinados instrumentos com termos contratuais que possam alterar os fluxos de caixa. Novas divulgações sobre os ganhos ou perdas de justo valor reconhecidos no capital próprio em relação a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral.	
<b>IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza</b>	<b>1-jan-26</b>
Referente à contabilização dos contratos de aquisição de energia relativos a eletricidade dependente da natureza, no que diz respeito: i) à clarificação da aplicação dos requisitos de “uso próprio”; ii) à permissão de aplicar a contabilidade de cobertura caso os contratos de aquisição de eletricidade sejam designados como instrumentos de cobertura; e iii) à introdução de novos requisitos de divulgação sobre os impactos destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	
<b>Melhorias anuais – volume 11</b>	<b>1-jan-26</b>
Clarificações ao texto de várias normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	
<b>IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras</b>	<b>1-jan-27</b>
Requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, com enfoque na demonstração dos resultados, através da especificação de uma estrutura modelo, com a categorização dos gastos e rendimentos em: i) operacionais, ii) investimento e iii) financiamento, e a introdução de novos subtópicos relevantes, considerando a existência de atividades empresariais específicas. Requisitos de divulgação de medidas de desempenho da gestão e orientação adicional sobre a aplicação dos princípios de agregação e desagregação da informação financeira.	

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Exceto quanto à alteração na IFRS18, cujos impactos da adoção se encontram a ser analisados, não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2027, ainda não endossadas pela EU	Data de eficácia (exercício iniciado em ou após)
<b>IAS 21 – Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária</b>	<b>1-jan-27</b>
Procedimentos de conversão cambial, para o período corrente e para o comparativo, da informação financeira para a moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária, quando a moeda funcional da entidade ou de uma operação estrangeira seja a moeda de uma economia não hiperinflacionária.	
<b>IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações</b>	<b>1-jan-27</b>
Norma que apenas trata de divulgações, com requisitos de divulgação reduzidos, que é aplicada em conjunto com outras normas contabilísticas IFRS para requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Só pode ser adotada por subsidiárias “Elegíveis” que não estejam sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira e tenham uma empresa-mãe que prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que estejam em conformidade com as IFRS.	
<b>IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações</b>	<b>1-jan-27</b>
Alteração que define a redução dos requisitos de divulgações de novas normas e alterações às normas publicadas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, aplicáveis às entidades abrangidas pela IFRS 19.	

Estas normas não foram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.



## 1.7. Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

### 1.7.1. Os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Prazos de locação dos ativos sob direito de uso (Nota 3.10);
- b) Registo de provisões e análise de passivos contingentes (Nota 7);
- c) Classificação dos investimentos do portefólio de capital de risco (Nota 3.4);
- d) Entidades incluídas no perímetro de consolidação (Anexo I);
- e) Apresentação de financiamentos concedidos a entidades participadas como empréstimos concedidos ou parte do investimento (Nota 4.3 e 4.5);
- f) Avaliação da aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais;
- g) Avaliação dos ativos financeiros e passivos de contratos de seguros ao abrigo da IFRS 17; e
- h) Identificação de ativos e passivos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais (Nota 1.3).

### 1.7.2. As estimativas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Análises de imparidade de goodwill, dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas e de outros ativos fixos tangíveis, intangíveis e direitos de uso (Nota 3.1, 3.2, 3.8, 3.9 e 3.10).

A avaliação da imparidade do goodwill, investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas e de outros ativos tangíveis, intangíveis e direitos de uso envolve julgamentos e estimativas significativas por parte da Administração, nomeadamente na projeção dos fluxos de caixa dos ativos incluídos nos planos de negócios, taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto dos referidos fluxos de caixa.

- b) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados (Notas 5.1 e 5.2);
- c) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Nota 4.12.2);
- d) Imparidade de ativos financeiros (Nota 3.12);
- e) Imposto sobre os lucros das várias geografias do Grupo (Nota 4.12);
- f) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ou resultados (Nota 3.4);
- g) Justo valor das propriedades de investimento (Notas 3.11); e
- h) Determinação do justo valor de ativos e passivos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais (Nota 1.3).

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 - "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

Os restantes julgamentos e estimativas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

## 2. Atividade operacional

### 2.1. Apresentação da informação de gestão consolidada

Ao nível do Relatório de Gestão e para efeitos de determinação de indicadores financeiros como EBIT, EBITDA e EBITDA subjacente, a demonstração dos resultados consolidada está dividida entre componentes de Resultado Direto e componentes de Resultado Indireto.

Os Resultados Indiretos incluem os resultados da Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento de subsidiárias e a quota parte de associadas e empreendimentos conjuntos; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, *joint ventures* ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo *goodwill*) e (iv) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no *goodwill*, (iii) *goodwill* negativo (líquido de impostos) relativo a aquisições do período, (iv) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-*core*, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (v) resultados de avaliações com base na metodologia “mark-to-market” de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e de outros rendimentos subjacentes (incluindo dividendos) e (vi) outros temas não relevantes.

O valor de EBITDA, EBITDA subjacente e EBIT são calculados apenas na componente de resultado direto, ou seja, excluindo os contributos indiretos.



Apresenta-se de seguida a reconciliação dos dois formatos de apresentação, para a demonstração consolidada dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	2025				2024			
	Consolidado	Resultado indireto <sup>(e)</sup>	Não recorrentes e outros ajustamentos	Resultado direto <sup>(d)</sup>	Consolidado	Resultado indireto <sup>(e)</sup>	Não recorrentes e outros ajustamentos	Resultado direto <sup>(d)</sup>
Volume de negócios	11.360.072	-	-	11.360.072	9.947.068	-	-	9.947.068
Variação de valor das propriedades de investimento	(11.664)	(11.664)	-	-	8.443	8.443	-	-
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	2.952	18.089	(5.855)	(9.282)	20.079	1.375	17.882	822
Ganhos e perdas em ativos registados ao justo valor através de resultados	(33.850)	(32.466)	-	(1.385)	(12.897)	(7.425)	(5.473)	-
Outros rendimentos	195.255	167	-	195.088	194.928	-	510	194.418
<b>Total de rendimentos</b>	<b>11.512.765</b>	<b>(25.874)</b>	<b>(5.855)</b>	<b>11.544.493</b>	<b>10.157.621</b>	<b>2.393</b>	<b>12.919</b>	<b>10.142.308</b>
<b>Total de gastos</b>	<b>(10.460.334)</b>	<b>(133)</b>	<b>(37.888)</b>	<b>(10.422.313)</b>	<b>(9.270.211)</b>	<b>(556)</b>	<b>(34.922)</b>	<b>(9.234.733)</b>
Amortizações e depreciações	(596.726)	-	-	(596.726)	(502.010)	-	-	(502.010)
Ganhos e perdas em ativos tangíveis e intangíveis	(1.216)	-	-	(1.216)	1.849	-	-	1.849
Provisões para extensões de garantia	(437)	(437)	-	-	(396)	(396)	-	-
Imparidades de ativos	(35.017)	(12.000)	-	(23.017)	(49.005)	(19.799)	-	(29.206)
Reversão de provisões e perdas por imparidade	6.940	-	-	6.940	15.819	-	-	15.819
Reversão de provisões para extensões de garantia	570	570	-	-	477	477	-	-
Outras provisões e perdas por imparidade	(1.585)	(460)	-	(1.125)	(5.461)	(346)	-	(5.115)
<b>Resultados antes de resultados financeiros, resultados de empreendimentos conjuntos e associadas e resultados não recorrentes</b>	<b>424.959</b>	<b>(38.334)</b>	<b>(43.743)</b>	<b>507.035</b>	<b>348.684</b>	<b>(18.226)</b>	<b>(22.003)</b>	<b>388.912</b>
Resultados não recorrentes	-	-	56.307	(56.307)	-	-	20.911	(20.911)
Resultados financeiros	(185.849)	-	-	(185.849)	(180.925)	-	-	(180.925)
Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas	117.354	27.264	(60.775)	150.864	162.040	13.177	1.092	147.771
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>356.463</b>	<b>(11.070)</b>	<b>(48.211)</b>	<b>415.742</b>	<b>329.799</b>	<b>(5.050)</b>	<b>-</b>	<b>334.847</b>
Impostos sobre o rendimento	(56.604)	6.272	-	(62.876)	(43.774)	5.885	-	(49.660)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>299.859</b>	<b>(4.798)</b>	<b>(48.211)</b>	<b>352.868</b>	<b>286.025</b>	<b>835</b>	<b>-</b>	<b>285.187</b>
<b>Atribuível aos acionistas</b>	<b>199.222</b>	<b>(2.117)</b>	<b>(48.211)</b>	<b>249.551</b>	<b>222.665</b>	<b>437</b>	<b>-</b>	<b>222.228</b>
Reciclagem de reservas de conversão <sup>(f)</sup>	48.211	-	48.211	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas excluindo reciclagem de reservas de conversão</b>	<b>247.433</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Interesses que não controlam	100.637	(2.681)	-	103.317	63.360	398	-	62.962
<b>EBITDA subjacente <sup>(b)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.122.180</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>907.574</b>
<b>EBITDA <sup>(a)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.216.737</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.034.435</b>
<b>EBIT <sup>(c)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>601.593</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>515.774</b>

(a) EBITDA = EBITDA subjacente + resultados pelo método de equivalência patrimonial + itens não recorrentes;

(b) EBITDA subjacente = EBITDA recorrente dos negócios que consolidam pelo método de consolidação integral – resultados indiretos;

(c) EBIT = Resultado direto antes de impostos - resultado financeiro;

(d) Resultado direto = Resultado do período antes de interesses que não controlam, excluindo contributos para os resultados indiretos;

(e) Resultado indireto = Inclui resultados da Sierra, líquidos de impostos, relativos a: i) avaliação de propriedades de investimento de subsidiárias e a quota parte de associadas e empreendimentos conjuntos; ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, joint ventures ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo *goodwill*) e (iv) provisões para ativos em risco. Adicionalmente e no que se refere ao portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no *goodwill*, (iii) *goodwill* negativo (líquido de impostos) relativo a aquisições do período, (iv) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros não-core, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (v) resultados de avaliações com base na metodologia "mark-to-market" de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e de outros rendimentos subjacentes (incluindo dividendos) e (vi) outros temas não relevantes;

(f) Reciclagem das reservas de conversão cambial relacionadas com a venda do Parque D. Pedro no Brasil – reconhecimento em resultados dos efeitos cambiais acumulados previamente registados em capital próprio.

Os resultados indiretos podem ser analisados como segue:

Resultado indireto	2025	2024
Resultado indireto da Sierra	41.479	51.496
Imparidades em ativos	(12.000)	(34.803)
Resultado dos fundos e dos ativos financeiros ao justo valor	(35.158)	(15.297)
Outros	881	(561)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.798)</b>	<b>835</b>

O EBITDA subjacente Direto e os resultados não recorrentes podem ser analisados como segue:

EBITDA subjacente direto	2025	2024
EBITDA direto	1.216.737	1.034.435
Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas	(150.864)	(147.771)
Resultados não recorrentes		
Mais/menos valias na alienação da MO & ZY (Nota 1.3.2)	19.791	-
Earn out Druni	13.460	-
Outros ganhos e perdas considerados não recorrentes	23.056	20.911
	<b>56.307</b>	<b>20.911</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.122.180</b>	<b>907.574</b>

## 2.2. Informação por segmentos

### Políticas contabilísticas

#### Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente do Grupo:

- que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes do Grupo);
- cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pelas decisões operacionais para efeitos da tomada de decisões sobre a alocação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

#### Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do rédito, a Sonae avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma continua ao longo do período contratual definido.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 3 anos, pelo segmento Worten, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da demonstração da posição financeira consolidada “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 4.7 e 4.9).

As prestações de serviços incluem os rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, que são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o Grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento MC, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica “Outras dívidas a terceiros” (Nota 4.10).

A Sonae tem no seu portefólio 6 segmentos operacionais tal como definido na Nota 1.

## Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do Grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pelos órgãos de gestão do Grupo e sobre os quais estes tomam decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o *threshold* quantitativo (conforme previsto na IFRS 8).

A NOS é considerada como segmento autónomo, apesar de ser uma associada, pelo facto de i) existir informação financeira separada que é monitorizada pela gestão, ii) desempenhar uma atividade distinta das outras atividades do Grupo e iii) ter impacto significativo no ativo e em resultados do Grupo.

A lista das empresas do Grupo e respetivos negócios estão detalhados no Anexo I.

### 2.2.1. Informação financeira por segmentos operacionais

A principal informação relativa aos segmentos operacionais existentes em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

2025	Volume de negócios	Amortizações e depreciações <sup>(6)</sup>	Provisões e perdas por imparidade direto <sup>(3)</sup>	EBIT direto <sup>(3)</sup>	Resultados financeiros <sup>(2)</sup>	Imposto sobre o rendimento direto <sup>(3)</sup>
MC	8.868.094	(434.552)	(16.195)	504.104	(128.372)	(76.885)
Worten	1.500.320	(77.378)	(1.492)	(13.008)	-	-
Musti	508.855	(48.048)	(20)	795	(9.978)	(577)
Sierra	151.210	(4.011)	(1.308)	85.301	(5.267)	(4.504)
NOS	-	-	-	92.201	-	-
Bright Pixel	1.533	(1.149)	150	(11.382)	(328)	2.744
Outros, eliminações e ajustamentos <sup>(1)</sup>	330.060	(31.588)	447	(56.418)	(41.904)	16.346
<b>Total consolidado - direto</b>	<b>11.360.072</b>	<b>(596.726)</b>	<b>(18.418)</b>	<b>601.593</b>	<b>(185.849)</b>	<b>(62.876)</b>

2024	Volume de negócios	Amortizações e depreciações <sup>(6)</sup>	Provisões e perdas por imparidade direto <sup>(3)</sup>	EBIT direto <sup>(6)</sup>	Resultados financeiros <sup>(6)</sup>	Imposto sobre o rendimento direto <sup>(3)</sup>
MC	7.619.262	(357.279)	(15.403)	388.585	(118.659)	(67.501)
Worten	1.396.267	(52.590)	(42)	5.978	-	-
Musti <sup>(6)</sup>	373.155	(41.008)	(5)	7.244	(5.672)	95
Sierra	135.957	(4.265)	(3.036)	94.385	(11.921)	560
NOS	-	-	-	99.545	-	-
Bright Pixel	2.089	(978)	71	(11.684)	1.391	8.993
Outros, eliminações e ajustamentos <sup>(1)</sup>	420.338	(45.890)	1.762	(68.279)	(46.064)	8.193
<b>Total consolidado - direto</b>	<b>9.947.068</b>	<b>(502.010)</b>	<b>(16.652)</b>	<b>515.774</b>	<b>(180.925)</b>	<b>(49.660)</b>

	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Investimento (CAPEX)	Capital investido	Dívida líquida total <sup>(2) (4)</sup>	Investimento (CAPEX)	Capital investido	Dívida líquida total <sup>(2) (4)</sup>
MC	337.556	3.274.302	2.152.560	597.132	3.267.099	2.246.539
Worten	53.121	(50.571)	-	62.733	(37.432)	-
Musti	37.480	919.852	207.205	34.749	914.676	187.520
Sierra	88.371	1.224.813	82.233	32.789	1.127.343	55.848
NOS	-	837.692	-	-	823.251	-
Bright Pixel	68.346	311.033	(19.754)	26.090	308.725	(22.316)
Outros, eliminações e ajustamentos <sup>(1)</sup>	27.591	610.569	784.721	835.024	661.434	856.654
<b>Total consolidado</b>	<b>612.465</b>	<b>7.127.690</b>	<b>3.206.965</b>	<b>1.588.517</b>	<b>7.065.096</b>	<b>3.324.245</b>

1) Inclui as contas individuais da Sonae;

2) Estas rubricas são acompanhadas pela Gestão de uma forma mais agregada, não são alocadas a cada um dos segmentos identificados acima;

3) Informação apresentada na Nota 2.1;

4) Inclui passivos de locação; e

5) Inclui os contributos para o consolidado a partir da data em que a Sonae assumiu o controlo da subsidiária.

A rubrica de “Outros, eliminações e ajustamentos” pode ser analisada como segue:

	Volume de Negócios		EBIT	
	2025	2024	2025	2024
Intragrupos intersegmentos	(71.480)	(84.390)	(16.317)	(10.439)
Contributos das empresas não incluídas nos segmentos	401.539	504.728	(40.101)	(57.840)
<b>Outros, eliminações e ajustamentos</b>	<b>330.060</b>	<b>420.338</b>	<b>(56.418)</b>	<b>(68.279)</b>

	Investimento		Capital Investido	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Intragrupos intersegmentos e contributos das empresas não individualizados como segmentos	7.909	52.112	610.569	661.434
Aquisição ações da Musti	-	658.782	-	-
Aquisição de investimentos no negócio da Sparkfood	19.683	124.130	-	-
	<b>27.591</b>	<b>835.024</b>	<b>610.569</b>	<b>661.434</b>



Os intra-grupos do volume de negócios podem ser analisados como segue:

Volume de negócios	2025	2024
MC	(44.017)	(52.570)
Worten	(4.010)	(4.152)
Bright Pixel	(1.263)	(1.931)
Outros, eliminações e ajustamentos	(22.190)	(25.737)
<b>Total consolidado</b>	<b>(71.480)</b>	<b>(84.390)</b>

Todas as medidas de performance (APM's) estão reconciliadas para as demonstrações financeiras na Nota 2.1.

Glossário:

Capital Investido Líquido = Dívida líquida + Capital próprio;

Dívida líquida Total = Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos - caixa - depósitos bancários - investimentos correntes - outras aplicações de longo prazo + passivo de locação;

Outros, eliminações e ajustamentos = Intra-grupos + ajustamentos de consolidação + contributos das empresas não incluídas nos segmentos divulgados por não se enquadrarem em nenhum segmento relatável, ou seja, estão incluídos para além da Sonae SGPS as empresas identificadas como "Outras" no Anexo I;

Investimento (CAPEX) = Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis, direitos de uso e investimentos em aquisições.

Os ativos não correntes e as vendas e prestações de serviços por mercado geográfico podem ser detalhados como segue:

Mercados de destino	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços por mercado de destino
Portugal	5.426.272	9.128.477	5.212.280	8.289.194
Países Nórdicos	976.260	470.720	963.508	370.210
Espanha	924.558	1.479.260	903.550	1.023.616
Países Baixos	557.054	5.061	634.157	17.912
Roménia	235.756	23.915	274.607	30.526
França	211.917	42.408	206.511	61.806
Itália	115.477	44.254	111.340	49.057
Inglaterra	12.582	19.708	15.022	21.557
Resto do Mundo	419.805	147.269	478.679	83.190
	<b>8.880.681</b>	<b>11.360.072</b>	<b>8.799.654</b>	<b>9.947.068</b>

## 2.2.2. Informação financeira da NOS

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS a 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser resumidas como se segue.

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Ativos</b>		
Ativos fixos tangíveis	1.105.268	1.092.809
Ativos intangíveis	1.223.739	1.145.612
Ativos sob direito de uso	345.001	306.631
Ativos por impostos diferidos	73.050	66.255
Outros ativos não correntes	233.631	213.770
<b>Ativo não corrente</b>	<b>2.980.689</b>	<b>2.825.077</b>
Clientes	388.839	363.157
Caixa e equivalentes a caixa	14.489	9.084
Outros ativos correntes	164.397	162.469
<b>Ativo corrente</b>	<b>567.725</b>	<b>534.710</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.548.414</b>	<b>3.359.787</b>
<b>Passivos</b>		
Empréstimos obtidos	1.357.611	1.306.276
Provisões	94.512	83.867
Outros passivos não correntes	86.737	90.223
<b>Passivos não correntes</b>	<b>1.538.860</b>	<b>1.480.366</b>
Empréstimos obtidos	317.541	241.954
Fornecedores	203.374	190.158
Outros passivos correntes	364.107	360.331
<b>Total do passivo corrente</b>	<b>885.022</b>	<b>792.443</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2.423.882</b>	<b>2.272.809</b>
Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	1.117.108	1.079.581
Capital próprio atribuível aos interesses que não controlam	7.424	7.397
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.124.532</b>	<b>1.086.978</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>3.548.414</b>	<b>3.359.787</b>

	2025	2024
Receitas totais	1.823.162	1.696.263
Gastos diretos e fornecimentos e serviços externos	(564.321)	(541.599)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade	(505.774)	(498.842)
Outros gastos	(451.990)	(276.367)
<b>Resultado líquido antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empresas participadas e impostos</b>	<b>301.077</b>	<b>379.456</b>
Ganhos/ (perdas) em empresas participadas	20.089	8.258
Resultados financeiros	(65.328)	(72.181)
Imposto sobre o rendimento	(9.937)	(42.458)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>245.901</b>	<b>273.074</b>
Atribuível a:		
Acionistas da empresa mãe	245.875	272.259
Interesses que não controlam	26	815

### 2.2.3. Rendimentos de locação

#### Políticas contabilísticas

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nas locações em que a Sonae age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

Nas locações operacionais em que a Sonae age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 ascenderam a 55.159 milhares de euros e 45.976 milhares de euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Sonae tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) se vencem como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Vencíveis em:</b>		
N+1 renovável automaticamente	1.865	2.389
N+1	42.195	41.563
N+2	38.067	33.336
N+3	33.398	23.674
N+4	27.576	17.811
N+5	23.330	11.121
Após N+5	185.368	40.475
	<b>351.799</b>	<b>170.369</b>

## 2.3. Pessoal

### 2.3.1. Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

#### Políticas contabilísticas

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

Quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, o valor dessa responsabilidade é determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada a crédito da rubrica de “Outras reservas”, no capital próprio, por contrapartida de “Gastos com o pessoal”.

Quando a liquidação é efetuada em numerário, o valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em abril de cada ano) e posteriormente atualizado, no final de cada período de reporte, em função do número de ações ou opções sobre ações atribuídas e do justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em “Gastos com pessoal” e “Outros passivos”, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

A Sonae concedeu em 2025 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade, a colaboradores da Sonae prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição, ou de opções de compra de ações, a exercer ao valor de cotação da data de atribuição, três anos após essa data. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano.

A 31 de dezembro de 2025, todos os planos de ações Sonae estão contabilizados, na demonstração da posição financeira, em “Outras reservas” por contrapartida de “Gastos com o pessoal” pelo justo valor das ações determinado na data de atribuição do plano de 2025, 2024 e 2023 para os planos atribuídos até essa alteração. Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo dos exercícios que medeiam a atribuição e o exercício das mesmas.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o número total das ações atribuídas, decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

Ano de atribuição	Sonae SGPS		Cotação na data de atribuição	Número de ações	
	Ano de vencimento	Número de participantes		2025	2024
2022	2025	56	0,935	-	5 544
2023	2026	68	0,904	4 257	5 837
2024	2027	78	0,914	5 634	7 563
2025	2028	91	1,612	6 497	-
				<b>16 388</b>	<b>18 943</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o justo valor total das ações atribuídas decorrentes destes planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

Ano de atribuição	Ano de vencimento	Justo Valor*	
		31 dez 2025	31 dez 2024
2022	2025	-	4 736
2023	2026	6 482	3 226
2024	2027	5 550	1 920
2025	2028	2 909	-
<b>Total</b>		<b>14 941</b>	<b>9 882</b>

\* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2025 e de 2024, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	2025	2024
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	6 071	6 117
Registado em exercícios anteriores	9 805	9 192
	<b>15 876</b>	<b>15 309</b>
Valor registado em Outras reservas	15 876	15 309
	<b>15 876</b>	<b>15 309</b>

### 2.3.2. Gastos com o pessoal

#### Políticas contabilísticas

Os gastos com pessoal, nomeadamente renumerações, contribuições para a segurança social, seguros, entre outros, são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados, independentemente da data do seu pagamento.

A repartição dos gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

	2025	2024
Remunerações	1.163.721	1.042.500
Encargos sobre remunerações	230.777	204.888
Seguros	19.440	19.066
Gastos com ação social	7.733	6.580
Outros gastos com pessoal	92.624	67.856
	<b>1.514.295</b>	<b>1.340.890</b>

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, encontra-se divulgada na Nota 8.



## 2.4. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

	2025	2024
Trabalhos especializados	196.215	194.806
Publicidade e propaganda	148.689	142.775
Transportes de mercadorias	118.428	97.648
Eletricidade e combustíveis	107.001	95.226
Rendas e alugueres	71.245	64.011
Conservação e reparação	53.964	49.993
Limpeza, higiene e conforto	53.931	48.364
Custos com terminais pagamento automático	32.878	28.707
Vigilância e segurança	32.275	29.334
Deslocações, estadas e transportes	24.856	23.140
Comissões	21.532	21.996
Subcontratos	17.261	18.215
Entregas ao domicílio	16.116	15.228
Materiais de consumo	14.537	15.887
Comunicação	14.039	14.180
Seguros	12.724	11.480
Outros	129.730	109.536
	<b>1.065.421</b>	<b>980.526</b>

O montante incluído em rendas e alugueres é relativo a rendas variáveis de contratos de locação.

## 2.5. Outros gastos

A repartição dos outros gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

	2025	2024
Donativos	33.289	32.657
Impostos indiretos e taxas	14.228	16.829
Cartão Galp/Continente	14.442	16.574
Perdas na alienação e abates de ativos	9.441	7.709
Imposto municipal sobre imóveis	5.037	4.840
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4.791	18.597
Contratos de derivados associados a atividades comerciais	2.920	4.123
Quotizações	1.373	1.559
Outros gastos	20.366	20.462
	<b>105.887</b>	<b>123.351</b>

## 2.6. Outros rendimentos

A repartição dos outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

	2025	2024
Proveitos suplementares	79.316	73.878
Trabalhos para a própria empresa (Notas 3.8 e 3.9)	42.749	40.592
Descontos de pronto pagamento obtidos	30.951	29.799
Ganhos na alienação de ativos	9.406	10.181
Subsídios	4.767	4.227
Diferenças de câmbio favoráveis	4.269	18.180
Ganhos com instrumentos financeiros derivados operacionais	2.196	3.231
Restituição de impostos	1.875	1.162
Outros	19.726	13.678
	<b>195.255</b>	<b>194.928</b>

### 3. Investimentos

Este capítulo tem como objetivo a divulgação da informação relativa aos investimentos não correntes.

#### 3.1. Goodwill

##### Políticas contabilísticas

As diferenças entre o preço de aquisição das subsidiárias da Sonae acrescido do valor dos interesses que não controlam do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas, são registadas na rubrica “Goodwill”. As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses que não controlam e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A análise das perdas por imparidade é efetuada em função da avaliação do valor contabilístico da unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual o goodwill foi imputado, o qual é comparado com o seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o justo valor menos os custos estimados de venda e o valor de uso da UGC. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do goodwill apuradas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Perdas por imparidade”.

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o goodwill, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

As perdas por imparidade relativas ao goodwill reconhecido com a aquisição de negócios de subsidiárias não podem ser revertidas.

O goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

O valor de goodwill é alocado a cada um dos segmentos operacionais, e dentro destes, a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, como segue:

- MC e Worten - O valor do goodwill é alocado a cada um dos segmentos operacionais, e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento repartido por país, e por loja no caso do segmento MC;
- Sierra - O valor do goodwill deste segmento é alocado essencialmente à operação de “property management”;
- Musti – O valor do goodwill deste segmento é relativo ao setor de retalho de produtos para animais de estimação;
- Bright Pixel - O valor de goodwill deste segmento é relativo ao negócio de Tecnologias de Retalho.

## Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados, na sua maioria, recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, efetuados numa base anual.

Os pressupostos fundamentais utilizados nos referidos planos de negócio estão explicitados abaixo para cada um dos negócios da Sonae.

### MC, Worten e Outros

Para efeito dos segmentos MC, Worten e Outros, em Portugal, recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos *cash-flows*, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das unidades geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital, taxa composta de crescimento de vendas e com uma taxa de crescimento dos *cash-flows* na perpetuidade:

31 dez 2025				
	Base da quantia recuperável	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
MC	Valor de uso	7,3%	<= 2%	2% a 6,9%
Worten	Valor de uso	11%	1,0%	1,41% a 15,9%
Outros	Valor de uso	7,8% a 10,7%	0,01 % a 2%	6,2% a 11,9%

31 dez 2024				
	Base da quantia recuperável	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
MC	Valor de uso	8%	<= 2%	0% a 6,7%
Worten	Valor de uso	11,0%	1,0%	1,8% a 21,7%
Outros	Valor de uso	8,5% a 9,5%	0,01 % a 2%	3,8% a 20%

Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, fazendo variar a taxa composta de crescimento vendas em 1 p.p. ou a margem EBITDA em 0,5 p.p. na MC e na Worten, não conduzia a variações significativas dos valores de recuperação.

Na análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, ao segmento de Outros, fazendo variar a taxa de desconto ou a taxa de crescimento na perpetuidade em 1 p.p., conduziria a um acréscimo de imparidade em resultado de 12,9 milhões de euros e 5,3 milhões de euros, respetivamente. Caso a margem EBITDA varie 0,5 p.p. negativamente, conduziria a um acréscimo de imparidade em resultado de 1,8 milhões de euros.

### Musti

Para o segmento Musti, o valor recuperável é determinado com base no justo valor das respetivas unidades geradoras de caixa, apurado através de projeções de fluxos de caixa assentes em orçamentos e estimativas financeiras aprovados pela administração, cobrindo um período de cinco anos. As projeções de fluxos de caixa têm por base o desempenho histórico do Grupo e as melhores estimativas da administração relativamente às vendas futuras, evolução dos custos, condições gerais de mercado e taxas de imposto aplicáveis.

Para efeitos de realização dos testes de imparidade, a administração monitoriza o goodwill ao nível da Finlândia, Suécia, Noruega, Báltico e Portugal, que são considerados como unidades geradoras de caixa (UGC). A definição do nível das UGC reflete a forma como a administração acompanha e gere a atividade operacional.

31 dez 2025				
	Base da quantia recuperável	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
Musti	Justo valor	8,4% a 10%	3,0%	6,7% a 20,7%

Da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, fazendo variar a taxa composta de crescimento vendas em 1 p.p. ou a margem EBITDA em 0,5 p.p. na Musti, não conduzia a variações significativas dos valores de recuperação.

### Sierra

Para efeito do teste de imparidade efetuado ao goodwill a Sierra utiliza o *Net Asset Value* (“NAV”) à data de relato, das participações detidas suportado nas avaliações das propriedades de investimento tal como descrito na Nota 3.11. Ao nível do goodwill relativo a serviços, a Sierra considera a média dos fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, multiplicando por múltiplos de mercado para atividades análogas.

## Bright Pixel

Para este efeito o segmento Bright Pixel utiliza planos de negócios preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos (Retalho).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os pressupostos utilizados têm por base os vários negócios deste segmento e os crescimentos das várias áreas geográficas onde ele opera:

31 dez 2025				
	Base da quantia recuperável	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa de crescimento média de vendas
Tecnologias				
Retalho	Valor de uso	9,50%	3%	25,00%

31 dez 2024				
	Base da quantia recuperável	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas
Tecnologias				
Retalho	Valor de uso	10,00%	3%	28,80%

Da análise de sensibilidade efetuada, fazendo variar o custo médio ponderado de capital em 0,5 p.p. e 0,5 p.p. na taxa de crescimento na perpetuidade no setor de Tecnologias, não conduzia a variações significantes dos valores de recuperação.

## Detalhe do Goodwill

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Goodwill” tinha a seguinte composição por segmento e país:

31 dez 2025							
	Portugal	Espanha	Reino Unido	França	Países Nórdicos	Outros países	Total
MC	482.591	91.031	-	-	-	-	573.622
Worten	78.185	-	-	-	-	-	78.185
Musti	1.189	-	-	-	612.731	14.487	628.407
Sierra	20.005	-	-	-	-	12.602	32.607
Bright Pixel	1.318	-	-	-	-	-	1.318
Outros	-	-	15.355	64.856	-	23.023	103.234
	<b>583.288</b>	<b>91.031</b>	<b>15.355</b>	<b>64.856</b>	<b>612.731</b>	<b>50.112</b>	<b>1.417.373</b>

31 dez 2024							
	Portugal	Espanha	Reino Unido	França	Países Nórdicos	Outros países	Total
MC	483.784	87.681	-	-	-	-	571.465
Worten	78.185	-	-	-	-	-	78.185
Musti	-	-	-	-	609.878	14.588	624.466
Sierra	18.160	-	-	-	-	-	18.160
Bright Pixel	1.318	-	-	-	-	-	1.318
Outros	-	-	29.049	64.856	-	24.275	118.180
	<b>581.447</b>	<b>87.681</b>	<b>29.049</b>	<b>64.856</b>	<b>609.878</b>	<b>38.863</b>	<b>1.411.774</b>

Durante o exercício de 2025, decorrente das aquisições da Sierra, o grupo reconheceu um goodwill de 14,4 milhões de euros. A Musti adquiriu 5 lojas na Suécia, gerando um goodwill de 2,6 milhões de euros.

Durante o exercício de 2024, decorrente das aquisições de participações da Musti, Druni, SparkBCF e Pet City, o Grupo reconheceu um aumento de goodwill de 755.813 milhares de euros. Adicionalmente, desde a data de aquisição e até 31 de dezembro de 2024, a Musti adquiriu três lojas na Suécia por um montante de 2,4 milhões de euros, gerando um goodwill de 2,1 milhares de euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Valor Bruto:</b>		
Saldo inicial	1.500.858	737.738
Aquisição de subsidiárias (Nota 1.3.1)	14.447	755.813
Alienação de subsidiárias	(8.477)	-
Transferência para associadas	(1.252)	-
Outras variações	5.892	4.529
Variação cambial	(1.485)	2.778
<b>Saldo final</b>	<b>1.509.984</b>	<b>1.500.858</b>
<b>Perdas por imparidade acumuladas:</b>		
Saldo inicial	89.084	80.356
Alienação de subsidiárias	(8.477)	-
Aumentos (Nota 3.12)	12.004	8.728
<b>Saldo final</b>	<b>92.610</b>	<b>89.084</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>1.417.373</b>	<b>1.411.774</b>

A análise de imparidade efetuada em 2025, a revisão das projeções e os testes de imparidade conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de 12 milhões de euros relativo ao segmento Outros (8,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024).

## 3.2. Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas

### Políticas contabilísticas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm de ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjunta. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não detinha operações conjuntas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

A existência de influência significativa é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- transações materiais entre o investidor e a investida;
- intercâmbio de pessoal de gestão; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto nos casos em que os investimentos são detidos por uma organização de capital de risco ou equivalente, em que o Grupo tenha optado, no reconhecimento inicial, por mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9 (Nota 3.4).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos

empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos. As variações patrimoniais, excluindo o custo relativo a planos de ações próprias da NOS, são registadas na rubrica de “Outras Reservas e Resultados Transitados”.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empreendimentos conjuntos e associadas. Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica “Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae nas referidas entidades, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Caso a participação financeira num empreendimento conjunto ou numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados no Anexo I.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Nas situações de investimentos em associadas que são organizações de capital de risco, a IAS 28 contém opção de manter esses investimentos por elas detidos mensurados pelo justo valor. O Grupo fez essa opção, na aplicação do método de equivalência patrimonial nos Fundos Armilar.

Relativamente às participações financeiras detidas nos Fundos de Capital de Risco Armilar II, Armilar III e Armilar I+I, estas referem-se a entidades de investimento que mensuram os seus portefólios ao justo valor. Os portefólios detidos por estas entidades estão classificados na correspondente hierarquia de justo valor definida no IFRS 13 – Justo Valor, conforme a tabela abaixo:

Hierarquia de justo valor	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Armilar II	Armilar III	Armilar I+I	Armilar II	Armilar III	Armilar I+I
Nível 3	115.075	46.041	59.169	147.984	49.538	61.023

### 3.2.1. Decomposição do valor contabilístico de Investimentos em empreendimentos conjunto e associadas

O valor das participações em empreendimentos conjuntos e associadas pode ser analisado como segue:

Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	31 dez 2025	31 dez 2024
Investimentos em empreendimentos conjuntos (Nota 3.2.2.1)	232.619	213.175
Investimentos em associadas (Nota 3.2.2.2)	1.620.262	1.572.127
<b>Total</b>	<b>1.852.881</b>	<b>1.785.302</b>

O detalhe dos investimentos em empreendimentos conjuntos é como segue:

FIRMA	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>MC</b>		
Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	3.928	3.754
	<b>3.928</b>	<b>3.754</b>
<b>Sierra</b>		
Arrábidasshopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	43.381	41.292
BrightCity, S.A.	1.840	1.768
CC Fórum Barreiro - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	6.569	1.859
Gaiashopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	50.229	45.109
Living Carvalhido, S.A.	2.860	2.835
Madeirashopping - Centro Comercial, S.A.	24.845	23.467
Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial, S.A.	22.163	20.100
1) Quinta da Foz - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	10.909
SC Aegean B.V.	3.447	2.804
Smartsecrets, Lda.	7.631	7.060
Visionarea - Promoção Imobiliária, S.A.	9.945	4.951
Outros	8.439	2.806
	<b>181.349</b>	<b>164.963</b>
<b>Outros</b>		
Universo IME	46.710	43.808
Unipress - Centro Gráfico, Lda.	578	625
Outros	54	25
	<b>47.342</b>	<b>44.458</b>
<b>Investimentos em empreendimentos conjuntos</b>	<b>232.619</b>	<b>213.175</b>

- 1) Em setembro de 2025, o Grupo adquiriu a participação remanescente da Quinta da Foz e suas subsidiárias, passando a controlar as entidades. A partir de setembro estas imobiliárias passam a ser incluídas pelo método de consolidação integral (Nota 1.3.1).

O detalhe dos investimentos em associadas é como segue:

FIRMA	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>MC</b>		
Inscó Insular de Hipermercados, S.A.	4.980	4.954
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	463	980
Sportessence - Sport Retail, S.A.	290	292
	<b>5.733</b>	<b>6.226</b>
<b>Sierra</b>		
3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	14.207	13.061
ALLOS, S.A.	124.644	124.835
Area Sur Shopping, S.L.	11.312	9.384
Atrium Bire, SIGI, S.A.	4.349	4.338
CTT Imo Yield - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	5.572	4.738
Iberia Shop.C. Venture Coöperatief U.A. ("Iberia Coop")	15.829	15.027
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	5.877	5.952
Olimpo Retail Estate SOCIMI, S.A. ("ORG")	6.842	7.124
Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, BV ("Sierra BV")	327.339	283.650
Sierra Portugal Real Estate ("SPF")	21.608	19.707
Torre Norte, S.A.	16.285	17.360
Trivium Real Estate Socimi, S.A.	26.051	25.606
Via Catarina - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	8.801	7.563
Outros	94.683	111.525
	<b>683.400</b>	<b>649.870</b>
<b>Bright Pixel</b>		
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II (Armlar II)	36.729	46.686
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III (Armlar III)	17.060	17.432
Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização (AVP IH)	14.762	14.953
	<b>68.551</b>	<b>79.071</b>
<b>Outros</b>		
BLUU GmbH	4.271	4.511
NOS SGPS, S.A.	837.692	823.251
Verley SAS	6.028	3.788
Outros	14.586	5.410
	<b>862.578</b>	<b>836.960</b>
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>1.620.262</b>	<b>1.572.127</b>

### 3.2.2. Informação financeira resumida das participações financeiras

#### 3.2.2.1 Empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos do Grupo pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2025			
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	Universo, IME	Outros
<b>Ativo</b>				
Propriedades de investimento	539.522	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	-	11.599	454	228
Ativos intangíveis	-	18	12.591	15
Ativos sob direito de uso	-	3.030	1.293	42
Ativos por impostos diferidos	29	105	8.584	3
Outros ativos não correntes	3.145	-	47	1
<b>Ativo não corrente</b>	<b>542.696</b>	<b>14.751</b>	<b>22.968</b>	<b>289</b>
Inventários	51.526	4.087	-	157
Clientes	-	72.219	461.467	526
Caixa e equivalentes a caixa	44.941	1.746	2.538	714
Outros ativos correntes	34.447	1.238	9.738	28
<b>Ativo corrente</b>	<b>130.914</b>	<b>79.289</b>	<b>473.744</b>	<b>1.425</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>673.610</b>	<b>94.040</b>	<b>496.712</b>	<b>1.714</b>

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2025			
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	Universo, IME	Outros
<b>Passivo</b>				
Empréstimos obtidos	199.562	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	16.159	-	-	-
Outros passivos não correntes	5.182	1.693	868	32
<b>Passivos não correntes</b>	<b>220.903</b>	<b>1.693</b>	<b>868</b>	<b>32</b>
Empréstimos obtidos	28.191	-	389.337	-
Fornecedores	-	80.039	4.800	269
Outros passivos correntes	61.830	5.198	20.248	386
<b>Passivos correntes</b>	<b>90.021</b>	<b>85.237</b>	<b>414.385</b>	<b>656</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>310.924</b>	<b>86.930</b>	<b>415.253</b>	<b>688</b>
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	362.686	7.110	81.459	1.026
<b>Total do capital próprio</b>	<b>362.686</b>	<b>7.110</b>	<b>81.459</b>	<b>1.026</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>673.610</b>	<b>94.040</b>	<b>496.712</b>	<b>1.714</b>



Empreendimentos conjuntos	31 dez 2024			
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	Universo, IME	Outros
<b>Ativos</b>				
Propriedades de investimento	481.451	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	-	13.777	147	266
Ativos intangíveis	-	18	12.241	26
Ativos sob direito de uso	-	4.184	881	73
Ativos por impostos diferidos	311	92	10.049	3
Outros ativos não correntes	4.337	-	47	23
<b>Ativo não corrente</b>	<b>486.099</b>	<b>18.072</b>	<b>23.366</b>	<b>391</b>
Inventários	81.736	4.109	-	135
Clientes	-	57.161	417.985	660
Caixa e equivalentes a caixa	47.277	295	2.302	957
Outros ativos correntes	25.024	1.235	8.984	75
<b>Ativo corrente</b>	<b>154.037</b>	<b>62.799</b>	<b>429.271</b>	<b>1.827</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>640.136</b>	<b>80.871</b>	<b>452.637</b>	<b>2.218</b>

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2024			
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	Universo, IME	Outros
<b>Passivos</b>				
Empréstimos obtidos	190.071	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	17.136	-	-	-
Outros passivos não correntes	17.218	3.107	863	373
<b>Passivos não correntes</b>	<b>224.425</b>	<b>3.107</b>	<b>863</b>	<b>373</b>
Empréstimos obtidos	1.762	-	350.051	-
Fornecedores	-	64.003	6.838	349
Outros passivos correntes	84.033	6.998	19.230	454
<b>Passivos correntes</b>	<b>85.795</b>	<b>71.002</b>	<b>376.119</b>	<b>803</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>310.220</b>	<b>74.108</b>	<b>376.982</b>	<b>1.176</b>
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	329.916	6.762	75.655	1.042
<b>Total do capital próprio</b>	<b>329.916</b>	<b>6.762</b>	<b>75.655</b>	<b>1.042</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>640.136</b>	<b>80.871</b>	<b>452.637</b>	<b>2.218</b>

Empreendimentos conjuntos	2025			
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	Universo, IME	Outros
Volume de negócios	90.607	508.001	37.231	2.573
Variação do JV das propriedades de investimento	19.880	-	-	-
Outros rendimentos	3.711	897	7.945	108
<b>Receitas totais</b>	<b>114.198</b>	<b>508.898</b>	<b>45.176</b>	<b>2.681</b>
Custo das vendas	-	(471.446)	-	(422)
Fornecimentos e serviços externos	(43.163)	(13.928)	(43.658)	(1.192)
Amortizações e depreciações	(266)	(5.195)	(3.022)	(104)
Gastos com pessoal	-	(14.432)	(10.619)	(967)
Outros gastos	(9.975)	(97)	(19.235)	(7)
<b>Gastos e perdas</b>	<b>(53.404)</b>	<b>(505.098)</b>	<b>(76.533)</b>	<b>(2.692)</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(10.268)</b>	<b>(1.561)</b>	<b>38.708</b>	<b>4</b>
Imposto sobre o rendimento	(3.413)	(291)	(1.548)	(26)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>47.113</b>	<b>1.948</b>	<b>5.803</b>	<b>(33)</b>

Empreendimentos conjuntos	2024			
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	Universo, IME	Outros
Volume de negócios	81.951	436.337	33.752	3.586
Variação do JV das propriedades de investimento	6.929	-	-	-
Outros rendimentos	990	903	717	47
<b>Receitas totais</b>	<b>89.870</b>	<b>437.240</b>	<b>34.469</b>	<b>3.633</b>
Custo das vendas	-	(399.650)	-	(520)
Fornecimentos e serviços externos	(37.494)	(15.083)	(39.763)	(1.472)
Amortizações e depreciações	(320)	(5.661)	(1.886)	(102)
Gastos com pessoal	-	(12.752)	(9.875)	(1.712)
Outros gastos	(9.267)	(160)	(23.682)	(80)
<b>Gastos e perdas</b>	<b>(47.081)</b>	<b>(433.306)</b>	<b>(75.206)</b>	<b>(3.886)</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(11.914)</b>	<b>(2.016)</b>	<b>27.354</b>	<b>8</b>
Imposto sobre o rendimento	(2.200)	(233)	1.727	(13)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>28.675</b>	<b>1.684</b>	<b>(11.656)</b>	<b>(258)</b>





Em 31 de dezembro de 2025, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos da Sierra pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2025				
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)				
	Investimento		"Developments"	Serviços	Total
	Empresas detidas pela Sierra BV	Outros			
<b>Ativos</b>					
Propriedades de investimento	432.985	91.984	14.553	-	539.522
Ativos por impostos diferidos	33	25	-	(29)	29
Outros ativos não correntes	35	32	107	2.971	3.145
<b>Ativo não corrente</b>	<b>433.053</b>	<b>92.041</b>	<b>14.660</b>	<b>2.942</b>	<b>542.696</b>
Inventários	-	-	51.491	35	51.526
Caixa e equivalentes a caixa	37.793	3.394	1.079	2.675	44.941
Outros ativos correntes	5.631	10.927	263	17.626	34.447
<b>Ativo corrente</b>	<b>43.424</b>	<b>14.321</b>	<b>52.833</b>	<b>20.336</b>	<b>130.914</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>476.477</b>	<b>106.362</b>	<b>67.493</b>	<b>23.278</b>	<b>673.610</b>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos obtidos	131.232	40.141	28.189	-	199.562
Passivos por impostos diferidos	15.094	1.065	-	-	16.159
Outros passivos não correntes	2.435	1.367	1.168	212	5.182
<b>Passivos não correntes</b>	<b>148.761</b>	<b>42.573</b>	<b>29.357</b>	<b>212</b>	<b>220.903</b>
Empréstimos obtidos	28.310	(52)	(67)	-	28.191
Outros passivos correntes	18.169	24.637	3.676	15.348	61.830
<b>Passivos correntes</b>	<b>46.479</b>	<b>24.585</b>	<b>3.609</b>	<b>15.348</b>	<b>90.021</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>195.240</b>	<b>67.158</b>	<b>32.966</b>	<b>15.560</b>	<b>310.924</b>
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	281.237	39.204	34.527	7.718	362.686
<b>Total do capital próprio</b>	<b>281.237</b>	<b>39.204</b>	<b>34.527</b>	<b>7.718</b>	<b>362.686</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>	<b>476.477</b>	<b>106.362</b>	<b>67.493</b>	<b>23.278</b>	<b>673.610</b>

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2024				
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)				
	Investimento		"Developments"	Serviços	Total
	Empresas detidas pela Sierra BV	Outros			
<b>Ativos</b>					
Propriedades de investimento	408.381	62.265	10.805	-	481.451
Ativos por impostos diferidos	46	14	-	251	311
Outros ativos não correntes	114	2.879	138	1.206	4.337
<b>Ativo não corrente</b>	<b>408.541</b>	<b>65.158</b>	<b>10.943</b>	<b>1.457</b>	<b>486.099</b>
Inventários	-	44.025	37.269	442	81.736
Caixa e equivalentes a caixa	33.735	3.354	640	9.548	47.277
Outros ativos correntes	4.327	6.952	65	13.680	25.024
<b>Ativo corrente</b>	<b>38.062</b>	<b>54.331</b>	<b>37.974</b>	<b>23.670</b>	<b>154.037</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>446.603</b>	<b>119.489</b>	<b>48.916</b>	<b>25.127</b>	<b>640.136</b>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos obtidos	154.033	36.038	-	-	190.071
Passivos por impostos diferidos	14.706	2.430	-	-	17.136
Outros passivos não correntes	2.270	12.846	1.195	907	17.218
<b>Passivos não correntes</b>	<b>171.009</b>	<b>51.314</b>	<b>1.195</b>	<b>907</b>	<b>224.425</b>
Empréstimos obtidos	776	986	-	-	1.762
Outros passivos correntes	14.884	29.181	23.165	16.803	84.033
<b>Passivos correntes</b>	<b>15.660</b>	<b>30.167</b>	<b>23.165</b>	<b>16.803</b>	<b>85.795</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>186.668</b>	<b>81.482</b>	<b>24.360</b>	<b>17.710</b>	<b>310.220</b>
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	259.934	38.008	24.557	7.417	329.916
<b>Total do capital próprio</b>	<b>259.934</b>	<b>38.008</b>	<b>24.557</b>	<b>7.417</b>	<b>329.916</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>	<b>446.602</b>	<b>119.490</b>	<b>48.917</b>	<b>25.127</b>	<b>640.136</b>

Empreendimentos conjuntos	2025				
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)				
	Investimento		"Developments"	Serviços	Total
Empresas detidas pela Sierra BV	Outros				
Volume de negócios	55.482	6.899	-	28.226	90.607
Variação de valor das propriedades de investimento	10.207	9.673	-	-	19.880
Outros rendimentos	1	349	2.344	1.017	3.711
<b>Receitas totais</b>	<b>65.690</b>	<b>16.921</b>	<b>2.344</b>	<b>29.243</b>	<b>114.198</b>
Fornecimentos e serviços externos	(22.005)	(5.481)	(60)	(15.617)	(43.163)
Amortizações e depreciações	-	(71)	-	(195)	(266)
Outros gastos	(952)	798	(8)	(9.813)	(9.975)
<b>Gastos e perdas</b>	<b>(22.957)</b>	<b>(4.754)</b>	<b>(68)</b>	<b>(25.625)</b>	<b>(53.404)</b>
Resultados financeiros	(7.125)	(3.009)	7	(141)	(10.268)
Imposto sobre o rendimento	(1.781)	(796)	-	(836)	(3.413)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>33.827</b>	<b>8.362</b>	<b>2.283</b>	<b>2.641</b>	<b>47.113</b>

Empreendimentos conjuntos	2024				
	Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)				
	Investimento		"Developments"	Serviços	Total
Empresas detidas pela Sierra BV	Outros				
Volume de negócios	52.675	8.240	-	21.036	81.951
Variação de valor das propriedades de investimento	6.290	639	-	-	6.929
Outros rendimentos	1	419	2	568	990
<b>Receitas totais</b>	<b>58.966</b>	<b>9.298</b>	<b>2</b>	<b>21.604</b>	<b>89.870</b>
Fornecimentos e serviços externos	(21.350)	(6.781)	(54)	(9.309)	(37.494)
Amortizações e depreciações	-	(90)	-	(230)	(320)
Outros gastos operacionais	(373)	989	(8)	(9.875)	(9.267)
<b>Gastos e perdas</b>	<b>(21.723)</b>	<b>(5.882)</b>	<b>(62)</b>	<b>(19.414)</b>	<b>(47.081)</b>
Resultados financeiros	(8.892)	(3.032)	8	2	(11.914)
Imposto sobre o rendimento	(1.552)	(226)	-	(422)	(2.200)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>26.799</b>	<b>158</b>	<b>(52)</b>	<b>1.770</b>	<b>28.675</b>

A reconciliação da informação financeira com o valor registado nos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

Empreend. conjuntos	31 dez 2025					
	Capitais próprios	Percentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação financeira	Outros efeitos	Participação financeira
Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	362.686	50%	181.343	-	6	181.349
Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	7.110	50%	3.555	-	372	3.928
Universo IME	81.459	50%	40.729	-	5.981	46.710
Outros	1.026	50%	513	124	(5)	632
						<b>232.619</b>

Empreend. conjuntos	31 dez 2024					
	Capitais próprios	Percentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação financeira	Outros efeitos	Participação financeira
Empreendimentos conjuntos da Sierra (Ver Anexo I)	329.916	50%	164.958	-	5	164.963
Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, S.A.	6.762	50%	3.381	-	372	3.754
Universo IME	75.655	50%	37.828	-	5.981	43.808
Outros	1.042	50%	521	124	5	650
						<b>213.175</b>

### 3.2.2.2 Associadas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a informação financeira resumida das empresas associadas do Grupo pode ser analisada como segue:

Associadas	31 dez 2025			
	% de participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios
<b>MC</b>				
Inscó	10,00%	122.139	74.669	47.471
Sempre a Postos	25,00%	4.755	2.666	2.089
Sportessence	10,00%	5.305	2.077	3.227
<b>Associadas da Sierra</b>		<b>9.768.708</b>	<b>4.445.898</b>	<b>5.322.810</b>
<b>Bright Pixel</b>				
Armar II	47,78%	115.151	344	114.807
Armar III	46,98%	46.149	755	45.394
Armar I+I	39,28%	59.288	564	58.724
<b>Outros</b>				
NOS (Nota 2.2.2)	37,37%	3.548.414	2.423.882	1.124.532



Associadas	2025				
	% de participação	Receitas	JV do valor das propriedades de investimento	Resultados Operacionais	Resultado Líquido
<b>MC</b>					
Inscó	10,00%	175.189	-	2.917	2.506
Sempre a Postos	25,00%	1.423	-	1.033	892
Sportessence	10,00%	8.243	-	820	820
<b>Associadas da Sierra</b>		<b>941.641</b>	<b>258.684</b>	<b>715.108</b>	<b>432.309</b>
<b>Bright Pixel</b>					
Armiar II	47,78%	-	-	(32.502)	(32.502)
Armiar III	46,98%	-	-	(1.001)	(1.001)
Armiar I+I	39,28%	1.526	-	1.442	1.442
<b>Outros</b>					
NOS (Nota 2.2.2)	37,37%	1.823.162	-	301.077	245.901

Associadas	2024				
	% de participação	Receitas	JV do valor das propriedades de investimento	Resultados operacionais	Resultado líquido
<b>MC</b>					
Inscó	10,00%	230.050	-	4.431	3.990
Sempre a Postos	25,00%	4.702	-	3.469	2.722
Sportessence	10,00%	10.186	-	1.323	1.217
<b>Associadas da Sierra</b>		<b>874.274</b>	<b>76.769</b>	<b>652.708</b>	<b>538.793</b>
<b>Bright Pixel</b>					
Armiar II	47,78%	-	-	(37.437)	(37.437)
Armiar III	45,52%	214	-	243	243
Armiar I+I	38,25%	-	-	(9)	(9)
<b>Outros</b>					
NOS (Nota 2.2.2)	37,37%	1.696.263	-	379.456	273.074

Associadas	31 dez 2024			
	% de participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios
<b>MC</b>				
Inscó	10,00%	127.036	80.306	46.731
Sempre a Postos	25,00%	5.420	1.501	3.919
Sportessence	10,00%	5.715	2.551	3.164
<b>Associadas da Sierra</b>		<b>9.519.797</b>	<b>4.393.258</b>	<b>5.126.540</b>
<b>Bright Pixel</b>				
Armiar II	47,78%	147.992	278	147.714
Armiar III	45,52%	49.586	1.708	47.878
Armiar I+I	38,25%	61.090	4	61.086
<b>Outros</b>				
NOS (Nota 2.2.2)	37,37%	3.357.527	2.270.549	1.086.978

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a informação financeira resumida das associadas da Sierra pode ser analisada como segue:

Associadas da Sierra	31 dez 2025			
	% de participação	Capitais próprios	Resultado líquido	Proporção no resultado
3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	20,00%	71.033	9.978	1.996
ALLOS, S.A.	5,11%	2.440.335	204.890	15.093
Area Sur Shopping, S.L.	15,00%	75.422	18.857	2.828
Atrium Bire, SIGI, S.A.	3,75%	115.975	5.391	202
CTT Imo Yield - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	3,64%	153.065	16.647	693
Iberia Shop.C. Venture Coöperatief U.A. ("Iberia Coop")	10,00%	154.260	17.575	1.757
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	10,00%	53.333	4.256	425
Olimpo Real Estate Portugal, SIGI, S.A.	5,13%	50.667	3.482	179
Olimpo Retail Germany SOCIMI, S.A. ("ORG")	3,00%	95.794	5.045	151
Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, BV ("Sierra BV")	25,10%	1.184.747	231.921	58.211
Sierra Portugal Real Estate ("SPF")	22,50%	96.030	11.457	2.578
SPF - Sierra Portugal Feeder 1, S.C.A. ("Feeder")	7,45%	37.571	3.996	296
Torre Norte, S.A.	26,00%	62.631	-	-
Trivium Real Estate Socimi, S.A.	12,44%	209.498	13.540	1.685
Via Catarina - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	25,05%	35.133	6.741	1.689
<b>Outros</b>		<b>487.318</b>	<b>(121.467)</b>	<b>(62.299)</b>



31 dez 2025						
Associadas da Sierra	Investimento		"Developments"	Brasil	Serviços	Total
	Empresas detidas pela Sierra BV	Outros				
Total de ativos não correntes	2.311.689	2.495.500	217.325	3.559.621	13.153	8.597.288
Total de ativos correntes	92.148	109.819	42.902	925.228	1.323	1.171.420
Total de passivos não correntes	634.279	1.160.210	124.391	1.530.973	6.318	3.456.171
Total de passivos correntes	584.811	69.284	20.743	313.623	1.266	989.727
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.184.747</b>	<b>1.375.826</b>	<b>115.093</b>	<b>2.640.253</b>	<b>6.892</b>	<b>5.322.810</b>

2025						
Associadas da Sierra	Investimento		"Developments"	Brasil	Serviços	Total
	Empresas detidas pela Sierra BV	Outros				
Volume de negócios	178.394	195.802	5.415	487.837	2.593	870.041
Variação de valor das propriedades de investimento	106.296	56.037	23.993	72.358	-	258.684
Outros rendimentos	47.917	9.430	1.584	12.669	-	71.600
<b>Receitas totais</b>	<b>332.607</b>	<b>261.269</b>	<b>30.992</b>	<b>572.864</b>	<b>2.593</b>	<b>1.200.325</b>
Fornecimentos e serviços externos	(57.427)	(62.751)	(3.121)	(53.471)	(1.279)	(178.049)
Amortizações	(2)	1	(1.729)	-	(488)	(2.218)
Outros gastos	(7.625)	(8.708)	(179)	(288.424)	(14)	(304.950)
<b>Gastos e perdas</b>	<b>(65.054)</b>	<b>(71.458)</b>	<b>(5.029)</b>	<b>(341.895)</b>	<b>(1.781)</b>	<b>(485.217)</b>
Resultados financeiros	(30.627)	(37.313)	(2.434)	(88.083)	(210)	(158.667)
Imposto sobre o rendimento	(5.005)	(15.278)	(5.469)	(98.321)	(58)	(124.131)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>231.921</b>	<b>137.219</b>	<b>18.060</b>	<b>44.565</b>	<b>544</b>	<b>432.309</b>

31 dez 2024				
Associadas da Sierra	% de participação	Capitais próprios	Resultado líquido	Proporção no resultado
3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	20,00%	65.304	8.425	1.685
ALLOS, S.A.	5,02%	2.487.650	161.250	8.872
Area Sur Shopping, S.L.	15,00%	62.565	5.694	854
Atrium Bire, SIGI, S.A.	3,75%	115.674	7.139	268
CTT Imo Yield - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	3,64%	130.162	9.592	472
Iberia Shop.C. Venture Coöperatief U.A. ("Iberia Coop")	10,00%	146.254	14.784	1.478
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	10,00%	54.077	(1.278)	(128)
Olimpo Real Estate Portugal, SIGI, S.A.	5,13%	50.175	3.795	195
Olimpo Retail Germany SOCIMI, S.A. ("ORG")	3,00%	96.851	(974)	(28)
Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings, BV ("Sierra BV")	25,10%	1.010.677	261.827	65.718
Sierra Portugal Real Estate ("SPF")	22,50%	87.586	6.039	1.359
SPF - Sierra Portugal Feeder 1, S.C.A. ("Feeder")	7,45%	34.402	1.829	135
Torre Norte, S.A.	26,00%	66.769	-	-
Trivium Real Estate Socimi, S.A.	12,44%	205.922	15.886	1.975
Via Catarina - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	25,05%	30.192	4.685	1.173
Outros		482.279	40.100	7.118

31 dez 2024						
Associadas da Sierra	Investimento		"Developments"	Brasil	Serviços	Total
	Empresas detidas pela Sierra BV	Outros				
Total de ativos não correntes	1.871.777	2.326.399	112.177	3.651.613	13.460	7.975.426
Total de ativos correntes	118.570	115.126	102.082	1.207.458	1.134	1.544.370
Total de passivos não correntes	942.467	863.946	101.230	1.899.907	6.492	3.814.042
Total de passivos correntes	37.203	293.806	18.905	227.973	1.329	579.216
<b>Total do capital próprio</b>	<b>1.010.677</b>	<b>1.283.774</b>	<b>94.124</b>	<b>2.731.191</b>	<b>6.773</b>	<b>5.126.539</b>



Associadas da Sierra	2024					
	Investimento		Developments	Brasil	Serviços	Total
	Empresas detidas pela Sierra BV	Outros				
Volume de negócios	151.790	187.360	4.836	516.907	2.407	863.300
Variação de valor das propriedades de investimento	78.011	23.088	-	(24.330)	-	76.769
Outros rendimentos operacionais	217	942	(106)	9.920	1	10.974
<b>Receitas totais</b>	<b>230.018</b>	<b>211.391</b>	<b>4.730</b>	<b>502.497</b>	<b>2.408</b>	<b>951.044</b>
Fornecimentos e serviços externos	(51.618)	(62.730)	(960)	(47.441)	(1.301)	(164.050)
Amortizações	-	(18)	(1.695)	-	(449)	(2.162)
Outros gastos operacionais	(1.688)	(7.100)	17	(123.300)	(52)	(132.123)
<b>Gastos e perdas</b>	<b>(53.306)</b>	<b>(69.848)</b>	<b>(2.638)</b>	<b>(170.741)</b>	<b>(1.802)</b>	<b>(298.335)</b>
Resultados financeiros	(18.387)	(37.898)	(619)	(93.598)	(267)	(150.769)
Resultados relativos a empreendimentos conjuntos e empresas associadas	-	-	-	1.561	-	1.561
Imposto sobre o rendimento	103.502	(8.253)	(702)	(59.255)	1	35.293
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>261.827</b>	<b>95.391</b>	<b>771</b>	<b>180.464</b>	<b>340</b>	<b>538.793</b>

A reconciliação da informação financeira com o valor registado em associadas pode ser analisada como segue:

Associadas	31 dez 2025					
	Capitais próprios	Percentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação financeira	Outros efeitos	Participação financeira
<b>MC</b>						
Inscó	47.471	10,00%	4.747	-	232	4.980
Sempre a Postos	2.089	25,00%	522	-	(59)	463
Sportessence	3.227	10,00%	323	-	(32)	290
<b>Associadas da Sierra</b>	<b>5.322.813</b>		<b>652.444</b>	<b>35.166</b>	<b>(4.210)</b>	<b>683.400</b>
<b>Bright Pixel</b>						
Armilar II	114.807	47,78%	54.856	-	(18.126)	36.729
Armilar III	45.394	46,98%	21.326	-	(4.266)	17.060
Armilar I+I	58.724	39,28%	23.067	-	(8.305)	14.762
<b>Outros</b>						
NOS	1.124.532	37,37%	420.238	543.812	(126.357)	837.692
Outros				3.542		24.886
						<b>1.620.262</b>

Associadas	31 dez 2024					
	Capitais próprios	Percentagem de detenção	Quota parte dos ativos líquidos	Goodwill reconhecido na participação financeira	Outros efeitos	Participação financeira
<b>MC</b>						
Inscó	46.731	10,00%	4.673	-	280	4.954
Sempre a Postos	3.919	25,00%	980	-	1	980
Sportessence	3.164	10,00%	316	-	(24)	292
<b>Associadas da Sierra</b>	<b>5.126.540</b>		<b>634.940</b>	<b>35.166</b>	<b>(20.237)</b>	<b>649.870</b>
<b>Bright Pixel</b>						
Armilar II	147.714	47,78%	77.679	-	(30.993)	46.686
Armilar III	47.878	45,52%	12.802	-	4.630	17.432
Armilar I+I	61.086	38,25%	10.561	-	4.392	14.953
<b>Outros</b>						
NOS	1.086.978	37,37%	406.204	543.812	(126.764)	823.251
Outros						13.709
						<b>1.572.127</b>

O Armilar II inclui uma participação classificada no nível 3 da hierarquia de justo valor, com valor contabilístico de aproximadamente 115 milhões de euros. A valorização à data de reporte foi determinada com base numa abordagem de mercado, considerando propostas recentes para transações no mercado secundário relativas a participações minoritárias. A determinação do justo valor envolveu julgamento significativo, nomeadamente na avaliação da representatividade dessas propostas enquanto melhor evidência de preço à data de 31 de dezembro de 2025. No exercício registou-se uma redução de valor superior a 20%, refletindo a evolução das condições de mercado e as referências transacionais disponíveis à data de reporte.

O Armilar III e o Armilar I+I incluem uma participação classificada no nível 3 da hierarquia de justo valor, com valores contabilísticos de aproximadamente 44 milhões de euros e 58 milhões de euros, respetivamente. A valorização foi determinada com base numa abordagem de mercado, através da aplicação de múltiplos observáveis de entidades cotadas consideradas comparáveis.

A mensuração do justo valor destes ativos envolve julgamento significativo e baseia-se na melhor informação disponível à data de reporte, podendo diferir do valor que venha a ser realizado numa eventual transação futura.

### 3.2.3. Movimento ocorrido durante o exercício

#### 3.2.3.1 Empreendimentos conjuntos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos, foi o seguinte:

Investimentos em empreendimentos conjuntos	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldo em 1 de janeiro	213.175	209.493
Transferência para subsidiárias (Nota 1.3.1)	(10.794)	2.835
Aumentos de capital no exercício	10.689	14.512
Aumento de capital através da conversão de juros	1.160	3.085
Diminuições de capital	(1.495)	-
Conversão de capital em dívida	-	(11.022)
Alienações no exercício	(241)	-
Efeito de liquidação	-	(1.302)
Equivalência patrimonial:		
Efeito em ganhos e perdas relativas a empreendimentos conjuntos	27.153	6.320
Dividendos distribuídos	(7.200)	(10.710)
Efeito em capitais próprios e interesses que não controlam	172	(35)
	<b>232.619</b>	<b>213.175</b>

#### Sierra

Em março de 2025, a Sierra Services Holland B.V. vendeu a sua participação de 50% na Sierra Balmain Asset Management sp. z.o.o., que detinha 100% da Sierra Balmain Property Management sp. z.o.o., à Promitennz z.o.o. por 571 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho de 341 milhares de euros.

Em setembro de 2025, a Project Sierra 14 B.V. adquiriu os restantes 50% detidos pela Mystic New Avenue, S.A. na Quinta da Foz – Empreendimentos Imobiliários, S.A. por 13.642 milhares de euros, encontrando-se 5.932 milhares de euros pendentes de pagamento. Como resultado, a empresa e a sua subsidiária Development Properties Nun'Alvares, S.A. passaram a ser subsidiárias.

Em outubro de 2025, a Living Markets I, S.A. transferiu a sua posição contratual na concessão do Mercado Alimentar “Mesa na Praça”, em Braga e, consequentemente, a Sierra Services Holland B.V. adquiriu a participação de 50% detida pela SUPPLY IT, Lda na Living Markets I, S.A. por 1 euro. Esta transação gerou um *goodwill* de 119 milhares de euros totalmente compensado pela reversão de uma provisão previamente criada de 262 milhares de euros, reconhecido na demonstração de resultados. Como resultado, a empresa passou a ser uma subsidiária.

#### 3.2.3.2 Investimentos em associadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

Investimentos em associadas	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldo em 1 de janeiro	1.572.127	1.592.291
Aumentos de capital no exercício	14.441	4.138
Aquisições durante o exercício	9.856	10.904
Outros aumentos	15.322	-
Transferência de subsidiárias	2.352	13.772
Transferência de investimentos ao justo valor através de resultados	4.000	-
Transferência para subsidiárias	-	(560)
Cisão e transferência parcial para subsidiária	-	(11.814)
Alienações do exercício	(20.774)	(33.600)
Diminuições de capital no exercício	(5.686)	(3.657)
Equivalência patrimonial:		
Efeito em ganhos e perdas relativas a associadas	107.972	178.458
Dividendos distribuídos	(110.557)	(105.322)
Efeito em capitais próprios e interesses que não controlam	48.980	(51.502)
Variações na percentagem de detenção	-	1.760
Imparidade em associadas	(17.771)	(22.738)
Outros	-	(3)
	<b>1.620.262</b>	<b>1.572.127</b>

A rubrica aquisições do exercício referem-se essencialmente à aquisição pela subsidiária Sonae Sierra Brazil Holding, Sarl no mercado de 2.496.700 ações da ALLOS, S.A. (representando um aumento de participação de 0,46%) por 7.158 milhares de euros. Esta transação gerou um *badwill* de 4.508 milhares de euros que foi reconhecido na rubrica de rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas da demonstração de resultados.

Em fevereiro de 2025, a associada Sierra B.V. adquiriu os restantes 50% de participação na Norte Shopping B.V., detidos pela ND Properties, LLC, por 103.929 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho de 47.955 milhares de euros, que foi reconhecido na demonstração de resultados da associada. Como resultado, a empresa e a sua subsidiária passaram a ser detidas em 25,1% pelo Grupo (2024: 12,55%).

Em setembro de 2025, o Grupo, através da sua subsidiária Project Sierra 14 B.V., vendeu a sua participação de 37,5% na Douro Riverside Hotel, S.A. à Valens Private Equity, Unipessoal, Lda por 1.795 milhares de euros e os suprimentos concedidos por 535 milhares de euros. Esta transação gerou uma perda de 120 milhares de euros.

Em outubro de 2025, o Grupo, através da sua subsidiária Sierra Investments Holdings B.V., constituiu uma empresa denominada Oriente Business Tower, SIGI, S.A., na qual detém uma participação de 3,75%. Em dezembro de 2025, a Oriente Business Tower, SIGI, S.A. adquiriu 100% da participação na Torre Oriente – SIC Imobiliária Fechada, S.A. por 38.692 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho de 1.786 milhares de euros, que foi reconhecido na demonstração de resultados da associada.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Dividendos distribuídos” inclui o montante de 77 milhões de euros referentes à distribuição de dividendos da NOS e 32,4 milhões de euros referente à distribuição de lucros nas associadas do segmento operacional Sierra.

A 30 de dezembro de 2025, o Grupo vendeu a totalidade da sua participação no Parque Dom Pedro Shopping (Nota 1.2). Em virtude desta operação, de acordo com a IAS 21 foram recicladas reservas de conversão no montante de 48,2 milhões de euros, previamente reconhecidas “Reservas e Resultados Transitados” na demonstrações de resultados (4,8 milhões de euros positivos na linha de “Ganhos ou perdas relativos a investimentos” e 53 milhões de euros negativos na linha de “Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas”).

#### 3.2.4. Investimento na NOS

O valor do investimento detido na NOS encontra-se mensurado através da aplicação do método de equivalência patrimonial.

Tendo em consideração a percentagem de detenção, indiretamente imputável à Sonae (37,37% a 31 de dezembro de 2025), foi analisado à luz do descrito na IFRS 10, se a Sonae poderia exercer o controlo sobre a NOS. Desta análise, concluiu-se que a Sonae não controla a referida sociedade, na medida em que não detém a maioria do capital social e dos direitos de voto da NOS e, que não é claro que i) seja possível à Sonae tomar decisões por si só e ii) que seja improvável a existência de uma maioria contrária às suas intenções. Face ao exposto, e tendo a Sonae a possibilidade de participar nos processos de decisão da NOS, estamos perante uma situação de influência significativa, sendo o respetivo investimento classificado como “Investimentos em associadas”, e registado nas contas consolidadas da Sonae pelo método de equivalência patrimonial.

A informação financeira consolidada da NOS, utilizada para aplicação do método da equivalência patrimonial, inclui ajustamentos decorrentes da alocação de preço aos ativos e passivos identificados na operação de fusão de 2013 e na operação de compra de ações de setembro de 2022.

As demonstrações financeiras consolidadas da NOS apresentam exposição ao mercado africano, nomeadamente através de participações financeiras que o Grupo detém em entidades que operam no mercado angolano e moçambicano, e que se dedicam essencialmente, à prestação de serviços de televisão por satélite e por fibra.

Foram efetuados testes de imparidade para aqueles ativos, considerando os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração para um período de 5 anos, com taxas de crescimento médias de receitas de 6,19% em Angola e 4,57% em Moçambique (10,30% e 10% em 2024, respetivamente). Os planos de negócio consideram ainda uma taxa de crescimento na perpetuidade de 9,8% em Angola e 5,5% em Moçambique (10% e 10% em 2024, respetivamente) e uma taxa de desconto (“WACC”) na perpetuidade de 22% em Angola e de 24,1% em Moçambique (19,8% e 24,9% em 2024, respetivamente).

Os testes de imparidade efetuados, com base nos pressupostos acima identificados, conduziram a uma reversão de imparidade (nas demonstrações financeiras ajustadas da NOS) de 8,9 milhões de euros (reversão de imparidade em cerca de 7,6 milhões de euros em 2024).

Relativamente às participações financeiras da NOS na Finstar e ZAP Media (consolidado Finstar), é convicção do Conselho de Administração da NOS que o arresto de património à Sra. Eng<sup>a</sup> Isabel dos Santos, no caso concreto às participações por esta detidas na Finstar e ZAP Media (onde detém 70% do capital) não altera o perfil de controlo, neste caso controlo-conjunto tal como definido na IFRS 11.

Quanto à participação detida na NOS, o Conselho de Administração considera que a cotação de mercado das ações representativas do capital social da NOS, S.A., à data de 31 de dezembro de 2025, não reflete o justo valor das mesmas. O Conselho de Administração, considera que o valor de uso da empresa, representa à presente data, a melhor estimativa do valor recuperável dessa sociedade. Desta forma, a aferição da existência, ou não, de imparidade para os valores de investimentos incluindo de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas para o setor das telecomunicações, é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da NOS para 5 anos, cuja taxa de crescimento média implícita da margem operacional ascende a -3,1% (-3,5% em 2024) em virtude da entrada de um novo *player* no mercado nacional de telecomunicações.

## Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Pressupostos	NOS SGPS	
	31 dez 2025	31 dez 2024
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	6,7% - 9,1%	6% - 8,3%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,5%	2,00%

A análise das projeções e testes de imparidade não resultou em revisão da imparidade em 2025. Em 2024, a análise resultou num apuramento de uma imparidade no valor de 14,6 milhões de euros.

Na análise de sensibilidade efetuada, fazendo variar a taxa de desconto ou a taxa de crescimento na perpetuidade em 0,1 p.p., conduziria a um aumento da imparidade em cerca de 2,6% e 1.8%, respetivamente, do valor contabilístico à data.

### 3.3. Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser analisadas como segue:

Recebimentos	2025	2024
Recebimentos relativos aos empreendimentos conjuntos e associadas da Sierra	47.661	89.311
Recebimento relativo à alienação de ações da Arctic Wolf	17.038	-
Recebimento relativo à alienação de ações da Iriusrisk	8.094	-
Recebimento relativo à alienação de ações da CyberSixgill	-	14.765
Recebimento relativo à alienação de ações da Mccare	-	5.227
Outros	1.197	10.977
	<b>73.990</b>	<b>120.280</b>

Pagamentos	2025	2024
Aquisição da Sierra Germany Real Estate Management GmbH (REM)	18.397	-
Aquisição de ações e earn out Druni	28.035	136.773
Aquisição de ações Encord	8.645	-
Aquisição de ações Duel	7.789	-
Aquisição de 50% Quinta da Foz	7.679	-
Aquisição de 1.427.700 ações Allos, S.A.	7.158	-
Aquisição de ações Ona (anteriormente Gitpod)	6.350	-
Aquisição de ações Tidal	6.038	-
Aquisição de ações Second Nature	5.975	-
Aquisição de ações KeyChain	5.122	-
Aumento de capital Greenforce	5.000	-
Aquisição de ações Pet City	4.500	12.947
Aquisição de ações Brij	4.411	-
Aquisição de 40% da Arenal	-	81.000
Aquisição de ações BCF Life Sciences	-	121.263
Aquisição de ações Musti	-	644.669
Aquisição de ações Tamnoon	-	5.512
Aquisição de ações Trustero	-	5.384
Outros	62.426	57.831
	<b>177.525</b>	<b>1.065.380</b>

### 3.4. Ativos financeiros ao justo valor

#### Políticas contabilísticas

Para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para ativos idênticos à data de referência da posição financeira. Sendo que um mercado ativo é o mercado onde ocorrem transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de preços de forma contínua;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado (bases de dados de mercado que refletem eventos e transações reais); e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.



### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Na ausência de cotação de mercado, o justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base na utilização de preços de transação recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em técnicas de valorização assentes em métodos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na determinação do justo valor.

Na classificação dos investimentos, o Grupo determina se o objetivo do investimento é a disponibilização de meios financeiros às investidas, com retorno via ganho de capital de médio a longo prazo e avalia se, com base nos contratos e acordos, tem ou não capacidade de influenciar as decisões e políticas das suas investidas.

A utilização de diferentes metodologias e de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar alterações nos valores dos ativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Julgamentos diferentes em relação a estas matérias poderiam levar a que os investimentos fossem classificados e mensurados de forma diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 3.4.1. Ao justo valor através de resultados

O valor dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

Firma	Demonstração da posição financeira	
	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Bright Pixel</b>		
Afresh	2.774	3.579
Arctic Wolf	54.472	80.858
Codacy	6.000	6.000
Duel	7.616	-
Encord	8.511	-
Hackuity	6.000	6.000
Harmonya	7.660	6.738
Infraspeak	11.153	11.153
Jentis	5.505	5.505
Jscrambler	3.829	3.829
KeyChain	9.514	3.850
Ometria	9.903	13.357
Ona (anteriormente Gitpod)	6.383	-
Safebreach	7.569	14.516
Sales Layer	6.785	9.714
Second Nature	5.957	-
Sekoia	15.517	12.522
Tamnoon	5.106	5.775
Tidal	5.957	-
Trustero	5.106	5.775
Vicarius	10.213	9.626
Outros ativos financeiros	43.609	29.498
	<b>245.139</b>	<b>228.295</b>
<b>Outros</b>		
Outros	5.534	1.500
	<b>5.534</b>	<b>1.500</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>250.673</b>	<b>229.795</b>

São classificados como “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” de acordo com a IFRS 9, os investimentos em instrumentos de capital não designados de forma irrevogável no reconhecimento inicial como investimentos ao justo valor por outro rendimento integral. São ainda classificados nesta rúbrica, os investimentos em empresas associadas, detidos por organização de capital de risco ou equivalente, em que o grupo tenha optado, no reconhecimento inicial por, mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9. As alterações subsequentes no justo valor são apresentadas através de resultados. O justo valor dos investimentos é apurado em moeda do país do investimento e convertido para euros no final do exercício de reporte.

Os investimentos acima descritos encontram-se valorizados ao justo valor e classificados no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor. Do valor total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, cerca de 54,5 milhões de euros correspondem a participações valorizadas com base em indicações de preços observadas no mercado secundário, suportadas por propostas de compra e venda recebidas de intermediários e investidores (80,9 milhões de euros em 2024). Cerca de 32,7 milhões de euros correspondem a participações valorizadas com base na última transação observada em mercado não ativo ocorrida durante o exercício de 2025 (19,4 milhões de euros em 2024). No exercício findo em 2024 existiam ainda participações no valor de 15,2 milhões de euros cuja valorização foi suportada por indicações de mercado disponíveis à data de reporte, nomeadamente propostas e *term sheets* recebidas de potenciais investidores. As aquisições de novas participadas durante o exercício ascenderam a cerca de 53,2 milhões de euros (21,5 milhões de euros em 2024), tendo sido inicialmente reconhecidas ao justo valor correspondente ao preço da transação. O montante de 29,1 milhões de euros corresponde a participações valorizadas através da aplicação de múltiplos de mercado a empresas comparáveis (22,2 milhões de euros em 2024). Adicionalmente, cerca de 75,6 milhões de euros correspondem a participações valorizadas com base na última transação observada em mercado não ativo que, apesar de ter ocorrido há mais de um ano, continua a representar a melhor evidência disponível de justo valor à data de reporte (69,1 milhões de euros em 2024). A mensuração do justo valor destes ativos envolve julgamento significativo e baseia-se na melhor informação disponível à data de reporte, podendo diferir do valor que venha a ser realizado numa eventual transação futura. Os investimentos da Bright Pixel mais significativos em termos de valor são:

- A Arctic Wolf é uma empresa americana, pioneira global no mercado de *SOC-as-a-Service* com tecnologia de ponta para gestão de deteção e resposta (Managed Detection and Response – “MDR”), numa combinação única de tecnologia e serviços que rapidamente detetam e contêm ameaças. A Bright Pixel, juntamente com os investidores tecnológicos americanos Lightspeed Venture Partners e Redpoint, entrou no capital da empresa em 2017 durante uma ronda de financiamento Série B. Desde então, a empresa fechou uma ronda de financiamento Série C de 45 milhões de dólares em 2018, uma ronda Série D de 60 milhões de dólares no final de 2019, uma ronda Série E no montante de 200 milhões de dólares em outubro de 2020 com uma valorização de 1,3 mil milhões de dólares e, em 2021, uma ronda de 150 milhões de dólares, detida por investidores existentes e novos, com uma avaliação subjacente de 4,3 mil milhões de dólares.
- A KeyChain é uma plataforma baseada em IA que ajuda marcas e retalhistas a encontrar rapidamente os fabricantes ideais para produzir seus produtos. A Bright Pixel investiu 5 milhões de dólares no final de 2024, aumentando o financiamento total da empresa para os 38 milhões de dólares com o suporte dos investidores BoxGroup, Lightspeed Venture Partners, e SV Angel, assim como outros CPG (Consumer Packaged Goods) gigantes como General Mills, The Hershey Company e Schreiber Foods. Em 2025, a empresa levantou 30 milhões de dólares numa ronda de investimento Série B, na qual a Bright Pixel participou, e lançou o Keychain OS, um sistema operacional de inteligência artificial desenvolvido para impulsionar o futuro da manufatura de bens de consumo (CPG).
- A Encord é uma empresa de infraestrutura de dados nativa em Inteligência Artificial, que disponibiliza uma plataforma para gestão, curadoria e anotação de dados multimodais complexos - incluindo vídeo, áudio, imagem e dados de sensores — críticos para sistemas de IA física em ambiente de produção, aplicáveis a robótica, veículos autónomos e outras aplicações industriais e do mundo real. Em 2025, a Bright Pixel participou na ronda de financiamento Série C de 60 milhões de dólares da Encord, juntamente com a Wellington Management e outros investidores existentes, reforçando a sua exposição estratégica a infraestruturas tecnológicas que suportam a escalabilidade e operacionalização de modelos avançados de IA.
- A Duel é a principal plataforma de comunidade de marca, que ajuda grandes marcas do setor do retalho a crescer através das suas próprias comunidades de fãs e criadores, em vez de recorrer à publicidade tradicional. A empresa angariou 16 milhões de dólares numa ronda de investimento Série A, co-liderada pela Bright Pixel e pela Molten Ventures, com a participação do investidor existente Peter Bauer, fundador da Mimecast.

- A Ometria é uma empresa inglesa detentora de uma plataforma de *marketing* assente em Inteligência Artificial e com a ambição de centralizar todas as comunicações entre os retalhistas e os seus clientes. Este investimento foi feito pela Bright Pixel numa ronda de financiamento de Série A, juntamente com vários investidores estratégicos (incluindo Summit Action, o fundo VC da Summit Series) e foi posteriormente reforçado durante rondas de financiamento de Série B e C.

- A Safebreach, pioneira no mercado de *Breach and Attack Simulation* (BAS), é uma das soluções de validação de segurança contínua mais utilizadas no mundo. A plataforma patenteada executa automaticamente e em segurança milhares de métodos de ataque para validação dos controlos de segurança da rede, *endpoint, cloud, container e e-mail*. A empresa dispõe de umas das maiores bases de dados de ataque do mundo dividida por métodos, táticas e agentes de ameaça. A Safebreach anunciou uma ronda de financiamento Série D de 53,5 milhões de dólares, liderada pela Bright Pixel e pela Israel Growth Partners (IGP), com a participação adicional da Sands Capital, do Bank Leumi e da ServiceNow.

- A Sekoia.io é a *cybertech* europeia responsável pelo desenvolvimento da plataforma Sekoia.io XDR (*eXtended Detection & Response*), a qual, garante a deteção a ciberataques em tempo real. Em 2023, a empresa levantou uma ronda de 35 milhões de euros com a participação do Banque des Territoires, da Bright Pixel e dos já anteriores investidores Omnes Capital, Seventure e BNP Paribas Développement. Em 2025, anunciou uma ronda série B de 26 milhões de euros liderada pela Revaia, com a participação da UNEXO e o suporte dos investidores existentes - Bright Pixel, Omnes Capital e Bpifrance.

- A Infraspeak é uma empresa portuguesa líder nos mercados Europeu e da América do Sul e detentora de uma plataforma inteligente de gestão de manutenção. A Bright Pixel liderou a extensão da ronda A no montante de 7,5 milhões de euros em 2023.

- A Vicarius é uma plataforma SaaS que consolida descoberta, priorização e correção de vulnerabilidades em uma única solução. Em 2023, a empresa levantou uma ronda série B de 30 milhões de dólares liderada pela Bright Pixel com a participação da AllegisCyber Capital, AlleyCorp e Strait.

### 3.4.2. Através do outro rendimento integral

O valor dos ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral pode ser analisado como segue:

Firma	Demonstração da posição financeira	
	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Bright Pixel</b>		
IriusRisk	-	7.125
Outros ativos financeiros	1.585	1.584
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</b>	<b>1.585</b>	<b>8.709</b>

Em 31 de dezembro de 2025, os investimentos detidos através da Bright Pixel correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa.

Em 31 de dezembro de 2025, a Bright Pixel vendeu a sua participação na Iriusrisk.

No âmbito da IFRS 9, estes investimentos são classificados como “Investimentos ao justo valor através de outro rendimento integral” uma vez que são mantidos como investimentos estratégicos de longo prazo que não são expectáveis que sejam vendidos no curto e médio prazo e, por isso, foram designados de forma irrevogável como investimentos ao justo valor por outro rendimento integral. As alterações subsequentes no justo valor são apresentadas através de outro rendimento integral. O justo valor dos investimentos é apurado em moeda do país do investimento e convertido para euros no final do exercício de reporte.

Os investimentos acima descritos do segmento Bright Pixel encontram-se valorizados ao justo valor classificados no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor. A grande maioria dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral correspondem a participações valorizadas com base na última transação que, apesar de ter ocorrido há mais de um ano, ainda representa a melhor estimativa de justo valor da empresa.

### 3.4.3. Movimento ocorrido durante o exercício

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos financeiros ao justo valor, foi o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Justo valor (líquido de perdas por imparidade) em 1 de janeiro	238.504	282.361
Aumentos durante o exercício	73.403	23.992
Alienações durante o exercício	(26.329)	(19.578)
Aumento/(diminuição) do justo valor através de resultados	(33.850)	(12.897)
Aumento/(diminuição) do justo valor através de rendimento integral	(201)	(1.249)
Transferência para subsidiárias	-	(37.219)
Transferência de outros investimentos	3.342	-
Transferência para associadas	(4.000)	-
Outros	1.389	3.094
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e através de resultados</b>	<b>252.258</b>	<b>238.504</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Alienações” é referente à alienação parcial da participação da Bright Pixel na Arctic Wolf e a totalidade da participação na Infinipoint, a qual gerou uma menos valia de 1,4 milhões de euros registada em “Aumento/(diminuição) ao justo valor através de resultados”. Adicionalmente alienou também a totalidade da sua participação na Iriusrisk que se encontrava registada como ativo financeiro ao justo valor através de outro rendimento integral.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Alienações durante o exercício” é referente à alienação das participações na Cybersixgill, Probe.ly e THU, a qual gerou uma menos-valia de 5,5 milhões de euros, registado em “Aumento/(diminuição) do justo valor através de resultados”.

### 3.5. Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica de “Outros investimentos” no valor de 15.988 milhares de euros (17.332 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024) inclui 7.848 milhares de euros (7.676 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024), relativos a montantes depositados numa *Escrow Account* e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de *rating* superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento MC no Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 7).

Adicionalmente, encontram-se registadas, a 31 de dezembro de 2025, em “Outros Investimentos” 4.618 milhares de euros (5.648 euros em 31 de dezembro de 2024) relativos a empréstimos convertíveis.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no valor dos outros investimentos correntes e não correntes, foi o seguinte:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
<b>Outros investimentos</b>				
Outros investimentos em 1 de janeiro	17.332	-	21.947	-
Aumentos durante o exercício	4.234	-	5.464	-
Diminuições durante o exercício	(2.315)	-	(4.691)	-
Reversão/(aumento) de imparidade	272	-	(2.018)	-
Adiantamento por conta de investimentos financeiros	-	-	(2.246)	-
Transferência para ativos detidos a justo valor por resultados	(3.342)	-	(1.170)	-
Outros	(193)	-	46	-
<b>Outros investimentos em 31 de dezembro</b>	<b>15.988</b>	<b>-</b>	<b>17.332</b>	<b>-</b>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>				
Justo valor em 1 de janeiro	-	1.076	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	(161)	-	1.076
<b>Justo valor em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>915</b>	<b>-</b>	<b>1.076</b>
<b>Instrumentos financeiros outros</b>				
Justo valor em 1 de janeiro	-	343	-	172
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	(33)	-	171
<b>Justo valor em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>310</b>	<b>-</b>	<b>343</b>
	<b>15.988</b>	<b>1.225</b>	<b>17.332</b>	<b>1.419</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Instrumentos financeiros derivados” é relativa a derivados de cobertura de risco de taxa de câmbio e taxa de juro de empréstimos obtidos e operações comerciais, bem como de taxa de juro. Este instrumento financeiro foi valorizado a justo valor classificado no nível 2 da correspondente hierarquia de justo valor na IFRS 13 – Justo valor.

### 3.6. Ganhos ou perdas relativos a investimentos

Os ganhos ou perdas relativos a investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser detalhados como segue:

	2025	2024
Menos valia na alienação da Modalfa e Zippy (Nota 1.3.2)	(19.791)	-
Mais valia da alienação parcial da ALLOS	10.872	22.705
Reciclagem das reservas de conversão cambial Parque Dom Pedro	4.792	-
Mais valia da alienação ações Larissa	2.899	-
Menos valia na alienação de ativos não correntes detidos para venda	-	(3.414)
Outros	4.180	788
	<b>2.952</b>	<b>20.079</b>

Em julho de 2025, a Sierra Investments Holdings B.V. vendeu a sua participação de 50% na Larissa Development of Shopping Centres, S.A. à Talima, S.A. por 2.909 milhares de euros. Esta transação gerou um ganho de 2.899 milhares de euros.

Para além do referido na nota 3.2.3.2, entre maio e junho de 2025, a Sonae Sierra Brazil Holdings S.à r.l. vendeu no mercado 4.000.000 de ações da ALLOS, S.A. por 12.695 milhares de euros. Esta operação gerou um ganho de 8.105 milhares de euros, ao qual se soma o montante de 13.320 milhares de euros pelo exercício da opção de venda das ações próprias e, como resultado, esta operação gerou um ganho de 2.767 milhares de euros reconhecidos na rubrica de “Ganhos ou perdas relativos a investimentos”.

Entre os meses de julho e outubro de 2024, o Grupo, através da sua subsidiária Sonae Sierra Brazil Holdings S.à r.l. procedeu à alienação de 7.000.000 ações da associada ALLOS, S.A. pelo valor de 26,2 milhões de euros. Esta operação gerou uma perda no valor de 10,2 milhões de euros mais do que compensada pelo valor de 30,8 milhões de euros recebido pelo exercício da opção de venda.

Em dezembro de 2024, o Grupo, através da sua subsidiária Sonae Sierra Brazil Holdings S.à r.l., procedeu à aquisição de 1.427.700 ações da associada ALLOS, S.A. pelo valor de 4,4 milhões de euros, gerando um *badwill* de 2,1 milhões de euros.

### 3.7. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

#### Políticas contabilísticas

Os ativos e passivos associados a ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados ou depreciados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

Adicionalmente e tal como previsto no IFRS 5, sempre que uma subsidiária é considerada como uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada, as várias linhas da sua demonstração de resultados são transferidos para uma única rubrica (Resultado líquido consolidado do exercício das operações descontinuadas).

No que se refere à classificação de participações financeiras como detidas para venda:

- i) no caso das subsidiárias, estas continuam a ser consolidadas até à data da sua alienação, devendo, contudo, o conjunto dos seus ativos e passivos ser classificado como detidos para venda e contabilizado ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando o registo de depreciações/ amortizações. Adicionalmente e tal como previsto no IFRS 5, sempre que uma subsidiária é considerada como uma operação descontinuada, as várias linhas da sua demonstração de resultados são transferidos para uma única rubrica (Resultado líquido consolidado do exercício das operações descontinuadas);
- ii) no caso dos empreendimentos conjuntos e associadas mensurados pelo método da equivalência patrimonial, estes passam a ser mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando a aplicação da equivalência patrimonial.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os ativos não correntes, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes ativos e/ou Grupos para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos e serão remensurados pelo menor entre i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que tenham sido reconhecidos, caso esses ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificados de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

No caso das participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas mensurados ao método de equivalência patrimonial, a cessação da classificação como detida para venda implica a reposição do método de equivalência patrimonial retrospectivamente.

Em junho de 2024 foi assinado um contrato promessa para a venda de um ativo na Roménia; na sequência desse contrato foi recebido o valor de 2 milhões de euros em 2024 referente às duas primeiras prestações. Durante o ano de 2025 foram recebidas as restantes prestações e a venda foi efetivada, tendo gerado um ganho de 2,4 milhões de euros registados em “Outros rendimentos”.

### 3.8. Ativos fixos tangíveis

#### Políticas contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas por imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

#### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A maioria dos ativos imobiliários do segmento da MC em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito *yields* compreendidas entre 6,00% e 9,00% (6% e 9,00% em 2024), estando o justo valor do imóvel na categoria de "Nível 3", de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2025.

A 31 de dezembro de 2025 efetuaram-se análises de sensibilidade aos testes anuais de imparidade fazendo variar taxa de desconto e taxa de perpetuidade (ver Nota 3.1).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
<b>Ativo bruto</b>							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2024	1.458.551	2.003.064	34.493	176.006	58.250	55.734	3.786.097
Investimento	19.891	25.139	353	24.627	6.627	262.913	339.550
Aquisições de subsidiárias	29.037	126.728	21	190.687	32.335	19.485	398.293
Diminuições e abates	(23.044)	(69.340)	(889)	(11.377)	(2.334)	(3.555)	(110.539)
Variações cambiais	363	319	-	3	(410)	(7)	268
Transferências	31.846	194.937	2.762	16.602	3.787	(265.441)	(15.508)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2025</b>	<b>1.516.644</b>	<b>2.280.847</b>	<b>36.740</b>	<b>396.549</b>	<b>98.255</b>	<b>69.129</b>	<b>4.398.163</b>
Investimento	24.959	20.410	551	47.870	11.915	228.376	334.081
Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1)	-	29	-	226	6.424	-	6.679
Diminuições e abates	(6.350)	(100.679)	(1.263)	(16.491)	(6.313)	(1.348)	(132.444)
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(7.951)	(68.221)	(115)	(5.270)	(1.075)	(3.029)	(85.661)
Variações cambiais	(394)	(21)	-	(14)	871	44	486
Transferências	20.991	182.627	1.629	17.577	4.490	(233.686)	(6.372)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.547.899</b>	<b>2.314.992</b>	<b>37.542</b>	<b>440.447</b>	<b>114.567</b>	<b>59.486</b>	<b>4.514.932</b>
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas</b>							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2024	513.019	1.286.176	23.355	119.670	47.930	222	1.990.371
Depreciações do exercício	26.562	145.752	2.206	29.067	7.362	-	210.949
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12)	17.393	2.393	1	123	35	-	19.945
Diminuições de perdas por imparidade (Nota 3.12)	(4.738)	(7.271)	(67)	(56)	(35)	-	(12.167)
Aquisições de subsidiárias	9.853	63.555	17	114.787	17.911	-	206.123
Diminuições e abates	(6.959)	(64.620)	(857)	(10.787)	(2.314)	(222)	(85.759)
Variações cambiais	167	174	-	3	(231)	-	113
Transferências	(1.730)	(3.260)	(47)	(1.053)	(93)	-	(6.182)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2025</b>	<b>553.566</b>	<b>1.422.899</b>	<b>24.609</b>	<b>251.754</b>	<b>70.565</b>	<b>-</b>	<b>2.323.393</b>
Depreciações do exercício	29.203	161.285	2.208	43.871	9.954	-	246.521
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12)	1.949	2.560	14	589	-	-	5.112
Diminuições de perdas por imparidade (Nota 3.12)	(3.232)	(138)	-	-	(296)	-	(3.666)
Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1)	-	12	-	209	5.793	-	6.014
Diminuições e abates	(4.939)	(94.850)	(1.244)	(14.801)	(6.151)	-	(121.985)
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(7.083)	(60.308)	(111)	(4.545)	(955)	-	(73.002)
Variações cambiais	(211)	69	-	(11)	489	-	336
Transferências	(138)	(1.181)	(219)	(1.567)	876	-	(2.229)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2025</b>	<b>569.115</b>	<b>1.430.348</b>	<b>25.257</b>	<b>275.499</b>	<b>80.275</b>	<b>-</b>	<b>2.380.494</b>
<b>Valor líquido</b>							
<b>A 31 de dezembro de 2024</b>	<b>963.078</b>	<b>857.948</b>	<b>12.131</b>	<b>144.794</b>	<b>27.690</b>	<b>69.129</b>	<b>2.074.770</b>
<b>A 31 de dezembro de 2025</b>	<b>978.784</b>	<b>884.644</b>	<b>12.285</b>	<b>164.948</b>	<b>34.292</b>	<b>59.486</b>	<b>2.134.438</b>

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 309 milhões de euros (296 milhões de euros em 2024), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas dos segmentos de retalho do Grupo. Em investimentos estão incluídos cerca de 15,9 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 18,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024).

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” incluem cerca de 37,1 milhões de euros (36,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024) relativos a remodelação e expansão de lojas das unidades do retalho em Portugal.

A rubrica de “Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis” pode ser analisada como segue:

Perdas por imparidade	Terrenos e edifícios	Equipamentos	Outros ativos fixos tangíveis	Total ativos fixos tangíveis
<b>Saldo inicial 1 de janeiro de 2024</b>	98.528	44.008	1.863	144.399
Perdas por imparidade do exercício	17.393	2.393	159	19.945
Reversões de perdas por imparidade	(4.738)	(7.271)	(158)	(12.167)
Utilizações no exercício	(2.373)	(4.716)	(298)	(7.386)
Transferências	(241)	(1.342)	18	(1.565)
<b>Saldo inicial 1 de janeiro de 2025</b>	<b>108.569</b>	<b>33.072</b>	<b>1.583</b>	<b>143.226</b>
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12)	1.949	2.560	603	5.112
Reversões de perdas por imparidade (Nota 3.12)	(3.491)	(261)	86	(3.666)
Utilizações no exercício	(22)	(2.573)	(54)	(2.649)
Alienações de subsidiárias	(5.223)	(17.094)	(953)	(23.270)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2025</b>	<b>101.782</b>	<b>15.704</b>	<b>1.265</b>	<b>118.755</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as imparidades reduziram cerca de 23,3 milhões de euros associados ao desreconhecimento de ativos de subsidiárias alienadas durante o exercício.

O reforço de imparidades no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, incluí cerca de 12,4 milhões de euros no segmento MC, referente essencialmente a imparidades resultantes de realocações de lojas e equipamentos de loja em 2024.

### 3.9. Ativos intangíveis

#### Políticas contabilísticas

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, e que estes sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de “Trabalhos para a Própria Empresa” (Nota 2.6).



Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
<b>Ativo bruto</b>					
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2024</b>	<b>268.152</b>	<b>610.048</b>	<b>93.444</b>	<b>61.732</b>	<b>1.033.375</b>
Investimento	1.693	4.313	4.815	87.727	98.548
Aquisições de subsidiárias	373.293	13.193	149.945	-	536.431
Diminuições e abates	(350)	(17.099)	(12.051)	(319)	(29.819)
Variações cambiais	864	(77)	768	-	1.555
Transferências	(18.196)	110.575	14.596	(98.040)	8.935
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2025</b>	<b>625.455</b>	<b>720.953</b>	<b>251.518</b>	<b>51.100</b>	<b>1.649.025</b>
Investimento	1.551	3.539	8.938	88.104	102.132
Aquisições de subsidiárias (Nota 1.3.1)	-	-	-	-	-
Diminuições e abates	(615)	(29.271)	(101)	(569)	(30.556)
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(15.368)	(24.064)	(13.459)	(349)	(53.240)
Variações cambiais	(932)	186	(262)	-	(1.008)
Transferências	502	99.342	(1.454)	(99.143)	(753)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2025</b>	<b>610.593</b>	<b>770.685</b>	<b>245.180</b>	<b>39.143</b>	<b>1.665.601</b>
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>					
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2024</b>	<b>78.497</b>	<b>389.976</b>	<b>75.139</b>	<b>-</b>	<b>543.613</b>
Amortizações do exercício	1.306	57.716	17.075	-	76.097
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12)	9.000	6.978	402	-	16.380
Diminuições de perdas por imparidade (Nota 3.12)	-	-	(7)	-	(7)
Aquisições de subsidiárias	502	8.555	30.278	-	39.335
Diminuições e abates	(350)	(17.058)	(11.592)	-	(29.001)
Variações cambiais	-	(43)	31	-	(12)
Transferências	2.367	12.576	(7.536)	-	7.407
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2025</b>	<b>91.322</b>	<b>458.699</b>	<b>103.789</b>	<b>-</b>	<b>653.811</b>
Amortizações do exercício	1.080	67.829	17.931	-	86.840
Perdas por imparidade do exercício (Nota 3.12)	2.631	7.033	4.614	-	14.279
Diminuições de perdas por imparidade (Nota 3.12)	-	(416)	(89)	-	(505)
Diminuições e abates	(205)	(28.695)	(17)	-	(28.917)
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(15.368)	(20.206)	(13.391)	-	(48.965)
Variações cambiais	-	167	419	-	586
Transferências	-	(55)	(182)	-	(237)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2025</b>	<b>79.460</b>	<b>484.356</b>	<b>113.075</b>	<b>-</b>	<b>676.891</b>
<b>Valor líquido</b>					
<b>A 31 de dezembro de 2024</b>	<b>534.133</b>	<b>262.253</b>	<b>147.728</b>	<b>51.100</b>	<b>995.214</b>
<b>A 31 de dezembro de 2025</b>	<b>531.133</b>	<b>286.329</b>	<b>132.105</b>	<b>39.143</b>	<b>988.710</b>

Em 31 de dezembro de 2025 o fluxo "Investimento" do exercício relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 84,7 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de software (83,7 milhões em 31 de dezembro de 2024). Em investimentos estão incluídos cerca de 26,8 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 21,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024).

Na rubrica "Propriedade industrial" encontra-se registado o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Contiente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros, a marca Arenal no valor de 51,3 milhões de euros, a marca Druni no valor de 255 milhões de euros a marca Salsa no valor de 11 milhões de euros, a marca Gosh! no valor de 18 milhões de euros (15,7 milhões de libras) e a marca Musti no valor de 117 milhões de euros.

## Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, suportada em avaliações internas de acordo com a metodologia dos *Royalty Relief*. A 31 de dezembro de 2025 efetuaram-se análises de sensibilidade aos testes anuais de imparidade fazendo variar taxa de desconto e taxa de perpetuidade (ver Nota 3.1).

A 31 de dezembro de 2025, o registo de perdas por imparidade pode ser analisado como segue:

Perdas por imparidade	Ativos Intangíveis
Saldo inicial 1 de janeiro de 2024	73.497
Aumentos	16.955
Reversões	(7)
Utilizações	(1.218)
Outros	(587)
Saldo inicial 1 de janeiro de 2025	88.640
Aumentos	14.279
Reversões	(505)
Utilizações	(7.369)
Alienações de subsidiárias	(29.119)
Saldo final a 31 de dezembro de 2025	65.926

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as imparidades reduziram cerca de 29,1 milhões de euros associados ao desreconhecimento de ativos de subsidiárias alienadas durante o exercício.

### 3.10. Ativos sob direito de uso

#### Políticas contabilísticas

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se as empresas do Grupo Sonae, enquanto locatárias, obtêm substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se têm o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento no balanço.

O Grupo não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, os contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. O Grupo

reconhece os pagamentos associados a estas locações como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (ou seja, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (ou seja, o direito de uso – “*right-of-use*” ou “RoU”). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecido como um ajustamento no RoU.

#### Ativos sob direito de uso

O Grupo reconhece os ativos sob direito de uso na data de entrada em vigor (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos sob direito de uso encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo dos ativos sob direito de uso incluem o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes.

Sempre que o Grupo incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo ativo sob direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração dos ativos sob direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os ativos sob direito de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o ativo sob direito de uso reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação que se inicia na data de entrada em vigor da locação.

A imparidade dos ativos sob direito de uso é testada de acordo com a IAS 36 em substituição do reconhecimento de provisões para contratos de locação onerosos.

Nas locações de ativos de baixo valor e de curta duração, o Grupo não reconhece os ativos sob direito de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

### Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo rescinda o contrato.

Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa de juro incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A

maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pelo Grupo e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

### Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito (Nota 2.2). De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o ativo sob direito de uso (RoU) como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com ativos sob direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16, o valor do ativos sob direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação (Nota 4.7).

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

O Grupo determina o prazo da locação como a parte não cancelável do prazo do contrato, juntamente com quaisquer períodos abrangidos por uma opção de extensão do contrato de locação se for razoavelmente certo que esta será exercida, ou quaisquer períodos abrangidos por uma opção para rescindir o contrato de locação, se for razoavelmente certo que esta não será exercida.

O Grupo tem a opção, sob alguns dos seus contratos de locação, de alugar ou arrendar os seus ativos para períodos adicionais. No início da locação a Sonae avalia a razoabilidade do exercício da opção de renovar o contrato após o período inicial. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação. Após a

data de início, o Grupo reavalia o fim do contrato se existir um evento significativo ou alterações nas circunstâncias que estejam sob controlo e afetem a sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovação (por exemplo, uma mudança na estratégia do negócio).

Pelas características dos contratos de locação negociados, a gestão avalia na data da negociação do contrato se este qualifica como um contrato de locação ou um contrato de serviços. Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos, objeto de locação, bem como foi também analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico e viaturas ligeiras	Outros ativos	Total dos ativos sob direitos de uso
<b>Ativo bruto</b>				
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2024</b>	<b>1.805.189</b>	<b>147.310</b>	<b>11.956</b>	<b>1.964.455</b>
Aumentos	264.632	15.439	3.933	284.003
Aquisição de subsidiárias	318.112	11.002	-	329.113
Variações cambiais	841	(203)	-	638
Diminuições e abates	(102.482)	(10.216)	(2.332)	(115.029)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2025</b>	<b>2.286.291</b>	<b>163.332</b>	<b>13.557</b>	<b>2.463.180</b>
Aumentos	245.455	17.871	2.870	266.195
Aquisição de subsidiárias (Nota 1.3.1)	758	-	-	758
Variações cambiais	2.104	541	-	2.645
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(33.088)	(1.730)	(141)	(34.959)
Diminuições e abates	(43.463)	(12.893)	(23)	(56.380)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.458.057</b>	<b>167.119</b>	<b>16.263</b>	<b>2.641.440</b>
<b>Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2024</b>	<b>701.919</b>	<b>67.185</b>	<b>4.002</b>	<b>773.106</b>
Depreciações do exercício	173.447	39.439	2.078	214.964
Variações cambiais	161	(26)	-	135
Diminuições e abates	(41.651)	(9.351)	(199)	(51.201)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2025</b>	<b>833.876</b>	<b>97.246</b>	<b>5.881</b>	<b>937.004</b>
Depreciações do exercício	221.679	40.893	793	263.365
Variações cambiais	417	56	-	473
Alienações de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(23.828)	(782)	(137)	(24.748)
Diminuições e abates	(29.346)	(10.785)	(23)	(40.154)
Perdas por imparidade	(699)	-	-	(699)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.002.099</b>	<b>126.628</b>	<b>6.514</b>	<b>1.135.241</b>
<b>Valor Líquido</b>				
<b>A 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.452.416</b>	<b>66.085</b>	<b>7.676</b>	<b>1.526.177</b>
<b>A 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.455.958</b>	<b>40.492</b>	<b>9.749</b>	<b>1.506.199</b>

Os aumentos de 2025 estão essencialmente relacionados com o volume de aberturas de lojas e renovação de frota de transporte de mercadorias.

Na demonstração de resultados consolidados foram reconhecidos 263 milhões de euros relativos a amortizações do período (215 milhões de euros em 2024) e 104,7 milhões de euros de juros relativos à atualização da dívida (97,5 milhões de euros em 2024) (Nota 6.7).

As responsabilidades relativas aos ativos sob direito de uso estão registadas nas rúbricas de passivo de locação não corrente e corrente no valor de respetivamente 1.514 milhões de euros e 222 milhões de euros (1.518 milhões de euros e 235 milhões de euros a 31 de dezembro de 2024).

O plano de reembolso previsto para os passivos de locação, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, pode ser analisado como segue:

	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Capital	Juros	Passivo atualizado	Capital	Juros	Passivo atualizado
N+1	321.220	98.790	222.430	332.880	97.838	235.042
N+2	286.029	85.900	200.128	277.313	86.363	190.950
N+3	260.720	74.436	186.283	249.215	75.970	173.245
N+4	225.445	63.927	161.518	226.211	66.179	160.032
N+5	182.208	55.261	126.947	193.039	57.188	135.852
Após N+5	1.089.422	249.804	839.618	1.126.981	269.475	857.505
	<b>2.365.044</b>	<b>628.118</b>	<b>1.736.924</b>	<b>2.405.639</b>	<b>653.013</b>	<b>1.752.626</b>

### 3.11. Propriedades de investimento

#### Políticas contabilísticas

As propriedades de investimento do Grupo são detidas maioritariamente pela Sierra e suas participadas.

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para uso na produção ou fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Os ativos que se qualificam como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização ou, no caso das propriedades de investimento em desenvolvimento, quando a sua promoção passa a ser considerada irreversível. Até ao momento em que o ativo se qualifica como propriedade de investimento, o mesmo ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção, na rubrica de "Propriedades de investimento em desenvolvimento", como se de um ativo fixo tangível se

tratasse deduzido de eventuais perdas por imparidade. A partir desse momento, esses ativos passam a ser contabilizados com base no correspondente justo valor. A diferença entre o justo valor e o custo (de aquisição ou produção) a essa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação efetuada por uma entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As melhorias, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de “Propriedade de investimento”.

Os contratos de *fit-out* são contratos pelos quais o Grupo suporta parte das despesas incorridas com o acabamento interior da loja desse lojista. Como contrapartida, o lojista obriga-se a reembolsar o Grupo pelo montante investido, ao longo do prazo do contrato respetivo, em termos e condições que variam de contrato para contrato. Os montantes desembolsados pelo Grupo em contratos de *fit-out* são inicialmente registados ao custo de aquisição, na rubrica de “Propriedade de Investimento”, sendo posteriormente ajustados para o correspondente justo valor à data de cada relato, determinado por uma entidade especializada independente e utilizando uma metodologia em tudo idêntica à utilizada na determinação do justo valor da propriedade de investimento à qual estes contratos correspondem. As variações de justo valor dos contratos de *fit-out* são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica de “Variação de valor das propriedades de investimento”.

### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliação reportada à data de relato, efetuada essencialmente por entidades especializadas independentes (Cushman & Wakefield).

A avaliação destas propriedades de investimento foi efetuada de acordo com os *Practice Statements* do *RICS Appraisal and Valuation Manual* publicado pelo *The Royal Institution of Chartered Surveyors* (“*Red Book*”), sedado em Inglaterra.

A metodologia adotada para calcular o valor de mercado das propriedades de investimento envolve a preparação de projeções de ganhos e perdas a 10 anos de cada centro comercial adicionadas do valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do 11º ano e uma taxa de rendibilidade de mercado (*Exit yield* ou *cap rate*). Estas projeções são depois descontadas para a data de avaliação a uma taxa de desconto de mercado. As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente aos proveitos e custos futuros de cada propriedade. A taxa de rendibilidade e a taxa de desconto são definidas de acordo com o mercado de investimento local e institucional sendo a razoabilidade do valor de mercado obtido de acordo com a metodologia acima, igualmente testado também em termos da taxa de rendibilidade inicial, obtida com o rendimento líquido estimado para o 1º ano das projeções.

Na avaliação das propriedades de investimento, foi igualmente tomado em consideração algumas premissas que, de acordo com a classificação do *Red Book*, são consideradas especiais, nomeadamente, em relação a centros comerciais inaugurados recentemente, nos quais não foram consideradas despesas de investimento eventualmente ainda devidas, em virtude de esses montantes se encontrarem devidamente acrescidos nas demonstrações financeiras anexas.

A IFRS 13 (Mensuração ao justo valor) requer que o justo valor seja divulgado de acordo com a hierarquia de justo valor em que se encontra:

- Nível 1 – preços de mercado (não ajustados) em mercados ativos para idênticos ativos e passivos;
- Nível 2 – outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no nível 1, mas que sejam passíveis de ser observados; e
- Nível 3 – dados que não sejam passíveis de ser observados, isto é, que não são baseados em dados de mercado.

Em termos de hierarquia as propriedades de investimento do Grupo que se encontram valorizadas a justo valor encontram-se todas dentro do nível 3.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a informação dos principais pressupostos utilizado na valorização de propriedades de investimento, exceto de exploração pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Brasil	Resto da Europa	Brasil	Resto da Europa
<b>Taxa de desconto a 10 anos</b>				
Floor	-	9,25%	11,50%	9,05%
Weighted average	-	9,47%	11,50%	9,31%
Cap	-	10,10%	11,50%	10,10%
<b>"Cap rate" a 10 anos</b>				
Floor	-	7,25%	8,00%	7,15%
Weighted average	-	7,47%	8,00%	7,39%
Cap	-	8,10%	8,00%	8,10%
<b>Renda mensal média por m2 (€)</b>				
Floor	-	22	21	22
Weighted average	-	24	21	23
Cap	-	25	21	24
Justo valor (Nível 3)	-	319.983	10.083	327.022

A relação existente entre elementos não observáveis e o justo valor das propriedades pode ser descrito como segue:

- uma diminuição das rendas anuais contribui para uma diminuição do justo valor;
- um aumento nas taxas de desconto e de capitalização contribui para uma diminuição do justo valor:
  - um aumento de 25 pontos base contribui para uma diminuição do justo valor no montante de 10,4 milhões de euros; e
  - uma diminuição de 25 pontos base contribui para um aumento do justo valor no montante de 11,1 milhões de euros.

Tal como mencionado nos relatórios de avaliação das propriedades de investimento elaborados por entidades especializadas independentes, a determinação do justo valor das mesmas teve em consideração a definição do justo valor da IFRS 13 a qual é concordante com a definição de valor de mercado definido nas normas internacionais de avaliação das propriedades de investimento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedades de investimento			
	em exploração	em desenvolvimento		total
ao custo		adiantamentos		
<b>Saldo inicial a 1 janeiro de 2024</b>	<b>315.788</b>	<b>6.934</b>	<b>4.345</b>	<b>327.067</b>
Adições	2.669	11.710	66	14.445
Alienações	-	(620)	(4.510)	(5.130)
Transferências	-	-	99	99
Variação no justo valor das propriedades de investimento	8.443	-	-	8.443
Transferência para entidades controladas conjuntamente	-	(5.111)	-	(5.111)
Cisão de uma associada	11.451	-	-	11.451
Transferência para ativos disponíveis para venda	-	(12.798)	-	(12.798)
Diferenças de conversão cambial	(1.247)	-	-	(1.247)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2025</b>	<b>337.105</b>	<b>115</b>	<b>-</b>	<b>337.220</b>
Adições	4.624	13.452	-	18.076
Alienações	(10.270)	-	-	(10.270)
Reversão de perdas por imparidade	-	2.228	-	2.228
Variação no justo valor das propriedades de investimento	(11.664)	-	-	(11.664)
Diferenças de conversão cambial	188	-	-	188
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2025</b>	<b>319.983</b>	<b>15.795</b>	<b>-</b>	<b>335.778</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o rédito (remunerações fixas, líquidas de eventuais descontos sobre as rendas fixas, remunerações variáveis, remunerações dos espaços comuns, direitos de ingresso e taxas de cessão) e os gastos operacionais diretos (imposto municipal sobre imóveis, seguros, conservação e reparação, gastos de comercialização e outros gastos associados à atividade do centro comercial) associados às propriedades de investimento do Grupo, tinham a seguinte composição:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Rendas	Gastos operacionais diretos	Rendas	Gastos operacionais diretos
Brasil	872	96	320	32
Resto da Europa	27.248	3.471	26.057	2.979
	<b>28.120</b>	<b>3.567</b>	<b>26.377</b>	<b>3.011</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as propriedades de investimento do Gli Orsi e Parklake tinham sido apresentadas como garantia real de empréstimos bancários contraídos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem, para além das acima indicadas, obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento ou para a sua reparação ou manutenção exceto quanto às obrigações descritas nas Notas 7.2 e 7.4.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o montante das propriedades de investimento em desenvolvimento era detalhado como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Propriedades de investimento ao custo:</b>		
Península Ibérica	13.452	-
Resto da europa	32.469	32.469
	<b>45.921</b>	<b>32.469</b>
Imparidades para propriedades de investimento ao custo	(30.126)	(32.354)
	<b>15.795</b>	<b>115</b>

Os montantes de 30,2 milhões de euros e 32,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente, registados na rubrica “Imparidade para propriedades de investimento ao custo” correspondem à estimativa efetuada pelo Conselho de Administração para perdas que poderão ocorrer em resultado de atrasos no desenvolvimento dos seus projetos, dadas as incertezas de mercado em relação aos mesmos.

### 3.12. Detalhe de perdas por imparidade

#### Políticas contabilísticas

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento), o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização, para os ativos a retirar, após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe das perdas/reversões por imparidade reconhecido na demonstração de resultados pode ser detalhado como segue:

	2025	2024
Perdas por imparidade - clientes	(1.136)	(1.306)
Perdas por imparidade - ativos fixos tangíveis	(1.446)	(7.778)
Perdas por imparidade - ativos intangíveis	(13.774)	(16.372)
Perdas por imparidade - goodwill	(12.004)	(8.728)
Outros	283	(193)
	<b>(28.077)</b>	<b>(34.377)</b>

## 4. Fundo de manei

### 4.1. Inventários

#### Políticas contabilísticas

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor das receitas comerciais e dos descontos de quantidade concedidos por fornecedores, ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

Os produtos acabados e intermédios e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos nesta natureza de inventários durante o exercício é reconhecido como variação da produção, na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em "Custo das vendas", bem como as reversões de imparidade. O inventário é desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo, sendo o seu valor contabilístico desreconhecido por contrapartida de "Custo das vendas".

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores, têm como base a prestação de serviços em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade, etc...) ou a participação de campanhas promocionais de produtos de fornecedores. Estes montantes afetam o valor dos inventários de mercadorias e são deduzidos à rúbrica de "Custo das vendas", na medida em que as respetivas mercadorias são vendidas.

O detalhe dos "Inventários" em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8.382	9.816
Mercadorias	1.276.893	1.202.473
Produtos acabados e intermédios	25.277	30.819
Produtos e trabalhos em curso	57.483	25.567
Adiantamentos por conta de compras	184	343
	<b>1.368.219</b>	<b>1.269.018</b>
Ajustamentos acumulados em inventários	(22.312)	(25.052)
<b>Inventários</b>	<b>1.345.907</b>	<b>1.243.966</b>

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 ascendem a 7.765 milhões de euros e 6.828 milhões de euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	2025	2024
Inventários iniciais	1.212.289	805.095
Efeito da conversão cambial	(22)	(40)
Alienação de subsidiárias (Nota 1.3.2)	(39.004)	349.841
Compras	7.913.388	6.918.674
Regularizações de inventários	(41.153)	(37.287)
Inventários finais	1.285.275	1.212.289
	<b>7.760.223</b>	<b>6.823.994</b>
Ajustamentos em inventários	5.112	3.900
<b>Custo das vendas</b>	<b>7.765.335</b>	<b>6.827.894</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social realizadas pelas unidades de retalho.

A variação de produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 ascendem a 10,6 milhões de euros negativos e 4,3 milhões de euros positivos, respetivamente.

### 4.2. Clientes

#### Políticas contabilísticas

A política contabilística relativa a clientes está descrita na Nota 5.c).

#### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, as perdas por imparidade são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada, cujo cálculo resulta da aplicação de perdas esperadas baseadas nos recebimentos no âmbito das vendas e prestações de serviços e das perdas de crédito históricas. Consideramos ainda que existem montantes para os quais não existe risco de crédito e como tal a perda de crédito esperada é nula, nomeadamente saldos com cartas de crédito, cauções, seguros de crédito e saldos com entidades relacionadas. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.



O detalhe dos “Clientes” em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é o seguinte:

	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 4.6)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 4.6)	Valor líquido
MC	72.799	(2.900)	69.899	68.418	(2.891)	65.527
Worten	26.093	(827)	25.266	30.909	(738)	30.171
Musti	7.859	(369)	7.490	5.723	-	5.723
Sierra	44.179	(7.017)	37.162	23.177	(6.232)	16.945
Bright Pixel	805	-	805	1.104	(29)	1.075
Outros	34.540	(1.874)	32.666	47.351	(3.365)	43.986
<b>Total</b>	<b>186.275</b>	<b>(12.987)</b>	<b>173.288</b>	<b>176.682</b>	<b>(13.255)</b>	<b>163.427</b>

31 dez 2025	Clientes						Total
	Não vencido	0 - 30 dias	30 - 90 dias	90 - 180 dias	180 - 360 dias	+ 360 dias	
	0% - 1,7%	0% - 2,38%	0% - 4,4%	0% - 6,03%	0% - 100%	0% - 100,00%	
MC	51.188	12.292	5.221	1.250	196	2.652	72.799
Worten	7.755	226	4.108	23	5.807	8.174	26.093
Musti	7.096	203	31	142	78	309	7.859
Sierra	36	24.725	2.214	3.772	6.661	6.771	44.179
Bright Pixel	784	-	19	2	-	-	805
Outros	25.363	4.030	2.311	328	746	1.762	34.540
<b>Total</b>	<b>92.222</b>	<b>41.476</b>	<b>13.904</b>	<b>5.517</b>	<b>13.488</b>	<b>19.668</b>	<b>186.275</b>
<b>Perdas por imparidade</b>							
MC	-	(25)	(5)	(23)	(196)	(2.651)	(2.900)
Worten	-	-	(3)	(5)	(52)	(767)	(827)
Musti	-	-	-	-	(60)	(309)	(369)
Sierra	-	-	(40)	(127)	(79)	(6.771)	(7.017)
Bright Pixel	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(8)	(4)	(5)	(395)	(1.462)	(1.874)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>	<b>(52)</b>	<b>(160)</b>	<b>(782)</b>	<b>(11.960)</b>	<b>(12.987)</b>
	<b>92.222</b>	<b>41.443</b>	<b>13.852</b>	<b>5.357</b>	<b>12.706</b>	<b>7.708</b>	<b>173.288</b>

31 dez 2024	Clientes						Total
	Não vencido	0 - 30 dias	30 - 90 dias	90 - 180 dias	180 - 360 dias	+ 360 dias	
	0% - 0,16%	0% - 0,43%	0% - 1,03%	0% - 2,18%	0% - 100%	0% - 100,00%	
MC	47.075	12.853	4.925	675	500	2.391	68.418
Worten	9.641	16.667	1.789	1.475	957	380	30.909
Musti	-	5.380	81	55	173	34	5.723
Sierra	3.763	6.776	2.551	4.353	360	5.375	23.177
Bright Pixel	1.035	40	-	-	-	29	1.104
Outros	32.437	4.191	5.777	1.030	820	3.095	47.351
<b>Total</b>	<b>93.951</b>	<b>45.907</b>	<b>15.123</b>	<b>7.588</b>	<b>2.810</b>	<b>11.304</b>	<b>176.682</b>
<b>Perdas por imparidade</b>							
MC	-	(9)	(13)	(67)	(415)	(2.388)	(2.891)
Worten	-	(207)	-	(161)	(9)	(361)	(738)
Sierra	-	(80)	(139)	(279)	(360)	(5.375)	(6.232)
Bright Pixel	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Outros	-	-	(1)	(81)	(276)	(3.006)	(3.365)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(296)</b>	<b>(153)</b>	<b>(588)</b>	<b>(1.060)</b>	<b>(11.159)</b>	<b>(13.255)</b>
	<b>93.951</b>	<b>45.611</b>	<b>14.970</b>	<b>7.000</b>	<b>1.750</b>	<b>145</b>	<b>163.427</b>

### 4.3. Outras dívidas de terceiros

#### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, as perdas por imparidade relativas a outras dívidas de terceiros são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada considerando a não existência de risco de crédito para saldos com entidades públicas, cauções, subsídios e entidades relacionadas e como tal a perda esperada é considerada nula. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.



O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Empréstimos concedidos a empresas relacionadas</b>	<b>15.116</b>	<b>20.103</b>
<b>Outros devedores</b>		
Fornecedores c/c - saldos devedores	50.216	123.949
Contratos de derivados associados a atividade comercial (Nota 5.2)	1.426	10.179
Adiantamentos a fornecedores	5.052	23.050
Contas a receber resultantes de campanhas promocionais desenvolvidas com parcerias	8.082	5.417
Formas de pagamento	24.945	41.249
IVA de imóveis e de descontos de talões	1.988	2.525
Adiantamentos a fornecedores de ativos tangíveis	8.077	5.246
Cauções	2.224	2.224
Vales e cheques oferta	1.664	2.306
Outras dívidas de terceiros	79.450	61.689
<b>Total de outros devedores</b>	<b>183.124</b>	<b>277.835</b>
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 4.6)	(9.578)	(9.741)
<b>Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber</b>	<b>(9.578)</b>	<b>(9.741)</b>
<b>Total de outras dívidas de terceiros</b>	<b>188.662</b>	<b>288.196</b>

O valor incluído na rubrica “Empréstimos concedidos a empresas relacionadas” é relativo na sua quase totalidade a suprimentos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas da Sierra. Estes suprimentos vencem juros a taxas normais de mercado.

Os valores incluídos em “Fornecedores c/c - saldos devedores” estão relacionados com adiantamentos a fornecedores e proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos resultantes de compras futuras no segmento retalho.

A linha de “Outras dívidas de terceiros” inclui, essencialmente, adiantamentos ao pessoal, garantias, devedores de ativos fixos tangíveis e devedores relativos a contratos de sublocação.

#### 4.4. Outros ativos correntes

##### Políticas contabilísticas

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores, têm como base a prestação de serviços em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade, etc...) ou a comparticipação de campanhas promocionais de produtos de fornecedores. Estes montantes afetam o valor dos inventários de mercadorias e são deduzidos à rubrica de “Custo vendas”, na medida em que as respetivas mercadorias são vendidas. As receitas comerciais são formalizadas contratualmente, com a identificação das datas da prestação do serviço ou da campanha promocional e do valor acordado, estando o seu reconhecimento dependente do cumprimento de obrigações de desempenho. Os

contratos de receitas comerciais dão origem à emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em pagamentos futuros de faturas ou através da cobrança direta. Os valores que ainda não tenham sido objeto de débito, atentos às condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em “Outros ativos correntes”.

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Receitas comerciais	34.524	63.350
Custos diferidos - fornecimentos e serviços externos	28.443	23.705
Faturação a emitir	7.322	8.049
Subsídios reconhecer	2.418	5.710
Custos diferidos - rendas	1.714	1.266
Outros ativos correntes	37.488	30.776
<b>Outros ativos correntes</b>	<b>111.909</b>	<b>132.856</b>

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do segmento retalho, comparticipadas por parceiros da Sonae e reconhecida em “Custo das vendas”.

#### 4.5. Outros ativos não correntes

O detalhe dos “Outros ativos não correntes” em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Empréstimos concedidos a empresas relacionadas</b>	<b>12.605</b>	<b>15.912</b>
<b>Cientes e outros devedores</b>		
Valores a receber relativos a sublocações	4.188	4.205
Cauções	17.011	14.995
Regime excecional de regularização de dívidas ao fisco	2.573	2.573
Outros	9.654	6.696
	<b>46.031</b>	<b>44.381</b>
Derivados não correntes (Nota 5.2)	4.362	8.496
<b>Total de instrumentos financeiros</b>	<b>50.393</b>	<b>52.877</b>
Outros ativos não correntes	8	17
<b>Outros ativos não correntes</b>	<b>50.401</b>	<b>52.895</b>

O valor incluído na rubrica “Empréstimos concedidos a empresas relacionadas” é relativo na sua quase totalidade a suprimentos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas da Sierra. Estes suprimentos vencem juros a taxas normais de mercado, que se encontram dependentes da evolução das taxas de juro em euros, as quais têm, historicamente, uma volatilidade baixa.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae, razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados (Nota 7).

#### 4.6. Movimento das perdas por imparidade relativas a clientes e outras dívidas de terceiros

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi o seguinte:

Perdas por imparidade	Cientes (Nota 4.2)	Outras dívidas de terceiros (Nota 4.3)
Saldo inicial 1 de janeiro de 2024	12.858	8.771
Aumentos	4.127	1.119
Diminuições	(3.743)	(425)
Outros	13	276
<b>Saldo inicial 1 de janeiro de 2025</b>	<b>13.255</b>	<b>9.741</b>
Aumentos	2.483	1.191
Diminuições	(1.347)	(774)
Alienações de subsidiárias	(1.984)	(8)
Outros	580	(573)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2025</b>	<b>12.987</b>	<b>9.578</b>

#### 4.7. Outros passivos não correntes

##### Políticas contabilísticas

Nas situações de tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”, os casos em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

#### Detalhe de outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Acionistas	168	961
Credores por aquisição de investimentos financeiros	19.490	39.210
Contratos de derivados associados a atividades comerciais (Nota 5.2)	9.426	8.070
Responsabilidade com programas de pontos	5.489	6.189
Depósitos de rendas de lojistas	2.478	2.478
Outras dívidas a terceiros não correntes	5.097	6.568
<b>Total de instrumentos financeiros (Nota 5.3)</b>	<b>42.148</b>	<b>63.476</b>
Diferimento do rédito associado à alienação das extensões de garantia no segmento da Worten	84.836	74.284
Comissões a receber	14.584	19.095
Encargos assumidos na alienação de imóveis	8.261	9.808
Subsídios investimento	7.302	6.610
Outros acréscimos e diferimentos	10.236	5.459
<b>Outros passivos não correntes</b>	<b>167.367</b>	<b>178.732</b>

A rubrica “Credores por aquisição de investimentos financeiros” em 2024 inclui 18,5 milhões de euros relativos à aquisição dos restantes 40% do capital da Arenal.

O valor incluído na rubrica “Encargos assumidos na alienação de imóveis” é relativo às despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, que no caso dos *Sale & Leaseback* estes valores foram pagos no momento da transação e o Grupo assumiu a responsabilidade futura.

Estima-se que os valores incluídos em “Outras dívidas a terceiros não correntes” correspondam aproximadamente ao seu justo valor.

#### 4.8. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os fornecedores tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Fornecedores conta corrente</b>		
MC	1.132.596	1.113.890
Worten	606.528	566.341
Musti	49.101	31.300
Sierra	7.548	6.570
Bright Pixel	154	236
Outros	25.839	59.347
	<b>1.821.766</b>	<b>1.777.684</b>
Fornecedores, faturas em receção e conferência	107.289	133.408
<b>Fornecedores</b>	<b>1.929.055</b>	<b>1.911.092</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional da Sonae. O Conselho de Administração entende que o justo valor destes saldos não difere significativamente do valor contabilístico e que o efeito de atualização destes montantes não é material.

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneo, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade (304 milhões de euros de créditos confirmados em 31 de dezembro de 2025 e 257 milhões de euros de créditos confirmados em 31 de dezembro de 2024). As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de "Fornecedores" até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira uma comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

#### 4.9. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Gastos com o pessoal	248.578	230.444
Outros fornecimentos e serviços externos	136.387	122.476
Publicidade e propaganda	10.349	19.156
Diferimento do rédito de extensões de garantia	19.586	16.375
Encargos financeiros a liquidar	8.372	10.792
Rendas fixas debitadas antecipadamente	8.929	8.877
Gastos com compras	7.495	7.438
Receitas antecipadas de clientes	3.859	3.796
Rendas e alugueres	3.144	3.181
Imposto municipal sobre imóveis	2.015	1.951
Outros	27.377	34.175
<b>Outros passivos correntes</b>	<b>476.091</b>	<b>458.661</b>

#### 4.10. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Fornecedores de ativos fixos	116.218	120.671
Outras dívidas	176.183	204.824
	<b>292.401</b>	<b>325.495</b>
Empresas participadas e participantes	-	371
<b>Outras dívidas a terceiros</b>	<b>292.401</b>	<b>325.866</b>

A rubrica "Outras dívidas" inclui:

- 55.986 milhares de euros (72.292 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta, cartões prenda e talões de desconto;

- 29.044 milhares de euros (21.410 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024) relativos a descontos atribuídos, no âmbito do "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos e não incorpora juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

#### 4.11. Outros impostos e contribuições

O detalhe da rubrica “Outros impostos e contribuições” em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Valores devedores</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	23.240	23.569
Outros impostos	4.978	5.427
	<b>28.218</b>	<b>28.996</b>
<b>Valores credores</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado	112.413	117.479
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	13.947	17.148
Contribuições para a Segurança Social	26.615	27.076
Outros impostos	658	1.249
	<b>153.633</b>	<b>162.952</b>

#### 4.12. Imposto sobre o rendimento

##### Políticas contabilísticas

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae.

A Sonae é a sociedade dominante do Grupo abrangido pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades. Os prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas dentro do Grupo são parcialmente compensados pela entidade dominante do Grupo. Relativamente aos prejuízos fiscais gerados pelas empresas dominadas não compensados no exercício, serão compensados à medida que o Grupo recupere, tendo em conta os lucros tributáveis futuros do Grupo, ficando o montante por compensar registado no Ativo não corrente numa conta a receber do Grupo. Cada empresa regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais sendo o imposto apurado registado por contrapartida da rubrica de empresas do Grupo. O regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente, e ainda que por intermédio de sociedades residentes

noutro Estado Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, desde que, neste último caso, exista obrigação de cooperação administrativa, em pelo menos, 75% do capital, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto, desde que cumpridos determinados requisitos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

##### Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes

A Sonae e as suas participadas, nas quais detenha controlo, direta ou indiretamente, apresentam-se como entidades constituintes de um grupo multinacional para efeitos Pilar2, cuja entidade mãe final é a Efanor Investimentos, SGPS, S.E., nos termos da Diretiva EU 2022/2523 do Conselho de 14 de setembro de 2022 (Pilar 2) e da Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro.

Consequentemente, nos termos e condições previstos na mencionada Diretiva e Lei, o Grupo Efanor deve assegurar, em cada jurisdição em que se situa, o pagamento de uma taxa efetiva de imposto de 15%. Se a taxa de imposto na jurisdição apresentar percentagem inferior, uma taxa de imposto complementar (Top-up-Tax ou TuT) será aplicável para garantir essa taxa de imposto de 15% em relação a essa jurisdição.

No entanto, o Pilar2 prevê ainda uma disposição de salvaguarda (Safe Harbour) temporária baseada na declaração da informação financeira e fiscal por país ou jurisdição (“Country-by-Country Report”, CbCR), de modo a evitar o aumento da carga administrativa para os grupos multinacionais sujeitos. Esta regra de salvaguarda temporária (2024 a 2026) permite excluir do cálculo completo as jurisdições que cumpram pelo menos 1 dos 3 testes previstos: teste de Minimis, teste da ETR (“Effective Tax Rate”) simplificada e teste da Substância.

A composição do Grupo Efanor no exercício fiscal de 2025 inclui 439 Entidades Constituintes situadas em 33 jurisdições diferentes, apresentando-se a EFANOR Investimentos SGPS, S.E, como Entidade Mãe Final.

Da realização dos testes referentes ao período transitório, são excluídas 28 jurisdições e consequentemente 401 entidades constituintes pelo cumprimento de pelo menos um dos três referidos testes.

Nas jurisdições remanescentes – Finlândia, Luxemburgo, Hungria, Malta e Países Baixos – foram efetuados os cálculos, por forma a verificar a existência (ou não) de um imposto complementar.

Em face do acima exposto, a 31 de dezembro de 2025, no Grupo Sonae, foram estimados valores de imposto relativos ao Pilar2 (Tut) na rubrica de “Imposto sobre o rendimento” na demonstração de resultados consolidados no valor de 2 milhões de euros (2,1 milhões de euros em 2024).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 3.1.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal, nem dê origem a diferenças temporárias tributárias e dedutíveis equivalentes.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Sonae trata a situação como um passivo contingente, ou seja não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao

pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo em “Imposto sobre o rendimento” a receber, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

#### 4.12.1. Imposto sobre o rendimento

O detalhe do imposto sobre o rendimento na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Valores devedores</b>		
Imposto sobre o rendimento	39.866	65.742
Imposto sobre o rendimento com entidade participadas	147	178
Regime excecional de regulariz.dívidas ao fisco	3.722	3.722
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>43.735</b>	<b>69.642</b>
<b>Valores credores</b>		
Imposto sobre o rendimento	34.141	25.664
Imposto sobre o rendimento com entidades participadas	1.398	31
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>35.539</b>	<b>25.694</b>

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são detalhados como segue:

	2025	2024
Imposto estimado para o exercício	38.840	59.285
Imposto diferido	17.764	(15.511)
	<b>56.604</b>	<b>43.774</b>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 pode ser analisada como segue:

	2025	2024
Resultado antes de impostos	356.463	329.799
<b>Taxa teórica de 20% (21% em 2024)</b>	<b>71.293</b>	<b>69.258</b>
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	1.547	(4.990)
Diferença entre mais e menos valias fiscais, contabilísticas e outras	(8.549)	(304)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	(25.437)	(36.394)
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	(6.725)	4.586
Prejuízos fiscais utilizados no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	(211)	(8.066)
Prejuízos fiscais gerados no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	8.678	4.493
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	5.817	24.505
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	27.919	(6.667)
Efeito da constatação ou reversão de benefícios fiscais	(16.735)	(17.671)
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	(10.842)	3.816
Tributação autónoma	4.033	5.085
Derrama	10.007	4.556
Pillar 2	2.032	2.110
Alteração da taxa dos impostos diferidos em Portugal	(6.971)	(850)
Outros	748	304
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>56.604</b>	<b>43.774</b>

#### 4.12.2. Impostos diferidos

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2025 no segmento do retalho um valor de 8,1 milhões de euros (24 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal espanhol e que podem ser recuperados por este em Espanha. Em 31 de dezembro de 2023, a sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A. em Espanha era a entidade representante do grupo fiscal em Espanha. Em 2024 a Worten Distribución S.L. assumiu essa representação, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A..

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como das restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 5 anos.

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 5 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 5 anos da projeção.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	158	274	195.757	200.456
Diferenças temporárias em ativos fixos tangíveis e intangíveis	-	-	120.891	112.881
Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial	-	-	20.460	30.911
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	24.071	34.676	-	-
Imparidade de ativos	-	-	639	639
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	2.798	2.689	1.319	3.955
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	81.434	75.617
Prejuízos fiscais reportáveis	119.549	138.448	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	36	35
Benefícios fiscais	76.263	76.059	20.432	18.531
Direitos de uso	93.670	98.788	111.300	121.283
Outros	10.146	9.533	109	1.524
	<b>326.655</b>	<b>360.466</b>	<b>552.377</b>	<b>565.833</b>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi como segue:

Ativos por impostos diferidos	2025				Saldo final
	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capital	Outros Nota 1.3.2	
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	274	(116)	-	-	158
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	34.676	(2.446)	-	(8.159)	24.071
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	2.689	-	110	-	2.798
Prejuízos fiscais reportáveis	138.448	(18.900)	-	-	119.549
Benefícios fiscais	76.059	204	-	-	76.263
Direitos de uso	98.788	(5.118)	-	-	93.670
Outros	9.532	759	-	(146)	10.146
	<b>360.466</b>	<b>(25.617)</b>	<b>110</b>	<b>(8.305)</b>	<b>326.655</b>

Passivos por impostos diferidos	2025				
	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capital	Outros Notas 1.3.1 e 1.3.2	Saldo final
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	200.456	(6.471)	-	1.772	195.757
Diferenças temporárias em ativos fixos tangíveis e intangíveis	112.881	9.604	-	(1.594)	120.891
Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial	30.911	(10.451)	-	-	20.460
Imparidade de ativos	639	-	-	-	639
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	3.955	-	(2.636)	-	1.319
Amortização do goodwill para efeitos fiscais	75.617	5.817	-	-	81.434
Mais / menos valias reinvestidas	35	1	-	-	36
Benefícios fiscais	18.531	1.900	-	-	20.432
Direitos de uso	121.283	(6.737)	-	(3.246)	111.300
Outros	1.524	(1.516)	-	101	109
	<b>565.833</b>	<b>(7.853)</b>	<b>(2.636)</b>	<b>(2.967)</b>	<b>552.377</b>

Ativos por impostos diferidos	2024				
	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capital	Outros	Saldo final
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	5.397	(5.123)	-	-	274
Diferenças temporárias em ativos fixos tangíveis e intangíveis	138	(138)	-	-	-
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	29.636	5.040	-	-	34.676
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	2.744	-	(55)	-	2.689
Prejuízos fiscais reportáveis	92.045	46.403	-	-	138.448
Benefícios fiscais	64.502	11.557	-	-	76.059
Direitos de uso	26.730	(1.192)	-	73.251	98.788
Outros	6.176	1.130	-	2.226	9.533
	<b>227.368</b>	<b>57.677</b>	<b>(55)</b>	<b>75.477</b>	<b>360.466</b>

Passivos por impostos diferidos	2024				
	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capital	Outros	Saldo final
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	90.333	(1.323)	-	111.446	200.456
Diferenças temporárias em ativos fixos tangíveis e intangíveis	104.623	8.258	-	-	112.881
Diferença temporária em goodwill negativo e aplicação do método da equivalência patrimonial	34.689	(3.777)	-	-	30.911
Imparidade de ativos	639	-	-	-	639
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	3.839	-	117	-	3.955
Amortização do goodwill para efeitos fiscais	51.187	24.430	-	-	75.617
Mais / menos valias reinvestidas	27	-	-	8	35
Benefícios fiscais	18.140	391	-	-	18.531
Direitos de uso	23.953	24.079	-	73.251	121.283
Outros	1.256	(9.894)	-	10.162	1.524
	<b>328.685</b>	<b>42.164</b>	<b>117</b>	<b>194.867</b>	<b>565.833</b>

Em Portugal, a Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, veio introduzir um regime transitório aplicável até 2028, o qual prevê a redução progressiva da taxa de IRC de 20% para 17%.

Em 31 de dezembro de 2025, a taxa de imposto considerada para efeitos de mensuração dos ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais das entidades portuguesas situa-se entre 19% e 17%, em função da estimativa do período em que se perspetiva a respetiva utilização.

Relativamente às diferenças temporárias, positivas ou negativas, geradas por entidades residentes em Portugal, à taxa de IRC acrescem as taxas de derrama municipal e de derrama estadual, sempre que se perspetive o pagamento nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos correspondentes.

No que respeita às entidades e sucursais localizadas no estrangeiro, foram consideradas as taxas de imposto aplicáveis nas respetivas jurisdições

País	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos
<b>Sem limite de data de utilização</b>				
Espanha	36.006	9.001	98.601	24.650
Finlândia	21.905	4.381	8.050	1.610
Portugal	530.830	106.166	560.940	112.188
	<b>588.741</b>	<b>119.549</b>	<b>667.590</b>	<b>138.448</b>



Em 31 de dezembro de 2025, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 584 milhões de euros (580 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

País	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto
<b>Com limite de data de utilização</b>				
Colômbia	429	150	796	278
Grécia	2.452	539	2.298	504
Luxemburgo	21.203	5.092	19.697	4.914
México	-	-	123	37
Roménia	74.939	11.991	71.330	11.415
	<b>99.023</b>	<b>17.772</b>	<b>94.244</b>	<b>17.147</b>
<b>Sem limite de data de utilização</b>				
Alemanha	12.774	3.988	18.824	5.877
Bélgica	3.624	906	1.511	378
Brasil	27.900	9.486	26.131	8.885
Espanha	375.521	93.880	371.352	92.838
França	2.394	598	1.075	269
Itália	8.763	2.103	9.240	2.218
Irlanda	64	16	55	14
Países Baixos	26.910	5.739	28.744	6.438
Reino Unido	4.041	1.010	5.853	1.463
Portugal	22.945	3.910	23.214	4.643
	<b>484.936</b>	<b>121.637</b>	<b>485.999</b>	<b>123.022</b>
	<b>583.959</b>	<b>139.409</b>	<b>580.243</b>	<b>140.169</b>

Em Espanha, na sequência de decisões proferidas pelo Tribunal Supremo em 2016 e 2018, foi reconhecido à MC o direito à dedução fiscal da amortização do Goodwill relativa ao exercício de 2008.

No exercício de 2018, o Grupo procedeu ao reconhecimento de passivos por impostos diferidos no montante de 22,1 milhões de euros, associados à dedução fiscal da amortização do Goodwill referente aos exercícios de 2012 a 2018.

Em 2024, no seguimento de duas novas decisões favoráveis do Tribunal Supremo, foi reconhecido ao Grupo o direito à dedução da amortização do Goodwill respeitante aos exercícios de 2008 a 2011. Em consequência, foram reconhecidos passivos por impostos diferidos no montante de 18,6 milhões de euros, correspondentes a esses exercícios. Nos exercícios subsequentes, foram igualmente reconhecidos passivos por impostos diferidos no montante de 5,8 milhões de euros por exercício.



## 5. Instrumentos financeiros

### Políticas contabilísticas

A Sonae classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 5.3.

#### (a) Ativos financeiros

##### Políticas contabilísticas

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira do Grupo na data de negociação ou contratação, que é a data em que o Grupo se compromete a adquirir o ativo.

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Grupo na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, o que deverá ser pouco frequente, tendo de ser significativo para a operação da Sociedade e demonstrável perante terceiros, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que se qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):

a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o Grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o Grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

São ainda classificados nesta rúbrica os investimentos em associadas, detidos por uma organização de capital de risco ou equivalente, que o Grupo tenha optado, no reconhecimento inicial, por mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9. O Grupo faz esta opção separadamente para cada associada.

No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do exercício em que ocorrem na respetiva rubrica de “Ganhos ou perdas em ativos registados ao justo valor através de resultados”, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e dividendos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram ou são transferidos os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

### *Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes*

A Sonae avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através do outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” (Nota 4.2), o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimento históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0%, e por isso, a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Sonae aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de “Clientes”, “Outras dívidas de terceiros” e “Outros ativos correntes” são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

### **(b) Empréstimos concedidos**

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade e encontram-se registados na categoria da IFRS 9 – Ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 5.3.

### *Julgamentos e estimativas contabilísticas relevantes*

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 4.

### **(c) Clientes e outras dívidas de terceiros**

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

### **(d) Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inicial inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Outros empréstimos”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

### **(e) Classificação de capital próprio ou passivo**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae, após dedução dos passivos, e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

### **(f) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos bancários”, “Empréstimos obrigacionistas”, “Outros empréstimos”, “Outros passivos não correntes”, “Fornecedores”, “Outros passivos correntes” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### **(g) Empréstimos obtidos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 6.7. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

### **(h) Empréstimos convertíveis em ações**

Nas situações em que a Sonae emite instrumentos compostos, nomeadamente obrigações convertíveis, as componentes de passivo financeiro e de capital próprio são reconhecidas nas demonstrações financeiras separadamente de acordo com a substância dos termos contratuais e as definições de instrumento de passivo e de instrumento de capital próprio. A

opção de conversão que será liquidada através da extinção do passivo pela entrega de um número fixo de ações do Grupo é considerada um instrumento de capital próprio.

Na data de emissão, o justo valor da componente de passivo é estimado utilizando para o efeito a taxa de juro de mercado para um instrumento de dívida similar, mas não convertível. Este montante é reconhecido como um passivo a custo amortizado utilizando a taxa de juro efetiva até ao momento da sua conversão em ações ou na data de maturidade do empréstimo caso não seja convertido.

A opção de conversão é classificada como capital próprio e o seu valor é estimado por dedução ao valor do instrumento como um todo do montante alocado à componente de passivo, sendo este montante reconhecido diretamente em capital próprio. Este montante ficará em capital próprio até ao final do contrato sendo transferido para a rubrica de resultados transitados na situação em que o instrumento atinja a maturidade sem que seja exercida a opção de conversão.

Os custos de transação são alocados proporcionalmente à componente de passivo e de capital próprio, sendo tratados consistentemente com essa classificação.

### **(i) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### **(j) Confirming**

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de “Fornecedores” até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

### (k) Instrumentos financeiros derivados

A Sonae utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de “funding”, não sendo utilizados derivados com o objetivo de especulação.

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- o rácio de cobertura designado pela Sonae, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações

perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (*forwards*) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados na rubrica “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros”.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente *forwards* cambiais), em relação aos quais o Grupo não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa associados ao preço de energia. Estas coberturas tendencialmente configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, podem não configurar relações perfeitas de cobertura pelo que não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações dos preços da energia.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

## (I) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Outras reservas e resultados transitados”.

### 5.1. Gestão de Risco Financeiro

#### 5.1.1. Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a sua atividade operacional, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

Devido à natureza diversificada da Sonae, esta está exposta a uma diversidade de riscos financeiros pelo que, quando aplicável, cada negócio é responsável por, definir as suas próprias políticas de gestão de risco financeiro, acompanhar a sua exposição individual e implementar as políticas aprovadas. Assim sendo, para alguns riscos, não existem políticas de gestão de riscos transversais a toda Sonae, mas sim quando apropriado, políticas de risco individuais e adaptadas às características de cada negócio podendo, todavia, existir princípios orientadores comuns. As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível das Comissões Executivas e/ou Conselho de Administração, consoante o caso de cada área de negócio e os riscos são identificados e monitorizados pelos respetivos Departamentos Financeiros e de Tesouraria. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças, conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo das Sociedades.

A Comissão de Finanças coordena e analisa, entre outras responsabilidades, as políticas de gestão de riscos financeiros globais da Sonae. O Departamento de Finanças da Sonae é responsável por consolidar e medir a exposição consolidada dos riscos financeiros para efeitos de reporte, sendo também responsável por apoiar cada negócio na gestão individual dos riscos de moeda, taxa de juro, bem como os riscos de liquidez e de refinanciamento através do *Corporate Dealing Desk*. As posições são registadas num sistema central (*Treasury Management System*) e o controlo e elaboração de relatórios é efetuado quer ao nível do negócio, numa base diária, quer numa base consolidada para a reunião mensal da Comissão de Finanças.

#### 5.1.2. Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

##### 5.1.2.1 Risco de Crédito associado a aplicações financeiras, derivados, empréstimos a entidades relacionadas e outras contas a receber

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Adicionalmente, no que toca aos montantes considerados na Nota 6.6 “Caixa e equivalentes de caixa”, é importante reforçar que as aplicações efetuadas são sempre por prazos curtos, coincidindo sempre que possível com pagamentos previstos e são definidos limites de exposição máximos a cada uma das contrapartes a fim de evitar concentração significativa de risco de contraparte;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições; e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Pontualmente existem negócios que podem definir um limite máximo de exposição por contraparte ou regras ainda mais conservadoras do que as atrás descritas;

- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pelos respetivos Departamentos Financeiros e os desvios reportados à Comissão Executiva / Conselho de Administração respetivo(a) e à Comissão de Finanças.

Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o exercício ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo. O valor bruto contabilístico dos itens classificados como “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” incluído em outras dívidas de terceiros (Nota 4.3) reflete o risco de crédito máximo do Grupo relativamente nesta rubrica, totalizando 15,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2025 (20,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2024).

#### 5.1.2.2 Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional de cada negócio

Neste caso devido às especificidades de cada negócio, e conseqüentemente da diferente tipologia dos riscos de crédito, cada negócio determina qual a política mais apropriada, estando as mesmas abaixo descritas. Todavia as políticas pautam-se por alguns princípios transversais de prudência, conservadorismo e implementação de mecanismos de controlo.

##### - MC, Worten e Musti

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações é a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

##### - Sierra

O risco de crédito resulta essencialmente do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais geridos pelo negócio e das restantes dívidas de terceiros. O acompanhamento do risco de crédito dos lojistas dos centros comerciais, é efetuado pela adequada avaliação de risco efetuada antes da aceitação de lojistas nos centros comerciais e pelo adequado acompanhamento dos limites de crédito atribuídos a cada lojista.

##### - Bright Pixel

No negócio das Tecnologias, a exposição ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do negócio. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuam para mitigar este risco.

##### - Sonae SGPS

A Sonae SGPS não tem qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portefólio de participações. Como tal, numa base regular, a empresa só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos) em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura, aplicando os princípios referidos na nota 5.2.

Adicionalmente, a Sonae SGPS poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portefólio (compra ou venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de *escrow accounts*, obtenção de colaterais, etc.) com a supervisão da Comissão Executiva.

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” (Nota 4.2). De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de “Clientes” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso, como referido na Nota 4.2. O montante relativo a clientes, representa a máxima exposição da Sonae ao risco de crédito dos ativos incluídos nessa rubrica.

### 5.1.3. Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros, por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2025, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos) é de 2.058 milhões de euros (2.173 milhões de euros em dezembro de 2024) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos (Sierra), que são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalente de caixa, mediante a emissão de dívida de longo prazo, de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2025, a maturidade média da dívida da Sonae, é de aproximadamente 4,2 anos (2024: 3,3 anos) excluindo os contributos dos empreendimentos conjuntos, que consolidam pelo método de equivalência patrimonial;
- Negociações de cláusulas contratuais (covenants) que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;

- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2025, conforme descrito na Nota 6.4, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2026 é de 168 milhões de euros (194 milhões de euros com vencimento para 2025 a 31 de dezembro de 2024) e em 31 de dezembro de 2025 a Sonae tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 323 milhões de euros (309 milhões de euros em 2024) com compromisso inferior ou igual a um ano e 915 milhões de euros (752 milhões de euros em 2024) com compromisso superior a um ano. A maturidade dos instrumentos financeiros encontra-se detalhada na Nota 6.4 (Empréstimos).

Adicionalmente, a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2025 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa de 585 milhões de euros (600 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024) (Nota 6.6).

Face ao anteriormente exposto, apesar de o passivo corrente ser superior ao ativo corrente, situação natural pelo facto de o seu principal negócio ter necessidades de fundo de maneiço negativo, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

### 5.1.4. Risco de taxa de juro

#### 5.1.4.1 Políticas

Uma vez que cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não há uma política única para a Sonae, mas sim políticas individuais adaptadas ao tipo de exposição existente e que são descritas abaixo. Como anteriormente mencionado, ao nível consolidado, na Comissão de Finanças, bem como ao nível de cada negócio, a exposição da Sonae é regularmente monitorizada. Embora não haja uma política de gestão de risco de taxa de juro transversal, relativamente à contratação de derivados para gerir o risco de taxa de juro, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae, abaixo referidos:



- A atividade de cobertura das empresas da Sonae não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 5.1.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;
- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela respetiva Comissão Executiva / Conselho de Administração e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade

de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

#### - MC, Worten e Musti

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo destas holdings é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

#### - Sierra

As receitas e *cash-flows* da Sierra são minimamente influenciadas pela variação de taxas de juro, na medida em que as disponibilidades do Grupo, bem como os eventuais financiamentos concedidos a outras empresas da Sierra, se encontram unicamente dependentes da evolução das taxas de juro do Euro.

Em financiamentos de longo prazo e como forma de cobrir a eventual variação de taxa de juro a longo prazo, a Sierra contrata, sempre que apropriado, instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash-flows* (*swaps* ou *zero cost collars* de taxa de juro) os quais representam coberturas perfeitas desses financiamentos de longo prazo, tendo em algumas situações optado igualmente por fixar a taxa de juro dos financiamentos nos primeiros anos desses contratos e irá analisar a possibilidade de contratar posteriormente *swaps* ou *zero cost collars* de taxa de juro, para cobrir os seus fluxos de caixa no período remanescente desses contratos de financiamento.

#### - Bright Pixel

No negócio das Tecnologias a totalidade do endividamento encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido a baixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do negócio, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

## - Sonae SGPS e outros

A Sonae SGPS está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo). Uma parte significativa da dívida da Sonae SGPS encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando *swaps* de taxa de juro), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando *caps*).

A Sonae SGPS minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis sem, contudo, ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade, e consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco ao nível individual é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae SGPS não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e deverá respeitar rigorosamente os princípios atrás definidos.

### 5.1.4.2 Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade a alterações de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na

demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IFRS 9 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 100 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae em 31 de dezembro de 2025 seria inferior em cerca de 13 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2024 seria inferior em cerca de 14,8 milhões euros).

### 5.1.5. Risco de taxa de câmbio

#### 5.1.5.1 Políticas

A Sonae tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes jurisdições, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados e em diferentes ambientes económicos, não está definida uma política uniforme para toda a Sonae, mas sim políticas individuais para cada negócio tal como seguidamente descrito. A exposição da Sonae ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio). Embora não haja uma política de gestão

de risco de taxa de câmbio transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco de taxa de câmbio, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 5.1.4.

#### - MC e Worten

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. Estes segmentos estão maioritariamente expostos ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas maioritariamente em USD.

Estes segmentos pretendem limitar o risco de exposição a moedas estrangeiras associada a transações operacionais. A diminuição do risco da exposição cambial pode ser obtida, entre outras formas, através da contratação de derivados financeiros que permitem replicar a cobertura natural através de movimentos financeiros, sempre em linha com a política de risco taxa de câmbio existente.

A gestão do risco da taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

#### - Musti

Como uma parte significativa dos negócios do grupo Musti está em países fora da zona do euro, a demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do Grupo estão expostos a flutuações nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras. As principais moedas de exposição a transações são USD e GBP, nas quais o Grupo tem “outflows” relativas a compras de mercadorias. A exposição à transposição surge das subsidiárias que reportam em SEK e NOK, pois os resultados e a posição financeira são consolidados ao nível da Sonae.

#### - Sierra

A atividade operacional de cada empresa incluída na consolidação é desenvolvida essencialmente no país em que opera e, conseqüentemente, a grande maioria das suas transações são mantidas na divisa do país em que a participada opera. A política de cobertura deste risco específico por cada uma das participadas passa por evitar, na medida do possível, a contratação de serviços expressos em divisas.

#### - Bright Pixel

O negócio das Tecnologias opera internacionalmente e detém uma subsidiária no Reino Unido. O negócio detém ainda ativos financeiros a justo valor relativos a interesses de capital em empresas localizadas em países com moedas diferentes do euro. Assim, o negócio está exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, dos investimentos em ativos financeiros mensurados ao justo valor relativos a interesses de capital em empresas localizadas em países com moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

#### - Sonae SGPS

A Sonae SGPS enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado. Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio. Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae SGPS cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio sujeitas, contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

### 5.1.5.2 Exposição e análise de sensibilidade

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os montantes de ativos e passivos financeiros da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Libra Inglesa	19.721	16.848	23	36
Dólar Americano	163.828	171.800	20.108	36.752
Outras moedas	1.958	1.709	-	12
	<b>185.507</b>	<b>190.357</b>	<b>20.131</b>	<b>36.800</b>

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras.

A sensibilidade do Grupo a variações nas taxas de câmbio, se considerarmos uma variação de 5%, pode ser analisada como segue:

	Resultados	
	2025	2024
Libra Inglesa	985	841
Dólar Americano	7.186	6.752
Outras moedas	98	85
	<b>8.269</b>	<b>7.678</b>

### 5.1.6. Risco de preço

#### 5.1.6.1 Preço da Energia

A Sonae é um consumidor de eletricidade nos seus vários negócios e detém uma participada que compra energia elétrica em mercado organizado (OMIE) e vende a terceiros. Cada negócio tem diferente exposição e risco face ao preço da energia pelo que não está definida uma política uniforme para toda a Sonae.

A exposição da Sonae ao risco de preço de energia está presente ao nível do risco de transação, através de variações no preço de energia relativos aos fluxos de tesouraria futuros. Embora não haja uma política de gestão de risco de preço de energia transversal no que diz respeito à contratação de derivados para gestão do risco do preço da energia, também se aplicam para todas as empresas da Sonae, com as necessárias adaptações, os princípios referidos no ponto 5.1.4.

O impacto nos diferentes segmentos nas demonstrações financeiras das variações no preço de energia é limitado, considerando o peso que os custos de energia têm no valor das vendas totais das holdings. Estas holdings estão maioritariamente expostas ao risco de preço de energia, através do seu consumo nos vários negócios.

Estes segmentos podem limitar o risco de exposição ao preço de energia associada a transações operacionais. A diminuição do risco da exposição ao preço de energia pode ser efetuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras ou físicas, nos mercados energéticos a prazo. Os instrumentos financeiros negociados podem incluir acordos bilaterais e futuros para fixação de preços.

#### 5.1.6.2 Valor dos Investimentos

A Sonae está exposta ao risco de preço decorrente do valor dos ativos a justo valor através de resultados e do outro rendimento integral (Nota 3.4). Estes investimentos são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos. Para gerir o risco de preço destes investimentos em instrumentos de capital, o Grupo diversifica a sua carteira.

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes da variação do preço da ação da Sonae SGPS devido as responsabilidades relativas à política de remuneração descrita no relatório do governo da sociedade a colaboradores Sonae, conforme explicado na Nota 2.3.

#### 5.1.6.3 Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

A Sonae apresentou em 2025 um *gearing* médio (contabilístico) de 0,9x (0,9x em 2024).

## 5.2. Instrumentos financeiros derivados

### Derivados de taxa de câmbio

#### Política contabilística

A Sonae utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae contratou diversos *forwards* de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de cobertura de câmbio, calculados tendo por base os valores de mercado atuais, de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio, é no passivo, 2.846 milhares de euros e, no ativo, de 1.033 milhares de euros (1.962 milhares de euros no passivo e 8.662 milhares de euros no ativo, em 31 de dezembro de 2024).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira consolidada do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Gastos e perdas financeiros” (Nota 6.7).

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de “cash flow” e na rubrica “Outros gastos” ou “Outros rendimentos” se relativa a atividades operacionais, caso seja relativo a financiamento na rubrica de “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Gastos e perdas financeiros”, quando considerados de cobertura de justo valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de negociação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos” ou “Outros rendimentos”.

### Derivados de taxa de juro

#### Política contabilística

A Sonae utiliza *swaps*, *Caps* e *zero cost collars* de taxa de juro por forma minimizar o risco de taxa de juro. Os *swaps*, *caps* e os *zero cost collars* de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data de relato, determinado por avaliação efetuada pelas entidades bancárias com os quais esses derivados foram contratados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data de relato dos *cash-flows* futuros correspondentes à diferença entre a taxa de juro a pagar pelo Grupo à contraparte do derivado e a taxa de juro variável a receber pelo Grupo da contraparte do derivado sendo que esta taxa de juro variável corresponde à taxa de juro indexante contratada com a entidade que concedeu o financiamento. Adicionalmente, foram efetuados testes ao justo valor desses instrumentos financeiros derivados, no sentido de revalidar o justo valor determinado por aquelas entidades.

Os princípios de cobertura de risco utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura são os seguintes:

- “Matching” entre *cash-flows* pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos contratados e trocados com o banco;
- “Matching” entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;
- Num cenário de subida ou descida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está perfeitamente limitado e calculado.

O justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura eficazes foi registado por contrapartida da rubrica de reservas de cobertura do Grupo (967 milhares de euros no ativo e 3.557 milhares de euros no passivo em 31 de dezembro de 2025 e 1.541 milhares de euros no ativo e 6.803 milhares de euros no passivo em 31 de dezembro de 2024).

### Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

#### Política contabilística

O Grupo utiliza instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio (*forwards*) de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de “hedge accounting”. Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas

de cobertura não recebem tratamento de “hedge accounting”, mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais o Grupo pretende cobrir o risco cambial.

Em 31 de dezembro de 2025 o justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura de taxa de câmbio foi registado por 915 milhares de euros.

## Derivados de preço de energia

### Política contabilística

No âmbito da sua atuação no mercado Ibérico de eletricidade, a Sonae compra energia elétrica em mercado organizado (OMIE), vende a terceiros e é um consumidor de eletricidade nos seus vários negócios.

A gestão do preço da eletricidade pode ser efetuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objetivo reduzir a volatilidade do impacto económico proveniente da variação do preço da eletricidade dentro dos limites de negociação definidos pela política de risco das empresas envolvidas. Os instrumentos financeiros negociados podem incluir acordos bilaterais e futuros para fixação de preços.

O justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura eficazes foi registado por contrapartida da rubrica de reservas de cobertura do Grupo (5.013 milhares de euros no ativo e 11.125 milhares de euros no passivo em 31 de dezembro de 2025 e 9.891 milhares de euros no ativo e 8.278 milhares de euros no passivo em 31 de dezembro de 2024).

### Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

Derivados operacionais	Ativos				Passivos			
	31 dez 2025		31 dez 2024		31 dez 2025		31 dez 2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Derivados de cobertura</b>								
Taxa de câmbio	260	-	7.586	-	1.790	-	1.470	-
Eletricidade	1.166	3.847	2.593	7.298	1.699	9.426	208	8.070
	<b>1.426</b>	<b>3.847</b>	<b>10.179</b>	<b>7.298</b>	<b>3.489</b>	<b>9.426</b>	<b>1.677</b>	<b>8.070</b>

Derivados financeiros	Ativos				Passivos			
	31 dez 2025		31 dez 2024		31 dez 2025		31 dez 2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Derivados de cobertura</b>								
Taxa de câmbio	773	-	1.076	-	936	120	252	240
Taxa de juro	452	515	343	1.198	1.660	1.897	3.993	2.810
	<b>1.225</b>	<b>515</b>	<b>1.419</b>	<b>1.198</b>	<b>2.595</b>	<b>2.017</b>	<b>4.245</b>	<b>3.050</b>

Os instrumentos derivados acima descritos encontram-se valorizados ao justo valor classificados no nível 2 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor.

### 5.3. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos registados ao justo valor através de resultados	Derivados	Outros ativos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2025</b>							
<b>Ativos não correntes</b>							
Ativos financeiros ao justo valor	3.4	-	1.585	250.673	-	-	252.258
Outros investimentos	3.5	8.140	-	7.848	-	-	15.988
Outros ativos não correntes	4.5	43.458	-	-	4.362	2.581	50.401
		<b>51.598</b>	<b>1.585</b>	<b>258.521</b>	<b>4.362</b>	<b>2.581</b>	<b>318.647</b>
<b>Ativos correntes</b>							
Clientes	4.2	173.288	-	-	-	-	173.288
Outras dívidas de terceiros	4.3	177.171	-	-	1.426	10.065	188.662
Outros investimentos	3.5	-	-	-	1.225	-	1.225
Outros ativos correntes	4.4	41.846	-	-	-	70.063	111.909
Caixa e equivalentes de caixa	6.6	585.369	-	-	-	-	585.369
		<b>977.674</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.651</b>	<b>80.128</b>	<b>1.060.453</b>
		<b>1.029.272</b>	<b>1.585</b>	<b>258.521</b>	<b>7.013</b>	<b>82.709</b>	<b>1.379.100</b>

Ativos financeiros	Notas	Ativos ao custo amortizado	Ativos registrados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos registrados ao justo valor através de resultados	Derivados	Outros ativos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2024</b>							
<b>Ativos não correntes</b>							
Ativos financeiros ao justo valor	3.4	-	8.709	229.795	-	-	238.504
Outros investimentos	3.5	9.656	-	7.676	-	-	17.332
Outros ativos não correntes	4.5	41.809	-	-	8.496	2.590	52.895
		<b>51.465</b>	<b>8.709</b>	<b>237.471</b>	<b>8.496</b>	<b>2.590</b>	<b>308.731</b>
<b>Ativos correntes</b>							
Clientes	4.2	163.427	-	-	-	-	163.427
Outras dívidas de terceiros	4.3	278.017	-	-	10.179	-	288.196
Outros Investimentos	3.5	-	-	-	1.419	-	1.419
Outros ativos correntes	4.4	71.401	-	-	-	61.455	132.856
Caixa e equivalentes de caixa	6.6	599.909	-	-	-	-	599.909
		<b>1.112.754</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.598</b>	<b>61.455</b>	<b>1.185.807</b>
		<b>1.164.219</b>	<b>8.709</b>	<b>237.471</b>	<b>20.094</b>	<b>64.045</b>	<b>1.494.538</b>

Passivos financeiros	Notas	Passivos ao custo amortizado	Derivados	Outros passivos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2025</b>					
<b>Passivos não correntes</b>					
Empréstimos bancários	6.4	1.155.915	-	-	1.155.915
Empréstimos obrigacionistas	6.4	730.586	-	-	730.586
Outros empréstimos	6.4	-	2.017	-	2.017
Outros passivos não correntes	4.7	32.722	9.426	125.219	167.367
		<b>1.919.223</b>	<b>11.443</b>	<b>125.219</b>	<b>2.055.885</b>
<b>Passivos correntes</b>					
Empréstimos bancários	6.4	123.965	-	-	123.965
Empréstimos obrigacionistas	6.4	29.982	-	-	29.982
Outros empréstimos	6.4	13.138	2.595	-	15.733
Fornecedores	4.8	1.929.055	-	-	1.929.055
Outras dívidas a terceiros	4.10	288.912	3.489	-	292.401
Outros passivos correntes	4.9	165.747	-	310.344	476.091
		<b>2.550.799</b>	<b>6.084</b>	<b>310.344</b>	<b>2.867.227</b>
		<b>4.470.022</b>	<b>17.527</b>	<b>435.563</b>	<b>4.923.112</b>

Passivos financeiros	Notas	Passivos ao custo amortizado	Derivados	Outros passivos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2024</b>					
<b>Passivos não correntes</b>					
Empréstimos bancários	6.4	922.592	-	-	922.592
Empréstimos obrigacionistas	6.4	1.049.925	-	-	1.049.925
Outros empréstimos	6.4	114	2.810	-	2.924
Outros passivos não correntes	4.7	55.166	8.310	115.256	178.732
		<b>2.027.797</b>	<b>11.120</b>	<b>115.256</b>	<b>2.154.173</b>
<b>Passivos correntes</b>					
Empréstimos bancários	6.4	169.553	-	-	169.553
Empréstimos obrigacionistas	6.4	22.866	-	-	22.866
Outros empréstimos	6.4	954	4.245	-	5.199
Fornecedores	4.8	1.911.092	-	-	1.911.092
Outras dívidas a terceiros	4.10	324.189	1.677	-	325.866
Outros passivos correntes	4.9	-	-	458.661	458.661
		<b>2.428.654</b>	<b>5.922</b>	<b>458.661</b>	<b>2.893.237</b>
		<b>4.456.451</b>	<b>17.042</b>	<b>573.917</b>	<b>5.047.410</b>

### Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

De acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor correspondem aos seguintes níveis da hierarquia do justo valor (ver Nota 3.4):

	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Ativos financeiros mensurados a justo valor</b>						
Ativos financeiros ao justo valor (Nota 3.4)	-	-	260.106	-	-	241.676
Derivados (Nota 5.2)	-	7.013	-	-	20.094	-
	-	<b>7.013</b>	<b>260.106</b>	-	<b>20.094</b>	<b>241.676</b>
<b>Passivos financeiros mensurados a justo valor</b>						
Derivados (Nota 5.2)	-	17.527	-	-	17.042	-
	-	<b>17.527</b>	-	-	<b>17.042</b>	-

## 6. Estrutura de capital

### 6.1. Capital Social

#### Políticas contabilísticas

##### Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Reservas e resultados transitados”.

##### Reservas legais

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para aumentos de capital.

##### Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 5.2), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

##### Reservas de conversão cambial

A rubrica de reservas de conversão cambial corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias, joint-ventures e associadas cuja moeda funcional seja distinta do euro.

##### Reservas de justo valor

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da mensuração ao justo valor de ativos financeiros ao justo valor através da demonstração consolidada do outro rendimento integral conforme referido na Nota 3.4.

## Reservas para planos de incentivo de médio prazo, incluído em “outras reservas”

De acordo com a IFRS 2 – “Pagamentos com base em ações”, a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de “Reservas para planos de incentivo de médio prazo”, sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

## Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada.

## Reservas e resultados transitados

Reservas relativas às ações próprias

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial, do justo valor através de outro rendimento integral ou resultados, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos ou liquidados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sonae detinha 55.221.933 ações próprias (61.664.393 ações a 31 de dezembro de 2024) representativas de 2,76% (3,08% a 31 de dezembro de 2024) do seu capital social.

De acordo com a legislação, a empresa mantém como indisponível uma reserva no valor de 61.882 milhares de euros (67.652 milhares de euros a 31 de dezembro de 2024) relativa às ações próprias.

## Estrutura de Capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Entidade	31 dez 2025	31 dez 2024
Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e suas subsidiárias	52,48%	52,48%





## 6.2. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o detalhe dos “Interesses que não controlam” é o seguinte:

31 dez 2025					
	Capital próprio <sup>(1)</sup>	Resultado líquido <sup>(1)</sup>	Valor contabilístico dos interesses que não controlam	Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam	Dividendos distribuídos atribuível aos interesses que não controlam
MC	1.074.355	278.803	463.489	90.226	(47.231)
Worten	24.726	(1.979)	1.989	(205)	-
Musti	712.940	(8.708)	20.452	(1.801)	(35)
Sierra	1.128.830	67.105	76.335	7.246	(2.889)
Bright Pixel	334.495	(44.122)	30.423	(3.603)	-
Outros	1.213.914	90.853	141.424	8.774	(817)
<b>Total</b>	<b>4.489.260</b>	<b>381.952</b>	<b>734.112</b>	<b>100.637</b>	<b>(50.972)</b>

1) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

31 dez 2024					
	Capital próprio <sup>(1)</sup>	Resultado líquido <sup>(1)</sup>	Valor contabilístico dos interesses que não controlam	Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam	Dividendos distribuídos atribuível aos interesses que não controlam
MC	1.040.305	182.767	419.343	56.258	(43.173)
Worten	10.822	661	2.201	239	-
Musti	729.211	1.668	22.351	361	-
Sierra	1.059.525	132.223	66.284	5.669	(6.192)
Bright Pixel	335.889	(26.347)	34.061	(1.974)	-
Outros	1.177.430	27.672	133.052	2.807	(2.124)
<b>Total</b>	<b>4.353.182</b>	<b>318.643</b>	<b>677.292</b>	<b>63.360</b>	<b>(51.489)</b>

1) Contributo para as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

No exercício de 2024 foi deliberado a distribuição de dividendos no montante de 118.420 milhares de euros. Desse montante, 115.149 milhares de euros foram pagos aos acionistas e 3.271 milhares de euros, respeitantes à quota parte das ações próprias, contabilizados em “Reservas livres”.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o movimento ocorrido nos interesses que não controlam foi o seguinte:

	31 dez 2025						Total
	MC	Worten	Musti	Sierra	Bright Pixel	Outros	
Saldo inicial em 1 de janeiro	419.343	2.201	22.351	66.284	34.061	133.052	677.292
Dividendos distribuídos	(47.231)	-	(35)	(2.889)	-	(817)	(50.972)
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores	40	-	57	-	-	-	97
Variação de percentagem em subsidiárias	2.865	-	(501)	-	-	788	3.152
Variação resultante da conversão cambial	5	-	379	-	-	(79)	305
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	-	-	(1)	-	-	(348)	(349)
Aquisição de subsidiárias	-	-	-	1.110	-	-	1.110
Entradas de capital	-	-	-	4.599	-	-	4.599
Variação das reservas de cobertura	(1.824)	-	-	15	-	-	(1.809)
Outras variações	65	(7)	3	(30)	(35)	54	50
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	90.226	(205)	(1.801)	7.246	(3.603)	8.774	100.637
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>463.489</b>	<b>1.989</b>	<b>20.452</b>	<b>76.335</b>	<b>30.423</b>	<b>141.424</b>	<b>734.112</b>

	31 dez 2024						Total
	MC	Worten	Musti	Sierra	Bright Pixel	Outros	
Saldo inicial em 1 de janeiro	235.063	1.969	-	64.932	36.017	99.068	437.050
Dividendos distribuídos	(43.173)	-	-	(6.192)	-	(2.124)	(51.489)
Entrega e atribuição de ações aos colaboradores	(153)	-	(368)	-	-	-	(521)
Variação de percentagem em subsidiárias	171.230	-	22.496	-	(389)	33.405	226.742
Variação resultante da conversão cambial	311	-	(141)	-	-	74	244
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(220)	(220)
Entradas de capital	-	-	-	1.858	-	-	1.858
Variação das reservas de cobertura	(145)	-	-	17	-	-	(128)
Outras variações	(48)	(7)	2	-	406	42	395
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	56.258	239	361	5.669	(1.974)	2.807	63.360
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>419.343</b>	<b>2.201</b>	<b>22.351</b>	<b>66.284</b>	<b>34.061</b>	<b>133.052</b>	<b>677.292</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a informação financeira agregada das subsidiárias com interesses que não controlam é como segue:

	31 dez 2025						
	MC	Worten	Musti	Sierra	Bright Pixel	Outros	Total
Total do ativo não corrente	4.221.414	79.103	979.634	1.232.538	333.309	1.063.118	7.909.116
Total do ativo corrente	1.279.335	48.061	112.321	315.326	26.810	238.102	2.019.955
Total do passivo não corrente	2.321.570	63.702	242.835	311.002	20.507	56.245	3.015.861
Total do passivo corrente	2.104.825	38.736	136.180	108.032	5.116	31.061	2.423.950
<b>Capital próprio</b>	<b>1.074.355</b>	<b>24.726</b>	<b>712.940</b>	<b>1.128.830</b>	<b>334.495</b>	<b>1.213.914</b>	<b>4.489.260</b>

	31 dez 2024						
	MC	Worten	Musti	Sierra	Bright Pixel	Outros	Total
Total do ativo não corrente	4.295.384	32.482	963.508	1.198.727	337.805	1.053.147	7.881.054
Total do ativo corrente	1.399.604	41.090	98.092	221.685	34.669	222.445	2.017.585
Total do passivo não corrente	2.514.329	33.967	226.433	295.553	32.297	58.615	3.161.194
Total do passivo corrente	2.140.355	28.784	105.956	65.334	4.287	39.547	2.384.263
<b>Capital próprio</b>	<b>1.040.305</b>	<b>10.822</b>	<b>729.211</b>	<b>1.059.525</b>	<b>335.889</b>	<b>1.177.430</b>	<b>4.353.182</b>

	2025						
	MC	Worten	Musti	Sierra	Bright Pixel	Outros	Total
Volume de negócios	8.824.076	196.762	508.562	149.938	270	120.058	9.799.666
Varição de justo valor em PI	-	-	-	(11.664)	-	-	(11.664)
Outros rendimentos	127.918	2.334	6.030	5.134	1.076	4.819	147.311
Gastos operacionais	(8.457.360)	(197.769)	(513.577)	(131.372)	(11.031)	(133.523)	(9.444.632)
Resultados financeiros	(126.237)	(2.500)	(9.487)	(5.172)	(621)	4.846	(139.171)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	1.671	-	(220)	48.793	(8.730)	95.073	136.587
Resultados relativos a investimentos	(13.464)	-	-	18.229	(33.683)	-	(28.918)
Imposto sobre o rendimento	(77.801)	(806)	(16)	(6.781)	8.597	(420)	(77.227)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>278.803</b>	<b>(1.979)</b>	<b>(8.708)</b>	<b>67.105</b>	<b>(44.122)</b>	<b>90.853</b>	<b>381.952</b>
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>278.803</b>	<b>(1.979)</b>	<b>(8.708)</b>	<b>67.105</b>	<b>(44.122)</b>	<b>90.853</b>	<b>381.952</b>

	2024						Total
	MC	Worten	Musti	Sierra	Bright Pixel	Outros	
Volume de negócios	7.566.692	160.332	373.155	134.556	158	107.714	8.342.607
Varição de justo valor em PI	-	-	-	8.443	-	-	8.443
Outros rendimentos	145.537	733	4.307	2.510	1.836	2.200	157.122
Gastos operacionais	(7.346.832)	(157.692)	(370.218)	(122.392)	(10.817)	(139.830)	(8.147.779)
Resultados financeiros	(116.232)	(1.591)	(5.672)	(11.817)	1.098	5.922	(128.292)
Ganhos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	1.990	-	-	102.584	(11.263)	49.298	142.608
Resultados relativos a investimentos	594	-	-	19.256	(12.899)	(5)	6.947
Imposto sobre o rendimento	(68.982)	(1.121)	95	(918)	5.539	2.374	(63.012)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>	<b>182.767</b>	<b>661</b>	<b>1.668</b>	<b>132.223</b>	<b>(26.347)</b>	<b>27.672</b>	<b>318.643</b>
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>182.767</b>	<b>661</b>	<b>1.668</b>	<b>132.223</b>	<b>(26.347)</b>	<b>27.672</b>	<b>318.643</b>

### 6.3. Resultados por ação

#### Políticas contábilísticas

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo resultado básico pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2025	2024
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	199.222	222.665
<b>Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>199.222</b>	<b>222.665</b>
<b>Número de ações</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.942.841.526	1.935.696.579
Número de ações em aberto relativo a prêmios de desempenho diferido	16.388.108	18.943.291
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(6.539.586)	(2.193.767)
<b>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>1.952.690.049</b>	<b>1.952.446.102</b>
<b>Resultado por ação</b>		
<b>Básico</b>	<b>0,10254</b>	<b>0,11503</b>
<b>Diluído</b>	<b>0,10202</b>	<b>0,11404</b>

O número médio de ações do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 considera 55.221.933 ações como ações próprias (61.665.393 ações em 31 de dezembro de 2024) (Nota 6.1).

## 6.4. Empréstimos

### Políticas contabilísticas

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiros” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

## Empréstimos bancários

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	120.576	1.156.850	166.086	923.738
Descobertos bancários (Nota 6.6)	3.760	-	3.770	-
Custos de montagem de financiamentos	(371)	(935)	(302)	(1.146)
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>123.965</b>	<b>1.155.915</b>	<b>169.553</b>	<b>922.592</b>

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Empréstimos bancários</b>				
Sonae, SGPS, S.A. - papel comercial	20.000	-	20.000	-
Sonae, SGPS, S.A. - papel comercial ESG-Linked	-	285.000	-	127.500
Sonae SGPS, S.A. 2016/2029	-	30.000	-	30.000
Sonae SGPS, S.A. 2020/2025	-	-	12.500	-
Sonae, SGPS, S.A. - 2023/2029 - ESG Linked	-	30.000	-	30.000
Filial da Sonae SGPS / 2025/2030	-	100.000	-	-
Filial da Sonae SGPS / 2019/2026	-	-	-	50.000
Filial da Sonae SGPS	-	109.675	7.458	94.668
MCRETAIL, SGPS, S.A. - papel comercial	21.000	-	-	25.000
MCRETAIL, SGPS, S.A. - papel comercial ESG-Linked	20.000	290.000	-	250.000
MC Green Loan / 2018/2031	6.111	30.556	6.111	36.667
MC Loan 2024/2029	-	50.000	-	50.000
MC Loan 2024/2030	-	15.000	-	15.000
Filial da MC Green Loan / 2020/2025	-	-	55.000	-
Filial da MC / 2021/2028	3.333	6.667	3.333	10.000
Filial da MC	45.294	25.282	59.602	33.199
Filial da Sonae Sierra / 2022/2027	4.341	13.022	-	11.351
Filial da Sonae Sierra / 2016/2026	-	36.300	-	36.300
Filial da Sonae Sierra / 2023/2028	-	106.000	-	106.000
Filial da Sonae Sierra / 2024/2027	-	13.845	-	-
Outros	497	15.503	2.081	18.053
	<b>120.576</b>	<b>1.156.850</b>	<b>166.086</b>	<b>923.738</b>

## Empréstimos obrigacionistas e outros empréstimos

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Empréstimos por obrigações</b>				
Obrigações Sonae SGPS / 2022/2027	-	25.000	-	25.000
Obrigações ESG Sonae SGPS / 2020/2025	-	-	4.000	-
Obrigações ESG Sonae SGPS / 2023/2028	-	75.000	-	75.000
Obrigações Sonae SGPS Sustainability-Linked 2024/2028	-	350.000	-	550.000
Obrigações MC / dezembro 2019/2026	30.000	-	-	30.000
Obrigações MC / abril 2020/2027	-	-	19.000	76.000
Obrigações MC ESG / novembro 2021/2026	-	-	-	60.000
Obrigações MC ESG 2023/2026	-	-	-	30.000
Obrigações MC ESG 2023/2028	-	50.000	-	50.000
Obrigações MC 2023/2029	-	40.000	-	40.000
Obrigações MC / dezembro 2024/2029	-	40.000	-	40.000
Obrigações MC ESG-Linked/Julho 2025/2030	-	75.000	-	-
Obrigações Sonae Sierra 2022/2029	-	50.000	-	50.000
Obrigações Sonae Sierra 2022/2027	-	25.000	-	25.000
Outros	-	6.058	-	6.058
Custos de montagem de financiamentos	(18)	(5.472)	(134)	(7.133)
<b>Empréstimos por obrigações</b>	<b>29.982</b>	<b>730.586</b>	<b>22.866</b>	<b>1.049.925</b>
Outros empréstimos de empresas do grupo	13.138	-	954	-
Outros	2.595	2.017	4.245	2.924
<b>Outros empréstimos</b>	<b>15.733</b>	<b>2.017</b>	<b>5.199</b>	<b>2.924</b>

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2025 dos empréstimos obrigacionistas e dos empréstimos bancários era em média cerca de 3,12% (3,89% em 31 de dezembro de 2024). A maior parte dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários indexados a taxas variáveis têm como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor, determinado com base na metodologia dos fluxos de caixa descontados.

Os instrumentos derivados estão registados ao justo valor (Nota 5.2) e em 2025 os derivados de cobertura operacionais foram reclassificados para as rubricas de "Outros investimentos" ou "Outras dividas de terceiros" dependendo, se são ativos correntes ou não correntes.

O valor nominal dos fluxos contratuais dos empréstimos tem as seguintes maturidades:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Capital	Juros	Capital	Juros
	N+1 <sup>a)</sup>	167.475	40.211	193.809
N+2	364.171	33.177	382.953	73.479
N+3	766.126	27.765	459.818	60.262
N+4	172.141	16.918	922.007	42.652
N+5	541.111	8.143	169.911	7.494
Após N+5	49.359	4.017	46.106	4.920
	<b>2.060.383</b>	<b>130.231</b>	<b>2.174.605</b>	<b>267.677</b>

a) Inclui os montantes utilizados dos programas de papel comercial quando classificados como corrente.

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos, e tendo em consideração a melhor expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2025 existem operações de financiamento com *covenants* financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2025, a Sonae dispunha, conforme detalhado na nota de caixa e equivalentes (Nota 6.6), do valor de 585 milhões de euros (600 milhões de euros em 2024) e ainda linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
<b>Montantes de linhas disponíveis</b>				
MC	110.000	474.000	96.000	255.000
Sierra	45.950	5.793	39.469	11.649
Sonae & Outros	174.000	435.000	174.000	485.000
	<b>329.950</b>	<b>914.793</b>	<b>309.469</b>	<b>751.649</b>
<b>Montantes de linhas contratadas</b>				
MC	141.000	519.000	96.000	330.000
Sierra	45.950	24.700	39.469	23.000
Sonae & Outros	194.000	480.000	194.000	485.000
	<b>380.950</b>	<b>1.023.700</b>	<b>329.469</b>	<b>838.000</b>

## 6.5. Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2025 é como se segue:

	Passivos de locação (Nota 3.10)	Empréstimos obtidos (Nota 6.4)	Instrumentos financeiros derivados (Nota 5.2)
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2025</b>	<b>1.752.626</b>	<b>2.173.059</b>	<b>7.295</b>
Fluxos de caixa:			
Recebimentos de dívida financeira	-	6.693.758	-
Pagamentos de dívida financeira	(340.855)	(6.819.770)	-
Descobertos bancários	-	(9)	-
Atualização de dívida financeira (Nota 6.7)	104.717	-	-
Rendas não pagas	150	-	-
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	-	(2.680)
Variações de perímetro	(41.583)	11.877	-
Aumentos/(diminuições) de contratos de locação	263.021	-	-
Custos de montagem dos financiamentos	-	1.917	-
Outros	(1.151)	(2.634)	(3)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.736.924</b>	<b>2.058.198</b>	<b>4.612</b>

## 6.6. Caixa e equivalentes de caixa

### Políticas contabilísticas

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inicial inferior a três meses da sua data de emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Empréstimos bancários”, na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Numerário	36.213	31.309
Depósitos bancários	374.103	412.803
Depósitos bancários - cauções de lojistas	3.375	3.766
Aplicações de tesouraria	171.678	152.032
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira</b>	<b>585.369</b>	<b>599.909</b>
Descobertos bancários (Nota 6.4)	(3.760)	(3.770)
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>581.609</b>	<b>596.139</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor incluído em “Depósitos bancários - cauções de lojistas”, correspondem às garantias prestadas pelos lojistas no segmento Sierra. Estes montantes recebidos dos lojistas estão classificados nas rubricas de “Outros passivos não correntes” (Nota 4.7) e “Outras dívidas a terceiros” (Nota 4.10).

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de “Empréstimos bancários”.

## 6.7. Resultados financeiros

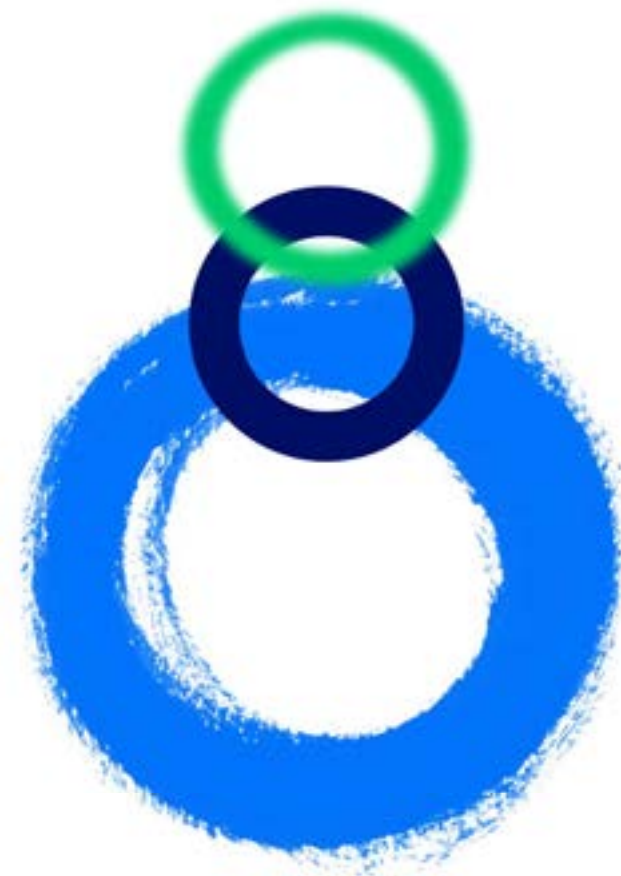
### Políticas contabilísticas

Os gastos e rendimentos financeiros, tais como juros suportados relativos a empréstimos e obrigações, juros recebidos de aplicações de tesouraria, diferenças de câmbio associadas a financiamentos, entre outros, são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

Os resultados financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser detalhados como segue:

	2025	2024
<b>Gastos e perdas</b>		
Juros suportados:		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(35.039)	(38.935)
relativos a obrigações não convertíveis	(35.452)	(48.195)
relativos a locação operacional (Nota 3.10)	(104.717)	(97.541)
outros	(9.340)	(1.589)
	<b>(184.548)</b>	<b>(186.260)</b>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(5.345)	(93.164)
Encargos de emissão de dívida	(8.117)	(7.413)
Outros	(11.530)	(5.890)
	<b>(209.540)</b>	<b>(292.727)</b>
<b>Rendimentos e ganhos</b>		
Juros obtidos:		
relativos a depósitos bancários	4.376	9.429
outros	6.183	6.178
	<b>10.559</b>	<b>15.607</b>
Diferenças de câmbio favoráveis	6.514	91.397
Ganhos com instrumentos financeiros derivados	3.605	3.146
Outros rendimentos e ganhos financeiros	3.013	1.652
	<b>23.691</b>	<b>111.802</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(185.849)</b>	<b>(180.925)</b>



## 7. Provisões, compromissos e contingências

### 7.1. Provisões

#### Políticas contabilísticas

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

#### Julgamentos e estimativas

As responsabilidades contingentes estimadas em cada período de relato são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi o seguinte:

Provisões não correntes	31 dez 2024	Reforço	Redução	Outros	31 dez 2025
Garantias a clientes	877	-	(1)	(190)	686
Processos judiciais em curso	17.745	16	(1.411)	48	16.398
Outros riscos e encargos	15.038	484	(1.214)	(86)	14.222
	<b>33.660</b>	<b>500</b>	<b>(2.626)</b>	<b>(228)</b>	<b>31.306</b>

Provisões correntes	31 dez 2024	Reforço	Redução	Outros	31 dez 2025
Garantias a clientes	871	447	(579)	-	739
Processos judiciais em curso	1.462	-	(545)	-	917
Outros riscos e encargos	3.205	988	(470)	-	3.723
	<b>5.538</b>	<b>1.435</b>	<b>(1.594)</b>	<b>-</b>	<b>5.379</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o valor líquido dos reforços e reduções de provisões pode ser detalhado como segue:

	2025	2024
Provisões na demonstração dos resultados	1.454	4.152
Utilizações diretas de outras provisões correntes - outros riscos e encargos - não corrente	(2.046)	(2.003)
Outros	(1.693)	(1.578)
	<b>(2.285)</b>	<b>571</b>

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe das provisões correntes e não correntes pode ser analisado como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Garantias a clientes:</b>		
Provisão de marca própria e garantias de clientes	1.425	1.749
	<b>1.425</b>	<b>1.749</b>
<b>Processos judiciais em curso:</b>		
Responsabilidades futuras relativas a filiais alienadas da operação de Retalho no Brasil	7.083	8.414
Processos judiciais em curso	10.232	10.793
	<b>17.315</b>	<b>19.207</b>
<b>Outros riscos e encargos:</b>		
Contingência no Brasil referente a retenção de imposto nos dividendos	6.493	6.052
Outras responsabilidades	11.452	12.190
	<b>17.945</b>	<b>18.242</b>
	<b>36.685</b>	<b>39.198</b>

As rubricas “Provisões não correntes” e “Provisões correntes” incluem 7.083 milhares de euros (8.414 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da subsidiária Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.

Adicionalmente, a rubrica “Processos judiciais em curso”, inclui 8,6 milhões de euros para fazer face ao Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência.

#### Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a MCretail SGPS, S.A. à data Sonae Investimentos, SGPS, S.A., posteriormente, Sonae MC, SGPS, S.A. (MCretail), a Modelo Continente, SGPS, S.A. (Modelo SGPS) e a Modelo Continente Hipermercados, S.A. (MCH), para apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como «Plano EDP Continente». De referir que o Plano Edp/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões de euros à MCretail e de 6,8 milhões de euros à MCH. A AdC condenou ainda a Modelo SGPS, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios (a Modelo SGPS foi, entretanto, incorporada na MCretail). As referidas sociedades

impugnaram judicialmente a decisão da AdC. Em 30 de setembro de 2020, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS) confirmou a ilicitude imputada, reduzindo, porém, os montantes da coima para, respetivamente, 2,52 milhões de euros e 6,12 milhões de euros. Foi interposto recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), que, em 5 de abril de 2021, suspendeu a instância e submeteu questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça da União (TJUE). O TJUE pronunciou-se em 26 de outubro de 2023. Na sequência desse acórdão, o TRL decidiu, em 19 de fevereiro de 2024, julgar improcedentes os recursos e confirmar integralmente a decisão do TCRS. Os recursos interpostos para o Tribunal Constitucional foram igualmente julgados improcedentes, tendo o Acórdão de 17 de outubro de 2024, posto termo ao contencioso constitucional. Considerando estes desenvolvimentos, as sociedades reconheceram em 2024 provisões no montante global de 8,64 milhões de euros. Em outubro de 2024, foi requerido ao TCRS que declarasse a prescrição do procedimento contraordenacional. Por despacho de 10 de dezembro de 2024, o TCRS declarou extinto o processo por prescrição e determinou o arquivamento dos autos. Desta decisão, o Ministério Público interpôs recurso, admitido pelo TRL, encontrando-se o mesmo pendente.

## 7.2. Compromissos não refletidos na demonstração da posição financeira

No âmbito da reestruturação do portfolio da Sierra BV, ocorrida em 2020, a detenção dos ativos secundários foi transferida para a Sierra Retail Ventures BV ("SRV") (cujos acionistas são os mesmos que detinham a Sierra BV antes da reestruturação). Os compromissos assumidos em 2003 com a alienação de 49,9% das ações da Sierra BV a um grupo de investidores, foram transferidos para a SRV. De acordo com esses compromissos, a Sonae Sierra vinculou-se a assegurar a revisão do preço de transmissão destas ações no caso de ocorrer uma alienação para terceiros de alguns dos centros comerciais detidos por participadas da Sierra BV (agora SRV), desde que verificadas determinadas circunstâncias.

Essa alienação pode tomar a forma de venda do ativo ou venda das ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo.

A revisão de preço será feita pela Sonae Sierra aos investidores no fundo ou à Sierra BV no caso de, na venda relevante, terem sido efetuados descontos relacionados com impostos diferidos sobre mais-valias.

A revisão de preço será afetada pela percentagem de capital na sociedade detentora do ativo, pela percentagem de detenção dos investidores na SRV (e, no caso de venda de ações, ajustado por um desconto de 50%) e está limitada a:

- no caso de venda de ativos, ao valor máximo de 13,7 milhões de euros;
- no caso de venda das ações da sociedade que direta ou indiretamente detém o ativo, ao valor máximo de 6,9 milhões de euros;
- no caso de venda de ações da sociedade que, direta ou indiretamente detém o ativo, a revisão de preço somada com o preço de venda, não poderá ser superior à respetiva proporção do NAV ("Net Asset Value").

Estes compromissos são válidos durante o período em que se mantenham os atuais acordos com os restantes acionistas da Sierra BV.

A Sierra tem ainda o direito de apresentar uma proposta para a aquisição do ativo ou das ações em causa antes daquele ou destas serem adquiridos por terceiros.

Os acordos celebrados entre os acionistas da Sierra BV, aquando da sua constituição em 2003, foram transferidos para a SRV, aplicando-se *mutatis mutandis* à SRV; nestes acordos foi acordado que a estrutura deveria existir por um período inicial de 10 anos, que foi posteriormente prorrogado por várias vezes. Assim, em 31 de julho de 2024 os acionistas da SRV BV aprovaram uma extensão do fundo até 10 de outubro de 2025 com o objetivo de acordar e avançar com a implementação duma estratégia de saída dos ativos *non-core*.

De acordo com os acordos celebrados entre os acionistas da Empresa aquando da sua constituição em 2008, foi acordado que o Fundo Sierra Portugal deveria existir por um período inicial de 10 anos (que terminou em março de 2018), e prorrogado por várias vezes. Neste sentido, o prazo do fundo foi prorrogado até 31 de dezembro de 2026, conforme acordado pelos acionistas da Empresa em 23 de dezembro de 2025, para permitir a realização dos investimentos. Em janeiro de 2026 foi concretizada a venda dos 2 ativos detidos pelo fundo.

É entendimento do Grupo que a venda direta de um ativo em Portugal não é atrativa por sobre ela incidirem ónus que não serão suportados se a venda se efetuar através da alienação de ações da sociedade que detém o ativo.



### 7.3. Provisões, passivos contingentes e outros compromissos relativamente às associadas

#### Provisões do Grupo NOS

Os processos abaixo descritos encontram-se provisionados nas contas consolidadas da NOS, atendendo ao grau de risco identificado. A exposição do grupo a estas provisões encontra-se limitada à percentagem de interesse detido nesta associada.

#### Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo NOS

##### 1. Processos com reguladores setoriais e Autoridade da Concorrência (AdC)

A NOS Comunicações, S.A. ("NOS"), a NOS Açores Comunicações, S.A. ("NOS Açores") e a NOS Madeira Comunicações, S.A. ("NOS Madeira") têm vindo a impugnar judicialmente os atos da ANACOM de liquidação da Taxa Anual de Atividade (correspondente aos anos de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023) enquanto fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas peticionando a restituição das quantias pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Para os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 também a NOS Wholesale impugnou judicialmente a liquidação da Taxa de Atividade.

Os valores das liquidações são respetivamente os seguintes:

- NOS S.A.: 2009: 1.861 milhares de euros, 2010: 3.808 milhares de euros, 2011: 6.049 milhares de euros, 2012: 6.283 milhares de euros, 2013: 7.270 milhares de euros, 2014: 7.426 milhares de euros, 2015: 7.253 milhares de euros, 2016: 8.242 milhares de euros, 2017: 9.099 milhares de euros, 2018: 10.303 milhares de euros, 2019: 10.169 milhares de euros, 2020: 10.184 milhares de euros, 2021: 9.653 milhares de euros, 2022: 9.850 milhares de euros e 2023: 10.486 milhares de euros.
- NOS Açores: 2009: 29 milhares de euros, 2010: 60 milhares de euros, 2011: 95 milhares de euros, 2012: 95 milhares de euros, 2013: 104 milhares de euros, 2014: 107 milhares de euros, 2015: 98 milhares de euros, 2016: 105 milhares de euros, 2017: 104 milhares de euros, 2018: 111 milhares de euros, 2019: 107 milhares de euros, 2020: 120 milhares de euros, 2021: 123 milhares de euros, 2022: 123 milhares de euros e 2023: 120 milhares de euros.
- NOS Madeira: 2009: 40 milhares de euros, 2010: 83 milhares de euros, 2011: 130 milhares de euros, 2012: 132 milhares de euros, 2013: 149 milhares de euros, 2014: 165 milhares de euros, 2015: 161 milhares de euros, 2016: 177 milhares de euros, 2017: 187 milhares de euros, 2018: 205 milhares de euros, 2019: 195 milhares de euros, 2020: 202 milhares de

euros, 2021: 223 milhares de euros, 2022: 235 milhares de euros e 2023: 247 milhares de euros.

- NOS Wholesale: 2020: 36 milhares de euros, 2021: 110 milhares de euros, 2022: 90 milhares de euros e 2023: 106 milhares de euros.

A taxa corresponde a uma percentagem definida anualmente pela ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores. Nas impugnações invoca-se i) vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade relacionados com a própria taxa e com a inclusão, na contabilização dos custos da ANACOM, das provisões constituídas pelo regulador com processos judiciais intentados contra si (incluindo no caso de impugnações da taxa de atividade) e ii) que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente ditas, podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas provenientes dos conteúdos televisivos. Foram proferidas sentenças em várias dezenas de processos sobre a matéria, das quais a ANACOM recorreu para o Tribunal Central Administrativo, Supremo Tribunal Administrativo e/ou para o Tribunal Constitucional. Entre 2023 e o primeiro trimestre de 2024, o Tribunal Constitucional pronunciou-se, em vários processos distintos entretanto transitados em julgado, pela inconstitucionalidade da Portaria n.º 1473-B/2008, de 17 de dezembro, que regula a determinação das taxas devidas pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, tendo ainda condenado a ANACOM a proceder à restituição do montante indevidamente cobrado. Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e/ou decisão, havendo alguns processos em que a ANACOM suscita o tema do direito das NOS aos juros. Por acórdão de 29 de outubro de 2024, o Tribunal Constitucional, a pedido do Ministério Público, declarou a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas da referida Portaria n.º 1473-B/2008, de 17 de dezembro, na redação da Portaria n.º 296-A/2013, de 2 de outubro, na parte que determinam a incidência e a taxa a aplicar em relação a fornecedores de redes e serviços de comunicações eletrónicas enquadrados no escalão 2, por violação da reserva constitucional de lei formal.

Na sequência da jurisprudência constitucional, o Governo procedeu à densificação legislativa do regime da Taxa de Atividade, através do Decreto-Lei n.º 114/2024, de 20 de dezembro, que concretizou os respetivos elementos essenciais, com efeitos já para a taxa de 2024, mediante alteração da Lei das Comunicações Eletrónicas. Considerando que, nos custos administrativos de 2024, a ANACOM incluiu os juros indemnizatórios que tem vindo a suportar, a NOS apresentou reclamação relativamente ao pagamento especial por conta da Taxa de Atividade desse ano. Posteriormente, e no seguimento da declaração de inconstitucionalidade, o Decreto-Lei n.º 5/2026, de 14 de janeiro de 2026, veio clarificar que provisões, indemnizações e respetivos juros não integram os custos administrativos relevantes para o cálculo da contribuição financeira devida à ANACOM, prevendo ainda a fixação de um limite máximo da percentagem contributiva, com efeitos a partir de 2024 e para os exercícios subsequentes.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025, a NOS reconheceu um proveito de 38,5 milhões de euros, 78,1 milhões de euros e 6,3 milhões de euros, respetivamente, correspondente ao montante relativo aos processos de impugnação pendentes cujas liquidações foram emitidas ao abrigo das normas julgadas inconstitucionais.

Durante o primeiro trimestre de 2017, a NOS foi notificada, pela ANACOM, da instauração de processo de contraordenação relacionado com comunicações de atualização de preços realizadas no final de 2016 e início de 2017. No final do último trimestre de 2020, a ANACOM notificou a NOS da acusação, imputando-lhe a prática de 4 contraordenações muito graves e 1 contraordenação grave relacionadas respetivamente com (i) a não comunicação aos clientes do direito de rescisão de contrato sem encargos por efeito da alteração dos preços, com (ii e iii) a suposta não comunicação adequada da atualização de preços e com (iv) a antecedência adequada e, ainda, com a (v) falta de prestação de informações solicitadas pela ANACOM, não concretizando, nesse momento, a ANACOM qualquer valor de coima, exceto relativamente à contraordenação grave. No caso, desta última, a ANACOM deu à NOS a possibilidade de esta liquidar a coima pelo mínimo, no montante de 13 milhares de euros, o que a NOS fez. A NOS apresentou Defesa Escrita no dia 29 de janeiro de 2021 e, em novembro de 2022, foi notificada da decisão da ANACOM que a condenou no pagamento de uma coima de 5,2 milhões de euros. A NOS impugnou judicialmente a decisão e, em setembro de 2023, o tribunal reduziu o valor da coima aplicada à NOS para 4,2 milhões de euros. A NOS recorreu desta decisão para o Tribunal da Relação, que, por sua vez, diminuiu o valor da coima para 3,5 milhões de euros. Em maio de 2024, a NOS recorreu deste Acórdão para o Tribunal Constitucional, aguardando-se os ulteriores desenvolvimentos do processo.

No dia 17 de julho de 2020, a NOS foi notificada pela AdC de uma nota de ilicitude (acusação) relativa a marketing digital no motor de busca da Google, acusando os operadores MEO, NOS, NOWO e Vodafone de concertação, para o período compreendido entre 2010 e 2018, mas sem identificar uma coima concreta. Não é possível, à data, estimar o montante de uma eventual coima. A NOS suscitou a nulidade da obtenção de prova, que em julho 2022, o Tribunal da Relação de Lisboa confirmou, em decisão que transitou em julgado. Após o trânsito em julgado desse acórdão a NOS requereu, então, à AdC que eliminasse os emails apreendidos, o que a AdC recusou com fundamento na interposição de recurso de fixação de jurisprudência e alegando que a eliminação dos emails importaria a inutilidade do recurso. Em julho de 2023, o Supremo Tribunal de Justiça rejeitou o recurso de fixação de jurisprudência interposto pela AdC e, no mesmo mês, a NOS informou o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão desta decisão. A NOS opôs-se à conclusão pela inutilidade superveniente da lide mas o Tribunal veio a concluir nesse sentido, tendo a NOS interposto recurso da decisão. Em janeiro de 2024, a NOS foi notificada pela AdC de que os emails afetados pela declaração de proibição de prova haviam já sido expurgados dos autos e, em fevereiro de 2024, a NOS pediu para serem expurgados dos autos outros elementos documentais, tendo em setembro de 2025 sido notificada da decisão de composição dos autos, decisão que a NOS recorreu judicialmente requerendo o desentranhamento de diversos

elementos documentais que já tinha solicitado anteriormente. É convicção do Conselho de Administração, tendo em conta os elementos que conhece, que conseguirá demonstrar os vários argumentos a favor da sua defesa.

No dia 15 de dezembro de 2021, a NOS foi notificada pela AdC de nota de ilicitude (acusação) relativa a práticas relacionadas com o serviço de publicidade em gravações automáticas, em que acusa a NOS, outros operadores e uma consultora, de concertação de comportamento no mercado de publicidade nas gravações televisivas. A NOS apresentou a sua defesa escrita e posteriormente suscitou a nulidade da obtenção de prova. Por decisão de agosto de 2023, foi determinada a eliminação de um conjunto de elementos probatórios apreendidos, o que levou à declaração da inutilidade superveniente da lide quanto ao requerimento de anulação de emails apresentado pela NOS. Em janeiro de 2024, a NOS foi notificada pela AdC de que os emails afetados pela declaração de proibição de prova haviam sido expurgados dos autos. Em setembro de 2024, a NOS foi notificada pela AdC da decisão definitiva quanto aos elementos que compõem o processo, decisão essa que determinou a retoma a fase de inquérito do processo e que incluiu um pedido adicional de elementos à NOS. Em dezembro de 2024, a NOS foi notificada pela AdC de nova nota de ilicitude (acusação) que reitera a acusação anterior, à qual a NOS apresentou a sua defesa em fevereiro de 2025. O processo encontra-se atualmente em fase de instrução, tendo a AdC prorrogado o respetivo prazo até março de 2026. É convicção do Conselho de Administração da NOS, tendo em conta os elementos que conhece, que conseguirá demonstrar vários argumentos a favor da sua defesa, acreditando-se, porém, que do desfecho do processo não deverão resultar impactos significativos adicionais aos já refletidos nas demonstrações financeiras do Grupo NOS.

## 2. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2025, algumas empresas do Grupo NOS foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2023. Na sequência das sucessivas inspeções, a NOS SGPS, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, bem como as empresas que não integraram o Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária em sede do IRC, do IVA e do Imposto de Selo e dos pagamentos adicionais correspondentes. O valor total das notificações por liquidar, acrescido de juros e encargos, ascende a 40 milhões de euros. As referidas notas de liquidação, foram contestadas encontrando-se os respetivos processos judiciais em curso.

Baseado nos pareceres obtidos juntos dos mandatários dos processos e de consultores fiscais, o Conselho de administração mantém a convicção de um desfecho favorável, razão pela qual mantém os referidos processos em tribunal. Não obstante, em respeito pelo princípio da prudência, periodicamente é efetuada uma avaliação do nível de exposição do grupo a estes processos, em face da evolução da jurisprudência, e consequentemente ajustadas as provisões constituídas para o efeito. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

### 3. Ações da MEO contra a NOS S.A., NOS Madeira e NOS Açores e da NOS S.A. contra a MEO

Em 2011, a MEO intentou contra a NOS S.A., no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização de 10,3 milhões de euros, a título de compensação por alegadas portabilidades indevidas da NOS S.A. no período compreendido entre março de 2009 e julho de 2011. A NOS S.A. contestou, tendo o Tribunal ordenado inicialmente a realização de uma perícia, entretanto, julgada sem efeito. A audiência de discussão e julgamento teve lugar no 1º semestre de 2016, tendo em setembro do mesmo ano sido proferida sentença, que julgou parcialmente procedente a ação, com fundamento não na demonstração da existência de portabilidades indevidas, que o Tribunal determinou restringir-se àquelas que não correspondem à vontade do titular. Nesse sentido, condenou a NOS ao pagamento à MEO de aproximadamente 5,3 milhões de euros, decisão da qual a NOS recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa. A MEO, por sua vez, conformou-se com a sentença proferida e não recorreu da parte da sentença que absolveu a NOS. O Tribunal da Relação de Lisboa, no 1º trimestre de 2018, veio confirmar a decisão proferida pelo Tribunal de 1ª instância, exceto quanto a juros, em que deu razão ao alegado pela NOS, no sentido de que os juros deviam contabilizar-se desde a citação para a ação e não do vencimento das faturas. A NOS interpôs, junto do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), recurso excecional de revista, que veio a considerar os factos dados como provados insuficientes para resolver a questão de mérito. Em consequência, o STJ determinou que o tribunal recorrido procedesse à ampliação da matéria de facto. O processo baixou ao Tribunal de 1ª Instância e, em novembro de 2019, este concedeu às partes a possibilidade de requererem a produção de prova suplementar à matéria da ampliação, tendo a NOS solicitado a realização de uma perícia e a repetição da prova testemunhal. Já em fevereiro de 2020, o Tribunal determinou a necessidade de obter novos elementos probatórios, que impõem a análise da informação constante relativa a todas as portabilidades que servem de base ao processo, determinando a realização de prova pericial para o efeito. A designação do perito veio a ocorrer em outubro de 2021. Em dezembro de 2022, o perito solicitou dispensa de funções por entender que a verificação não judicial qualificada é inexequível face ao volume de documentação para análise, tendo o tribunal determinado, em abril de 2023, que, face ao requerido pelo perito, a realização do julgamento deveria ficar circunscrita à apresentação de alegações escritas. As partes apresentaram as suas alegações escritas em junho e a NOS, cumulativamente, apresentou um recurso autónomo deste despacho, por entender que a decisão do tribunal viola o acórdão do STJ. Em julho de 2023, apesar de não ter sido produzida prova suplementar conforme determinado pelo STJ, o Tribunal proferiu uma nova decisão que condenou a NOS no pagamento de 5,3 milhões de euros. Em outubro de 2023, a NOS apresentou recurso desta decisão para o Tribunal da Relação de Lisboa e, em abril de 2024, este Tribunal revogou o despacho do Tribunal de 1.ª instância e determinou a inquirição das testemunhas à matéria de facto aditada na sequência do Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal de Justiça em março de 2019. Recentemente, o Tribunal notificou as Partes do agendamento da audiência de julgamento para o início de dezembro de 2025, a qual não se verificou por motivo de greve, encontrando-

se o processo atualmente a aguardar novo agendamento para produção de prova testemunhal e ulterior decisão.

Em 2011, a NOS S.A. intentou, por seu lado, contra a MEO, no Tribunal Judicial de Lisboa, um pedido de indemnização por danos sofridos pela NOS S.A., decorrentes da violação do Regulamento da Portabilidade por parte da MEO, mais concretamente, do avultado número de recusas injustificadas de pedidos de portabilidade pela MEO no período entre fevereiro de 2008 a fevereiro de 2011. O tribunal decretou a realização de prova pericial de índole técnica e económico-financeira, tendo os relatórios periciais sido concluídos em fevereiro de 2016 e junho de 2018, respetivamente. A MEO arguiu a nulidade do relatório pericial económico-financeiro, o qual foi indeferido. Realizado o julgamento, em maio de 2022, o tribunal veio dar parcialmente razão à NOS, condenando a MEO no pagamento de 7,9 milhões de euros, decisão impugnada pela MEO e pela NOS através da apresentação de recursos em outubro de 2022. No final de março de 2023, o Tribunal da Relação de Lisboa revogou a decisão recorrida e ordenou a ampliação da matéria de facto, determinando a repetição parcial do julgamento, considerando prejudicado o conhecimento das demais questões suscitadas nos recursos. Após a prolação do Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, a MEO interpôs recurso para o Supremo Tribunal de Justiça quanto ao pedido de dispensa de pagamento (ou redução) da taxa de justiça remanescente. O Supremo Tribunal de Justiça confirmou o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, que havia indeferido o mencionado pedido da MEO, tendo em consideração a sua conduta. O Tribunal notificou as Partes de que, por impedimento da Juíza titular do processo, prevê-se que a audiência de julgamento não venha a ter lugar no primeiro trimestre de 2025. Aguarda-se o agendamento da audiência de discussão e julgamento. É entendimento do Conselho de Administração da NOS, corroborado pelos advogados que acompanham o processo, de que existem, em termos formais e substantivos, boas probabilidades de a NOS S.A. poder obter vencimento na ação.

#### 7.4. Ativos e passivos contingentes

##### Políticas contabilísticas

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

## a) Processos fiscais

A 31 de dezembro de 2025, o total de passivos contingentes fiscais é de 783 milhões de euros dos quais se destacam:

- Processos relativos a liquidações adicionais de IVA, dos períodos de 2004 a 2013, no montante de 293,4 milhões de euros, (376,73 milhões em 31 de dezembro de 2024). Os processos em questão, resultam do entendimento da Administração Tributária, que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão;
- Processos no montante de 158 milhões de euros (158 milhões de euros a 31 de dezembro de 2024), relativos a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, da empresa Sonae SGPS, S.A., referente aos exercícios de 2007 a 2015, 2017 e 2020. O valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.
- Processo referente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005 da empresa MCRetail SGPS, S.A. no montante de 16,1 milhões de euros (45,8 milhões de euros a 31 de dezembro de 2024), correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;
- Processo referente a imposto de renda relativo a uma subsidiária no Brasil das unidades de retalho no montante de 10,1 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 16,2 milhões de euros (104,6 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

- Disputa entre MCH Sucursal e Estado Espanhol

Em face da emissão de liquidações adicionais de Impuesto de Sociedades à MCH Sucursal, enquanto anterior representante do Grupo Fiscal em Espanha de que é entidade dominante a Sonae SGPS, SA, referentes aos exercícios de 2012 a 2019 e tendo em conta que a empresa impugnou estas liquidações e pretende esgotar cabalmente as vias de contestação disponíveis ao abrigo do direito espanhol e comunitário, foi prestada ao Estado Espanhol uma garantia de 86 milhões de euros sob a forma de seguro-caução para assegurar o cumprimento desta responsabilidade na eventualidade remota de a mesma vir a ser confirmada pelos Tribunais espanhóis. Em resultado da decisão favorável de outros processos com procedência sobre este, aguardamos autorização da Autoridade Tributária espanhola para reduzir a garantia para 63 milhões de euros.

Paralelamente, foi estabelecido um acordo firme entre a MCH e a Sonae SGPS, SA, nos termos do qual esta última, enquanto anterior entidade dominante do Grupo fiscal em Espanha, assumiu integralmente tal responsabilidade, através do compromisso firme de reembolsar à MCH qualquer valor que deva ser pago ao Estado Espanhol relativamente a estas liquidações.

## b) Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito dos regimes de regularização de dívidas fiscais ao abrigo dos DL 248-A/2002, DL 151-A/2013 e DL 67/2016 de 03 de novembro, foram efetuados pagamentos de impostos em exercícios anteriores tendo sido canceladas as respetivas garantias. Encontra-se em aberto o montante de cerca de 8,6 milhões de euros, mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associados.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos regimes, o Grupo mantém em curso os respetivos procedimentos judiciais, tendo expectativa que lhe venha a ser dada razão perante as situações em concreto. O valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento foi reconhecido como ativo.

### c) Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil, a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela subsidiária venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos ascende a 16,3 milhões de euros (16,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, existem outros processos fiscais com prognóstico de perda possível no valor global de 3,7 milhões de euros (68 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga subsidiária. No decurso do ano de 2022, a WMS deu entrada em Portugal de ação declarativa sob a forma de processo comum contra a MCretail, com vista à declaração de direito a uso de carta de conforto prestada por esta última em 2005 no contexto da venda da operação de retalho no Brasil. Tendo por base a apreciação dos seus advogados, a competente contestação foi apresentada.

- Investigação em curso pela Autoridade da Concorrência

Em 2017, a Modelo Continente Hipermercados, S.A. (MCH) foi alvo de diligências de busca e apreensão no âmbito de investigações conduzidas pela Autoridade da Concorrência (AdC) envolvendo 21 entidades no setor de retalho de bens de grande consumo.

Na sequência dessas diligências, a AdC instaurou diversos processos de contraordenação, tendo, entre 2020 e 2023, proferido decisões condenatórias em 10 desses processos, que totalizam coimas aplicadas à MCH no montante agregado de 252 milhões de euros. A MCH impugnou todas as decisões condenatórias junto do Tribunal de Concorrência, Regulação e Supervisão, nos devidos prazos legais, onde se encontram pendentes. Tendo por base a apreciação dos seus advogados e consultores económicos, o Conselho de Administração discorda do entendimento e da decisão da Autoridade da Concorrência, que considera totalmente infundada, pelo que os competentes recursos foram apresentados, não tendo, por este motivo, constituído qualquer provisão. Foram prestadas garantias no valor de 96,9 milhões de euros.

### d) Passivos contingentes relacionados com subsidiárias da Sierra

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais passivos contingentes da Sierra respeitavam essencialmente a 3 cartas conforto a favor de um banco, através da quais o Grupo garante na proporção da sua participação de 50%, o cumprimento de determinadas obrigações da BrightCity, S.A. ("BrightCity") decorrentes do contrato entre a BrightCity e o Banco pelo qual o banco emitiu uma garantia bancária no valor de 7.904 milhares de euros a favor da Câmara Municipal de Campo Maior.

O detalhe das garantias bancárias e fianças prestadas relativamente aos outros passivos contingentes é o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Garantias e fianças prestadas:</b>		
por processos judiciais em curso	98.561	102.654
por processos autárquicos em curso	6.042	6.716
contratuais por bom cumprimento	57.665	50.335
outras garantias	10.608	7.784
	<b>172.877</b>	<b>167.489</b>

## 8. Partes relacionadas

### Políticas contabilísticas

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os rendimentos ou gastos decorrentes destas transações.

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, podem ser detalhados como segue:

	Empresa-mãe		Empreendimentos conjuntos	
	2025	2024	2025	2024
Vendas e prestação de serviços	397	377	10.552	10.270
Outros rendimentos	35	48	8.063	6.566
Custo das vendas	-	-	(502.065)	(426.234)
Fornecimentos e serviços externos	(480)	(478)	(8.950)	(7.204)
Outros gastos	(1)	(1)	-	(1)
Rendimentos e ganhos financeiros	-	-	1.139	873
Gastos e perdas financeiras	(205)	(166)	(189)	(175)

	Empresas associadas		Outras partes relacionadas	
	2025	2024	2025	2024
Vendas e prestação de serviços	130.502	123.865	21.992	19.811
Outros rendimentos	261	1.962	2.883	4.256
Custo das vendas	(107)	(578)	(43.204)	(920)
Fornecimentos e serviços externos	(31.038)	(23.756)	(8.617)	(6.845)
Outros gastos	(24)	(34)	(16)	(14)
Rendimentos e ganhos financeiros	532	302	361	206
Gastos e perdas financeiras	(5.436)	(5.689)	(185)	(3)

	Empresa-mãe		Empreendimentos conjuntos	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Outros ativos não correntes	-	-	706	6.259
Clientes	40	38	2.119	4.116
Outras dívidas de terceiros	3.055	86	10.077	19.231
Fornecedores	-	-	(77.998)	(87.212)
Outras dívidas a terceiros	(449)	(478)	(648)	(833)
Aquisição de ativos fixos tangíveis	-	-	47	1
Alienação de ativos fixos tangíveis	-	-	-	(3)

	Empresas associadas		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Outros ativos não correntes	11.899	9.649	4	4
Clientes	21.049	22.491	2.561	3.459
Outras dívidas de terceiros	9.841	8.554	3.646	3.056
Fornecedores	(6.904)	(4.622)	(8.102)	(1.437)
Outras dívidas a terceiros	(6.678)	(6.042)	(2.292)	(2.270)
Aquisição de ativos fixos tangíveis	4.286	2.075	-	-
Alienação de ativos fixos tangíveis	(11)	(32)	-	(1)
Aquisição de ativos intangíveis	607	337	-	-
Alienação de ativos intangíveis	(7)	-	-	-

Nas partes relacionadas estão incluídas as subsidiárias e empresas conjuntamente controladas ou associadas das sociedades Sonae Sierra SGPS, S.A., NOS SGPS, S.A., Sonae Indústria, SGPS, S.A., Sonae Capital, SGPS, S.A. e SC Industrials, SGPS, S.A., assim como outros acionistas de empresas subsidiárias ou conjuntamente controladas pela Sonae, e outras subsidiárias da empresa-mãe Efanor Investimentos, SGPS, S.E..

A rubrica de outras dívidas a terceiros inclui empréstimos concedidos a empreendimentos conjuntos e associadas do Grupo Sierra no montante de 15,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2025 (20,1 milhões de euros a 31 dezembro de 2024), conforme nota 4.3.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, tem a seguinte composição:

	2025		2024	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica (a)	Conselho de Administração	Direção Estratégica (a)
Benefícios a curto prazo	3.779	9.435	3.812	9.140
Benefícios com base em ações	1.435	3.482	1.475	3.315
	<b>5.214</b>	<b>12.917</b>	<b>5.287</b>	<b>12.455</b>

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae).

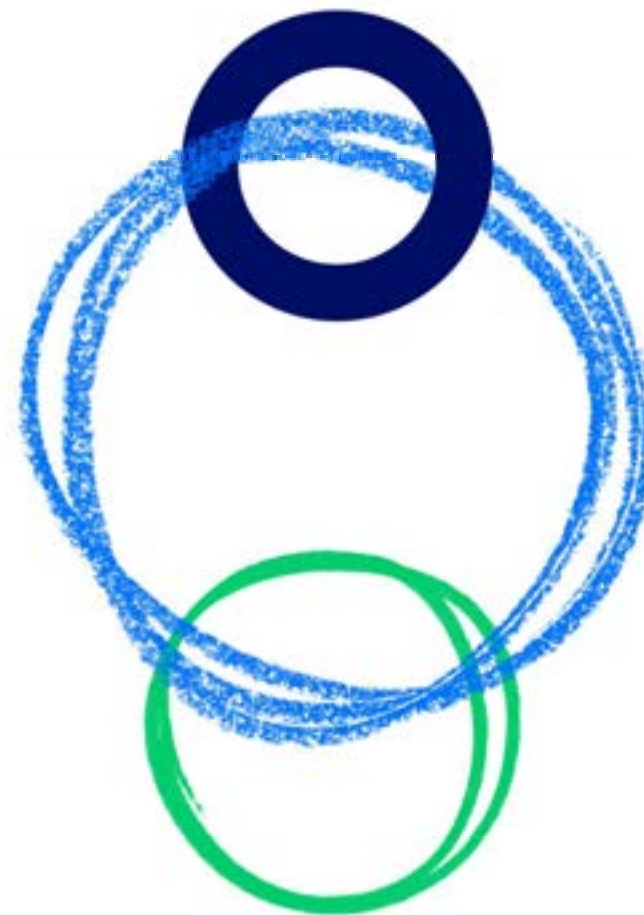
As transações com partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

As remunerações pagas ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor Externo, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, SA, pelo Grupo em 31 de dezembro de 2025 ascenderam a 982 milhares de euros (1.149 milhares de euros em 2024).

O detalhe dos serviços prestados durante o exercício de 2025 é o seguinte:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
Auditoria e revisão legal de contas	733	74,7%	674	58,6%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	127	12,9%	212	18,5%
Consultoria fiscal	11	1,1%	16	1,4%
Outros serviços	111	11,3%	247	21,5%
	<b>982</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.149</b>	<b>100,0%</b>

Relativamente aos serviços distintos de auditoria prestados em 2025, foram faturados no exercício o montante de 264 milhares de euros em 2025 (311 milhares em 2024).



## Anexo I – Empresas do Perímetro de Consolidação

### Empresas Subsidiárias incluídas na consolidação

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2025		31 dez 2024	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Sonae - SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	Mãe	Mãe	Mãe	Mãe
<b>MC</b>					
Arenal Perfumarias S.L.U.	a) Lugo (Espanha)	100,00%	37,51%	100,00%	37,51%
Asprela – Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Azulino Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
BB Food Service, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Bom Momento - Restauração, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Brio – Produtos de Agricultura Biológica, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	a) Castelo de Paiva (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Continente Hipermercados, S.A.	a) Oeiras (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Druni, S.A.	a) Valência (Espanha)	50,00%	37,51%	50,00%	37,51%
Druni Andorra, S.L.U.	a) Andorra (Espanha)	100,00%	37,51%	100,00%	37,51%
Druni Perfumarias Portugal, Unipessoal, Lda.	a), 1) Matosinhos (Portugal)	100,00%	37,51%	-	-

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2025		31 dez 2024	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Elergone Energias, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Farmácia Seleção, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Go Well - Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, S.A.	a) Lisboa (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
H&W - Mediadora de Seguros, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
IGI Investimentos Gestão Imobiliária, S.A.	a) Porto (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
iServices Reparaciones Y Reacondicionados, SL	a), 2), 3) Madrid (Espanha)	-	-	100,00%	75,01%
Marcas MC, zRT	a) Budapeste (Hungria)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
MC Shared Services, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
MCMKT Brands, Lda.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
MContinente, SGPS, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
MCRETAIL, SGPS, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	75,01%	75,01%	75,01%	75,01%
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a) Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	a) Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%





FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2025		31 dez 2024		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Modelo Continente International Trade, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Mundo Note Papelaria, Livraria e Serviços, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Perfumerias Atalaya, S.L.U.	a)	Valência (Espanha)	100,00%	37,51%	100,00%	37,51%
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Portimão Ativo – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Predilugar - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
SCBRASIL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
So Fish - Atividades Aquícolas e Pesca, Unipessoal Lda.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Gondomar (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Soflorin, B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Sondis Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Sonvecap, B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%
Tomenider S.L.	a), 4)	Lugo (Espanha)	-	-	100,00%	37,51%
Valor N, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	75,01%	100,00%	75,01%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2025		31 dez 2024		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Zu, Produtos e Serviços para Animais, S.A.	a), 5)	Matosinhos (Portugal)	-	-	100,00%	75,01%
<b>Worten</b>						
Becken Co., S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Becken Eletrodomesticos Iberia., S.A.	a), 1)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-
HighDome PCC Limited (Cell Europe)	a)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iservices Belgique	a)	Evere (Bélgica)	100,00%	89,80%	100,00%	89,80%
Iservices Netherlands B.V.	a), 1)	Amesterdão (Países Baixos)	89,80%	89,80%	-	-
Iservices, Lda.	a)	Lisboa (Portugal)	89,80%	89,80%	89,80%	89,80%
iServices Reparaciones Y Reacondicionados, SL	a), 2)	Madrid (Espanha)	89,80%	89,80%	-	-
JIC - Acessórios para Telemóveis, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MKTPLACE – Comércio Eletrónico, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Satfiel - Serviços de assistência técnica a eletrodomésticos, Lda.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Reparaciones Y Reacondicionados iServices Canarias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-
Sonae Electronics, S.A.	a), 6)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten - Equipamento para o Lar, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten Canárias, S.L.	a)	Tenerife (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Worten España Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten France SAS	a)	Paris (França)	100,00%	89,80%	100,00%	89,80%
Worten International Trade, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten Malta Holding Limited	a)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zaask – Plataforma Digital, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2025		31 dez 2024		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
<b>Musti</b>						
Arken Zoo Holding AB	a)	Solna (Suécia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Arken Zoo Syd AB	a)	Solna (Suécia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Djurfriskvård Falun AB	a)	Solna (Suécia)	70,00%	55,48%	70,00%	55,48%
Eesti Veterinaaria Kliinikum OÜ	a)	Harju (Estónia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Musti Group Nordic Oy	a)	Helsínquia (Finlândia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Musti Group Oyj	a)	Helsínquia (Finlândia)	81,21%	79,26%	81,21%	79,26%
Musti ja Mirri Oy	a)	Helsínquia (Finlândia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Musti Norge AS	a)	Oslo (Noruega)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Ninas Värld Arninge AB	a)	Täby (Suécia)	70,00%	55,48%	70,00%	55,48%
Pet City Klinika UAB	a)	Kaunas (Lituânia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Pet City OÜ	a)	Harju (Estónia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Pet City SIA	a)	Riga (Letónia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Pet City UAB	a)	Kaunas (Lituânia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Peten Koiratarvike Oy	a)	Helsínquia (Finlândia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Premium Pet Food Suomi Oy	a)	Lieto (Finlândia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Zoo Support Scandinavia AB	a)	Solna (Suécia)	100,00%	79,26%	100,00%	79,26%
Zu, Produtos e Serviços para Animais, S.A.	a), 5)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	79,26%	-	-
<b>Sierra</b>						
Axnae Spain Holdings, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2025		31 dez 2024		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Coimbrashopping - Centro Comercial, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	50,10%	100,00%	50,10%
Colbrand las Tablas S.L.	a), 7)	Madrid (Espanha)	74,23%	74,23%	-	-
Development Properties Nun'Alvares, S.A.	a), 8)	Porto (Portugal)	100,00%	99,52%	50,00%	50,00%
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	a)	Milão (Itália)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ioannina Development of Shopping Centres, S.A.	a)	Atenas (Grécia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
La Galleria Srl	a), 9)	Milão (Itália)	-	-	80,00%	80,00%
Living Markets I, S.A.	a), 10)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Microcom Doi, Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
North Tower B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paracentro - Gestão, Projetos e Consultoria, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parklake Business Centre Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parklake Shopping, S.A.	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque D. Pedro 1, SARL	a)	Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
PDP Investment Fund Fundo de Investimento Imobiliário Resp. Ltda.	a)	Rio de Janeiro (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Plenerg Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Prime Student Living Holding, S.L.	a), 7)	Madrid (Espanha)	74,23%	74,23%	-	-
Project São João de Deus, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Project Sierra 10 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Project Sierra 11 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Project Sierra 12 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Project Sierra 14 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%



FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2025		31 dez 2024		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Project Sierra Four, Srl	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Project Sierra Germany 4 (four) - Shopping Centre, GmbH	a), 11)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Property Management (PMB) LLC	a)	Pristina (Kosovo)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Quinta da Foz – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a), 8)	Porto (Portugal)	99,52%	99,52%	50,00%	50,00%
Sierra - Serviços de Mediação Imobiliária, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Argali Holding GP B.V.	a), 12)	Amesterdão (Países Baixos)	50,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Brazil 1, Sarl	a)	Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Colombia Holding, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Colombia Investments, S.A.S.	a)	Bogotá (Colômbia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Credit Capital, S.L.	a), 1)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-
Sierra Developments Holding B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Developments, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra GB Investments S.à.r.l.	a)	Luxemburgo	50,10%	50,10%	50,10%	50,10%
Sierra Germany GmbH	a)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Germany Real Estate Management GmbH	a), 7)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00%	100,00%	-	-
Sierra GP Limited	a)	Guernsey (Reino Unido)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Iberian Assets Holding, S.A.U.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra IG, SGOIC, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Investments Holdings B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2025		31 dez 2024		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Sierra Investments SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Italy Agency Srl	a)	Milão (Itália)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Italy Srl	a)	Milão (Itália)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Management, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Maroc Services, SARL	a)	Casablanca (Marrocos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Maroc, SARL	a)	Casablanca (Marrocos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Portugal, S.A.	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Real Estate Greece B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Retail Ventures B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	50,10%	50,10%	50,10%	50,10%
Sierra Romania Real Estate Services SRL	a)	Bucareste (Roménia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Services Holland B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Spain Real Estate Services, S.A.U.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sierra Zenata Project B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Sierra Brazil Holdings, SARL	a)	Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SPF - Sierra Portugal, SARL	a)	Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
TechZero Buildings, S.A.	a), 13)	Maia (Portugal)	60,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Weiterstadt Shopping B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Bright Pixel</b>						
Bright Ventures Capital SCR, S.A.	a)	Lisboa (Portugal)	100,00%	90,46%	100,00%	90,46%
Fundo Bright Tech Innovation I	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%



FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2025		31 dez 2024		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Fundo Bright Vector I	a)	Lisboa (Portugal)	50,13%	45,35%	50,13%	45,35%
Inovretail España, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	90,46%	100,00%	90,46%
Inovretail, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	90,46%	100,00%	90,46%
Praesidium Services Limited	a), 14)	Berkshire (Reino Unido)	-	-	100,00%	90,46%
Bright Pixel, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,46%	100,00%	90,46%
<b>Outros</b>						
Bretagne Chimie Fine SAS ('BCF Life Sciences')	a)	Pleucadeuc (França)	99,36%	88,25%	99,36%	88,25%
Claybell Limited	a)	Norfolk (Reino Unido)	96,91%	96,91%	96,91%	96,91%
Comercial Losan, S.L.U.	a), 15)	Saragoça (Espanha)	-	-	100,00%	100,00%
Evra, S.R.L.	a)	Lauria (Itália)	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
Fashion Division, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion International Trade, S.A.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Flybird Holding OY	a)	Helsínquia (Finlândia)	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Gosh! Food Ireland Limited	a)	Irlanda	100,00%	96,91%	100,00%	96,91%
Gosh! Food Limited	a)	Norfolk (Reino Unido)	100,00%	96,91%	100,00%	96,91%
Halfdozen Real Estate, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Irmãos Vila Nova III - Imobiliária, S.A.	a)	V. N. Famalicão (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Irmãos Vila Nova, S.A.	a)	V. N. Famalicão (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IVN – Serviços Partilhados, S.A.	a)	V. N. Famalicão (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IVN Asia Limited	a)	Hong Kong (China)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2025		31 dez 2024		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Losan Colombia, S.A.S.	a), 15)	Bogotá (Colômbia)	-	-	100,00%	100,00%
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	a), 15)	Maia (Portugal)	-	-	100,00%	100,00%
Mondarella GmbH	a), 16)	Berlim (Alemanha)	-	-	57,64%	57,64%
Nutraceutica, S.R.L.	a)	Bolonha (Itália)	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
NVH, S.R.L.	a)	Cadorago (Itália)	100,00%	70,00%	100,00%	70,00%
PCJ-Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	90,46%	100,00%	90,46%
Público - Comunicação Social, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	90,46%	100,00%	90,46%
Salsa Distribution USA LLC	a)	Nova Iorque (EUA)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Salsa France, S.A.R.L.	a)	Paris (França)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Salsa Jeans Ireland Limited	a)	Irlanda	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Salsa Luxembourg, Sàrl	a)	Luxemburgo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	a)	Porto (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SLS Salsa – Comércio e Difusão de Vestuário, S.A.	a)	V. N. Famalicão (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SLS Salsa España – Comercio y Difusión de Vestuario, S.A.U.	a)	Pontevedra (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Corporate, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Holdings, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Investments, B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae RE, S.A.	a)	Luxemburgo	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%
Sonaecom, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	90,46%	90,46%	90,46%	90,46%
Sontel, B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%



FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2025		31 dez 2024		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Sonaecom, SGPS, S.A.	a)	Maia (Portugal)	90,46%	90,46%	90,46%	90,46%
Sontel, B.V.	a)	Amesterdão (Países Baixos)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SparkBCF, SAS	a)	Pleucadeuc (França)	88,82%	88,82%	88,82%	88,82%
Sparkfood Ingredients Italy, S.R.L.	a)	Milão (Itália)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sparkfood Ingredients, S.A.	a)	Matosinhos (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sparkfood, S.A.	a)	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SparkVos, S.R.L.	a)	Guanzate (Itália)	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Usebti Textile México S.A. de C.V.	a), 15)	Cidade do México (México)	-	-	100,00%	100,00%
Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.	a), 15)	Matosinhos (Portugal)	-	-	100,00%	100,00%

\* A percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s), que detém a participação em causa, detém diretamente no capital social da referida empresa.

a) Controlo detido por maioria dos votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;  
b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de administração;

- 1) Subsidiária(s) constituídas no exercício;
- 2) Subsidiária alienada em junho à Iservices, Lda. passando para o segmento Worten;
- 3) Anteriormente denominada por Denethor Investments, SLU;
- 4) Subsidiária fusionada na Druni, S.A. com efeitos a 1 de janeiro de 2025;
- 5) Em dezembro a McRetail SGPS, SA alienou a totalidade da participação da Zu, Produtos e Serviços para Animais, S.A. à Musti;
- 6) Anteriormente denominada por Worten Safe, S.A.;
- 7) Subsidiária(s) adquiridas no exercício;
- 8) Em setembro de 2025 o Grupo adquiriu os restantes 50% do capital, juntamente com a sua subsidiária Development Properties Nun'Álvares, S.A., tornaram-se subsidiárias detidas a 100% pelo Grupo;
- 9) Subsidiária alienada no exercício;
- 10) Em outubro o Grupo adquiriu os restantes 50% desta empresa;
- 11) Subsidiária fusionada na subsidiária Sierra Germany GmbH com efeitos a 1 de janeiro de 2025;
- 12) Em dezembro de 2025 o Grupo alienou 50% da empresa, passando a ser reportada como uma entidade controlada conjuntamente, anteriormente denominada por Project Sierra 13 B.V.;
- 13) Em outubro de 2025 o Grupo alienou 40% da empresa;
- 14) Subsidiária liquidada no exercício;
- 15) A 24 de julho de 2025, a Fashion Divison, S.A. concluiu a venda da Modalfa – Comércio e Serviços, S.A., da Zippy – Comércio e Distribuição, S.A. incluindo as respectivas subsidiárias para fora do Grupo;
- 16) Subsidiária fusionada na Greenforce Future Food AG com efeitos a 1 de janeiro de 2025;

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

## Empreendimentos conjuntos e associadas incluídos na consolidação

Os empreendimentos conjuntos e as associadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são as seguintes:

### Empreendimentos conjuntos

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2025		31 dez 2024	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
<b>MC</b>					
Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, S.A.	Santarém (Portugal)	50,00%	37,51%	50,00%	37,51%
<b>Sierra</b>					
Aegean Park Constructions Real Estate and Development, S.A.	Atenas (Grécia)	100,00%	50,00%	100,00%	50,00%
Arrádashopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	25,05%	50,00%	25,05%
BrightCity, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
BrightCity-NOS, ACE	Maia (Portugal)	50,00%	25,00%	50,00%	25,00%
CC Fórum Barreiro - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	Lisboa (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Development Properties Nun'Álvares, S.A.	1) Porto (Portugal)	-	-	100,00%	49,76%
Gaiashopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	25,05%	50,00%	25,05%
Jardim do Casal Urban Living	2) Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	-	-
Larissa Development of Shopping Centres, S.A.	3) Atenas (Grécia)	-	-	50,00%	50,00%
Living Carvalhido, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Living Markets I, S.A.	4) Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
LMSI - Engineering S.A.	Lisboa (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Madeirashopping - Centro Comercial, S.A.	Funchal (Portugal)	50,00%	25,05%	50,00%	25,05%
Park Avenue Development of Shopping Centers, S.A.	Atenas (Grécia)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Parque Atlântico Shopping - Centro Comercial, S.A.	Ponta Delgada (Portugal)	50,00%	25,05%	50,00%	25,05%
Proyecto Cúcuta S.A.S.	Cúcuta (Colômbia)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido				
		31 dez 2025		31 dez 2024		
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	
Quinta da Foz - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	1)	Porto (Portugal)	-	-	49,76%	49,76%
Quinta do Chorão 1, S.A.	2)	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	-	-
Quinta do Chorão 2, S.A.	2)	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	-	-
Quinta do Chorão 3, S.A.	2)	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	-	-
Quinta do Chorão 4, S.A.	2)	Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	-	-
SC Aegean, B.V.		Amesterdão (Países Baixos)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Sierra Argali Holding GP B.V.	5)	Varsóvia (Polónia)	50,00%	50,00%	-	-
Sierra Asasat, Ltd	2)	Jeddah (Arábia Saudita)	50,00%	50,00%	-	-
Sierra Balmain Asset Management Spółka Z ograniczoną odpowiedzialności	2)	Varsóvia (Polónia)	-	-	50,00%	50,00%
Sierra Balmain Property Management Spółka z ograniczoną odpowiedzialnością	2)	Varsóvia (Polónia)	-	-	100,00%	50,00%
Sierra Central, S.A.S.		Santiago de Cali (Colômbia)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Smartsecrets, S.A.		Lisboa (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Visionarea, Promoção Imobiliária, S.A.		Maia (Portugal)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
<b>Outros</b>						
Unipress - Centro Gráfico, Lda.		Vila Nova de Gaia (Portugal)	50,00%	45,23%	50,00%	45,23%
Universo IME, S.A.		Maia (Portugal)	<b>50,00%</b>	<b>50,00%</b>	<b>50,00%</b>	<b>50,00%</b>
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.		Porto (Portugal)	50,00%	45,23%	50,00%	45,23%

\* A percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa.

- 1) Em setembro de 2025 o Grupo adquiriu os restantes 50% do capital, juntamente com a sua subsidiária Development Properties NunÁlvares, S.A., tornaram-se subsidiárias detidas a 100% pelo Grupo;
- 2) Empreendimento(s) conjunto(s) constituídos no exercício;;
- 3) Empreendimento(s) conjunto(s) alienado(s) no exercício.
- 4) Em outubro o Grupo adquiriu os restantes 50% desta empresa, tornando-se uma subsidiária;
- 5) Em novembro de 2025 a Sierra Argali Holding GP B.V. adquiriu uma participação de 100% na Sierra Argali, S.L., mas em dezembro de 2025 vendeu 50% da sua participação, passando a ser uma entidade controlada conjuntamente;

## Empresas associadas

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2025		31 dez 2024	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
<b>MC</b>					
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	Lisboa (Portugal)	25,00%	18,75%	25,00%	18,75%
Inско - Insular de Hipermercados, S.A.	Ponta Delgada (Portugal)	10,00%	7,50%	10,00%	7,50%
Sportessence - Sport Retail, S.A.	Ponta Delgada (Portugal)	10,00%	7,50%	10,00%	7,50%
<b>Musti</b>					
Petrus Veterinærer AS	Oslo (Noruega)	40,00%	31,70%	40,00%	31,70%
<b>Sierra</b>					
3shoppings - Holding, SGPS, S.A.	Maia (Portugal)	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
ALLOS S.A.	Rio de Janeiro (Brasil)	5,11%	5,11%	5,01%	5,01%
Area Sur Shopping, S.L.	Madrid (Espanha)	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%
Arrábidasshopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	11,25%	50,00%	11,25%
Atrium BIRE, SIGI, S.A.	Maia (Portugal)	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%
Atrium Saldanha - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,75%	100,00%	3,75%
Candotal Spain S.L.U.	Madrid (Espanha)	100,00%	10,00%	100,00%	10,00%
Cascaishopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	25,10%	100,00%	25,10%
Castro de Oza S.L.	Madrid (Espanha)	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Centro Colombo - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	12,55%	100,00%	12,55%
Centro Vasco da Gama - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	12,55%	100,00%	12,55%
CTT Imo Yield - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	Maia (Portugal)	3,64%	3,64%	3,64%	3,64%
Doc Malaga Holdings S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	12,55%	50,00%	12,55%
DOC Malaga Siteco Phase 2, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	12,55%	100,00%	12,55%



FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2025		31 dez 2024	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
DOC Malaga Siteco, S.L.U.	Madrid (Espanha)	100,00%	12,55%	100,00%	12,55%
Douro Riverside Hotel, S.A.	1) Maia (Portugal)	-	-	37,50%	37,50%
Estação Viana - Centro Comercial, S.A.	Viana do Castelo (Portugal)	100,00%	10,00%	100,00%	10,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Shopping Parque Dom Pedro (Fund I)	Rio de Janeiro (Brasil)	39,51%	39,51%	39,51%	39,51%
Gaiashopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	11,25%	50,00%	11,25%
GCMH – Atividades Turísticas, Lda.	Maia (Portugal)	100,00%	7,52%	100,00%	7,52%
Guimarãesshopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	20,00%	100,00%	20,00%
Iberia Shopping Centre Venture Cooperatief U.A.	Amsterdão (Países Baixos)	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Iberian Assets, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	12,43%	100,00%	12,43%
Investabroad 5, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	5,13%	100,00%	5,13%
Land Retail B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	100,00%	25,10%	100,00%	25,10%
Le Terrazze – Shopping Centre 1, Srl	Milão (Itália)	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Luz del Tajo - Centro Comercial, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	10,00%	100,00%	10,00%
Maiashopping - Centro Comercial, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	20,00%	100,00%	20,00%
Mercado Urbano – Gestão Imobiliária, S.A.	Porto (Portugal)	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Neves & Alencar - Hotelaria e Turismo, S.A.	3) Maia (Portugal)	100,00%	7,52%	-	-
Norte Shopping Retail and Leisure Centre B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	50,00%	25,10%	50,00%	12,55%
Norteshopping - SIC Imobiliária Fechada, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	25,10%	100,00%	12,55%
Olimpo Asset 1, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,75%	100,00%	3,75%
Olimpo Asset 2, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,75%	100,00%	3,75%
Olimpo Asset 3, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,75%	100,00%	3,75%
Olimpo Asset 4, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,75%	100,00%	3,75%

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2025		31 dez 2024	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Olimpo Asset 5, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,75%	100,00%	3,75%
Olimpo Asset 6, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,75%	100,00%	3,75%
Olimpo Asset 7, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,75%	100,00%	3,75%
Olimpo Asset 8, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	3,75%	100,00%	3,75%
Olimpo Real Estate Portugal, SIGI, S.A.	Maia (Portugal)	5,13%	5,13%	5,13%	5,13%
Olimpo Real Estate Socimi, S.A.	Madrid (Espanha)	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%
Olimpo Retail Germany I, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	3,00%	100,00%	3,00%
Olimpo Retail Germany II, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	3,00%	100,00%	3,00%
Olimpo Retail Germany Socimi, S.A.	Madrid (Espanha)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Olimpo SIGI España, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	5,13%	100,00%	5,13%
Oriente Business Tower, SIGI	2) Madrid (Espanha)	3,75%	3,75%	-	-
Olimpo SIGI España, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	5,13%	100,00%	5,13%
Palmares - Investimentos e Urbanizações, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	7,52%	100,00%	7,52%
Phoenix Lux JVCo Sarl	Maia (Portugal)	15,00%	7,52%	15,00%	7,52%
Phoenix LX Operations, Unipessoal, Lda.	2) Maia (Portugal)	100,00%	7,52%	-	-
Phoenix Ocean's Edge Operations, Unipessoal, Lda.	2) Maia (Portugal)	100,00%	7,52%	-	-
Phoenix OPT Operations Unipessoal, Lda.	Maia (Portugal)	100,00%	7,52%	100,00%	7,52%
Phoenix RS Operations, Unipessoal, Lda.	2) Maia (Portugal)	100,00%	7,52%	-	-
Plaza Mayor, B.V.	Amsterdão (Países Baixos)	100,00%	25,10%	100,00%	25,10%
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	25,10%	100,00%	25,10%
RS WHV, S.A.	2) Maia (Portugal)	100,00%	7,52%	-	-



FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2025		31 dez 2024	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Shopping Centre Colombo Holding B.V.	Amesterdão (Países Baixos)	50,00%	12,55%	50,00%	12,55%
Sierra European Retail Real Estate Assets Holdings B.V.	Amesterdão (Países Baixos)	25,10%	25,10%	25,10%	25,10%
Sierra Spain Malaga Holdings, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	25,10%	100,00%	25,10%
Signal Alpha Republica I, S.A.	Lisboa (Portugal)	5,01%	5,01%	5,01%	5,01%
Signal Alpha Republica II, Lda.	Lisboa (Portugal)	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
SPF - Sierra Portugal Feeder 1, S.C.A.	Luxemburgo	7,45%	7,45%	7,45%	7,45%
SPF - Sierra Portugal Feeder 2, S.C.A.	Luxemburgo	100,00%	7,45%	100,00%	7,45%
Torre Norte, S.A.	Maia (Portugal)	26,00%	26,00%	26,00%	26,00%
Torre Oriente, SIC Imobiliária Fechada, S.A.	3) Madrid (Espanha)	100,00%	3,75%	-	-
Trivium Real Estate Socimi, S.A.	Madrid (Espanha)	12,43%	12,43%	12,43%	12,43%
VdG Holding B.V.	Amesterdão (Países Baixos)	50,00%	12,55%	50,00%	12,55%
Via Catarina – SIC Imobiliária Fechada, S.A.	Maia (Portugal)	25,05%	25,05%	25,05%	25,05%
Wonder Hotel Ventures, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	7,52%	100,00%	7,52%
Zenata Commercial Project, S.A.	Mohammedia (Marrocos)	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
<b>Bright Pixel</b>					
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners II	Lisboa (Portugal)	47,78%	43,22%	47,78%	43,22%
Fundo de Capital de Risco Armilar Venture Partners III	Lisboa (Portugal)	46,98%	42,50%	45,52%	41,18%
Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Venture Partners Inovação e Internacionalização	Lisboa (Portugal)	39,28%	35,53%	38,25%	34,60%
<b>NOS</b>					
BrightCity, S.A.	Maia (Portugal)	50,00%	16,90%	50,00%	16,90%
Cyberinspect Cyber Risk Analysis, S.A	2) Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	-	-

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2025		31 dez 2024	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Dreamia Serviços de Televisão, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	16,90%	100,00%	16,90%
Dreamia Servicios de Televisión, S.L.	Madrid (Espanha)	50,00%	16,90%	50,00%	16,90%
Dualgrid - Gestão de Redes Partilhas, S.A.	Lisboa (Portugal)	50,00%	16,90%	50,00%	16,90%
Empracine – Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
FINSTAR – Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.	Luanda (Angola)	30,00%	10,14%	30,00%	10,14%
Fundo de Capital de Risco NOS 5G	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
Lusomundo Imobiliária 2, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo (Moçambique)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
MSTAR, S.A.	Maputo (Moçambique)	30,00%	10,14%	30,00%	10,14%
NOS Açores Comunicações, S.A.	Ponta Delgada (Portugal)	83,82%	28,33%	83,82%	28,33%
NOS Audio - Sales & Distribution, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Audiovisuais SGPS, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Comunicações, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Corporate Center, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Inovação, S.A.	Matosinhos (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Internacional, SGPS, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Lusomundo Cinemas, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Madeira Comunicações, S.A.	Funchal (Portugal)	77,95%	26,35%	77,95%	26,35%
NOS Mediação de Seguros, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%

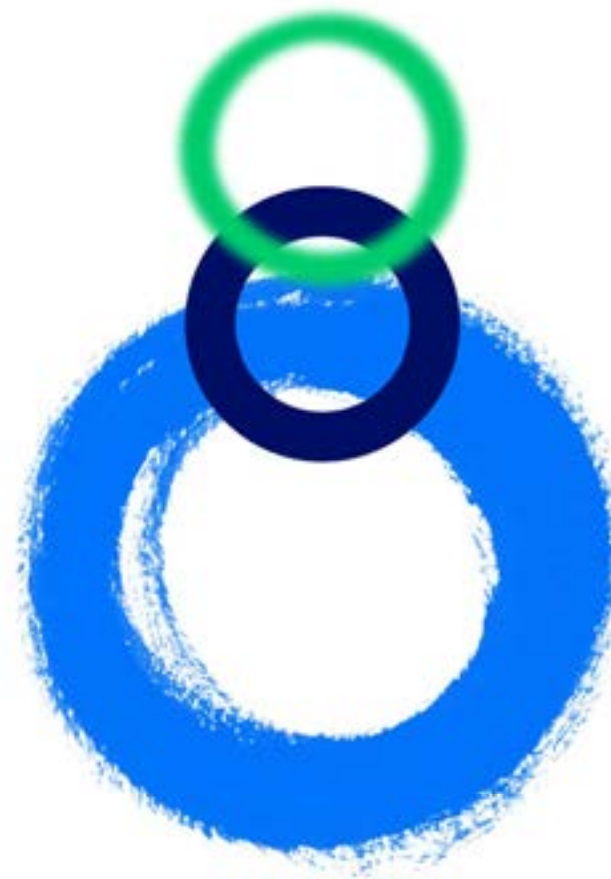


FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dez 2025		31 dez 2024	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
NOS Property, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS SGPS, S.A.	Lisboa (Portugal)	37,37%	33,80%	37,37%	33,80%
NOS Security Technology, S.A.	2) Madrid (Espanha)	100,00%	33,80%	-	-
NOS Sistemas España, S.L.	Madrid (Espanha)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Sistemas, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Technology – Conceção Construção e Gestão de Redes de Comunicação, S.A.	Matosinhos (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
NOS Wholesale, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
Sport TV Portugal, S.A.	Lisboa (Portugal)	25,00%	8,45%	25,00%	8,45%
Teliz Holding, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
Ten Twenty One, S.A.	Lisboa (Portugal)	100,00%	33,80%	100,00%	33,80%
Upstar Comunicações, S.A.	Vendas Novas (Portugal)	30,00%	10,14%	30,00%	10,14%
ZAP Media, S.A.	Luanda (Angola)	100,00%	10,14%	100,00%	10,14%
<b>Outros</b>					
Bon Vivant	Paris (França)	11,41%	11,41%	11,41%	11,41%
Bluu GmbH	Berlim (Alemanha)	7,45%	7,45%	7,45%	7,45%
77 Foods SAS	Paris (França)	6,31%	6,31%	6,31%	6,31%

\*a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelo Grupo; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa, no capital social da referida empresa.

- 1) Associada alienada no exercício;
- 2) Associada(s) constituída no exercício;
- 3) Associada(s) adquirida(s) no exercício;

Os empreendimentos conjuntos e associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.



## Demonstrações Financeiras

---

### 3.2. Demonstrações financeiras separadas

# 3.2.

## Demonstrações financeiras separadas

### DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2025	2024
Prestações de serviços	6.1	7.283	7.113
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	2.4	61.838	(4.729)
Ganhos ou perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	2.2	(650)	-
Outros rendimentos		2.035	3.597
Fornecimentos e serviços externos	6.2	(11.798)	(14.623)
Gastos com o pessoal	6.3	(13.099)	(11.791)
Outros gastos		(1.503)	(1.458)
Amortizações e depreciações		(377)	(354)
<b>Resultado líquido antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos</b>		<b>43.729</b>	<b>(22.245)</b>
Dividendos recebidos	2.1	104.378	136.315
Rendimentos e ganhos financeiros	5.9	36.300	47.944
Gastos e perdas financeiras	5.9	(53.739)	(74.481)
<b>Resultado líquido antes de impostos</b>		<b>130.668</b>	<b>87.533</b>
Imposto sobre o rendimento	3.8.1	5.182	5.328
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>135.850</b>	<b>92.861</b>
Resultados por ação:			
Básico	5.5	0,06992	0,04797
Diluído	5.5	0,06980	0,04790

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

### DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2025	2024
Resultado líquido do exercício		135.850	92.861
Variação no valor dos ativos financeiros a justo valor líquido de imposto	5.6	2.489	(3.982)
<b>Items de outro rendimento integral que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados</b>		<b>2.489</b>	<b>(3.982)</b>
<b>Total de outros rendimentos integrais do exercício</b>		<b>2.489</b>	<b>(3.982)</b>
<b>Total rendimento integral do exercício</b>		<b>138.339</b>	<b>88.878</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Ativo</b>			
Ativos não correntes:			
Ativos fixos tangíveis		202	217
Ativos intangíveis		10	18
Direitos de uso		740	859
Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	2.1	4.467.834	4.650.062
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.2 e 4.3	2.425	3.075
Ativos por impostos diferidos	3.8.2	105.278	111.429
Outros ativos não correntes	3.4 e 4.3	850.000	600.000
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>5.426.489</b>	<b>5.365.660</b>
Ativos correntes:			
Clientes	3.1 e 4.3	1.410	1.646
Outras dívidas de terceiros	3.2 e 4.3	71.078	429.578
Imposto sobre o rendimento		2.296	30.795
Outros ativos correntes	3.3 e 4.3	30.277	10.122
Caixa e equivalentes de caixa	4.3 e 5.8	41.214	17.121
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>146.273</b>	<b>489.260</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.572.762</b>	<b>5.854.920</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
Capital próprio:			
Capital social	5.1	2.000.000	2.000.000
Ações próprias	5.2	(49.404)	(55.174)
Reservas legais	5.3	323.532	318.889
Outras reservas	5.4	1.707.324	1.730.508
Resultados transitados		89.571	89.552
Resultado líquido do exercício		135.850	92.861
<b>Total do capital próprio</b>		<b>4.206.873</b>	<b>4.176.635</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente:			
Empréstimos obrigacionistas	4.3 e 5.6	445.367	643.716
Empréstimos bancários	4.3 e 5.6	344.653	187.337
Outros empréstimos	4.3 e 5.6	6.218	6.218
Passivo de locação		506	614
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>796.744</b>	<b>837.885</b>
Passivo corrente:			
Empréstimos obrigacionistas	4.3 e 5.6	-	4.000
Empréstimos bancários	4.3 e 5.6	20.000	32.500
Outros empréstimos	4.3 e 5.6	1.494	3.982
Passivo de locação		247	256
Fornecedores	4.3	1.821	2.249
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	3.5 e 4.3	400.515	605.416
Outras dívidas a terceiros	3.6 e 4.3	134.955	166.264
Estado e outros entes públicos		347	280
Outros passivos correntes	3.7 e 4.3	9.766	25.453
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>569.145</b>	<b>840.400</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.365.889</b>	<b>1.678.285</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>5.572.762</b>	<b>5.854.920</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.



## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Outras reservas			Total de Outras Reservas	Resultados Transitados	Total de Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total	
					Reservas de Justo Valor	Reserva para Planos de Pagamento Baseados em Ações	Reserva Indisponível Relativa a Ações Próprias						Reservas Livres
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2024</b>		<b>2.000.000</b>	<b>(62.929)</b>	<b>305.958</b>	<b>-</b>	<b>2.682</b>	<b>62.929</b>	<b>1.532.614</b>	<b>1.598.225</b>	<b>89.335</b>	<b>1.687.560</b>	<b>258.620</b>	<b>4.189.209</b>
Total do rendimento integral do exercício		-	-	-	(3.982)	-	-	-	(3.982)	-	(3.982)	92.861	88.878
Aplicação do resultado líquido de 2023:													
Transferência para reservas livres		-	-	-	-	-	-	136.388	136.388	-	136.388	(136.388)	-
Transferência para reserva legal		-	-	12.931	-	-	-	-	-	-	-	(12.931)	-
Dividendos distribuídos	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.300)	(109.300)
Aquisição/Alienação de ações próprias	5.2	-	7.506	-	-	-	(7.506)	7.362	(144)	-	(144)	-	7.362
Outras alterações:													
Política de remuneração variável anual e de médio prazo - reclassificação de capital para passivo	6.4	-	-	-	-	-	-	-	-	(165)	(165)	-	(165)
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	6.4	-	249	-	-	22	(249)	249	22	380	402	-	651
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>2.000.000</b>	<b>(55.174)</b>	<b>318.889</b>	<b>(3.982)</b>	<b>2.704</b>	<b>55.174</b>	<b>1.676.613</b>	<b>1.730.508</b>	<b>89.552</b>	<b>1.820.059</b>	<b>92.861</b>	<b>4.176.635</b>
Total do rendimento integral do exercício		-	-	-	2.489	-	-	-	2.489	-	2.489	135.850	138.339
Aplicação do resultado líquido de 2024:													
Transferência para reservas livres		-	-	-	-	-	-	3.271	3.271	-	3.271	(3.271)	-
Transferência para reserva legal		-	-	4.643	-	-	-	-	-	-	-	(4.643)	-
Dividendos distribuídos	9	-	-	-	-	-	-	(30.202)	(30.202)	-	(30.202)	(84.947)	(115.149)
Aquisição/Alienação de ações próprias	5.2	-	5.490	-	-	-	(5.490)	6.511	1.021	-	1.021	-	6.511
Outras alterações:													
Política de remuneração variável anual e de médio prazo - reclassificação de capital para passivo	6.4	-	-	-	-	-	-	-	-	19	19	-	19
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	6.4	-	280	-	-	238	(280)	280	238	-	238	-	518
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>2.000.000</b>	<b>(49.404)</b>	<b>323.532</b>	<b>(1.494)</b>	<b>2.942</b>	<b>49.404</b>	<b>1.656.473</b>	<b>1.707.324</b>	<b>89.571</b>	<b>1.796.895</b>	<b>135.850</b>	<b>4.206.873</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2025	2024
<b>Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		7.845	6.928
Pagamentos a fornecedores		(11.910)	(13.501)
Pagamentos ao pessoal		(12.592)	(11.468)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>(16.657)</b>	<b>(18.041)</b>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		23.684	2.195
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		3.290	73
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>10.317</b>	<b>(15.773)</b>
<b>Atividades de Investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos concedidos		2.431.656	3.655.426
Investimentos financeiros	2.3	244.499	19.422
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		3	-
Juros e rendimentos similares		15.143	44.110
Dividendos	8	104.378	136.315
		<b>2.795.679</b>	<b>3.855.273</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos concedidos		(2.340.612)	(4.450.079)
Investimentos financeiros	2.3	(433)	(10.300)
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(49)	(34)
		<b>(2.341.094)</b>	<b>(4.460.413)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>454.585</b>	<b>(605.140)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	5.7	6.208.165	5.502.196
Alienação de ações próprias		6.511	7.489
		<b>6.214.676</b>	<b>5.509.685</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	5.7	(6.472.066)	(4.965.281)
Juros e gastos similares		(67.940)	(78.095)
Dividendos	9	(115.149)	(109.300)
Contratos de locação		(331)	(354)
		<b>(6.655.486)</b>	<b>(5.153.030)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(440.810)</b>	<b>356.655</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>24.093</b>	<b>(264.256)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5.8	17.121	281.377
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	5.8	41.214	17.121

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

## SONAE, SGPS, S.A.

### Anexo às demonstrações financeiras separadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em milhares de euros)

#### 1. Nota Introdutória

A SONAE, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Sonae”) tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Apartado 1011, 4470-909 Maia, Portugal.

A Sonae é controlada pela Efanor Investimentos SGPS, S.E. que detém, direta e indiretamente, 52,48% do seu capital social. A totalidade das ações representativas do capital social da Sonae está admitida à negociação no mercado regulamentado *Euronext Lisbon*.

#### 1.1. Eventos subsequentes

##### Política contabilística

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

##### Refinanciamento de operações “ESG-linked”

A Sonae SGPS, S.A. em fevereiro de 2026, acordou um conjunto de operações de refinanciamento indexadas ao desempenho do Grupo em indicadores ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) num montante global superior a 500 milhões de euros, enquadradas no “Sustainability-Linked Financing Framework”.

#### 1.2. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia e estejam efetivas a 1 de janeiro de 2025.

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto quanto à mensuração dos “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” que são mensurados ao justo valor.

##### Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras anexas:

- Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foi aprovada (“endorsed”) pela União Europeia a seguinte norma contabilística, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2025:

Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2025	Data de eficácia (exercício iniciado em ou após)
<b>IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade</b> Requisitos para determinar se uma moeda é passível de ser trocada por outra moeda e, quando não for possível efetuar a troca por um longo período, as opções para calcular a taxa de câmbio à vista a utilizar. Divulgação dos impactos desta situação na liquidez, desempenho financeiro e posição patrimonial da entidade, bem como a taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato.	1-jan-25

A Sonae efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação da referida norma não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

- As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2026, endossadas pela UE	Data de eficácia (exercício iniciado em ou após)
<b>IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à classificação e mensuração dos instrumentos financeiros</b>	<b>1-jan-26</b>
Introdução de uma nova exceção à definição de data de desreconhecimento quando a liquidação de passivos financeiros é efetuada através de um sistema de pagamento eletrónico. Orientação adicional para avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são apenas pagamentos de capital e juros. Exigência de novas divulgações para determinados instrumentos com termos contratuais que possam alterar os fluxos de caixa. Novas divulgações sobre os ganhos ou perdas de justo valor reconhecidos no capital próprio em relação a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral.	
<b>IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza</b>	<b>1-jan-26</b>
Referente à contabilização dos Contratos de aquisição de energia relativos a eletricidade dependente da natureza, no que diz respeito: i) à clarificação da aplicação dos requisitos de ‘uso próprio’; ii) à permissão de aplicar a contabilidade de cobertura caso os contratos de aquisição de eletricidade sejam designados como instrumentos de cobertura; e iii) à introdução de novos requisitos de divulgação sobre os impactos destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	
<b>Melhorias anuais – volume 11</b>	<b>1-jan-26</b>
Clarificações ao texto de várias normas: IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7	
<b>IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras</b>	<b>1-jan-27</b>
Requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras, com enfoque na demonstração dos resultados, através da especificação de uma estrutura modelo, com a categorização dos gastos e rendimentos em: i) operacionais, ii) investimento e iii) financiamento, e a introdução de novos subtópicos relevantes, considerando a existência de atividades empresariais específicas. Requisitos de divulgação de medidas de desempenho da gestão e orientação adicional sobre a aplicação dos princípios de agregação e desagregação da informação financeira.	

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Exceto quanto à alteração na IFRS18, cujos impactos da adoção se encontram a ser analisados, não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

- As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2027, ainda não endossadas pela UE	Data de eficácia (exercício iniciado em ou após)
<b>IAS 21 – Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária</b>	<b>1-jan-27</b>
Procedimentos de conversão cambial, para o período corrente e para o comparativo, da informação financeira para a moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária, quando a moeda funcional da entidade ou de uma operação estrangeira seja a moeda de uma economia não hiperinflacionária.	
<b>IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações</b>	<b>1-jan-27</b>
Norma que apenas trata de divulgações, com requisitos de divulgação reduzidos, que é aplicada em conjunto com outras normas contabilísticas IFRS para requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação. Só pode ser adotada por subsidiárias “Elegíveis” que não estejam sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira e tenham uma empresa-mãe que prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público que estejam em conformidade com as IFRS.	
<b>IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações</b>	<b>1-jan-27</b>
Alteração que define a redução dos requisitos de divulgações de novas normas e alterações às normas publicadas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, aplicáveis às entidades abrangidas pela IFRS 19.	

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

### 1.3. Especialização dos exercícios

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os rendimentos e gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os rendimentos e gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.



## 1.4. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras separadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Determinação do valor recuperável de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 2.1);
- Registo de provisões e análise de passivos contingentes (Nota 7);
- Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Nota 3.8.2);
- Determinação do justo valor de ativos e passivos financeiros através de rendimento integral e de resultados (Nota 2.2 e 4.2); e
- Classificação de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 2.1).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não

foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

## 2. Investimentos

### Políticas contabilísticas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Sonae tem controlo. A Sonae controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis por via do seu relacionamento com a participada, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a participada.

Os empreendimentos conjuntos correspondem a acordos conjuntos através dos quais os empreendedores que exercem controlo conjunto sobre o acordo com o objetivo de partilhar o retorno obtido da atividade do empreendimento conjunto.

As associadas são investimentos em que a Sonae exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

A existência de influência significativa é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- transações materiais entre o investidor e a investida;
- intercâmbio de pessoal de gestão; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos.

A Sonae realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Para além do reconhecimento da imparidade nestes investimentos, a Sonae reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício das entidades registadas como investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.

As perdas por imparidade são calculadas por comparação entre o valor recuperável do investimento, correspondente ao maior entre o justo valor menos custos de vender e o valor de uso, e o valor contabilístico das participações financeiras.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. No caso de subsidiárias ou empreendimentos conjuntos cujos ativos mais relevantes correspondem a participações em empresas imobiliárias ou a ativos imobiliários, o justo valor das referidas participações é estimado por referência ao valor de mercado dos ativos imobiliários por aqueles detidos.

É entendimento do Conselho de Administração que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise uma vez que considera a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu, e a diminuição resulta objetivamente de determinado evento ocorrido após o reconhecimento inicial da imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido, caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

## 2.1. Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (líquido de imparidades) era o seguinte:

Empresas	31 dez 2025					Saldo final
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	(Imparidade) / reversão reconhecida no exercício (Nota 2.4)	
Mcretail, SGPS, S.A. <sup>a)</sup>	10,04%	180.684	-	-	-	180.684
Sonae Holdings, S.A.	100,00%	1.910.907	-	-	-	1.910.907
Sonae Investments, BV	100,00%	978.869	-	(156.809)	-	822.060
Sonae RE, S.A.	99,92%	1.687	-	-	-	1.687
Sonae Sierra SGPS, S.A.	100,00%	950.565	-	-	-	950.565
Sonaeacom, SGPS, S.A. <sup>b)</sup>	26,23%	114.847	-	-	-	114.847
Sontel, B.V. <sup>c)</sup>	35,87%	378.104	-	(87.690)	58.821	349.234
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	100,00%	45.323	-	-	3.450	48.773
Universo, IME, S.A.	50,00%	89.077	-	-	-	89.077
		<b>4.650.062</b>	<b>-</b>	<b>(244.499)</b>	<b>62.271</b>	<b>4.467.834</b>

a) Restantes 64,97% detidos através da Sonae Holdings, S.A. e Sonae Investments, B.V.;

b) Restantes 62,33% detidos através da Sontel, B.V.; e

c) Restantes 64,13% detidos através da Sonae Investments, B.V..

Empresas	31 dez 2024					Saldo final
	% de detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	(Imparidade) / reversão reconhecida no exercício (Nota 2.4)	
Becken CO, S.A. <sup>a)</sup>	100,00%	4.050	-	(4.050)	-	-
Mcretail, SGPS, S.A. <sup>b)</sup>	10,04%	180.684	-	-	-	180.684
Sonae Holdings, S.A.	100,00%	1.910.907	-	-	-	1.910.907
Sonae Investments, BV	100,00%	978.869	-	-	-	978.869
Sonae RE, S.A.	99,92%	1.466	300	-	(79)	1.687
Sonae Sierra SGPS, S.A.	100,00%	950.565	-	-	-	950.565
Sonaeacom, SGPS, S.A. <sup>c)</sup>	26,23%	114.847	-	-	-	114.847
Sontel, B.V. <sup>d)</sup>	35,87%	414.494	-	-	(36.390)	378.104
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	100,00%	52.203	-	-	(6.880)	45.323
Universo, IME, S.A. <sup>e)</sup>	50,00%	41.049	10.000	-	38.028	89.077
		<b>4.649.134</b>	<b>10.300</b>	<b>(4.050)</b>	<b>(5.321)</b>	<b>4.650.062</b>

a) Empresa alienada em 2024;

b) Restantes 64,97% detidos através da Sonae Holdings, S.A. e Sonae Investments, BV;

c) Restantes 62,33% detidos através da Sontel, B.V.; e

d) Restantes 64,13% detidos através da Sonae Investments, B.V..

Durante o exercício de 2025, a Sontel, BV e a Sonae Investments, BV reduziram o capital em 244.500 milhares de euros e 156.809 milhares de euros, respetivamente. Decorrente desta redução de capital, a participação da Sonae SGPS nestas entidades reduziu 87.690 milhares de euros e 156.809 milhares de euros, respetivamente.

Os principais indicadores financeiros das empresas subsidiárias e empreendimentos conjuntos podem ser resumidos como segue:

Empresas	31 dez 2025			
	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado líquido do exercício
Mcretail, SGPS, S.A. <sup>a)</sup>	5.591.781	4.518.123	1.073.658	298.847
Sonae Holdings, S.A.	3.318.328	881.735	2.436.593	138.918
Sonae Investments, BV	997.624	108.578	889.047	30.279
Sonae RE, S.A.	1.684	83	1.601	(88)
Sonae Sierra SGPS, S.A. <sup>a)</sup>	1.561.658	434.867	1.126.791	68.798
Sonacom, SGPS, S.A. <sup>a)</sup>	1.398.252	40.093	1.358.159	51.630
Sontel, B.V.	968.475	4.372	964.102	67.498
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	145.159	96.382	48.777	7.674
Universo, IME, S.A.	496.712	415.253	81.459	5.804

a) Demonstrações financeiras consolidadas.

Empresas	31 dez 2024			
	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado líquido do exercício
Becken CO, S.A.	4.624	15	4.609	186
Mcretail, SGPS, S.A. a)	5.704.403	4.733.323	971.080	202.426
Sonae Holdings, S.A.	2.979.664	681.989	2.297.675	74.657
Sonae Investments, BV	1.072.136	60.137	1.011.999	(8.378)
Sonae RE, S.A.	1.765	77	1.688	(78)
Sonae Sierra SGPS, S.A. a)	1.430.402	374.767	1.055.635	134.513
Sonacom, SGPS, S.A. a)	1.366.153	47.842	1.318.311	17.670
Sontel, B.V.	1.048.087	2.519	1.045.568	(102.014)
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	138.543	93.219	45.324	4.343
Universo, IME, S.A.	402.675	327.020	75.655	(11.657)

a) Demonstrações financeiras consolidadas assinadas;

Os testes de imparidade aos investimentos financeiros são efetuados nos termos da política contabilística referida na Nota 2 e com base na avaliação dos ativos das subsidiárias efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados.

Os principais pressupostos utilizados para a avaliação das participações financeiras detidas, correspondem genericamente aos utilizados para efeitos de testes de imparidade de goodwill e de avaliação de ativos imobiliários que se encontram divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

	2025	2024
Sontel, B.V.	-	58.821
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	3.430	6.880
Sonae RE, S.A.	2.935	2.935
	<b>6.365</b>	<b>68.636</b>

Da análise de imparidade efetuada em 2025, a revisão das projeções e os testes de imparidade conduziram ao apuramento de reversões ao nível da Sontel, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de 58.821 milhares de euros e ao nível da SFS, Gestão e Consultoria, S.A. no montante de 3.450 milhares de euros.

Os dividendos recebidos em 2025 e 2024 são com segue:

Dividendos recebidos	2025	2024
SFS, Gestão e consultadoria, S.A.	3.807	79.744
Mcretail, SGPS, S.A.	18.973	17.166
Sonae Investments, BV	30.592	22.000
Sonae Sierra SGPS, S.A.	48.696	11.628
Sonacom, SGPS, S.A.	2.311	5.777
	<b>104.378</b>	<b>136.315</b>

## 2.2. Ativos financeiros ao justo valor

### Políticas contabilísticas

Para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

### Justo valor através de resultados

A 31 de dezembro de 2025, a rubrica de “Ativos financeiros ao justo valor através de resultados” inclui essencialmente o investimento de 2,4 milhões de euros representativo de 10% do capital no fundo de investimentos Bright Tech Innovation I, constituído em junho de 2020. Este investimento encontrava-se valorizado ao justo valor classificado no nível 3 da correspondente hierarquia de justo valor definida na IFRS 13 – Justo Valor. No exercício de 2025 foram reconhecidas perdas no montante de 650 milhares de euros.

## 2.3. Recebimentos / pagamentos de investimentos financeiros

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser analisados como segue:

Recebimentos / Pagamentos	31 dez 2025		
	Aumentos / (diminuições) do exercício	Valor recebido	Valor pago
Sonae Investments, BV <sup>a)</sup>	(156.809)	156.809	-
Sontel, B.V <sup>a)</sup>	(87.690)	87.690	-
Outros	-	-	(433)
	<b>(244.499)</b>	<b>244.499</b>	<b>(433)</b>

a) Os montantes recebidos referem-se a devoluções de capital;

Recebimentos / Pagamentos	31 dez 2024		
	Aumentos / (diminuições) do exercício	Valor recebido	Valor pago
Universo, IME, S.A. <sup>a)</sup>	10.000	-	(10.000)
Becken CO, S.A. <sup>b)</sup>	(4.050)	4.479	-
Sonae RE, S.A.	300	-	(300)
Musti Group Plc <sup>c)</sup>	(14.790)	14.790	-
Outros	-	153	-
	<b>(8.540)</b>	<b>19.422</b>	<b>(10.300)</b>

a) O montante pago refere-se à cobertura de prejuízos de 10.000 milhares de euros;

b) Empresa alienada no exercício de 2024, e

c) Alienação da participação da Musti à Flybird Holding Oy ao abrigo da OPA lançada por esta entidade.

## 2.4. Ganhos ou perdas relativas a investimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe dos ganhos ou perdas relativas a investimentos era o seguinte.

	2025	2024
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos	(433)	592
Perdas de imparidade (Nota 2.1)	-	(43.349)
Reversão perdas de imparidade (Nota 2.1)	62.271	38.028
	<b>61.838</b>	<b>(4.729)</b>

## 3. Fundo de manei

### 3.1. Clientes

O saldo de clientes em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 respeita exclusivamente à prestação de serviços técnicos de administração e gestão a sociedades nas quais a Empresa tem participação no capital (Nota 8).

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas por imparidade.

### 3.2. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o detalhe das “Outras dívidas de terceiros”, é o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Empresas do grupo</b>		
Iservices, Lda.	20.089	13.778
IVN - Serviços Partilhados, S.A.	7.000	26.500
Sparkfood Ingredients S.A.	3.180	29.793
Sparkfood, S.A.	1.707	214.702
JIC - Acessórios para telemóveis, S.A.	1.037	-
Satfiel, Lda.	326	-
Halfdozen Real Estate, S.A.	299	338
Sonae Holdings, S.A.	-	76.977
Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.	-	12.594
<b>Empréstimos (Nota 8)</b>	<b>33.638</b>	<b>374.682</b>
Impostos - RETGS	35.625	50.910
Outros	1.815	3.986
	<b>71.078</b>	<b>429.578</b>

Os empréstimos concedidos a empresas do Grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do Grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

O montante registado na rubrica Impostos – RETGS corresponde ao imposto a receber apurado pelas empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, líquido de pagamentos por conta, das quais a Empresa é a sociedade dominante.

### 3.3. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o valor da rubrica de outros ativos correntes corresponde, fundamentalmente, a acréscimos de rendimentos relativos à especialização de juros de empréstimos concedidos e de comissões de fianças prestadas a participadas. O aumento face ao ano anterior é justificado pelos acréscimos de juros associados ao empréstimo concedido à Sonae Holdings, que teve início no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### 3.4. Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Empréstimos concedidos a empresas do Grupo:</b>		
Sonae Holdings, S.A. (Nota 8)	850.000	600.000
	<b>850.000</b>	<b>600.000</b>

O empréstimo concedido a empresa do Grupo vence juros à taxa de mercado indexada à Euribor e tem uma maturidade superior a 1 ano.

### 3.5. Empréstimos obtidos de empresas do Grupo

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe de empréstimos obtidos de empresas do grupo era o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	192.989	142.129
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	87.396	88.416
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	47.836	45.692
MKTPLACE – Comércio Eletrónico, S.A.	47.022	32.161
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	8.500	23.978
Fashion Division, S.A.	5.834	22.984
Becken CO, S.A.	4.595	4.561
Sonae Holdings, S.A.	2.694	-
Sonae Corporate, S.A.	2.552	2.578
Sontel, B.V.	-	220.543
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	-	20.813
Outros	1.097	1.561
<b>Empréstimos (Nota 8)</b>	<b>400.515</b>	<b>605.416</b>

Os empréstimos obtidos de empresas do Grupo vencem juros a taxas indexadas à Euribor e têm maturidade inferior a 1 ano.

### 3.6. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe de outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Empresas do grupo</b>		
Impostos - RETGS	134.379	165.984
Acionistas	118	130
Outros	458	150
	<b>134.955</b>	<b>166.264</b>

O montante registado na rubrica impostos – RETGS corresponde ao imposto a pagar apurado pelas empresas tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, líquido de pagamentos por conta, de pagamentos adicionais por conta, de pagamentos especiais por conta e de retenções na fonte, do qual a Empresa é a sociedade dominante.

### 3.7. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
<b>Credores por acréscimos de gastos:</b>		
Juros a liquidar	4.634	20.729
Remunerações a liquidar	3.457	2.910
Fornecimentos e serviços externos	1.516	1.541
Outros	159	273
	<b>9.766</b>	<b>25.453</b>

### 3.8. Imposto sobre o rendimento

#### Política contabilística

A partir do exercício de 2014 a Sonae constitui-se como sociedade dominante de um grupo de sociedades tributadas pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento a pagar nas suas contas individuais, por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Com exceção do exercício de 2017, em que apenas a sociedade dominante relevou contabilisticamente o montante correspondente aos prejuízos gerados pelo grupo, as sociedades que contribuem com prejuízos fiscais registam o montante de imposto a recuperar

correspondente nas contas individuais igualmente por contrapartida da rubrica de empresas do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando se verifique que o grupo possui expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal e não deem origem ao registo de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como rendimento ou gasto do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O montante de imposto reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Empresa sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre o rendimento, ou outro tipo de impostos, com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento da Empresa, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Empresa trata a situação como um passivo contingente, ou seja não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não

haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão devolvidos à Empresa (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pela Empresa, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento da Empresa seja que os mesmos irão ser devolvidos acrescidos dos respetivos juros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica Imposto sobre o rendimento ativo refere-se à estimativa de imposto do exercício deduzida dos pagamentos por conta, pagamentos adicionais por conta, pagamentos especiais por conta e retenções na fonte em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A rubrica Imposto de exercícios anteriores refere-se a imposto a recuperar relativo a exercícios anteriores, o qual não foi ainda reembolsado pela autoridade tributária.

### 3.8.1. Imposto reconhecido no exercício

O montante do imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser detalhado como segue:

	2025	2024
Imposto estimado para o exercício	(5.070)	(7.360)
Excesso/insuficiência de estimativa de imposto	(416)	2.885
Imposto diferido	304	(853)
	<b>(5.182)</b>	<b>(5.328)</b>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como se segue:

	2025	2024
Resultado antes de impostos	130.667	87.533
<b>Taxa teórica de 20% (21% em 2024)</b>	<b>26.133</b>	<b>18.382</b>
Resultados não tributados		
Dividendos não sujeitos a tributação	(20.876)	(28.626)
(Reversão) / Perdas de imparidade	(12.327)	1.027
Benefícios fiscais	(836)	(670)
Excesso/insuficiência de estimativa de imposto	(416)	2.885
Pilar 2	800	986
Tributação autónoma	94	116
Atualização da taxa de IRC - impostos diferidos	2.104	494
Outros	143	79
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>(5.182)</b>	<b>(5.328)</b>

De acordo com a lei n.º64/2025, a taxa de IRC irá ser reduzida de 20% para 17% para o exercício de 2028 e seguintes, com um período transitório de redução para 19% em 2026 e 18% em 2027, esta alteração teve um impacto na demonstração de resultados de 2.104 milhares de euros em virtude da atualização dos ativos por impostos diferidos.

A Sonae SGPS e as suas participadas, nas quais detenha controlo, direta ou indiretamente, apresentam-se como entidades constituintes de um grupo multinacional para efeitos Pilar 2, cuja entidade mãe final é a Efanor Investimentos, SGPS, S.E., nos termos da Diretiva EU 2022/2523 do Conselho de 14 de setembro de 2022 (Pilar 2) e da Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro.

Consequentemente, nos termos e condições previstos na mencionada Diretiva e Lei, o Grupo Efanor deve assegurar, em cada jurisdição em que se situa, o pagamento de uma taxa efetiva de imposto de 15%. Se a taxa de imposto na jurisdição apresentar percentagem inferior, uma taxa de imposto complementar (Top-up-Tax ou TuT) será aplicável para garantir essa taxa de imposto de 15% em relação a essa jurisdição.

No entanto, o Pilar2 prevê ainda uma disposição de salvaguarda (Safe Harbour) temporária baseada na declaração da informação financeira e fiscal por país ou jurisdição (“Country-by-Country Report”, CbCR), de modo a evitar o aumento da carga administrativa para os grupos multinacionais sujeitos. Esta regra de salvaguarda temporária (2024 a 2026) permite excluir do cálculo completo as jurisdições que cumpram pelo menos 1 dos 3 testes previstos: teste de Minimis, teste da ETR (“Effective Tax Rate”) simplificada e teste da Substância.

A composição do Grupo Efanor no exercício fiscal de 2025 inclui 439 Entidades Constituintes situadas em 33 jurisdições diferentes, apresentando-se a EFANOR Investimentos SGPS, S.E., como Entidade Mãe Final.

Da realização dos testes referentes ao período transitório, são excluídas 28 jurisdições e consequentemente 401 entidades constituintes pelo cumprimento de pelo menos um dos três referidos testes.

Nas jurisdições remanescentes – Finlândia, Luxemburgo, Hungria, Malta e Países Baixos – foram efetuados os cálculos, por forma a verificar a existência (ou não) de um imposto complementar.

Face ao acima exposto, a 31 de dezembro de 2025, na Sonae foi estimado um valor de imposto relativo ao Pilar 2 de 800 milhares de euros (986 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024) registados na rubrica de “Imposto sobre o rendimento” na demonstração separada dos resultados.

### 3.8.2. Ativos por impostos diferidos

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Prejuízos fiscais reportáveis	102.909	108.646
Benefícios fiscais	1.769	2.172
Outros	600	611
	<b>105.278</b>	<b>111.429</b>

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi como segue:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldo inicial	111.429	68.063
Efeito em resultados:		
Prejuízos fiscais reportáveis	2.357	-
Benefícios Fiscais - Sifide	(574)	355
Pagamento baseado em ações	17	4
Atualização da taxa de IRC - impostos diferidos	(2.104)	494
	<b>(304)</b>	<b>853</b>
Outros efeitos:		
Registo/(reversão) de prejuízos fiscais decorrentes aplicação RETGS	3.486	42.513
Atualização da taxa de IRC - impostos diferidos	(9.333)	-
	<b>(5.847)</b>	<b>42.513</b>
<b>Saldo Final</b>	<b>105.278</b>	<b>111.429</b>

Os montantes referentes à atualização da taxa de IRC em 31 de dezembro de 2025, com impacto em resultados, dizem essencialmente respeito à atualização de impostos diferidos associados a prejuízos fiscais gerados pela própria entidade. Já o montante registado em “Outros efeitos” refere-se, sobretudo, à atualização de impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais gerados por outras empresas integradas no RETGS, do qual a Sonae SGPS, S.A. é a empresa-mãe.

De acordo com a legislação fiscal portuguesa os prejuízos fiscais do Grupo Fiscal para os quais foram reconhecidos ativos por impostos diferidos reportáveis são como segue:

	País	31 dez 2025	31 dez 2024
		Prejuízo fiscal	Prejuízo fiscal
Gerados em 2016	Portugal	16.625	17.679
Gerados em 2017	Portugal	6.527	7.255
Gerados em 2018	Portugal	7.624	8.896
Gerados em 2019	Portugal	149.121	155.023
Gerados em 2021	Portugal	26.406	33.385
Gerados em 2022	Portugal	30.797	38.061
Gerados em 2023	Portugal	125.772	125.225
Gerados em 2024	Portugal	157.531	162.495
Gerados em 2025	Portugal	75.543	-
		<b>595.945</b>	<b>548.018</b>

## 4. Instrumentos financeiros

### 4.1. Gestão de risco financeiro

#### 4.1.1. Introdução

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Sonae na prossecução da sua estratégia de longo prazo, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados do Grupo decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente. São utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade da Sonae, não sendo contratados, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade da Sonae.

As políticas de gestão de riscos financeiros são aprovadas ao nível da Comissão Executiva e os riscos são identificados e monitorizados pelo Direção de Tesouraria e Finanças. As exposições são também monitorizadas pela Comissão de Finanças conforme mencionado no Relatório Sobre o Governo da Sociedade.



#### 4.1.2. Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. A Sonae é uma *holding*, não tendo qualquer atividade comercial relevante para além das atividades normais de um gestor de portefólio de participações e de prestação de serviços às suas subsidiárias. Como tal numa base regular, a Sonae só está exposta ao risco de crédito decorrente de instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos concedidos a subsidiárias. Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

Adicionalmente, a Sonae poderá em algumas situações estar também exposta ao risco de crédito resultante da sua atividade de gestor de portefólio (venda de participações), mas nessas situações excecionais são implementados mecanismos e ações, decididas caso a caso (exigência de garantias bancárias, criação de *escrow accounts*, obtenção de colaterais, entre outros) com a supervisão da Comissão Executiva.

Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, a Sonae cumpre rigorosamente os seguintes princípios:

- Só executa operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e internacional, as respetivas notações de *rating* e tenham em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi efetuada com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente,

ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;

- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm de ser aprovadas pela Comissão Executiva.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito anteriormente referidos, a Administração da Sonae não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no entanto, as exposições a cada contraparte resultante das operações financeiras contratadas e a notação de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas pela Direção de Tesouraria e Finanças, e os desvios reportados à Comissão Executiva e à Comissão de Finanças.

A Sonae está também exposta ao risco de liquidação, o qual é gerido através de uma rigorosa seleção dos seus intermediários, que deverão ser contrapartes com elevado nível de *rating*.

No caso dos empréstimos a subsidiárias, não existe nenhuma política de gestão risco de crédito específica, uma vez que a concessão de empréstimos a subsidiárias faz parte da atividade normal da *Holding*.

#### 4.1.3. Risco de Liquidez

A Sonae tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão detendo uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2025, o total da dívida bruta era de 821 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2024 era de 880 milhões de euros) (Nota 5.6), excluindo a dívida obtida junto de empresas do grupo.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a Sonae tenha capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos.

Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis, que podem variar entre 30 e 360 dias;

- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, mediante a emissão de dívida de longo prazo e evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 31 de dezembro de 2025 a maturidade média da dívida da Sonae, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas do longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, era de aproximadamente 3,8 anos (em 31 de dezembro de 2024 era de 3,5 anos);
- Negociação de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;
- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

É mantida pela Sonae uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter de se refinar em condições desfavoráveis. Em 31 de dezembro de 2025 a Sonae tem 474 milhões de euros de linhas de crédito contratadas (449,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024). A 31 de dezembro de 2025, o montante de empréstimos com vencimento em 2026 é de 20 milhões de euros (36,5 milhões de euros com vencimento em 2025 a 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, tendo em consideração os montantes utilizados em 31 de dezembro de 2025 encontram-se disponíveis 409 milhões de euros (a 31 de dezembro de 2024 tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 429,5 milhões de euros). Face ao anteriormente exposto, a Sonae espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos dos seus investimentos, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes. A maturidade dos instrumentos financeiros encontra-se detalhada na Nota 5.6. Adicionalmente a Sonae possuía em 31 de dezembro de 2025 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa e investimentos correntes conforme descrito na Nota 5.8.

A Sonae considera que tem acesso a todos os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos e investimentos de curto prazo.

#### 4.1.4. Risco de taxa de juro

##### 4.1.4.1 Política

A Sonae está exposta ao risco de taxa de juro em relação às rubricas da demonstração da posição financeira (empréstimos e aplicações de curto prazo) e ao justo valor de derivados de taxa de juro (*swaps*, *FRA's* e opções). A maior parte da dívida da Sonae encontra-se indexada a taxas variáveis, e podem ser utilizados derivados de taxa de juro para converter parte da dívida a taxa variável para taxa fixa (geralmente utilizando *swaps* de taxa de juro ou *FRA's*), ou para limitar a taxa máxima a pagar (geralmente utilizando *zero cost collars* ou *caps*).

A Sonae minimiza o risco de taxa de juro ajustando a proporção de dívida que vence juros a taxa fixa relativamente à que se encontra indexada a taxas variáveis, sem, contudo, ter um objetivo fixo ou proporção a atingir, uma vez que as operações de cobertura de risco de taxa de juro têm geralmente associado um custo de oportunidade. Consequentemente uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição é considerada preferível face a uma abordagem rígida tradicional. Parte do risco é também mitigado pelo facto da Sonae conceder empréstimos indexados a taxas variáveis às suas subsidiárias no âmbito das suas atividades normais, e assim existir algum grau de cobertura natural numa base individual, uma vez que se as taxas de juro aumentam os juros adicionais pagos são parcialmente compensados por juros adicionais recebidos.

A atividade de cobertura da Sonae não é considerada como uma atividade com fins especulativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos e devendo respeitar os seguintes princípios, os quais foram rigorosamente definidos:

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento, deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto;

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Sonae, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não deverá ser superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no capítulo 4.1.2, sendo política da Sonae privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;
- Todas as transações deverão ser contratadas seguindo contratos ISDA ("*International Swaps and Derivatives Association*");
- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pela Comissão Executiva e reportadas à Comissão de Finanças, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

#### 4.1.4.2 Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os ganhos e perdas em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações na taxa de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IFRS 9 afetam os resultados da Empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 100 pontos base superiores, o resultado líquido antes de impostos da Sonae (contas separadas) em 31 de dezembro de 2025 seria inferior em cerca de 1,4 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2024 seria inferior em cerca de 4 milhões de euros). O capital próprio em resultado do efeito da variação da taxa de juro, em mais 100 pontos base superiores, a 31 de dezembro de 2025 teria um impacto positivo de 11,5 milhões de euros (impacto positivo de 15,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024), excluindo o efeito em resultados líquidos.

#### 4.1.5. Risco de taxa de câmbio

A Sonae enquanto sociedade gestora de participações sociais tem uma exposição ao risco de transação de taxa de câmbio decorrente de transações comerciais muito limitado.

Normalmente, quando surgem tais exposições é efetuada a gestão do risco cambial com o objetivo de minimizar a volatilidade do valor de tais transações realizadas em moeda estrangeira e reduzir o impacto sobre os resultados de flutuações das taxas de câmbio.

Quando surgem exposições materialmente significativas com um elevado grau de certeza, a Sonae cobre tais exposições principalmente com o recurso a contratos de taxa de câmbio a prazo. Para exposições com algum grau de incerteza, poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio, sujeitas, contudo, à aprovação prévia da Comissão Executiva.

Ao nível da Sonae, não há qualquer exposição significativa ao risco de taxa de câmbio de transação, uma vez que a quase totalidade dos capitais próprios e empréstimos às subsidiárias são denominados em euros.

#### 4.1.6. Risco de preço e mercado

A Sonae está exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos, uma vez que a Empresa não transaciona ativamente estes investimentos. Estes investimentos são apresentados na Nota 2.

#### 4.1.7. Risco de capital

A estrutura de capital da Sonae, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades de gestão de portefólio, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

### 4.2. Instrumentos Financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.3.

#### (a) Ativos financeiros

##### Reconhecimento

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Sonae se compromete a comprar ou a vender o ativo.

##### Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Sonae na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, o que deverá ser pouco frequente, tendo de ser significativo para a operação da Sociedade e demonstrável perante terceiros, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

- no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Sonae não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Sonae optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

### Mensuração

A Sonae mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas por imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

### Perdas por imparidade

A Sonae avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (*on demand*); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Sonae apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Sonae aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Sonae calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Sonae calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

As perdas por imparidade calculadas para ativos financeiros ao custo amortizado são registadas na demonstração dos resultados na rubrica de “Provisões e perdas por imparidade” quando estimadas. Quando seja estimado que as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores já não existem ou diminuíram, a reversão de imparidade é registada na rubrica “Provisões e Perdas por imparidade”.

### Desreconhecimento de ativos financeiros

A Sonae desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

### (b) Empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros

Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Sonae providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na nota 4.2 a).

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

#### (c) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inicial inferior a três meses, desde a sua data de emissão, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica do passivo corrente empréstimos bancários.

#### (d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

#### (e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por resultados; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores” e “Outras dívidas a terceiros”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

#### (f) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica de “Gastos e perdas financeiras” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 1.4. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sob a forma de papel comercial são classificados como não correntes, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

#### (g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial. As dívidas são classificadas como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de fornecedores serão classificadas como passivos não correntes.

#### (h) Instrumentos financeiros derivados

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
- as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- o rácio de cobertura designado pela Sonae, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

A eficácia da cobertura é avaliada com base nos critérios críticos (montante, taxa de juro, datas de liquidação de juros, divisa e data de vencimento) do item coberto e do instrumento de cobertura que tendem a ser semelhantes. Isso resulta em uma taxa de *hedge* próxima a 100%. Mudanças nos critérios críticos do *hedge* e do item coberto serão continuamente monitoradas. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a Sonae não aplicou *hedge accounting*, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiros” da demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração dos resultados.

#### (i) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

### 4.3. Classes de instrumentos financeiros

As categorias dos instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 4.2, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foram classificados como segue:

31 dez 2025	Notas	Ativos / passivos a custo amortizado	Ativos/ passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos / passivos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos / passivos não financeiros	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.2	-	-	2.425	-	2.425
Outros ativos não correntes	3.4	850.000	-	-	-	850.000
<b>Ativos não correntes</b>		<b>850.000</b>	<b>-</b>	<b>2.425</b>	<b>-</b>	<b>852.425</b>
Clientes	3.1	1.410	-	-	-	1.410
Outras dívidas de terceiros	3.2	71.078	-	-	-	71.078
Outros ativos correntes	3.3	28.020	-	-	2.257	30.277
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	41.214	-	-	-	41.214
<b>Ativos correntes</b>		<b>141.722</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.257</b>	<b>143.979</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>991.722</b>	<b>-</b>	<b>2.425</b>	<b>2.257</b>	<b>996.404</b>
Empréstimos obrigacionistas	5.6	445.367	-	-	-	445.367
Empréstimos bancários	5.6	344.653	-	-	-	344.653
Outros empréstimos	5.6	6.218	-	-	-	6.218
<b>Passivos não correntes</b>		<b>796.238</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>796.238</b>
Empréstimos bancários	5.6	20.000	-	-	-	20.000
Outros empréstimos	5.6	-	1.494	-	-	1.494
Fornecedores		1.821	-	-	-	1.821
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	3.5	400.515	-	-	-	400.515
Outras dívidas a terceiros	3.6	134.955	-	-	-	134.955
Outros passivos correntes	3.7	6.309	-	-	3.457	9.766
<b>Passivos correntes</b>		<b>563.600</b>	<b>1.494</b>	<b>-</b>	<b>3.457</b>	<b>568.551</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>1.359.838</b>	<b>1.494</b>	<b>-</b>	<b>3.457</b>	<b>1.364.789</b>

31 dez 2024	Notas	Ativos / passivos a custo amortizado	Ativos/ passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos / passivos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos / passivos não financeiros	Total
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2.2	-	-	3.075	-	3.075
Outros ativos não correntes	3.4	600.000	-	-	-	600.000
<b>Ativos não correntes</b>		<b>600.000</b>	-	<b>3.075</b>	-	<b>603.075</b>
Clientes	3.1	1.646	-	-	-	1.646
Outras dívidas de terceiros	3.2	429.578	-	-	-	429.578
Outros ativos correntes	3.3	7.139	-	-	2.983	10.122
Caixa e equivalentes de caixa	5.8	17.121	-	-	-	17.121
<b>Ativos correntes</b>		<b>455.484</b>	-	-	<b>2.983</b>	<b>458.467</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>1.055.484</b>	-	<b>3.075</b>	<b>2.983</b>	<b>1.061.542</b>
Empréstimos obrigacionistas	5.6	643.716	-	-	-	643.716
Empréstimos bancários	5.6	187.337	-	-	-	187.337
Outros empréstimos	5.6	6.218	-	-	-	6.218
<b>Passivos não correntes</b>		<b>837.271</b>	-	-	-	<b>837.271</b>
Empréstimos obrigacionistas	5.6	4.000	-	-	-	4.000
Empréstimos bancários	5.6	32.500	-	-	-	32.500
Outros empréstimos	5.6	-	3.982	-	-	3.982
Fornecedores		2.249	-	-	-	2.249
Empréstimos obtidos de empresas do grupo	3.5	605.416	-	-	-	605.416
Outras dívidas a terceiros	3.6	166.264	-	-	-	166.264
Outros passivos correntes	3.7	22.543	-	-	2.910	25.453
<b>Passivos correntes</b>		<b>832.972</b>	<b>3.982</b>	-	<b>2.910</b>	<b>839.864</b>
<b>Passivos financeiros</b>		<b>1.670.243</b>	<b>3.982</b>	-	<b>2.910</b>	<b>1.677.135</b>

## 5. Estrutura de capital

### 5.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o capital social está representado por 2.000.000.000 de ações ordinárias escriturais, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Efanor Investimentos, SGPS, S.E. e as suas subsidiárias detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sociedade.

### 5.2. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em “Outras reservas”, incluída em “Reservas e resultados transitados”.

No decorrer do exercício de 2025, foram alienadas 6.443.458 ações próprias terminando o ano de 2025 com 55.221.933 ações próprias (49.404 milhares de euros).

### 5.3. Reservas legais

A legislação comercial portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da “reserva legal” até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### 5.4. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Reservas livres	1.656.473	1.676.613
Reservas indisponíveis relativas a ações próprias	49.404	55.174
Responsabilidade por pagamento baseado em ações	2.942	2.704
Reservas de justo valor	(1.494)	(3.982)
	<b>1.707.324</b>	<b>1.730.508</b>

Os movimentos ocorridos em 2025 e em 2024 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sonae detinha 55.221.933 ações próprias (61.665.393 ações a 31 de dezembro de 2024) representativas de 2,76% (3,08% a 31 de dezembro de 2024) do seu capital social, a um preço médio de 0,895 euros.

De acordo com a legislação, a Empresa deve manter como indisponível uma reserva no valor 49.404 milhares de euros (55.174 milhares de euros a 31 de dezembro de 2024) relativo às ações próprias enquanto as detiver.



As reservas de responsabilidade por pagamentos baseados em ações refletem o justo valor à data da atribuição dos planos de desempenho diferido a serem liquidados através da entrega de ações.

## 5.5. Resultados por ação

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2025	2024
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	135.850	92.861
<b>Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>135.850</b>	<b>92.861</b>
<b>Número de ações</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.942.841.526	1.935.709.002
Número de ações em aberto relativo a prémios de desempenho diferido	4.284.309	3.493.214
Número de ações que poderiam ser adquiridas a preço médio de mercado	(765.379)	(685.786)
<b>Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>1.946.360.456</b>	<b>1.938.516.430</b>
<b>Resultado por ação</b>		
Básico	0,06992	0,04797
Diluído	0,06980	0,04790

## 5.6. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Empréstimos bancários</b>				
Sonae SGPS, S.A. - papel comercial	20.000	-	20.000	-
Sonae SGPS, S.A. - papel comercial ESG-Linked	-	285.000	-	127.500
Sonae SGPS, S.A. - 2016/2029	-	30.000	-	30.000
Sonae SGPS, S.A. - 2020/2025	-	-	12.500	-
Sonae SGPS, S.A. - 2023/2029 - ESG Linked	-	30.000	-	30.000
	<b>20.000</b>	<b>345.000</b>	<b>32.500</b>	<b>187.500</b>
Custos de montagem de financiamentos	-	(348)	-	(163)
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>20.000</b>	<b>344.653</b>	<b>32.500</b>	<b>187.337</b>
Outros empréstimos	-	6.218	-	6.218
Instrumentos derivados	1.494	-	3.982	-
<b>Outros empréstimos</b>	<b>1.494</b>	<b>6.218</b>	<b>3.982</b>	<b>6.218</b>

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Empréstimos obrigacionistas</b>				
Obrigações ESG Sonae SGPS 2020/2025	-	-	4.000	-
Obrigações ESG Sonae SGPS 2023/2028	-	75.000	-	75.000
Obrigações Sonae SGPS 2022/2027	-	25.000	-	25.000
Obrigações Sonae SGPS Sustainability-Linked 2028	-	350.000	-	550.000
	-	<b>450.000</b>	<b>4.000</b>	<b>650.000</b>
Custos de montagem de financiamentos	-	(4.632)	-	(6.284)
<b>Empréstimos obrigacionistas</b>	<b>-</b>	<b>445.367</b>	<b>4.000</b>	<b>643.716</b>

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. A maioria dos empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

### Perfil de maturidade da dívida bancária

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da maturidade dos empréstimos contraídos era o seguinte:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	20.000	25.228	36.500	36.017
N+2	92.500	22.882	75.000	35.478
N+3	460.000	18.863	92.500	33.682
N+4	20.000	3.870	655.000	28.601
N+5	222.500	2.261	15.000	713
Após N+5	6.218	3.974	6.218	4.414
	<b>821.218</b>	<b>77.078</b>	<b>880.218</b>	<b>138.905</b>

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae quanto à sua data de amortização.

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento em 31 de dezembro de 2025.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis e que, à data do presente reporte, se encontram em regular cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2025, para além dos montantes referidos na rubrica caixa e equivalentes de caixa (Nota 5.8), a Sonae mantinha 409 milhões de euros disponíveis para fazer face às suas necessidades de tesouraria, conforme se segue:

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montante de linhas contratadas	194.000	280.000	182.000	267.500
Montante de linhas disponíveis	174.000	235.000	162.000	267.500

A taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2025 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários utilizados era, em média, 3,14% (3,96% em 31 de dezembro de 2024).

### 5.7. Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como se segue:

	Empréstimos obtidos	Empresas do grupo
<b>Saldo 1 de janeiro de 2024</b>	<b>320.500</b>	<b>628.219</b>
Recebimentos de empréstimos obrigacionistas	560.218	-
Pagamentos de empréstimos obrigacionistas	(8.000)	-
Recebimentos de empréstimos bancários	1.340.450	-
Pagamentos de empréstimos bancários	(1.332.950)	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas	-	3.601.528
Pagamentos de empréstimos de partes relacionadas	-	(3.624.331)
<b>Saldo 1 janeiro de 2025</b>	<b>880.218</b>	<b>605.416</b>
Pagamentos de empréstimos obrigacionistas	(204.000)	-
Recebimentos de empréstimos bancários	2.308.500	-
Pagamentos de empréstimos bancários	(2.163.500)	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas	-	3.899.665
Pagamentos de empréstimos de partes relacionadas	-	(4.104.566)
<b>Saldo 31 de dezembro de 2025</b>	<b>821.218</b>	<b>400.515</b>

### 5.8. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2025	31 dez 2024
Numerário	5	5
Depósitos bancários	41.209	17.116
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira</b>	<b>41.214</b>	<b>17.121</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>41.214</b>	<b>17.121</b>

### 5.9. Ganhos ou perdas financeiras

Em 2025 e de 2024, o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	2025	2024
<b>Juros suportados:</b>		
Relativos a outros empréstimos obtidos	(18.986)	(32.956)
Relativos a empréstimos bancários	(8.117)	(8.923)
Encargos com emissão de dívida	(3.245)	(3.556)
Relativos a obrigações não convertíveis	(22.230)	(28.450)
Contratos de locação	(30)	(26)
Outros gastos e perdas financeiras	(1.131)	(570)
<b>Gastos e perdas financeiras</b>	<b>(53.739)</b>	<b>(74.481)</b>
<b>Rendimentos e ganhos</b>		
Juros obtidos	36.300	47.944
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>	<b>36.300</b>	<b>47.944</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(17.439)</b>	<b>(26.537)</b>

## 6. Atividade operacional

### 6.1. Prestações de serviços

#### Política contabilística

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes de débitos de *fees* de gestão às empresas do grupo. O rédito é reconhecido líquido de imposto sobre o valor acrescentado.

Os serviços prestados no exercício de 2025 no montante de 7,3 milhões de euros (7,1 milhões de euros em 2024) correspondem essencialmente a serviços partilhados às empresas do grupo.

### 6.2. Fornecimentos e serviços externos

Em 2025 e de 2024 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	2025	2024
Trabalhos especializados	8.247	11.370
Outros fornecimentos e serviços	3.551	3.253
	<b>11.798</b>	<b>14.623</b>

O valor registado em trabalhos especializados em 2025 e 2024, diz essencialmente respeito a serviços partilhados prestados por subsidiárias e a consultadoria prestada por entidades externas.

Os montantes registados em outros fornecimentos e serviços em 2025 e 2024, respeitam essencialmente a gastos com fianças prestadas pela empresa mãe (Efanor Investimentos, SGPS, S.E.), seguros e deslocações e estadas.

### 6.3. Gastos com o pessoal

Em 2025 e 2024 o detalhe dos gastos com o pessoal era o seguinte:

	2025	2024
Remunerações	8.866	7.876
Encargos sobre remunerações	1.401	1.248
Outros gastos com o pessoal	2.832	2.667
	<b>13.099</b>	<b>11.791</b>

### 6.4. Responsabilidade por pagamentos baseado em ações

#### Política contabilística

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae e vencem-se ao longo de um período de 3 anos após a sua atribuição.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano).

A liquidação dos planos é efetuada através da entrega de ações da Empresa, tendo esta a opção de liquidar os planos em dinheiro, e sendo o valor de cada plano determinado no momento da sua atribuição com base no justo valor das ações atribuídas e reconhecido durante o período de diferimento de cada plano. A responsabilidade é registada em capitais próprios, por contrapartida de gastos com o pessoal, linearmente ao longo do período de vencimento da responsabilidade.

A Sonae concedeu em 2025 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações descrita no relatório do governo da sociedade e conforme política descrita anteriormente, prémios de desempenho diferido sob a forma de ações, a adquirir com desconto, três anos após a sua atribuição. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os planos em aberto são os seguintes:

	Período de diferimento		31 dez 2025		31 dez 2024	
	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Nº de ações	Número de participantes	Nº de ações
Plano 2021	2022	2025	-	-	5	858.206
Plano 2022	2023	2026	5	885.175	5	885.175
Plano 2023	2024	2027	8	1.749.833	8	1.749.833
Plano 2024	2025	2028	8	1.649.301	-	-
				<b>4.284.309</b>		<b>3.493.214</b>

O justo valor das ações atribuídas decorrente dos planos em aberto pode ser resumido como segue:

	Data de atribuição	Data de vencimento	À data da atribuição 2025	À data da atribuição 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Plano 2021	2022	2025	-	875	-	802
Plano 2022	2023	2026	890	890	801	801
Plano 2023	2024	2027	1.566	1.566	1.599	1.599
Plano 2024	2025	2028	1.720	-	2.659	-
			<b>4.176</b>	<b>3.331</b>	<b>5.059</b>	<b>3.202</b>

	31 dez 2025	31 dez 2024
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	1.473	1.554
Valor registado em gastos com pessoal em exercícios anteriores	1.469	1.150
<b>Reserva para plano de pagamento baseado em ações</b>	<b>2.942</b>	<b>2.704</b>

## 7. Passivos contingentes

### Política contabilística

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

### Contingências fiscais

A 31 de dezembro de 2025 o total de passivos contingentes fiscais é de 158 milhões de euros e referem-se essencialmente a imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas referente aos exercícios de 2007 a 2017. O valor mais relevante está associado a uma variação patrimonial positiva pela alienação de ações próprias a um terceiro no exercício de 2007, bem como pela desconsideração quer de reinvestimento quanto a mais-valias por alienação de ações, quer da neutralidade fiscal associada a operações de cisão. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações adicionais, sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Em face da emissão de liquidações adicionais de Impuesto de Sociedades à MCH Sucursal, enquanto anterior representante do Grupo Fiscal em Espanha de que é entidade dominante a Sonae SGPS, S.A., referentes aos exercícios de 2012 a 2019 e tendo em conta que a Empresa impugnou estas liquidações e pretende esgotar cabalmente as vias de contestação disponíveis

ao abrigo do direito espanhol e comunitário, foi prestada ao Estado Espanhol uma garantia de 86 milhões de euros sob a forma de seguro-caução para assegurar o cumprimento desta responsabilidade na eventualidade remota de a mesma vir a ser confirmada pelos Tribunais espanhóis. Em resultado da decisão favorável de outros processos com procedência sobre este, aguardamos autorização da Autoridade Tributária espanhola para reduzir a garantia para 63 milhões de euros.

Paralelamente, foi estabelecido um acordo firme entre a MCH e a Sonae SGPS, SA, nos termos do qual esta última, enquanto entidade dominante do Grupo fiscal em Espanha, assumiu integralmente tal responsabilidade, através do compromisso firme de reembolsar à MCH qualquer valor que deva ser pago ao Estado Espanhol relativamente a estas liquidações.

Não foi constituída provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.

## 8. Entidades relacionadas

### Políticas contabilísticas

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os rendimentos ou gastos decorrentes destas transações.

Os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidas como segue:

	Empresa-mãe		Empresas subsidiárias		Empresas associadas	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Vendas e prestação de serviços (Nota 6.1)	-	-	7.062	7.053	-	-
Outros rendimentos	-	1	1.851	3.361	28	14
Fornecimentos e serviços externos	(480)	(478)	(3.292)	(3.013)	(34)	(42)
Dividendos recebidos (Nota 2.1)	-	-	104.378	136.315	-	-
Rendimentos e ganhos financeiros (Nota 5.9)	-	-	34.684	43.796	-	-
Gastos e perdas financeiras (Nota 5.9)	(205)	(166)	(18.781)	(32.789)	-	-
Aquisição de investimentos financeiros / aumentos de capital (Nota 2.1)	-	-	-	10.300	-	-
Alienação de investimentos financeiros (Nota 2.1)	-	-	-	(18.840)	-	-
Alienação de ações próprias (Nota 5.2)	-	-	(6.511)	(7.239)	-	-

	Empresas conjuntamente controladas		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Vendas e prestação de serviços (Nota 6.1)	171	10	50	50
Outros rendimentos	14	-	63	86
Fornecimentos e serviços externos (Nota 6.2)	(2)	-	(43)	(62)
Alienação de ações próprias (Nota 5.2)	-	(251)	-	-

	Empresa-mãe		Empresas subsidiárias		Empresas associadas	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Contas a receber (Notas 3.1, 3.2 e 3.3)	14	2	65.240	59.316	34	17
Contas a pagar (Notas 3.7 e 3.8)	461	463	136.449	178.850	9	4
Empréstimos concedidos (Nota 3.2 e 3.4)	-	-	883.638	974.682	-	-
Empréstimos obtidos (Nota 3.5)	-	-	400.515	605.416	-	-

	Empresas conjuntamente controladas		Outras partes relacionadas	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Contas a receber (Notas 3.1, 3.2 e 3.3)	86	55	268	260
Contas a pagar (Notas 3.7 e 3.8)	16	-	440	9

Adicionalmente, existem fianças prestadas à Administração Tributária no valor de 226 milhões de euros a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais. Os principais processos para os quais tais fianças foram prestadas encontram-se divulgados a nível das demonstrações financeiras consolidadas.

Consideram-se “outras partes relacionadas” todas as subsidiárias, empreendimentos conjuntos ou associadas da Efanor Investimentos, SGPS, S.E., nomeadamente: as empresas do Grupo Sonae, SGPS, S.A. (o qual inclui, entre outras, as sociedades pertencentes aos subgrupos dominados pela MC, SGPS, S.A., Sonae Holdings, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e pela Sonaecom, SGPS, S.A.); as empresas do grupo Sonae Indústria, SC Investments e SC Industrials. Os membros do Conselho de Administração são também considerados partes relacionadas.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração atribuída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 tem a seguinte composição:

	2025	2024
Benefícios a curto prazo	2.785	3.812
Benefícios com base em ações	1.435	1.475
	<b>4.219</b>	<b>5.287</b>

Em 2025 e 2024 não foram concedidos empréstimos a Administradores da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

Todas as transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações em que não existe relacionamento entre as partes.

## 9. Dividendos

Relativamente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração irá propor que seja pago um dividendo ílquido de 0,06217 euros por ação, o valor total de dividendos a pagar será de 124.340 milhares de euros. Este dividendo está sujeito à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

No exercício de 2024 foi deliberado a distribuição de dividendos no montante de 118.420 milhares de euros. Desse montante, 115.149 milhares de euros foram pagos aos acionistas e 3.271 milhares de euros, respeitantes à quota parte das ações próprias, contabilizados em “Reservas Livres”.

## 10. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2026. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

## 11. Cumprimento de disposições legais

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram celebrados contratos de operações financeiras com as seguintes empresas:

Becken CO, S.A.

Fashion Division, S.A.

Halfdozen Real Estate, S.A.

Iservices, Lda.

IVN - Serviços Partilhados, S.A.

JIC – Acessórios para telemóveis, S.A.

Mktplace – Comércio Eletrónico, S.A.

Satfiel, Lda.

Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.

SFS, Gestão e Consultoria, S.A.

Sonae Corporate, S.A.

Sonae Holdings, S.A.

Sonae RE, S.A.

Sonae Sierra, SGPS, S.A.

Sontel, B.V.

Sparkfood, S.A.

Sparkfood Ingredients, S.A.

Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.

Worten Safe, S.A.

ZAASK – Plataforma Digital, S.A.

Zippy – Comércio e Distribuição, S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 os saldos a receber relativamente as estas operações são como segue:

	Saldo final
Iservices, Lda.	20.089
IVN - Serviços Partilhados, S.A.	7.000
Sparkfood Ingredients S.A.	3.180
Sparkfood, S.A.	1.707
JIC - Acessórios para telemóveis, S.A.	1.037
Satfiel, Lda.	326
Halfdozen Real Estate, S.A.	299
	<b>33.638</b>

Em 31 de dezembro de 2025 os saldos a pagar relativamente as estas operações são como segue:

	Saldo final
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	192.989
SFS, Gestão e Consultoria, S.A.	87.396
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	47.836
MKTPLACE – Comércio Eletrónico, S.A.	47.022
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	8.500
Fashion Division, S.A.	5.834
Becken CO, S.A.	4.595
Sonae Holdings, S.A.	2.694
Sonae Corporate, S.A.	2.552
Outros	1.097
	<b>400.515</b>

**Art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais**

Em 31 de dezembro de 2025 os honorários do Revisor Oficial de Contas foram de 85.305 euros relativos a auditoria e 98.225 euros relativos a outros serviços.

Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Carlos António Rocha Moreira da Silva

Eve Alexandra Henrikson

José Manuel Neves Adelino

Marcelo Faria de Lima

Maria Fuencisla Clemares Sempere

Maria Teresa Ballester Fornes

Philippe Cyriel Elodie Haspeslagh

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Eduardo dos Santos Piedade

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores



## Demonstrações Financeiras

---

### 3.3. Certificações legais e relatórios de auditoria



## 3.3. Certificações legais e relatórios de auditoria

### Contas consolidadas



#### Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

##### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

##### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 11.358.994 milhares de euros e um total do capital próprio de 3.920.724 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe de 199.222 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

##### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000 | Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.  
Recepção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
DocId: NpJQVMMNzNzUHEyXzWJOWYzOWGSDy1NTUJOTW0TYMjY0ODMhMjQ6d

pwc.pt



Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p><b>Mensuração do investimento na associada, NOS</b></p> <p>(notas 3.2.1, 3.2.2.2, 3.2.3.2 e 3.2.4 anexas às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>A rubrica de Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas inclui um interesse mensurado pelo método de equivalência patrimonial no valor de 837.692 milhares de euros na associada, NOS, SGPS, SA (NOS), que, por sua vez, é detentora de participações nas entidades angolanas Finstar e ZAP Media (consolidado Finstar). Relativamente à Finstar, as participações sociais representativas de 70% do seu capital, detidas pelo outro acionista, encontram-se arreadas.</p> <p>Como divulgado a 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo considera que não exerce controlo efetivo através da detenção de 37,37% das ações representativas da NOS, mas apenas influência significativa, tendo consequentemente mensurado o interesse pelo Método de Equivalência Patrimonial.</p> <p>Como preconizado na IAS 36, são efetuados testes de imparidade aos referidos investimentos sempre que existam indícios de imparidade. O valor recuperável determinado para efeitos de aferição da existência ou não de imparidade para o investimento na NOS, SGPS, SA é baseado nos planos de negócio aprovados pela Gestão da participada.</p> <p>Dado o julgamento por parte da gestão associado à avaliação do controlo sobre a NOS e dada a subjetividade inerente ao modelo de avaliação e incerteza da estimativa associada aos pressupostos utilizados na determinação do seu valor recuperável, consideramos a mensuração do referido ativo uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Dada a dispersão de capital e a inexistência de algum acionista com maioria dos direitos de voto na participada, analisámos eventuais indícios de poder e capacidade de exercer controlo sobre a NOS (controlo de facto). Os nossos procedimentos incluíram: i) o inquérito à Gestão sobre a existência de outros acordos estabelecidos com acionistas minoritários da NOS em vigor a esta data, ou direitos de voto potenciais decorrentes de outros acordos contratuais; ii) a revisão dos estatutos da NOS, no tocante a maiorias exigidas nas decisões tomadas em assembleia geral; e iii) a análise do nível de presenças de acionistas com direitos de voto na assembleia geral da NOS de 2025.</p> <p>Sendo as demonstrações financeiras da associada auditadas por outro auditor: i) enviamos instruções de auditoria; ii) interagimos com o respetivo auditor; iii) avaliamos a estratégia e o plano de auditoria, assim como os procedimentos realizados para as rubricas significativas e as conclusões obtidas; iv) analisámos igualmente a correta aplicação do método de equivalência patrimonial; e v) obtivemos as referidas demonstrações financeiras e a certificação legal das contas.</p> <p>Relativamente ao valor recuperável da NOS e aos factos que envolvem a participada Finstar, foram realizados os seguintes procedimentos de auditoria: i) a avaliação dos impactos do arresto da participação na Finstar na mensuração do interesse na entidade angolana incluído na quantia escriturada da NOS e da razoabilidade dos pressupostos inerentes à referida mensuração; e ii) a obtenção e revisão do teste de imparidade da referida associada.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria ao teste de imparidade da associada, envolvendo peritos internos, sempre que considerado relevante, incluíram, entre outros: i) a avaliação dos modelos utilizados para</p>

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
<p><b>Imparidade de goodwill, ativos fixos tangíveis, intangíveis e sob direitos de uso</b></p> <p>(notas 3.1, 3.8, 3.9, 3.10 e 3.12 anexas às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>A demonstração da posição financeira consolidada inclui goodwill no valor de 1.417.373 milhares de euros, assim como ativos fixos tangíveis e intangíveis no valor de 2.134.438 milhares de euros e 988.710 milhares de euros, respetivamente, incluindo ativos intangíveis sem vida útil definida no valor de 527,3 milhões de euros, e ativos sob direitos de uso no valor de 1.506.199 milhares de euros.</p> <p>O goodwill e os ativos intangíveis sem vida útil definida (marcas) não são amortizados, sendo testados anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade. No caso dos ativos fixos tangíveis, restantes ativos intangíveis e ativos sob direitos de uso, são efetuados testes de imparidade sempre que existam indícios de imparidade, ou sempre que haja goodwill alocado.</p> <p>A determinação da quantia recuperável dos referidos ativos, efetuada através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta a materialidade das referidas rubricas, o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas das perdas por imparidade</p>	<p>determinação do valor recuperável e conformidade com o normativo contabilístico aplicável; ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados nas previsões efetuadas, atendendo às condições de mercado, e à acuidade histórica na elaboração de previsões e orçamentos; iii) a reexecução dos cálculos do modelo; e iv) análises de sensibilidade aos pressupostos mais significativos do modelo.</p> <p>Analisámos, ainda, as divulgações relativas às associadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, quando aplicável: i) a avaliação dos critérios para determinação das unidades geradoras de caixa dos modelos de avaliação utilizados nos testes de imparidade; ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes e metodologia utilizada nos respetivos cálculos, em particular, taxas de desconto, taxas de crescimento e taxas de royalties, no tocante às marcas; iii) a reexecução dos cálculos dos modelos; iv) a análise de cenários e sensibilidade das variáveis mais relevantes; e v) a comparação da quantia recuperável obtida com a quantia escriturada dos referidos ativos, quando aplicável, assim como a apreciação da razoabilidade das perdas por imparidade registadas.</p> <p>Relativamente aos ativos imobiliários, os procedimentos de auditoria sobre esta matéria relevante incluíram, entre outros: i) a obtenção das avaliações externas; ii) avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos referidos ativos imobiliários, nomeadamente rendas e yields utilizados e comparação com o ano anterior, recorrendo, nomeadamente, aos nossos peritos internos; e iii) a verificação da adequabilidade do uso dos referidos critérios na determinação da quantia recuperável para fins das demonstrações financeiras consolidadas.</p>

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
registadas no valor de 27.224 milhares de euros, o elevado grau de subjetividade e incerteza no apuramento do respetivo valor, assente na definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados no plano estratégico dos referidos negócios. Para a maioria dos seus ativos imobiliários, o Grupo determina o respetivo justo valor através de avaliações de peritos externos, tendo a avaliação do justo valor destes ativos sido igualmente considerada uma matéria relevante de auditoria pelo facto de não existir um mercado ativo, e existir alguma incerteza na determinação do respetivo valor.	Analisámos, ainda, as divulgações relativas a estes testes de imparidade.

#### Mensuração de propriedades de investimento a justo valor

(notas 3.2.1, 3.2.2, 3.2.3 e 3.11 anexas às demonstrações financeiras consolidadas)

O grupo detém propriedades de investimento, no valor de 335.778 milhares de euros, assim como um conjunto significativo de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas detidos através da subsidiária, Sonae Sierra, SGPS, SA (Sonae Sierra) no valor de 181.349 milhares de euros e 683.400 milhares de euros, respetivamente, que detêm direta ou indiretamente propriedades de investimento.

As referidas propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor determinado por avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes. Por sua vez, o valor de realização dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas é calculado por referência ao preço estimado de venda tomando por base a valorização a justo valor das propriedades de investimento detidas direta ou indiretamente, igualmente determinado por avaliações realizadas por entidades especializadas ou internamente pela Sonae Sierra no caso dos ativos localizados no Brasil, detidas pela associada ALLOS, SA, cujo contributo nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 124.644 milhares de euros.

As propriedades de investimento apresentadas na demonstração da posição financeira consolidada respeitam à subsidiária Sonae Sierra, cujas demonstrações financeiras consolidadas são auditadas por outro auditor. Enviámos instruções de auditoria, interagimos com o respetivo auditor e revimos os papéis de trabalho dos auditores da Sonae Sierra, com enfoque nos procedimentos efetuados e conclusões relativamente à mensuração das propriedades de investimento a 31 de dezembro de 2025, nomeadamente quanto à avaliação da competência técnica dos avaliadores e requisitos de independência, tendo verificado a obtenção da confirmação escrita sobre este facto. Obtivemos ainda a certificação legal das contas e as respetivas demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, para uma amostra de propriedades de investimento, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria: i) a obtenção das avaliações efetuadas por parte das entidades contratadas pelo grupo para o efeito e avaliações efetuadas internamente pela Sonae Sierra, relativamente a algumas propriedades localizadas no Brasil; ii) a análise dos principais pressupostos incluídos nas referidas avaliações, nomeadamente taxas de desconto, exit cap rates, taxa de crescimento

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
A determinação do justo valor tem por base a aplicação de metodologias de avaliação de propriedades que utilizam pressupostos relevantes, entre os quais a taxa de desconto e a projeção futura da operação dos centros comerciais.	da receita, variação do rácio de resultado operacional sobre receita e as yields implícitas na avaliação, com recurso a peritos internos; e iii) a validação da aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente aos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas.
A mensuração das propriedades de investimento a justo valor foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o elevado grau de julgamento e a complexidade associada à referida mensuração, pela incerteza em relação à sua realização futura.	Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

#### Ativos financeiros ao justo valor

(notas 3.2.1 e 3.4 anexas às demonstrações financeiras consolidadas)

O Grupo detém instrumentos de capital não negociados em mercado organizado mensurados ao justo valor e classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, relativos à Bright Pixel, os quais se encontram registados em Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, no valor de 245.139 milhares de euros, assim como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no valor 1.585 milhares de euros. A variação de justo valor destes instrumentos representou um gasto na demonstração consolidada dos resultados de 33.850 milhares de euros registados na rubrica de Ganhos/Perdas em ativos registados ao justo valor através de resultados e uma diminuição na demonstração consolidada do outro rendimento integral de 201 milhares de euros no Outro rendimento integral.

O Grupo detém ainda investimentos nas associadas, Armilar II, Armilar III e Armilar I+I no valor de 68.551 milhares de euros, as quais, sendo entidades de investimento, têm as suas participações financeiras também valorizadas a justo valor, sendo as referidas associadas mensuradas nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo pelo método de equivalência

No que diz respeito aos ativos detidos através do segmento Bright Pixel, os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a avaliação de que as metodologias, dados e pressupostos que foram adotados pela gestão para a determinação do justo valor dos ativos financeiros ao justo valor são adequados.

Em relação aos instrumentos de capital de entidades objeto de transações recentes, os nossos procedimentos envolveram a análise da documentação que sustenta a respetiva transação, de modo a corroborar o justo valor apurado.

Relativamente aos instrumentos de capital em entidades que não tiveram transações recentes, os nossos procedimentos incluíram: i) revisão dos dados das cotações de compra e venda usadas na valorização, se aplicável; ii) indagação da gestão sobre a existência de mudanças significativas, factos e circunstâncias ocorridas desde a data de aquisição, para determinar se existem evidências suficientes que possam indicar a necessidade de alteração da valorização; e iii) análise, numa base de amostragem, da última informação financeira disponível para avaliar o desempenho dos investimentos desde a aquisição e validar a valorização do investimento.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
patrimonial.	
<p>A determinação do justo valor dos instrumentos de capital envolve a aplicação de metodologias de avaliação que utilizam pressupostos relevantes, e requer a aplicação de julgamentos significativos pela gestão.</p> <p>A mensuração dos ativos financeiros a justo valor classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor foi considerada uma matéria relevante de auditoria, tendo em conta o referido grau de julgamento e incerteza associada à sua mensuração.</p>	<p>As demonstrações financeiras das associadas Armilar II, Armilar III e Armilar I+I, são auditadas por outro auditor, pelo que: i) enviamos instruções de auditoria; ii) interagimos com o respetivo auditor; iii) avaliamos os procedimentos realizados e conclusões obtidas, com enfoque na determinação do valor das respetivas participações financeiras; iv) analisámos igualmente a correta aplicação do método de equivalência patrimonial; e v) obtivemos as referidas demonstrações financeiras e as certificações legais das contas.</p> <p>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>
<p><b>Litígios e contingências</b></p> <p>(notas 7.4 anexas às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>Os passivos contingentes divulgados pelo Grupo com referência a 31 de dezembro de 2025, incluem, entre outros, posições fiscais incertas a serem alvo de análise por parte dos tribunais competentes, no valor de 803 milhões de euros, parte das quais são relativas a liquidações adicionais de Imposto sobre o Valor Acrescentado (293,4 milhões de euros) e Imposto sobre o rendimento em Portugal (158 milhões de euros) e Espanha (86 milhões de euros). Os passivos contingentes incluem igualmente, entre outros, processos judiciais relativos à impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência no valor de 252 milhões de euros, relativamente aos quais foram prestadas garantias.</p> <p>A classificação dos litígios e contingências enquanto passivo contingente (apenas divulgados nas notas) ou provisão (em que existe uma obrigação presente legal ou construtiva, seja provável a saída de recursos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade), foram considerados uma matéria relevante na nossa auditoria,</p>	<p>Os procedimentos de auditoria relativamente à avaliação de contingências e litígios fiscais e judiciais, incluíram entre outros: i) a obtenção de uma relação de processos fiscais em curso e respetiva avaliação da probabilidade de desfecho, preparada pelo departamento fiscal corporativo do grupo, a qual inclui as subsidiárias significativas do grupo; ii) a obtenção e análise da informação constante das respostas aos pedidos de confirmação das garantias prestadas por parte das instituições bancárias, assim como dos processos a cargo dos consultores jurídicos externos, quando aplicável, tendo reunido com o consultor jurídico encarregue dos processos de contraordenação instaurados pela Autoridade da Concorrência em Portugal; iii) para uma amostra de processos fiscais em curso, análise da referida documentação e avaliação das reclamações e contestações efetuadas pelo grupo, nos casos aplicáveis, com o apoio dos nossos peritos fiscais; iv) discussão dos pressupostos e argumentos que sustentam a posição da gestão relativamente a uma amostra de processos fiscais e relativamente aos processos de contraordenação da Autoridade da Concorrência, e; v) a avaliação dos pressupostos</p>

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
tendo em conta a materialidade dos montantes associados, o elevado grau de julgamento por parte da gestão, o facto de se tratarem de processos de complexa avaliação e pela imprevisibilidade dos seus desfechos, os quais dependem de potenciais desenvolvimentos futuros.	<p>assumidos pelo grupo na classificação das referidas contingências.</p> <p>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.</p>
<p><b>Receitas comerciais obtidas junto de fornecedores</b></p> <p>(notas 4.1 e 4.4 anexas às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>O Grupo efetua um conjunto significativo de acordos com fornecedores que originam receitas comerciais. Tais receitas prendem-se com descontos de quantidades obtidos em função das compras efetuadas ou relativos à prestação de serviços em loja, tais como produtos em folheto ou topos, assim como participação em campanhas promocionais de produtos de parceiros, indiretamente associados a processos de compra. Aquelas receitas configuram uma dedução ao preço de compra, pelo que contabilisticamente são deduzidas ao Custo das Vendas ou ao valor dos Inventários.</p> <p>O reconhecimento da receita relativa à componente serviço acima identificada depende do cumprimento da obrigação de desempenho acordada com o fornecedor, que requer uma análise detalhada dos termos contratuais, estando suportado em sistemas de informação específicos com diversas tipologias de receitas comerciais.</p> <p>As receitas obtidas junto de fornecedores foram consideradas uma matéria relevante de auditoria tendo em consideração a sua materialidade, o volume das transações efetuadas e o facto de a alocação aos inventários na componente serviço envolver processos manuais mais suscetíveis à ocorrência de erros.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) a análise do desenho, implementação e avaliação dos controlos considerados relevantes na área de receitas comerciais (aprovação dos acordos com os fornecedores, sistemas de informação que suportam as referidas operações e os seus cálculos e interfaces de dados); ii) procedimentos analíticos, nomeadamente quanto a rácios de receita sobre compras e comparações com o ano anterior; iii) para uma amostra de receitas comerciais, a análise do seu suporte documental no sentido de verificar que estas se encontravam devidamente contratualizadas e acordadas com os respetivos fornecedores e validação da adequação do tratamento contabilístico dos referidos contratos; iv) o teste à alocação dos descontos obtidos e da receita comercial aos inventários a 31 de dezembro de 2025, quando aplicável; v) a validação da correta especialização no final do período, nomeadamente através da análise de registos subsequentes efetuados em janeiro de 2026; e vi) a confirmação externa de uma amostra de saldos de fornecedores e análise da respetiva reconciliação, quando aplicável.</p> <p>Analisámos, ainda, as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

### **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

#### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no

artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório de gestão.

#### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

#### **Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)**

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a) a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

#### **Sobre a demonstração não financeira consolidada**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

#### **Sobre o relatório de remunerações**

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que o Grupo incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

#### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Sonae S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2018 até ao término do mandato compreendido entre 2015 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de abril de 2023 para o mandato compreendido entre 2023 e 2026.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 30 de março de 2026.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, ROC n.º 1426  
Registado na CMVM com o n.º 20161036





**Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria**

**Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae S.G.P.S., S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 5.572.762 milhares de euros e um total do capital próprio de 4.206.873 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 135.850 milhares de euros), a demonstração separada dos resultados, a demonstração separada do outro rendimento integral, a demonstração separada das alterações no capital próprio e a demonstração separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
 Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
 Tel: +351 213 599 000 | Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR  
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.  
 Recção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
 DocId: NpGOWMwzNQJ4MvYzWJ0VY20VGS5Dc1Mz0MDw0DY00DzuzN8BQ2d

pw.c.pt

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da abordagem de auditoria
----------------------------------	-----------------------------------

**Mensuração de Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas**

(notas 2.1 e 2.4 anexas às demonstrações financeiras)

A Sonae, SGPS, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos no valor de 4.467.834 milhares de euros, mensuradas a custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade, as quais são analisadas a cada data de relato no sentido de serem detetados indicadores de eventuais perdas por imparidade. São efetuados testes de imparidade às participações financeiras sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o ativo possa não ser recuperado, sendo estes baseados em modelos de fluxos de caixa descontados e avaliação de ativos imobiliários nas participadas detentoras deste tipo de ativos.

A determinação do valor recuperável dos referidos investimentos foi considerada uma matéria relevante de auditoria tendo em conta os respetivos montantes nas demonstrações financeiras separadas, e porque requer um elevado grau de julgamento na determinação do respetivo valor, assente na definição pela gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos baseados em previsões económicas incertas com impacto nas projeções de fluxos de caixa, na avaliação dos impactos de eventuais responsabilidades decorrentes de passivos contingentes com elevado fator de imprevisibilidade, assim como em diferenciais de justo valor de imóveis de algumas participadas com ativos imobiliários.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a apreciação da existência ou não de indícios de imparidade nas participações financeiras e, a existirem: (i) a avaliação dos métodos utilizados para a quantificação da quantia recuperável dos Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos, quando aplicável, (ii) a avaliação da razoabilidade dos pressupostos relevantes utilizados nas projeções de fluxos de caixa, em particular, taxas de desconto e taxas de crescimento; (iii) a avaliação dos critérios utilizados pelo consultor externo na quantificação do justo valor dos ativos imobiliários, no caso das participadas com ativos imobiliários, nomeadamente rendas e yields utilizados e comparação face ao ano anterior; (iv) a avaliação do impacto de eventuais passivos contingentes na quantificação do valor recuperável; (v) a análise de cenários e sensibilidade das variáveis relevantes; e (vi) a comparação da quantia recuperável obtida com a quantia escriturada do investimento, quando aplicável, assim como a apreciação da razoabilidade das perdas e reversões por imparidade registadas.

Analísamos, ainda, as divulgações apresentadas nas notas às demonstrações financeiras separadas.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria  
 31 de dezembro de 2025

Sonae S.G.P.S., S.A.  
 PwC 2 de 6



### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que o relatório de remunerações foi apresentado.

### Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

#### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

#### Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.





### Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

### Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório sobre o governo das sociedades, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 3 de maio de 2018 até ao término do mandato compreendido entre 2015 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de abril de 2023 para o mandato compreendido entre 2023 e 2026.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 30 de março de 2026.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, ROC n.º 1426  
Registado na CMVM com o n.º 20161036



## Demonstrações Financeiras

---

### 3.4. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

## 3.4. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Sonae, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

### 1 – Relatório

#### 1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas separadas e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

#### 1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência e de acordo com o estabelecido no seu Regulamento, as linhas estratégicas e a política de risco aprovada pela gestão da Sociedade e das suas participadas, com observância do processo descrito na Recomendação V.1 do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance*, na redação de 2023 (doravante “Código do IPCG”), as quais não lhe mereceram reparo, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, nomeadamente a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação emitida pelo órgão de administração, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados, bem como verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração, designadamente da Comissão de Auditoria e Finanças, as informações necessárias ao exercício da sua atividade de fiscalização e procedeu às interações necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no seu Regulamento Interno.

O Conselho Fiscal verificou a eficácia do sistema de controlo interno, incluindo as suas funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, com observância do processo descrito no Código do IPCG nas suas Recomendações VII.3, VII.4, VII.10 e VII.11, em conformidade e no âmbito da sua competência, apreciou o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades, incluindo através do Canal de Denúncia Interna criado pela Sociedade, e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas separadas e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e à sua intervenção nesse processo, aprovou, com carácter prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração. Ainda, em cumprimento do disposto na alínea f) do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, e no artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, o Conselho Fiscal conduziu, com o apoio dos serviços da Sociedade, o processo de seleção do Revisor Oficial de Contas/Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para o mandato que se irá iniciar em 2027, assegurando a observância dos requisitos legais aplicáveis ao respetivo procedimento.

O Conselho Fiscal, através dos elementos que lhe foram disponibilizados regularmente ao longo do ano, tomou conhecimento e apreciou as apresentações das contas trimestrais, bem como os respetivos comunicados de resultados, que mereceram a sua concordância. Relativamente às contas anuais, separadas e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira e não financeira através da informação regularmente disponibilizada pela Administração e pelos serviços corporativos da Sociedade, bem como através dos trabalhos de auditoria realizados pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, visando assegurar a integridade do processo. Este acompanhamento incluiu a apreciação e discussão do plano e da estratégia de auditoria, bem como o acompanhamento da respetiva execução, abrangendo a análise e discussão das apresentações preliminares e finais das respetivas conclusões, a monitorização da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, a apreciação do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização e a análise do Relatório de Auditoria e da Certificação Legal das Contas emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, os quais não contêm quaisquer ênfases ou reservas.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que influenciaram materialmente a evolução da atividade expressa na posição financeira separada e consolidada da Sonae, SGPS, S.A. e, deste ponto de vista, destaca a evolução positiva dos segmentos de negócio e das principais parcerias, cujos efeitos são patentes no salutar desenvolvimento económico e financeiro do Grupo.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações separadas e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício de 2025, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo todas as informações e esclarecimentos solicitados, bem como o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, de acordo com o disposto no artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e nas alíneas a) e c) do n.º 2 do artigo 78.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

O Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 29.º-S do Código dos Valores Mobiliários e em observância da Política Interna em Matéria de Transações com Partes Relacionadas, procedeu à apreciação de tais transações. No decurso do exercício, as transações com partes relacionadas ou acionistas qualificados foram realizadas no âmbito da atividade corrente da Sociedade e em condições de mercado, cumprindo os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código do IPCG, designadamente as Recomendações II.2.2, II.2.3, II.2.4, II.3.1, II.3.2, II.4.1, II.4.2, II.5.1, V.1, V.2, VII.3, VII.4, VII.5, VII.10, VII.11, VIII.1.1, VIII.2.1, VIII.2.2 e VIII.2.3.

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprova o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, o Conselho Fiscal é integrado maioritariamente por membros independentes, um dos quais a Presidente, à luz dos critérios legais, encontrando-se todos os seus membros profissionalmente habilitados para o exercício das respetivas funções. Neste enquadramento, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da Sociedade de acordo com os princípios e as condutas previstos nos dispositivos legais e recomendatórios aplicáveis, não tendo recebido do Revisor Oficial de Contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou vinte e uma reuniões, com uma taxa de comparência de cem por cento, tendo sido exaradas atas de todas essas reuniões. De acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae, bem como manteve as adequadas interações com o departamento de Assessoria Jurídica e Governo Corporativo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

O Conselho Fiscal, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, apreciou o conteúdo do Relatório do Governo da Sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, tendo concluído que o mesmo contém os elementos referidos no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas separadas e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da Sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da Certificação Legal das Contas e do Relatório de Auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceram o seu acordo.

## 2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão.
- b) As demonstrações separadas e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- c) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

### 3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das demonstrações financeiras separadas e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o Relatório do Governo da Sociedade cumpre o disposto no artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários.

Maia, 31 de março de 2026

*O CONSELHO FISCAL*

Maria José Martins Lourenço da Fonseca


Daniel Bessa Fernandes Coelho

Sara Manuel Carvalho Teixeira Mendes

## Declaração de Sustentabilidade

<b>4.1. Informações gerais</b>	<b>288</b>	<b>4.4. Informações sobre Governança</b>	<b>419</b>
ESRS 2 Divulgações gerais		G1 Conduta empresarial	
<b>4.2. Informações ambientais</b>	<b>335</b>	<b>4.5. Anexos</b>	<b>426</b>
E1 Alterações climáticas		Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Metodologia e Resultados	
E3 Recursos hídricos e marinhos		Modelo de financiamento sustentável	
E4 Biodiversidade e ecossistemas		<b>4.6. Asseguração externa</b>	<b>455</b>
E5 Utilização dos recursos e economia circular		<b>4.7. Outros instrumentos ESG</b>	<b>458</b>
Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Visão geral		Ratings ESG	
<b>4.3. Infromações sociais</b>	<b>386</b>	SASB	
S1 Força de trabalho própria		Tabela de conteúdos	
S2 Trabalhadores na cadeia de valor			
S4 Consumidores e utilizadores finais			
Desenvolvimento da comunidade			





**Thriving together,  
impulsionamos  
impacto positivo  
nas pessoas  
e no planeta.**

# 4.1.

## Informações Gerais

### ESRS 2 Divulgações Gerais

#### BP-1 Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade

A Declaração de Sustentabilidade da Sonae abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025 e apresenta uma visão abrangente do desempenho consolidado do Grupo nas vertentes ambiental, social e de governação. Esta Declaração é preparada numa base consolidada, com o mesmo perímetro das demonstrações financeiras. Embora a Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (Corporate Sustainability Reporting Directive – CSRD) ainda não tenha sido transposta para o enquadramento legal português, a Sonae está comprometida em reportar em alinhamento com os requisitos da CSRD, assegurando o cumprimento das suas obrigações em matéria de sustentabilidade. As subsidiárias do Grupo enquadram-se em três categorias distintas: i) subsidiárias às quais a diretiva não se aplica; ii) subsidiárias que, embora venham a estar sujeitas à CSRD no futuro, beneficiarão de uma isenção de reporte individual ao abrigo dos artigos 19a(9) e 29a(8) da Diretiva 2013/34/UE, como a MC e a Worten; e iii) subsidiárias obrigadas a apresentar relatórios individuais de sustentabilidade, como a Musti.

A informação apresentada baseia-se nos seguintes segmentos de negócio:

- **Retalho:** MC (inclui os diferentes formatos Continente, Meu Super, Note!, Wells, Bagga, Druni, Arenal, IGI e ZU até dezembro de 2025), Worten (inclui Worten e Worten Mobile, iServices, Satfiel e Zaask), Musti (inclui a ZU a partir de dezembro de 2025)
- **Imobiliário:** Sierra
- **Sonaecom:** Bright Pixel, Público
- **Outros Negócios:** Sparkfood (inclui Sparkfood, Gosh! Food, BCF Life Sciences e Evra), Sonae Holding, Salsa Jeans, e dados da MO e Zippy até junho de 2025

Os dados da SOHI são considerados proporcionalmente à participação da MC (50%) nos indicadores de emissões, em alinhamento com os requisitos da CSRD, e nos indicadores de água, tendo em conta a sua materialidade nestes temas.

A informação da Sierra considera o perímetro de consolidação, incluindo ativos integralmente detidos e escritórios, nomeadamente os centros comerciais Gli Orsi (Itália) e ParkLake (Roménia).

No âmbito da ESRS E1 Alterações Climáticas, a divulgação da pegada de carbono para os âmbitos 1, 2 e 3 segue este perímetro, com duas abordagens adicionais:

- **Equity Share Sierra:** Reflete a percentagem de participação da Sierra nos investimentos, incluindo contratos de locação operacional, fundos, projetos em desenvolvimento, escritórios e empresas de serviços. Esta abordagem está alinhada com as metas de redução de GEE da Sierra aprovadas pela SBTi. Nos casos em que a Sierra detém participações minoritárias sem controlo operacional, as emissões de âmbito 2 são avaliadas utilizando o método *location-based*.
- **Âmbito do Sustainability-Linked Bond:** Abrange o perímetro definido pelo modelo de controlo da Sierra (Sierra Control Approach), incluindo ativos como o Centro Colombo, Centro Vasco da Gama, CascaiShopping, NorteShopping, Plaza Mayor e ParkLake. Este enquadramento apoia a estratégia de financiamento sustentável da Sierra através da utilização de instrumentos financeiros ligados à sustentabilidade.

A Sonae não omitiu qualquer informação relativa a propriedade intelectual, know-how ou resultados de inovação nas suas declarações de sustentabilidade.

A Declaração de Sustentabilidade aborda os principais elementos a montante e a jusante da cadeia de valor da Sonae. A Sonae opera em diversos setores, o que exige uma abordagem abrangente à gestão da cadeia de valor que reflita a materialidade específica de cada área de negócio. Esta diversidade de setores resulta numa cadeia de valor alargada e multifacetada, que abrange uma ampla gama de partes interessadas, atividades e impactos.

Embora os princípios de sustentabilidade estejam há muito integrados na identidade central do Grupo, a Sonae tem vindo a alinhar progressivamente as suas práticas de reporte com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), reforçando a integração da sustentabilidade nas estruturas de governação, nos processos de gestão de risco e na estratégia global do negócio.

Relativamente à Análise de Dupla Materialidade e aos temas materiais identificados, alguns temas que não foram considerados materiais ao nível consolidado continuam a ser estrategicamente relevantes para a Sonae e têm sido historicamente divulgados. Assim, a Sonae continuará a reportar sobre estes temas, que se encontram claramente identificados nas respetivas subsecções através de uma indicação e símbolo dedicados.



## BP-2 Divulgações em relação a circunstâncias específicas

Em 2024, a Sonae realizou uma análise abrangente de dupla materialidade alinhada com as ESRS, que resultou na atualização dos temas materiais de sustentabilidade do Grupo. Esta análise considerou as prioridades em evolução nas diferentes áreas de negócio, bem como o panorama socioambiental mais amplo. Na sequência de uma revisão da avaliação de dupla materialidade do Grupo em 2025, certos Impactos, Riscos e Oportunidades (IROs) e as respetivas escalas de avaliação foram adicionalmente harmonizados em todo o Grupo. Tal resultou em ajustamentos residuais em alguns dos dados apresentados, melhorando a consistência e a comparabilidade. O processo e os seus resultados estão detalhados nas secções SBM-3 Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua Interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio e IRO-1 Descrição dos Processos de Identificação e Avaliação dos Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais, fornecendo informação sobre a forma como estes temas orientam a estratégia de sustentabilidade e o modelo de reporte da Sonae.

Os detalhes relativos às premissas aplicadas nas métricas estimadas, em particular aquelas que envolvem dados da cadeia de valor, são divulgados no final das tabelas relevantes dentro da Declaração de Sustentabilidade. As métricas que incluem dados estimados estão sobretudo relacionadas com Alterações Climáticas, Água e Recursos Marinhos e Utilização dos Recursos e Economia Circular, podendo também estar sujeitas a um nível mais elevado de incerteza na medição.

Em comparação com o ano anterior, registou-se uma alteração nas empresas representadas nos segmentos, passando os negócios de Moda (Salsa Jeans, MO e Zippy) a estar incluídos no segmento de Outros Negócios; nas emissões de âmbito 1 e 2, os valores históricos foram atualizados devido a ajustes na metodologia de cálculo; em 2025, o consumo de água, as captações de água e as descargas de água foram consolidados em todas as unidades de negócio, com o objetivo de apoiar a definição de uma meta de água ao nível do grupo para o próximo ciclo estratégico. A Musti não consolida dados de consumo de água das suas operações e negócios, por não serem considerados materiais; como tal, não foi incluído no atual ciclo de reporte. Nos próximos anos, a Sonae irá rever os mecanismos de controlo internos e externos associados à recolha de dados de água. Os valores de 2024 apresentados foram ajustados para refletir estas alterações. Quaisquer outras revisões específicas de valores comparativos ou correções de dados de anos anteriores são claramente explicadas nas notas que acompanham as tabelas afetadas. Foi adotada uma abordagem faseada (phase-in) para as disposições aplicáveis a SBM-1 40(b) e (c), SBM-3 48(e), E1-9, E3-5, E4-6 e E5-6.

A tabela seguinte identifica os requisitos de divulgação da Declaração de Sustentabilidade que estão incluídos por referência.

### Incorporação por referência e localização

#### Identificação de membros executivos e não executivos

Relatório de Gestão, 1.2. Sobre a Sonae, Capital Social e Estrutura Acionista

Relatório de Governo da Sociedade, 18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

#### Qualificações profissionais e referências curriculares – Conselho de Administração

Relatório de Governo da Sociedade, Anexo

#### Modelo de criação de valor

Relatório de Gestão, 1.2. Sobre a Sonae, Estratégia e Modelo de Criação de Valor

#### Principais mercados, produtos, serviços e grupos de clientes

Relatório de Gestão, 1.3. Visão geral do desempenho

Para além das divulgações exigidas pelas ESRS, a Sonae considerou outros referenciais de reporte de sustentabilidade para assegurar uma abordagem abrangente e transparente, tais como o TCFD (SBM-3), SASB, NFRD e os requisitos da legislação espanhola (4.7. Outros instrumentos ESG), disponibilizando tabelas de correspondência detalhadas que remetem para as divulgações relevantes incluídas na Declaração de Sustentabilidade.

## GOV-1 Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão

O modelo de governo societário da Sonae assegura uma supervisão eficaz das matérias relacionadas com a sustentabilidade, integrando considerações ambientais, sociais e de governo (ESG) nos seus processos de tomada de decisão.

A Sociedade adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração e a função de supervisão é assegurada pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas. O Conselho de Administração é composto por três administradores executivos e nove não executivos, incluindo membros independentes, que representam 41,7% do Conselho. Esta estrutura permite um equilíbrio adequado entre liderança estratégica, gestão de risco e supervisão do desempenho financeiro e não financeiro, reforçando simultaneamente a transparência, a responsabilização e o cumprimento das normas de governo aplicáveis.

Informação detalhada sobre a composição do Conselho de Administração, incluindo a identificação dos administradores executivos e não executivos (que representam 75% dos membros do Conselho), bem como sobre as suas experiências e áreas de especialização, encontra-se disponível no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sonae.

## Incorporação por referência e localização

### Identificação de membros executivos e não executivos

Relatório de Gestão, 1.2. Sobre a Sonae, Estrutura Acionista

Relatório de Governo da Sociedade, 18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

### Qualificações profissionais e referências curriculares – Conselho de Administração

Relatório de Governo da Sociedade, Anexo

Compete ao Conselho de Administração definir, implementar e supervisionar a estratégia da Sociedade, as principais políticas – incluindo as relativas a ética, compliance, prevenção da corrupção, comunicação de irregularidades e sustentabilidade – e os modelos de governo que promovem uma atuação ética e o cumprimento das exigências legais e regulamentares, assegurando de forma proativa o funcionamento dos sistemas de controlo interno, de gestão de risco da Sociedade e dos programas de compliance.

**Consulte o Regulamento do Conselho de Administração da Sonae, disponível no sítio da Sociedade em: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>**

A Comissão Executiva é responsável pela execução efetiva daquelas políticas e pela gestão corrente da Sociedade. Neste âmbito, assegura a integração de mecanismos de compliance em todos os processos de negócio, supervisiona iniciativas de formação e sensibilização em matéria de conduta empresarial ética e monitoriza a aplicação de padrões reforçados de compliance nas áreas de maior risco.

A Comissão Executiva articula-se igualmente com a Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração, de forma a assegurar a existência de práticas robustas de relato financeiro e de gestão de risco.

**Consulte os Termos de Referência da Comissão Executiva da Sonae, disponíveis no sítio da Sociedade em <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>**

O Conselho Fiscal desempenha uma função de supervisão essencial na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de risco, compliance, auditoria interna e governo da Sociedade. No âmbito das suas competências legais, aprecia as linhas estratégicas da Sociedade, avalia a política de gestão de risco e emite parecer prévio à sua aprovação pelo Conselho de Administração. Nos termos do seu regulamento interno, o Conselho Fiscal acompanha os sistemas de controlo interno e propõe medidas de melhoria, atuando em coordenação com a Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração e emitindo recomendações, designadamente através dos seus relatórios anuais. Supervisiona planos de atividade, avalia a adequação dos recursos afetos às funções de controlo interno e recebe informação periódica sobre matérias financeiras, prevenção de conflitos de interesses e eventuais irregularidades. Analisa igualmente os resultados das atividades de auditoria interna e de compliance e,

através do seu relatório anual e parecer que acompanham o Relatório e Contas Anual da Sociedade, formula recomendações destinadas a reforçar as estruturas de governo.

**Informação adicional encontra-se disponível no Regulamento Interno do Conselho Fiscal, disponível no sítio da Sociedade em: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>**

O órgão de Administração é ainda apoiado pela Comissão de Ética em matérias relativas à conduta empresarial, reforçando o compromisso da Sociedade com padrões éticos, supervisionando o cumprimento do Código de Ética e de Conduta e emitindo orientações em questões relacionadas com a integridade. A Comissão de Ética garante igualmente que as denúncias de irregularidades são tratadas de forma imparcial e em conformidade com os procedimentos estabelecidos, contribuindo, assim, para uma cultura ética sólida e para a tomada de decisões informadas em toda a organização.

**Informação adicional encontra-se disponível nos Termos de Referência da Comissão de Ética da Sonae, publicados no Código de Ética e Conduta e disponíveis em: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>**

Estes órgãos trabalham em estreita articulação com as funções de auditoria interna, jurídica e de gestão de risco, assegurando a monitorização contínua, o reporte e a atualização atempada das políticas. A eficácia do modelo de governo é avaliada através de auditorias regulares, iniciativas de formação e atividades de monitorização de compliance.

A Sonae promove igualmente a diversidade dentro das suas estruturas de governo. O Conselho de Administração é composto por quatro mulheres, num total de doze membros, o que corresponde a 33,3% de representação feminina.

No que respeita à experiência, competências e diversidade dos órgãos de gestão e supervisão, a Sonae tem atualmente em vigor uma Política Interna de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, a qual foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A política atualmente em vigor encontra-se disponível no sítio da Sociedade como Proposta n.º 4, aprovada na Assembleia Geral de acionistas realizada em 28 de abril de 2023.

Em conformidade com essa política, o Conselho de Administração reúne um conjunto diversificado e complementar de competências, que suporta uma supervisão eficaz das matérias relacionadas com a sustentabilidade. Esta diversidade reflete-se não apenas nos percursos profissionais dos seus membros, mas também na composição do Conselho, que integra membros nacionais (58,3%) e internacionais (41,7%) oriundos do Brasil, Bélgica, Alemanha e Espanha. Em conjunto, a experiência do Conselho abrange áreas-chave como *governance*, compliance, gestão de risco, ESG (Ambiental, Social e Governança), finanças, recursos humanos, transformação digital e retalho, todas elas essenciais para a promoção de uma conduta empresarial ética e responsável e para a abordagem dos desafios de sustentabilidade numa perspetiva global e multidimensional.

A diversidade de experiência no seio do Conselho reforça a sua capacidade de assegurar a observância de padrões éticos em todas as operações da Sociedade. A experiência em *governance* e compliance sustenta o estabelecimento e a monitorização de estruturas robustas de supervisão, gestão de risco e prevenção da corrupção, enquanto os percursos em finanças e gestão de risco reforçam a transparência e a responsabilização no relato da informação financeira e nos controlos internos. A inclusão de competências em ESG assegura o alinhamento entre a conduta e os objetivos de sustentabilidade, e as experiências em transformação digital e retalho contribuem para a integração de práticas éticas em atividades orientadas pela tecnologia e centradas no cliente.

Por sua vez, o Conselho Fiscal é composto por membros com sólidos percursos académicos e profissionais em economia, contabilidade e finanças, o que permite uma supervisão eficaz dos controlos internos, do reporte financeiro da gestão de risco. As suas competências sustentam uma apreciação independente e objetiva da integridade financeira e do cumprimento regulamentar aplicável, reforçando padrões elevados de governo societário e de conduta ética.

Ao combinar o seu conhecimento académico com as responsabilidades legais que lhe são atribuídas, o Conselho Fiscal contribui igualmente para o compromisso da Sonae em manter os mais elevados padrões de governo societário e práticas empresariais éticas.

Embora o modelo de governo não contemple a representação direta dos trabalhadores no Conselho de Administração, a Sonae mantém um envolvimento estruturado e ativo com os seus trabalhadores, através de canais internos de comunicação específicos, contribuindo para práticas empresariais responsáveis e para a inclusão de todos os stakeholders.

#### **Funções e Responsabilidades na Gestão de Risco e Supervisão da Sustentabilidade**

O Conselho de Administração discute e aprova as principais políticas da Sociedade, incluindo a política de sustentabilidade e a política de gestão de riscos. Esta última abrange a identificação dos riscos e impactos inerentes, a monitorização da evolução do enquadramento legal aplicável, a avaliação do desempenho face às metas estabelecidas e o cumprimento dos compromissos assumidos em matéria de sustentabilidade. Neste contexto, o Conselho de Administração define e supervisiona os níveis de risco considerados aceitáveis. A Comissão Executiva é responsável por supervisionar a implementação destas políticas, garantindo que os objetivos de sustentabilidade e de gestão de risco se encontram devidamente integrados nas operações do dia-a-dia.

No âmbito deste modelo de governo, o Conselho de Administração delega responsabilidades específicas de supervisão a vários órgãos, conforme descrito acima. A Comissão de Auditoria e Finanças monitoriza a eficácia dos sistemas de controlo interno e das estratégias de mitigação de risco, enquanto o Conselho Fiscal supervisiona o cumprimento dos referenciais de gestão de risco, a eficácia das atividades de auditoria interna e a integridade do reporte financeiro. Adicionalmente, o Grupo Consultivo de Gestão de Risco coordena as iniciativas relacionadas com o risco em todo o portefólio da Sociedade, promovendo o alinhamento com a estratégia corporativa global.

#### **Estrutura de Controlo Interno e Gestão de Risco**

A gestão de risco está firmemente integrada na cultura corporativa e no enquadramento de governação da Sonae, assegurando a identificação, avaliação e mitigação sistemática dos riscos materiais, impactos relacionados com a sustentabilidade e oportunidades de negócio. Trata-se de uma responsabilidade partilhada por todos os níveis da organização, apoiada pela Direção de Gestão de Risco, pela Direção de Auditoria Interna e pela Direção de Estratégia do Grupo, cada uma reportando diretamente aos respetivos Conselhos de Administração:

- A Direção de Gestão de Risco promove uma abordagem estruturada e consistente à identificação e mitigação de riscos, assegurando o alinhamento com os objetivos estratégicos e operacionais da Empresa.
- A Direção de Auditoria Interna, sob a supervisão do Conselho Fiscal, avalia a eficácia dos sistemas de controlo interno, dos processos de negócio e dos sistemas de informação, garantindo que os riscos são devidamente monitorizados e tratados.
- A Direção de Estratégia do Grupo integra considerações de risco no processo de planeamento estratégico, reforçando a ligação entre a avaliação de riscos e as prioridades de negócio.

#### **Mecanismos de Supervisão e Reporte**

O Conselho Fiscal desempenha um papel relevante na supervisão da eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, recebendo relatórios periódicos e emitindo recomendações sempre que apropriado. O Auditor Externo avalia de forma independente a eficiência dos controlos internos e reporta as suas conclusões ao Conselho Fiscal.

Ao nível da gestão, o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria e Finanças e o Grupo de Consultoria de Gestão de Risco supervisionam matérias relacionadas com risco, assegurando que os mecanismos de controlo interno permanecem alinhados com os objetivos estratégicos e as obrigações regulamentares da Empresa. As Direções de Gestão de Risco e de Sustentabilidade são responsáveis por informar o Conselho de Administração sobre os impactos, riscos e oportunidades materiais (IROs), bem como por propor medidas de mitigação adequadas.

A Sonae estabeleceu processos estruturados para recolher, avaliar e integrar dados de sustentabilidade ambiental e social, apoiando uma gestão de risco proativa e a tomada de decisão informada. Os controlos relacionados com sustentabilidade e risco estão integrados nos processos operacionais e financeiros, assegurando que os riscos ESG são geridos de forma coordenada com as restantes áreas do negócio. A Direção de Auditoria Interna revê regularmente a eficácia destes controlos, promovendo a consistência entre compliance, avaliação de risco e planeamento estratégico.

A Empresa assegura também que os objetivos relacionados com impactos, riscos e oportunidades materiais são definidos e monitorizados através de mecanismos formais, com base em duas principais fontes de informação:

- O Plano de Contribuição que suporta a estratégia de sustentabilidade da Sonae, o qual monitoriza o desempenho de cada unidade de negócio nesta matéria, incluindo requisitos mínimos, iniciativas planeadas e resultados alcançados. As atualizações são realizadas através de um processo semestral, apresentadas ao Grupo Consultivo de Sustentabilidade (conforme descrito em GOV-2) e reportadas à Comissão Executiva com periodicidade semestral.
- O envolvimento contínuo entre a Direção de Sustentabilidade da Sonae e as equipas de sustentabilidade das unidades de negócio, através de reuniões bimestrais destinadas a assegurar o alinhamento com os objetivos ESG corporativos, identificar áreas de melhoria e promover ganhos de eficiência.

### Competências e Especialização na Supervisão da Sustentabilidade

A Comissão Executiva e o Grupo Consultivo de Sustentabilidade detêm, em conjunto, competências relevantes em matéria de sustentabilidade, complementadas pelo acesso a membros consultivos especializados e a investigação nesta área. Esta combinação de competências permite uma tomada de decisão informada relativamente aos desafios, riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governação (ESG). Sempre que necessário, a Sonae recorre também a consultores externos e instituições académicas para reforçar a supervisão da sustentabilidade e o planeamento estratégico. A participação em fóruns do setor, workshops e programas de formação executiva assegura adicionalmente que os órgãos de governação se mantêm atualizados relativamente a temas emergentes de sustentabilidade, desenvolvimentos regulamentares e melhores práticas reconhecidas.

A Sonae procura garantir que o seu órgão máximo de governação está devidamente capacitado para abordar questões de desenvolvimento sustentável, através de uma abordagem estratégica que valoriza a complementaridade de competências, a aprendizagem contínua e a tomada de decisão baseada em evidência. Este enquadramento abrangente de conhecimento apoia a tradução de temas complexos de sustentabilidade em insights claros e acionáveis, reforçando a compreensão dos impactos das atividades da Sonae em matéria de sustentabilidade, bem como dos riscos e oportunidades associados.

## GOV-2 Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa

A Comissão Executiva da Sonae e as restantes comissões relevantes são regularmente informadas sobre matérias relacionadas com a sustentabilidade, incluindo a implementação de processos de *due diligence* e a eficácia das políticas, ações, métricas e metas associadas. O

Grupo Consultivo de Sustentabilidade, apoiado por especialistas internos e externos, desempenha um papel central na consolidação e apresentação de análises e insights em matéria de sustentabilidade.

O Conselho de Administração é apoiado pela Comissão de Auditoria e Finanças e pela Comissão de Remunerações, cabendo à primeira a supervisão do processo global de Enterprise-Wide Risk Management (EWRM) da Sonae, que inclui os riscos de natureza ambiental e, à segunda, o acompanhamento das métricas e metas ambientais que possam influenciar a componente variável da remuneração dos colaboradores.

O Presidente do Conselho de Administração e a CEO, em conjunto com o Chief Development Officer (CDO), desempenham um papel crucial na divulgação da estratégia e das políticas de sustentabilidade da Sociedade. O CDO supervisiona o Sustainability Consulting Group (SCG), uma estrutura interempresarial de nível estratégico responsável por promover uma abordagem comum à sustentabilidade em todo o portefólio, apoiar o desenvolvimento e adoção de políticas e princípios de atuação partilhados e fomentar a definição de objetivos claros para os pilares estratégicos de sustentabilidade do Grupo.

### Grupo Consultivo de Sustentabilidade (GCS)

O Grupo Consultivo de Sustentabilidade (GCS) foi criado para apoiar e desafiar as empresas do portefólio na definição e implementação das suas estratégias de sustentabilidade.

Apoiado pelo Chairman e pelo CEO, e liderado pelo CDO, o Grupo Consultivo de Sustentabilidade reúne representantes de todo o portefólio, promovendo uma visão partilhada de sustentabilidade ao nível do Grupo. Recomenda orientações comuns de sustentabilidade e promove a sua integração nas estratégias de negócio, reforçando o compromisso do Grupo com o desenvolvimento sustentável.

Enquanto plataforma colaborativa, o GCS permite a partilha de conhecimento, a discussão de tendências emergentes e a reflexão conjunta sobre desafios-chave, assegurando que a sustentabilidade permanece uma prioridade estratégica. O seu foco incide na promoção do desempenho, na integração da sustentabilidade nos processos de decisão e na manutenção do alinhamento com os valores e compromissos de longo prazo da Sonae. Reunindo, pelo menos, trimestralmente, proporciona um enquadramento estruturado para monitorizar o progresso e acompanhar iniciativas prioritárias.

Em 2025, o GCS reuniu quatro vezes, abordando temas como agricultura regenerativa, resiliência hídrica e a sustentabilidade como oportunidade de negócio. Especialistas internos e externos contribuem regularmente com conhecimento especializado para reforçar as discussões estratégicas. As empresas do portefólio reportam tanto as dimensões ambientais como sociais, apresentando progressos nos diversos temas de sustentabilidade e assegurando o alinhamento entre os objetivos corporativos e as prioridades globais de sustentabilidade.

## Task Force Transversal de Sustentabilidade

A Task Force Transversal de Sustentabilidade atua a um nível tático, acelerando a implementação das estratégias de sustentabilidade no portefólio da Sonae, em alinhamento com os princípios ESG. O seu principal papel consiste em identificar soluções práticas, promover sinergias e dar resposta a desafios de implementação, assegurando a concretização eficaz dos objetivos de sustentabilidade. Enquanto estrutura central e ágil, facilita a colaboração, a partilha de conhecimento e a remoção de barreiras operacionais.

A Task Force adota uma abordagem flexível e orientada para a ação, com capacidade para criar grupos de trabalho dedicados sempre que necessário para responder a desafios específicos. É composta por representantes da área de Sustentabilidade da holding, bem como pelos responsáveis de sustentabilidade das empresas do portefólio e respetivas equipas, assegurando uma coordenação próxima. Quando necessário, podem também ser mobilizadas equipas de projeto multidisciplinares com competências técnicas provenientes de diferentes áreas de negócio. As reuniões são orientadas para soluções, focadas na superação de constrangimentos e na geração de impacto mensurável, contando com a participação de especialistas para contribuir com conhecimento em matérias transversais ou prioritárias.

Em 2025, a Task Force reuniu quatro vezes para acompanhar o progresso das iniciativas internas de sustentabilidade, funcionando também como uma plataforma de partilha de boas práticas e aprendizagem entre pares em todo o portefólio.

Para além do seu papel interno na promoção da transformação em sustentabilidade, a Sonae envolve-se ativamente com instituições externas, fóruns do setor e redes colaborativas, promovendo uma maior sensibilização social e institucional para os desafios e oportunidades relacionados com a sustentabilidade.

## GOV-3 Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos

A política de remuneração da Sonae, aplicável ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas, a outras pessoas com responsabilidades de gestão (“Dirigentes”) e aos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas, e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, na parte respeitante à remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração, estabelece a ligação entre a remuneração e as prioridades estratégicas da Sociedade, incluindo a criação de valor social e ambiental. A política está alinhada com as melhores práticas de governo societário, assegurando que os mecanismos de incentivos promovem a criação de valor a longo prazo, a conduta empresarial responsável e o cumprimento dos compromissos ESG.

Com base nos princípios definidos na política, apenas os membros da Comissão Executiva são elegíveis para remuneração variável, que inclui incentivos de curto e de médio prazo, incorporando métricas de desempenho relacionadas com a sustentabilidade, de forma a alinhar a remuneração dos executivos com a estratégia ESG do Grupo.

A remuneração variável de curto prazo resulta do grau de cumprimento de KPIs divididos em duas dimensões, cada uma com um peso de 50%.

- Os KPIs de criação de valor económico (“KPIs What”) avaliam o desempenho financeiro e estratégico, podendo incluir métricas como o volume de negócios, o resultado direto e o *Net Asset Value growth*, considerando igualmente o contributo individual de cada Administrador Executivo;
- Os KPIs de criação de valor social e ambiental (“KPIs How”) avaliam o desempenho em áreas como Pessoas, Planeta e outras prioridades estratégicas (20%). Esta dimensão inclui também um KPI individual, que pode combinar indicadores subjetivos e objetivos (30%).

No âmbito da dimensão “KPIs How”, o desempenho em matéria de sustentabilidade tem em conta o S&P ESG Rating, que avalia o desempenho da Sociedade num amplo conjunto de temas ambientais, sociais e de *governance*, incluindo aspetos climáticos como a redução de emissões de carbono, a transição energética e o desempenho ambiental.

Estes KPIs são também um elemento central dos planos de incentivos dos trabalhadores, estando integrados na estrutura de remuneração variável, desenhada para orientar e recompensar os trabalhadores pelo cumprimento de objetivos pré-definidos, quer coletivos quer individuais.

O desempenho da Sociedade em matéria de sustentabilidade é integrado nos mecanismos de incentivos através desta estrutura, assegurando que a remuneração dos executivos reflete não apenas os resultados financeiros, mas também a forma como esses resultados são alcançados e o seu impacto a longo prazo no Grupo e nos demais stakeholders.

Mais detalhes sobre a remuneração do Conselho de Administração podem ser consultados no Relatório de Governo da Sociedade, conforme referenciado abaixo.

### Regimes de incentivos e políticas de remuneração ligados a questões de sustentabilidade – Administradores Executivos

Relatório de Governo da Sociedade, 2.3. Parte III: Relatório de Remuneração

## GOV-4 Declaração sobre o dever de diligência

Elementos Essenciais da Diligência Devida	Localização na Declaração de Sustentabilidade
<b>Incorporar a diligência devida na governação, estratégia e modelo de negócio</b>	GOV-1 • GOV-2 • GOV-3 • SBM-3
<b>Envolver as partes interessadas afetadas em todas as etapas da diligência devida</b>	GOV-2 • SMB-2 • IRO-1 • ESRS 2 MDR-P • E1-2 • E3-1 • E4-2 • E5-1 S1-1 • S2-1 • S4-1 • G1-1 • Processos de envolvimento com as comunidades
<b>Identificar e avaliar impactos adversos</b>	SBM-3 • IRO-1
<b>Tomar medidas para abordar esses impactos adversos</b>	E1-3 • E3-2 • E4-3 • E5-2 S1-4 • S2-4 • S4-4 ESRS 2 MDR-A • G1-3 • Iniciativas de desenvolvimento das comunidades
<b>Monitorizar a eficácia desses esforços e comunicá-los</b>	E1-4 • E3-3 • E4-4 • E5-3 S1-5 • S2-5 • S4-5 ESRS 2 MDR-M • ESRS 2 MDR-T • Metas de desenvolvimento das comunidades

## GOV-5 Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade

O modelo de gestão de risco da Sonae está integrado no seu planeamento estratégico e na estrutura de governação, assegurando uma abordagem proativa à identificação, avaliação e mitigação de riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade, tanto ao nível das unidades de negócio como do Grupo. Assente numa abordagem de Gestão de Risco Empresarial (Enterprise-Wide Risk Management – EWRM), este modelo é supervisionado pelo Conselho de Administração, com o apoio da Comissão de Auditoria e Finanças, que monitoriza a eficácia dos sistemas de controlo interno e das medidas de mitigação de risco, e do Conselho Fiscal, que supervisiona o cumprimento dos modelos de gestão de risco, a eficácia das atividades de auditoria interna e a integridade do reporte financeiro. O Grupo Consultivo de Gestão de Risco reforça este modelo, coordenando iniciativas relacionadas com risco ao longo do portefólio da Empresa e promovendo o alinhamento com a estratégia corporativa global.

Neste modelo, os riscos relacionados com a sustentabilidade são integrados nos processos de avaliação de risco do Grupo. Entre os riscos identificados incluem-se aqueles associados aos potenciais impactos das alterações climáticas no negócio, bem como riscos relacionados com a gestão de recursos humanos, incluindo aspetos como a atração, retenção e desenvolvimento de talento.

Estão implementados processos estruturados para a recolha e análise de dados ambientais e sociais. As Direções de Gestão de Risco e de Sustentabilidade informam o Conselho de Administração sobre os principais riscos e propõem medidas de mitigação. O progresso é monitorizado através dos Planos de Contributo, no âmbito dos quais as subsidiárias reportam as ações e resultados em matéria de sustentabilidade; as atualizações são analisadas no Grupo Consultivo de Sustentabilidade (GCS) e reportadas semestralmente à Comissão Executiva. Reuniões de coordenação bimestrais entre as equipas de sustentabilidade reforçam adicionalmente o alinhamento e a melhoria contínua.

A Sonae está a reforçar os mecanismos de controlo interno dedicados ao reporte de sustentabilidade. Em linha com os requisitos da CSRD, foram desenvolvidas novas metodologias de recolha de dados, atualmente em fase de teste, que refletem os diferentes níveis de maturidade das empresas do Grupo. Este processo visa simplificar e normalizar o reporte de sustentabilidade nos próximos anos.

Informação adicional sobre o modelo de Controlo Interno e Gestão de Risco da Sonae encontra-se disponível no Relatório de Governo Societário e no capítulo de Gestão de Risco do Relatório de Gestão.

### Funções internas relevantes, processos e reporte periódico

#### Âmbito, principais características e componentes dos processos de gestão de risco e controlo interno

Relatório de Governo da Sociedade, Parte 1, Capítulo III. Controlo Interno e Gestão de Risco

#### Abordagem da Sonae à avaliação de riscos, priorização de riscos e principais riscos identificados

Relatório de Gestão, 1.2. Sobre a Sonae, Gestão de Riscos

Declaração de Sustentabilidade, SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio

## SBM-1 Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor

O modelo de negócio e de criação de valor da Sonae assenta numa gestão disciplinada do portefólio, na eficiência financeira e na integração de critérios ESG, apoiando a resiliência a longo prazo e a geração de valor sustentável em todo o seu portefólio diversificado.

O modelo está estruturado em torno de quatro capitais fundamentais: Capital Humano, que promove uma governação sólida, liderança e desenvolvimento de talento; Capital Financeiro, que assegura uma estrutura financeira robusta e uma alocação disciplinada de capital; Capital Social e Natural, centrado no envolvimento com as partes interessadas e na gestão ambiental responsável; e Capital Intelectual, que abrange a governação ética, a força das marcas e as parcerias estratégicas com a academia e centros de I&D.

A gestão financeira e não financeira encontra-se estreitamente alinhada. A disciplina financeira apoia a diversificação, o crescimento equilibrado e a geração de fluxos de caixa, enquanto a

gestão não financeira reforça o desenvolvimento de pessoas, a supervisão de riscos, a governação da sustentabilidade e o envolvimento com as partes interessadas. Em conjunto, estes elementos impulsionam a criação de valor para acionistas, negócios, colaboradores, comunidades e para o ambiente.

Ao longo do seu portefólio, a Sonae opera em vários segmentos de negócio que disponibilizam diferentes produtos e serviços:

- O segmento de Retalho inclui retalho alimentar, saúde e beleza, papelaria, retalho de eletrónica e tecnologia, serviços de reparação e digitais, bem como produtos e serviços para animais de companhia. Estas atividades interagem diretamente com os consumidores e contribuem para um consumo responsável através de iniciativas relacionadas com a qualidade e segurança dos produtos, aprovisionamento sustentável, serviços de reparação e práticas de economia circular.
- O segmento Imobiliário centra-se no desenvolvimento, gestão e operação de centros comerciais e ativos imobiliários comerciais, prestando serviços de gestão de propriedades, arrendamento e investimento. As considerações de sustentabilidade estão integradas no desenvolvimento e gestão dos ativos, nomeadamente através da eficiência energética, da gestão de recursos e da criação de espaços resilientes e orientados para a comunidade.
- O segmento Sonaecom atua no investimento em tecnologia e nos media digitais, promovendo a inovação, plataformas digitais e serviços de informação, ao mesmo tempo que assegura uma gestão responsável de dados, cibersegurança e o acesso a informação fiável.
- O segmento de Outros Negócios inclui atividades de gestão de portefólio, bem como negócios relacionados com inovação alimentar e ingredientes, e moda e vestuário. Através do seu papel na gestão de portefólio, a Sonae Holding apoia a alocação de capital, a supervisão estratégica e a integração de princípios de sustentabilidade em todo o Grupo, enquanto os restantes negócios incorporam considerações de sustentabilidade no desenvolvimento de produtos, nas práticas de aprovisionamento e na eficiência operacional.

Em todos os segmentos, as considerações de sustentabilidade são progressivamente integradas na estratégia, nas operações e no envolvimento com as partes interessadas, apoiando a criação de valor a longo prazo e a resiliência da Sonae ao longo da sua cadeia de valor.

O número de colaboradores por área geográfica é detalhado na secção S1-6 – Características dos colaboradores da empresa. Informação adicional sobre o modelo de negócio e a abordagem de criação de valor da Sonae encontra-se disponível no Relatório de Gestão.

## Modelo de criação de valor

Relatório de Gestão, 1.2. Sobre a Sonae, Estratégia e Modelo de Criação de Valor

## Principais mercados, produtos, serviços e grupos de clientes

Relatório de Gestão, 1.3. Visão geral do desempenho

Refletindo a diversidade do portefólio, as cadeias de valor do Grupo variam significativamente entre segmentos e negócios, tendo em conta a diversidade de setores em que opera. Estas incluem diferentes atividades a montante, a jusante e operações próprias, envolvendo múltiplas partes interessadas. A Sonae procura gerir esta complexidade de forma consistente e responsável, promovendo padrões éticos e práticas sustentáveis ao longo das diferentes cadeias de valor.

Ao longo da sua cadeia de valor, as atividades da Sonae geram um conjunto de resultados associados à eficiência operacional, ao aprovisionamento responsável e à criação de valor sustentável. Estes incluem maior transparência e otimização nas cadeias de abastecimento, melhoria da experiência do cliente e do desempenho operacional no retalho e nos serviços, e a integração de práticas de economia circular, particularmente através da redução de resíduos e de iniciativas de reciclagem. Em áreas como o imobiliário e a tecnologia, os resultados incluem também a valorização dos ativos, a melhoria do envolvimento com inquilinos e clientes, o reforço da cibersegurança e da proteção de dados, bem como o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores. No seu conjunto, estes resultados contribuem para a resiliência operacional, para a melhoria do desempenho ambiental e para a criação de valor a longo prazo para as partes interessadas em todo o Grupo.





## Estratégia de Sustentabilidade da Sonae (2023–2026)





A sustentabilidade tem sido uma componente central da estratégia da Sonae há mais de duas décadas, moldando a gestão do portefólio e as decisões de negócio. Em 2023, o Grupo lançou a sua Estratégia de Sustentabilidade renovada para o período 2023–2026, na sequência de uma revisão abrangente do seu papel enquanto gestor de portefólio, dos requisitos regulamentares em evolução, das expectativas das partes interessadas e dos referenciais de mercado. Este processo resultou num roteiro estruturado assente em cinco eixos estratégicos, com o objetivo de reforçar o desempenho ESG em todo o portefólio.

A estratégia é mantida através de avaliações contínuas de materialidade, do envolvimento das partes interessadas e de atualizações periódicas. Uma abordagem de cocriação — envolvendo líderes de negócio, conhecimento especializado do setor e enquadramento regulatório — apoia a definição de prioridades estratégicas, compromissos transversais, indicadores de desempenho e diretrizes mínimas ESG aplicáveis a todas as empresas do portefólio, assegurando o alinhamento, ao mesmo tempo que permite flexibilidade para responder a riscos emergentes.

Os riscos ESG são integrados no processo anual de avaliação de riscos, abrangendo dimensões financeiras, reputacionais, regulamentares e ambientais. A área de Sustentabilidade da Holding supervisiona a implementação da estratégia 2023–2026 e apoia as empresas do portefólio, que reportam atualizações anuais de desempenho e relatórios de progresso semestrais. Este modelo de governação reforça o papel da Sonae enquanto gestor ativo de portefólio, promovendo sinergias e a melhoria contínua em todo o Grupo.


## Eixos Estratégicos



<p><b>Compromissos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a adoção de critérios ESG na análise de investimentos e no processo de tomada de decisão</li> <li>• Garantir cadeias de abastecimento social e ambiental ambientalmente responsáveis</li> <li>• Promover comportamentos e escolhas mais sustentáveis pelos nossos clientes</li> </ul>	   
--	--

A base da estratégia de sustentabilidade da Sonae assenta na integração de critérios ESG no seu modelo de negócio, no enquadramento de governação e nos processos de tomada de decisão, assegurando que as considerações de sustentabilidade orientam a estratégia corporativa, a mitigação de riscos e a criação de valor.


Os princípios ESG estão incorporados nos processos de planeamento estratégico e de gestão de risco em todo o Grupo. As empresas do portefólio são obrigadas a adotar diretrizes claras de sustentabilidade, alinhar as práticas de reporte e monitorizar indicadores de desempenho. Os critérios ESG refletem-se também na gestão de fornecedores, nas políticas de aprovisionamento e no desenvolvimento de produtos, reforçando uma conduta empresarial responsável ao longo de toda a operação.

<p><b>Compromissos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Neutralidade carbónica das operações (âmbito 1 + 2)</li> <li>• Agir ativamente para a redução das emissões GEE de âmbito 3</li> </ul>	<p><b>Objectivos</b> Emissões GEE (âmbitos 1 + 2)</p>  <p><b>Reduzir em 53% até 2032</b></p> <p><b>Atingir neutralidade carbónica até 2040</b></p>
---	---

A mitigação das alterações climáticas continua a ser uma prioridade estratégica para a Sonae, tendo em conta as suas implicações para a continuidade do negócio e as expectativas das partes interessadas. O Grupo segue uma trajetória estruturada rumo à neutralidade carbónica, alinhada com a iniciativa Science-Based Targets (SBTi).

Os esforços concentram-se no aumento da autonomia energética através da expansão progressiva da produção própria de energia renovável, em paralelo com medidas de descarbonização para reduzir as emissões diretas e indiretas, complementadas por iniciativas de compensação quando necessário. Os planos de transição energética privilegiam fontes renováveis, apoiando o desempenho ambiental e a eficiência de custos a longo prazo.

## Eixo de Ação 2 | Valorizar a Biodiversidade e a Água


<b>Compromissos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Contribuir ativamente para travar e reverter a perda de biodiversidade até 2030</li><li>• Assegurar zero desflorestação nas operações e na cadeia de abastecimento</li><li>• Agir na proteção e na eficiência da utilização dos recursos hídricos</li></ul>	<b>Objectivo</b>  <b>Zero desflorestação até 2030</b>
---	---

A perda de biodiversidade e a escassez de água constituem riscos materiais para as empresas e para as comunidades. Enquanto Grupo dependente do capital natural, a Sonae está comprometida com a proteção e a restauração da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.

As empresas do portefólio realizam avaliações de impacto para definir metas e implementar medidas como o aprovisionamento responsável, a prevenção da conversão ou degradação de ecossistemas naturais, a eficiência no uso da água e a restauração de ecossistemas. O Grupo participa também em iniciativas multistakeholder, incluindo a Science-Based Targets Network (SBTN), a WBCSD Nature Action, a Act4nature, e aderiu aos Princípios do Oceano Sustentável do Pacto Global das Nações Unidas.

A Sonae reforçou ainda a sua ambição na proteção das florestas naturais através do Compromisso Zero Desflorestação Zero, prevenindo impactos decorrentes do aprovisionamento de matérias-primas críticas e da utilização do solo nas suas operações diretas.


## Eixo de Ação 3 | Promover a Circularidade

<b>Compromissos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Assegurar o aumento da circularidade dos produtos e serviços</li><li>• Garantir a valorização dos resíduos</li><li>• Promover o ecodesign nas embalagens de produtos de marca própria</li></ul>	<b>Objetivos</b> (produtos de marca própria)  <b>Até 2025:</b> <b>100%</b> do plástico das embalagens reutilizável, reciclável ou compostável <b>30%</b> plástico reciclado incorporado nas novas embalagens
---	--

A Sonae reconhece a necessidade de transitar de uma economia linear para uma economia circular, promovendo a eficiência na utilização de recursos, a redução de resíduos e o prolongamento do ciclo de vida dos materiais. O Grupo tem vindo a implementar iniciativas para reduzir o consumo de plástico e melhorar a reciclabilidade ao longo das suas operações, trabalhando em estreita colaboração com fornecedores para integrar princípios de circularidade no aprovisionamento e no desenvolvimento de produtos. A Sonae participa também em projetos de investigação e inovação focados em materiais sustentáveis e na melhoria da gestão de resíduos.

Desde 2020, a Sonae é membro do Pacto Português para os Plásticos, reforçando o seu compromisso com a redução da poluição por plástico e com a promoção de embalagens responsáveis. Este Pacto orienta adicionalmente as ações no sentido de uma utilização mais sustentável do plástico e do aumento da reciclagem.

## Eixo de Ação 4 | Potenciar o Desenvolvimento Humano

Compromissos	Objetivos
<ul style="list-style-type: none"><li>• Assegurar uma equipa diversa e satisfeita no ambiente de trabalho</li><li>• Promover a progressão de carreiras</li><li>• Apoiar continuamente a comunidade visando a sua resiliência e autonomia</li><li>• Dinamizar programas de educação para a comunidade enquanto promotores de igualdade de oportunidades</li></ul>	 <p><b>Paridade de Género até 2026</b></p> <p>(45% dos cargos de liderança ocupados por Mulheres)</p>

A Sonae coloca as pessoas no centro da sua estratégia de sustentabilidade, promovendo locais de trabalho inclusivos, diversos e socialmente responsáveis em todo o portefólio. O Grupo definiu como objetivo atingir 45% de representação feminina em posições de liderança até 2026, estando este objetivo associado à remuneração variável, de forma a reforçar a responsabilização.

A Sonae investe também na aprendizagem contínua, reskilling e upskilling, preparando os colaboradores para as exigências em constante evolução do mercado. As práticas laborais éticas são orientadas pela Política de Direitos Humanos, alinhada com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos. Para além do seu foco interno, a Sonae apoia iniciativas de desenvolvimento social em áreas como a educação, o emprego e a inclusão.

A implementação destas matérias é apoiada pelo Human Resources Consulting Group, patrocinado pelo CEO e pelo CDO, que promove boas práticas na gestão de talento, diversidade e desenvolvimento de liderança em todas as empresas do portefólio.

## SBM-2 Interesses e pontos de vista das partes interessadas

A Sonae está comprometida com um modelo estratégico orientado para as partes interessadas, assegurando o alinhamento entre a sua missão e os interesses daqueles que são afetados pelas suas atividades. Através de um envolvimento proativo, o Grupo promove a confiança, a transparência e a criação de valor a longo prazo.

O envolvimento com as partes interessadas segue um processo de identificação, análise, planeamento e implementação, permitindo uma abordagem equilibrada ao negócio, ao mesmo tempo que identifica oportunidades de melhoria e áreas de crescimento. Dada a diversidade de expectativas entre os diferentes grupos de partes interessadas, o envolvimento é adaptado em conformidade.

Os órgãos de supervisão da Sonae são informados sobre as perspetivas e interesses das partes interessadas principalmente no contexto dos processos de definição estratégica do Grupo e das iniciativas relacionadas com a materialidade, nas quais as partes interessadas desempenham um papel relevante. Estes processos fornecem contributos estruturados sobre as perspetivas das partes interessadas relativamente aos impactos relacionados com a sustentabilidade. Sempre que necessário, os resultados destas iniciativas são comunicados aos órgãos de governação relevantes para apoiar a explicação dos resultados, informar a tomada de decisão e assegurar a devida consideração dos impactos relacionados com a sustentabilidade ao nível estratégico e de supervisão.



Partes Interessadas	Temas Relevantes	Como Envolvermos e Apoiamos	Frequência de Envolvimento	Dimensão ESG	Objetivo Estratégico
<b>As Nossas Pessoas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistemas de remuneração justos e transparentes</li> <li>• Crescimento profissional e desenvolvimento de carreira</li> <li>• Equilíbrio entre vida profissional e pessoal e bem-estar</li> <li>• Diversidade, equidade e inclusão</li> <li>• Modalidades de trabalho flexíveis</li> <li>• Cultura de inovação e colaboração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Políticas competitivas de remuneração fixa e variável</li> <li>• Aprendizagem contínua, mentoria e programas de upskilling</li> <li>• Modelos de trabalho flexíveis e ágeis</li> <li>• Iniciativas de diversidade e equilíbrio de género</li> <li>• Diálogo regular com colaboradores</li> <li>• Inquéritos de clima organizacional e Employee Net Promoter Score (eNPS)</li> </ul>	Inquéritos eNPS duas vezes por ano Inquéritos de clima organizacional periodicamente	Social	Atrair, reter e desenvolver talento, promovendo uma cultura inclusiva e de elevado desempenho
<b>As Nossas Comunidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sustentabilidade e proteção ambiental</li> <li>• Impacto económico e social local positivo</li> <li>• Estilos de vida saudáveis</li> <li>• Biodiversidade e resiliência climática</li> <li>• Desenvolvimento de infraestruturas comunitárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciativas de ação climática e impacto ambiental</li> <li>• Programas de apoio e impacto comunitário</li> <li>• Campanhas de sensibilização</li> <li>• Projetos de reforestação e conservação</li> <li>• Voluntariado dos colaboradores</li> <li>• Atualizações ao Comité Executivo</li> </ul>	Implementação contínua de programas Reporte periódico ao Comité Executivo	Ambiental & Social	Criar um impacto positivo duradouro nas comunidades onde a Sonae opera
<b>As Nossas Empresas (Empresas do Portefólio)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desempenho sustentável de longo prazo</li> <li>• Apoio financeiro e operacional</li> <li>• Gestão da estrutura de capital</li> <li>• Alinhamento estratégico com autonomia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação do Comité Executivo nos Conselhos de Administração</li> <li>• Interação regular com CEOs</li> <li>• Supervisão financeira estratégica</li> <li>• Alinhamento de reuniões e ciclos de planeamento estratégico</li> <li>• Fóruns de colaboração entre empresas</li> </ul>	Participação contínua nos Conselhos Reuniões regulares com o CEO Ciclos anuais de planeamento estratégico	Todas as dimensões	Assegurar a criação de valor a longo prazo com alinhamento estratégico e independência operacional
<b>Os Nossos Investidores e Acionistas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento sustentável e rentável</li> <li>• Política de dividendos transparente</li> <li>• Estrutura de capital sólida</li> <li>• Alocação disciplinada de capital</li> <li>• Governação e consciência de risco</li> <li>• Reporte financeiro e ESG abrangente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatórios trimestrais de resultados</li> <li>• Pagamento de dividendos</li> <li>• Roadshows e reuniões com investidores</li> <li>• Assembleia Geral Anual</li> <li>• Website de relações com investidores e divulgações regulamentares</li> <li>• Comunicações financeiras e ESG integradas</li> <li>• Inquéritos de perceção</li> </ul>	Reporte trimestral Assembleia Geral Anual Reuniões regulares com investidores e roadshows Inquéritos de perceção periódicos	Todas as dimensões	Manter a confiança dos investidores e assegurar o acesso a capital sustentável
<b>Os Nossos Parceiros e Fornecedores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Confiança, ética e transparência</li> <li>• Oportunidades de crescimento do negócio</li> <li>• Alinhamento com compromissos de sustentabilidade</li> <li>• Colaboração de longo prazo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos de reuniões recorrentes</li> <li>• Implementação do Código de Conduta de Fornecedores</li> <li>• Avaliações de desempenho de fornecedores e ESG</li> <li>• Programas de formação e desenvolvimento (ex.: Clube de Produtores)</li> <li>• Iniciativas de partilha de conhecimento</li> </ul>	Colaboração contínua Avaliações periódicas de desempenho Reuniões regulares com fornecedores	Todas as dimensões	Reforçar uma cadeia de valor resiliente e responsável
<b>Organizações e Entidades Públicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conformidade legal e operações seguras</li> <li>• Alinhamento regulatório</li> <li>• Contributo para políticas públicas e boas práticas do setor</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diálogo construtivo com reguladores</li> <li>• Reuniões regulares e interação regulatória</li> <li>• Participação em 60 organizações nacionais e internacionais</li> <li>• Contributos para discussões de políticas</li> </ul>	Envolvimento regulatório contínuo Reuniões regulares Participação contínua em associações setoriais	Todas as dimensões	Assegurar a conformidade, antecipar desenvolvimentos regulatórios e contribuir para enquadramentos políticos sustentáveis

## SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio

A Sonae reconhece a importância de identificar e gerir de forma sistemática os impactos, riscos e oportunidades ao longo do seu portefólio diversificado. Enquanto holding, a Sonae integra considerações de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão, de modo a apoiar a resiliência a longo prazo e a criação de valor.

Em 2025, o Grupo realizou uma revisão da avaliação de materialidade de 2024. Embora a revisão tenha permanecido assente na mesma base de materialidade subjacente, foram introduzidos alguns ajustamentos, que resultaram em alterações ao conjunto de IROs materiais divulgados no período de reporte anterior. A natureza e a fundamentação dessas alterações são detalhadas na secção IRO-1 – Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais.

A abordagem estruturada aos IROs permite mitigar riscos, captar oportunidades emergentes e assegurar o alinhamento com requisitos regulamentares em evolução, incluindo a CSRD. Através da Avaliação de Dupla Materialidade, o Grupo está a integrar progressivamente os IROs nos processos de governação, gestão de risco e investimento, adaptando este enquadramento às diferentes realidades das suas subsidiárias. Trata-se de um processo em evolução, continuamente aperfeiçoado para responder a novos desafios.

Embora a Sonae ainda não tenha realizado uma análise financeira detalhada dos efeitos dos seus riscos e oportunidades materiais na sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa, o Grupo encontra-se a reforçar as suas metodologias e processos de recolha de dados, de forma a permitir uma avaliação mais robusta em períodos de reporte futuros.

Ainda assim, alguns efeitos financeiros já são observáveis a nível qualitativo. As oportunidades relacionadas com ganhos de eficiência e redução de emissões, nomeadamente através da transformação digital e de soluções logísticas de baixo carbono, estão a conduzir a um aumento do investimento (capex), com impactos positivos esperados nos custos operacionais e na eficiência ao longo do tempo. As iniciativas relacionadas com a economia circular e produtos sustentáveis também contribuem para o crescimento das receitas.

Por outro lado, os riscos materiais podem originar efeitos financeiros negativos. Os riscos relacionados com o clima, incluindo fenómenos meteorológicos extremos, podem aumentar os custos operacionais e provocar disrupções nas cadeias de abastecimento. Adicionalmente, riscos associados à escassez de recursos, biodiversidade e stress hídrico podem afetar os custos e a disponibilidade de inputs, enquanto riscos sociais e da cadeia de valor podem conduzir a um aumento dos custos de compliance e a potenciais impactos reputacionais.

Nesta fase, a Sonae não identificou quaisquer riscos ou oportunidades que se preveja venham a resultar num ajustamento significativo dos valores contabilísticos dos ativos e passivos no próximo período de reporte.

Mais informações sobre a resiliência da estratégia e do modelo de negócio face aos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a sustentabilidade, em particular no âmbito das alterações climáticas e da biodiversidade, podem ser encontradas nos pontos seguintes.

### Materialidade das Alterações Climáticas

Em alinhamento com o Acordo de Paris e as orientações europeias, a Sonae adota uma abordagem integrada para mitigar os impactos e riscos relacionados com o clima ao longo da sua cadeia de valor. Neste contexto, a resiliência climática e a análise de riscos estão integradas na sua estratégia de sustentabilidade e no planeamento da continuidade do negócio.

A Sonae estabeleceu um enquadramento de governação robusto que integra a análise de riscos climáticos nos processos de tomada de decisão a todos os níveis da organização. Esta abordagem é detalhada nas subsecções GOV-1 – Papel dos órgãos de administração, gestão e supervisão e GOV-2 – Informação disponibilizada e matérias de sustentabilidade tratadas pelos órgãos de administração, gestão e supervisão da empresa.

Desde 2021, o Risk Management Advisory Group implementa o enquadramento TCFD para identificar e avaliar riscos e oportunidades climáticas materiais em diferentes cenários e horizontes temporais. Esta avaliação tem sido realizada anualmente, tendo a última atualização completa ocorrido em 2024, e inclui, desde 2022, a avaliação dos potenciais impactos financeiros nas empresas do portefólio. Na sequência da integração das recomendações TCFD nas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), o processo encontra-se em revisão para assegurar o alinhamento com os requisitos das ESRS e as expectativas regulamentares em evolução.

A Sonae avaliou a sua exposição e resiliência a riscos climáticos com base em dois cenários do IPCC: RCP2.6 e RCP8.5. O cenário RCP2.6 assume uma transição rápida para uma economia de baixo carbono, refletindo menores riscos de transição e impactos físicos mais moderados, ao mesmo tempo que evidencia oportunidades associadas à inovação, eficiência energética e investimento em energias renováveis; o cenário RCP8.5 representa uma trajetória de elevadas emissões, na qual a Sonae avalia riscos de transição mais severos — impulsionados por mudanças abruptas nos enquadramentos regulamentares ou de mercado — bem como riscos físicos mais elevados, incluindo efeitos climáticos crónicos e eventos meteorológicos extremos. Estes cenários são analisados em três horizontes temporais (presente, 2030 e 2050), de forma a identificar impactos, riscos e oportunidades relevantes para as diferentes áreas de negócio.

Esta abordagem permitiu identificar vulnerabilidades e desenvolver medidas de mitigação e adaptação, reforçando a resiliência operacional e a continuidade do negócio. A análise de resiliência climática foi estruturada em torno de duas dimensões principais:

- A avaliação e gestão de riscos e oportunidades de transição associados à passagem para uma economia de baixo carbono, incluindo desenvolvimentos macroeconómicos, regulamentares, tecnológicos e de mercado;
- A avaliação dos riscos físicos climáticos, considerando tanto alterações crónicas como eventos extremos agudos que podem afetar as operações.

A análise de cenários de resiliência foi realizada tanto ao nível dos ativos como do modelo de negócio, conforme aplicável. Os resultados evidenciam um contraste claro entre as duas trajetórias. No cenário RCP2.6, a ação antecipada, a coerência regulatória e a adoção atempada de tecnologia contribuem para uma perspetiva mais resiliente para os negócios da Sonae, apesar da persistência de riscos de mercado e físicos; o cenário RCP8.5 reflete um contexto mais adverso, com riscos de mercado, regulamentares e físicos agravados, uma resposta tecnológica mais lenta e maior fragmentação regulatória.

O exercício de resiliência abrange diretamente todas as operações e, de forma indireta, a cadeia de valor a montante e a jusante, identificando e quantificando os riscos associados sempre que possível e aplicável, num processo em evolução. O desenvolvimento adicional de medidas de mitigação pode ser consultado na subsecção E1-3 – Ações e recursos relativos às políticas de alterações climáticas.

Riscos	Relevância para as empresas da Sonae	Pressupostos num cenário de 1,5°C: a sociedade concretiza com sucesso os esforços de descarbonização	Pressupostos num cenário de 4°C: a sociedade falha na concretização dos esforços de descarbonização	Principais Medidas de Mitigação
<b>Mercado</b>	Incerteza associada à evolução do mercado, como alterações nos preços da energia. Adaptação ao aumento da mobilidade elétrica.	Maior procura por fontes de energia renovável e menor dependência de combustíveis fósseis. Maior procura por conveniência no carregamento elétrico	Maior dependência de combustíveis fósseis face ao cenário de 1,5°C. Sem impacto da conveniência da mobilidade elétrica no fluxo de clientes.	As empresas integram medidas de eficiência energética, diversificam a sua estratégia de aquisição de energia e investem na produção de energia renovável no local para reduzir a exposição à volatilidade dos custos energéticos.
<b>Tecnologia</b>	Adoção de tecnologias de baixas emissões para reduzir as emissões da empresa.	Maior procura por soluções tecnológicas necessárias para reduzir as emissões de GEE num horizonte temporal mais curto.	Menor procura por essas tecnologias no curto prazo.	Investimento em soluções escaláveis e custo-eficazes que reduzam as emissões de gases com efeito de estufa (GEE). A empresa segue uma abordagem faseada na adoção tecnológica, assegurando flexibilidade face à evolução do mercado e das exigências regulatórias.
<b>Regulatório</b>	A regulamentação poderá levar a custos acrescidos com impacto na rentabilidade, embora após 2040 se preveja emissões nulas, em linha com o compromisso de mitigação da Sonae.	Aumento da regulamentação e do preço do carbono à medida que os governos implementam políticas mais rigorosas para limitar as emissões. Aumento dos custos de adaptação de ativos, de acordo com os requisitos legais.	Regulamentação fragmentada e inconsistente. Falta de incentivos para a descarbonização.	A empresa adota uma abordagem proativa à redução de emissões, alinhando-se com as tendências regulamentares para mitigar potenciais aumentos de custos e salvaguardar a rentabilidade, antecipando o objetivo de emissões líquidas nulas até 10 anos antes do compromisso da UE.
<b>Reputacional</b>	As preocupações das partes interessadas podem afetar a reputação da marca e influenciar as decisões dos <i>stakeholders</i> em relação às empresas do grupo.	Espera-se um aumento da preocupação das partes interessadas, à medida que as empresas enfrentam maior pressão para cumprir os compromissos climáticos e avançar no sentido do cenário de 1,5°C.	Embora subsistam algumas preocupações, os principais <i>stakeholders</i> , como investidores, governos e fornecedores, poderão demonstrar menor atenção.	Reforço dos compromissos de sustentabilidade, aumento da transparência e envolvimento ativo com as partes interessadas para alinhar com as expectativas em evolução. As empresas integram a ação climática na sua estratégia de negócio para manter a confiança e proteger o valor das marcas.
<b>Físico</b>	Os eventos meteorológicos extremos podem expor os ativos a riscos climáticos como inundações, ondas de calor e stress hídrico.	Os eventos meteorológicos extremos continuarão a existir, mas poderão ser menos frequentes face a cenários de aquecimento mais elevado.	Os eventos meteorológicos extremos tornam-se mais frequentes, intensos e com impacto em regiões mais vastas.	As empresas implementam medidas de adaptação para mitigar os riscos associados a fenómenos meteorológicos extremos, assegurando a resiliência dos ativos e operações face a perturbações climáticas como inundações, calor extremo e escassez de água.



Embora os riscos sejam geridos ao nível de cada empresa, a holding monitoriza aqueles com maior materialidade. Na atualização mais recente, os mais significativos foram:

- Risco físico (agudo) – aumento da severidade de eventos meteorológicos extremos, particularmente cheias;
- Risco de transição (político/legal) – aumento do preço do carbono.

A tabela seguinte apresenta o potencial impacto financeiro destes riscos materiais no cenário climático mais exigente (IPCC RCP2.6, 1,5°C), considerando o horizonte de médio prazo de 2030.

Categoria de risco climático	Risco	Impacto potencial num cenário de 1.5°C para 2030		
		Min (€)	Max (€)	
<b>Físico - Agudo</b>	Aumento da severidade dos fenómenos meteorológicos extremos, como inundações			
<b>Transitório - Político e legal</b>	Aumento do preço do carbono			
Montante (Euro)	< 10m	10m -30m	30m – 90m	> 90m

A Sonae integra a resiliência climática no seu enquadramento estratégico, assegurando a capacidade de adaptar o seu modelo de negócio aos riscos e oportunidades relacionados com o clima no curto, médio e longo prazo. Para manter um acesso competitivo ao capital, o Grupo recorre a instrumentos de financiamento sustentável, incluindo empréstimos ligados à sustentabilidade (*sustainability-linked loans*), alinhando-se simultaneamente com as expectativas dos investidores em matéria de desempenho ESG.

As prioridades de investimento incluem a eficiência energética, a implementação de energias renováveis e infraestruturas resilientes ao clima, reduzindo o risco de ativos obsoletos (*stranded assets*). Em paralelo, a Sonae está a alinhar progressivamente o seu portefólio de produtos e serviços com uma economia de baixo carbono, através da integração de princípios de circularidade, da expansão de opções de consumo sustentável e do reforço de soluções digitais que reduzem o impacto ambiental.

Reconhecendo a importância de uma força de trabalho preparada para a transição verde, a Sonae investe em iniciativas de *reskilling* e *upskilling* para apoiar a implementação de medidas de sustentabilidade ao longo das suas operações. Através desta abordagem integrada, o Grupo reforça a sua competitividade a longo prazo e contribui para a transição para uma economia mais sustentável.

#### Materialidade da Biodiversidade e dos Ecossistemas

A Sonae continua a aperfeiçoar a identificação e quantificação dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a Natureza, orientando-se pelos princípios da dupla materialidade e por referenciais reconhecidos, como a SBTN e a TNFD. Os atuais IROs foram

identificados com o envolvimento de partes interessadas internas e externas, recorrendo a metodologias que incluem análise documental (*desk research*), projeções do IPCC, avaliações de materialidade e análises de cenários, suportadas por julgamento especializado.

Embora as operações dependam de recursos naturais estáveis, podem também contribuir para a desflorestação, degradação dos ecossistemas, sobre-exploração de espécies, stress hídrico e poluição, gerando riscos na cadeia de abastecimento, riscos regulamentares e reputacionais. Estas pressões são agravadas pelas alterações climáticas, afetando a disponibilidade de recursos e setores como a agricultura, as pescas e a indústria. Para responder a estes desafios, a Sonae investe em circularidade, eficiência hídrica e aprovisionamento sustentável ao longo das suas operações e da cadeia de valor. O compromisso de Desflorestação Zero até 2030 é um exemplo desta abordagem, contribuindo para a proteção das florestas tropicais e da biodiversidade, ao mesmo tempo que apoia a mitigação das alterações climáticas e cadeias de valor mais resilientes.

As empresas do portefólio estão a reforçar a rastreabilidade de matérias-primas, o mapeamento da cadeia de abastecimento e a medição das pressões ambientais nos processos de aprovisionamento e nas operações. Mecanismos de monitorização e controlo reforçados apoiam a mitigação eficaz dos impactos na biodiversidade. Paralelamente, as empresas investem em soluções inovadoras para a conservação da biodiversidade e da água, promovem parcerias estratégicas e colaboração intersetorial e recorrem à tecnologia para melhorar a eficiência dos recursos, prevenir a poluição e restaurar ecossistemas, gerando valor a longo prazo tanto para a natureza como para o negócio.

#### Materialidade da Força de Trabalho Própria

Os impactos, riscos e oportunidades relacionados com a força de trabalho são identificados de forma sistemática e integrados nos processos de tomada de decisão. Esta abordagem abrange todos os colaboradores e não colaboradores que integram a força de trabalho da Sonae, incluindo indivíduos envolvidos através de prestadores de serviços terceiros. Os impactos relacionados com a força de trabalho são considerados ao longo das operações próprias, assegurando uma abordagem estruturada à gestão de efeitos tanto positivos como negativos.

A Sonae promove impactos positivos através de iniciativas que reforçam a qualidade do emprego, a mobilidade social e a progressão de carreira, incluindo programas de desenvolvimento de competências, formação em liderança e políticas de diversidade e inclusão. Estas ações estão alinhadas com o eixo estratégico “Potenciar o Desenvolvimento Humano” e encontram-se integradas no desenho de programas, na mitigação de riscos e na definição de objetivos de desempenho, sem necessidade de alterações estruturais ao modelo de negócio. Não foram identificados impactos negativos significativos nem riscos de trabalho infantil ou forçado nas operações próprias, sendo realizadas avaliações regulares para garantir o cumprimento de práticas laborais éticas.

A atração e retenção de talento estão estreitamente ligadas à estratégia de portefólio do Grupo, com a integração de critérios ESG na gestão de capital humano, de forma a abordar proativamente os IROs relacionados com a força de trabalho. Embora determinados grupos — como colaboradores de loja na linha da frente, pessoas com deficiência ou trabalhadores em contextos de menor rendimento — possam estar mais expostos a riscos específicos, não foram identificados riscos materiais neste âmbito nas operações das empresas.

### Materialidade dos Trabalhadores na Cadeia de Valor

A Sonae está comprometida com a promoção de práticas laborais responsáveis ao longo da sua cadeia de valor, integrando critérios ESG na gestão de fornecedores e nos processos de aprovisionamento. Esta abordagem está alinhada com referenciais internacionais, incluindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, as normas da OIT e as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, estando refletida no Código de Ética e Conduta da Sonae, no Código de Conduta de Fornecedores e na Política de Direitos Humanos.

Os contratos com fornecedores incluem compromissos sociais e ambientais, sendo a conformidade monitorizada através de auditorias, entrevistas e canais de feedback. Mecanismos de reparação, incluindo canais de denúncia e a Provedoria, permitem a comunicação confidencial de preocupações. São realizadas auditorias ESG em todas as subsidiárias, com maior enfoque em geografias de maior risco.

A avaliação de materialidade identificou três impactos negativos materiais relacionados com trabalhadores na cadeia de valor, especificamente no que diz respeito a salários adequados, saúde e segurança, e condições de tempo de trabalho. Podem surgir impactos potenciais quando fornecedores ou prestadores de serviços operam em contextos onde os trabalhadores podem não receber salários justos ou onde horários de trabalho exigentes podem afetar o seu bem-estar. Adicionalmente, podem ocorrer impactos reais através de incidentes isolados de saúde e segurança envolvendo trabalhadores ou prestadores de serviços na cadeia de valor.

Estes impactos são considerados baseados em incidentes ou específicos de contexto, e não generalizados ou sistémicos ao longo da cadeia de valor da Sonae. Podem ocorrer em determinadas relações com fornecedores, setores ou geografias, sendo abordados através de processos de *due diligence*, requisitos contratuais, atividades de monitorização e envolvimento com fornecedores.

Os trabalhadores ao longo das cadeias de valor a montante e a jusante estão incluídos no âmbito de avaliação. No entanto, os mecanismos de envolvimento continuam a ser predominantemente intermediados, não existindo ainda um processo sistemático que assegure a sensibilização direta ou inclusão de todos os grupos de trabalhadores. Determinados grupos — como trabalhadores migrantes, mulheres ou trabalhadores em geografias de maior risco — podem ser mais vulneráveis a violações laborais, embora não tenham sido identificados impactos generalizados ou sistémicos associados a estas características.

### Materialidade dos Consumidores e Utilizadores Finais

As abordagens relacionadas com consumidores são definidas ao nível de cada unidade de negócio, e não através de um enquadramento transversal ao Grupo, uma vez que a exposição varia consoante os setores. Enquanto os negócios de retalho e digitais têm uma interação direta significativa com os consumidores, outros negócios apresentam um contacto mais limitado. A Sonae reconhece os consumidores e utilizadores finais como partes interessadas-chave e gere os impactos, riscos e oportunidades materiais associados à qualidade e segurança de produtos e serviços, práticas comerciais justas, proteção de dados, transparência e acesso a mecanismos de reparação eficazes através de um enquadramento estruturado de governação e políticas.

Ao nível do Grupo, políticas transversais (incluindo a Política de Direitos Humanos, o Código de Ética e Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores) estabelecem princípios gerais aplicáveis a todos os negócios e geografias. Cada negócio gere os seus próprios impactos, riscos e oportunidades relacionados com consumidores, em conformidade com a regulamentação aplicável e as normas do setor.

Nos negócios com contacto direto com o consumidor, as expectativas relativas à qualidade e segurança dos produtos, proteção de dados e acesso à informação estão integradas na estratégia, nas decisões operacionais, na inovação e na gestão de risco. A evolução regulamentar e as tendências de consumo influenciam igualmente as prioridades do negócio. A gestão dos riscos e oportunidades materiais varia entre unidades de negócio, com foco na garantia da qualidade, fiabilidade do serviço, segurança digital e promoção de escolhas mais sustentáveis. O envolvimento contínuo com consumidores e a monitorização do mercado apoiam a mitigação de riscos e a identificação de oportunidades.

Os consumidores e utilizadores finais sujeitos a impactos materiais incluem indivíduos que adquirem e utilizam produtos e serviços da Sonae, especialmente nos negócios de retalho e digitais. Isto inclui utilizadores de plataformas digitais, que podem estar expostos a riscos relacionados com privacidade e cibersegurança; consumidores que dependem de informação precisa e acessível sobre produtos e serviços, como rotulagem nutricional e rastreabilidade; e grupos potencialmente mais expostos a riscos, incluindo crianças, utilizadores digitais frequentes e consumidores com restrições alimentares. Embora estes grupos possam estar mais expostos a determinados riscos, não foram identificados riscos materiais específicos associados a grupos concretos de consumidores.

Embora as iniciativas sejam implementadas de forma independente por cada negócio, existem prioridades comuns, como a privacidade de dados, saúde e segurança, informação precisa sobre produtos e educação do consumidor. Estas considerações influenciam o desenvolvimento de produtos, as estratégias de comunicação, o investimento em cibersegurança, o controlo de qualidade e o apoio pós-venda.

Não foram identificados impactos negativos materiais generalizados ou sistémicos sobre consumidores e utilizadores finais. Os impactos negativos reportados dizem respeito sobretudo a questões isoladas relacionadas com produtos, reclamações de serviço ou incidentes de dados, que são tratados através de procedimentos estabelecidos de gestão de reclamações, resposta a incidentes e garantia de qualidade.

### **Impactos, Riscos e Oportunidades da Sonae**

Os Impactos, Riscos e Oportunidades (IROs) consolidados ao nível do Grupo são apresentados de seguida, indicando a sua categorização, horizonte temporal e posição na cadeia de valor, bem como a representação das empresas do Grupo relevantes.

Categorias	Horizontes de Tempo	Cadeia de Valor
P+ Impacto Positivo Potencial	C Curto prazo - Período de reporte	U Montante
P- Impacto Negativo Potencial	M Médio prazo - Até 5 anos	O Operações Próprias
A+ Impacto Positivo Real	L Longo prazo - Mais de 5 anos	D Jusante
A- Impacto Negativo Real		
R Risco		
O Oportunidade		

Tópico	Descrição	Categoria	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor	Materialidade - Grupo Sonae							
					Bright Pixel	MC	Musti	Público	Salsa	Sierra	Sparkfood	Worten
E1 - Alterações Climáticas	Emissões de GEE geradas diretamente pelas operações da empresa (ex.: energia usada nas instalações, viaturas da empresa, etc.)	A-	C	O		•			•	•	•	•
E1 - Alterações Climáticas	Emissões de GEE a montante e a jusante (atividades ao longo da cadeia de valor, incluindo produção de bens e serviços por fornecedores, extração de matérias-primas, transporte e distribuição, logística, armazenagem, uso e fim de vida de produtos/serviços, etc.)	A-	C	U   D		•			•	•	•	•
E1 - Alterações Climáticas	Contributo para a mitigação climática através do aumento da consciencialização e promoção de práticas amigas do ambiente junto das partes interessadas	A+	C	U   O   D		•	•	•				•
E1 - Alterações Climáticas	Ganhos de eficiência e redução de emissões através da transformação digital e logística de baixo carbono	O	M	U   O   D		•		•	•		•	•
E1 - Alterações Climáticas	Crescimento através de modelos circulares e positivos para a natureza, incluindo modelos baseados em reparação e regeneração da produção	O	M	U   O   D		•			•		•	•
E1 - Alterações Climáticas	Maior resiliência da cadeia de valor através da implementação de medidas de adaptação climática (ex.: formação de fornecedores em práticas de agricultura regenerativa, alteração de fontes de abastecimento, etc.)	P+	C   L	U		•						•
E1 - Alterações Climáticas	Aumento da frequência de fenómenos meteorológicos extremos (ex.: cheias, vagas de calor), que pode perturbar operações e rotas de transporte (riscos agudos)	R	C	U   O   D		•			•	•	•	•
E1 - Alterações Climáticas	Consumo de energia baseada em combustíveis fósseis nas operações próprias	A-	C	O					•		•	•

Categorias	Horizontes de Tempo	Cadeia de Valor
P+ Impacto Positivo Potencial	C Curto prazo - Período de reporte	U Montante
P- Impacto Negativo Potencial	M Médio prazo - Até 5 anos	O Operações Próprias
A+ Impacto Positivo Real	L Longo prazo - Mais de 5 anos	D Jusante
A- Impacto Negativo Real		
R Risco		
O Oportunidade		

Tópico	Descrição	Categoria	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor	Materialidade - Grupo Sonae								
					Bright Pixel	MC	Musti	Público	Salsa	Sierra	Sparkfood	Worten	
E3 - Água e Recursos Hídricos	Consumo de água em zonas de elevado stress hídrico	A-	C	U   O   D		•			•		•		
E3 - Água e Recursos Hídricos	Benefícios de rastreabilidade (ex.: acesso a mercados premium e mitigação de risco) através de certificação sustentável e cadeias de valor marinhas transparentes	O	M   L	U		•							
E4 - Biodiversidade e Ecossistemas	Desflorestação, perda de biodiversidade e disrupção de ecossistemas	P-	L	U									
E4 - Biodiversidade e Ecossistemas	Diminuição da proposta de valor devido à menor variedade e disponibilidade de recursos naturais	R	M	U		•			•		•		
E4 - Biodiversidade e Ecossistemas	Melhor tomada de decisão através da avaliação de impacto na biodiversidade, permitindo escolhas estratégicas mais informadas, responsáveis e de longo prazo em terra, materiais e processos produtivos	O	M	U   O		•							
E4 - Biodiversidade e Ecossistemas	Inovação e ganhos de produtividade através de práticas agrícolas regenerativas, sustentáveis e tecnológicas	O	M	U		•			•		•		
E4 - Biodiversidade e Ecossistemas	Redução da produtividade agrícola devido à degradação do solo	R	M	U		•			•		•		

Categorias	Horizontes de Tempo	Cadeia de Valor
P+ Impacto Positivo Potencial	C Curto prazo - Período de reporte	U Montante
P- Impacto Negativo Potencial	M Médio prazo - Até 5 anos	O Operações Próprias
A+ Impacto Positivo Real	L Longo prazo - Mais de 5 anos	D Jusante
A- Impacto Negativo Real		
R Risco		
O Oportunidade		

Tópico	Descrição	Categoria	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor	Materialidade - Grupo Sonae								
					Bright Pixel	MC	Musti	Público	Salsa	Sierra	Sparkfood	Worten	
E5 - Recursos e Economia Circular	Maior utilização de matérias-primas escassas e não renováveis, contribuindo para a depleção de recursos, degradação de ecossistemas e pressão sobre fontes naturais	P-	M	U   O		•				•			
E5 - Recursos e Economia Circular	Maior integração de materiais sustentáveis e reciclados como inputs	A+	M	U   O		•	•				•	•	
E5 - Recursos e Economia Circular	Promoção de práticas sustentáveis na produção e maior consciencialização junto de fornecedores (ex.: iniciativas como Clube de Produtores Continente, Código de Conduta de Fornecedores com critérios ESG)	P+	C   M	U		•					•	•	
E5 - Recursos e Economia Circular	Circularidade nos sistemas de produto levando à redução da geração de resíduos	A+	C   M	O			•		•		•	•	
E5 - Recursos e Economia Circular	Modelos circulares, prolongando a vida útil dos produtos (ex.: reparação, aluguer, 2ª mão e soluções baseadas em serviços)	O	M	U   D		•			•				•
E5 - Recursos e Economia Circular	Geração e eliminação de resíduos ao longo da cadeia de valor (produção, operações e uso)	A-	C	U   O   D					•		•		
E5 - Recursos e Economia Circular	Separação e reciclagem adequadas dos resíduos gerados nas operações próprias, que contribuem para a preservação de recursos naturais	A+	C	O			•	•					

Categorias	Horizontes de Tempo	Cadeia de Valor
P+ Impacto Positivo Potencial	C Curto prazo - Período de reporte	U Montante
P- Impacto Negativo Potencial	M Médio prazo - Até 5 anos	O Operações Próprias
A+ Impacto Positivo Real	L Longo prazo - Mais de 5 anos	D Jusante
A- Impacto Negativo Real		
R Risco		
O Oportunidade		

Tópico	Descrição	Categoria	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor	Materialidade - Grupo Sonae							
					Bright Pixel	MC	Musti	Público	Salsa	Sierra	Sparkfood	Worten
S1 - Colaboradores	Melhoria da produtividade através de automação e estratégias de otimização do tempo	O	M	O		•		•	•	•	•	•
S1 - Colaboradores	Redução da pobreza e aumento de oportunidades sociais através de remuneração adequada	A+	C	O		•				•		•
S1 - Colaboradores	Redução de absentismo e maior motivação e resiliência, suportadas por iniciativas de saúde e segurança no local de trabalho	O	M	O		•			•	•		
S1 - Colaboradores	Maior estabilidade social e bem-estar através de emprego estável	P+	M	O		•				•		•
S1 - Colaboradores	Contributo para uma sociedade mais inclusiva através de iniciativas de diversidade no local de trabalho	P+	C   M	O		•	•				•	•
S1 - Colaboradores	Aumento do conhecimento, desenvolvimento e mobilidade social através de formação e progressão de carreira	A+	C	O		•	•		•	•	•	•
S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Contributo limitado para desenvolvimento económico local e mobilidade social devido a colaboração com fornecedores que não garantem salários justos	P-	C   M   L	U							•	•
S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Acidentes relacionados com trabalhadores na cadeia de valor e prestadores de serviços	A-	C   M	U			•				•	
S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Redução do bem-estar de trabalhadores e prestadores de serviços devido a horários exigentes	P-	M	U							•	

Categorias	Horizontes de Tempo	Cadeia de Valor
P+ Impacto Positivo Potencial	C Curto prazo - Período de reporte	U Montante
P- Impacto Negativo Potencial	M Médio prazo - Até 5 anos	O Operações Próprias
A+ Impacto Positivo Real	L Longo prazo - Mais de 5 anos	D Jusante
A- Impacto Negativo Real		
R Risco		
O Oportunidade		

Tópico	Descrição	Categoria	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor	Materialidade - Grupo Sonae							
					Bright Pixel	MC	Musti	Público	Salsa	Sierra	Sparkfood	Worten
S4 - Consumidores e utilizadores finais	Ameaças financeiras, operacionais e reputacionais decorrentes de violações de dados pessoais ou ciberataques	R	M	O   D		•	•	•	•		•	•
S4 - Consumidores e utilizadores finais	Resiliência operacional e ganhos reputacionais através de investimento em tecnologia de privacidade	O	M	D		•		•				•
S4 - Consumidores e utilizadores finais	Redução da segurança do consumidor devido a falta de procedimentos de segurança para produtos e serviços	P-	M	D			•					•
S4 - Consumidores e utilizadores finais	Segurança e desempenho do produto impulsionados por inovação e padrões de qualidade certificados	O	M	D		•			•		•	•
Desenvolvimento das Comunidades	Capacitação da comunidade através de informação, iniciativas de educação de saúde	A+	C	O   D		•		•				
Desenvolvimento das Comunidades	Desenvolvimento económico e fortalecimento da coesão social	A+	C	U   O   D		•						•



Categorias	Horizontes de Tempo	Cadeia de Valor
P+ Impacto Positivo Potencial	C Curto prazo - Período de reporte	U Montante
P- Impacto Negativo Potencial	M Médio prazo - Até 5 anos	O Operações Próprias
A+ Impacto Positivo Real	L Longo prazo - Mais de 5 anos	D Jusante
A- Impacto Negativo Real		
R Risco		
O Oportunidade		

Tópico	Descrição	Categoria	Horizonte Temporal	Cadeia de Valor	Materialidade - Grupo Sonae								
					Bright Pixel	MC	Musti	Público	Salsa	Sierra	Sparkfood	Worten	
G1 - Conduta Empresarial	Maior envolvimento dos colaboradores, motivação, confiança e responsabilidade cívica através da promoção de uma cultura corporativa saudável	A+	C	O		•				•			•
G1 - Conduta Empresarial	Melhoria do bem-estar através de engagement e propósito no trabalho	P+	M	O		•							•
G1 - Conduta Empresarial	Maior proteção de indivíduos e promoção de comportamento ético através de mecanismos de denúncia e proteção de denunciantes	A+	C	U   O   D		•		•				•	•
G1 - Conduta Empresarial	Aumento do bem-estar animal através de iniciativas de cuidados e saúde	A+	C	O			•						
G1 - Conduta Empresarial	Redução do bem-estar animal devido ao uso de produtos de origem animal ou testes em animais	A-	C	U   O		•							
G1 - Conduta Empresarial	Melhoria do desempenho sustentável na cadeia de valor através de compras responsáveis e parcerias alinhadas com critérios ESG	O	C	U		•						•	•

## IRO-1 Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais

A Sonae implementou um processo abrangente de Avaliação de Dupla Materialidade (DMA) para identificar os impactos, riscos e oportunidades (IROs) mais relevantes ao longo das suas operações e cadeia de valor. O processo é orientado pelos requisitos da CSRD, alinhado com a visão de sustentabilidade da Sonae e suportado por uma metodologia consistente e pelo envolvimento das partes interessadas em todas as subsidiárias.

Na sequência da primeira avaliação alinhada com a CSRD realizada em 2024, a Sonae procedeu, em 2025, à revisão deste processo de DMA, com o objetivo de melhorar a metodologia e assegurar um maior alinhamento com os requisitos regulamentares e as necessidades internas, nomeadamente ao nível da granularidade e relevância estratégica dos resultados. Esta abordagem de melhoria contínua resultou num enquadramento metodológico mais robusto, que combina a harmonização ao nível do Grupo com a avaliação ao nível das subsidiárias.

### Metodologia da Avaliação de Dupla Materialidade

A DMA avalia:

- **Materialidade de Impacto** (perspetiva inside-out), através da identificação dos efeitos das atividades do Grupo e da sua cadeia de valor sobre as pessoas e o ambiente;
- **Materialidade Financeira** (perspetiva outside-in), através da avaliação dos riscos e oportunidades que podem afetar os fluxos de caixa, o desempenho financeiro, o desenvolvimento e a posição do Grupo.

A DMA da Sonae seguiu uma abordagem em quatro fases, baseada nas orientações da EFRAG:

- **Preparação e Análise Preliminar:** alinhamento do processo com os objetivos da Sonae, revisão da cadeia de valor, definição dos principais temas ESG e IROs e definição dos limiares de materialidade. A identificação dos IROs materiais foi suportada por múltiplas fontes, incluindo análises de avaliações de materialidade anteriores, análises comparativas de relatórios de outras empresas do setor e outros referenciais relevantes, como SASB e ENCORE.
- **Envolvimento das Partes Interessadas:** identificação e consulta de partes interessadas-chave para recolher contributos sobre a materialidade dos temas e dos IROs.

- **Avaliação de Materialidade:** análise da materialidade de impacto e financeira em todas as subsidiárias, com base nos contributos das partes interessadas e nos requisitos da CSRD.
- **Visualização dos Resultados:** apresentação dos resultados para cada subsidiária e para a avaliação consolidada da dupla materialidade do Grupo.

Em 2025, a lista de IROs de 2024 foi revista com o objetivo de harmonizar as descrições entre subsidiárias, eliminar redundâncias e assegurar clareza, relevância e consistência entre entidades. Esta lista preliminar foi revista e validada por cada subsidiária, incorporando perspetivas locais para refletir contextos operacionais e geográficos específicos. Posteriormente, foi realizada uma avaliação *bottom-up*, na qual as subsidiárias avaliaram cada IRO com base em critérios de pontuação revistos. Estes critérios foram reforçados para garantir maior alinhamento com o enquadramento de Gestão de Risco Empresarial (Enterprise-Wide Risk Management – EWRM) da Sonae e aumentar a granularidade e comparabilidade dos resultados.

A materialidade de impacto foi avaliada de acordo com as ESRS, com base em:

- **Gravidade**, avaliada através de:
  - Escala: a extensão do impacto nas pessoas ou no ambiente;
  - Âmbito: o número de pessoas ou a área geográfica afetada;
  - Irremediabilidade: a medida em que o impacto pode ser revertido ou mitigado;
- **Probabilidade**, refletindo a probabilidade de ocorrência do impacto, com base em evidência disponível e julgamento especializado.

A materialidade financeira foi avaliada com base em:

- **Magnitude:** o potencial efeito financeiro do risco ou oportunidade sobre:
  - O desempenho financeiro;
  - O desenvolvimento do negócio e os fluxos de caixa;
  - As pessoas;
  - A imagem de marca e reputação;
  - Os ativos;
  - A interrupção do negócio;
- **Probabilidade:** a probabilidade de o risco ou oportunidade financeira se materializar no horizonte temporal relevante.

Ambas as dimensões foram avaliadas utilizando uma escala de quatro níveis (1 a 4), assegurando consistência e comparabilidade entre subsidiárias. A materialidade dos impactos negativos potenciais relacionados com direitos humanos foi determinada exclusivamente com base na sua gravidade, de forma a cumprir os critérios das ESRS, segundo os quais a gravidade destes impactos prevalece sobre a sua probabilidade.

### **Envolvimento das Partes Interessadas**

O envolvimento das partes interessadas continua a ser um pilar fundamental do processo de DMA:

- Em 2024, foram enviados 1.650 questionários e inquéritos breves a partes interessadas, tendo sido alcançada uma taxa média de resposta de 89%, complementada por 47 entrevistas a partes interessadas internas e externas. Cada subsidiária identificou partes interessadas específicas que poderiam influenciar ou ser influenciadas pelas suas operações, incluindo grupos internos (como colaboradores, o departamento de sustentabilidade e acionistas) e grupos externos (como clientes, fornecedores e ONG). Este processo permitiu também a inclusão de IROs que não tinham sido previamente identificados.
- No âmbito da revisão de 2025, a Sonae SGPS realizou uma nova consulta a partes interessadas internas para reavaliar a materialidade.

### **Consolidação ao nível do Grupo**

Para a consolidação dos impactos, riscos e oportunidades materiais ao nível do Grupo, todos os IROs avaliados ao nível das subsidiárias foram revistos e, quando necessário, calibrados ao nível da Sonae SGPS. Os resultados finais de materialidade consolidada do Grupo consideraram apenas os IROs que ultrapassaram o limiar de materialidade definido para impactos, riscos e oportunidades. No que respeita à materialidade financeira, as classificações foram ponderadas com base nas receitas das subsidiárias, assegurando que a materialidade financeira é proporcional ao peso financeiro de cada subsidiária no Grupo Sonae.

O processo de consolidação e calibração final resultou numa lista de 28 impactos, 4 riscos e 11 oportunidades para o Grupo. Esta abordagem garantiu que todos os aspetos materiais identificados ao nível das subsidiárias fossem devidamente refletidos na avaliação global do Grupo, em alinhamento com as prioridades estratégicas e os requisitos regulamentares. Tanto para a avaliação de materialidade de impacto como para a materialidade financeira, foi aplicado um *threshold* de pontuação de 2.97 para impactos e 3 para riscos e oportunidades para determinar se um impacto, risco ou oportunidade deveria ser considerado material ao nível do Grupo.

Tendo em conta os resultados da Análise de Dupla Materialidade e os temas mais relevantes para cada negócio, a informação reportada pelas subsidiárias reflete principalmente os Impactos, Riscos e Oportunidades que cada uma identificou como materiais. No entanto, determinados temas foram solicitados e reportados de forma mais abrangente por todas as

subsidiárias — como o tema das Alterações Climáticas — mesmo quando o tema ou subtemas específicos não eram considerados materiais para uma determinada empresa. Esta abordagem assegura uma estratégia de gestão de portefólio abrangente, permitindo uma perspetiva estruturada e transversal ao Grupo sobre o desempenho em sustentabilidade.

### **Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com as Alterações Climáticas**

A Sonae adota uma abordagem estruturada e baseada na ciência para identificar e avaliar os impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima ao longo das suas operações e cadeia de valor, alinhada com o Acordo de Paris, as recomendações da TCFD e as melhores práticas do setor, apoiando a transição para uma economia de baixo carbono.

Os riscos físicos (agudos e crónicos) são avaliados com base em cenários do IPCC de elevadas e baixas emissões, permitindo analisar a exposição a eventos meteorológicos extremos, alterações climáticas de longo prazo e vulnerabilidades na cadeia de abastecimento. Os riscos de transição são avaliados em cenários alinhados com 1,5°C, considerando desenvolvimentos regulamentares, o preço do carbono e mudanças no comportamento dos consumidores.

As emissões de GEE são monitorizadas nos Âmbitos 1, 2 e 3, incluindo a pegada de carbono dos produtos, o consumo de energia e as operações logísticas. O envolvimento com fornecedores e consumidores apoia a redução de emissões ao longo da cadeia de valor. A análise de cenários, que incorpora a evolução das políticas, a transição energética e o progresso tecnológico, orienta decisões de investimento relacionadas com a eficiência energética, energias renováveis e descarbonização da cadeia de abastecimento.

### **Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com a Poluição**

Os impactos, riscos e oportunidades relacionados com a poluição foram avaliados através do processo de materialidade, envolvendo especialistas internos e externos, análise de dados e envolvimento das partes interessadas. Com base nesta avaliação, o ESRS E2 (Poluição) foi excluído do âmbito de reporte, uma vez que não foram identificados IROs materiais. No entanto, podem existir impactos indiretos relacionados com a poluição associados aos temas de Alterações Climáticas, Água e Biodiversidade.

### **Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com a Água**

Os IROs relacionados com a água são avaliados ao longo das operações e da cadeia de abastecimento, recorrendo a ferramentas como o CDP Water Impact Index, o Aqueduct Water Risk Atlas do WRI, o WWF Risk Filter e o ENCORE. Estas ferramentas apoiam a identificação de localizações de maior risco, dependências e vulnerabilidades relacionadas com a disponibilidade e qualidade da água. A monitorização contínua, auditorias externas e certificações (por exemplo, ISO 14001) reforçam o cumprimento e a adoção de boas práticas.

Os riscos de transição e físicos relacionados com a água são avaliados tendo em conta alterações regulamentares, evolução tecnológica, dinâmicas de mercado, fatores reputacionais, escassez hídrica, degradação de infraestruturas e impactos climáticos. A metodologia LEAP é aplicada para identificar, avaliar e mitigar riscos ao longo da cadeia de valor.

As iniciativas de mitigação incluem a recolha de águas pluviais, sistemas de tratamento de águas residuais e tecnologias inteligentes de gestão da água, alinhadas com o roteiro de descarbonização e orientadas para a redução da dependência de água em operações críticas.

#### **Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com a Biodiversidade**

A avaliação da biodiversidade da Sonae está alinhada com a Science Based Targets for Nature (SBTN), a Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD) e o Global Biodiversity Framework. As principais ferramentas incluem o ENCORE, a matriz de materialidade da SBTN e o WWF Risk Filter, permitindo identificar impactos e dependências relevantes nas localizações e cadeias de valor.

A análise considera as principais pressões sobre a biodiversidade — alterações no uso do solo, extração de recursos, stress hídrico, poluição e alterações climáticas — bem como as dependências do negócio em relação aos ecossistemas naturais. Embora as instalações das operações diretas não estejam localizadas em áreas de elevada biodiversidade, a gestão de infraestruturas (lojas, armazéns e escritórios) pode exercer pressões locais através da poluição do solo e do consumo de água. Impactos mais significativos podem ocorrer a montante, particularmente nas cadeias de valor do retalho, através da extração de matérias-primas e de processos produtivos que envolvem conversão do uso do solo, poluição e consumo intensivo de água.

Reconhecendo a ligação entre biodiversidade e clima, vários riscos físicos e de transição relacionados com o clima (TCFD) são também relevantes numa perspetiva da natureza, incluindo disrupções na cadeia de abastecimento, redução da produtividade agrícola, escassez de recursos e aumento da pressão regulamentar.

Para responder a estes desafios, a Sonae investe em circularidade, eficiência hídrica e aprovisionamento sustentável. O compromisso de Desflorestação Zero até 2030 visa prevenir a desflorestação — em particular em florestas tropicais que albergam uma parte significativa da biodiversidade global — contribuindo simultaneamente para a conservação da biodiversidade e a mitigação das alterações climáticas. A implementação da metodologia SBTN para avaliar os impactos sobre a biodiversidade, o uso do solo e o consumo de água permitirá a definição de ações futuras ao longo da cadeia de valor da MC, envolvendo diferentes partes interessadas e promovendo a participação da comunidade. Através do Clube de Produtores Continente (CPC), produtores e agricultores participam em programas agroecológicos que promovem a restauração da paisagem e o reforço da biodiversidade. Estas iniciativas visam mitigar impactos negativos e manter ou restaurar serviços de ecossistemas prioritários.

#### **Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com a Utilização de Recursos e Economia Circular**

A utilização de recursos e a geração de resíduos são avaliadas ao longo das operações e da cadeia de abastecimento, com base em critérios ESG, enquadramentos regulamentares e ferramentas internas de monitorização. As unidades de negócio implementam estratégias de prevenção de resíduos, reciclagem e valorização de materiais, em conformidade com normas ambientais e políticas de aprovisionamento sustentável.

As iniciativas de economia circular incluem a redução do uso de plástico, o ecodesign de embalagens, programas de circularidade têxtil, recuperação de resíduos eletrónicos e iniciativas de produtos em segunda mão. Os riscos físicos e de transição relacionados com a escassez de recursos, alterações regulamentares e mudanças nas preferências dos consumidores são avaliados para orientar investimentos em materiais alternativos, métodos de produção de baixo impacto e modelos de negócio que prolonguem o ciclo de vida dos produtos.

As oportunidades associadas à melhoria da eficiência de recursos, valorização de resíduos e expansão de mercados verdes reforçam a resiliência do negócio. As subsidiárias colaboram com fornecedores, instituições de investigação e redes do setor para promover a inovação e as melhores práticas na utilização sustentável de recursos.

#### **Impactos, Riscos e Oportunidades Relacionados com a Conduta Empresarial**

Os riscos relacionados com a conduta empresarial foram avaliados através do mesmo processo de materialidade, tendo em conta as características do setor, a exposição geográfica, a regulamentação aplicável e as estruturas comerciais.

A conduta ética está integrada no enquadramento de governação e compliance da Sonae, incorporando a gestão de risco e a transparência em todas as operações. A supervisão é assegurada por órgãos de governação, incluindo o Conselho de Administração e a Comissão de Ética, que monitorizam o cumprimento e ajustam as políticas sempre que necessário.

Através do envolvimento com as partes interessadas e da aplicação de boas práticas reconhecidas, a Sonae mantém elevados padrões de integridade e responsabilização, promovendo um ambiente de negócio baseado na confiança e na resiliência.

## IRO-2 - Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pelas declarações de sustentabilidade da empresa

Requisito de divulgação e localização	Materialidade	Página
ESRS 2 - BP-1 - Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade	Obrigatório	288
ESRS 2 - BP-2 - Divulgações em relação a circunstâncias específicas	Obrigatório	289
ESRS 2 - GOV-1 - Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	Obrigatório	289
ESRS 2 - GOV-2 - Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	Obrigatório	292
ESRS 2 - GOV-3 - Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	Obrigatório	293
ESRS 2 - GOV-4 - Declaração sobre o dever de diligência	Obrigatório	294
ESRS 2 - GOV-5 - Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	Obrigatório	294
ESRS 2 - SBM-1 - Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Obrigatório	294
ESRS 2 - SBM-2 - Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Obrigatório	300
ESRS 2 - SBM-3 - Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Obrigatório	302
ESRS 2 - IRO-1 - Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	Obrigatório	314
ESRS 2 - IRO-2 - Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pelas declarações de sustentabilidade da empresa	Obrigatório	317

**ESRS 2**  
**Divulgações**  
**Gerais**



Requisito de divulgação e localização		Materialidade	Página
<b>E1</b> <b>Alterações Climáticas</b>	ESRS E1 - GOV-3 - Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	Obrigatório	293
	ESRS E1 - E1-1 - Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas	Material	335
	ESRS E1 - SBM-3 - Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Obrigatório	302
	ESRS E1 - IRO-1 - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com as Alterações Climáticas	Obrigatório	314
	ESRS E1 - E1-2 - Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	Material	336
	ESRS E1 - E1-3 - Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	Material	337
	ESRS E1 - E1-4 - Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	Material	341
	ESRS E1 - E1-5 - Consumo energético e combinação de energia	Material	343
	ESRS E1 - E1-6 - Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	Material	346
	ESRS E1 - E1-7 - Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono	Não Material	N/A
	ESRS E1 - E1-8 - Fixação de preços do carbono	Não Material	N/A
	ESRS E1 - E1-9 - Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	<i>Phased In</i>	N/A
<b>E2</b> <b>Poluição</b>	ESRS E2 - IRO-1 - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com a poluição	Obrigatório	314
	ESRS E2 - E2-1 - Políticas relacionadas com a poluição	Não Material	N/A
	ESRS E2 - E2-2 - Ações e recursos relacionados com a poluição	Não Material	N/A
	ESRS E2 - E2-3 - Metas relacionadas com a poluição	Não Material	N/A
	ESRS E2 - E2-4 - Poluição do ar, da água e do solo	Não Material	N/A
	ESRS E2 - E2-5 - Substâncias que suscitam preocupação e substâncias que suscitam elevada preocupação	Não Material	N/A
	ESRS E2 - E2-6 - Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a poluição	Não Material	N/A

Requisito de divulgação e localização		Materialidade	Página
<b>E3 Recursos Hídricos e Marinhos</b>	ESRS E3 - IRO-1 - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com a poluição	Obrigatório	314
	ESRS E3 - E3-1 - Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	Material	351
	ESRS E3 - E3-2 - Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Material	352
	ESRS E3 - E3-3 - Metas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	Material	356
	ESRS E3 - E3-4 - Consumo de água	Material	358
	ESRS E3 - E3-5 - Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Phased In	N/A
<b>E4 Biodiversidade e Ecossistemas</b>	ESRS E4 - SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Obrigatório	302
	ESRS E4 – IRO- 1 Descrição dos processos para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	Obrigatório	314
	ESRS E4 - E4-1 — Plano de transição e consideração da biodiversidade e dos ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial	Material	360
	ESRS E4 – E4-2 - Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	Material	360
	ESRS E4 – E4-3 - Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	Material	362
	ESRS E4 – E4-4 - Metas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	Material	364
	ESRS E4 - E4-5 - Métricas de impacto relacionadas com a alteração da biodiversidade e dos ecossistemas	Material	366
ESRS E4 – E4-6 - Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	Phased In	N/A	
<b>E5 Utilização dos Recursos e Economia Circular</b>	ESRS E5 - IRO-1 - Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	Obrigatório	314
	ESRS E5 - E5-1 - Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	Material	367
	ESRS E5 - E5-2 - Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular	Material	368
	ESRS E5 - E5-3 - Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	Material	372
	ESRS E5 - E5-4 - Entradas de recursos	Material	377
	ESRS E5 - E5-5 - Saídas de recursos	Material	382
	ESRS E5 - E5-6 - Efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	Phased In	N/A

Requisito de divulgação e localização		Materialidade	Página
<b>S1</b> <b>Força de Trabalho Própria</b>	ESRS S1 - SBM-2 - Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Obrigatório	300
	ESRS S1 - SBM-3 - Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Obrigatório	302
	ESRS S1 - S1-1 - Políticas relacionadas com a própria mão de obra	Material	386
	ESRS S1 - S1-2 - Processos para dialogar com os próprios trabalhadores e os representantes dos trabalhadores sobre impactos	Material	387
	ESRS S1 - S1-3 - Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações	Material	387
	ESRS S1 - S1-4 - Tomada de medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas	Material	388
	ESRS S1 - S1-5 - Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Material	389
	ESRS S1 - S1-6 - Características dos trabalhadores assalariados da empresa	Material	390
	ESRS S1 - S1-7 - Características dos trabalhadores não assalariados na própria mão de obra da empresa	Material	383
	ESRS S1 - S1-8 - Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	Não Material	N/A
	ESRS S1 - S1-9 - Métricas de diversidade	Material	393
	ESRS S1 - S1-10 - Salários adequados	Material	394
	ESRS S1 - S1-11 - Proteção social	Não Material	394
	ESRS S1 - S1-12 - Pessoas com deficiência	Não Material	394
	ESRS S1 - S1-13 - Métricas de formação e desenvolvimento de competências	Material	395
	ESRS S1 - S1-14 - Métricas de saúde e segurança	Material	397
	ESRS S1 - S1-15 - Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	Não Material	397
ESRS S1 - S1-16 - Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)	Não Material	398	
ESRS S1 - S1-17 - Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	Material	399	



Requisito de divulgação e localização		Materialidade	Página
<b>S2</b> <b>Trabalhadores da Cadeia de Valor</b>	ESRS S2 - SBM-2 - Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Obrigatório	300
	ESRS S2 - SBM-3 - Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Obrigatório	302
	ESRS S2 - S2-1 - Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor	Material	400
	ESRS S2 - S2-2 - Processos para dialogar com os trabalhadores da cadeia de valor sobre impactos	Material	400
	ESRS S2 - S2-3 - Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os trabalhadores da cadeia de valor expressarem preocupações	Material	401
	ESRS S2 - S2-4 - Tomar medidas sobre os impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor, e eficácia dessas ações	Material	402
	ESRS S2 - S2-5 - Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Material	403
<b>S3</b> <b>Comunidades Afetadas</b>	ESRS S3 - SBM-2 - Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Não Material	N/A
	ESRS S3 - SBM-3 - Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Não Material	N/A
	ESRS S3 - S3-1 - Políticas relacionadas com as comunidades afetadas	Não Material	N/A
	ESRS S3 - S3-2 - Processos para dialogar com as comunidades afetadas sobre impactos	Não Material	N/A
	ESRS S3 - S3-3 - Processos para corrigir os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações	Não Material	N/A
	ESRS S3 - S3-4 - Tomar medidas sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações	Não Material	N/A
	ESRS S3 - S3-5 - Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Não Material	N/A

Requisito de divulgação e localização		Materialidade	Página
<b>S4</b> <b>Consumidores e Utilizadores Finais</b>	ESRS S4 - SBM-2 - Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Obrigatório	300
	ESRS S4 - SBM-3 - Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Obrigatório	302
	ESRS S4 - S4-1 - Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	Material	405
	ESRS S4 - S4-2 - Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	Material	408
	ESRS S4 - S4-3 - Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	Material	409
	ESRS S4 - S4-4 - Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações	Material	410
	ESRS S4 - S4-5 - Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Material	413
<b>Desenvolvimento da Comunidade</b>	Políticas relacionadas com o desenvolvimento das comunidades	Específico da Entidade	414
	Processos de envolvimento com comunidades	Específico da Entidade	414
	Iniciativas de desenvolvimento das comunidades	Específico da Entidade	415
	Metas relacionadas com o desenvolvimento das comunidades	Específico da Entidade	418
	Desempenho do apoio às comunidades	Específico da Entidade	418
<b>G1</b> <b>Conduta Empresarial</b>	ESRS G1 - GOV-1 - Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	Obrigatório	289
	ESRS G1 - IRO-1 - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais	Obrigatório	314
	ESRS G1 - G1-1 - Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial	Material	419
	ESRS G1 - G1-2 - Gestão das relações com os fornecedores	Material	422
	ESRS G1 - G1-3 - Prevenção e deteção de corrupção e suborno	Não Material	423
	ESRS G1 - G1-4 - Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	Não Material	425
	ESRS G1 - G1-5 - Influência política e atividades de representação de grupos de interesse	Não Material	N/A
	ESRS G1 - G1-6 - Práticas de pagamento	Não Material	N/A

## Data points das ESRs associados a outras legislações da UE

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência SFDR	Referência do pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
<b>ESRS 2 GOV-1</b> Diversidade de género nos conselhos de administração n.º 21, alínea d)	Indicador n.º 13 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		<b>ESRS 2 GOV-1</b>
<b>ESRS 2 GOV-1</b> Porcentagem de membros do conselho de administração que são independentes n.º 21, alínea e)			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		<b>ESRS 2 GOV-1</b>
<b>ESRS 2 GOV-4</b> Declaração sobre o dever de diligência n.º 30	Indicador n.º 10 do quadro 3 do anexo 1				<b>ESRS 2 GOV-4</b> <b>Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento Europeu 2020/852</b> (Regulamento da Taxonomia)", tabela "Salvaguardas Mínimas", Critério 1: existem processos adequados de diligência devida em matéria de direitos humanos.
<b>ESRS 2 SBM-1</b> Participação em atividades relacionadas com os combustíveis fósseis n.º 40, alínea d), subalínea i)	Indicador n.º 4 do quadro 1 do anexo 1	Artigo 449.º-A do Regulamento (UE) 575/2013; Quadro 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Informações qualitativas sobre o risco ambiental e quadro 2: Informações qualitativas sobre o risco social	Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Não material
<b>ESRS 2 SBM-1</b> Participação em atividades relacionadas com a produção de produtos químicos n.º 40, alínea d), subalínea ii)	Indicador n.º 9 do quadro 2 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Não material
<b>ESRS 2 SBM-1</b> Participação em atividades relacionadas com questões controversas armas controversas n.º 40, alínea d), subalínea iii)	Indicador n.º 14 do quadro 1 do anexo 1		Artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 e anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Não material
<b>ESRS 2 SBM-1</b> Participação em atividades relacionadas com o cultivo e produção de tabaco n.º 40, alínea d), subalínea iv)			Artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 e anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Não material
<b>ESRS E1-1</b> Plano de transição para atingir a neutralidade climática até 2050 n.º 14				Artigo 2.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2021/1119	<b>ESRS E1-1</b>

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência SFDR	Referência do pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
<b>ESRS E1-1</b> Empresas excluídas dos índices de referência alinhados com o Acordo de Paris n.º 16, alínea g)		Artigo 449.º-A Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: Qualidade de crédito das exposições por setor, emissões e prazo de vencimento residual	Artigo 12.º, n.º 1, alíneas d) a g), e artigo 12.º, n.º 2, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		Não material
<b>ESRS E1-4</b> Metas de redução das emissões de GEE n.º 34	Indicador n.º 4 do quadro 2 do anexo 1	Artigo 449.º-A Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 3 do Regulamento de Execução (UE) 2020/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: alinhamento das métricas	Artigo 6.º do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		ESRS E1-4
<b>ESRS E1-5</b> Consumo de energia de origem fóssil desagregadas por fontes (somente setores com grande impacto climático) n.º 38	Anexo I, quadro 1, indicador n.º 5 e anexo I, quadro 2, indicador n.º 5				ESRS E1-5
<b>ESRS E1-5</b> — Consumo de energia e matriz energética, n.º 37	Indicador n.º 5 do quadro 1 do anexo 1				ESRS E1-5
<b>ESRS E1-5</b> Intensidade energética associada a atividades em setores com elevado impacto climático n.º 10 a 43	Indicador n.º 6 do quadro 1 do anexo 1				ESRS E1-5
<b>ESRS E1-6</b> Emissões brutas de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE n.º 44	Indicador n.º 1 do quadro 1 e indicador n.º 2 do quadro 1 do anexo I	Artigo 449.º-A; Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: Qualidade de crédito das exposições por setor, emissões e prazo de vencimento residual	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 5.º, n.º 1, artigo 6.º e artigo 8.º, n.º 1		ESRS E1-6
<b>ESRS E1-6</b> Intensidade das emissões brutas de GEE n.º 53 a 55	Indicador n.º 3 do quadro 1 do anexo 1	Artigo 449.º-A Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 3 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: alinhamento das métricas	Artigo 8.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		ESRS E1-6
<b>ESRS E1-7</b> Remoções de GEE e créditos de carbono n.º 56			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 e anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Não material

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência SFDR	Referência do pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
ESRS E1-9 Exposição do portefólio a riscos físicos relacionados com o clima, n.º 56			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Phase in
<b>ESRS E1-9</b> Desagregação dos montantes monetários por risco físico agudo e crónico, n.º 66, alínea a) <b>ESRS E1-9</b> Localização de ativos significativos em risco físico material n.º 66, alínea c)		Artigo 449.º-A do Regulamento (UE) 575/2013; n.º 46 e 47 - Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão; Modelo 5: Carteira bancária — Risco físico das alterações climáticas: Exposições sujeitas a risco físico.			Phase in
<b>ESRS E1-9</b> Repartição do valor contabilístico dos seus ativos imobiliários em termos de eficiência energética n.º 67, alínea c)		Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: n.º 34; modelo 2: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: Empréstimos garantidos por bens imóveis – Eficiência energética dos imóveis dados em garantia			Phase in
<b>ESRS E1-9</b> Grau de exposição da carteira a oportunidades relacionadas com o clima n.º 69			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		Phase in
<b>ESRS E2-4</b> Quantidade de cada poluente enumerado no anexo II do Regulamento RETP (Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes) emitida para o ar, a água e o solo, n.º 28	Anexo I, quadro 1, indicador n.º 8; anexo I, quadro 2, indicador n.º 2; anexo I, quadro 2, indicador n.º 1; anexo I, quadro 2, indicador n.º 3				Não material
<b>ESRS E3-1</b> Recursos hídricos e marinhos n.º 9		Indicador n.º 7 do quadro 2 do anexo 1			ESRS E3-1
<b>ESRS E3-1</b> Política específica, n.º 13		Indicador n.º 8 do quadro 2 do anexo 1			ESRS E3-1
<b>ESRS E3-1</b> Oceanos e mares sustentáveis n.º 14		Indicador n.º 12 do quadro 2 do anexo 1			ESRS E3-1
<b>ESRS E3-4</b> Total de água reciclada e reutilizada, n.º 28, alínea c)		Indicador n.º 6,2 do quadro 2 do anexo 1			ESRS E3-4

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência SFDR	Referência do pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
<b>ESRS E3-4</b> Consumo total de água em m <sup>3</sup> por receita líquida das próprias operações n.º 29	Indicador n.º 6,1 do quadro 2 do anexo 1				ESRS E3-4
<b>ESRS 2- SBM-3 - E4 n.º 16, alínea a), subalínea i)</b>	Indicador n.º 7 do quadro 1 do anexo 1				ESRS 2- SBM-3
<b>ESRS 2- SBM-3 - E4 n.º 16, alínea b)</b>	Indicador n.º 10 do quadro 2 do anexo 1				ESRS 2- SBM-3
<b>ESRS 2- SBM-3 - E4 n.º 16, alínea c)</b>	Indicador n.º 14 do quadro 2 do anexo 1				ESRS 2- SBM-3
<b>ESRS E4-2</b> Práticas ou políticas fundiárias/agrícolas sustentáveis n.º 24, alínea b)	Indicador n.º 11 do quadro 2 do anexo 1				ESRS E4-2
<b>ESRS E4-2</b> Práticas ou políticas oceânicas/marítimas sustentáveis n.º 24, alínea c)	Indicador n.º 12 do quadro 2 do anexo 1				ESRS E4-2
<b>ESRS E4-2</b> Políticas para combater a desflorestação, n.º 24, alínea d)	Indicador n.º 15 do quadro 2 do anexo 1				ESRS E4-2
<b>ESRS E5-5</b> Resíduos não reciclados, n.º 37, alínea d)	Indicador n.º 13 do quadro 2 do anexo 1				ESRS E5-5
<b>ESRS E5-5</b> Resíduos perigosos e resíduos radioativos, n.º 39	Indicador n.º 9 do quadro 1 do anexo 1				ESRS E5-5
<b>ESRS 2 — SBM3 — S1</b> Risco de incidentes decorrentes de trabalho forçado, n.º 14, alínea f)	Indicador n.º 13 do quadro 3 do anexo 1				ESRS 2 SBM3 - S1
<b>ESRS 2 — SBM3 — S1</b> Risco de utilização de trabalho infantil n.º 14, alínea g)	Indicador n.º 12 do quadro 3 do anexo 1				ESRS 2 SBM3 - S1

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência SFDR	Referência do pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
<b>ESRS S1-1</b> Compromissos em matéria de política de direitos humanos n.º 20	Indicador n.º 9 do quadro 3 e indicador n.º 11 do quadro 1 do anexo I				ESRS S1-1
<b>ESRS S1-1</b> Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, n.º 21			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		ESRS S1-1
<b>ESRS S1-1</b> Processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos n.º 22	Indicador n.º 11 do quadro 3 do anexo 1				ESRS S1-1
<b>ESRS S1-1</b> Política de prevenção de acidentes de trabalho ou sistema de gestão de acidentes de trabalho, n.º 23	Indicador n.º 1 do quadro 3 do anexo 1				ESRS S1-1
<b>ESRS S1-3</b> Mecanismos de tratamento de reclamações/queixas, n.º 32, alínea c)	Indicador n.º 5 do quadro 3 do anexo 1				ESRS S1-3
<b>ESRS S1-14</b> Número de vítimas mortais e número e taxa de acidentes relacionados com o trabalho, n.º 88, alíneas b) e c)	Indicador n.º 2 do quadro 3 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		ESRS S1-14
<b>ESRS S1-14</b> Número de dias perdidos devido a lesões, acidentes, morte ou doença n.º 88, alínea e)	Indicador n.º 3 do quadro 3 do anexo 1				ESRS S1-14
<b>ESRS S1-16</b> Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas n.º 97, alínea a)	Indicador n.º 12 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		ESRS S1-16
<b>ESRS S1-16</b> Rácio de remuneração excessiva dos diretores executivos (CEO) n.º 97, alínea a)	Indicador n.º 8 do quadro 3 do anexo 1				ESRS S1-16

Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência SFDR	Referência do pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
<b>ESRS S1-17</b> Incidentes de discriminação, n.º 103, alínea a)	Indicador n.º 7 do quadro 3 do anexo 1				ESRS S1-17
<b>ESRS S1-17</b> Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE n.º 104, alínea a)	Indicador n.º 10 do quadro 1 e indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		ESRS S1-17
<b>ESRS 2 — SBM3 — S2</b> Risco significativo de trabalho infantil ou de trabalho forçado na cadeia de valor, n.º 11, alínea b)	Indicador n.º 12 do quadro 3 e indicador n.º 13 do quadro 3 do anexo I				ESRS 2 SBM3 – S2
<b>ESRS S2-1</b> Compromissos em matéria de política de direitos humanos n.º 17	Indicador n.º 9 do quadro 3 e indicador n.º 11 do quadro 1 do anexo I				ESRS S2-1
<b>ESRS S2-1</b> Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor n.º 18	Indicador n.º 11 do quadro 3 e indicador n.º 4 do quadro 3 do anexo I				ESRS S2-1
<b>ESRS S2-1</b> Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE n.º 19	Indicador n.º 10 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		ESRS S2-1
<b>ESRS S2-1</b> Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, n.º 19			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		ESRS S2-1



Requisito de divulgação e respetivo ponto de dados	Referência SFDR	Referência do pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
<b>ESRS S2-4</b> Questões e incidentes em matéria de direitos humanos relacionados com a sua cadeia de valor a montante e a jusante n.º 36	Indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo 1				ESRS S2-4
<b>ESRS S3-1</b> Compromissos em matéria de política de direitos humanos n.º 16	Indicador n.º 9 do quadro 3 e indicador n.º 11 do quadro 1 do anexo I				Desenvolvimento das Comunidades
<b>ESRS S3-1</b> Inobservância dos UNGP sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT e das diretrizes da OCDE n.º 17	Indicador n.º 10 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		Desenvolvimento das Comunidades
<b>ESRS S3-4</b> Questões e incidentes em matéria de direitos humanos, n.º 36	Indicador n.º 9 do quadro 3 e indicador n.º 11 do quadro 1 do anexo I				Desenvolvimento das Comunidades
<b>ESRS S4-1</b> Inobservância dos UNGP sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT e das diretrizes da OCDE n.º 17	Indicador n.º 10 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		ESRS S4-1
<b>ESRS S4-4</b> Questões e incidentes em matéria de direitos humanos, n.º 35	Indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo 1				ESRS S4-4
<b>ESRS G1-1</b> Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, n.º 10, alínea b)	Indicador n.º 15 do quadro 3 do anexo 1				ESRS G1-1
<b>ESRS G1-1</b> Proteção de denunciadores n.º 10, alínea d)	Indicador n.º 6 do quadro 3 do anexo 1				ESRS G1-1
<b>ESRS G1-4</b> Coimas por violação das leis de combate à corrupção e ao suborno, n.º 24, alínea a)	Indicador n.º 17 do quadro 3 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		ESRS G1-4
<b>ESRS G1-4</b> Normas contra a corrupção e o suborno n.º 24, alínea b)	Indicador n.º 16 do quadro 3 do anexo 1				ESRS G1-4

## MDR-P - Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade materiais

As principais políticas da Sonae — desenvolvidas em conformidade com normas nacionais e internacionais relevantes e com o contributo de partes interessadas internas especializadas e, quando aplicável, externas — bem como as das suas subsidiárias, são aprovadas pelo Conselho de Administração da Sonae ou, quando aplicável, pelos conselhos de administração das respetivas subsidiárias. Após a aprovação, a Comissão Executiva, em conjunto com as equipas funcionais responsáveis, supervisiona a sua implementação, assegurando a sua integração operacional eficaz e o cumprimento dos requisitos. O Conselho Fiscal acompanha e avalia a eficácia destas políticas e dos sistemas de controlo associados, emitindo recomendações sempre que necessário.

As políticas apresentadas abaixo constituem o enquadramento global da Sonae para abordar os IROs e temas materiais identificados através da avaliação de materialidade. Adicionalmente, a Sonae adotou um conjunto de compromissos e princípios que orientam as suas ações no avanço da agenda de sustentabilidade do Grupo, igualmente apresentados na tabela abaixo. A lista completa de IROs encontra-se disponível na subsecção SBM-3 sobre Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua Interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio.

Política / Compromissos / Princípios	Descrição dos principais conteúdos	Âmbito da política e partes interessadas relevantes afetadas	Instrumentos nacionais e internacionais reconhecidos	Disponibilidade	Tema dos IROs
<a href="#">Código de Ética e Conduta</a>	Define os princípios éticos que regem as atividades da Sonae e das suas empresas, bem como as convenções éticas e morais que devem ser seguidas por todos os membros dos órgãos sociais da Sonae e pelos seus colaboradores no relacionamento com clientes, fornecedores e outras partes interessadas. Aplica-se também a entidades terceiras contratadas ou que atuem em nome da Sonae, sempre que a Sociedade possa ser responsabilizada pelas suas ações.	Todos os colaboradores, órgãos sociais e entidades terceiras que trabalham com ou representam a Sonae.	Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, Declaração da OIT de 1998 sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas de 2000, Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais de 2011	Disponível publicamente no website da Sonae e na intranet da empresa.	S1, S2, S3, G1
<a href="#">Política de Remuneração</a>	Define a estrutura de remuneração do Conselho de Administração da Sonae, do Conselho Fiscal, do Revisor Oficial de Contas, dos indivíduos em funções de gestão e dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas.	Todos os membros dos órgãos sociais da Sonae e outros indivíduos em funções de gestão.	Diretrizes da Comunidade Europeia Artigos 26.º-A a 26.º-F do Código dos Valores Mobiliários Português Recomendações do Instituto Português de Corporate Governance emitidas em 2018 e revistas em 2020 e 2023	Disponível publicamente no website da Sonae.	S1, G1

Política / Compromissos / Princípios	Descrição dos principais conteúdos	Âmbito da política e partes interessadas relevantes afetadas	Instrumentos nacionais e internacionais reconhecidos	Disponibilidade	Tema dos IROs
<a href="#">Política de Prevenção da Corrupção</a>	Integrada no Programa de Cumprimento Normativo (PCN), estabelece os princípios, valores e regras de atuação em matéria de ética profissional e prevenção da corrupção e infrações conexas.	Aplica-se a todos os colaboradores da Sonae e membros dos órgãos sociais, bem como, na medida aplicável, a todos aqueles que representam a Sonae e a quaisquer parceiros. Esta política é também aplicável a todas as subsidiárias da Sonae nos termos previstos na sua secção 2.	Legislação nacional portuguesa, em particular o Decreto-Lei n.º 109-E/2021, que estabelece o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, refletindo os princípios fundamentais da UNCAC, Lei n.º 93/2021, que estabelece o Regime de Proteção de Denunciantes, transpondo a Diretiva Europeia relativa ao <i>whistleblowing</i> (Diretiva (UE) 2019/1937)	Disponível publicamente no website da Sonae.	G1
<a href="#">Política Interna de Seleção e Avaliação de Adequação</a>	Garante processos de seleção transparentes que avaliam a adequação dos candidatos para integrar os órgãos de administração e de fiscalização. Promove a meritocracia e a diversidade, com um forte enfoque na igualdade de género, contribuindo para o equilíbrio e o desempenho dos órgãos sociais.	Aplica-se a todos os membros dos órgãos de administração e fiscalização.	Recomendação do Código de Governo das Sociedades publicado pelo Instituto Português de Corporate Governance.	Disponível publicamente no website da Sonae.	S1, G1
<a href="#">Regulamento para Comunicação de Infrações (Whistleblowing)</a>	Define um conjunto de regras e procedimentos internos para a receção, registo e tratamento de infrações reportadas à Sociedade, de acordo com os mais elevados princípios éticos reconhecidos pela Sonae, garantindo a preservação da confidencialidade e assegurando a não retaliação.	Aplica-se a todos os colaboradores da Sonae, prestadores de serviços, contratantes, subcontratantes, fornecedores, acionistas, membros dos órgãos de sociais, voluntários e estagiários.	Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, Diretiva Europeia sobre <i>Whistleblowing</i> (Diretiva (UE) 2019/1937)	Disponível publicamente no website da Sonae.	G1
<a href="#">Política sobre Transações com Partes Relacionadas</a>	Estabelece procedimentos internos para a monitorização e divulgação de transações entre a Sonae e as suas Partes Relacionadas.	Inclui transações entre a Sonae, SGPS, S.A. e as suas partes relacionadas, bem como transações entre uma parte relacionada e uma subsidiária da Sonae, quando o montante da transação seja igual ou superior a 2,5% dos ativos consolidados da empresa. Exclui transações entre a Sonae e as suas subsidiárias, desde que nenhuma parte relacionada detenha interesse na subsidiária, transações relacionadas com a remuneração dos membros do Conselho de Administração ou de determinados elementos da mesma.	Código dos Valores Mobiliários Português: Artigos 29.º-S a 29.º-U, Código das Sociedades Comerciais Português: Artigo 397.º	Disponível publicamente no website da Sonae.	G1

Política / Compromissos / Princípios	Descrição dos principais conteúdos	Âmbito da política e partes interessadas relevantes afetadas	Instrumentos nacionais e internacionais reconhecidos	Disponibilidade	Tema dos IROs
<a href="#">Política Fiscal</a>	Estabelece o compromisso da Sonae com práticas fiscais responsáveis, garantindo o cumprimento das leis e regulamentações fiscais, promovendo a transparência na divulgação de informações fiscais, proibindo estruturas artificiais exclusivamente destinadas à evasão fiscal, implementando uma política de preços de transferência baseada em referências de mercado e mitigando riscos fiscais.	Aplica-se à Sonae SGPS e às empresas com as quais mantém uma relação de domínio ou de grupo.	Código das Boas Práticas Tributárias Diretrizes da OCDE Leis Fiscais Nacionais e Internacionais	Disponível publicamente no website da Sonae.	G1
<a href="#">Política Ambiental</a>	Define o modelo de responsabilidade ambiental, com o objetivo de integrar preocupações ambientais nas operações e na tomada de decisão da Sonae. Os princípios-chave incluem a gestão sustentável de recursos, o compromisso com a prevenção da poluição (emissões, resíduos e consumo de energia), a conservação da biodiversidade e da água e a mitigação das alterações climáticas. A avaliação do desempenho dos indicadores ambientais permite monitorizar a implementação da política.	Aplica-se às operações da Sonae e das suas unidades de negócio, bem como à cadeia de valor direta, nas geografias respetivas.	Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas Pacto Ecológico Europeu (EU Green Deal) ISO 14001 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS)	Disponível publicamente no website da Sonae e nos relatórios de sustentabilidade	E1, E3, E4, E5
<a href="#">Carta de Princípios Alterações Climáticas</a>	Define a abordagem da Sonae para desenvolver e gerir o seu negócio de forma a limitar o aumento da temperatura média global abaixo de 1,5 °C, promovendo a mitigação dos riscos climáticos, a descarbonização operacional e a transição para energias renováveis. A monitorização contínua, através da análise do desempenho dos indicadores de emissões de gases com efeito de estufa e de iniciativas internas, permite avaliar o progresso deste compromisso.	Aplica-se às operações da Sonae e das suas unidades de negócio, bem como à cadeia de valor direta, nas respetivas geografias.	Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas, Pacto Ecológico Europeu (EU Green Deal), Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), Science-Based Targets Initiative (SBTi), Taxonomia Europeia	Disponível publicamente no website da Sonae e nos relatórios de sustentabilidade.	E1
<a href="#">Modelo de Financiamento Sustentável com Componentes Variáveis (Sustainability-Linked Financing Framework – SLFF)</a>	Constitui a abordagem estratégica da Sonae para integrar a sustentabilidade nos instrumentos financeiros, como obrigações e empréstimos. Este modelo associa os instrumentos financeiros ao desempenho climático, definindo indicadores-chave de desempenho (KPIs) e metas para o progresso ambiental e social. O modelo estabelece processos de reporte e verificação para garantir transparência e responsabilização.	Aplicável à estratégia financeira e às decisões de investimento da Sonae.	Princípios das Obrigações Sustentáveis com Componentes Variáveis da ICMA (SLBP), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) 13, 5 e 12, Acordo de Paris, Science-Based Targets Initiative (SBTi)	Disponível publicamente no website da Sonae, em relatórios internos e externos, e apresentações para investidores.	E1, S1

Política / Compromissos / Princípios	Descrição dos principais conteúdos	Âmbito da política e partes interessadas relevantes afetadas	Instrumentos nacionais e internacionais reconhecidos	Disponibilidade	Tema dos IROs
<a href="#">Carta de Princípios para os Plásticos</a>	Estabelece uma estratégia para a redução de plásticos de uso único, o reforço da reciclabilidade e a promoção de alternativas sustentáveis às embalagens de plástico. A monitorização contínua é realizada através da avaliação do desempenho climático e das práticas internas.	Aplica-se às operações da Sonae e das suas unidades de negócio, bem como à cadeia de valor direta, nas respetivas geografias.	Fundação Ellen MacArthur Pacto Português para os Plásticos Estratégia Europeia para os Plásticos	Disponível publicamente no website da Sonae e nos relatórios de sustentabilidade	E5
<a href="#">Compromisso Zero Desflorestação</a>	Reflete o compromisso da Sonae em promover a conservação das florestas naturais a nível global. Visa assegurar a inexistência de desflorestação nas operações e cadeias de abastecimento até 2030, prevenir a desflorestação no desenvolvimento de novas infraestruturas e contribuir positivamente para a conservação e restauração das florestas. O progresso deste compromisso é monitorizado através de indicadores definidos e do desempenho ao nível das empresas, sendo reportado publicamente, numa base anual.	Este compromisso aplica-se às empresas da Sonae. Abrange as atividades e operações sob o seu controlo direto, bem como as cadeias de abastecimento.	ODS 2 e 15 das Nações Unidas, Science Based Targets Network, Accountability Framework Initiative, Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas, Norma de Desempenho 6 da IFC, Quadro Global da Biodiversidade (Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB)	Disponível publicamente no website da Sonae.	E4
<a href="#">Act4nature</a>	Iniciativa lançada pelo BCSD Portugal em 2020, que tem como objetivo mobilizar as empresas para proteger, promover e restaurar a biodiversidade nas suas cadeias de valor. Ao aderir a esta iniciativa, a Sonae compromete-se a integrar a biodiversidade nas suas estratégias corporativas, a dialogar com as partes interessadas para compreender e abordar os impactos das atividades empresariais na biodiversidade, a avaliar e mitigar esses impactos, com foco em alcançar um impacto líquido nulo ou positivo na biodiversidade, e a promover soluções baseadas na natureza. O progresso do compromisso é monitorizado através de indicadores definidos e do seu desempenho, sendo reportado ao BCSD, de forma cíclica.	Aplica-se à Sonae e às suas unidades de negócio.	Science Based Targets Network (SBTN), Quadro Global da Biodiversidade, Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD), ODS 15 das Nações Unidas, Estratégia de Biodiversidade da União Europeia	Relatórios de sustentabilidade da Sonae, Website do BCSD Portugal	E3, E4
<a href="#">Política de Pesca Sustentável</a>	Estabelece o compromisso da Sonae em promover práticas de pesca responsáveis e assegurar a sustentabilidade dos recursos marinhos. A Sonae compromete-se a não comercializar espécies em perigo, a monitorizar os fornecedores e embarcações de pesca e a cumprir os requisitos legais relativos às práticas de pesca e à conservação marinha. O processo de monitorização é realizado através da avaliação do desempenho de indicadores específicos.	Aplica-se à Sonae, com aplicação direta ao aprovisionamento de pescado da MC, nas geografias respetivas.	Estratégia de Biodiversidade da União Europeia, ODS 14, Princípios das Nações Unidas para Oceanos Sustentáveis	Disponível publicamente no website da Sonae.	E3, E4



Política / Compromissos / Princípios	Descrição dos principais conteúdos	Âmbito da política e partes interessadas relevantes afetadas	Instrumentos nacionais e internacionais reconhecidos	Disponibilidade	Tema dos IROs
<a href="#">Política de Direitos Humanos</a>	Reflete o compromisso da Sonae com a dignidade humana em todas as suas operações. Representa um compromisso com os direitos humanos, abordando temas como Discriminação, Direitos Humanos de Mulheres e Raparigas, Dignidade no Trabalho, Greves, Sindicatos e Negociação Coletiva, Trabalho Infantil, Tráfico de Seres Humanos, Ambiente e Comunidades Saudáveis e Sustentáveis. A Sonae promove esta política através da sensibilização para a importância dos direitos humanos entre os seus colaboradores e principais partes interessadas.	Aplica-se a todos os colaboradores, subsidiárias diretas ou indiretas, fornecedores, parceiros, clientes e comunidades onde a Sonae desenvolve a sua atividade.	Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Pacto Global das Nações Unidas, Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos	Disponível publicamente no website da Sonae.	S1, S2
<a href="#">Plano para a Igualdade de Género 2024</a>	Define o compromisso da empresa em promover boas práticas no âmbito da igualdade de género. Este plano reforça o compromisso da Sonae em integrar a igualdade de género na sua estratégia corporativa, promovendo um melhor equilíbrio entre vida pessoal e profissional, garantindo o acesso igualitário a oportunidades e prevenindo ativamente o assédio. A execução do plano está sujeita a um processo sistemático de acompanhamento, com vista à monitorização da eficácia das ações e da concretização dos objetivos definidos.	Aplica-se a todas as empresas detidas a 100%, direta ou indiretamente, pela Sonae. Relativamente às empresas controladas e co-controladas, a Sonae, enquanto acionista direta ou indireta, envidará os melhores esforços para implementar o plano.	Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU	Disponível publicamente no website da Sonae.	S1, G1
<a href="#">Código de Conduta para a Prevenção do Assédio no Local de Trabalho</a>	Estabelece orientações e mecanismos claros para a prevenção e resposta a situações de assédio no local de trabalho. Reforça o compromisso da Sonae em manter um ambiente de trabalho respeitador e inclusivo, assegurando que todos os colaboradores estão protegidos contra qualquer forma de assédio ou discriminação.	Aplica-se a todos os colaboradores e membros dos órgãos estatutários da Sonae SGPS (as subsidiárias da Sonae com mais de 7 colaboradores estão obrigadas a ter o seu próprio Código de Conduta para a prevenção do assédio no local de trabalho).	Código do Trabalho Português, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos	Acessível aos colaboradores da Sonae na Intranet.	S1
<a href="#">Código de Conduta para Fornecedores</a>	Estabelece os requisitos mínimos de práticas empresariais responsáveis a serem assegurados pelos fornecedores durante o período de colaboração, promovendo simultaneamente a sustentabilidade ao incentivar operações ambientalmente responsáveis. Visa garantir o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis. Para assegurar o reconhecimento, o Código faz parte integrante dos contratos celebrados com os fornecedores.	Fornecedores e prestadores de serviços das empresas da Sonae, bem como a respetiva cadeia de subcontratação, abrangendo atividades a montante (por exemplo, aprovisionamento de matérias-primas) e a jusante (por exemplo, distribuição), nas geografias respetivas.	Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas de 2000	Disponível publicamente no website da Sonae.	S2, G1



# 4.2.

## Informações Ambientais

### ESRS E1 - Alterações Climáticas

#### Subtemas e sub-subtemas principais das Alterações Climáticas

Adaptação às Alterações Climáticas

Mitigação das Alterações Climáticas

Energia

As divulgações relacionadas com a Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos (GOV-3), os impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio (SBM-3), bem como a descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais (IRO-1), são apresentadas no capítulo de Divulgações Gerais.

#### E1-1 - Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas

“Acelerar a descarbonização” é um dos pilares da estratégia da Sonae. A Sonae reconhece a necessidade de um plano de transição estruturado para a mitigação das alterações climáticas, de forma a assegurar que a sua estratégia empresarial está alinhada com a transição para uma economia sustentável e com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C ao abrigo do Acordo de Paris.

Com base nos roteiros de descarbonização já desenvolvidos e divulgados pelas empresas da Sonae, a Sonae encontra-se em processo de formalização de um Plano de Transição Climática transversal ao Grupo, que está a ser preparado para submissão ao Conselho de Administração para aprovação. O plano é informado por metodologias e normas internacionalmente reconhecidas, incluindo o *GHG Protocol*, a *Science-Based Targets*

*Initiative* (SBTi), a *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e a *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD).

Enquanto esta abordagem está a ser formalizada, a Sonae consolidou um roteiro que define as principais iniciativas, metas intermédias e prazos para reduzir a sua pegada de carbono nas operações e ao longo da cadeia de valor. Partindo de uma linha de base de emissões já estabelecida, esta linha de trabalho define metas de redução e identifica as principais alavancas, cobrindo a evolução do portefólio, a adoção de tecnologia nas operações e na cadeia de valor, bem como ações prioritárias para apoiar a implementação. Este roteiro serve como guia estratégico enquanto a abordagem é formalizada.

Como já referido, as empresas da Sonae desenvolveram já roteiros de descarbonização para as emissões dos Âmbitos 1, 2 e 3, com base nas melhores práticas e no conhecimento tecnológico e científico mais avançado, aprovados pelas respetivas Comissões Executivas.

As principais linhas de atuação nas suas operações próprias, com foco nas emissões dos Âmbitos 1 e 2, são:

- i) promoção da ecoeficiência energética das operações;
- ii) investimento na produção e aquisição de energia renovável, incluindo a instalação de painéis fotovoltaicos;
- iii) requalificação e substituição de sistemas de refrigeração;
- iv) redução das emissões associadas à logística e aceleração da eletrificação do transporte.

Ao longo da cadeia de valor, sobretudo no que respeita às emissões do Âmbito 3, a Sonae centra-se no envolvimento de fornecedores e clientes, promovendo práticas e escolhas sustentáveis que contribuam para a redução das emissões associadas a bens e serviços adquiridos, transporte, fase de utilização e outras fontes indiretas.

As soluções baseadas na natureza foram também identificadas como uma potencial alavanca para lidar com emissões residuais que possam não ser eliminadas através de medidas de redução direta, com uma prioridade clara na redução em primeiro lugar. A Floresta Sonae, uma iniciativa de conservação e reflorestação destinada a compensar as emissões de carbono das frotas das empresas da Sonae enquanto estas transitam para veículos elétricos, foi desenvolvida com o objetivo de contribuir para a neutralização dessas emissões e como uma oportunidade de recuperação da biodiversidade. Ao integrar estas considerações ambientais no seu Plano de Transição Climática, a Sonae está a construir um negócio mais resiliente e sustentável, ao mesmo tempo que contribui para os esforços globais de limitação do aquecimento global a 1,5°C.

Para integrar contributos e apoiar a implementação da sua estratégia de transição, as empresas da Sonae colaboram ativamente com fornecedores, institutos de investigação, especialistas do setor e pares, bem como com outros parceiros estratégicos.

## E1-2 Políticas e compromissos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas

Para apoiar a transição para uma economia de baixo carbono, a Sonae estabeleceu um quadro abrangente de políticas que orienta a sua abordagem à mitigação e adaptação às alterações climáticas em todo o seu portefólio diversificado de negócios. A Sonae implementou políticas transversais ao Grupo que integram considerações climáticas nos processos de tomada de decisão, na governação e nas operações. As principais políticas aplicáveis ao Grupo Sonae, incluindo a descrição dos seus conteúdos-chave, âmbito e partes interessadas relevantes, responsabilidades de implementação, instrumentos internacionalmente reconhecidos e impactos, riscos e oportunidades (IRO) associados, encontram-se disponíveis na secção MDR-P – *Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade materiais*, no capítulo de Divulgações Gerais.

A Sonae está comprometida em agir face às alterações climáticas e em alcançar a neutralidade carbónica nas suas operações próprias (Âmbitos 1 e 2) até 2040, ao mesmo tempo que trabalha ativamente na redução das emissões de Âmbito 3 ao longo da sua cadeia de valor. Este compromisso encontra-se refletido na sua Carta de Princípios para as Alterações Climáticas e no *Sustainability-Linked Financing Framework*, ambos assentes na sua Política Ambiental, conforme descrito abaixo.

A **Política Ambiental** estabelece o compromisso da empresa em integrar princípios de gestão ambiental nas suas operações, assegurando a melhoria contínua do desempenho ambiental. Os principais elementos incluem:

- **Mitigação e adaptação às alterações climáticas:** Integrar considerações ambientais nos processos de tomada de decisão e nas estratégias de negócio;
- **Eficiência energética e energias renováveis:** Priorizar a eficiência de recursos, minimizar a geração de resíduos e promover a utilização de fontes de energia sustentáveis;
- **Monitorização e conformidade:** Medir e reportar o desempenho ambiental, assegurando o cumprimento da legislação aplicável e das melhores práticas internacionais;
- **Envolvimento das partes interessadas:** Colaborar com fornecedores, clientes e entidades públicas para promover a sensibilização e a cooperação.

A Comissão Executiva e o Sustainability Consulting Group asseguram a supervisão estratégica, enquanto as equipas de Sustentabilidade são responsáveis pela implementação das políticas e dos planos de ação relacionados com o clima, em articulação com as restantes áreas da organização.

As políticas são revistas periodicamente para garantir o alinhamento com a evolução dos requisitos regulamentares e das melhores práticas de mercado, sendo os indicadores de

desempenho e as avaliações de risco climático conduzidos de acordo com as metodologias da SBTi, TCFD e do *GHG Protocol*.

Reconhecendo as alterações climáticas como um dos principais desafios globais, a **Carta de Princípios para as Alterações Climáticas** define a abordagem da Sonae para gerir riscos climáticos e promover a transição para uma economia de baixo carbono. Os principais compromissos incluem:

- **Avaliação de riscos e oportunidades climáticas:** Realizar avaliações sistemáticas dos riscos e oportunidades relacionados com o clima em todas as unidades de negócio;
- **Descarbonização e transição energética:**
  - o Eletrificar o consumo de energia e expandir a utilização de fontes de energia renováveis;
  - o Implementar medidas de eficiência energética e adotar tecnologias de baixo carbono;
  - o Desenvolver produtos e serviços de baixo carbono que apoiem a transição para uma economia sustentável.
- **Envolvimento das partes interessadas:** Envolver colaboradores, fornecedores, instituições de investigação e especialistas externos para impulsionar a inovação e iniciativas de sustentabilidade;
- **Governança e Supervisão:** Integração das considerações climáticas nas estruturas de governança corporativa, com monitorização e reporte regulares;
- **Monitorização do desempenho e transparência:** Medir os impactos financeiros relacionados com o clima e alinhar as divulgações, incluindo a evolução da pegada de carbono, com normas internacionais como a CSRD, ESRS e TCFD.

Um exemplo relevante de como a Sonae integra a sua estratégia climática nas decisões de negócio e financeiras é o financiamento ligado à sustentabilidade, que associa diretamente instrumentos financeiros a metas de descarbonização. O ***Sustainability-Linked Financing Framework (SLFF)*** da Sonae, que pode ser consultado no capítulo correspondente na secção 4.5. Anexos, define KPIs e metas relacionadas com o clima, suportados por processos de verificação e reporte que reforçam a transparência e a responsabilidade. Os principais componentes climáticos incluem:

- **KPI #1:** Redução das emissões absolutas dos Âmbitos 1 e 2 em 43% até 2030, face a 2022 (excluindo Sierra, Musti e Sparkfood);
- **KPI #2:** Redução da intensidade das emissões dos Âmbitos 1 e 2 em 73% por m<sup>2</sup> até 2030, face a 2019 (na Sierra).



	Baseline		Target		Resultados e Progresso		Status
	Value	Year	Value	Year	2024	2025	
<b>KPI #1</b>	162.583	2022	-43 %	2030	130.578 (-19,7%)	121.578 (-25%)	✓
<b>KPI #2</b>	30,7	2019	-73 %	2030	16,7 (-45,6%)	15,8 (-48,5%)	✓

Ao indexar o financiamento a resultados climáticos mensuráveis, nomeadamente à redução de emissões e a ganhos de eficiência, o SLFF reforça o alinhamento entre a estratégia financeira da Sonae e os seus compromissos climáticos.

Para além das políticas transversais ao Grupo, as unidades de negócio mantêm e implementam políticas que refletem as suas realidades operacionais, ao mesmo tempo que suportam a abordagem climática global do Grupo.

A Musti aprovou uma Política Ambiental no final de 2025 que incorpora a mitigação das alterações climáticas nas suas operações próprias e nos seus produtos e serviços, estabelecendo os princípios que orientam a integração dos temas climáticos na sua abordagem de gestão ambiental.

No setor imobiliário, a abordagem da Sierra às questões climáticas está ancorada na sua Política de Sustentabilidade, sendo a Política de Investimento Responsável o instrumento que traduz estes compromissos em práticas de investimento. A política determina que as decisões de investimento considerem os impactos na eficiência energética e as implicações financeiras dos riscos climáticos físicos e de transição. Para suportar este processo, a Sierra monitoriza o consumo de energia e as emissões associadas através das suas práticas de gestão e de ferramentas internas de reporte, melhorando a qualidade dos dados e permitindo uma análise e reporte consistentes em matéria climática.

A Worten integra os temas climáticos na sua Política de Sustentabilidade, comprometendo-se com a mitigação das alterações climáticas através da descarbonização e da redução da dependência de combustíveis fósseis, suportadas por metas e ações mensuráveis. A política reconhece também a importância da adaptação climática, integrando considerações de resiliência na abordagem mais ampla de gestão ambiental da empresa. Adicionalmente, reforça a eficiência energética e a transição para energias renováveis e de baixo carbono, suportadas por práticas de gestão ambiental certificadas.

A BCF Life Sciences estabeleceu uma Política de Ambiente, Saúde e Segurança, que inclui um compromisso claro de mitigação climática, nomeadamente uma meta de redução do consumo de energia (gás e eletricidade), contribuindo diretamente para a diminuição das emissões de GEE. A Gosh! Food integra considerações climáticas em vários instrumentos de política interna, como a sua *EMS Policy Statement*, incorporando estas dimensões na tomada de decisão operacional, e a Política de *Environmentally Preferable Purchasing (EPP)*, que orienta as aquisições para bens e serviços com menor impacto ao longo do ciclo de vida. Adicionalmente, o seu *3PL Partners Sustainability Commitment* estabelece expectativas para os operadores logísticos no sentido de reduzir as emissões de GEE, através da otimização de rotas, soluções de transporte de baixas emissões, tecnologias energeticamente eficientes e monitorização contínua.

### E1-3 Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas

Com base nos impactos, riscos e oportunidades identificados, e em alinhamento com as políticas, compromissos e metas estabelecidos, está a ser implementado um conjunto de medidas.

A Sonae colabora ativamente com partes interessadas estratégicas, incluindo fornecedores, clientes, parceiros e especialistas, para garantir a implementação de medidas baseadas na ciência, que otimizem os benefícios e reduzam os impactos negativos sobre as comunidades envolvidas.

A Carta de Princípios sobre Alterações Climáticas define a abordagem do Grupo relativamente a:

- Mitigar e adaptar-se às alterações climáticas através de planos de ação estruturados;
- Transitar para energias renováveis, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis;
- Compensar as emissões de GEE inevitáveis, assegurando a descarbonização integral das operações.

Estas iniciativas são aplicadas tanto ao nível do Grupo como nas várias unidades de negócio. Seguem-se alguns exemplos principais dessas ações.

## Alcançar a neutralidade carbónica: âmbitos 1 e 2 até 2040

### Âmbito 1

As emissões do **âmbito 1** têm origem na combustão de combustíveis em ativos detidos pela empresa, nas operações logísticas, nos sistemas de refrigeração e em fontes estacionárias. As iniciativas de redução incluem:

- **Eletrificação da frota** e transição para **alternativas híbridas**;
- **Programas de eficiência energética** nas operações e logística;
- Substituição por **refrigerantes com baixo Potencial de Aquecimento Global (GWP)**, para **minimizar as emissões fugitivas**.

### Âmbito 2

As emissões do **âmbito 2** resultam do **consumo de eletricidade** nas lojas de retalho, centros logísticos e escritórios. As medidas de redução incluem:

- Aquisição de **eletricidade 100% de origem renovável** através de **Garantias de Origem (GO)**;
- Implementação de **Power Purchase Agreements (PPAs)** com fornecedores de energia renovável;
- Expansão da instalação de **painéis solares fotovoltaicos** nos centros de distribuição e escritórios.

Alavancas de descarbonização	Ações	Âmbito e Geografia	Timeline	Resultados e Progresso
<b>Eficiência Energética</b>	Melhorar a eficiência energética nas operações (1)	MC Operações próprias Portugal	2025	Em 2025, a MC reforçou os seus esforços para promover um consumo de energia eficiente e flexível, através do investimento na instalação de equipamentos e sistemas mais eficientes, criando as condições necessárias para uma melhor monitorização e gestão do consumo energético, e desenvolvendo procedimentos para potenciar os investimentos realizados no âmbito do programa Trevo e das remodelações de lojas. Adicionalmente, a MC tem vindo a trabalhar na integração e otimização das infraestruturas elétricas e na comunicação entre sistemas, tendo também modernizado os sistemas de refrigeração, substituindo unidades obsoletas por equipamentos mais eficientes que utilizam gases com menor Potencial de Aquecimento Global (GWP). Em 2025, a MC converteu 29 unidades de refrigeração. Estas ações representaram, no seu conjunto, um investimento de 45 milhões de euros.
<b>Transição para Energia Renovável</b>	Expandir a geração solar no local e os PPAs (1)	MC Operações próprias Portugal	2025	Em 2025, a MC aumentou a capacidade instalada dos seus parques fotovoltaicos de 67 MWp para 75 MWp. A energia solar fotovoltaica e os PPAs representaram 17% da eletricidade consumida pela MC com origem renovável. Considerando o mix da rede elétrica, 64% do consumo total de eletricidade teve origem em fontes renováveis.
<b>Eletrificação</b>	Expandir a rede de carregamento de veículos elétricos e a eletrificação da frota (1)	MC Operações próprias Portugal	2025	Em 2025, a MC continuou a expandir a sua rede Plug&Charge em escritórios, armazéns e unidades industriais, ultrapassando os 288 pontos de carregamento. No final do ano, a MC tinha mais de 1.100 veículos elétricos ou híbridos plug-in na sua frota de serviço e funcional, e 26 veículos elétricos na sua frota online. O investimento na rede Plug&Charge ascendeu a 5,1 milhões de euros.
<b>Eficiência Energética</b>	Melhorar o desempenho energético dos ativos (2)	Sierra Operações próprias Itália e Roménia	2025	A Sierra implementou medidas que incluíram contagem adicional de energia no Gli Orsi, substituição de contadores térmicos, modernização dos Sistemas de Gestão Técnica Centralizada (BMS), substituição da Unidade de Tratamento de Ar (AHU) e dos sistemas de ventilação no Gli Orsi, bem como retrofit da iluminação e melhorias nos sistemas de controlo no ParkLake. O ParkLake também disponibilizou 648 kWp de capacidade fotovoltaica no local e emissões evitadas estimadas em 159 tCO <sub>2</sub> e.
<b>Eletrificação</b>	Transição para uma frota 100% elétrica (3)	Worten Operações próprias Portugal	2032	A Worten está a avançar com a eletrificação da frota, de forma a alcançar uma frota contratada 100% elétrica até 2032. Prevê-se que esta iniciativa reduza as emissões relacionadas com combustíveis nas operações próprias e apoie a descarbonização das emissões associadas à mobilidade. A quantificação de reduções das emissões de GEE será afinada à medida que a implementação avance.
<b>Transição para Energia Renovável</b>	Adquirir 100% de eletricidade renovável (3)	Worten Operações próprias Portugal	2032	Para reduzir ainda mais a sua pegada carbónica, a Worten compromete-se a adquirir 100% de eletricidade renovável através de garantias de origem até 2032. Esta medida garantirá que todo o consumo operacional de energia é assegurado por energia verde, contribuindo para uma redução significativa das emissões de Âmbito 2. A quantificação de reduções específicas das emissões de GEE será afinada à medida que a implementação avance.

Alavancas de descarbonização	Ações	Âmbito e Geografia	Timeline	Resultados e Progresso
<b>Eficiência Energética</b>	Implementação de sistemas AVAC energeticamente eficientes (3)	Worten Operações próprias Portugal	2032	A Worten continuará a substituir equipamentos AVAC de elevado consumo nas lojas, dando prioridade a modelos com refrigerantes de baixo GWP, próximos de 1, para melhorar a eficiência energética e reduzir as emissões dos Âmbitos 1 e 2. A redução de emissões associada a esta iniciativa depende do ciclo completo de substituição e da eficiência operacional dos novos sistemas, sendo os valores específicos divulgados em relatórios futuros.
<b>Eficiência Energética</b>	Melhorar o desempenho energético industrial (4)	BCF Life Sciences Operações próprias França	2025-2026	A BCF Life Sciences avançou na otimização energética através da certificação ISO 50001, da substituição de quatro permutadores de calor, da instalação de contadores de gás e eletricidade e de medidas adicionais de eficiência em equipamentos industriais. Os investimentos associados incluíram OpEx de 50 mil euros para a ISO 50001, CapEx de 125 mil euros para os permutadores de calor, CapEx de 311 mil euros para a medição de gás e eletricidade e OpEx de 50 mil euros para o programa de descarbonização da Bpifrance.
<b>Eficiência Energética</b>	Melhorar a eficiência energética e a mobilidade de baixo carbono nas operações (5)	Salsa Jeans Operações próprias Portugal	2025	A Salsa Jeans implementou medidas que incluíram a instalação de dois pontos de carregamento para veículos elétricos, a substituição da iluminação no estúdio fotográfico e a instalação de iluminação LED em novas aberturas de lojas, contribuindo para a redução do consumo de energia nas operações.

**Notas:**

(1) Estas ações integram o Roteiro de Descarbonização da MC, que visa reduzir as emissões operacionais e alcançar a neutralidade carbónica. Os investimentos reportados combinam CapEx e OpEx, refletidos nas demonstrações financeiras da empresa sob capitalização de ativos e custos operacionais. Os investimentos futuros em eficiência energética e na expansão da utilização de energia renovável continuarão a ser avaliados. Quando as reduções de GEE ao nível de cada ação não são divulgadas, o seu contributo reflete-se na trajetória global de descarbonização definida no roteiro.

(2) Estas iniciativas são financiadas pela Sonae Sierra e integradas no Sustainability-Linked Financing Framework da empresa, que alinha o financiamento futuro com metas ESG, incluindo a neutralidade carbónica até 2040. Mais informação sobre este enquadramento pode ser consultada no Sustainability-Linked Bond Framework da Sierra.

(3) Estas iniciativas contribuem não só para a redução das emissões de GEE, mas também para a mobilidade sustentável e para um menor consumo de energia. Os recursos financeiros são alocados através do plano anual de investimento da Worten. Estão previstos investimentos significativos, em particular na eletrificação da frota, substituição de sistemas AVAC e planeamento do risco climático, enquanto as estruturas de financiamento, incluindo instrumentos de financiamento sustentável, continuam em avaliação. A Worten está igualmente empenhada em reforçar a monitorização financeira para apoiar divulgações futuras mais robustas.

(4) Os recursos financeiros da BCF Life Sciences foram assegurados através de uma combinação de investimentos internos e financiamento externo, incluindo apoios da Bpifrance e da ADEME, bem como a participação no programa DecarFlash, no âmbito do plano France 2030. A alocação futura de CapEx e OpEx continuará a ser avaliada à luz do retorno do investimento e da evolução das condições regulatórias e de mercado. A avaliação do alinhamento da organização com o Regulamento da Taxonomia da UE continua em análise.

(5) Estas iniciativas estão alinhadas com o roteiro de descarbonização da Salsa Jeans, que estabelece como meta uma redução de 50% das emissões de CO2 num horizonte de 10 anos. Embora os recursos financeiros sejam alocados anualmente, a expansão adicional das medidas de eficiência energética e mobilidade de baixo carbono continua dependente da disponibilidade de financiamento. Não foram exigidas alocações financeiras obrigatórias ao abrigo do Regulamento da Taxonomia da UE para estes projetos.



### Adotar medidas para reduzir as emissões de GEE do âmbito 3

As emissões do **âmbito 3** têm origem ao longo da cadeia de valor, tanto a montante como a jusante das operações próprias da empresa. As iniciativas de redução incluem:

- Atuar na **fase de desenvolvimento de produtos/ativos**, selecionando **materiais ou ingredientes com menor impacto**;
- Influenciar os **fornecedores** na transição para **processos de produção descarbonizados**, suportados por **requisitos de contratação** e pelo **reforço de capacidades**;
- **Otimizar o desenho da rede e o fator de carga**, e acelerar a transição para **frotas de baixas emissões**, promovendo a descarbonização no setor dos transportes;
- Expandir a **disponibilidade e a visibilidade de opções de produtos com menor impacto ambiental** e **incentivar os consumidores** a optarem por essas opções.

Alavancas de descarbonização	Ações	Âmbito e Geografia	Timeline	Resultados e Progresso
<b>Modelo de Negócio</b>	Avaliar a sustentabilidade dos produtos para apoiar a descarbonização do cabaz	MC Montante Portugal	2025	A MC continuou a implementar a plataforma Sustainable Choices, que avalia os produtos alimentares com base em métricas como a pegada carbónica, o uso de água e o uso do solo, permitindo a priorização e a definição de planos de ação. Foi também definida uma estratégia de comunicação para simplificar estes conceitos junto dos consumidores e apoiar a descarbonização do cabaz. Esta ação representou um investimento de 78 mil euros.
<b>Transformação da Cadeia de Valor</b>	Avaliar o desempenho ESG dos fornecedores	Worten Montante e jusante Todas as geografias do Grupo Worten	2032	A Worten continuou a implementar processos de envolvimento de fornecedores e de avaliação ESG, abrangendo métricas como consumo de energia, emissões de GEE e impacto ambiental, com o objetivo de aumentar, ao longo do tempo, o número de fornecedores avaliados.
<b>Modelo de Negócio</b>	Concluir avaliações de ciclo de vida em toda a gama de produtos	Gosh! Food Montante, operações próprias e jusante Reino Unido	2025	A Gosh! Food concluiu ACV para 100% da gama de produtos, melhorando a visibilidade sobre os impactos ambientais ao nível do produto e ajudando a identificar os principais fatores de emissão do Âmbito 3 e as respetivas alavancas de mitigação.
<b>Transformação da Cadeia de Valor</b>	Integrar critérios ambientais nas compras e na logística	Gosh! Food Montante e jusante Reino Unido	2025	A Gosh! Food implementou a Política EPP para decisões de compra não centrais e formalizou, junto dos parceiros logísticos, o reconhecimento do seu Compromisso de Sustentabilidade para Parceiros 3PL.

**Nota:** Muitas destas iniciativas centram-se em viabilizar e facilitar a redução de emissões ao longo da cadeia de valor, em vez de proporcionarem, nesta fase, reduções quantificáveis de emissões de GEE de forma direta. Por conseguinte, a quantificação das reduções de emissões continua em desenvolvimento e será afinada à medida que melhorem a disponibilidade de dados, o envolvimento dos fornecedores e as metodologias de medição. Os recursos financeiros para estas iniciativas estão integrados nos orçamentos operacionais das respetivas unidades de negócio, sendo considerados enquadramentos de investimento relevantes sempre que aplicável.



## E1-4 Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas

A Sonae está comprometida com o combate às alterações climáticas, através da definição de metas mensuráveis, com horizonte temporal definido e baseadas na ciência, assegurando o alinhamento com o Acordo de Paris e com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Estas metas constituem a base da estratégia climática do Grupo, assegurando resiliência de longo prazo, eficiência operacional e descarbonização da cadeia de valor.

As metas foram definidas com o envolvimento das partes interessadas relevantes, tendo sido validadas através da *Science-Based Targets initiative (SBTi)*, com recurso às suas metodologias e ferramentas para garantir credibilidade e alinhamento com os objetivos climáticos globais. O processo contou com a colaboração de peritos internos e externos, reforçando o compromisso da Sonae com uma ação climática transparente e orientada pela ciência.

Em 2023, a MC e a Sierra obtiveram validação oficial da SBTi para as suas metas de redução de emissões dos Âmbitos 1, 2 e 3 (de curto prazo). Em 2024, a Worten obteve igualmente validação para as suas metas de curto prazo, enquanto a Sierra recebeu validação para a sua meta de neutralidade carbónica de longo prazo até 2040. Esta validação demonstra o compromisso da Sonae em definir metas de descarbonização robustas e credíveis, procurando assegurar que pelo menos 95% das emissões do seu portefólio estão cobertas por metas validadas pela SBTi.

O processo de definição de metas de acordo com a metodologia da SBTi teve início em 2018, com a definição da primeira meta do Grupo. A Sierra submeteu as suas metas com base no ano de 2019, enquanto as restantes unidades de negócio, após um processo de validação robusto, escolheram 2022 como ano de referência, refletindo operações normalizadas e evitando distorções causadas pelos anos da pandemia de 2020–2021.

Cada unidade de negócio contribui para estes objetivos através de metas específicas de redução de emissões de GEE, assegurando que a estratégia de descarbonização abrange as suas próprias operações e as atividades a montante e a jusante.

A Sonae aplica metas de redução absoluta a todas as áreas de negócio, assegurando uma diminuição das emissões independentemente do crescimento do negócio. No caso dos projetos imobiliários da Sierra, foi definida uma meta baseada na intensidade das emissões, tendo em conta a variabilidade das emissões ao longo dos ciclos de desenvolvimento dos projetos.

A tabela seguinte apresenta estas metas e o progresso alcançado face ao ano de referência.

Alavancas de Descarbonização	Âmbito e Geografia	Descrição do Objetivo	Baseline		Target		Resultados e Progresso
			Valor	Ano	Valor	Ano	
Eficiência Energética, Transição para Energias Renováveis, Eletrificação, Modelo de Negócio, Transformação da Cadeia de Valor, Economia Circular e Eficiência de Materiais	Sonae, todas as operações próprias ( <i>market-based</i> ), incluindo a participação da Sierra ( <i>location-based</i> ), excluindo Musti e Sparkfood.	Redução absoluta nos âmbitos 1 e 2 (tCO <sub>2</sub> e)	171.454	2022	-53 %	2032	Em 2025, o resultado foi de 129.021 tCO <sub>2</sub> e (-25%). [Em 2025, o resultado foi de 140.621 tCO <sub>2</sub> e, incluindo a Musti e a Sparkfood.]
	Sonae âmbitos 1 e 2, todas as operações próprias (perímetro de consolidação, exceto Musti e Sparkfood), ativos core da Sierra ( <i>market-based</i> )	Redução absoluta nos âmbitos 1 e 2 (tCO <sub>2</sub> e)	233.211	2018	-54 %	2030	Em 2025, o resultado foi de 126.337 tCO <sub>2</sub> e (-46%).
	MC <i>market-based</i> Operações próprias, incluindo Druni Portugal e Espanha	Redução absoluta nos âmbitos 1 e 2 (tCO <sub>2</sub> e)	151.835	2022	-51 %	2032	Em 2025, o resultado foi de 115.902 tCO <sub>2</sub> e (-24%).
	MC Montante Portugal e Espanha	Redução absoluta - Categoria 1 bens e serviços adquiridos do âmbito 3 (tCO <sub>2</sub> e)	5.807.789	2022	-31 %	2032	Em 2025, o resultado foi de 7.116.037 tCO <sub>2</sub> e (+23%).
	Sierra <i>equity-share, location-based</i> Operações próprias PT, ES, DE, RO, IT	Redução nos âmbitos 1 e 2 em termos de kg CO <sub>2</sub> e/m <sup>2</sup> ABL (curto prazo)	30,7	2019	-73 %	2030	Em 2025, o resultado foi de 15,8 kg CO <sub>2</sub> e/m <sup>2</sup> ABL (-48,5%).
	Sierra <i>equity-share, location-based</i> Operações próprias PT, ES, DE, RO, IT	Redução nos âmbitos 1 e 2 em termos de kg CO <sub>2</sub> e/m <sup>2</sup> ABL (longo prazo)	30,7	2019	-99,4 %	2040	Em 2025, o resultado foi de 15,8 kg CO <sub>2</sub> e/m <sup>2</sup> ABL (-48,5%).
	Sierra <i>equity-share</i> Montante e jusante Todas as geografias da Sierra	Redução do âmbito 3 no carbono incorporado (categoria 1) dos projetos de desenvolvimento em kg CO <sub>2</sub> e/m <sup>2</sup> ABI (curto prazo)	566	2019	-55 %	2030	Em 2025, o resultado foi de 207,4 kg CO <sub>2</sub> e/m <sup>2</sup> ABI (-63%).
	Sierra <i>equity-share</i> Montante e jusante Todas as geografias da Sierra	Redução do âmbito 3 no carbono incorporado (categoria 1) dos projetos de desenvolvimento em kg CO <sub>2</sub> e/m <sup>2</sup> ABI (longo prazo)	566	2019	-97 %	2040	Em 2025, o resultado foi de 207,4 kg CO <sub>2</sub> e/m <sup>2</sup> ABI (-63%).
	Sierra <i>equity-share</i> Montante e jusante Todas as geografias da Sierra	Redução do âmbito 3 em todas as outras categorias (tCO <sub>2</sub> e) (curto prazo)	104.929	2019	-46,2 %	2030	Em 2025, o resultado foi de 56.333 tCO <sub>2</sub> e (-46,3%).
	Sierra <i>equity-share</i> Montante e jusante Todas as geografias da Sierra	Redução do âmbito 3 em todas as outras categorias (tCO <sub>2</sub> e) (longo prazo)	104.929	2019	-99,6 %	2040	Em 2025, o resultado foi de 56.333 tCO <sub>2</sub> e (-46,3%).
	Worten <i>market-based</i> Operações próprias Portugal	Redução absoluta de âmbito 1 e 2 (tCO <sub>2</sub> e)	3.951	2022	-50,4 %	2032	Em 2025, o resultado foi de 2,877 tCO <sub>2</sub> e (-27%).
	Worten Montante e jusante Todas as geografias do Grupo Worten	Redução absoluta Categoria 1 (bens e serviços adquiridos) e Categoria 11 (utilização de bens vendidos) do âmbito 3 (tCO <sub>2</sub> e)	1.679.745	2022	-50,4 %	2032	Em 2025, o resultado foi de 2.071.021 tCO <sub>2</sub> e (+23%).
	Sparkfood, BCF Life Sciences Operações próprias França	Consumo de Energia (MWh)	96.815	2021	-30 %	2027	Em 2025, o resultado foi de 86.297 MWh (-11%).
	Musti <i>market-based</i> Operações próprias Todas as geografias do Grupo Musti	Redução absoluta nos âmbitos 1 e 2 (tCO <sub>2</sub> e)	4.135	2024	-42 %	2030	Em 2025, o resultado foi de 1.875 tCO <sub>2</sub> e (-55%).
Sonae, todas as operações próprias ( <i>market-based</i> ), excluindo a Sierra, Sparkfood e Musti	Redução absoluta nos âmbitos 1 e 2	162.583	2022	-43 %	2030	Em 2025, o resultado foi de 121.250 tCO <sub>2</sub> e (-25%).	

**Nota:**

- ABI: Área Bruta Interna; ABL: Área Bruta Locável
- Os valores de baseline e as metas da Sonae ao nível do Grupo foram originalmente definidos incluindo a MO e a Zippy. Estas empresas foram posteriormente alienadas. Assim, em 2025, o seu impacto encontra-se apenas parcialmente refletido nos valores reportados, uma vez que está incluído o primeiro semestre do ano.



A Sonae **monitoriza os seus objetivos duas vezes por ano** no âmbito do Grupo Consultivo de Sustentabilidade, estabelecendo **metas anuais** para garantir uma melhoria contínua e manter alinhamento com os objetivos a longo prazo. Embora estas metas não sejam divulgadas publicamente, estas asseguram que os objetivos de longo prazo se mantêm no rumo certo para serem alcançados. Até ao momento, todas as metas têm sido consistentemente cumpridas, com o acompanhamento do progresso em linha com os planos iniciais.

A Sonae adota uma abordagem estruturada para alcançar as suas metas climáticas, integrando **medidas de eficiência energética, adoção de energias renováveis e envolvimento da cadeia de valor**.

Ainda assim, a Sonae depende da **inovação tecnológica** para alcançar as metas de redução de emissões, especialmente no transporte rodoviário de mercadorias pesadas. A empresa apoia **atividades de I&D e parcerias** com universidades e centros de investigação para acelerar soluções logísticas sustentáveis e de baixo carbono.

As avaliações do impacto financeiro reforçam a alocação estratégica de recursos, garantindo a resiliência financeira face aos riscos climáticos. Com metas e planos de ação definidos, a Sonae está a mitigar a sua vulnerabilidade a **riscos climáticos**, nomeadamente através da redução de emissões e da implementação de medidas de adaptação robustas, concebidas para mitigar riscos associados a fenómenos climáticos extremos, assegurando a gestão eficaz tanto de **riscos físicos como de transição**.

## E1-5 Consumo energético e combinação de energia

A Sonae está comprometida com a **otimização do consumo de energia** e com o **aumento da proporção de energia renovável** nas suas operações, em alinhamento com as suas metas de descarbonização e com a transição para uma economia de baixo carbono.

A estratégia energética da empresa centra-se na melhoria da eficiência, na aquisição de energia renovável e no avanço tecnológico, com o objetivo de **reduzir a dependência de combustíveis fósseis**.

*Princípios contabilísticos: A Sonae quantifica e reporta o consumo de energia em alinhamento com o enquadramento das ESRS, garantindo a precisão e consistência entre períodos de reporte. Os dados são recolhidos a partir de contadores, sistemas de gestão de energia, faturas de fornecedores, registos de gestão de frotas e auditorias energéticas periódicas.*

*Os fatores de conversão para combustíveis e eletricidade seguem as orientações da DEFRA 2025, alinhadas com as metodologias do IPCC, tendo em conta os mixes energéticos nacionais e os valores caloríficos inferiores. Sempre que não haja dados em tempo real disponíveis, são utilizadas estimativas baseadas em médias históricas, ajustadas por variações operacionais.*

*O consumo de eletricidade é classificado por fonte (fóssil, nuclear, renovável) com base na informação dos fornecedores e em contratos verdes certificados (Power Purchase Agreements – PPAs, Garantias de Origem – GOs).*

*Embora o reporte esteja alinhado com o AR32 (j) — que assume que o mix da rede deve ser considerado como tendo origem fóssil —, a percentagem de eletricidade de fonte renovável reportada inclui energia renovável autoproduzida e autoconsumida, a quota renovável do mix da rede, e o consumo de eletricidade proveniente de contratos verdes (PPAs e GOs).*

*Todos os dados energéticos são verificados por entidade externa ao nível do relatório consolidado, assegurando a conformidade com os requisitos de reporte de sustentabilidade. As metodologias e abordagens de cálculo específicas das empresas da Sonae, bem como quaisquer inclusões, exclusões, alterações de âmbito, reformulações ou correções históricas, são devidamente identificadas nas tabelas de indicadores das respetivas divulgações obrigatórias.*

## Consumo de Energia

O consumo de energia, de acordo com o disposto na alínea j) do AR32, pressupõe que o mix da rede elétrica deve ser considerado como tendo origem fóssil. Abaixo, a Sonae apresenta a informação em conformidade com este requisito:

MWh	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Consumo de combustíveis derivados de petróleo bruto e produtos petrolíferos	160.147	171.984	2.874	2.290	582	555	2.594	2.222	166.197	177.052
Consumo de combustíveis a partir de gás natural	9.530	2.794	4.275	4.298	-	-	82.472	66.749	96.277	73.842
Consumo de combustíveis provenientes de outras fontes fósseis	56	34	-	-	-	-	12.629	12.854	12.686	12.888
Consumo de eletricidade adquirida proveniente de fontes fósseis	357.057	450.026	142	7.377	713	674	26.533	33.038	384.444	491.116
Consumo de calor, vapor e arrefecimento adquiridos, provenientes de fontes fósseis	12.398	13.141	-	-	169	126	-	240	12.567	13.507
<b>Consumo total de energia proveniente de fontes fósseis</b>	<b>539.188</b>	<b>637.979</b>	<b>7.291</b>	<b>13.966</b>	<b>1.463</b>	<b>1.355</b>	<b>124.228</b>	<b>115.105</b>	<b>672.170</b>	<b>768.404</b>
<b>Consumo total de energia proveniente de fontes nucleares</b>	<b>29.274</b>	<b>62.358</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>61</b>	<b>18.145</b>	<b>114</b>	<b>47.419</b>	<b>62.533</b>
Consumo de eletricidade adquirida proveniente de fontes renováveis	136.549	70.407	6.748	2.455	-	-	-	-	143.296	72.863
Consumo de energia renovável autoproduzida sem recurso a combustíveis	47.548	64.162	-	740	-	-	472	-	48.019	64.902
<b>Consumo total de energia proveniente de fontes renováveis</b>	<b>184.096</b>	<b>134.569</b>	<b>6.748</b>	<b>3.196</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>472</b>	<b>-</b>	<b>191.316</b>	<b>137.765</b>
<b>Consumo total de energia</b>	<b>752.558</b>	<b>834.905</b>	<b>14.039</b>	<b>17.162</b>	<b>1.463</b>	<b>1.416</b>	<b>142.845</b>	<b>115.219</b>	<b>910.905</b>	<b>968.701</b>

Notas:

- O consumo de eletricidade proveniente de fontes renováveis inclui apenas o consumo de eletricidade ao abrigo de contratos verdes (PPAs e Garantias de Origem).
- Não existiu consumo de fontes de energia baseadas em carvão.
- Não existiu consumo de combustíveis baseados em fontes renováveis.





### Parcela de fontes renováveis e fósseis no consumo total de energia

%	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Fonte fóssil	72 %	76 %	52 %	81 %	100 %	96 %	87 %	100 %	74 %	79 %
Fonte nuclear	4 %	7 %	0 %	0 %	0 %	4 %	13 %	0 %	5 %	6 %
Fonte renovável	24 %	16 %	48 %	19 %	0 %	0 %	0 %	0 %	21 %	14 %

### Parcela de instrumentos contratuais no consumo de eletricidade

Para além da eletricidade auto-produzida e auto-consumida, a Sonae recorre a **instrumentos contratuais** como **Power Purchase Agreements (PPAs)** e **Garantias de Origem (GO)** como fontes de energia renovável. Estes instrumentos contratuais representam 11% do consumo total de eletricidade:

MWh	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Eletricidade de instrumentos contratuais	136.549	70.407	6.748	2.455	-	-	-	-	143.296	72.863
Consumo total de eletricidade	570.427	646.953	6.890	10.573	713	734	45.150	33.152	623.179	691.413
% Instrumentos contratuais de eletricidade	24 %	11 %	98 %	23 %	0 %	0 %	0 %	0 %	23 %	11 %

### Intensidade energética de atividades de Setores de Elevado Impacto Climático (HCIS)

Na Sonae, os Setores de Elevado Impacto Climático (*High Climate Impact Sectors – HCIS*) incluem as empresas dos setores do **Retailho** (MC, Worten e Musti), **Imobiliário** (Sierra) e **Moda**, incluída em Outros Negócios. Os valores de 2024 foram ajustados para refletir a reclassificação das marcas de Moda na categoria “Outros negócios”.

	Retailho		Imobiliário		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Consumo de Energia de HCIS [MWh]	752.558	834.905	14.039	17.162	36.137	25.573	802.735	877.640
Volume de negócios de HCIS [€]	9.388.683	10.877.131	135.956.914	151.210.311	371.274.000	236.972.000	9.895.914	11.265.320
Intensidade energética [MWh / €]	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001

### Estratégia de Transição para Energias Renováveis

A Sonae tem como objetivo aumentar a adoção de energia renovável, reduzir a intensidade energética e transitar progressivamente para longe dos combustíveis fósseis. As principais iniciativas incluem:

- Expansão da capacidade de **produção solar fotovoltaica** nos ativos da empresa (por exemplo, centros logísticos, unidades industriais, centros comerciais e lojas);
- Aquisição de **Garantias de Origem (GOs)** para assegurar eletricidade 100% renovável;
- Celebração de contratos de compra de energia (**Power Purchase Agreements – PPAs**) com fornecedores de energia renovável;
- **Eliminação progressiva de combustíveis fósseis** nas operações de frota, com transição para veículos elétricos, soluções híbridas e outras tecnologias alternativas;
- Melhorias na **eficiência energética** em imóveis comerciais, escritórios e plataformas logísticas.

## Produção de energia

A maior parte da energia produzida é auto-consumida (mais de 80%), sendo a restante injetada na rede.

MWh	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Produção não-renovável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produção renovável	56.808	76.972	-	740	-	-	538	813	57.347	78.526

## Integração com a Estratégia Climática

A transição energética na Sonae está diretamente ligada aos seus **compromissos climáticos** (disponíveis na secção anterior E1-4) e à **estratégia de neutralidade carbónica a longo prazo**. A otimização energética contribui para:

- Redução das emissões do âmbito 1, através da substituição de fontes energéticas baseadas em combustíveis fósseis;
- Diminuição das emissões do âmbito 2, através do aumento da eletricidade de origem renovável;
- Minimização das emissões energéticas do âmbito 3, através da colaboração com fornecedores e operadores logísticos, bem como da influência sobre escolhas mais sustentáveis por parte dos consumidores.

A Sonae monitoriza o seu consumo de **eletricidade verde** como um **vetor estratégico** na **descarbonização das emissões do âmbito 2**, considerando o mix da rede a repartição por fontes fósseis, nucleares e renováveis:

## Sonae energia renovável

MWh	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Consumo total de eletricidade	570.427	646.953	6.890	10.573	713	734	45.150	33.152	623.179	691.413
Consumo total de eletricidade proveniente de fontes renováveis	357.626	428.010	6.748	6.392	404	400	13.858	5.190	378.635	439.992
% eletricidade de fontes renováveis	63 %	66 %	98 %	60 %	57 %	54 %	31 %	16 %	61 %	64 %

Nota: A metodologia adotada pela Sonae para as categorias de energia renovável (o consumo de eletricidade proveniente de fontes renováveis) inclui a eletricidade renovável autoproduzida e autoconsumida, a componente renovável do mix da rede e o consumo de eletricidade ao abrigo de contratos verdes (PPAs e Garantias de Origem).

## E1-6 Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE

**Princípios contabilísticos:** A Sonae quantifica as emissões brutas de GEE das suas empresas utilizando o GHG Protocol – Corporate Accounting Standard, garantindo rigor metodológico e consistência.

A Sonae quantifica e reporta as emissões de GEE em alinhamento com o GHG Protocol e os padrões das ESRS, cobrindo o Âmbito 1, Âmbito 2 (location-based e market-based) e Âmbito 3.

O Âmbito 1 inclui emissões diretas da combustão de combustíveis em ativos detidos pela empresa, logística, biomassa e refrigerantes, enquanto o âmbito 2 abrange emissões indiretas de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento adquiridos. Emissões de f-gases são incluídas na metodologia de cálculo das emissões de Âmbito 1, associadas a refrigeração e equipamento de ar condicionado. As emissões são calculadas para CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub>, N<sub>2</sub>O, HFCs, PFCs e SF<sub>6</sub>, utilizando os fatores da DEFRA 2025, que estão alinhados com as metodologias do IPCC.



As emissões do âmbito 2 são calculadas usando fatores do mix da rede (*location-based*) e fatores específicos de fornecedores (*market-based*), que consideram o fornecedor de eletricidade e o mix energético contratado, incluindo Garantias de Origem (GOs) e Power Purchase Agreements (PPAs). Para as emissões do Âmbito 1, as emissões biogénicas foram de 0 tCO<sub>2</sub>e em 2025, em linha com 2024. As emissões biogénicas do Âmbito 1 reportadas em anos anteriores foram reavaliadas e corrigidas para 0 tCO<sub>2</sub>e. Para o âmbito 2, as emissões biogénicas de CO<sub>2</sub> não são reportadas separadamente, dado que os fatores de emissão utilizados não oferecem esse nível de desagregação. Adicionalmente, quando as metodologias *location-based* e *market-based* não contabilizam emissões de GEE não-CO<sub>2</sub> (CH<sub>4</sub>, N<sub>2</sub>O), esta limitação é reconhecida como uma restrição dos fatores disponíveis.

As emissões do âmbito 3 são reportadas utilizando uma combinação de dados primários de fornecedores e estimativas modeladas. Dada a natureza das atividades do portefólio da Sonae, as categorias mais representativas referem-se a “Bens e Serviços Adquiridos” (78%) e “Utilização de Produtos Vendidos” (12%) em 2025. A proporção de emissões calculadas com dados primários de fornecedores varia entre categorias, com maior cobertura em Bens e Serviços Adquiridos, Logística e Bens de Capital, enquanto outras categorias dependem de metodologias baseadas em despesa (*spend-based*) ou híbridas. Quando não estão disponíveis dados específicos, são utilizadas referências de literatura ou extrapolações com base em volumes de receita, proxies sectoriais e benchmarks documentais. As categorias que representam menos de 5% das emissões totais do âmbito 3 são excluídas do cálculo. Embora a percentagem de dados primários por categoria não esteja disponível, a MC utiliza dados primários para a sua categoria mais representativa, Bens e Serviços Adquiridos.

Será realizada uma reavaliação para garantir a consistência com a ciência climática mais recente e com as melhores práticas. Um exemplo desta atualização periódica é a MC, que conduz uma revisão metodológica a cada cinco anos.

Todos os dados de emissões são verificados externamente ao nível do relatório consolidado, assegurando a conformidade com os requisitos de reporte de sustentabilidade. As metodologias e abordagens de cálculo específicas das empresas da Sonae, bem como inclusões, exclusões, alterações de âmbito, reformulações ou correções históricas, são claramente identificadas nas tabelas de indicadores dos requisitos de divulgação aplicáveis.

## Emissões GEE

As emissões do âmbito 1 da Sonae não estão sujeitas a um regime regulado de comércio de emissões.

As emissões de Scope 1 diminuiram 17%, refletindo o impacto das medidas de eficiência operacional.

As emissões de Scope 2 diminuiram 18% (*location-based*) e aumentaram 1% (*market-based*). A redução na abordagem *location-based* foi principalmente impulsionada por melhorias no mix de produção de energia da rede elétrica nacional. As emissões *market-based* mantiveram-se globalmente estáveis face ao ano anterior, sendo o ligeiro aumento explicado pelo aumento do consumo de energia.

As emissões de Scope 3 aumentaram 12%, impactadas pelo aumento do volume de vendas e à aquisição e integração do Grupo Druni (na MC), com impacto nas categorias 1 (bens e serviços adquiridos) e 11 (utilização dos produtos vendidos).

tCO2e	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		Baseline		TOTAL		Anual % 2025/ 2024
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	Ano base 2022	2024	2025		
<b>Âmbito 1</b>													
Âmbito 1 Bruto	61.487	49.871	1.442	1.380	156	146	16.263	14.298	66.408	79.347	65.694	-17 %	
EU ETS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
<b>Âmbito 1</b>	<b>61.487</b>	<b>49.871</b>	<b>1.442</b>	<b>1.380</b>	<b>156</b>	<b>146</b>	<b>16.263</b>	<b>14.298</b>	<b>66.408</b>	<b>79.347</b>	<b>65.694</b>	<b>-17 %</b>	
<b>Âmbito 2</b>													
Âmbito 2 bruto location based	84.306	69.626	1.656	1.736	98	106	3.978	2.498	-	90.038	73.965	-18 %	
Âmbito 2 bruto market based	69.767	70.782	55	725	98	91	4.300	3.328	105.047	74.220	74.927	1 %	
<b>Âmbito 1 + 2 location based</b>	<b>145.792</b>	<b>119.497</b>	<b>3.098</b>	<b>3.116</b>	<b>254</b>	<b>251</b>	<b>20.241</b>	<b>16.796</b>	<b>-</b>	<b>169.385</b>	<b>139.660</b>	<b>-18 %</b>	
<b>Âmbito 1 + 2 market based</b>	<b>131.254</b>	<b>120.654</b>	<b>1.497</b>	<b>2.105</b>	<b>254</b>	<b>237</b>	<b>20.563</b>	<b>17.626</b>	<b>171.455</b>	<b>153.567</b>	<b>140.621</b>	<b>-8 %</b>	
<b>Âmbito 3</b>													
Categoria 1: Bens e serviços adquiridos	7.165.134	8.093.037	2.801	2.626	0	0	108.017	52.835	6.477.953	7.275.953	8.148.498	12 %	
Subcategoria: Serviços de computação em nuvem e centros de dados	0	0	0	0	0	0	0	0	—	0	0		
Categoria 2: Bens de capital	109.174	126.430	295	3.068	0	0	0	0	96.447	109.469	129.498	18 %	
Categoria 3: Atividades relacionadas com combustíveis e energia	29.543	36.739	782	793	0	0	1.154	704	26.674	31.479	38.236	21 %	
Categoria 4: Transporte e distribuição a montante	126.643	150.913	555	2.834	0	0	16.239	4.124	39.718	143.437	157.871	10 %	
Categoria 5: Resíduos gerados nas operações	12.107	15.377	544	401	0	0	402	135	12.125	13.052	15.913	22 %	
Categoria 6: Viagens de negócios	4.154	5.058	1.000	1.144	135	135	495	368	3.360	5.785	6.705	16 %	
Categoria 7: Deslocações dos colaboradores (commuting)	58.005	68.033	700	693	133	133	4.147	2.964	77.754	62.985	71.822	14 %	
Categoria 8: Ativos arrendados a montante	0	0	0	0	0	0	0	0	—	0	2	-50 %	
Categoria 9: Transporte e distribuição a jusante	302.996	382.677	35.716	32.124	0	0	27.236	29.571	669.652	365.949	444.371	21 %	



tCO2e	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		Baseline		TOTAL		Anual % 2025/ 2024
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	Ano base 2022	2024	2025		
Categoria 10: Transformação de produtos vendidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Categoria 11: Utilização de produtos vendidos	1.106.549	1.212.732	0	0	0	0	68.957	30.966	1.196.790	1.175.506	1.243.698	6 %	
Categoria 12: Tratamento no fim de vida dos produtos vendidos	64.405	79.900	0	0	0	0	6.139	3.248	102.644	70.544	83.148	18 %	
Categoria 13: Ativos arrendados a jusante	0	0	5.938	7.018	0	0	0	0	88.339	5.938	7.018	18 %	
Categoria 14: Franquias	13.174	16.477	0	0	0	0	583	418	25.965	13.757	16.895	23 %	
Categoria 15: Investimentos	—	0	4.947	62.588	0	0	39.930	3.589	0	44.877	66.177	47 %	
<b>Total de emissões brutas do âmbito 3</b>	<b>8.991.886</b>	<b>10.187.372</b>	<b>53.277</b>	<b>113.289</b>	<b>268</b>	<b>268</b>	<b>273.299</b>	<b>128.921</b>	<b>8.817.421</b>	<b>9.318.730</b>	<b>10.429.850</b>	<b>12 %</b>	
<b>Âmbito 3 biogénico</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>51</b>	<b>—</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>51</b>	<b>—</b>	<b>— %</b>	
<b>Total emissões GEE</b>													
Total emissões GEE location based	<b>9.137.678</b>	<b>10.306.869</b>	<b>56.375</b>	<b>116.405</b>	<b>522</b>	<b>519</b>	<b>293.540</b>	<b>145.717</b>	<b>—</b>	<b>9.488.116</b>	<b>10.569.510</b>	<b>11 %</b>	
<b>Total GEE emissões market based</b>	<b>9.123.140</b>	<b>10.308.025</b>	<b>54.774</b>	<b>115.394</b>	<b>522</b>	<b>505</b>	<b>293.862</b>	<b>146.547</b>	<b>8.988.876</b>	<b>9.472.297</b>	<b>10.570.471</b>	<b>12 %</b>	

Notas Metodológicas:

Âmbitos 1 e 2

- Os valores históricos foram atualizados devido a ajustes na metodologia de cálculo. Emissões biogénicas de âmbito 1 de 0 tCO<sub>2</sub>e, tanto em 2024 como em 2025.
- Na sequência da alienação das marcas MO e Zippy, os dados apresentados para estas operações referem-se apenas aos primeiros seis meses do ano.
- As emissões brutas de âmbito 1 e âmbito 2 do Grupo incluem uma participação de 50% na Joint Venture Sohi (Meat Solutions), em linha com a abordagem de consolidação aplicável. As emissões correspondentes a esta participação são as seguintes: 289 tCO<sub>2</sub>e (Âmbito 1 bruto) ; 508 tCO<sub>2</sub>e (Âmbito 2 bruto, location-based) ; 521 tCO<sub>2</sub>e (Âmbito 2 bruto, market-based).
- Os valores de âmbito 2 de 2024 foram ajustados na sequência de uma revisão da metodologia de cálculo. O valor de âmbito 2 location-based era de 89.601 tCO<sub>2</sub> e o valor de âmbito 2 market-based era de 73.439 tCO<sub>2</sub>.

Âmbito 3

A Sonae SGPS considera a diversidade dos seus negócios e aplica metodologias específicas ao reporte do âmbito 3.

- Musti: Os dados de 2025 já incluem valores do âmbito 3, que estavam anteriormente indisponíveis.
- Sierra: Os dados de 2024 e 2025 refletem o perímetro consolidado.
- Holding: Incluídos pela primeira vez em 2023 e 2024, abrangendo a Categoria 6 (Viagens de Trabalho), Categoria 7 (Deslocações dos Colaboradores) e Categoria 15 (Investimentos), que cobre participações no Universo e na NOS.
- Emissões biogénicas de âmbito 3 foram de 0 tCO<sub>2</sub>e em 2025.



## Métricas de Intensidade de GEE

	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Emissões totais de GEE location-based (tCO2e)</b>	9.137.678	<b>10.306.841</b>	56.375	<b>116.405</b>	522	<b>519</b>	293.540	<b>145.717</b>	9.488.116	<b>10.569.510</b>
<b>Emissões totais de GEE market-based (tCO2e)</b>	9.123.140	<b>10.308.026</b>	54.774	<b>115.394</b>	522	<b>505</b>	293.862	<b>146.547</b>	9.472.297	<b>10.570.471</b>
<b>Volume de Negócios (€)</b>	9.388.683.533	<b>10.877.138.561</b>	135.956.988	<b>151.210.361</b>	18.251.353	<b>17.106.542</b>	463.384.555	<b>341.552.640</b>	9.947.067.996	<b>11.360.071.583</b>
<b>Intensidade de GEE location-based (tCO2e/€)</b>	0,001	<b>0,001</b>	—	<b>0,001</b>	0,000	<b>0,000</b>	0,001	—	0,001	<b>0,001</b>
<b>Intensidade de GEE market-based (tCO2e/€)</b>	0,001	<b>0,001</b>	—	<b>0,001</b>	0,000	<b>0,000</b>	0,001	—	0,001	<b>0,001</b>

Os valores apresentados em Volume de Negócios são os que constam do reporte por segmentos no anexo às demonstrações financeiras, não incluindo as eliminações intersegmentos.



## ESRS E3 - Recursos Hídricos e Marinhos

### Principais subtemas/ sub-subtemas relacionados com Recursos Hídricos e Marinhos

Consumo de água

Descargas de água

As divulgações relacionadas com a descrição dos processos para identificar e avaliar impactos materiais, riscos e oportunidades (IRO-1) são apresentadas no capítulo de Divulgações Gerais.

### E3-1 Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos

O Grupo Sonae reconhece que a gestão responsável da água é um pilar crítico da sua estratégia de sustentabilidade, essencial para minimizar pressões ambientais e assegurar a resiliência a longo prazo. Enquanto gestor de portefólio, a Sonae adota uma abordagem centralizada para orientar e monitorizar os impactos das suas operações, bem como ao longo da cadeia de valor a montante e a jusante, sobre a água e ecossistemas marinhos.

As principais políticas aplicáveis ao Grupo Sonae, incluindo uma descrição dos principais conteúdos, âmbito e partes interessadas relevantes afetadas, responsabilidade pela implementação, instrumentos internacionalmente reconhecidos e IROs associados, podem ser encontradas na seção MDR-P Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade materiais do capítulo de Divulgações Gerais.

A Política Ambiental do Grupo Sonae funciona como um enquadramento global que orienta os seus negócios na adoção de práticas ambientais responsáveis, enfatizando o uso eficiente da água, o abastecimento sustentável de recursos hídricos e a prevenção da poluição nas atividades empresariais. Estas políticas são operacionalizadas através de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) alinhados com a norma ISO 14001.

A gestão do uso da água e da poluição nas cadeias de abastecimento das empresas é igualmente orientada por critérios ambientais incorporados em Políticas de Compras ou de Investimento e em Códigos de Conduta de Fornecedores. Estas políticas estabelecem expectativas em termos de procedimentos sustentáveis, reforçando a gestão responsável da água nos processos de compra e parcerias, e assegurando o cumprimento dos requisitos legais.

Sempre que material, estas políticas influenciam também o desenvolvimento de produtos e serviços e as práticas operacionais, promovendo a utilização eficiente de recursos e padrões de produção responsáveis, incluindo em atividades ligadas à produção alimentar, gestão imobiliária e outras operações empresariais.

Relativamente aos recursos marinhos, embora as interações diretas sejam limitadas, a Sonae alinha-se com normas internacionais e promove a sustentabilidade na utilização destes recursos através da sua Política de Sustentabilidade das Pescas.

Ao nível das unidades de negócio, algumas empresas implementam políticas próprias, assegurando o alinhamento com os compromissos mais amplos do Grupo, ao mesmo tempo que adaptam as ações aos seus contextos operacionais, particularmente em áreas com maior risco de escassez hídrica.

A Política de Sustentabilidade da Sierra e a Política de Segurança, Saúde e Ambiente reforçam o consumo responsável de água nos ativos imobiliários, implementando medidas como reciclagem de água, recolha de águas pluviais e reutilização de águas cinzentas. A Política Ambiental da Salsa Jeans, a Declaração de Política Ambiental da Gosh! Food e a Política de Segurança e Ambiente da BCF Life Sciences incluem práticas de gestão relacionadas com eficiência operacional, medidas preventivas e controlo de emissões, juntamente com objetivos específicos e planos de ação.

A MC, através da Declaração de Sustentabilidade do Clube de Produtores Continente, destaca a importância do uso eficiente de recursos, incluindo a água (mais detalhes na secção seguinte, sobre a Biodiversidade). A Política de Investimento Responsável da Sierra visa integrar riscos e impactos de sustentabilidade — incluindo escassez de água, limitações de acesso a água potável e consumo de água — nos processos de decisão e investimento. A Política de Compras Responsáveis da BCF Life Sciences inclui avaliações de fornecedores que capturam o desempenho ambiental, incluindo práticas de gestão da água.

Estas políticas são transversais e abrangentes; assim, a priorização com base em regiões de risco hídrico, incluindo áreas de elevado stress hídrico, é analisada no âmbito dos sistemas de gestão ambiental, onde este fator é integrado nas avaliações de risco e na tomada de decisão operacional. Auditorias periódicas e o feedback das partes interessadas ajudam a identificar oportunidades para reduzir o consumo de água nas operações e ao longo da cadeia de valor, tanto a montante como a jusante, incluindo em áreas expostas a risco hídrico.

Os locais identificados como situados em áreas de elevado stress hídrico estão abrangidos pelos processos de gestão ambiental alinhados com a Política Ambiental do Grupo. As ações implementadas para mitigar estes riscos e melhorar a eficiência do uso da água são detalhadas na secção relativa às iniciativas desenvolvidas nos negócios.

## E3-2 Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos

Em linha com as políticas descritas em E3-1, as empresas da Sonae implementam uma abordagem estruturada para traduzir compromissos em ações concretas e alocar recursos de forma eficaz nas operações, infraestruturas, processos industriais e áreas selecionadas da cadeia de abastecimento. Os impactos e dependências materiais são avaliados regularmente ao nível das unidades de negócio (por exemplo, instalações industriais, lojas, armazéns e plataformas logísticas), sendo definidos planos de ação com base na hierarquia de mitigação — evitar, reduzir, reutilizar, restaurar/regenerar — com responsabilidades, prazos e mecanismos de monitorização claros.

Estas ações integram um processo de melhoria contínua, com diversas iniciativas já em curso em 2025 e melhorias adicionais previstas para o futuro. Auditorias, sistemas de monitorização e atualizações tecnológicas apoiam a identificação de oportunidades de melhoria e a implementação de medidas corretivas e preventivas, enquanto programas de formação e sensibilização reforçam as competências ambientais e promovem o uso responsável da água entre colaboradores e ao longo da cadeia de valor. Por exemplo, a Gosh! Food implementa ações de formação para reduzir o consumo de água e a geração de resíduos na formulação de receitas, higiene e limpeza.

A certificação ambiental é um mecanismo-chave para operacionalizar estas iniciativas. Em 2025, a MC atualizou o seu Manual de Sistema de Gestão Ambiental e Corporativa, manteve certificações ISO 14001 nas instalações existentes e certificou 8 novas lojas, atingindo um total de 88 instalações e 54% de cobertura da sua área operacional. Os centros comerciais Gli Orsi e Parklake (Sierra) detêm certificações ISO 14001, ISO 45001 e BREEAM In-Use. A Worten mantém certificação ISO 14001 ao nível corporativo, e as operações industriais da Salsa Jeans detêm certificações têxteis como GOTS, OCS, RCS, Higg FEM e OEKO-TEX.

A gestão da água ao longo da cadeia de valor é reforçada através de programas de avaliação ESG — incluindo questionários, auditorias e visitas a fornecedores — que abrangem práticas ambientais como alterações climáticas, gestão da água, certificação de produtos e outros critérios de sustentabilidade. Complementarmente, várias partes interessadas desempenham um papel fundamental nos planos de atuação das empresas para proteção dos recursos hídricos e marinhos, incluindo colaboradores, clientes, fornecedores, autoridades municipais de gestão da água, comunidades locais e organizações parceiras especializadas.

Através desta abordagem integrada, a Sonae assegura que as ações relacionadas com a água e os recursos marinhos são sistematicamente identificadas, implementadas, monitorizadas e continuamente melhoradas ao longo das operações e da cadeia de valor.



## Monitorização e controlo do uso da água

As empresas Sonae estão comprometidas com o reforço da monitorização e do controlo do uso da água em todas as suas operações, com o objetivo de apoiar uma gestão eficiente dos recursos hídricos e a redução contínua do consumo. Através da implementação de equipamentos de monitorização, sistemas de telemetria e plataformas dedicadas de gestão, os negócios procuram melhorar a visibilidade dos padrões de consumo de água, detetar anomalias e permitir a adoção atempada de medidas corretivas. Tendo em conta os seus contextos operacionais específicos, características das infraestruturas e capacidades tecnológicas, cada empresa do Grupo implementa soluções de monitorização e práticas de gestão da água adaptadas às suas instalações e atividades, conforme apresentado na tabela abaixo.

Ações	Âmbito e geografia	Timeline	Resultados e progresso
Dashboard de monitorização	MC, operações diretas, Portugal	Melhoria contínua	O Water Dashboard foi desenvolvido como uma ferramenta de apoio à monitorização do consumo de água e ao acompanhamento do progresso face às metas definidas em lojas e centros de distribuição. Ao centralizar os dados de desempenho, permite uma tomada de decisão mais informada e apoia a melhoria contínua das práticas de gestão da água nas operações da MC.
Instalação de contadores de água ligados por telemetria em todas as instalações	MC, operações diretas, Portugal	Melhoria contínua	Todas as instalações estão equipadas com contadores de consumo total de água ligados por telemetria, permitindo a monitorização do consumo e a emissão de alertas de desvios. Nos últimos anos, foram também progressivamente instalados contadores parciais para melhorar o controlo de usos específicos de água. Opex: 164 mil €   Capex: 172 mil €.
Auditorias a equipamentos consumidores de água	MC, operações diretas, Portuga	Melhoria contínua	A MC, através de um parceiro externo, realizou auditorias a equipamentos consumidores de água nas suas instalações para avaliar a eficiência (por exemplo, torneiras, contadores, sistemas de descarga, sensores e telemetria), identificando medidas de manutenção e otimização que suportam um uso mais eficiente da água. Opex: 113 mil €.
Ferramenta @Dive de monitorização e benchmarking de água	Sierra, operações diretas, Roménia (ParkLake) e Itália (Gli Orsi)	Melhoria contínua	Em 2025, foram implementadas medidas de eficiência hídrica identificadas nos anos anteriores através da ferramenta Dive®. Esta ferramenta monitoriza o uso real de água e compara-o com modelos ótimos, identificando oportunidades de eficiência e fornecendo alertas em tempo real para melhorar a gestão da água.
Instalação de contadores de água para medição de consumo por área	BCF Life Sciences, operações próprias, França	Concluído em 2025	Foram instalados 40 contadores de água em 2025. Capex: 100 mil €.



## Processos e equipamentos eficientes

A Sonae promove a adoção de processos e tecnologias eficientes com o objetivo de reduzir o consumo de água nas suas operações e instalações. Através da otimização de procedimentos operacionais, da modernização de equipamentos consumidores de água e da integração de critérios de eficiência na gestão de infraestruturas e nos processos industriais, cada empresa procura minimizar o uso de água, assegurando simultaneamente o desempenho operacional. As principais iniciativas de eficiência no uso da água por negócio são apresentadas na tabela abaixo.

Ações	Âmbito e geografia	Timeline	Resultados e progresso
Aquisição de equipamentos de lavagem e limpeza mais eficientes em termos de consumo de água	MC, operações próprias, Portugal	Melhoria contínua	Acompanhando os avanços tecnológicos e substituindo processos manuais menos eficientes, a MC tem vindo a adquirir: a) máquinas de lavagem multifuncionais que reduzem o consumo de água na limpeza de utensílios e bandejas utilizados nas secções de frescos; e b) máquinas de lavagem e limpeza de pavimentos. Capex 2025: 2.506 mil €.
Implementação do monitor bioDART Biofouling em torres de arrefecimento	Sierra ParkLake, operações próprias, Roménia	Melhoria contínua	A instalação deste monitor permite um tratamento mais inteligente e direcionado, com benefícios operacionais e de consumo.
Plano de ação para redução do consumo de água em processos existentes	BCF Life Sciences, operações próprias, França	Melhoria contínua	A implementação de medidas-chave de poupança de água nos processos das instalações resultou numa redução do consumo entre 5% e 10%. Capex <50 mil €.
Melhoria de sistemas ou processos de rega	MC, operações próprias, Portugal Sierra ParkLake, operações próprias, Roménia	Melhoria contínua	Nas instalações da MC, as áreas verdes estão a ser substituídas por espécies nativas e locais e por sistemas de rega mais eficientes. Adicionalmente, em novos projetos, as condições climáticas regionais e o respectivo risco hídrico são considerados no desenho paisagístico e sistemas de rega. No ParkLake (Sierra), foram adotados em 2025 horários de rega mais eficientes para as áreas verdes (rega em períodos de menor evaporação), reduzindo o consumo global de água.

## Tratamento e reutilização de água

A Sonae implementa medidas para melhorar a gestão de águas residuais e aumentar a reutilização de água nas suas operações. Estas incluem a instalação e otimização de sistemas de tratamento, a recuperação e reutilização de água tratada em processos operacionais, bem como a integração de soluções que reduzem a carga poluente e promovem uma utilização mais eficiente dos recursos hídricos.

Ações	Âmbito e geografia	Timeline	Resultados e progresso
Sistemas de reutilização e medidas de poupança de água no Sonae Campus	Sonae Campus, operações próprias, Portugal	Melhoria contínua	No Sonae Campus, os sistemas de recolha de águas pluviais no Tech Hub asseguram 30% das necessidades de água do edifício e abastecem a rega e as charcas de biodiversidade. No Maia Business Centre, os sistemas de reciclagem de água utilizam água reciclada para 100% das descargas sanitárias, reduzindo o consumo de água potável em 40%.
Implementação de sistema de águas cinzentas para reutilização de água	Sierra ParkLake, operações próprias, Roménia	Melhoria contínua	O sistema de águas cinzentas aumenta a capacidade de reutilização de água nas instalações do ParkLake. Opex: 3,5 mil €.
Instalação de uma estação de tratamento/reutilização de águas residuais	BCF Life Sciences, operações próprias, França	Melhoria contínua	A instalação de reutilização representou um investimento total de Capex de 6 M€ e iniciou operação em março de 2025, atingindo 40.000 m³ de água reutilizada até ao final de 2025.
Instalação e operação de um tanque de sedimentação de efluentes, com medidas de prevenção de contaminação antes da descarga	Gosh! Food, operações próprias, Reino Unido	Curto a médio prazo (implementado em mar/25; operação contínua)	Melhoria do controlo da qualidade dos efluentes antes da descarga. A eficácia é monitorizada face a metas definidas por licença, visando controlar a qualidade dos efluentes e minimizar os impactos nas massas de água recetoras. Capex: 15,7 mil €.

## Proteção dos Recursos Hídricos ao Longo da Cadeia de Valor

A Sonae promove uma gestão responsável da água em toda a sua cadeia de valor, envolvendo fornecedores e parceiros em iniciativas que apoiam práticas de produção mais positivas para a biodiversidade. Estas incluem a avaliação do desempenho ambiental, a análise da pegada hídrica dos produtos e o desenvolvimento de programas de melhoria destinados a reduzir o consumo de água e a mitigar os riscos relacionados com a água associados à obtenção de matérias-primas e à produção agrícola.

Actions	Scope and geography	Timeline	Achievements and progress
Práticas agrícolas sustentáveis através do CPC (Clube de Produtores MC, montante, Portugal Continente)	MC, montante, Portugal	Melhoria contínua	A MC apoia diversas iniciativas para promover práticas agrícolas mais sustentáveis, com benefícios ao nível da poupança de água e da prevenção da poluição. Com um Capex de 65mil €, estas iniciativas incluem: Sem Resíduos Pesticidas – 61 produtores participantes, 36 culturas certificadas e 3.881 hectares; Agricultura Regenerativa – 16 produtores participantes, dos quais 9 certificados, representando 1.891 hectares; Programa de agroecologia - 21 produtores participantes, abrangendo 1.122 hectares.
Avaliação da Sustentabilidade dos Produtos	MC, montante, Portugal	Melhoria contínua	Em 2025, a MC deu continuidade à adoção da plataforma de avaliação de impactes no que diz respeito aos produtos de Food que comercializa, incluindo o consumo de água na produção dos ingredientes dos produtos (ponderado pelo índice de escassez hídrica do país do ingrediente), possibilitando a definição de planos concretos de atuação para minimizar os impactes no consumo de água.
Parceria com produtores de arroz para a produção da variedade Carolino Caravela	MC, montante, Portugal	Em curso até 2026	Transição da produção tradicional em arrozais inundados para sementeira direta e rega gota-a-gota na variedade Carolino Caravela. Esta variedade foi desenvolvida para ser mais eficiente no uso da água e melhor adaptada às condições edafoclimáticas locais, reduzindo as necessidades de rega e o uso de tratamentos fitossanitários. O arroz foi lançado no mercado em fevereiro de 2025, com 30 produtores participantes e 750 hectares.
Certificação MSC e ASC	MC, montante, global	Melhoria contínua	As certificações MSC e ASC apoiam a pesca e a aquacultura responsáveis, garantindo simultaneamente a rastreabilidade dos produtos de mar. A MSC promove a pesca sustentável e a preservação dos ecossistemas marinhos, enquanto a ASC incentiva a aquacultura responsável, reduzindo impactos ambientais como a poluição da água e a degradação dos habitats. A MC pretende alargar a sua oferta de produtos de mar provenientes de fontes responsáveis. Os balcões de peixe a granel em 41 lojas Continente possuem a certificação MSC e ASC Chain of Custody, tornando o Continente o único retalhista em Portugal com esta certificação.
Programas de avaliação ESG de fornecedores	Salsa e Gosh! Food, upstream, global	Melhoria contínua	Os fornecedores de diversas empresas da Sonae, incluindo a Salsa Jeans e a Gosh! Food, participam em programas de avaliação ESG, que incluem questionários, auditorias, visitas e outros processos, abrangendo práticas ambientais como alterações climáticas, gestão da água e outros temas relevantes.

## E3-3 Metas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos

A Sonae define metas relacionadas com a água e os recursos marinhos nas suas operações e, quando aplicável, na cadeia de valor a montante, com o objetivo de melhorar a eficiência hídrica, mitigar riscos associados ao consumo e descarga de água e apoiar os objetivos definidos nas suas políticas (ver E3-1). Estas metas visam reduzir pressões sobre os recursos hídricos e marinhos, particularmente em áreas de stress hídrico, reforçando simultaneamente a eficiência operacional e a resiliência.

As metas relacionadas com a água são maioritariamente voluntárias, operacionais e estratégicas, sendo definidas tendo em conta as tecnologias disponíveis, infraestruturas e constrangimentos operacionais. São estabelecidas ao nível de cada negócio, refletindo as características específicas das suas atividades, infraestruturas e contexto geográfico, e baseiam-se em avaliações de risco hídrico, incluindo o uso da ferramenta WRI Aqueduct, que permite identificar regiões prioritárias expostas a stress ou escassez hídrica. As metas consideram ainda frameworks internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nomeadamente o ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 12 (Produção e Consumo Sustentáveis) e ODS 14 (Proteger a Vida Marinha).

No âmbito do compromisso da Sonae com a definição de metas cientificamente robustas, em 2024 a MC adotou a metodologia SBTN para avaliar impactos em biodiversidade, uso do solo, consumo e qualidade da água, com o objetivo de identificar pressões principais e desenvolver um plano de mitigação dos impactos (ver também secção sobre a Biodiversidade). Neste contexto, a metodologia formal para os Passos 1 e 2 foi aplicada de forma a avaliar estes impactos em detalhe, e o processo encontra-se atualmente a ser validado pela autoridade competente. Empresas como MC, Sierra, BCF Life Sciences e Salsa Jeans definem objetivos operacionais focados na melhoria da eficiência do uso da água, redução de captações quando possível e melhoria das práticas de gestão hídrica.

Os stakeholders relevantes contribuem para o desenvolvimento e implementação de ações e metas através da colaboração com equipas operacionais internas, fornecedores e especialistas nos sectores. Por exemplo, iniciativas desenvolvidas no âmbito do Clube de Produtores Continente da MC envolvem agricultores, investigadores e especialistas técnicos para promover práticas agrícolas mais sustentáveis, incluindo uma gestão eficiente da água.

O progresso é monitorizado através de sistemas de gestão ambiental e ferramentas operacionais, com análise periódica de dados face ao *baseline* e metas intermédias anuais, permitindo identificar tendências e áreas de melhoria. As metas são revistas regularmente para assegurar alinhamento com a realidade operacional e compromissos de sustentabilidade.

Informações adicionais sobre a implementação de ações relacionadas com a água e os resultados de desempenho encontram-se em E3-2 Ações e recursos relacionados com a água e os recursos marinhos e E3-4 Consumo de água.

Âmbito e geografia	Metas e Indicadores	Baseline		Target		Resultados e Progresso
		Valor	Ano	Valor	Ano	
MC Lojas, Centro de Processamento de Carnes e armazéns em Portugal	Metas anuais de eficiência do consumo (para água captada), definidas para cada loja.  Captação de água / área da instalação (m³/m²)  As metas são definidas ao nível de cada estabelecimento, refletindo condições operacionais, comerciais e contextos locais específicos. Estes fatores influenciam diretamente o consumo de água, sendo a abordagem local a mais adequada para uma gestão eficaz e para promover a melhoria contínua do desempenho.	NA	NA	NA	NA	Anteriormente, as metas eram definidas apenas para os locais com certificação ISO 14001 (80 sites em 2024 e 88 em 2025). 2025 foi o primeiro ano em que as metas foram definidas para todas as lojas MC com pelo menos um ano de operação.
Sierra Operações diretas; instalações em operação PT, ES, RO, IT	Alcançar um nível de consumo de água igual ou inferior a 2 litros por visita para ativos operacionais próprios (objetivo de longo prazo). Metas intermédias definidas anualmente  Volume de água (Litros) / visita	4.2 litros/ visita	2003	2.0 litros/ visita	2030	
Sierra Operações diretas; instalações em operação em zonas de risco significativo de alterações climáticas: PT, ES, RO, IT	Utilizar água da chuva ou água reutilizada em 25% do consumo total de água em ativos operacionais próprios identificados com risco climático relevante (longo prazo)  % de água consumida proveniente de água da chuva ou reutilizada	0.1%	2006	25 %	2030	O target para Gli Orsi é de 3,42 L/visita, mas foi atingido apenas 3,43 L/visita.  O target para ParkLake é 4,1 L/visita, mas o total alcançado foi 4,9 L/visita.
Sierra Instalações próprias em operação em PT, ES, RO, IT, GR	Assegurar que sistemas de recolha e reutilização de águas cinzentas e pluviais estão especificados e implementados em 100% dos ativos de desenvolvimento próprios  % de ativos de desenvolvimento próprios com sistemas de recolha e reutilização de águas cinzentas e pluviais	NA	NA	100 %	2030	
Salsa Jeans; operações diretas; Portugal	Estabelecer 30% de reutilização de água até 2030  Porcentagem do consumo de água que foi reutilizada	0 %	2022	30 %	2030	Em 2025, a água reutilizada média foi de 7%, abaixo do valor inicialmente estimado devido a falhas nos equipamentos.
BCF Life Sciences; operações diretas; França	Reduzir o consumo total de água em 25% até 2025  Consumo total de água/ano	278020	2021	208515	2025	Entre 2021 e 2025, a BCF Life Sciences reduziu o consumo de água em aproximadamente 25%.
Gosh! Food, operações diretas, Reino Unido	Reduzir o uso de água na produção para 10 L/kg em 2025  L/kg produced	10,30	2024	9,96	2025	Consumo de água abaixo da meta anual, atingindo 8,90 L/kg. O progresso é monitorizado mensalmente.
Gosh! Food, operações diretas, Reino Unido	Redução da DQO do efluente comercial (meta definida em linha com limites de consentimento)  DQO do efluente industrial (mg/L)	NA	NA	< 5000	Em curso	Em 2025, a demanda química de oxigénio (DQO) dos efluentes industriais esteve abaixo do máximo estabelecido. Este indicador é monitorizado semanalmente.
Gosh! Food, operações diretas, Reino Unido	Redução de sólidos suspensos no efluente (meta definida em linha com limites de consentimento)  Sólidos suspensos no efluente industrial (mg/L)	NA	NA	< 1500	Em curso	Em 2025, os sólidos suspensos nos efluentes industriais estiveram abaixo do máximo estabelecido. Este indicador é monitorizado semanalmente.

## E3-4 Consumo de água

**Princípios contabilísticos:** A Sonae quantifica e reporta o consumo de água em conformidade com os ESRS, incluindo o consumo de água em regiões com stress hídrico, assegurando a precisão e a consistência entre períodos de reporte. As captações de água são determinadas com base em leituras diretas de contadores ou em faturas de água. O consumo de água por pessoa (em escritórios, armazéns e outras instalações) é calculado com base em médias padronizadas e, de acordo com as melhores práticas de engenharia, quando não existem informações de contadores, assume-se que 80% da água captada é descarregada como efluente líquido, enquanto os 20% restantes são consumidos. Atualmente, não se encontra disponível a proporção do consumo de água medido diretamente ou estimado. Em 2025, o consumo de água, as captações de água e as descargas de água foram consolidados de todos os negócios, de forma a apoiar a definição de uma meta de água ao nível do Grupo no próximo ciclo estratégico. A informação relativa ao Grupo Musti ainda não se encontra disponível, prevendo-se a sua consolidação progressiva ao longo do tempo. Nos próximos anos, a Sonae irá rever os mecanismos de controlo internos e externos associados à recolha de dados de água.

As empresas da Sonae identificam e gerem ativamente os riscos e impactos relacionados com a água ao longo da cadeia de valor, integrando políticas, objetivos e monitorização de desempenho alinhados com boas práticas reconhecidas e enquadramentos regulamentares. Em linha com os seus esforços de melhoria contínua e políticas ambientais, a Sonae está a investir proativamente em estratégias para reduzir a sua pegada hídrica, melhorar os dados de monitorização relativos ao consumo de água e à qualidade dos efluentes (atualmente não reportados), bem como o estado global (quantidade e qualidade da água) das bacias hidrográficas afetadas, particularmente em áreas com escassez hídrica. Medidas como o aumento da eficiência, a reutilização de água e a captação de águas pluviais são amplamente implementadas, com especial enfoque em áreas expostas a maior risco hídrico. O cumprimento dos requisitos aplicáveis é assegurado através de monitorização contínua, auditorias externas e certificações, incluindo a ISO 14001, com avaliações realizadas por entidades independentes.

Volume de consumo de água						
m3	Captação de água		Descarga de água		Consumo de água	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Retalho</b>	1.074.603	1.151.285	815.259	877.336	259.344	273.950
<b>Imobiliário</b>	72.484	80.724	57.987	64.579	14.497	16.145
<b>Sonae com</b>	—	1.921	—	1.537	—	384
<b>Outros Negócios</b>	673.565	550.958	511.740	484.661	161.824	66.296
<b>TOTAL</b>	<b>1.820.652</b>	<b>1.784.888</b>	<b>1.384.986</b>	<b>1.428.113</b>	<b>435.665</b>	<b>356.775</b>

Nota: Foi efetuado um ajustamento histórico após a identificação, em 2025, da entrada de água pluvial que afetava os dados de descarga numa instalação de tratamento de água; para assegurar a comparabilidade entre períodos, foi aplicado o pressuposto de 80% de descarga. O valor reportado em 2024 de consumo de água foi de 361.728 m3, com valores de captação de 1.807.947 m3 e descarga de 1.446.218 m3

Volume de consumo de água em área sob stress hídrico						
m3	Captação de água		Descarga de água		Consumo de água	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Retalho</b>	676.148	707.304	540.918	565.843	135.230	141.461
<b>Imobiliário</b>	53.741	62.215	42.993	49.772	10.748	12.443
<b>Outros Negócios</b>	37.977	26.606	33.524	23.413	4.453	3.193
<b>TOTAL</b>	<b>767.866</b>	<b>796.125</b>	<b>617.435</b>	<b>639.029</b>	<b>150.431</b>	<b>157.097</b>

Nota: Foi efetuado um ajustamento histórico, em que instalações anteriormente classificadas como localizadas em áreas de risco hídrico foram, em 2025, alocadas a regiões sem risco hídrico. O valor reportado em 2024 de consumo de água foi de 183.793 m3, com valores de captação de 1.006.257 m3 e descarga de 822.464 m3

O consumo de água das empresas Sonae está principalmente associado à operação de edifícios, lojas, armazéns e escritórios, sendo a maioria do abastecimento proveniente da rede pública.

A reciclagem e reutilização de água aumentaram significativamente, de 51.682 m<sup>3</sup> em 2024 para 68.477 m<sup>3</sup> em 2025, refletindo os esforços contínuos das várias unidades de negócio, incluindo a entrada em funcionamento de uma nova instalação de tratamento de água na BCF Life Sciences. As melhorias nos sistemas de monitorização — nomeadamente na Salsa Jeans e na MC — permitiram também identificar lacunas de dados e aperfeiçoar metodologias de estimativa, contribuindo para um reporte mais robusto e fiável. Registaram-se ainda progressos na expansão de sistemas de captação de águas pluviais, em particular no Sonae Campus e no Gli Orsi (Sierra), embora os volumes de armazenamento ainda não sejam monitorizados de forma sistemática.

Neste sentido, os esforços refletiram-se na diminuição global do consumo de água, mas associado à expansão dos negócios, em zonas de stress hídrico registou-se um aumento. A Sonae continua a reforçar a sua abordagem à gestão da água, investindo em iniciativas para melhorar a eficiência, reforçar a monitorização dos dados de consumo e da qualidade dos efluentes, e aprofundar o conhecimento sobre o estado das bacias hidrográficas afetadas, particularmente em regiões com escassez hídrica.

As águas residuais geradas nas operações são, em geral, encaminhadas para a rede pública de saneamento para tratamento em estações de tratamento de águas residuais, sendo o cumprimento dos requisitos legais assegurado através de monitorização pelas entidades competentes. Em instalações com maior consumo de água ou sujeitas a requisitos específicos de descarga — como o entreposto da Azambuja e a Salsa Jeans operações industriais — os efluentes são pré-tratados antes da sua descarga para a rede pública.

Intensidade de água	TOTAL	
	2024	2025
<b>Intensidade de água (m3 / M€)</b>	53,0	<b>32,8</b>

Nota: Estes valores foram calculados com base no volume de negócios reportado nos segmentos das demonstrações financeiras. Os dados históricos foram atualizados em conformidade.  
O valor reportado em 2024 foi de 44.5 m3 / M€

De forma global, a intensidade do uso de água diminuiu em 2025, refletindo os esforços contínuos para melhorar a eficiência, otimizar operações e reforçar as práticas de gestão da água nas várias empresas da Sonae. Esta redução reflete também a recolha de dados de consumo de água em todas as empresas do portefólio. A Sonae mantém-se, assim, comprometida em reduzir ainda mais a sua pegada hídrica, melhorando a eficiência operacional, promovendo a inovação e aproveitando a tecnologia para avançar na gestão da água em toda a sua infraestrutura.



# ESRS E4 - Biodiversidade e Ecossistemas

## Principais subtemas/ sub-subtemas relacionados com biodiversidade

Alteração da utilização dos solos, da utilização da água doce e a da utilização dos mares

Degradação dos solos

As divulgações relacionadas com os impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio (SBM-3), bem como a descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais (IRO-1), são apresentadas no capítulo de Divulgações Gerais.

## E4-1 Plano de transição e consideração da biodiversidade e dos ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial

Desde o final de 2020, a Sonae mantém uma parceria de longo prazo com um centro de investigação líder na área da biodiversidade, integrando um membro dedicado na equipa para reforçar a competência técnica, ao mesmo tempo que contribui ativamente para iniciativas internacionais, como o programa SBTN Corporate Participation, o WBCSD e outras plataformas de referência que promovem a ação empresarial em prol da natureza.

O progresso no eixo estratégico “Valorizar a Biodiversidade e a Água” é fortemente apoiado por estes desenvolvimentos metodológicos. Estes fornecem as bases técnicas para a identificação e priorização das principais pressões, a definição de planos de ação para as cadeias de valor das empresas em linha com a hierarquia de mitigação, e o avanço na definição e adoção de metas baseadas na ciência para a natureza. Neste contexto, a Sonae está a realizar uma avaliação sistemática das suas operações e cadeias de valor, aprofundando a compreensão das dependências e impactos sobre o capital natural, apoiando uma abordagem estratégica e mensurável à proteção da biodiversidade.

Desde 2020, foram alcançados progressos relevantes através da adoção de compromissos e políticas-chave, incluindo o compromisso de Desflorestação Zero, a Act4Nature e a Declaração de Sustentabilidade do Clube de Produtores Continente (CPC), entre outros. Estas iniciativas evoluíram em paralelo com a publicação de importantes referências internacionais, como o Global Biodiversity Framework (dezembro de 2022), as metodologias da Science Based Targets Network (SBTN) (primeira versão publicada em maio de 2023) e as orientações da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD) (setembro de 2023). Estas metodologias estão a ser progressivamente testadas e aplicadas nas várias áreas de negócio da Sonae e, juntamente com os principais IROs identificados, constituem a base para o

desenvolvimento e implementação de planos de ação de Natureza e Biodiversidade adaptados ao contexto específico de cada negócio.

Em paralelo, a Sonae está a desenvolver um Plano de Transição para a Biodiversidade e os Ecossistemas, cuja conclusão e adoção estão previstas para 2026. Este plano representará um pilar fundamental dos esforços do Grupo para contribuir de forma eficaz, e com base científica robusta, para um mundo positivo para a natureza (*nature-positive*). Estará diretamente alinhado com o compromisso estratégico da Sonae de travar e inverter a perda de biodiversidade até 2030, em conformidade com o Global Biodiversity Framework. Como parte integrante da Estratégia de Sustentabilidade da Sonae, o plano terá igualmente em consideração as ações em curso destinadas a mitigar pressões sobre a biodiversidade, em particular as associadas às prioridades estratégicas das alterações climáticas e da circularidade.

## E4-2 Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas

A abordagem da Sonae à biodiversidade e aos ecossistemas é suportada por um conjunto de políticas e planos de ação fundamentais, concebidos para responder aos impactos, riscos e oportunidades mais relevantes ao longo das cadeias de valor das suas empresas. Através de políticas que abrangem a proteção da biodiversidade, a desflorestação, as práticas de pesca e a agricultura, o Grupo procura mitigar riscos físicos, como a degradação do solo e a escassez de recursos, bem como responder a riscos de transição decorrentes de desenvolvimentos regulamentares e da evolução das expectativas do mercado. Estas políticas promovem igualmente a inovação e o desenvolvimento de novas soluções que reforcem os ecossistemas naturais e os serviços e recursos que estes proporcionam.

As principais políticas aplicáveis ao Grupo Sonae, incluindo descrições dos seus conteúdos-chave, âmbito, partes interessadas relevantes, responsabilidades de implementação, alinhamento com instrumentos internacionalmente reconhecidos e os IROs associados, são apresentadas na secção MDR-P – Políticas adotadas para gerir matérias materiais de sustentabilidade, no capítulo de Divulgações Gerais. Cada política incorpora o envolvimento das partes interessadas ao longo da cadeia de valor através de diretrizes específicas e práticas recomendadas. Estas políticas e compromissos são regularmente monitorizados e atualizados, com o envolvimento contínuo de partes interessadas, incluindo clientes, fornecedores e colaboradores.

Em conjunto, estas políticas suportam o compromisso da Sonae de valorizar a biodiversidade e a água, contribuindo para o objetivo de travar e inverter a perda de biodiversidade até 2030 e assegurar a desflorestação zero nas operações e cadeias de abastecimento. A Sonae não opera instalações localizadas em áreas classificadas como habitats ricos em biodiversidade (ver secção de métricas). No setor do retalho, as pressões ambientais mais significativas





ocorrem a montante, onde a extração e produção de matérias-primas podem intensificar impactos nos ecossistemas e na biodiversidade, incluindo conversão do uso do solo, poluição e consumo de água. A abordagem aos IROs associados exige, assim, a integração da rastreabilidade das matérias-primas e do mapeamento da cadeia de valor nas políticas corporativas, de forma a reforçar a monitorização, o controlo e a otimização de processos.

### Compromissos Act4Nature

Em 2021, as empresas da Sonae aderiram à iniciativa Act4Nature, uma plataforma global que reúne empresas, especialistas científicos, ONG ambientais e entidades públicas para promover o envolvimento empresarial na conservação da biodiversidade. A iniciativa incentiva as empresas a integrar considerações de biodiversidade nas suas estratégias e operações, reconhecendo o papel fundamental da biodiversidade tanto para a resiliência dos ecossistemas como para o sucesso empresarial a longo prazo. Através deste compromisso, a Sonae adotou um conjunto de princípios orientadores que incluem:

- Integrar considerações de biodiversidade nos processos de tomada de decisão;
- Promover soluções baseadas na natureza e a restauração de ecossistemas;
- Reforçar a colaboração entre setores e ao longo das cadeias de valor;
- Medir, monitorizar e reportar de forma transparente o progresso.

Em linha com estes princípios, as empresas da Sonae adotaram ações e metas concretas (ver secções seguintes), incluindo a integração de critérios relacionados com biodiversidade nos processos de compra e a implementação de mecanismos de rastreabilidade e certificação para apoiar os compromissos de desflorestação zero. Estes compromissos mensuráveis foram aprovados pela liderança da Sonae através do Grupo Consultivo de Sustentabilidade (GCS), reforçando a determinação do Grupo em proteger, restaurar e valorizar os sistemas naturais dos quais dependem os seus negócios e a sociedade. O progresso é monitorizado, revisto e divulgado publicamente. Os compromissos foram revistos e atualizados para o ciclo 2024–2026.

### Compromisso de Desflorestação Zero

As florestas desempenham um papel crítico na regulação do clima e na conservação da biodiversidade. Reconhecendo os riscos ambientais e de negócio associados à desflorestação, a Sonae adotou, em 2022, um compromisso de Desflorestação Zero até 2030, estabelecendo objetivos e diretrizes claras para eliminar e reduzir pressões sobre as florestas naturais.

Este compromisso aborda a desflorestação potencial associada às matérias-primas utilizadas na cadeia de abastecimento da Sonae, sendo gerido através de mecanismos de rastreabilidade e controlo, com base numa abordagem de risco por país (lista de países e matérias-primas de risco de desflorestação, de acordo com os requisitos de reporte do *Carbon Disclosure Project Forest*) e em esquemas de certificação. Esta abordagem segue as

definições e recomendações da *Accountability Framework Initiative* e vai além da prevenção da desflorestação, promovendo também a preservação e regeneração florestal. Desta forma, reforça a ambição da Sonae de contribuir positivamente para os ecossistemas naturais, em linha com a hierarquia de mitigação.

O progresso deste compromisso é monitorizado anualmente e reportado ao GCS, sendo também divulgado publicamente. Ao nível operacional, cada empresa da Sonae adapta a implementação ao seu modelo de negócio e contexto geográfico específico, trabalhando em estreita colaboração com fornecedores. É dada especial atenção aos produtos de marca própria e às embalagens no setor do retalho, bem como aos riscos de desflorestação associados à expansão e desenvolvimento de novas infraestruturas.

### Declaração de Sustentabilidade do Clube de Produtores Continente

Para promover a produção e o consumo sustentáveis e apoiar um sistema alimentar mais responsável do ponto de vista ambiental, a MC, através do Clube de Produtores Continente (CPC), adotou uma Declaração de Sustentabilidade estruturada em torno de 11 princípios alinhados com o ODS 12 das Nações Unidas (Consumo e Produção Responsáveis), a Estratégia Farm to Fork da União Europeia e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC2050).

A declaração estabelece compromissos-chave, incluindo a redução do uso de pesticidas e de nutrientes poluentes na agricultura, a promoção da biodiversidade, do bem-estar animal e de práticas agrícolas sustentáveis. Incentiva também a utilização eficiente de recursos naturais, o sequestro de carbono, práticas de economia circular e embalagens sustentáveis, bem como a expansão da produção biológica e agroecológica.

Estes princípios sustentam um conjunto de iniciativas a implementar até 2027 no âmbito do CPC. A declaração e os programas associados —Programa Sem Resíduos Pesticidas, Agricultura Regenerativa, Agroecologia e Searas com Biodiversidade: Salvar o Águia-Caçadeira, atualmente integrado no projeto Life SOS *Pygargus* — funcionam como um percurso de transição para sistemas agrícolas mais sustentáveis e favoráveis à biodiversidade. A implementação é realizada em colaboração com agricultores e produtores nacionais, parceiros estratégicos e o Comité Científico do CPC.

### Política de Sustentabilidade do Pescado

Adotada em 2010, a Política de Sustentabilidade do Pescado da Sonae define diretrizes para minimizar o impacto ambiental associado ao aprovisionamento de produtos do mar e contribuir para a proteção da biodiversidade marinha. Em alinhamento com a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, a política visa prevenir danos a espécies e habitats marinhos sensíveis, incluindo fundos marinhos, promovendo práticas responsáveis de pesca e aquacultura.



Os seus principais compromissos incluem:

- Priorizar produtos do mar provenientes de pescas e aquacultura sustentáveis e certificadas;
- Reduzir o consumo de espécies vulneráveis ou capturadas através de métodos de pesca destrutivos;
- Aumentar a rastreabilidade dos produtos do mar para assegurar um aprovisionamento responsável;
- Colaborar com fornecedores para promover boas práticas no setor das pescas;
- Melhorar a rotulagem dos produtos, proporcionando aos consumidores informação mais clara e permitindo escolhas informadas.

Desde a sua adoção, esta política tem reforçado o contributo da Sonae para a proteção dos ecossistemas marinhos e apoia a ambição mais ampla do Grupo de contribuir para um futuro positivo para a natureza.

### E4-3 Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas

Em linha com os impactos, riscos e oportunidades identificados, e no âmbito das políticas, compromissos e metas adotados, a Sonae implementou um conjunto de ações orientadas pela Hierarquia de Mitigação (modelo AR3T – Evitar, Reduzir, Restaurar, Regenerar e Transformar), tanto ao nível do Grupo como nas diferentes áreas de negócio. Muitas destas ações estão refletidas nos compromissos transversais Act4Nature e de Desflorestação Zero, descritos anteriormente.

Ao longo deste processo, o Grupo envolve as partes interessadas relevantes — incluindo fornecedores, clientes, parceiros e especialistas científicos — para apoiar a implementação de ações baseadas na ciência que maximizem os impactos positivos e mitiguem potenciais efeitos nas comunidades afetadas. No âmbito do Clube de Produtores Continente (CPC), a colaboração com produtores e agricultores integra também conhecimento local e soluções baseadas na natureza, em particular na conceção e implementação de programas de agroecologia.

Adicionalmente, a Sonae participa em iniciativas internacionais que apoiam o desenvolvimento de abordagens científicas para a definição e gestão de metas relacionadas com a natureza. Neste contexto, a Sonae SGPS e a MC participam, desde 2021, no Corporate Engagement Programme da Science Based Targets Network (SBTN), contribuindo para o teste e implementação de metodologias para a avaliação e adoção de metas alinhadas com a ciência para a natureza, nas operações próprias e nas cadeias de abastecimento. Em 2025, a MC deu continuidade ao seu envolvimento na iniciativa, avançando da fase piloto global para a

aplicação formal da metodologia SBTN, avaliando os impactos sobre a biodiversidade, o uso do solo e o consumo de água, o que permitirá a definição de ações futuras ao longo da cadeia de valor da MC.

Ao nível do Grupo, a Sonae está também a desenvolver uma Carta de Princípios para a Natureza e Biodiversidade, destinada a orientar o contributo do Grupo para o objetivo global de travar e inverter a perda de biodiversidade até 2030. No âmbito de uma revisão mais alargada para assegurar o alinhamento das políticas do Grupo com os requisitos regulamentares e referenciais de sustentabilidade em evolução, a Carta de Princípios – Política de Natureza encontra-se atualmente em revisão interna e aprovação, prevendo-se o seu lançamento formal em 2026. Uma vez adotada, fornecerá um enquadramento transversal para apoiar a integração consistente de considerações sobre natureza e biodiversidade nas operações da Sonae SGPS.

As empresas da Sonae não recorrem a mecanismos de compensação de biodiversidade (biodiversity offsets). Em vez disso, contribuem ativamente para a restauração e regeneração de ecossistemas através de iniciativas direcionadas. Por exemplo, o projeto Sonae Florestal visa compensar emissões de carbono e, embora proporcione benefícios significativos para a biodiversidade, não tem como objetivo compensar perdas de biodiversidade.

Os recursos financeiros para estas iniciativas estão integrados nos orçamentos operacionais anuais das respetivas unidades de negócio e, quando aplicável, podem também estar associados a instrumentos de financiamento ligados à sustentabilidade, não existindo, contudo, alocações obrigatórias definidas ao abrigo da Taxonomia da UE. Alguns exemplos destas ações, não exaustivos, são apresentados de seguida.

Hierarquia de mitigação	Ações	Âmbito e geografia	Timeline	Resultados e progresso
<b>Evitar e reduzir</b>	Definir um plano de ação estratégico para Natureza e Biodiversidade, por empresa, para evitar e reduzir as principais pressões nas respetivas cadeias de valor.	Todas as empresas da Sonae, operações próprias e cadeias de valor. Global	2023-2030	Em curso em todas as empresas do Grupo Sonae. Atualmente em preparação o Plano de Natureza da Sonae SGPS (Água e Biodiversidade).
<b>Evitar e reduzir</b>	Continuar a implementar processos de validação do abastecimento, assegurando zero desflorestação para as principais matérias-primas e na expansão e desenvolvimento de novas infraestruturas.	Processos de negócio internos e produtos de marca própria. Países em risco de desflorestação.	2022-2030	Em 2025, as empresas da Sonae reforçaram o seu compromisso com uma cadeia de abastecimento livre de desflorestação, reforçando processos internos em alinhamento com o Regulamento Europeu da Desflorestação (EUDR). Na MC, foi criado um departamento dedicado para implementar o apoio aos fornecedores e diligência devida, com o objetivo de garantir a rastreabilidade dos produtos. O progresso nas metas de Desflorestação Zero é apresentado na secção seguinte.
<b>Evitar e reduzir</b>	Continuar a adotar critérios relacionados com a conservação da biodiversidade nos processos de compras e no desenvolvimento sustentável de bens e serviços nas empresas do grupo.	MC (cadeias de valor alimentar); global	2021-2030	A MC continua a expandir a sua gama de produtos certificados (Animal Welfare, MSC/ASC, EU Ecolabel, certificação biológica, GLOBAL G.A.P.). Por exemplo, a certificação de Bem-Estar Animal (na unidade de negócio de talho) aumentou de 48% em 2024 para 90,6%. A certificação MSC/ASC diminuiu de 42% para 35%, devido à disponibilidade limitada de produtos certificados no mercado, apesar de os próprios fornecedores serem certificados (% em termos de compras em €).
<b>Evitar e reduzir</b>	Continuar a adotar critérios relacionados com a conservação da biodiversidade nos processos de compras e no desenvolvimento sustentável de bens e serviços nas empresas do grupo.	MC (unidade de negócio de pescas); a montante; global	Melhoria contínua	A MC tem um "Traffic Light System" que permite dar prioridade à aquisição de fornecedores ou daqueles que utilizam métodos de pesca com impacto mínimo nos ecossistemas marinhos. Em 2025, as compras de peixe (por peso) provenientes de aquicultura aumentaram de fornecedores com impacto reduzido ou moderado, representando 99,4% (2024: 98,5%).
<b>Regenerar e restaurar</b>	Desenvolvimento de um Plano de Ecologia e Avaliação de Contaminação de Solos e Plano de Gestão da Biodiversidade	Sierra, ParkLake, Roménia	Melhoria contínua	No âmbito da certificação BREEAM e da respetiva atribuição de créditos, foi realizada a avaliação do local e desenvolvido o Plano de Gestão da Biodiversidade. A percentagem da área do ativo com cobertura vegetal é de 27%. As principais medidas recomendadas para promover a biodiversidade incluem: instalação de caixas-ninho para aves, instalação de hotéis de insetos, controlo da vegetação por meios mecânicos ou biológicos sem recurso a pesticidas e o paisagismo das áreas verdes com integração de espécies existentes.
<b>Regenerar e restaurar</b>	Reforçar o desenvolvimento do Projeto Sonae Florestal no contexto dos riscos florestais para a biodiversidade e o carbono, expandindo a área dedicada exclusivamente à conservação, manutenção e recuperação de espécies e ecossistemas de elevado valor de conservação.	Sonae Florestal (todas as áreas de negócio) – Portugal	2020-2030	Entre 2019 e 2024, o Projeto Sonae Florestal permitiu a plantação de quase 450.000 árvores, cobrindo 340 hectares. Em 2025, a iniciativa foi ampliada com a plantação de mais 86.000 árvores, contribuindo para a restauração de mais 69 hectares.
<b>Regenerar e restaurar</b>	Continuar a desenvolver projetos para melhorar a biodiversidade noutros ecossistemas e regiões (por exemplo, sistemas agrícolas, áreas urbanas, zonas costeiras, etc.).	MC, a montante, Portugal	2020-2030	Em 2025, as iniciativas da MC — incluindo o Programa Sem Resíduos Pesticidas, Agricultura Regenerativa, Agroecologia e Searas com Biodiversidade: Salvar o Águia-Caçadeira, atualmente integrado no projeto Life SOS Pygargus (financiado pela UE) — apoiaram mais de 10.000 hectares sob práticas que contribuem para a biodiversidade, conservação e serviços dos ecossistemas. Capex: 65k€.
<b>Transformar</b>	Promover iniciativas de sensibilização, formação ou divulgação para partes interessadas internas e externas sobre o tema da Natureza e Biodiversidade.	Cadeia de valor e outras partes interessadas	2030	Em 2025, iniciativas de sensibilização, formação e outreach sobre natureza e biodiversidade — incluindo a CPC Academy e o Programa de Voluntariado da Sonae SGPS — envolveram mais de 110 participantes, contribuindo para o aumento da capacitação interna e da sensibilização para temas de biodiversidade.
<b>Transformar</b>	Participar ativamente em pelo menos dois grupos de trabalho ou redes colaborativas para apoiar e acelerar a ação empresarial na redução de impactos e conservação da biodiversidade, nomeadamente através do desenvolvimento de orientações técnicas e da promoção de instrumentos legais e financeiros adequados.	Outras partes interessadas	2030	Desde 2021, a Sonae é membro ativo da agenda Nature do WBCSD, do WEF (Champions for Nature) e do SBTN (Corporate Engagement Programme).

## E4-4 Metas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas

A Sonae definiu dois objetivos globais relacionados com biodiversidade e ecossistemas para responder aos seus impactos, riscos e dependências materiais em relação à natureza. Estes objetivos visam evitar e reduzir as principais pressões sobre a biodiversidade, ao mesmo tempo que contribuem para a recuperação dos ecossistemas, em conformidade com a hierarquia de mitigação (evitar, reduzir, restaurar e regenerar) e em alinhamento com o Quadro Global de Biodiversidade Kunming–Montreal e a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030.

O primeiro objetivo consiste em alcançar a desflorestação zero até 2030, procurando evitar e reduzir o risco de conversão de florestas naturais associado às operações e cadeias de abastecimento do Grupo. O segundo objetivo centra-se na implementação de iniciativas para restaurar, regenerar e preservar a biodiversidade e os ecossistemas, estando atualmente em desenvolvimento metas quantitativas associadas. O progresso em relação a este objetivo é, neste momento, monitorizado através de métricas-chave de impacto relacionadas com iniciativas de restauração e conservação.

Através destes objetivos, a Sonae contribui para mitigar impactos associados à conversão e degradação do solo, ajudando simultaneamente a prevenir riscos relevantes, como perdas de colheitas, incêndios florestais e escassez de recursos. Paralelamente, o progresso rumo a um modelo de negócio positivo para a natureza reforça o valor da marca e promove resultados positivos através de iniciativas colaborativas de biodiversidade.

Ao nível do Grupo, a Sonae define compromissos consolidados e monitoriza o progresso global em direção aos seus objetivos de desflorestação zero. As unidades de negócio contribuem para estes compromissos através da implementação de planos de ação dedicados e metas operacionais ajustadas às suas atividades. Estas podem incluir medidas como o mapeamento progressivo de matérias-primas prioritárias, o reforço de mecanismos de rastreabilidade, o aumento da utilização de matérias-primas certificadas e o reforço do envolvimento e dos processos de verificação de fornecedores. Esta abordagem permite a cada negócio responder aos riscos e impactos específicos das suas cadeias de abastecimento, contribuindo simultaneamente para o cumprimento dos compromissos globais do Grupo.

A Sonae não recorre a mecanismos de compensação de biodiversidade (biodiversity offsets) como forma de compensar perdas de biodiversidade. No entanto, o Grupo apoia iniciativas que contribuem para a restauração e regeneração de ecossistemas. Por exemplo, o Projeto Sonae Florestal visa compensar emissões de carbono; embora possa gerar benefícios positivos para a biodiversidade, não tem como objetivo compensar impactos sobre a biodiversidade.

A implementação destes objetivos envolve múltiplas partes interessadas ao longo da cadeia de valor. Os fornecedores contribuem para melhorar a rastreabilidade e o aprovisionamento responsável de matérias-primas críticas, os produtores adotam práticas agrícolas que apoiam a conservação da biodiversidade, as equipas internas asseguram a implementação operacional e a monitorização, e parceiros externos — incluindo ONG e especialistas científicos — apoiam ações de conservação e fornecem orientação técnica.

A Sonae está também a avançar no alinhamento dos seus objetivos de biodiversidade com metodologias científicas emergentes. Em 2025, o Grupo reforçou o seu envolvimento com a Science Based Targets Network (SBTN) através da MC, evoluindo da fase piloto global para a aplicação formal da metodologia Science Based Targets for Nature. Este enquadramento apoia as empresas na definição de metas que alinham as ações corporativas com os limites planetários, tendo em conta limiares ecológicos e objetivos globais de sustentabilidade. Em paralelo, a Sonae considera igualmente as orientações da Accountability Framework Initiative, incluindo recomendações relacionadas com a desflorestação e a conversão de ecossistemas. O progresso relativamente a estes compromissos é monitorizado através de indicadores internos de desempenho, processos de verificação de fornecedores e avaliações de impacto. Os desenvolvimentos relevantes e o desempenho são divulgados anualmente através do reporte de sustentabilidade da Sonae.

Em 2025 (recolha de informação referente ao ano de 2024), as empresas da Sonae reforçaram o seu compromisso com uma cadeia de abastecimento livre de desflorestação, reforçando processos internos em alinhamento com o Regulamento Europeu da Desflorestação (EUDR). O processo de compras de commodities livres de desflorestação — incluindo bovinos, madeira, óleo de palma, soja e borracha natural — manteve-se globalmente estável em 72%, refletindo o alinhamento contínuo das práticas de sourcing com mecanismos reforçados de rastreabilidade e envolvimento de fornecedores.

Na MC, foi implementada uma plataforma de rastreabilidade end-to-end para apoiar os requisitos de diligência devida e reforçar a rastreabilidade dos produtos. Embora a entrada em vigor do regulamento tenha sido adiada, a MC avançou com a implementação de ferramentas-chave, envolvendo equipas internas e fornecedores através de formação dedicada e integrações de sistemas para apoiar a verificação das Declarações de Diligência Devida (DDS).

Perspetivando o futuro, os requisitos do EUDR em matéria de rastreabilidade e diligência devida poderão conduzir à revisão da abordagem da Sonae ao Compromisso de Desflorestação, incluindo o âmbito de negócios e de matérias-primas e os mecanismos de controlo, assegurando uma melhoria contínua e um maior alinhamento dos esforços empresariais com o aprovisionamento de commodities livres de desflorestação. Revisões futuras terão também em consideração a evolução dos cenários de perda de biodiversidade e outras iniciativas em curso, incluindo o desenvolvimento da Política de Natureza do Grupo.

Hierarquia de mitigação	Âmbito e geografia	Metas e Indicadores	Baseline		Target		Resultados e progresso
			Valor	Ano	Valor	Ano	
Evitar e reduzir	Cadeia de abastecimento da MC, Worten, MO, Salsa Jeans & Zippy (produtos de marca própria e embalagens); matérias-primas: bovinos, madeira, óleo de palma, soja e borracha natural.	Pelo menos até 2030, assegurar 100% de aprovisionamento sustentável de matérias-primas críticas e provenientes de países de risco, através da adoção de esquemas de certificação e/ou outros mecanismos de controlo e rastreabilidade.	57 %	2022	100	2030	Em 2025 (recolha de informação referente ao ano de 2024), as empresas da Sonae realizaram a terceira avaliação do progresso do seu Compromisso de Desflorestação Zero, mantendo o mesmo nível do ano anterior, sendo que 72% das suas compras foram livres de desflorestação.
	Países em risco de desflorestação	% do volume de compras sem desflorestação  (volume total de compras (em peso) das matérias-primas gado, madeira, óleo de palma, soja e borracha natural, provenientes de países não considerados de risco ou com risco nulo, ou certificadas)					
Evitar e reduzir	Novos desenvolvimentos e expansão de infraestruturas nas operações diretas.	A partir de 2022, assegurar que 100% das expansões territoriais associadas às operações e estabelecimentos dos negócios (expansão ou desenvolvimento de novas infraestruturas), que ocorram em países de risco, seguem as diretrizes técnicas do IFC Performance Standard 6.	NA	2022	0 %	2030	Em 2025, não se registaram casos de conversão ou degradação de florestas naturais (Sierra).
	Países em risco de desflorestação	% da área em que não ocorreu conversão ou degradação de florestas naturais.% da área em que ocorreu conversão ou degradação de florestas naturais					

Nota: Um país de risco florestal é um dos seguintes países tropicais e subtropicais, selecionados com base no risco atual e/ou futuro de desflorestação (com base em GCP, 2019; WWF, 2015 e TFA, 2019): Angola, Argentina, Austrália, Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Camboja, Camarões, República Centro-Africana, Colômbia, Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Equador, Gabão, Gana, Guatemala, Guiné, Guiné-Bissau, Honduras, Índia, Indonésia, Quênia, República Democrática Popular do Laos, Libéria, Madagascar, Malásia, México, Moçambique, Myanmar, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Panamá, Papua-Nova Guiné, Paraguai, Peru, Filipinas, Serra Leoa, Tailândia, República Unida da Tanzânia, Venezuela (República Bolivariana da), Vietname, Zâmbia e Zimbabué.

## E4-5 Métricas de impacto relacionadas com a alteração da biodiversidade e ecossistemas

Para monitorizar o progresso em relação aos objetivos definidos, a Sonae distingue entre indicadores operacionais, que avaliam a implementação de processos (como a percentagem de matérias-primas certificadas ou provenientes de países de baixo risco), e métricas de impacto, como a área beneficiada por projetos de restauração, que procuram captar os resultados tangíveis das ações, compromissos e políticas. Esta distinção permite uma avaliação mais abrangente tanto dos esforços de mitigação de riscos como da eficácia das ações na geração de impactos positivos sobre a biodiversidade.

**Princípios contabilísticos:** A Sonae quantifica e reporta dados de uso do solo em conformidade com os ESRS, assegurando precisão e consistência entre períodos de reporte. Os dados de uso do solo (área de implementação) são recolhidos no âmbito do desenvolvimento de infraestruturas, planeamento, licenciamento e sistemas de gestão ambiental associados. A área dos projetos de restauração e conservação é fornecida por proprietários ou gestores dos terrenos (incluindo fornecedores da MC e a Sonae Arauco – Sonae Florestal), sendo obtida a partir de registos prediais ou medições geoespaciais. Todos os dados reportados estão sujeitos a verificação externa ao nível consolidado, assegurando o cumprimento dos requisitos aplicáveis de reporte de sustentabilidade. As metodologias e abordagens de cálculo aplicadas pelas empresas da Sonae — incluindo eventuais inclusões, exclusões, alterações de âmbito, reformulações ou correções históricas — são descritas de forma transparente nas tabelas associadas e detalhadas no capítulo de Divulgações Gerais (secção BP-1 Bases gerais para a preparação das declarações de sustentabilidade). De forma a reforçar a análise deste tema ao nível consolidado do Grupo, esta informação passou a ser recolhida de forma transversal a todos os negócios a partir de 2025. A informação relativa ao Grupo Musti não se encontra ainda disponível, prevendo-se a sua consolidação progressiva ao longo do tempo. Nos próximos anos, a Sonae irá rever os mecanismos de controlo internos e externos associados às métricas adotadas.

As métricas de impacto da Sonae continuam a ser aperfeiçoadas em linha com as orientações da Science Based Targets Network (SBTN) e outras metodologias emergentes. Embora algumas métricas estejam diretamente associadas aos objetivos e políticas adotados, outras contribuem para reforçar a base de conhecimento interna da Sonae e apoiar a definição de ações futuras.

### Ocupação do território

Através de análises geoespaciais e de enquadramentos de avaliação de risco, e em conformidade com as recomendações de reporte, as empresas da Sonae monitorizam a área total (em hectares) de instalações próprias, arrendadas ou geridas, nomeadamente aquelas localizadas em ou nas proximidades de áreas protegidas ou outros locais relevantes para a biodiversidade. Esta informação é integrada nos processos de tomada de decisão relacionados com o uso do solo, o desenvolvimento de infraestruturas e as práticas operacionais.

Área total (m2) de locais próprios, arrendados ou geridos	Ocupação do território (m2)	
	2024	2025
<b>Retalho</b>	1.434.677	1.760.513
<b>Imobiliário</b>	329.093	329.446
<b>Outros negócios</b>	282.461	161.961
<b>TOTAL</b>	<b>2.046.230</b>	<b>2.251.920</b>

Nota: o progresso e esforços adicionais na recolha de dados permitiram ampliar o apuramento deste indicador. Para assegurar comparabilidade entre os dois anos, os dados históricos foram atualizados. Em 2024 o valor reportado foi de 2.041.520 m2

A maior parte da área ocupada pela Sonae está associada aos seus negócios de retalho. As lojas, armazéns e ativos imobiliários estão predominantemente localizados em áreas comerciais e urbanas, tipicamente sem espaços verdes ou áreas exteriores sob gestão direta do Grupo. Nenhuma das unidades operacionais nas operações diretas da Sonae está localizada em ou na proximidade de áreas protegidas ou de elevado valor de biodiversidade.

### Expansão da área beneficiada por projetos de restauração e conservação

No âmbito do seu compromisso de gerar impactos positivos para a natureza, a Sonae monitoriza a extensão das áreas beneficiadas por iniciativas de restauração e conservação, de forma a avaliar o impacto das suas ações. Esta métrica apoia os objetivos de conservação da biodiversidade definidos no âmbito dos compromissos Act4Nature e de Desflorestação Zero da Sonae, estando alinhada com a Science Based Targets Network.

Extensão da área beneficiada por projetos de restauro e conservação da biodiversidade e ecossistemas (ha)	2024	2025
Projeto da Floresta Sonae	70	69
Projetos MC: Programas Sem Resíduos Pesticidas, Agricultura Regenerativa, Agroecologia, Searas com Biodiversidade: Salvar a Águia-Caçadeira, atualmente integrado no projeto Life SOS Pygargus, Cadernão e venda dos Sacos Pl'antarr	5.702	10.388
<b>TOTAL</b>	<b>5.772</b>	<b>10.457</b>

Nota: Os dados são reportados em área por ano. Os valores históricos (área cumulativa) foram atualizados para alinhar com esta metodologia. Em 2024 o valor reportado foi de 13.795 ha

Em 2025, um total de 10.457 hectares em Portugal beneficiou de iniciativas destinadas a reforçar a biodiversidade e a aumentar a resiliência dos ecossistemas, reforçando o contributo da Sonae para a conservação da biodiversidade.

# ESRS E5 - Utilização dos Recursos e Economia Circular

## Tópicos principais sobre a Utilização dos Recursos e Economia Circular Subtópicos / Sub-subtópicos:

Entradas de recursos, incluindo utilização dos recursos

Saídas de recursos relativos a produtos e serviços

Resíduos

As divulgações relacionadas com a descrição dos processos de identificação e avaliação de impactos, riscos e oportunidades materiais (IRO-1) encontram-se disponíveis no capítulo de Divulgações Gerais.

## E5-1 Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular

A Sonae adota uma abordagem centralizada na promoção da eficiência de recursos e dos princípios da economia circular, assente num quadro robusto de políticas e compromissos, tanto ao nível do Grupo como adaptado às especificidades de cada negócio.

As principais políticas aplicáveis ao Grupo Sonae, incluindo a descrição dos seus conteúdos essenciais, âmbito de aplicação, partes interessadas abrangidas, responsabilidades pela sua implementação, instrumentos internacionalmente reconhecidos e os impactos, riscos e oportunidades (IRO) associados, encontram-se descritas na secção “*Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade materiais*” do capítulo de Divulgações Gerais. Ao nível do Grupo, destacam-se as seguintes políticas como base da estratégia de economia circular:

A **Carta de Princípios para os Plásticos** estabelece orientações estratégicas para a redução de plásticos de utilização única, a melhoria da reciclabilidade e a promoção de alternativas sustentáveis, através de:

- **Eliminação de plásticos desnecessários:** Identificação e redução de plásticos de utilização única nas operações, produtos e serviços, privilegiando materiais reutilizáveis e reparáveis;
- **Reciclabilidade e circularidade dos plásticos:** Conceção de produtos e embalagens que facilitem a reciclagem, com recurso a princípios de ecodesign e a soluções inovadoras de materiais;

- **Redução da utilização de plásticos virgens:** Minimização do uso de plásticos de origem fóssil, através do aumento da incorporação de materiais reciclados e de alternativas com menor impacto ambiental;
- **Envolvimento e sensibilização das partes interessadas:** Promoção dos princípios da circularidade através de parcerias com instituições de investigação, fornecedores e consumidores, incentivando comportamentos sustentáveis;
- **Contributo para soluções de gestão de resíduos:** Apoio a infraestruturas de recolha e reciclagem de resíduos, promovendo a inovação para melhorar a circularidade dos plásticos;
- **Monitorização e reporte:** Avaliação do desempenho face às metas estabelecidas e comunicação transparente dos resultados.

Adicionalmente, enquanto membro do Pacto Português para os Plásticos desde 2020, as empresas de retalho da Sonae assumem um forte compromisso com o cumprimento das metas ambiciosas definidas para 2025. Alinhadas com os princípios da Fundação Ellen MacArthur, as empresas do portefólio estão ativamente a trabalhar para reduzir os resíduos plásticos, melhorar a reciclabilidade e promover alternativas sustentáveis, acelerando a transição para uma economia circular dos plásticos.

A Política Ambiental da Sonae constitui um compromisso público para assegurar que todas as unidades de negócio operam de acordo com um conjunto de princípios, incluindo aqueles especificamente aplicáveis à economia circular:

- **Eficiência de recursos e integração da economia circular:** Utilização racional e eficiente dos recursos naturais, minimizando a produção de resíduos e privilegiando a reutilização, reparação e reciclagem em detrimento da eliminação;
- **Melhoria contínua do desempenho ambiental:** Implementação de práticas de melhoria contínua que antecipem e mitiguem os impactos ambientais nas operações, produtos e serviços;
- **Envolvimento na cadeia de valor:** Promoção de práticas ambientalmente responsáveis junto de fornecedores e parceiros, assegurando a sustentabilidade na origem dos materiais e na gestão de resíduos.

As empresas do portefólio da Sonae complementam este compromisso com políticas específicas adaptadas à natureza dos seus negócios:

A MC desenvolveu a Política de Embalagens Sustentáveis da MC, um referencial alinhado com os princípios de *ecodesign* e *Design4Recycling*, aplicado à conceção e desenvolvimento de todas as embalagens de marca própria (primárias, secundárias e terciárias). Esta política, operacionalizada através de um manual atualizado com novos materiais, soluções e evolução regulamentar, assegura que as embalagens consideram todo o seu ciclo de vida, incorporando

estratégias de *ecodesign* para melhorar a reciclabilidade e reduzir o impacto ambiental. A política de embalagens orienta-se pelos seguintes princípios:

- Eliminar embalagens ou componentes desnecessários;
- Minimizar a dimensão e do peso das embalagens, assegurando simultaneamente a integridade do produto;
- Priorizar materiais reciclados em detrimento de materiais virgens sempre que viável;
- Melhorar a reciclabilidade, favorecendo embalagens monomaterial e eliminando elementos não essenciais;
- Promover modelos reutilizáveis para reduzir resíduos;
- Fornecer informação clara ao consumidor para incentivar escolhas sustentáveis;
- Impulsionar a inovação através de projetos colaborativos para soluções de embalagem mais sustentáveis.

A MC desenvolveu também uma Política de Gestão de Resíduos que estabelece os princípios aplicados e promovidos para assegurar uma gestão sustentável dos resíduos. Esta política reforça a prevenção de resíduos como prioridade, apoiando a utilização racional dos recursos naturais. Promove ainda a correta separação na origem e o encaminhamento adequado, de acordo com a hierarquia de gestão de resíduos, privilegiando a prevenção, reutilização, reciclagem, valorização e, como última opção, a eliminação.

A Worten integra os princípios da circularidade na sua Política de Sustentabilidade, promovendo a utilização eficiente de recursos, energias renováveis e práticas circulares assentes na reutilização, reciclagem e valorização de materiais. Colabora igualmente com entidades especializadas para melhorar a gestão de REEE (Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos), atuando tanto na prevenção da produção de resíduos como na sua recolha e reciclagem.

A iServices estabeleceu um conjunto estruturado de políticas internas que orientam e formalizam práticas operacionais alinhadas com os princípios da economia circular, abrangendo a reparação e extensão da vida útil de equipamentos eletrónicos, o acondicionamento, reutilização e revenda, bem como embalagens sustentáveis, utilização de materiais e gestão de resíduos e resíduos eletrónicos.

A BCF Life Sciences adota uma abordagem de bioeconomia circular, transformando subprodutos da indústria avícola em ingredientes de elevado valor acrescentado. A empresa formalizou uma Carta de Compras Responsáveis, que promove a utilização de produtos recicláveis, reciclados e renováveis, integrando de forma mais abrangente critérios ESG no processo de seleção de fornecedores.

A Gosh! Food aplica igualmente Princípios Orientadores para a Inovação, assegurando que todas as novas embalagens são recicláveis e incorporam materiais reciclados, com foco em

princípios de *ecodesign* para reduzir a dependência de recursos virgens. A empresa estabeleceu recentemente uma Política de Compras Ambientalmente Preferenciais, que promove práticas de aquisição responsáveis ao privilegiar bens e serviços com menor impacto ao longo do ciclo de vida, incentivando simultaneamente a prevenção de resíduos.

A Política Ambiental da Musti, aprovada pela equipa de gestão no final de 2025, incorpora os temas materiais relacionados com a economia circular e a utilização de recursos em todas as geografias onde opera. A política promove a minimização do uso de materiais de embalagem no design de produtos, o aumento da incorporação de conteúdo reciclado em produtos e embalagens, a melhoria da reciclabilidade e, sempre que viável, a expansão do uso de materiais renováveis, assegurando o alinhamento com a hierarquia de resíduos e práticas responsáveis de reciclagem.

Também em 2025, a Salsa Jeans desenvolveu e implementou um Manual Interno de Circularidade, com o objetivo de aumentar a sensibilização e fornecer orientações às equipas de produto para o desenvolvimento de produtos mais circulares, através da aplicação de um modelo de circularidade em quatro etapas e de um procedimento de compras. Este modelo fornece um enquadramento estruturado para otimizar a utilização de recursos naturais e prolongar o ciclo de vida de produtos de vestuário e calçado.

No setor imobiliário, a Sierra demonstra um forte compromisso com a economia circular através de um conjunto abrangente de políticas. A Política de Compras Responsáveis visa mitigar impactos negativos na cadeia de valor e promover práticas sustentáveis entre fornecedores, privilegiando materiais reciclados e de origem local. Adicionalmente, a Política de Segurança, Saúde e Ambiente da Sierra foi desenvolvida com o objetivo de preservar o ambiente através da melhoria contínua dos padrões de segurança e saúde e da monitorização da gestão de resíduos, com foco na reciclagem e reutilização.

## E5-2 Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular

A Sonae adota ativamente os princípios da economia circular, através da implementação de iniciativas que prolongam o ciclo de vida dos materiais, reduzem a produção de resíduos e promovem a eficiência de recursos. Através de uma combinação de orientação centralizada e execução local, o Grupo colabora com as subsidiárias, operações e cadeia de valor para abordar áreas críticas como a de produtos e serviços circulares, as embalagens de plástico, o desperdício alimentar e a gestão de resíduos.

Para assegurar maior clareza e evidenciar as prioridades estratégicas do Grupo, as divulgações relativas a ações encontram-se estruturadas em torno de três áreas centrais da agenda de Circularidade da Sonae, que orientam a implementação e a monitorização do desempenho nos diversos negócios: Assegurar o aumento da circularidade de produtos e serviços; Promover o *ecodesign* nas embalagens de produtos de marca própria; Garantir a valorização de resíduos.



## Assegurar o aumento da circularidade de produtos e serviços

Esta área central dedica-se a aumentar a circularidade dos produtos e serviços do Grupo, através do prolongamento do ciclo de vida dos produtos, da otimização da eficiência de recursos e da promoção de modelos inovadores de produção e consumo ao longo da cadeia de valor. A Sonae e as suas empresas abordam a circularidade com base nos seguintes princípios:

- Conceber produtos duradouros e reparáveis, de forma a prolongar o seu ciclo de vida;
- Identificar sistemas de circuito fechado para recuperação, recondicionamento ou reciclagem de materiais no final de vida do produto;
- Repensar os modelos de negócio, promovendo a transição de aquisição de produto para modelos de subscrição, aluguer ou pagamento por utilização;
- Desenvolver produtos com materiais recicláveis, biodegradáveis ou renováveis, permitindo a reintegração dos materiais na economia;
- Colaborar com partes interessadas para impulsionar mudanças sistémicas e promover práticas de economia circular.

Através destes, a Sonae tem vindo a aumentar o volume de negócios proveniente de produtos e serviços circulares.

Ações	Âmbito e Geografia	Timeline	Resultados e Progresso
Worten Flippers	Worten Jusante Portugal e Espanha	Em curso	O Worten Flippers é o programa dedicado à venda de equipamentos reconicionados certificados, testados, como novos ou em segunda mão. Em 2025, foram vendidos 28.968 produtos reconicionados
Worten Resolve e Serviço de Reparação iServices	Worten Jusante Portugal e Espanha (e mais França, Bélgica, Holanda, pela iServices)	Em curso	O programa Worten Resolve e o Programa de Reparação da iServices prestam serviços de reparação de equipamentos eletrónicos, contribuindo para o prolongamento da sua vida útil e para a redução de resíduos eletrónicos. Número de equipamentos reparados pelo Worten Resolve: 108.063 em oficina + 24.065 ao domicílio, totalizando 132.128
Infinity Salsa Jeans	Salsa Jeans Operações próprias e Jusante Portugal, Espanha, França, Luxemburgo e Irlanda	Em curso	O Programa Infinity centra-se na reparação e recolha de peças de denim, com o objetivo de prolongar o ciclo de vida dos produtos. Em 2025, foram reparadas 2.773 peças de vestuário (mais 5% face ao ano anterior) e recolhidas 380 peças (menos 48% face ao ano anterior)
Formação de Circularidade e Ecodesign	Salsa Jeans Operações próprias Portugal	2025	Em 2025, a Salsa Jeans desenvolveu e implementou um Manual de Circularidade, com o objetivo de orientar as equipas de produto no desenvolvimento de produtos mais circulares, através de um modelo em quatro etapas e de procedimentos de compras alinhados. O Manual prevê formação obrigatória em circularidade para as equipas de produto, tendo sido alcançada uma taxa de conclusão de 100% em 2025

### Promover o ecodesign nas embalagens de produtos de marca própria

A Sonae está a implementar de forma proativa princípios de *ecodesign* para melhorar a sustentabilidade das embalagens dos seus produtos de marca própria. As principais áreas incluem:

- Implementar princípios de *ecodesign* para otimizar a utilização de materiais e o ciclo de vida das embalagens, através da redução do peso das embalagens e da eliminação de componentes desnecessários;
- Melhorar a reciclabilidade e incorporar conteúdo reciclado, de forma a fechar os ciclos de materiais;
- Monitorizar e gerir a utilização de plásticos, e de outros materiais, em alinhamento com os objetivos de redução e reciclabilidade;
- Participar em parcerias setoriais, como o Pacto Português para os Plásticos, para promover um impacto coletivo.

Ações	Âmbito e Geografia	Timeline	Resultados e Progresso
Integração de requisitos de certificação FSC	iServices, Montante, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda	Em curso	Em 2025, a iServices iniciou a implementação de um requisito para que os fornecedores assegurem que os materiais de embalagem possuem certificação FSC (Forest Stewardship Council)
Reformulação das embalagens	Gosh! Food, Operações próprias, Reino Unido	Em curso	A Gosh! Food introduziu novas bandejas produzidas com 100% de PET reciclado (rPET), incorporando 30% de conteúdo reciclado pós-consumo no filme de selagem, com lançamento no mercado previsto para 2025. Para monitorizar o progresso, a empresa acompanha continuamente indicadores-chave de desempenho (KPIs) e realiza avaliações regulares para medir a eficácia das ações implementadas
Soluções de embalagens circulares	Musti, Montante e Operações próprias, Noruega, Suécia, Finlândia	Em curso	A Musti registou progressos na melhoria da circularidade e eficiência das suas embalagens, através do aumento da utilização de materiais reciclados e da introdução de soluções monomaterial recicláveis nas embalagens de marca própria de alimentação para animais de companhia. O Grupo avaliou também oportunidades para reduzir os materiais de embalagem dos produtos e reduziu significativamente o uso de embalagens nos seus armazéns, através do investimento em novas linhas de embalagem, eliminando materiais plásticos de enchimento em envios de comércio eletrónico. Embora algumas medidas já estejam implementadas, o impacto total da redução do consumo de materiais deverá tornar-se plenamente visível nos resultados reportados em 2026



## Garantir a valorização de resíduos

A Sonae adota uma abordagem baseada na hierarquia de gestão de resíduos, privilegiando a prevenção, reutilização, reciclagem e valorização, com especial enfoque nos plásticos, nos REEE (Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos) e nos materiais perigosos, bem como em ações destinadas ao combate ao desperdício alimentar. As principais iniciativas incluem:

- Maximizar a valorização de materiais, desviando resíduos da deposição em aterro e da incineração;
- Desenvolver parcerias com entidades gestoras de resíduos para garantir uma valorização eficaz;
- Reduzir o impacto ambiental, promovendo simultaneamente oportunidades económicas associadas à valorização de resíduos.

Ações	Âmbito e Geografia	Timeline	Resultados e Progresso
Combate ao desperdício alimentar	MC, Montante e operações próprias, Portugal	Em curso	<p>O <i>roadmap</i> Desperdício Alimentar Zero inclui ações focadas na redução de perdas através de mecanismos de aceleração do fluxo de produtos, na reutilização através de programas de doação de excedentes e na reciclagem através do desenvolvimento de produtos de economia circular. Foi também implementado um <i>dashboard</i> dedicado para monitorizar as perdas operacionais. Nas operações próprias, os mecanismos de aceleração do fluxo de produtos e os programas de doação de excedentes permitiram evitar aproximadamente 86 milhões de euros em desperdício alimentar, um aumento de 10 milhões de euros face a 2024</p> <p>Nas operações a montante, o Clube de Produtores Continente (CPC) assinou um protocolo com a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas de Alqueva) para implementar unidades de compostagem, com o apoio da plataforma "Feira do Desperdício". Esta plataforma permite aos produtores agroalimentares do CPC disponibilizar excedentes de produção a outros produtores para utilização como subprodutos, coprodutos ou resíduos em novos processos produtivos, incluindo composto orgânico de elevada qualidade. Em 2025, mantiveram-se dois projetos-piloto de compostagem, utilizando 24.000 toneladas de excedentes. Temos 80 produtores registados na plataforma e estas ligações já permitiram o lançamento de oito novos produtos vendidos nas lojas Continente</p>
Campanhas de recolha "Cadernão, Frigideirão, Capsulão"	MC, Operações próprias, Portugal	2025	Foram realizadas campanhas de recolha de cadernos e papel, frigideiras e cápsulas de café, de forma a assegurar o seu correto encaminhamento para reciclagem. Em 2025, foram enviadas para reciclagem 79 toneladas de papel, contribuindo para a plantação de 1.575 árvores. Foram recolhidas 59 mil frigideiras em fim de vida, correspondentes a 31 toneladas de resíduos multi material encaminhados para reciclagem. Adicionalmente, foram recolhidas e devidamente recicladas mais de 128 toneladas de cápsulas de café
Worten Transforma	Worten, Jusante, Portugal e Espanha	Em curso	O programa Worten Transforma permite aos clientes devolver equipamentos eletrónicos antigos nas lojas ou no momento da entrega ao domicílio, assegurando a sua gestão responsável em parceria com a ERP Portugal. Em 2025 foram recolhidas 9,343 toneladas de REEE em Portugal e Espanha, representando ainda assim um aumento de cerca de 1046 toneladas face ao ano anterior
Reutilização de componentes e recolha de baterias	iServices, Operações próprias e Jusante, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda	Em curso	Sempre que viável, é promovida a utilização de componentes recuperados ou recondicionados, em conjunto com a separação estruturada e reciclagem de resíduos eletrónicos através de operadores autorizados, bem como a recolha e tratamento adequado de baterias usadas através de sistemas licenciados. Estas práticas visam reduzir o consumo de novos componentes, melhorar a gestão de resíduos eletrónicos e mitigar riscos ambientais e para a saúde. Não são divulgados progressos quantitativos ou qualitativos, uma vez que a utilização de recursos e as ações de economia circular estão a ser reportadas formalmente pela primeira vez no âmbito do presente enquadramento
Reciclagem de ácido clorídrico	BCF Life Sciences, Operações próprias, França	Em curso	A reciclagem de ácido clorídrico (HCl), com recurso a equipamentos instalados na unidade industrial, permitiu poupanças de 14.000 toneladas de ácido clorídrico (23%)
Recuperação e redistribuição de desperdício alimentar	Gosh! Food, Operações próprias e Jusante, Reino Unido	2025	Em 2025, foram recolhidas 270 toneladas de resíduos alimentares e encaminhadas para biodigestão, permitindo a sua valorização através de processos biológicos. Adicionalmente, nas operações próprias, 18 toneladas de produtos acabados foram reaproveitadas e doadas à <i>The Felix Project</i> , apoiando a redistribuição de excedentes e contribuindo para a prevenção de resíduos através de iniciativas de impacto social.
Reforço da separação de resíduos	Sierra, Operações próprias, Roménia	2025	No ParkLake (Roménia), foram implementadas iniciativas para reforçar a sensibilização dos lojistas e as orientações operacionais para a correta separação de resíduos, incluindo fluxos de resíduos orgânicos e biodegradáveis. As práticas de gestão de resíduos foram reforçadas em parceria com a Ecogreen, considerando as embalagens mistas como recicladas, aumentando a triagem fora das instalações e recorrendo a soluções de valorização energética. Estas medidas contribuíram para o aumento da taxa global de reciclagem do ativo



As iniciativas de economia circular acima descritas envolvem um conjunto alargado de partes interessadas ao longo da cadeia de valor. Os clientes beneficiam diretamente através do acesso a produtos, serviços e soluções de fim de vida mais sustentáveis; os colaboradores estão envolvidos na implementação, apoio e promoção destas iniciativas; os fornecedores e parceiros contribuem para o desenvolvimento de produtos, inovação, e gestão de resíduos; e as comunidades locais e organizações da sociedade civil participam, em particular, através de campanhas de angariação de fundos, campanhas de sensibilização e programas de doação.

Sempre que aplicável, a alocação de recursos foi divulgada. Embora estes montantes estejam refletidos nos custos operacionais ou de investimento de cada empresa, não são apresentados de forma desagregada nas demonstrações financeiras consolidadas. Em algumas iniciativas, apesar da sua potencial relevância, não foi possível isolar os valores de CapEx e OpEx devido a limitações na disponibilidade de dados. Atualmente, não estão a ser utilizados instrumentos de financiamento sustentável.

A gestão eficaz de resíduos é um componente crítico da estratégia de economia circular do Grupo Sonae. Em todo o Grupo, o desempenho na gestão de resíduos é avaliado de forma sistemática através de mecanismos de auditoria estruturados, sistemas de gestão certificados e quadros de melhoria contínua. Vários negócios operam com Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) certificados segundo a norma ISO 14001 ou com sistemas equivalentes SHEMS, que incluem auditorias periódicas internas e externas aos resíduos, estudos de caracterização de resíduos e processos de monitorização de conformidade. Estes mecanismos permitem identificar oportunidades de melhoria, informar planos de ação anuais e apoiar a definição de metas de desempenho, com especial enfoque no aumento das taxas de reciclagem e no desvio de resíduos de aterro.

Os planos de ação privilegiam a redução na origem, práticas de reutilização e reparação, soluções de logística inversa, melhoria da separação na origem e otimização da valorização, sendo complementados por programas de formação e sensibilização dos colaboradores, realizados no momento de integração e através de ações periódicas de reciclagem de conhecimentos. Iniciativas de inovação reforçam igualmente a minimização de resíduos e a circularidade, incluindo projetos de valorização de excedentes, reintegração de materiais reciclados em novas embalagens, investigação em plásticos sustentáveis e programas comportamentais orientados para melhorar o desempenho de reciclagem de lojistas e outras partes interessadas.

Em particular, a MC reforçou o seu compromisso com uma gestão de resíduos mais eficiente ao rever a sua estratégia de resíduos em 2025, validando ações destinadas a aumentar as taxas de valorização e a reduzir a deposição em aterro. Foi aprovada uma Política de Gestão de Resíduos e o manual de procedimentos foi atualizado para harmonizar as melhores práticas em todas as operações. Foram realizados exercícios de caracterização de resíduos nas lojas para melhorar a qualidade dos materiais recicláveis e reduzir os resíduos indiferenciados, apoiados por formação direcionada e monitorização no local para reforçar a separação na origem. Foi também implementada uma solução dedicada de recolha de

biorresíduos em todas as lojas, assegurando a sua valorização orgânica, estando prevista a cobertura total em 2026. Em 2025, a taxa de valorização de resíduos atingiu 86,4%.

## E5-3 Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular

A Sonae está comprometida em reforçar a eficiência de recursos, minimizar a produção de resíduos e integrar os princípios da economia circular nas suas operações. Estes compromissos estão alinhados com a estratégia de sustentabilidade do Grupo e contribuem para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, do Plano de Ação para a Economia Circular e de iniciativas internacionais relevantes, como o Compromisso Global da Fundação Ellen MacArthur e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

As divulgações relativas a metas encontram-se estruturadas nas três áreas centrais da agenda de Circularidade da Sonae, que orientam a implementação nos diversos negócios: Assegurar o aumento da circularidade de produtos e serviços; Promover o *ecodesign* nas embalagens de produtos de marca própria; Garantir a valorização de resíduos.

No portefólio da Sonae, as metodologias utilizadas para definir metas de circularidade combinam, de forma geral, a análise de dados internos e o alinhamento com referenciais externos e requisitos regulamentares, variando o nível de sofisticação consoante o tema. No caso das embalagens, as metas são informadas por referenciais e compromissos internacionais reconhecidos (como a New Plastics Economy da Fundação Ellen MacArthur, Pacto Nacional para os plásticos, esquemas de certificação FSC e legislação europeia), e baseiam-se em avaliações internas detalhadas da composição dos materiais, reciclabilidade e conteúdo reciclado, suportadas por certificações de fornecedores e auditorias internas. Estas metodologias assentam em pressupostos-chave relacionados com a disponibilidade de materiais, o envolvimento dos fornecedores e a capacidade das infraestruturas de reciclagem. Para as metas de resíduos, incluindo REEE e desperdício alimentar, as metodologias são mais operacionais, baseando-se principalmente em dados históricos de desempenho, sistemas internos de monitorização de resíduos e informação fornecida por parceiros de gestão de resíduos. As metas são tipicamente definidas com base em melhorias de eficiência consideradas alcançáveis e nas condições operacionais esperadas, com pressupostos relacionados com a estabilidade dos processos e a participação das partes interessadas.

Para outras áreas relacionadas com a circularidade, como a reparação e os produtos reconicionados, as metodologias baseiam-se frequentemente em dados históricos de vendas e operação, combinados com análise de tendências de mercado e boas práticas reconhecidas. Em alguns casos, as metas seguem uma abordagem de melhoria contínua, sem recurso a modelação formal ou análise de cenários. Estes objetivos são monitorizados de forma regular e refletem tanto os princípios de utilização em cascata de recursos renováveis como os princípios da hierarquia de resíduos.

## Assegurar o aumento da circularidade de produtos e serviços

A Sonae está comprometida em redefinir os ciclos de vida dos produtos e serviços, com vista a reforçar a sua durabilidade e circularidade. Através da integração de modelos de reparação, acondicionamento, recuperação e aluguer, o Grupo procura prolongar a vida útil dos produtos e incentivar comportamentos de consumo mais responsáveis. Tendo em conta os seus modelos de negócio específicos, dinâmicas de mercado e contextos regulamentares, cada empresa do Grupo define as suas próprias metas de circularidade, numa base voluntária, conforme apresentado na tabela abaixo.

Nível da Hierarquia dos Resíduos	Âmbito e Geografia	Descrição do Target	Baseline		Target		Resultados e Progresso
			Valor	Ano	Valor	Ano	
Preparação para Reutilização	iServices, Operações próprias, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda	Meta anual de 200.000 reparações	159.470	2024	200.000	2026	A iServices realizou 184.792 reparações de componentes, incluindo 93.495 substituições de ecrãs e 58.298 substituições de baterias. Este valor compara com 159.470 reparações em 2024, representando um aumento de aproximadamente 16% em termos homólogos. A meta é revista anualmente, tendo em conta os resultados do ano anterior e o alinhamento com as tendências de desempenho
Preparação para Reutilização	iServices, Operações próprias, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda	Meta anual de 225.000 produtos reconicionados vendidos	95.437	2024	225.000	2026	A iServices vendeu 144.585 produtos reconicionados, em comparação com 95.437 em 2024, o que representa um aumento de 51% em termos homólogos. A meta é revista anualmente, considerando os resultados do ano anterior e o alinhamento com as tendências de desempenho
Prevenção	Salsa Jeans, Montante e Operações próprias, Portugal e geografias dos fornecedores	60% das fibras com menor impacto ambiental até 2028	—	2022	60 %	2028	O progresso atual situa-se em 2%. Em 2025, foi introduzida uma monitorização trimestral para reforçar a rastreabilidade dos dados e assegurar o seu registo sistemático na plataforma DNA
Prevenção	Salsa Jeans, Montante e Operações próprias, Portugal e geografias dos fornecedores	Limitar a utilização de elastano em 60% dos produtos de denim até 2028	0	2022	60 %	2028	Desde 2024, o teor de elastano nos produtos de denim foi limitado a um máximo de 5%, tendo a meta sido ultrapassada
Reciclagem	Salsa Jeans, Montante e Operações próprias, Portugal e geografias dos fornecedores	30% das compras de produtos de matéria-prima única até 2028	0	2022	30 %	2028	Em 2025, a percentagem de produtos adquiridos de matéria-prima única é de 52%

## Promover o ecodesign nas embalagens de produtos de marca própria

Na Sonae, os princípios de ecodesign estão integrados no desenvolvimento de embalagens de marca própria, reforçando a sustentabilidade ao longo da cadeia de valor. Em linha com este compromisso e com a ambição de contribuir para soluções sistémicas, o Grupo colabora com as partes interessadas para reduzir a utilização de plástico a montante, adaptar as operações de forma a minimizar o seu uso e incentivar práticas de consumo responsável e de fim de vida junto dos clientes.

Nível da Hierarquia dos Resíduos	Âmbito e Geografia	Descrição do Target	Baseline		Target		Resultados e Progresso
			Valor	Ano	Valor	Ano	
Reciclagem	Grupo Sonae SGPS, toda a cadeia de valor	100% das embalagens de plástico reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis (marca própria) até 2025	72 %	2019	100 %	2025	Em 2025, 92% das embalagens de plástico eram reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis (produtos de marca própria)
Reciclagem	Grupo Sonae SGPS, toda a cadeia de valor	30% de plástico reciclado incorporado em novas embalagens (produtos de marca própria) até 2025	10 %	2019	30 %	2025	Em 2025, 22% de plástico reciclado foi incorporado em novas embalagens (produtos de marca própria)
Prevenção	iServices, Montante, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda	100% das embalagens de cartão com certificação FSC até 2027	NA	NA	100 %	2027	O cumprimento integral em 2025 ainda não pode ser confirmado devido a um volume residual de stock legado que poderá ainda incluir materiais de embalagem não certificados FSC, prevendo-se o seu esgotamento total durante 2026. Uma melhoria relevante implementada em 2025 foi a transição das embalagens de capas de silicone para smartphones, de formatos à base de plástico para embalagens de cartão alinhadas com FSC em todas as novas encomendas
Prevenção	Musti, Montante, Noruega, Suécia e Finlândia	100% das embalagens de plástico recicláveis ou reutilizáveis até 2030	NA	NA	100 %	2030	Atualmente, não estão disponíveis dados de progresso, uma vez que o processo de recolha de dados ainda se encontra em fase de consolidação. A sua conclusão está prevista para 2026, permitindo a formalização da respetiva meta de desempenho
Reciclagem	Gosh! Food, Montante, Reino Unido	100% das embalagens recicláveis, compostáveis e/ou reutilizáveis até 2025	87 %	2025	100 %	2025	Em 2025, as embalagens recicláveis atingiram 99%



Em 2019, a Sonae definiu o objetivo de assegurar que todas as embalagens de utilização única dos seus produtos de marca própria fossem recicláveis ou reutilizáveis até 2025.

A ambição subjacente a este objetivo inspirou também o lançamento da campanha “Falhar foi só o início”, apresentada a 23 de setembro de 2025. Esta iniciativa reforça o compromisso do Grupo com este objetivo, reconhece de forma transparente que o percurso ainda está em curso, celebra os progressos alcançados e apela à ação coletiva para viabilizar a transição para a total reciclabilidade ou reutilização. O objetivo é suportado pela Carta de Princípios para os Plásticos da Sonae, desenvolvida em conformidade com os requisitos do Pacto Português para os Plásticos, e por uma parceria de longa data com a Sociedade Ponto Verde (SPV), entidade que desempenha um papel central na gestão de resíduos de embalagens. O Grupo segue a matriz de reciclabilidade de plásticos validada pela SPV como ferramenta de monitorização do progresso.

Apesar dos progressos significativos, persistem desafios estruturais que condicionam o caminho para os 100%:

- Requisitos de segurança e qualidade dos produtos: determinados formatos de plástico continuam a ser essenciais para garantir a preservação dos produtos, prolongar o prazo de validade e assegurar a segurança alimentar;
- Limitações tecnológicas: ainda não existem soluções eficazes de triagem e reciclagem à escala para certos materiais, como copos de iogurte em poliestireno (PS) e determinados formatos de embalagens multi material;
- Comportamento do consumidor: os resultados da reciclagem dependem fortemente de práticas corretas de deposição. Erros na separação, hábitos de reciclagem inconsistentes e acesso desigual a infraestruturas de recolha limitam as taxas de recuperação, impedindo que embalagens recicláveis reentrem eficazmente no circuito de reciclagem.

Reconhecendo estes desafios, a Sonae mantém o compromisso de reavaliar continuamente as suas metas relativas aos plásticos, assegurando o seu alinhamento com a evolução das soluções industriais, os requisitos regulamentares (nomeadamente no âmbito do Regulamento Europeu de Embalagens e Resíduos de Embalagens) e as expectativas das partes interessadas. A Sonae continuará a acompanhar ativamente as discussões sobre metas no contexto do Pacto Português para os Plásticos e da Fundação Ellen MacArthur. O compromisso com a circularidade e com embalagens responsáveis mantém-se uma prioridade, assente na colaboração, inovação e envolvimento das partes interessadas para gerar impacto sustentável a longo prazo. No final de 2025, o valor situava-se em 92%.

Para colmatar a lacuna remanescente e alcançar os 100%, a Sonae continuará a:

- Investir em inovação e em materiais alternativos sustentáveis;
- Colaborar estreitamente com fornecedores para acelerar soluções de *design* circular;
- Expandir campanhas de sensibilização e envolvimento dos consumidores;
- Trabalhar com parceiros estratégicos para reforçar as infraestruturas de reciclagem e a capacidade sistémica de recuperação.

## Garantir a valorização de resíduos

As empresas do portefólio da Sonae estão igualmente comprometidas com a adoção de uma abordagem abrangente à gestão de resíduos, abordando questões ambientais-chave como a gestão de resíduos em geral, o desperdício alimentar e os REEE. O foco incide na valorização de resíduos, com o objetivo de desviar uma percentagem significativa de resíduos de aterro. As empresas do Grupo definiram metas ambiciosas, ajustadas às características específicas dos seus setores e aos enquadramentos regulamentares aplicáveis.

Nível da Hierarquia dos Resíduos	Âmbito e Geografia	Descrição do Target	Baseline		Target		Resultados e Progresso
			Valor	Ano	Valor	Ano	
Prevenção	MC, Operações próprias, Portugal	Redução de 50% do desperdício alimentar nas operações até 2028	NA	2020	redução 50%	2028	Até 2025, o desperdício alimentar nas operações da MC foi reduzido em 25% face aos níveis de 2020, em linha com os marcos definidos no roteiro da MC
Reciclagem	Worten, Jusante, Portugal e Espanha	Meta anual de recolha de 10.000 toneladas de REEE	NA	NA	10.000	2025	Em 2025, foram recolhidas 8.896 toneladas de REEE (Portugal e Espanha) e 447 toneladas (Ilhas Canárias), totalizando 9.343 toneladas entregues à ERP Portugal. Embora a meta anual não tenha sido atingida, o desempenho melhorou em 219 toneladas face a 2024, representando um aumento de aproximadamente 2,4% em termos homólogos
Reciclagem	iServices, Operações Próprias e Jusante, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda	Melhoria da monitorização dos fluxos de resíduos	Mapeamento inicial concluído	2024	Melhoria da completude e consistência dos dados	Em curso	Esta meta é de natureza qualitativa e orientada para processos. Em 2025, o progresso centrou-se na estruturação e consolidação dos dados relacionados com resíduos nas operações. A gestão de resíduos foi formalizada através de contratos ativos com operadores autorizados, abrangendo fluxos-chave, incluindo cartão, papel, plásticos, REEE e baterias
Reciclagem	Sierra, Operações próprias, Itália	Taxa de reciclagem de resíduos de 75%	NA	NA	71 %	2025	Meta não atingida. O desempenho foi de 69%, abaixo da meta (71%)
Reciclagem	Sierra, Operações próprias, Roménia	Taxa de reciclagem de resíduos de 44,4%	NA	NA	44,4%	2025	Meta atingida. O desempenho foi de 51%, acima da meta (44%)
Reciclagem	Sierra, Operações próprias, Portugal, Espanha, Alemanha, Roménia, Itália	Taxa de reciclagem de resíduos em escritórios de 91,1%	NA	NA	91,1%	2025	Meta atingida. O desempenho foi de 93,1%, acima da meta (91,1%)
Reciclagem	Sierra, Operações próprias, Portugal, Espanha, Alemanha, Roménia, Itália	Taxa de resíduos enviados para aterro inferior a 9,9% nos escritórios	NA	NA	9,9%	2025	Meta atingida. O desempenho foi de 2,3%, abaixo da meta (9,9%)



A definição e implementação de metas de economia circular envolvem múltiplas partes interessadas, incluindo equipas internas (como sustentabilidade, operações, marca e embalagens), fornecedores e, quando relevante, parceiros externos, nomeadamente instituições académicas, organizações setoriais e parceiros da indústria. O desempenho face às metas é acompanhado através de ferramentas internas de monitorização, dados de fornecedores e referenciais regulamentares, refletindo igualmente as condições locais, as dinâmicas de mercado e a evolução esperada das políticas públicas, de forma a assegurar que permanecem relevantes e exequíveis.

Para além das metas de valorização de resíduos acima referidas, a meta de redução do desperdício alimentar da MC assume particular relevância estratégica, devido à sua importância ambiental, social e operacional. No âmbito da sua agenda de Circularidade, a MC comprometeu-se a reduzir o desperdício alimentar nas suas operações próprias em 50% até 2028, face aos níveis de 2020. O *Food Loss and Waste Protocol* (FLWP), recomendado por organizações internacionais como a FAO e o UNEP, foi implementado para reforçar a robustez metodológica e o benchmarking internacional. Até 2025, o desperdício alimentar nas operações já tinha sido reduzido em 25% face a 2020, em linha com o roteiro definido. Para concretizar esta ambição, estão a ser implementadas iniciativas tanto nas operações próprias como ao longo da cadeia de valor, abrangendo a prevenção, redistribuição e valorização de excedentes. Estas ações e os recursos a elas alocados são detalhados na secção “E5-2 - Ações e Recursos relacionados com a utilização de recursos e a economia circular.”

## E5-4 Entradas de recursos

As entradas de recursos da Sonae variam entre os seus diferentes setores de atividade, refletindo requisitos materiais distintos no retalho alimentar (MC), cuidado para animais de estimação (Musti), eletrónica (Worten), marcas de moda, imobiliário (Sierra) e outras atividades, incluindo a Sparkfood. Apesar desta diversidade, o plástico continua a ser o fluxo de material mais significativo, sobretudo devido à sua utilização em embalagens de produtos. A redução do consumo global de plástico e o aumento da incorporação de conteúdo reciclado mantêm-se, assim, como prioridades estratégicas, em alinhamento com a Estratégia de Sustentabilidade do Grupo.

As entradas de recursos incluem também ativos tangíveis, como propriedades, instalações e equipamentos (PPE), específicos de cada negócio. A MC depende de sistemas de refrigeração, infraestruturas de loja e plataformas logísticas. A Worten e a Salsa Jeans utilizam centros de distribuição, armazéns e equipamentos de retalho. As operações da Salsa Jeans integram ainda maquinaria especializada para lavagem, tingimento e acabamento têxtil. As operações próprias da Sierra incluem dois edifícios (centros comerciais: ParkLake e Gli Orsi). A montante, os fornecedores operam com diferentes tipos de equipamentos de produção, armazenamento e transporte. No entanto, dados detalhados sobre PPE ao longo da cadeia de valor não se encontram atualmente disponíveis e, de acordo com avaliações internas, não são

considerados materiais para este ciclo de reporte. Estão em curso esforços para melhorar a rastreabilidade dos fornecedores e a cobertura de dados.

*Princípios contabilísticos:* As entradas de recursos são calculadas com base no método de comprovativo de compra, contabilizando todas as aquisições de recursos relevantes registadas no período fiscal. O peso de cada recurso é determinado, sempre que possível, com base em dados fornecidos por fabricantes ou fornecedores, obtidos através de fontes públicas. Quando essa informação não está disponível, é utilizado um peso médio de artigos semelhantes para estimar o total. Os recursos são, então, categorizados nas seguintes classes: embalagem, produto e operação, assegurando uma metodologia de quantificação coerente e transparente que sustenta o reporte de sustentabilidade. Todos os dados quantitativos divulgados neste capítulo foram auditados exclusivamente pelo auditor responsável por este relatório. As metodologias específicas, inclusões, exclusões e abordagens de estimativa são detalhadas nas respetivas tabelas de indicadores, garantindo transparência e consistência entre os diferentes negócios da Sonae.

Ao nível corporativo, as entradas de recursos estão sobretudo relacionadas com consumíveis de escritório, incluindo papel, cadernos, material de escritório e equipamentos eletrónicos.

Na MC, as entradas de recursos são categorizadas em embalagem, produto e operação. O plástico constitui o material mais relevante nas embalagens, sendo predominantemente utilizado em produtos de marca própria ou exclusivos. Outros materiais de embalagem incluem ECAL, papel, vidro, metal e madeira. Embora a MC procure otimizar o *design* das embalagens e aumentar a incorporação de material reciclado, os requisitos de conservação alimentar representam um desafio à substituição do plástico por materiais alternativos. As entradas associadas a produtos dizem exclusivamente respeito aos sacos colocados no mercado, nomeadamente sacos de plástico, papel/cartão e algodão. Ao nível operacional, as entradas de recursos referem-se a materiais utilizados nas operações, sendo todos geridos com o objetivo de maximizar a eficiência.

A Worten não adquire diretamente matérias-primas ou componentes para fabrico, uma vez que não desenvolve atividades produtivas. A empresa adquire produtos acabados, principalmente equipamentos elétricos e eletrónicos, a fornecedores externos, quer sob marca própria, quer sob marcas de fornecedores, colocando-os posteriormente no mercado. Adicionalmente, a Worten adquire materiais e peças de substituição utilizados em serviços de reparação e manutenção. Os produtos comercializados contêm materiais como metais (incluindo cobre e alumínio) e plásticos. Os fornecedores são incentivados a alinhar-se com normas de aprovisionamento responsável, como a Responsible Minerals Initiative (RMI), promovendo a origem ética e sustentável dos minerais. Estão também implementados programas de recolha e reciclagem para assegurar a recuperação responsável destes materiais. Relativamente a entradas de embalagens incluem cartão e plástico.

As marcas de moda da Sonae utilizam algodão e fibras sintéticas nos produtos têxteis, sendo as embalagens maioritariamente compostas por cartão e plástico. Nas instalações de lavandaria da Salsa Jeans, a água é essencial para os processos de acabamento das peças, incluindo lavagem, tingimento e técnicas de tratamento que melhoram a qualidade e durabilidade dos tecidos. Esta água provém de rios e poços, sendo captada através de sistemas locais (mais informação disponível em ESRS E3 – Água e Recursos Marinhos). É utilizada maquinaria especializada para o processamento têxtil, o que exige esforços contínuos ao nível da eficiência de recursos e da redução de resíduos. Na sequência da saída das marcas MO e Zippy do Grupo durante 2025, o reporte das entradas de recursos inclui apenas seis meses de atividade destas marcas.

Dentro do Grupo Sparkfood, na Gosh! Food, as principais entradas de recursos são ingredientes agrícolas, que constituem a base dos seus produtos e representam a maior parcela do consumo de materiais. Adicionalmente, são utilizados materiais de embalagem, como cartão e plástico, aos níveis primário, secundário e terciário. Na BCF Life Sciences, a circularidade é um dos pilares do modelo de negócio, centrado na valorização de subprodutos da indústria avícola, transformando-os em ingredientes de elevado valor acrescentado, reduzindo assim a necessidade de extração de matérias-primas virgens. Tendo em conta a atividade da BCF Life Sciences, as entradas de recursos enquadram-se na categoria de outros materiais, incluindo ácido clorídrico (HCl), hidróxido de sódio (NaOH), carvão e penas.

No caso da Sierra, as entradas de recursos materiais estão sobretudo associadas a novos desenvolvimentos, reabilitações, expansões e projetos de remodelação. Estas entradas incluem matérias-primas e produtos de construção semiacabados, como betão, tijolo, metais, vidro, materiais de isolamento e plásticos. Para efeitos de reporte, estes recursos são classificados na categoria de outros materiais de produto.

Peso dos produtos e materiais utilizados (unidades em toneladas)

		Retalho		imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL		
		2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	
<b>TOTAL</b>		<b>93.212</b>	<b>90.086</b>	<b>—</b>	<b>571</b>	<b>1.146</b>	<b>1.016</b>	<b>37.364</b>	<b>5.831</b>	<b>131.722</b>	<b>97.504</b>	
<b>Algodão</b>	<b>Total</b>	4	31	-	-	-	-	5.198	2.150	5.202	2.181	
	Reciclado	1	—	-	-	-	-	13	4	15	4	
	<b>Virgem</b>	3	31	-	-	-	-	5.184	2.146	5.187	2.177	
<b>Cartão</b>	<b>Total</b>	<b>11.533</b>	<b>2.676</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>947</b>	<b>531</b>	<b>12.480</b>	<b>3.207</b>	
	Embalagem	Total	10.358	2.617	-	-	-	-	427	389	10.785	3.006
		Reciclado	6.670	1.448	-	-	-	-	154	188	6.824	1.636
		Virgem	3.688	1.169	-	-	-	-	273	201	3.961	1.369
	Produto	Total	67	59	-	-	-	-	-	-	67	59
		Reciclado	56	44	-	-	-	-	-	-	56	44
		Virgem	12	15	-	-	-	-	-	-	12	15
	Operação	Total	1.108	-	-	-	-	-	520	142	1.628	142
		Reciclado	-	-	-	-	-	-	30	59	30	59
		Virgem	1.108	-	-	-	-	-	490	82	1.598	82
	<b>Total</b>	<b>2.825</b>	<b>315</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>551</b>	<b>257</b>	<b>3.375</b>	<b>572</b>	
	<b>Madeira</b>	Embalagem	Total	2.682	81	-	-	-	-	-	-	2.682
Reciclado			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Virgem			2.682	81	-	-	-	-	-	-	2.682	81
Produto		Total	142	176	-	-	-	-	551	257	693	433
		Reciclado	-	-	-	-	-	-	13	3	13	3
		Virgem	142	176	-	-	-	-	538	254	680	431
Operação		Total	-	58	-	-	-	-	-	-	-	58
		Reciclado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Virgem	-	58	-	-	-	-	-	-	-	58



		Retalho		imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL		
		2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	
Metal	<b>Total</b>	<b>12.373</b>	<b>16.502</b>	-	171	-	-	3	1	<b>12.377</b>	<b>16.674</b>	
	Embalagem	Total	4.505	4.491	-	-	-	-	-	-	4.505	4.491
		Reciclado	304	403	-	-	-	-	-	-	304	403
		Virgem	4.201	4.088	-	-	-	-	-	-	4.201	4.088
	Produto	Total	7.868	12.010	-	171	-	-	3	1	7.872	12.183
		Reciclado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Virgem	7.868	12.010	-	171	-	-	3	1	7.872	12.183
	Operação	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Reciclado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Virgem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10.963</b>	<b>13.585</b>	—	—	<b>1.146</b>	<b>1.016</b>	<b>277</b>	<b>135</b>	<b>12.385</b>	<b>14.736</b>		
Papel	Embalagem	Total	9.755	11.539	-	-	-	-	265	130	10.020	11.669
		Reciclado	3.350	3.436	-	-	-	-	-	54	3.350	3.490
		Virgem	6.405	8.103	-	-	-	-	265	76	6.670	8.179
	Produto	Total	25	11	-	-	1.146	1.016	3	-	1.174	1.027
		Reciclado	23	—	-	-	-	173	-	-	23	173
		Virgem	3	11	-	-	1.146	843	3	-	1.152	854
	Operação	Total	1.183	2.035	-	-	-	-	8	5	1.191	2.040
		Reciclado	2	2	-	-	-	-	3	-	5	2
		Virgem	1.181	2.033	-	-	-	-	5	5	1.186	2.038
	<b>Total</b>	<b>11.952</b>	<b>12.795</b>	-	1	-	-	2	1	<b>11.954</b>	<b>12.796</b>	
Vidro	Embalagem	Total	10.991	11.765	-	-	-	-	2	1	10.993	11.765
		Reciclado	734	898	-	-	-	-	-	-	734	898
		Virgem	10.257	10.867	-	-	-	-	2	1	10.259	10.867
	Produto	Total	960	1.030	-	1	-	-	1	-	961	1.031
		Reciclado	28	—	-	-	-	-	-	-	28	—
		Virgem	932	1.030	-	-	-	-	1	-	933	1.030



		Retalho		imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL		
		2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	
Plástico	<b>Total</b>	<b>39.949</b>	<b>37.894</b>	-	-	-	-	<b>3.957</b>	<b>2.483</b>	<b>43.906</b>	<b>40.377</b>	
	Embalagem	Total	23.891	26.181	-	-	-	-	234	153	24.125	26.334
		Reciclado	3.854	5.543	-	-	-	-	151	136	4.005	5.679
		Virgem	20.036	20.638	-	-	-	-	83	17	20.120	20.656
		Reciclável	21.654	23.994	-	-	-	-	198	151	21.852	24.144
		Não-Reciclável	2.237	2.187	-	-	-	-	36	3	2.273	2.190
	Produto	Total	15.454	10.862	-	-	-	-	3.398	2.053	18.852	12.915
		Reciclado	4.555	920	-	-	-	-	135	46	4.690	966
		Virgem	10.899	9.941	-	-	-	-	3.263	2.007	14.162	11.949
		Reciclável	6.680	2.582	-	-	-	-	-	-	6.680	2.582
		Não-Reciclável	8.774	8.280	-	-	-	-	3.398	2.053	12.172	10.333
	Operação	Total	604	851	-	-	-	-	325	276	930	1.127
		Reciclado	259	318	-	-	-	-	282	230	541	548
		Virgem	345	534	-	-	-	-	43	46	388	580
		Reciclável	604	566	-	-	-	-	325	276	929	842
		Não-Reciclável	1	285	-	-	-	-	-	-	1	285
	<b>Total</b>	<b>3.613</b>	<b>6.288</b>	-	<b>399</b>	-	-	<b>26.429</b>	<b>274</b>	<b>30.042</b>	<b>6.961</b>	
Outros	Embalagem	Total	202	93	-	-	-	-	1	2	203	95
		Reciclado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Virgem	202	93	-	-	-	-	1	2	203	95
	Produto	Total	3.186	5.904	-	399	-	-	26.428	272	29.614	6.575
		Reciclado	-	-	-	11	-	-	-	3	-	13
		Virgem	3.186	5.904	-	388	-	-	26.428	269	29.614	6.561
	Operação	Total	226	291	-	-	-	-	-	-	226	291
		Reciclado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Virgem	226	291	-	-	-	-	-	-	226	291

Nota: As entradas de materiais reportadas incluem o peso total dos produtos, bem como materiais técnicos e biológicos; contudo, não estão disponíveis dados sobre a origem sustentável dos materiais biológicos. Os dados relativos às entradas de materiais da Musti não estão incluídos, uma vez que os valores ainda se encontram em apuramento. No caso da Sonaecom, o consumo de papel reportado refere-se exclusivamente ao jornal Público. Os valores de consumo de plástico (embalagens e operações) de 2024 foram ajustados na sequência de uma revisão da metodologia de cálculo. O valor anterior consolidado de plástico total em embalagens era 23.201 toneladas e o valor de plástico total em operações era 1.220 toneladas.

## Peso e percentagem de componentes, produtos e materiais secundários utilizados

	Retalho		imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Componentes, produtos e materiais secundários utilizados (t)	19.838	12.978	-	11	-	173	780	723	20.618	13.885
Componentes, produtos e materiais secundários utilizados (%)	21 %	14 %	- %	2 %	- %	17 %	2 %	12 %	16 %	14 %

Nota: Os valores reportados para componentes secundários, produtos e materiais referem-se exclusivamente à percentagem reciclada efetivamente incorporada nos produtos e embalagens da empresa. Isto inclui componentes secundários reciclados, produtos intermédios e materiais utilizados durante os processos de fabrico.

## E5-5 Saídas de recursos

As saídas de recursos da Sonae variam entre os setores em que o Grupo opera, refletindo os diferentes fluxos de resíduos e abordagens de gestão no retalho alimentar (MC), cuidados para animais de estimação (Musti), eletrónica (Worten), marcas de moda, imobiliário (Sierra) e outros negócios, incluindo a Gosh! Food e a BCF Life Sciences. Não obstante estas diferenças operacionais, a gestão de resíduos assenta em princípios comuns de economia circular, privilegiando a prevenção, a separação eficaz na origem, a reciclagem e a valorização, assegurando que qualquer eliminação é realizada de forma ambientalmente responsável.

Até 2025, aproximadamente 86% dos resíduos gerados pelas operações do Grupo foram encaminhados para processos de valorização, evidenciando o progresso alcançado na redução da eliminação.

**Princípios contabilísticos:** As saídas de recursos são quantificadas e categorizadas com base no método comprovativo de eliminação, assegurando transparência na gestão de resíduos. Os dados são obtidos principalmente através de medições diretas nas operações, relatórios de fornecedores e entidades externas de gestão de resíduos. Quando a medição direta não é possível, as estimativas baseiam-se em referenciais setoriais, dados históricos e análises de fluxos de materiais. A Sonae classifica os produtos segundo os princípios da economia circular, tendo em conta critérios como durabilidade, reparabilidade, reciclabilidade, uso de materiais reciclados ou renováveis e compatibilidade com modelos de negócio circulares, como sistemas de devolução e retoma. Esta classificação segue normas do setor, enquadramentos regulamentares e políticas internas, garantindo consistência no acompanhamento da eficiência de recursos e da valorização de resíduos. Todos os dados sobre saídas de recursos estão sujeitos a verificação externa no âmbito do relatório consolidado de sustentabilidade. As metodologias específicas, bem como as inclusões, exclusões e

abordagens de estimativa, encontram-se descritas nas tabelas de indicadores relevantes, assegurando transparência e consistência entre as empresas da Sonae. Não são gerados resíduos radioativos nas operações do Grupo, pelo que esta categoria não está incluída nos dados reportados.

A Sonae avalia a durabilidade dos produtos com base em referenciais do setor, testes internos e normas internacionais. Alguns exemplos de categorias de produtos incluem eletrodomésticos, têxteis, embalagens e dispositivos eletrónicos. A Worten avalia a durabilidade expectável dos eletrodomésticos utilizando *benchmarks* de mercado, sendo que frigoríficos, máquinas de lavar roupa e máquinas de lavar loiça têm uma durabilidade média entre 12,5 e 15 anos, enquanto fogões e placas podem atingir até 19 anos. Os têxteis da Salsa Jeans são avaliados através de testes de ciclos de lavagem, em conformidade com os padrões da indústria têxtil. A durabilidade das embalagens é determinada com base em dados fornecidos pelos fornecedores e em diretrizes específicas das embalagens, enquanto a longevidade dos dispositivos eletrónicos segue as recomendações dos fabricantes e os dados de mercado.

A reparabilidade é avaliada utilizando sistemas de classificação específicos por setor, sempre que disponíveis. A Worten aplica o Índice Europeu de Reparabilidade a *smartphones*, e os eletrodomésticos são avaliados com base no *design* para reparação e na disponibilidade de peças sobresselentes. A Salsa Jeans monitoriza as reparações têxteis através de serviços internos de reparação, enquanto a MC acompanha os ciclos de embalagens reutilizáveis e disponibiliza serviços de reparação pós-venda através de iniciativas como [Re]cycle (bicicletas).

A Sonae assegura o alinhamento com os compromissos de sustentabilidade através da monitorização da utilização de materiais reciclados em produtos e embalagens. As embalagens de plástico da MC incorporam conteúdo reciclado, com base em dados da SPV e dos fornecedores. O cartão e o papel utilizados na MC, Worten e Gosh! Food cumprem os critérios de certificação FSC. A Salsa Jeans integra fibras recicladas, em conformidade com as orientações da *Recycled Claim Standard* (RCS) e da *Global Recycled Standard* (GRS). As embalagens metálicas da Musti estão em conformidade com os padrões de reciclagem da indústria, e a Gosh! Food encontra-se em transição para embalagens 100% recicláveis.

### Taxa de material reciclável

	Retalho		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Material reciclável (%)</b>	87 %	86 %	100 %	100 %	34 %	32 %	84 %	85 %

Nota: A taxa de conteúdo reciclável refere-se à reciclabilidade dos materiais nos produtos e respetivas embalagens, excluindo o algodão e outros materiais. Os dados relativos às embalagens de plástico da Musti não estão incluídas, uma vez que, os valores ainda estão a ser determinados.

Para iniciar a descrição das principais saídas de recursos, os resíduos gerados ao nível corporativo resultam sobretudo de atividades de escritório e de cafetaria, sendo geridos por um prestador de serviços externo. Exemplos incluem papel, plásticos e equipamentos

informáticos obsoletos, que são devidamente separados e encaminhados para reciclagem. Os resíduos orgânicos provenientes da cafeteria são compostados e posteriormente utilizados na horta comunitária, contribuindo para um sistema de ciclo fechado que promove a valorização local dos resíduos.

As saídas de recursos da MC consistem principalmente em resíduos de embalagens e desperdício alimentar, com uma forte prioridade na reciclabilidade, redução de resíduos e valorização de recursos. A MC continua a otimizar o *design* das embalagens, a expandir soluções circulares como estações de *refill* e iniciativas de segunda mão, e a combater o desperdício alimentar ao longo de toda a cadeia de valor.

A Worten assegura o encaminhamento adequado de resíduos de embalagens (cartão e plástico) e de resíduos de REEEs através de sistemas de gestão de resíduos adaptados a cada localização. Os REEEs representam o seu principal fluxo de resíduos, tendo sido redirecionadas 9.495 toneladas para reciclagem em 2025 (valor do Grupo Worten, incluindo iServices), garantindo o encaminhamento responsável e a máxima recuperação de materiais. Os grandes eletrodomésticos recolhidos junto dos clientes são tratados em centros especializados de reciclagem, assegurando a conformidade com as diretrizes de sustentabilidade. Os dados são fornecidos por parceiros externos de reciclagem, como a Martínez Cano, o ICP e a RAEE.

As marcas de moda geram principalmente resíduos têxteis e materiais de embalagem, sendo o resíduo têxtil o fluxo mais significativo neste setor. Em 2025, os principais fluxos de resíduos na Salsa Jeans incluíram retalhos têxteis, embalagens de papel/cartão e resíduos sólidos urbanos. Na sequência da saída das marcas MO e Zippy do Grupo durante 2025, o reporte das entradas de recursos inclui apenas seis meses de atividade destas marcas.

Na Sierra, a gestão de resíduos abrange os resíduos gerados pelos visitantes e pelas operações dos centros comerciais. As atividades de imobiliário e centros comerciais centram-se na separação, reciclagem e na eficiência da utilização de recursos.

Na Gosh! Food, os resíduos consistem principalmente em materiais de embalagem e resíduos orgânicos resultantes da produção alimentar. Na BCF Life Sciences, a valorização de resíduos constitui um pilar central das operações, com especial ênfase na redução na origem através da utilização de subprodutos da indústria avícola.

No caso da Musti, os dados atuais de resíduos não representam o desempenho total do Grupo. O reporte dos volumes de resíduos abrange as lojas com as quais o Grupo celebrou acordos próprios de gestão de resíduos na Finlândia (aproximadamente 30%) e na Suécia (aproximadamente 10%), incluindo também os resíduos gerados na fábrica de alimentos para animais e no armazém central na Suécia. Está prevista para 2026 a expansão da recolha de dados a todos os restantes locais que não se encontram em centros comerciais. As saídas provenientes da produção e da cadeia de abastecimento da Musti consistem em produtos finais para animais de companhia (sendo o principal *output*), bem como em embalagens e embalagens de transporte (encomendas online). Os resíduos gerados pelas operações da

Musti resultam maioritariamente dos materiais de embalagem utilizados no transporte de produtos, como cartão e plástico.

## Total de resíduos produzidos (unidades em toneladas)

	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Total resíduos</b>										
<b>Desviados da eliminação</b>	67.648	86.493	1.045	1.170	-	-	3.886	3.794	72.578	91.457
Preparação para reutilização	-	-	-	-	-	-	-	717	-	717
Reciclagem	62.878	68.230	888	987	-	-	1.288	876	65.054	70.093
Outros	4.770	18.263	157	182	-	-	2.598	2.201	7.524	20.647
<b>Encaminhados para eliminação</b>	22.962	12.203	1.045	920	-	-	2.969	1.745	26.975	14.868
Incineração	11.115	316	1	14	-	-	859	1.402	11.975	1.733
Aterro	11.206	10.864	1.029	750	-	-	675	341	12.910	11.955
Outros	641	1.023	15	156	-	-	1.434	1	2.090	1.180
<b>TOTAL</b>	<b>90.609</b>	<b>98.696</b>	<b>2.090</b>	<b>2.089</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.855</b>	<b>5.539</b>	<b>99.554</b>	<b>106.324</b>
<b>Resíduos perigosos</b>										
<b>Desviados da eliminação</b>	3.375	3.353	-	-	-	-	12	58	3.387	3.411
Preparação para reutilização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reciclagem	3.370	3.348	-	-	-	-	12	58	3.382	3.406
Outros	5	5	-	-	-	-	-	-	5	5
<b>Encaminhados para eliminação</b>	79	165	-	7	-	-	11	21	90	194
Incineração	2	-	-	7	-	-	-	3	2	10
Aterro	26	17	-	-	-	-	1	18	27	35
Outros	52	149	-	-	-	-	9	-	61	149
<b>TOTAL</b>	<b>3.454</b>	<b>3.518</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>79</b>	<b>3.477</b>	<b>3.605</b>
<b>Resíduos não perigosos</b>										
<b>Desviados da eliminação</b>	64.273	83.140	1.045	1.170	-	-	3.874	3.736	69.192	88.046
Preparação para reutilização	-	-	-	-	-	-	-	717	-	717
Reciclagem	59.507	64.881	888	987	-	-	1.277	818	61.672	66.687
Outros	4.765	18.258	157	182	-	-	2.598	2.201	7.519	20.642
<b>Encaminhados para eliminação</b>	22.883	12.038	1.045	912	-	-	2.958	1.723	26.885	14.674
Incineração	11.113	316	1	7	-	-	859	1.399	11.973	1.722
Aterro	11.180	10.848	1.029	750	-	-	674	323	12.883	11.921
Outros	589	874	15	155	-	-	1.425	1	2.029	1.031
<b>TOTAL</b>	<b>87.155</b>	<b>95.178</b>	<b>2.090</b>	<b>2.082</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.832</b>	<b>5.460</b>	<b>96.077</b>	<b>102.720</b>

Nota: A informação apresentada no campo "Desviado da eliminação – Outros" inclui outras operações de valorização, como a compostagem e a digestão anaeróbia. Por sua vez, o campo "Encaminhado para eliminação – Outros" inclui opções de armazenagem. Adicionalmente, os dados da Sonaecom não estão incluídos, uma vez que não foram considerados materiais para esta divulgação, dado que a empresa gera essencialmente resíduos de escritório, geridos por um prestador de serviços externo.

## Peso e percentagem de resíduos não reciclados

	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Resíduos não reciclados (t)</b>	27.732	<b>30.466</b>	1.202	<b>1.102</b>	-	-	5.566	<b>4.663</b>	34.500	<b>36.231</b>
<b>Resíduos não reciclados (%)</b>	31 %	<b>31 %</b>	58 %	<b>53 %</b>	-	-	81 %	<b>84 %</b>	35 %	<b>34 %</b>

Nota: O peso e a percentagem de resíduos não reciclados referem-se ao peso absoluto e à proporção de resíduos gerados pela entidade que não são sujeitos a processos de reciclagem. Isto inclui resíduos eliminados através de aterro, incineração (com e sem recuperação de energia) e outros métodos que não envolvam reciclagem, bem como resíduos tratados através de outros processos de valorização, como a compostagem e a digestão anaeróbia. Estes valores são considerados no cálculo do total de resíduos gerados da tabela acima.



## Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Visão Geral

O Regulamento (UE) 2020/852 de junho de 2018, 2020, comumente designado como a “Taxonomia Europeia”, foi introduzido para estabelecer um sistema de classificação único para as atividades sustentáveis. Enquanto pilar fundamental do plano de ação para o financiamento sustentável, a Taxonomia pretende facultar aos investidores e aos decisores políticos definições adequadas para que as atividades económicas possam ser consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental, de acordo com os seis objetivos seguintes:

1. Mitigação das alterações climáticas (MAC);
2. Adaptação às alterações climáticas (AAC);
3. Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos (RHM);
4. Transição para uma economia circular (EC);
5. Prevenção e controlo da poluição (PCP); e
6. Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas (BIO).

Para o exercício de 2025, a Sonae divulga a proporção das suas atividades económicas elegíveis e alinhadas com a Taxonomia Europeia, em conformidade com o artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia, e inclui elegibilidade e o alinhamento das atividades para os seis objetivos ambientais. A avaliação das Salvaguardas Mínimas foi efetuada ao nível do Grupo.

A maioria das atividades económicas do Grupo permanece fora do âmbito da Taxonomia, refletindo-se em níveis relativamente reduzidos de elegibilidade. Para o ano fiscal de 2025, os principais resultados obtidos do Reporte da Taxonomia Europeia são os seguintes:

- A Sonae registou €394,6 milhões de volume de negócios elegível, €143,9 milhões de investimento (CapEx) elegível e €9,5 milhões de custos operacionais (OpEx) elegíveis, correspondendo a 3,5%, 19,9% e 4,5% dos valores consolidados, respetivamente.
- Dos valores acima referidos, a proporção de alinhamento com a Taxonomia obtida corresponde a 1,4% do volume de negócios, 2,7% do CapEx e 0,8% do OpEx;
- Ao nível do volume de negócios elegível, a maior parcela, cerca de 73,9%, está associada ao comércio de retalho. Este inclui a venda de produtos de marca própria (como embalagens de plástico e produtos elétricos e eletrónicos) bem como outras atividades de retalho (serviços de reparação e a venda de bens em segunda mão);
- Ao nível do CapEx elegível, as atividades imobiliárias, nomeadamente construção, renovação e propriedade de edifícios, representam a componente mais relevante, correspondendo a 80,3% do total.

## Âmbito e Princípios Contabilísticos

Nos termos do Artigo 29.º da Diretiva Contabilística (2013/34/UE), a demonstração dos requisitos de divulgação do Artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia deve ser apresentada numa base consolidada.

Por conseguinte, o exercício aplica os mesmos princípios de consolidação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas pela União Europeia e atualmente em vigor. O âmbito de reporte centra-se no perímetro de consolidação da Sonae, conforme descrito na Nota 1.3 das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. As principais políticas contabilísticas adotadas pela Sonae na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas e podem ser consultadas nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os KPIs da Taxonomia foram preparados com base no Anexo I do Ato Delegado de Divulgação (Regulamento Delegado (UE) 2021/2178), conforme alterado pelo Ato Delegado Ambiental de 27 de junho de 2023, considerando ainda as orientações adicionais publicadas pela Comissão em 8 de novembro de 2024. Note-se que, embora a Comissão tenha adotado em 4 de julho de 2025 um novo Ato Delegado (publicado em 8 de janeiro de 2026) que simplifica e altera a apresentação e cálculo dos KPIs da Taxonomia, o mesmo apenas se aplica obrigatoriamente a partir de 1 de janeiro de 2026, não afetando os KPIs relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025. A informação financeira é obtida a partir das demonstrações financeiras do ano findo em 31 de dezembro de 2025, e o volume de negócios líquido, o investimento e os custos operacionais podem ser conciliados com as demonstrações financeiras consolidadas.

As divulgações no âmbito do Regulamento da Taxonomia, incluindo a metodologia de identificação e avaliação das atividades elegíveis e alinhadas, bem como a quantificação dos resultados do Grupo, são apresentadas de forma detalhada na secção “4.5 Anexos: Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Metodologia e Resultados”.

# 4.3.

## Informações Sociais

### ESRS S1 - Força de Trabalho Própria

#### Tópicos e Subtópicos Principais – Força de trabalho própria

Emprego Seguro

Tempo de Trabalho

Salários Adequados

Saúde e Segurança

Formação e Desenvolvimento de Competências

Diversidade

As divulgações relacionadas com os impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio (SBM-3) estão incluídas no capítulo de Divulgações Gerais.

#### S1-1 Políticas relacionadas com a própria mão de obra

##### Políticas do Grupo Sonae

O Grupo Sonae mantém um quadro de políticas abrangente destinado a promover um ambiente de trabalho justo, inclusivo e sustentável, garantindo uma remuneração competitiva e equitativa, uma governação transparente, igualdade de oportunidades e condições de trabalho seguras para todos os colaboradores, independentemente do género, raça, origem étnica, crenças religiosas, filiação política ou qualquer outra característica pessoal. Estas políticas estão alinhadas com as normas laborais nacionais e internacionais, incluindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, as Orientações da OCDE para Empresas Multinacionais os Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

A nível do Grupo, a Sonae estabeleceu um conjunto estruturado de políticas que se aplicam a to

das as suas operações, incluindo a Política de Remuneração, a Política de Direitos Humanos, o Código de Ética e Conduta, o Código de Conduta dos Fornecedores, o Plano de Igualdade de Género, o Código de Conduta para a Prevenção do Assédio no Trabalho e o Regulamento sobre a Comunicação de Infrações.

A Política de Direitos Humanos da Sonae afirma o respeito pela dignidade humana e pelos direitos fundamentais como um pilar fundamental da sua estratégia de sustentabilidade e da sua conduta empresarial. A Política baseia-se em quadros internacionalmente reconhecidos e aborda explicitamente áreas-chave como a não discriminação, os direitos humanos das mulheres e das raparigas, a dignidade no trabalho, a liberdade de associação e de negociação coletiva, a proibição do trabalho infantil, o tráfico de seres humanos e o trabalho forçado ou obrigatório, bem como o reconhecimento de um ambiente limpo, saudável e sustentável como algo intrinsecamente ligado aos direitos humanos. Estes compromissos aplicam-se a todas as operações da Sonae e, quando relevante, a toda a sua cadeia de valor.

O Código de Ética e Conduta estabelece as normas éticas e comportamentais que se esperam de todos os colaboradores e membros dos órgãos de administração, orientando a conduta profissional e as relações com as partes interessadas. Complementando este quadro, o Código de Conduta para a Prevenção do Assédio no Trabalho define princípios claros, procedimentos de denúncia e mecanismos de investigação destinados a prevenir, identificar e combater qualquer forma de assédio. O Regulamento sobre a Comunicação de Infrações estabelece um processo estruturado e confidencial para a denúncia de alegadas condutas indevidas, incluindo a possibilidade de denúncias anónimas e salvaguardas para garantir a proteção dos denunciantes e a ausência de retaliação. Estes mecanismos proporcionam aos colaboradores e às partes interessadas canais seguros e fiáveis para manifestarem as suas preocupações, garantindo que as queixas sejam avaliadas de forma atempada, imparcial e confidencial.

A igualdade de género e a inclusão são reforçadas através do Plano de Igualdade de Género do Grupo, que promove a igualdade de acesso ao emprego, processos de recrutamento e promoção não discriminatórios, o acompanhamento da igualdade salarial, medidas de proteção parental e iniciativas que apoiam o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. O Plano aplica-se aos colaboradores e aos membros dos órgãos de administração e está sujeito a um acompanhamento constante e a uma melhoria contínua.

A Sonae proporciona um ambiente de trabalho saudável, seguro e positivo, promovendo o bem-estar e a produtividade dos colaboradores. O Grupo assegura o cumprimento da legislação aplicável em matéria de saúde e segurança no trabalho e adota práticas de gestão alinhadas com normas de saúde e segurança no trabalho reconhecidas internacionalmente. São implementadas avaliações preventivas de riscos, identificação de perigos, medidas de mitigação, formação dos colaboradores e iniciativas de sensibilização, com o objetivo de minimizar os riscos relacionados com o trabalho e fomentar uma forte cultura de segurança em todas as unidades de negócio. A Sonae promove uma cultura de zero acidentes, investindo nas suas operações para garantir locais de trabalho seguros e saudáveis.

## Políticas Específicas das Unidades de Negócio

Para além do quadro a nível do Grupo, as Unidades de Negócio mantêm regulamentos e políticas internas específicas, adaptadas aos seus contextos operacionais e geográficos. Estas incluem códigos de conduta internos, procedimentos relativos a conflitos de interesses e regulamentos locais relativos à força de trabalho, que garantem o cumprimento da legislação laboral aplicável e reforçam os padrões de integridade, transparência e conduta empresarial responsável em todas as áreas de negócio.

As unidades de negócio implementam também práticas de gestão de recursos humanos e procedimentos de saúde e segurança adaptados às suas realidades operacionais, incluindo modalidades de trabalho flexíveis e medidas de gestão da força de trabalho adequadas à sua atividade. Estas políticas complementares garantem que a gestão da força de trabalho se mantém em consonância com os princípios gerais do Grupo, ao mesmo tempo que respondem eficazmente às características específicas de cada negócio.

## S1-2 Processos para dialogar com os próprios trabalhadores e os representantes dos trabalhadores sobre impactos

A Sonae assegura que as perspetivas dos seus colaboradores sejam tidas em conta na gestão dos impactos reais e potenciais, através de uma combinação de mecanismos estruturados de feedback e de uma interação contínua entre os colaboradores, a administração e as funções de Recursos Humanos. Os processos de envolvimento estão integrados nas práticas regulares de gestão de recursos humanos em todo o Grupo e são apoiados tanto por ferramentas formais como por um diálogo contínuo. Estes mecanismos permitem identificar temas relevantes relacionados com os colaboradores e contribuem para o desenvolvimento de planos de ação e melhorias organizacionais.

O envolvimento ocorre principalmente através da interação direta com os colaboradores. Em determinadas unidades de negócio e regiões geográficas, o diálogo também se estabelece através de estruturas representativas ou do envolvimento dos parceiros sociais, em conformidade com os quadros normativos locais e as práticas organizacionais.

### Inquéritos aos Colaboradores

Os inquéritos estruturados aos colaboradores constituem um elemento central do envolvimento da força de trabalho em várias unidades de negócio. Estes inquéritos recolhem feedback sobre temas como a satisfação profissional, o bem-estar, as condições de trabalho, os níveis de stress, o sentido do trabalho e o clima organizacional e, em muitos casos, incluem a medição do *Employee Net Promoter Score* (eNPS).

Os resultados do inquérito são analisados pela direção e pelas equipas de Recursos Humanos e são utilizados para definir ou ajustar planos de ação, políticas e iniciativas relacionadas com

os colaboradores. Os resultados do feedback são comunicados internamente, reforçando a transparência e apoiando a melhoria contínua.

### Eventos de Envolvimento

Para além dos mecanismos baseados em inquéritos, o envolvimento também se concretiza através da interação regular e de iniciativas estruturadas integradas nas operações diárias. Estas incluem reuniões de equipa, conversas sobre desempenho e desenvolvimento, visitas organizadas pelos RH, workshops, grupos de discussão e sessões dedicadas ao feedback. Em determinadas unidades de negócio, são utilizados instrumentos adicionais, tais como indicadores de qualidade de vida, visitas estruturadas às lojas ou entrevistas de envolvimento, para recolher informações mais detalhadas. Através destas iniciativas, as perspetivas dos colaboradores são captadas em diferentes fases da gestão de recursos humanos e integradas nos processos de tomada de decisão.

### Grupos de Envolvimento

Para além do envolvimento direto com os colaboradores, várias Unidades de Negócio mantêm um diálogo com os representantes dos trabalhadores ou com os parceiros sociais, sempre que tais estruturas existam. A MC referiu a existência de convenções coletivas regulares aplicáveis à maioria das suas empresas e a participação contínua em processos de negociação coletiva. Outras entidades indicaram que o envolvimento também pode ocorrer através de comissões formais ou órgãos representativos, incluindo reuniões realizadas periodicamente, em conformidade com os requisitos locais.

Estes mecanismos representativos e consultivos constituem um canal adicional através do qual as perspetivas dos colaboradores podem ser tidas em conta nas decisões que afetam as condições de trabalho e as mudanças organizacionais, complementando os processos de envolvimento direto implementados em todo o Grupo.

## S1-3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações

A Sonae mantém um quadro a nível do Grupo para lidar com impactos negativos significativos sobre o seu próprio pessoal, garantindo que todos os colaboradores, em todas as Unidades de Negócio, tenham acesso a mecanismos estruturados, confidenciais e transparentes para manifestar preocupações e solicitar medidas corretivas, sempre que necessário. Estes mecanismos são definidos a nível da Holding e são aplicáveis em todo o Grupo, proporcionando uma abordagem coerente ao tratamento de reclamações e à adoção de medidas corretivas.

Todos os colaboradores podem comunicar as suas preocupações através do mecanismo de denúncia, dos procedimentos estabelecidos no Código de Conduta para a Prevenção do Assédio no Trabalho e do Comité de Ética. A plataforma de denúncia permite a comunicação confidencial de questões éticas, garantindo medidas de proteção de dados e proteção contra retaliações. O

Código de Conduta para a Prevenção do Assédio no Trabalho estabelece um procedimento formal de reclamação, incluindo avaliação estruturada, mediação liderada pelos RH e, quando necessário, encaminhamento para a gestão. O Comité de Ética é responsável por analisar alegadas irregularidades e garantir o acompanhamento adequado, de acordo com os procedimentos de governação interna. Estes canais estão acessíveis através da intranet e são comunicados por meio de sessões de integração e iniciativas de comunicação interna em todo o Grupo.

Além disso, o Provedor (Ombudsman) constitui um canal de comunicação independente e acessível aos colaboradores e outras partes interessadas. As reclamações, pedidos ou sugestões podem ser apresentados através dos contactos designados, disponíveis nas respetivas plataformas institucionais. Os assuntos comunicados são analisados e encaminhados para as funções competentes, normalmente Recursos Humanos ou outros departamentos relevantes, que dão início ao processo de investigação e apuramento dos factos. Em determinadas Unidades de Negócio, as atividades do Provedor de Justiça estão sujeitas a relatórios periódicos aos órgãos de governação, reforçando a supervisão e a responsabilização.

Para além deste quadro a nível do Grupo, algumas Unidades de Negócio dispõem de mecanismos complementares adaptados ao seu contexto operacional, tais como a subordinação direta às equipas de RH ou de Pessoas e Talento, sistemas estruturados de comunicação de incidentes de saúde e segurança, Comités de Ética locais, inquéritos de envolvimento com componentes de feedback anónimo ou diálogo com representantes dos trabalhadores e sindicatos, quando aplicável. Estes canais complementares não substituem os mecanismos a nível do Grupo, mas funcionam em paralelo com estes.

As questões levantadas através dos canais estabelecidos são registadas, avaliadas e acompanhadas pelas funções responsáveis, sendo implementadas medidas corretivas ou preventivas consoante a natureza e a gravidade do caso. A nível do Grupo, a eficácia dos mecanismos de reclamação é reforçada através da análise dos casos comunicados e do feedback dos colaboradores recolhido por meio de inquéritos aos colaboradores, permitindo uma melhoria contínua. São fornecidas divulgações adicionais relacionadas com a governação, no que diz respeito à denúncia de irregularidades e aos mecanismos de proteção, ao abrigo da ESRS G1-1.

A proteção contra retaliações é garantida através dos códigos de conduta, políticas internas e procedimentos de governação aplicáveis, que proíbem o tratamento desfavorável de indivíduos que manifestem preocupações de boa-fé e asseguram a confidencialidade ao longo de todo o processo.

## S1-4 Tomada de medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas

A Sonae estrutura as suas ações relacionadas com os recursos humanos em torno de um modelo de gestão proativo que combina inclusão, desenvolvimento de competências, reforço ético e apoio aos colaboradores. Em vez de reagir apenas a situações pontuais, o Grupo procura antecipar os desafios organizacionais, reforçando a diversidade na liderança, investindo na transformação de competências e consolidando uma cultura de integridade e bem-estar. Esta abordagem permite à Sonae abordar potenciais vulnerabilidades, tais como requisitos de competências em evolução, pressões de retenção ou riscos relacionados com a conduta, ao mesmo tempo que aproveita a sua estratégia de recursos humanos como motor de inovação, desempenho e sustentabilidade a longo prazo. As prioridades são definidas a nível do Grupo e implementadas em todas as Unidades de Negócio, apoiadas por um acompanhamento contínuo e por mecanismos de governação interna.

As seguintes ações referem-se à força de trabalho própria da Sonae:

Ações	Âmbito & Geografia	Timeline	Resultados e Progresso
Reforço da paridade de género nos cargos de liderança e nos conselhos de administração; promoção de iniciativas de liderança inclusiva	Empresas Sonae, Operações Próprias	—	Reforço da representação feminina em cargos de liderança e conselhos de administração; 3.ª edição do Fórum de Inovadores dedicado à Diversidade, Equidade e Inclusão (cerca de 450 participantes presenciais; mais de 1.600 participantes online); conceção e preparação do programa Women UP (lançado em novembro de 2025).
Continuação de iniciativas de aprendizagem estruturadas, incluindo os programas «I Choose to Learn» (MC) e Sonae Academy, com medição do impacto.	Operações Próprias da MC, Portugal.	2026	Continuação das iniciativas de aperfeiçoamento e requalificação profissional, com o objetivo de abranger 100 % da população elegível até 2026.
Continuação do programa de apoio aos colaboradores «Somos Sonae». Programa que presta assistência confidencial em situações de vulnerabilidade.	Empresas Sonae, Operações Próprias	—	Programa de apoio contínuo (desde 2013), que reforça a segurança psicológica e a estabilidade dos colaboradores.
Lançamento do programa de e-learning «Há Ética em Ti!», que reforça os padrões éticos e a sensibilização para os canais de denúncia.	Empresas Sonae, Operações Próprias	2.025	Foi lançada uma formação a nível do Grupo em português e inglês, reforçando a Política Anticorrupção, o Código para a Prevenção do Assédio e os mecanismos de denúncia disponíveis.

## Igualdade de Género e Liderança Inclusiva

A promoção da paridade de género continua a ser um objetivo transversal em todos os níveis hierárquicos e estatutários da Sonae. Em 2025, o Grupo reforçou a representação feminina em cargos de liderança e nos conselhos de administração, refletindo o seu compromisso com estruturas de tomada de decisão mais equilibradas. Em 2025, a Sonae realizou a terceira edição do Fórum de Inovadores, que este ano foi dedicado à Diversidade, Equidade e Inclusão sob o tema «Inovar com todos, para todos», promovendo um amplo diálogo interno e externo sobre liderança inclusiva e competitividade organizacional.

Além disso, a Sonae concebeu e preparou o lançamento do «Women UP» – um percurso de desenvolvimento destinado a líderes seniores internos e externos, desenvolvido em parceria com a EDP e a *Nova SBE Executive Education*. Esta iniciativa visa reforçar as capacidades de liderança das mulheres em cargos de direção e contribuir para um ecossistema de liderança mais inclusivo e preparado para o futuro.

### Formação, aperfeiçoamento profissional e mobilidade interna

A Sonae continua a promover a aprendizagem contínua como um fator-chave para colmatar as lacunas de competências e reforçar a mobilidade interna. O programa «*I Choose to Learn*», implementado pela MC, mantém o foco na melhoria das competências e na requalificação dos colaboradores, com o objetivo de abranger 100% da população elegível até 2026.

A nível do Grupo, a *Sonae Academy* implementou um modelo de Avaliação de Impacto, inicialmente testado em 2024, para medir os resultados dos programas de formação para além dos indicadores tradicionais de satisfação. O modelo avalia o impacto da aprendizagem a nível individual, organizacional e social e incorpora uma dimensão de Diversidade, Equidade e Inclusão no seu quadro de avaliação.

Os primeiros resultados do projeto-piloto e da sua posterior implementação apontam para resultados positivos em termos de motivação dos colaboradores, desenvolvimento profissional e retenção de talentos. Em 2025, por exemplo, 98% dos participantes referiram uma maior motivação para aplicar novas competências e uma intenção mais forte de permanecer na organização, demonstrando o papel das iniciativas de aprendizagem no apoio ao envolvimento dos colaboradores e ao desenvolvimento de capacidades.

### Apoio e bem-estar dos colaboradores

A Sonae mantém o Programa de Apoio aos Colaboradores «Somos Sonae», criado em 2013, com o objetivo de prestar assistência confidencial aos colaboradores que enfrentam situações de vulnerabilidade pessoal ou profissional. O programa contribui para reforçar a segurança psicológica, a inclusão e a estabilidade dos colaboradores, apoiando a resiliência da força de trabalho em todo o Grupo.

## Cultura Ética e Conduta Responsável

Em 2025, a Sonae lançou o programa de e-learning «Há Ética em TI!», concebido para todos os colaboradores e disponível em português e inglês. Através de cenários interativos e casos práticos, a formação reforça a tomada de decisões éticas e consolida o conhecimento das principais políticas, incluindo a Política Anticorrupção e o Código de Prevenção do Assédio. Promove ainda a sensibilização para os canais internos de denúncia, reforçando a mitigação preventiva de riscos e a conduta responsável em toda a organização.

Em todas as iniciativas, a eficácia é monitorizada através de indicadores-chave de desempenho (KPI) definidos, mecanismos internos de comunicação e processos de recolha de feedback sobre o envolvimento. Os riscos relacionados com os colaboradores estão integrados no quadro de gestão de riscos existente da Sonae, sob a supervisão dos Recursos Humanos e dos órgãos de governação. Não foram identificados impactos significativos sobre os colaboradores que exigissem medidas corretivas durante o período abrangido pelo relatório.

## S1-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais

	Base		Meta		Resultados e progresso		Status
	Value	Year	Value	Year	2024	2025	
KPI #3	34 %	2019	45 %	2026	41 %	42 %	x

A nível do Grupo, a Sonae define metas relacionadas com os recursos humanos para traduzir os seus compromissos em matéria de igualdade de oportunidades e inclusão em resultados mensuráveis. Estas metas apoiam a gestão dos impactos e riscos significativos relacionados com a diversidade, a atração e retenção de talento e a progressão de carreira justa, garantindo um acompanhamento consistente em todas as Unidades de Negócio e regiões geográficas.

Um exemplo relevante da integração da estratégia de recursos humanos e diversidade no quadro empresarial e financeiro da Sonae é o *Sustainability-Linked Financing Framework* (SLFF), que associa instrumentos financeiros a resultados mensuráveis em matéria de sustentabilidade através de indicadores-chave de desempenho (KPI) e metas definidos. No âmbito deste quadro, um dos principais indicadores sociais é a métrica «Women in Leadership» (WIL), que estabelece a meta de atingir 45% de mulheres em cargos de liderança até 2026. O progresso em relação a este KPI é monitorizado anualmente e verificado de forma independente como parte do processo de reporte do SLFF.



A promoção da igualdade de género em cargos de liderança constitui, assim, um dos principais objetivos do Grupo. Em 2025, o indicador WIL atingiu 42%\*, refletindo um progresso consistente face ao valor de referência de 34% em 2019 e aproximando a Sonae da meta definida para 2026. Esta evolução é acompanhada através dos processos de governação e gestão de recursos humanos, assegurando consistência na monitorização e responsabilização em todo o Grupo.

\*Este valor exclui: Druni Group, Musti, BCF Life Sciences, EVRA, Público, Worten Canárias.

## S1-6 Características dos trabalhadores assalariados da empresa

### Distribuição de Género

**Princípios Contabilísticos:** Número total de colaboradores (Headcount): Representa o número total de pessoas empregadas pela Sonae ao abrigo de um contrato de trabalho formal, independentemente da duração do contrato (indefinido ou a termo) ou do horário de trabalho (a tempo inteiro ou a tempo parcial), em todas as unidades de negócio e regiões geográficas. Estagiários, trainees e outras pessoas ao abrigo de acordos não laborais estão excluídos. O valor é reportado como número de colaboradores no final do período de referência (31 de dezembro de 2025).

**Distribuição por género:** A informação relativa ao género é apresentada com base nas categorias «Mulher», «Homem», «Outro» e «Não revelado», em conformidade com o quadro de reporte interno da Sonae. A distribuição por género reflete o número de colaboradores classificados em cada categoria no final do período de referência. Apenas os indivíduos incluídos na categoria «Colaborador» são considerados para este indicador; estagiários, trainees e outros não colaboradores são excluídos do cálculo.

Devido a alterações no âmbito de consolidação, o número total de colaboradores manteve-se globalmente estável entre 2024 e 2025, atingindo 57.099 colaboradores no final do período de referência.

Apesar da alienação das operações da MO e da Zippy durante o período, o número de colaboradores no segmento de retalho aumentou, impulsionado pela expansão dos negócios e por alterações no portefólio, incluindo a integração de novas operações.

Número de colaboradores (headcount) – por género										
	Retalho		Imobiliário		Sonaecom		Outros negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Masculino	16.832	17.364	325	419	141	118	692	606	17.990	18.507
Feminino	35.805	36.708	443	523	161	156	2.949	1.197	39.358	38.584
Outro	11	8	-	-	-	-	-	-	11	8
Não divulgado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>52.648</b>	<b>54.080</b>	<b>768</b>	<b>942</b>	<b>302</b>	<b>274</b>	<b>3.641</b>	<b>1.803</b>	<b>57.359</b>	<b>57.099</b>

### Distribuição Geográfica

**Princípios Contabilísticos:** Os dados relativos aos colaboradores são apresentados por área geográfica, de acordo com o local onde o colaborador está contratualmente vinculado. Para efeitos de reporte, a Sonae agrupa a sua força de trabalho em três categorias geográficas: Portugal, Espanha e Resto do Mundo. Os valores correspondem ao número total de colaboradores registados no final do período de reporte (31/12/2025) e excluem estagiários e trainees.

A distribuição geográfica dos colaboradores continua concentrada em Portugal, que continua a representar a maior parte da força de trabalho da Sonae, apesar de uma ligeira diminuição entre 2024 e 2025.

O aumento do número de colaboradores em Espanha reflete o desenvolvimento contínuo das operações nesta região, enquanto o crescimento observado no «Resto do Mundo» está principalmente associado a alterações no perímetro de consolidação, particularmente nos segmentos de Retalho e Imobiliário.

Em termos globais, estas variações refletem a evolução contínua da presença internacional da Sonae e os ajustamentos do portefólio nas diferentes regiões.

Número de colaboradores (headcount) – por região										
	Retalho		Imobiliário		Sonaecom		Outros negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Portugal	42.723	42.893	533	536	301	273	2.805	966	46.362	44.668
Espanha	6.951	7.398	78	80	1	1	429	396	7.459	7.875
Resto do Mundo	2.974	3.789	157	326	—	—	407	441	3.538	4.556
<b>Total</b>	<b>52.648</b>	<b>54.080</b>	<b>768</b>	<b>942</b>	<b>302</b>	<b>274</b>	<b>3.641</b>	<b>1.803</b>	<b>57.359</b>	<b>57.099</b>

## Características do Emprego

**Princípios Contabilísticos:** *Colaboradores Permanentes:* Contagem de colaboradores com um contrato de trabalho. O número de “colaboradores permanentes” é calculado através da agregação do total de colaboradores permanentes em todas as localizações. *Colaboradores Temporários:* Contagem de colaboradores cujo contrato de trabalho está condicionado à conclusão de um projeto específico ou possui um prazo determinado. O número de “colaboradores temporários” é calculado através da agregação do total de colaboradores temporários em todas as localizações. *Colaboradores sem Garantia de Horas:* Contagem de colaboradores empregados sem garantia contratual de um número mínimo ou fixo de horas de trabalho.

A distribuição dos colaboradores por tipo de contrato manteve-se globalmente estável, com os colaboradores efetivos a continuarem a representar a maioria da força de trabalho, enquanto o emprego temporário contribui para a flexibilidade operacional em todas as regiões.

Número de colaboradores (headcount) – por tipo de contrato					
2024					
Feminino	Masculino	Outro	Não divulgado	TOTAL	
<b>Número de colaboradores</b>					
39.358	17.990	11	-	<b>57.359</b>	
<b>Número de colaboradores permanentes</b>					
25.277	13.637	-	816	<b>39.730</b>	
<b>Número de colaboradores temporários</b>					
6.642	3.754	-	1.730	<b>12.126</b>	
<b>Número de colaboradores sem garantia de horas</b>					
-	-	-	359	<b>359</b>	
2025					
Feminino	Masculino	Outro	Não divulgado	TOTAL	
<b>Número de colaboradores</b>					
38.584	18.507	8	-	<b>57.099</b>	
<b>Número de colaboradores permanentes</b>					
30.115	14.356	7	-	<b>44.478</b>	
<b>Número de colaboradores temporários</b>					
7.886	3.898	-	-	<b>11.784</b>	
<b>Número de colaboradores sem garantia de horas</b>					
341	13	1	-	<b>355</b>	

\*Nos valores de 2024, a Druni não tem a desagregação por tipo de contrato e a Musti não tem a desagregação por género disponível. Nos valores de 2025, a EVRA, o Público, e a REM não têm a desagregação por tipo de contrato.

## Rotatividade de Colaboradores

**Princípios Contabilísticos:** *A rotatividade de pessoal refere-se ao número total de colaboradores cuja relação laboral com a Sonae terminou durante o período de referência, incluindo tanto as saídas voluntárias como as involuntárias (por exemplo, demissão, rescisão, reforma ou falecimento em serviço). A taxa de rotatividade é calculada como o rácio entre o número total de colaboradores que saíram durante o período e o número médio de colaboradores no mesmo período. O número médio de colaboradores é determinado com base no número de colaboradores no início e no final do período de referência. Os não-colaboradores são excluídos deste cálculo.*

Em 2025, a Sonae registou um aumento na rotatividade de pessoal, com a taxa a atingir os 47 %, o que indica uma maior mobilidade da força de trabalho em comparação com o ano anterior.

Rotatividade de colaboradores											
		Retalho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
		2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Saídas de colaboradores</b>		<b>20.812</b>	<b>20.146</b>	<b>93</b>	<b>107</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>2.012</b>	<b>846</b>	<b>22.923</b>	<b>21.104</b>
<b>Gênero</b>	Masculino	8.545	8.616	43	47	4	4	157	141	8.749	8.808
	Feminino	11.968	11.530	50	60	2	1	1.855	705	13.875	12.296
<b>Faixa Etária</b>	< 30 anos	—	13.918	—	31	—	1	—	577	—	14.527
	30-50 anos	—	5.213	—	58	—	4	—	257	—	5.532
	> 50 anos	—	1.015	—	18	—	—	—	12	—	1.045
<b>Saídas voluntárias de colaboradores</b>		—	<b>8.726</b>	—	<b>69</b>	—	<b>2</b>	—	<b>443</b>	—	<b>9.240</b>
<b>Gênero</b>	Masculino	—	3.547	—	34	—	1	—	78	—	3.660
	Feminino	—	5.179	—	35	—	1	—	365	—	5.580
<b>Faixa Etária</b>	< 30 anos	—	5.609	—	23	—	1	—	304	—	5.937
	30-50 anos	—	2.854	—	40	—	1	—	133	—	3.028
	> 50 anos	—	263	—	6	—	—	—	6	—	275
<b>Novas contratações</b>		21.107	<b>20.751</b>	<b>103</b>	<b>111</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>2.462</b>	<b>836</b>	<b>23.678</b>	<b>21.703</b>
<b>Gênero</b>	Masculino	8.879	9.155	51	53	4	3	213	135	9.147	9.346
	Feminino	12.228	11.596	52	58	2	2	2.249	702	14.531	12.358
<b>Faixa Etária</b>	< 30 anos	—	15.388	—	58	—	3	—	621	—	16.070
	30-50 anos	—	4.900	—	48	—	2	—	203	—	5.153
	> 50 anos	—	463	—	5	—	—	—	12	—	480
<b>Número médio de colaboradores</b>											<b>44.588</b>
<b>Rotatividade de colaboradores</b>											<b>47 %</b>

\* Em 2024, os valores não incluem Público, BCF Life Sciences e Druni. Assim como a Musti na desagregação. Em 2025, os valores excluem Público, BCF Life Sciences, Druni, REM, Gosh! Food e Musti.





## S1-7 Características dos trabalhadores não assalariados na própria mão de obra da empresa

**Princípios Contabilísticos:** O número de não-colaboradores corresponde ao total de indivíduos que trabalham sob a supervisão direta da Sonae, mas sem vínculo contratual de trabalho, incluindo estagiários, trainees e outras formas de colaboração diretamente associadas à empresa. Os dados referem-se à população no final do período de reporte (31/12/2025) e resultam da agregação da informação de todas as Unidades de Negócio. A alteração da definição face ao ano anterior impacta a comparabilidade dos dados, contribuindo para o aumento do valor reportado em 2025.

Número de não-colaboradores (headcount)										
	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Total</b>	1.217	1.865	28	12	-	6	20	13	1.265	1.896

\*Valores 2024 não incluem Musti, Público, BCF Life Sciences e Druni. Valores 2025 não incluem REM, EVRA, Musti e Público.

No caso da Worten, os valores reportados incluem atualmente apenas trainees, não tendo sido possível apurar atempadamente as restantes categorias de não-colaboradores.

## S1-9 Métricas de diversidade

### Distribuição de Género na Gestão de Topo

**Princípios Contabilísticos:** A distribuição de género da gestão de topo considera os colaboradores na categoria de Executivos. Em 2024, esta categoria incluiu Executivos e Gestores Séniores & Médios. O total apresentado em 2024 (1.895) foi recalculado para 139 devido a esta alteração metodológica.

A distribuição de género da Gestão de Topo segue a metodologia reportada na S1-6.

Colaboradores de gestão de topo										
	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Nº</b>										
Masculino	49	61	19	19	1	1	14	15	83	96
Feminino	20	27	7	7	2	2	4	7	33	43
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>88</b>	<b>26</b>	<b>26</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>116</b>	<b>139</b>

%

Masculino	71 %	69 %	73 %	73 %	33 %	33 %	78 %	68 %	72 %	69 %
Feminino	29 %	31 %	27 %	27 %	67 %	67 %	22 %	32 %	28 %	31 %

\*Em 2024 distribuição de género na gestão de topo exclui a Druni. Em 2025 exclui a EVRA, REM e BCF Life Sciences.

Para assegurar consistência e comparabilidade ao longo do tempo, a Sonae passará a reportar especificamente a representação de mulheres em posições de Top Management, ajustando assim o âmbito desta divulgação face ao indicador “Women in Leadership” (WIL), que também abrange níveis de gestão sénior e intermédia. Ainda assim, a Sonae continuará a monitorizar o indicador WIL como uma métrica estratégica-chave para acompanhar o progresso mais alargado na representação de género nos diferentes níveis de liderança.

### Distribuição Etária

**Princípios Contabilísticos:** A distribuição etária é calculada agregando o número total de colaboradores com menos de 30 anos (29 ou menos), entre 30 e 50 anos (30 a 49) e 50 anos ou mais, excluindo estagiários e trainees, bem como freelancers e contratados externos. Os dados utilizados para este cálculo referem-se à população no final do período de reporte (31/12/2025).

Número de colaboradores (headcount) – por idade										
	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
< 30 anos	18.203	22.614	108	134	54	37	1.657	659	20.022	23.444
30-50 anos	21.845	23.181	437	505	157	160	1.635	911	24.074	24.757
> 50 anos	7.240	7.897	223	303	91	77	579	233	8.133	8.510
<b>Total</b>	<b>52.648</b>	<b>54.080</b>	<b>768</b>	<b>942</b>	<b>302</b>	<b>274</b>	<b>3.641</b>	<b>1.803</b>	<b>57.359</b>	<b>57.099</b>

\*Em 2024, divisão por idade não inclui valores da Druni. Em 2025, divisão por idade não inclui valores da Worten Canárias

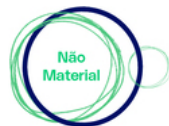
## S1-10 Salários adequados

A Sonae está empenhada em garantir que todos os colaboradores recebam salários justos e adequados, em conformidade com os requisitos legais, as práticas de mercado e os parâmetros de referência nacionais relevantes em todas as regiões onde opera.

A remuneração dos colaboradores é revista regularmente para apoiar a competitividade, a equidade interna, a conformidade e o bem-estar financeiro dos colaboradores. A Sonae monitoriza os níveis de remuneração em relação a referências de adequação relevantes, tendo em conta os quadros legais aplicáveis e os pontos de referência nacionais, quando disponíveis.

Para além do salário base, a Sonae pode oferecer benefícios complementares, incluindo cobertura de cuidados de saúde, planos de reforma e incentivos baseados no desempenho, reforçando ainda mais o seu compromisso com uma remuneração justa e adequada em todo o Grupo.

## S1-11 Proteção Social



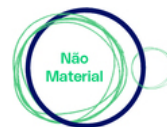
*Embora este tema não tenha sido considerado material na Análise de Dupla Materialidade consolidada, mantém-se estrategicamente relevante para a Sonae e tem sido historicamente divulgado; assim, a Sonae continuará a reportar esta informação.*

A Sonae está empenhada em promover a proteção social dos colaboradores, salvaguardando-os contra a perda de rendimentos devido a doença, desemprego, acidentes de trabalho, incapacidade, licença parental e reforma.

Em todas as regiões onde opera, a Sonae cumpre os requisitos legais aplicáveis em matéria de direitos laborais, condições de trabalho e proteção social. A legislação laboral nacional e os quadros de proteção social constituem uma parte importante desta proteção, incluindo cobertura de cuidados de saúde, proteção contra o desemprego após o início do emprego, proteção em caso de acidentes de trabalho e incapacidade adquirida, licença parental e pensões de reforma.

Além disso, a Sonae pode complementar estes quadros através de medidas de proteção suplementares, incluindo seguros de saúde privados, planos de pensões, cobertura de acidentes ou outros benefícios para os colaboradores, contribuindo para a segurança e o bem-estar dos colaboradores.

## S1-12 Pessoas com deficiência



*Embora este tema não tenha sido considerado material na Análise de Dupla Materialidade consolidada, mantém-se estrategicamente relevante para a Sonae e tem sido historicamente divulgado; assim, a Sonae continuará a reportar esta informação.*

**Princípios Contabilísticos:** O número de colaboradores com incapacidade reportado é determinado através da agregação do número total de colaboradores identificados com incapacidade..

Em 2025, o número de colaboradores identificados como portadores de deficiência aumentou para 552, em comparação com os 457 do ano anterior, refletindo os progressos contínuos na promoção da inclusão em todo o Grupo.

Colaboradores com deficiência										
	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Nº</b>										
Masculino	135	170	4	3	—	1	6	7	145	181
Feminino	274	348	12	12	5	4	15	7	306	371
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>518</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>27</b>	<b>14</b>	<b>457</b>	<b>552</b>
<b>%</b>										
Masculino	0,8 %	1,0 %	1,2 %	0,7 %	— %	0,8 %	0,9 %	1,2 %	0,8 %	1,0 %
Feminino	0,8 %	0,9 %	2,7 %	2,3 %	3,1 %	2,6 %	0,5 %	0,6 %	0,8 %	1,0 %
<b>Total</b>	<b>0,8 %</b>	<b>1,0 %</b>	<b>2,1 %</b>	<b>1,6 %</b>	<b>1,7 %</b>	<b>1,8 %</b>	<b>3,1 %</b>	<b>0,8 %</b>	<b>0,8 %</b>	<b>1,0 %</b>

\* Em 2024, a informação exclui Druni e Musti. Em 2025, exclui EVRA, Musti, REM e BCF Life Sciences. Devido a leis de proteção de dados, a Musti não pode reportar o número de colaboradores com incapacidade, devido a regulamentações que restringem a recolha de dados sensíveis.

## S1-13 Métricas de formação e desenvolvimento de competências

A aprendizagem contínua continua a ser uma prioridade fundamental para a Sonae, apoiando o desenvolvimento de competências, a mobilidade interna e a empregabilidade a longo prazo de toda a sua força de trabalho. Através da Sonae Academy ou de outras iniciativas, como a #EuEscolhoAprender e outros programas de desenvolvimento, o Grupo promove uma cultura de melhoria contínua e crescimento profissional.

Em 2025, reforçámos o nosso compromisso com o desenvolvimento contínuo dos colaboradores, totalizando mais de 1.8 milhões de horas de formação, o que representa um crescimento face ao ano anterior. Este investimento traduziu-se num amplo alcance, com mais de 66 mil colaboradores a participar em iniciativas de formação, abrangendo diferentes funções e níveis organizacionais.

**Princípios Contabilísticos:** Horas de formação: tempo dedicado à formação e ao desenvolvimento de competências, abrangendo diversas metodologias, tais como formação presencial, cursos online, workshops e programas de certificação. Este indicador exclui programas de trainees, atividades de desenvolvimento de cursos e o tempo gasto pelos formadores na entrega da formação. As horas médias de formação por colaborador — bem como a distribuição por género e categoria profissional — são calculadas dividindo o total de horas de formação registadas na Sonae pelo número total de colaboradores em cada categoria.

Este cálculo é baseado no período de reporte e inclui todos os colaboradores da força de trabalho da Sonae, excluindo estagiários e trainees.

Horas de formação por colaborador										
	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
<b>Género</b>										
Masculino	31	42	27	16	24	15	21	29	31	41
Feminino	23	33	21	16	11	13	25	32	23	33
<b>Categoria Funcional</b>										
Executivos	29	1.258	37	11	2	33	16	18	28	805
Gestores Sêniores & Médios	32	94	44	16	2	20	34	24	34	77
Coordenadores & Supervisores	40	252	28	20	1	6	18	32	40	227
Técnicos & Especialistas	25	30	13	16	24	16	29	26	24	28
Representantes	26	19	-	-	-	-	13	33	26	19
<b>Total</b>	25	37	24	16	19	14	10	31	25	36

\*Em 2024, os valores excluem Público, Druni, Musti e BCF Life Sciences só está incluída no valor total. Em 2025, valores excluem Musti, EVRA, REM, Gosh! Food e BCF Life Sciences. No caso da Worten, os valores reportados incluem atualmente apenas trainees, não tendo sido possível apurar atempadamente as restantes categorias de não-colaboradores.

**Princípios Contabilísticos:** Percentagem de colaboradores que participam em avaliações de desempenho: calculada utilizando o número total de colaboradores reportado na divulgação S1-6 como denominador. Este cálculo inclui todos os colaboradores, mesmo aqueles que não são elegíveis para avaliações, como colaboradores em período de experiência ou em funções temporárias. Como resultado, a taxa de avaliação de desempenho reportada não pode atingir 100%, uma vez que o cálculo considera toda a força de trabalho em vez de apenas a população elegível.

A Sonae promove a participação dos seus colaboradores em processos estruturados de avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira, concebidos para proporcionar feedback regular, apoiar o desenvolvimento individual e orientar a progressão profissional. Estes processos são implementados de forma consistente em toda a organização, contribuindo para uma cultura de melhoria contínua, desenvolvimento e *engagement*. As avaliações realizadas estão alinhadas com as avaliações planeadas, assegurando a concretização dos ciclos de avaliação definidos pela gestão.

Colaboradores que participaram em avaliações regulares de desempenho e desenvolvimento de carreira

		Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL		
		2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	
Número	Género	Masculino	12.516	12.602	215	322	27	35	79	191	12.837	13.150
		Feminino	26.113	22.676	302	435	18	28	89	336	26.522	23.475
	Categoria Funcional	Executivos	62	67	2	26	2	3	16	18	82	114
		Gestores Seniores & Médios	1.197	1.135	219	251	14	20	51	86	1.481	1.492
		Coordenadores & Supervisores	2.712	2.196	14	15	—	7	16	171	2.742	2.389
		Técnicos & Especialistas	4.341	3.108	282	465	29	33	33	200	4.685	3.806
		Representantes	30.317	28.772	—	—	—	—	52	52	30.369	28.824
		<b>Total</b>	<b>40.076</b>	<b>35.278</b>	<b>517</b>	<b>757</b>	<b>45</b>	<b>63</b>	<b>168</b>	<b>527</b>	<b>40.806</b>	<b>36.625</b>
Porcentagem	Género	Masculino	73 %	77 %	66 %	100 %	19 %	100 %	30 %	51 %	71 %	77 %
		Feminino	68 %	85 %	68 %	100 %	11 %	100 %	55 %	30 %	67 %	83 %
	Categoria Funcional	Executivos	67 %	89 %	8 %	100 %	50 %	100 %	50 %	82 %	53 %	90 %
		Gestores Seniores & Médios	91 %	90 %	88 %	100 %	22 %	100 %	43 %	88 %	85 %	91 %
		Coordenadores & Supervisores	94 %	94 %	100 %	100 %	— %	100 %	39 %	73 %	88 %	93 %
		Técnicos & Especialistas	90 %	86 %	59 %	100 %	76 %	100 %	25 %	75 %	85 %	87 %
		Representantes	78 %	80 %	— %	— %	— %	— %	52 %	6 %	78 %	79 %
		<b>Total</b>	<b>79 %</b>	<b>71 %</b>	<b>67 %</b>	<b>100 %</b>	<b>65 %</b>	<b>100 %</b>	<b>88 %</b>	<b>35 %</b>	<b>79 %</b>	<b>81 %</b>

\*Em 2024, valores excluem Público, Druni e BCF Life Sciences e valores da Musti só estão incluídos no total. Em 2025, valores excluem EVRA, REM, Druni, Musti, Público e BCF Life Sciences.



## S1-14 Métricas de saúde e segurança

A Sonae assegura que todos os colaboradores estão abrangidos por sistemas de gestão da saúde e segurança no trabalho, apoiando a prevenção de riscos e a promoção de condições de trabalho seguras em todas as suas operações. O Grupo mantém um forte enfoque na melhoria contínua, no cumprimento da regulamentação aplicável e na implementação de medidas preventivas.

Em 2025, não se registaram acidentes mortais em nenhuma das operações da Sonae, reforçando o compromisso contínuo do Grupo em garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável através da implementação de práticas de segurança rigorosas e medidas contínuas de prevenção de riscos.

*Princípios Contabilísticos:* Número de Acidentes de Trabalho: contagem consolidada de incidentes envolvendo colaboradores durante o período de reporte.

*Taxa de Acidentes de Trabalho Registáveis:* mede a frequência de casos de acidentes de trabalho registáveis por cada um milhão de horas trabalhadas. É calculada dividindo o número total de acidentes reportados durante o período de reporte pelo total de horas trabalhadas por todos os colaboradores e multiplicando o resultado por um milhão. Em 2025, a Sonae registou as seguintes taxas de acidentes de trabalho: força de trabalho própria = 21,16; colaboradores = 20,67; não-colaboradores = 63,68.

*Número de Casos de Doença Ocupacional Registável:* total de ocorrências oficialmente documentadas de doenças ocupacionais reconhecidas como causadas ou agravadas por atividades laborais. Estes casos são registados de acordo com os regulamentos de saúde e segurança ocupacional e classificados com base em diagnóstico médico e requisitos legais de reporte.

*Número de Dias Perdidos:* calculado a partir do primeiro dia completo de ausência após um acidente de trabalho ou doença ocupacional até ao último dia completo de ausência.

	Número de acidentes de trabalho									
	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Colaboradores	965	1.452	6	3	-	1	89	107	1.060	1.563
Não-colaboradores	72	55	-	-	-	-	-	-	72	55
<b>TOTAL</b>	<b>1.037</b>	<b>1.507</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>89</b>	<b>107</b>	<b>1.132</b>	<b>1.618</b>

\*Em 2024, os valores excluem Público, Druni e Musti. Em 2025, os valores excluem EVRA, REM.

No que diz respeito à saúde no trabalho, a Sonae registou 130 casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho, todos relativos a colaboradores, não tendo sido comunicados casos entre não-colaboradores. Os acidentes de trabalho resultaram num total de 39.828 dias de trabalho perdidos, dos quais 39.799 dias foram atribuídos a trabalhadores e 29 a não trabalhadores

Em termos de gravidade, 806 lesões relacionadas com o trabalho impediram os colaboradores de regressarem ao trabalho no dia ou turno seguinte, incluindo 790 casos entre colaboradores e 16 entre não-colaboradores.

A Sonae mantém o seu compromisso com a promoção de um ambiente de trabalho seguro, através da implementação de iniciativas de saúde e segurança que visam reduzir a frequência e a gravidade dos incidentes laborais.

## S1-15 Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada



Embora este tema não tenha sido considerado material na Análise de Dupla Materialidade consolidada, mantém-se estrategicamente relevante para a Sonae e tem sido historicamente divulgado; assim, a Sonae continuará a reportar esta informação.

O equilíbrio entre a vida profissional e pessoal vai além das responsabilidades familiares, garantindo uma distribuição justa do tempo entre o trabalho e a vida pessoal, em conformidade com a legislação aplicável e os contratos de trabalho.

*Princípios Contabilísticos:* Licença familiar: inclui tempo de ausência para licença de maternidade, licença de paternidade, licença parental, amamentação, nascimento, adoção e cuidado de crianças ou familiares doentes. Não inclui tempo de ausência para consultas médicas dos colaboradores, doenças relacionadas com a gravidez fora da licença parental ou licença por luto. Além disso, licenças de ausência não especificadas não são classificadas como licença familiar.

*Taxa de licença familiar:* calculada dividindo o número de colaboradores distintos de cada género que usufruíram de licença familiar pelo total de colaboradores elegíveis, com base na definição de contagem da força de trabalho do S1-6.

A Sonae garante que todos os colaboradores têm direito a licença familiar, em conformidade com os termos de emprego, as leis laborais e as políticas da empresa. Isto inclui licenças para responsabilidades parentais e necessidades de cuidado.

Percentagem de colaboradores elegíveis para licença familiar que a utilizaram (%)										
	Retailho		Imobiliário		Sonaecom		Outros Negócios		TOTAL	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Masculino	4 %	4 %	4 %	3 %	6 %	6 %	4 %	5 %	4 %	4 %
Feminino	6 %	6 %	6 %	6 %	4 %	6 %	5 %	6 %	6 %	6 %
<b>Total</b>	<b>5 %</b>	<b>5 %</b>	<b>5 %</b>	<b>4 %</b>	<b>5 %</b>	<b>6 %</b>	<b>5 %</b>	<b>4 %</b>	<b>5 %</b>	<b>5 %</b>

\*Em 2024, os valores excluem Druni, Musti e BCF Life Sciences. Em 2025, exclui EVRA, REM e Musti

## S1-16 Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)



Embora este tema não tenha sido considerado material na Análise de Dupla Materialidade consolidada, mantém-se estrategicamente relevante para a Sonae e tem sido historicamente divulgado; assim, a Sonae continuará a reportar esta informação.

**Princípios Contabilísticos:** Diferença salarial de género: calculada subtraindo a remuneração média bruta por hora das trabalhadoras da remuneração média bruta por hora dos trabalhadores, dividindo o resultado pela remuneração média bruta por hora dos trabalhadores e multiplicando por 100 para expressar a diferença em percentagem. Este indicador é apresentado por categoria de trabalhadores e por região. Rácio de remuneração total: calculado como o rácio entre a remuneração total anual do indivíduo mais bem remunerado e a remuneração total anual mediana de todos os colaboradores abrangidos pelo âmbito do relatório, excluindo o indivíduo mais bem remunerado. A remuneração total anual inclui salário, bónus, benefícios em espécie e outras formas de remuneração direta, incluindo o valor justo total dos incentivos de longo prazo anuais à data de concessão.

Em 2025, a diferença salarial global entre homens e mulheres foi de 16,39%, em comparação com 18,32 % em 2024. Este indicador é divulgado por categoria de colaboradores e por país, a fim de fornecer mais contexto sobre a composição dessa diferença em toda a força de trabalho. Em 2025, o Rácio de Remuneração Total foi de 111,3. O Rácio de Remuneração Total de 2024 é revisto neste relatório, uma vez que a remuneração total anual do indivíduo mais bem remunerado anteriormente comunicada, incluía inadvertidamente um montante adicional de 515.071 €. Consequentemente, a remuneração total anual do indivíduo mais bem remunerado para 2024 foi revista para 1.785.028,13 €, e o rácio salarial de 2024 foi recalculado de 194,1 para 150,6. Devido a uma alteração metodológica, o rácio de

remuneração total de 2025 não é diretamente comparável com o de 2024, uma vez que o cálculo de 2025 inclui benefícios e outras componentes de remuneração que não foram consideradas na remuneração total mediana em 2024.

Diferença salarial de género (%)			
Categoria Funcional	TOTAL		
	2024	2025	
Executivos	Salário base ordinário	18 %	14 %
	Componentes complementares ou variáveis	-23 %	-2 %
	<b>Total</b>	<b>9 %</b>	<b>7 %</b>
Gestores Sêniores & Médios	Salário base ordinário	-13 %	5 %
	Componentes complementares ou variáveis	2 %	16 %
	<b>Total</b>	<b>2 %</b>	<b>7 %</b>
Coordenadores & Supervisores	Salário base ordinário	31 %	7 %
	Componentes complementares ou variáveis	25 %	16 %
	<b>Total</b>	<b>28 %</b>	<b>8 %</b>
Técnicos & Especialistas	Salário base ordinário	-6 %	7 %
	Componentes complementares ou variáveis	14 %	12 %
	<b>Total</b>	<b>-3 %</b>	<b>7 %</b>
Representantes	Salário base ordinário	— %	-2 %
	Componentes complementares ou variáveis	13 %	-194 %
	<b>Total</b>	<b>— %</b>	<b>-5 %</b>
País	Portugal	8 %	25 %
	Espanha	-6 %	3 %
	Resto do Mundo	29 %	18 %
<b>Total</b>	<b>18 %</b>	<b>16 %</b>	

\*Em 2024, os valores excluem Público, Musti, Druni, BCF Life Sciences e Gosh! Food. Em 2025, os valores excluem Musti, EVRA, REM e BCF Life Sciences. Dados da MC excluem o valor dos benefícios e outras componentes de remuneração adicionais à remuneração de referência.



## S1-17 Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos

*Princípios Contabilísticos:* Número de incidentes reportados: a contagem total de ações legais formais, reclamações ou casos identificados de não conformidade reportados através de canais oficiais, incluindo mecanismos de reclamação, auditorias ou programas de monitorização, durante o período de reporte.

*Número de reclamações:* número total de reclamações formais apresentadas através dos mecanismos internos de reclamação da Sonae ou de canais externos de reporte, durante o período de reporte.

Em 2025, foram registados 97 incidentes relacionados com discriminação, incluindo assédio, reportados nas diferentes Unidades de Negócio da Sonae, reforçando a importância dos mecanismos de prevenção, deteção e atuação nestas matérias.

No que respeita aos canais de denúncia e reporte, foram apresentadas 41 reclamações formais por colaboradores, através dos mecanismos internos disponibilizados para a comunicação de preocupações e situações de risco. Estes canais continuam a desempenhar um papel fundamental na promoção de uma cultura de transparência e confiança.

Durante o período de reporte, não foram identificados incidentes graves de direitos humanos associados à força de trabalho, nem registadas multas, penalizações ou compensações financeiras relacionadas quer com questões de direitos humanos, quer com situações de discriminação ou assédio.

A Sonae mantém o compromisso de assegurar um ambiente de trabalho inclusivo e seguro, promovendo práticas que previnam comportamentos inadequados e garantam o tratamento adequado de todas as ocorrências reportadas.

# ESRS S2 - Trabalhadores na Cadeia de Valor

## Principais subtemas/ sub-subtemas Trabalhadores na cadeia de valor

Horário de trabalho

Salários adequados

Saúde e segurança

As divulgações relacionadas com os impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio (SBM-3) são apresentadas no capítulo de Divulgações Gerais.

## S2-1 Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor

As principais políticas aplicáveis ao Grupo Sonae, incluindo a descrição dos conteúdos-chave, âmbito e partes interessadas relevantes, responsabilidade pela implementação, instrumentos internacionalmente reconhecidos e os IROs associados, podem ser consultadas na secção MDR-P – Políticas adotadas para gerir matérias materiais de sustentabilidade, no capítulo de Divulgações Gerais. Ao nível do Grupo, as políticas adotadas relacionadas com a gestão dos trabalhadores na cadeia de valor são resumidas abaixo:

O Código de Ética e Conduta da Sonae estabelece os princípios éticos e as diretrizes que regem as atividades do Grupo, aplicando-se aos conselhos de administração, colaboradores e entidades terceiras que atuam em seu nome. Abrange tanto as operações da empresa como a sua cadeia de valor global mais alargada.

Em linha com a política acima referida, o Código de Conduta de Fornecedores da Sonae define normas para as condições de trabalho, abordando questões como trabalho forçado, tráfico humano, trabalho infantil, remuneração justa e segurança no local de trabalho. Baseado em referenciais internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aplica-se a fornecedores, prestadores de serviços e subcontratados nas geografias associadas.

A Política de Direitos Humanos da Sonae reforça o compromisso de salvaguardar os direitos humanos em todos os setores e geografias, definindo expectativas claras de conformidade ao longo de toda a cadeia de abastecimento.

O Grupo Sonae demonstra o seu compromisso com práticas sustentáveis na cadeia de abastecimento através de um conjunto de políticas específicas implementadas nas sub-holdings. Por exemplo, a Musti e a Gosh! Food adotaram Códigos de Conduta de Fornecedores detalhados que estabelecem requisitos relacionados com salários justos, condições de trabalho seguras e saudáveis, e o respeito pelos direitos laborais dos seus

fornecedores; A Salsa Jeans implementou tanto um Código de Ética e Conduta para Fornecedores como Diretrizes Ambientais, Sociais e de Governança (ESG) para Fornecedores. O Código de Ética e Conduta estabelece requisitos abrangentes em matéria de normas laborais e comércio ético para fornecedores que operam em países onde a Salsa Jeans adquire os seus produtos, incluindo China, Espanha, Portugal, Hong Kong, Índia, Marrocos, Tunísia e Turquia. As Diretrizes ESG destinam-se principalmente aos fornecedores diretos da Salsa Jeans e visam fornecer as ferramentas e o conhecimento necessários para cumprir os requisitos ambientais e sociais, incluindo através de mecanismos como auditorias, questionários de autoavaliação e verificação por terceiros, assegurando simultaneamente o alinhamento com o Código de Ética e Conduta da Salsa Jeans.

No caso da Sierra, tendo em conta o seu setor de atividade, foi estabelecida uma Política de Segurança, Saúde e Ambiente com o objetivo de proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis, prevenindo lesões e doenças relacionadas com o trabalho, abrangendo não só os seus próprios colaboradores, mas também fornecedores e prestadores de serviços, clientes, lojistas e visitantes, nas suas principais geografias: Portugal, Espanha, Alemanha, Roménia, Itália e Grécia. A MC estabeleceu a Política de Qualidade de Marca Própria, integrada na certificação do Sistema de Gestão da Qualidade para o Processo de Desenvolvimento de Produtos de Marca Própria, de acordo com a NP EN ISO 9001. Ao promover o desenvolvimento sustentável dos produtos da empresa e ao reforçar relações de confiança com fornecedores e parceiros, esta política procura também otimizar a eficiência interna, contribuindo assim para o sucesso do negócio nos mercados nacional e internacional.

Estas políticas são desenvolvidas com o contributo de partes interessadas internas especializadas e com o apoio de especialistas externos. Cada sub-holding integra as suas políticas na documentação administrativa partilhada com fornecedores e parceiros aquando do estabelecimento de contratos comerciais, disponibilizando-as igualmente internamente aos colaboradores.

Importa referir que, com base na informação fornecida pelas sub-holdings do Grupo, não foram identificados casos de incumprimento destes princípios envolvendo trabalhadores na cadeia de valor, quer a montante quer a jusante, não sendo, por isso, necessária a adoção de medidas corretivas ou de reparação.

## S2-2 Processos para dialogar com os trabalhadores da cadeia de valor sobre impactos

O Grupo Sonae reconhece a importância de envolver os trabalhadores ao longo de toda a cadeia de valor para compreender e gerir tanto os impactos reais como os potenciais nas suas condições de trabalho e bem-estar. Em conformidade com os princípios estabelecidos no Código de Conduta de Fornecedores e na Política de Direitos Humanos da Sonae, o Grupo, através das suas sub-holdings, implementa mecanismos em várias etapas para avaliar esses impactos. Regra geral, o Contrato Geral de Fornecimento estabelece compromissos gerais e mais específicos, indicando que a Sonae desenvolve as suas atividades em estrito



cumprimento da lei e adota um conjunto de princípios baseados na sustentabilidade, ética, equidade e honestidade, esperando a mesma conduta por parte dos seus parceiros. Para o efeito, o Código de Conduta de Fornecedores é disponibilizado juntamente com este contrato, incorporando estes princípios e exigindo o seu cumprimento por parte do fornecedor.

O envolvimento com os trabalhadores da cadeia de valor é realizado através de uma combinação de auditorias sistemáticas e canais de feedback estabelecidos. Estes canais incluem sistemas de denúncia (*whistleblowing*) e mecanismos de reporte definidos no âmbito do Código de Conduta de Fornecedores, através dos quais os trabalhadores dos fornecedores podem fornecer feedback e apresentar as suas preocupações (MC, Worten, Musti, Gosh! Foods, Sierra, Salsa Jeans). As auditorias realizadas pelas sub-holdings incluem entrevistas com trabalhadores dos fornecedores e outras técnicas para avaliar diversas questões sociais e de direitos humanos. Os resultados destas avaliações são analisados por equipas especializadas, que determinam as medidas corretivas necessárias, quando aplicável.

No caso da MC, o envolvimento com trabalhadores na cadeia de valor ocorre através de várias interações operacionais com fornecedores ao longo dos processos de aprovisionamento e produção. Estas incluem contactos regulares realizados pelas equipas comerciais durante o aprovisionamento, negociação e acompanhamento de encomendas, bem como interações conduzidas pelo departamento de qualidade para recolha de documentação legal, aprovação de produtos e realização de inspeções. Os inspetores de controlo de qualidade também interagem com as instalações dos fornecedores durante inspeções presenciais de mercadorias.

Todos os fornecedores de marca própria são sujeitos a avaliações periódicas com base nos requisitos da empresa, recorrendo a auditorias de seleção e qualificação para assegurar o cumprimento das políticas da empresa. Estas auditorias avaliam critérios como qualidade, ética, responsabilidade ambiental, higiene e segurança, direitos humanos e direitos laborais, bem como a liberdade de associação. Durante as auditorias, são aplicados vários métodos, incluindo entrevistas individuais e confidenciais com trabalhadores e a observação direta das condições de trabalho.

Como parte da fase de preparação das auditorias, é realizada investigação preliminar para compreender o contexto social e económico em que os trabalhadores operam, incluindo condições de trabalho locais, salários, direitos laborais e potenciais riscos de discriminação. Os objetivos das auditorias são definidos antecipadamente para assegurar que o processo se centra na identificação e compreensão das experiências dos trabalhadores e dos potenciais desafios relacionados com as condições laborais.

Quando são identificadas não conformidades ou oportunidades de melhoria, são definidos planos de ação corretiva a implementar pelos fornecedores dentro de prazos estabelecidos. Estes planos incluem ações específicas e calendários de monitorização, sendo a sua implementação acompanhada pelas equipas de qualidade da MC. As conclusões e recomendações das auditorias são documentadas em relatórios, que suportam a melhoria

contínua das práticas dos fornecedores. Todo o processo de envolvimento, incluindo a definição e acompanhamento de ações de melhoria e a integração dos contributos recolhidos junto dos trabalhadores da cadeia de valor, é supervisionado pelas equipas da MC responsáveis pela qualidade e pela gestão da cadeia de abastecimento.

No que respeita a acordos com federações sindicais globais relacionados com o respeito pelos direitos humanos, a Sonae, tanto ao nível do Grupo como através das suas subsidiárias, não mantém qualquer Acordo-Quadro Global ou instrumentos semelhantes. No entanto, a Sonae baseia o seu Código de Ética e Conduta e a sua Política de Direitos Humanos em orientações estabelecidas por organizações como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). De acordo com os relatórios de auditoria realizados em 2025, todos os fornecedores dispõem de procedimentos que asseguram o cumprimento da liberdade de associação.

A Salsa Jeans realiza auditorias internas tanto a novos fornecedores como a fornecedores existentes. Estas auditorias incorporam critérios ambientais e sociais como parte do processo de avaliação. Durante as auditorias, os colaboradores são abordados para recolher feedback sobre as condições de trabalho e o funcionamento geral da organização em que trabalham. Os resultados são posteriormente avaliados pelas equipas de qualidade, sustentabilidade e *sourcing*, que analisam as conclusões e implementam medidas corretivas sempre que necessário, de acordo com as questões identificadas.

O Grupo Sonae está comprometido em assegurar que todos os trabalhadores da cadeia de valor, incluindo aqueles que possam ser particularmente vulneráveis (como mulheres, trabalhadores migrantes e trabalhadores com deficiência), têm a oportunidade de partilhar as suas perspetivas. Embora não exista um processo exclusivamente dedicado a grupos vulneráveis ou marginalizados, os mecanismos de envolvimento existentes na Sonae são concebidos para serem inclusivos, garantindo assim que todos os trabalhadores possam fazer ouvir a sua voz.

## S2-3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os trabalhadores da cadeia de valor expressarem preocupações

Apesar de os impactos negativos da Sonae serem potenciais no médio e longo prazo, a empresa reconhece a importância de abordar e reparar impactos negativos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor. Ao nível do Grupo, várias sub-holdings implementaram medidas para identificar e reparar esses impactos, adaptadas aos seus contextos operacionais específicos, permitindo assim que os trabalhadores da cadeia de valor apresentem as suas preocupações. Através de procedimentos de auditoria estabelecidos e de canais de feedback e comunicação, qualquer impacto negativo identificado é analisado por equipas especializadas, que determinam as medidas corretivas necessárias. No final de cada auditoria, é elaborado um relatório que descreve as conclusões, destaca áreas de preocupação e

apresenta recomendações práticas através de um Plano de Ação Corretiva, que é apresentado ao fornecedor, incluindo um cronograma para as melhorias, com acompanhamentos regulares para assegurar a sua correta implementação. Até à data, embora existam mecanismos dedicados, não foram recebidas reclamações nem houve necessidade de desenvolver ações de reparação.

A Sonae disponibiliza diretamente mecanismos que permitem às principais partes interessadas manterem-se informadas e comunicar preocupações. Especificamente: (i) qualquer potencial irregularidade deve ser imediatamente comunicada ao Provedor através do email [provedoria@sonae.pt](mailto:provedoria@sonae.pt) ou através do formulário disponível no website da Sonae; (ii) qualquer potencial violação do Código de Ética e Conduta deve ser imediatamente comunicada à Comissão de Ética através do email [comissaodeetica@sonae.pt](mailto:comissaodeetica@sonae.pt); e (iii) o Canal de Denúncia ao abrigo da Política de Prevenção da Corrupção encontra-se disponível para comunicações adicionais. Adicionalmente, a Provedoria da Sonae disponibiliza os seus contactos a todos os clientes, colaboradores e fornecedores (incluindo fornecedores, prestadores de serviços, contratantes e subcontratados), acolhendo elogios, sugestões, pedidos de informação e reclamações.

Adicionalmente, ao nível das sub-holdings, as empresas estabeleceram canais dedicados através dos quais os trabalhadores da cadeia de valor podem diretamente apresentar preocupações ou expressar necessidades. Por exemplo, esses canais incluem comunicação por email ou via postal, conforme especificado no Código de Conduta de Fornecedores da Gosh! Food e da Salsa Jeans, bem como canais de denúncia ou serviços de Provedoria acessíveis às principais partes interessadas, tais como fornecedores, prestadores de serviços e subcontratados, consumidores, utilizadores finais e colaboradores, conforme implementado pela MC, Musti, Worten e Sierra.

Qualquer incidente reportado é tratado com estrita confidencialidade, sendo estritamente proibida qualquer retaliação contra indivíduos que apresentem preocupações de boa-fé. Após a receção de uma comunicação, a Sonae compromete-se a conduzir uma investigação célere e imparcial, supervisionada pela Comissão de Ética ou pelo Departamento Jurídico. As conclusões da investigação informam as ações corretivas que as partes responsáveis devem implementar para resolver as questões identificadas. Tais ações podem incluir a cessação imediata de quaisquer infrações identificadas, a realização de uma investigação interna abrangente ou, quando aplicável, o encaminhamento do caso para as autoridades competentes para análise adicional.

A existência destes canais é comunicada através da documentação formal principal disponibilizada no âmbito dos processos de envolvimento com parceiros da cadeia de valor, bem como através de plataformas online. Os representantes comerciais dos parceiros da cadeia de valor recebem estes documentos; contudo, ainda não foram implementadas medidas para garantir a sua divulgação junto dos respetivos colaboradores. Atualmente, a Sonae não dispõe de um processo sistemático para avaliar se os trabalhadores da cadeia de valor têm conhecimento e confiança nestas estruturas enquanto mecanismos eficazes para

apresentar as suas preocupações ou necessidades. Consequentemente, a Sonae não possui uma política específica que aborde a proteção dos indivíduos que utilizam estes canais.

## S2-4 Tomar medidas sobre os impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor, e eficácia dessas ações

A Sonae e os seus negócios estão comprometidos com a promoção de práticas social e ambientalmente responsáveis junto dos seus parceiros da cadeia de valor, através da gestão proativa de potenciais impactos e riscos materiais e da identificação de oportunidades positivas. Para além dos procedimentos de envolvimento e gestão com parceiros da cadeia de valor acima descritos, as ações destinadas a abordar potenciais impactos nos trabalhadores da cadeia de valor são implementadas principalmente através de Planos de Ação Corretiva (CAPs) resultantes de avaliações e auditorias a fornecedores. As conclusões dessas avaliações são analisadas por equipas especializadas, que identificam não conformidades ou oportunidades de melhoria e definem as respetivas medidas corretivas em conjunto com os parceiros de negócio relevantes. Estes planos estabelecem ações específicas e prazos de implementação para resolver as questões identificadas e reforçar o cumprimento dos padrões das empresas.

Na MC, o processo de avaliação de fornecedores abrange todos os fornecedores de marca própria, tanto potenciais como ativos, verificando anualmente se cumprem os requisitos da MC. Quando uma auditoria é aplicável, a avaliação incorpora critérios ESG através de uma *checklist* dedicada. Sempre que é identificada uma não conformidade crítica relacionada com condições de trabalho, é imediatamente acionado um Plano de Ação Corretiva. No âmbito deste processo, é envolvida uma entidade externa para realizar uma auditoria específica de acordo com a norma SA8000. Em 2025, a MC realizou 263 auditorias ESG a fornecedores, abrangendo 95% dos fornecedores de marca própria.

Na Salsa Jeans, as auditorias ESG a fornecedores também conduzem à definição de planos de ação corretiva quando são identificadas questões. Sempre que é detetado um impacto negativo material, o fornecedor é obrigado a implementar medidas corretivas específicas definidas no plano de ação e a apresentar evidência da sua resolução no prazo de um mês. Normalmente, é realizada uma auditoria de seguimento seis meses depois para verificar se as ações corretivas foram efetivamente implementadas. Em 2025, a Salsa Jeans realizou 35 auditorias ESG por entidades terceiras, resultando em 35 planos de ação corretiva.

Através destes processos, a Sonae procura evitar e reduzir o risco de impactos negativos significativos, contribuindo para assegurar que os seus fornecedores e parceiros de negócio

cumprem padrões éticos e responsáveis, respeitando as condições de trabalho e os direitos humanos. É alocado um orçamento anual para a implementação dos planos anuais de auditoria a fornecedores, recorrendo a entidades externas e a equipas internas de auditoria, quando aplicável. Neste contexto, não são utilizados instrumentos de financiamento verde.

Com base nas ações desenvolvidas, o Grupo não tem registo de questões ou incidentes graves relacionados com direitos humanos e, consequentemente, não foi identificado qualquer impacto material; assim, não foram definidas ações de mitigação.

## **S2-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais**

Embora o Grupo não tenha estabelecido metas quantitativas especificamente relacionadas com os trabalhadores na cadeia de valor, com exceção da Sierra e da Salsa Jeans (indicadas abaixo), a eficácia das suas políticas e ações é monitorizada através dos processos contínuos de envolvimento das subsidiárias, incluindo auditorias a fornecedores, avaliações ESG e canais de feedback. Estes processos permitem a identificação de potenciais riscos e impactos adversos relacionados com práticas laborais, direitos humanos e condições de trabalho ao longo da cadeia de valor.

Os resultados destas avaliações e auditorias constituem indicadores-chave para monitorizar o desempenho dos fornecedores e a eficácia da abordagem do Grupo na gestão dos impactos sobre os trabalhadores na cadeia de valor. Através da revisão regular dos resultados das auditorias e do acompanhamento dos planos de ação corretiva, sempre que necessário, a Sonae e as suas subsidiárias procuram assegurar a melhoria contínua e prevenir ou mitigar potenciais impactos negativos nas suas cadeias de valor.

Âmbito & Geografia	Indicador	Baseline		Target		Resultados e progresso
		Valor	Ano	Valor	Ano	
Sierra a montante e a jusante, Itália (GLI) e Roménia (PLP)	Número anual de acidentes de níveis de gravidade 3, 4 e 5 por milhão de visitas, abaixo do limite	-	-	0.54 GLI0.07 PLP	2025	Itália: Objetivo não alcançado, com 1.11 acidentes de níveis de gravidade 3, 4 e 5 por milhão de visitas. Roménia: Objetivo alcançado, com 0.00 acidentes de níveis de gravidade 3, 4 e 5 por milhão de visitas
Sierra a montante, Itália (GLI), Roménia (PLP)	LWCAFR anual dos prestadores de serviços dos centros comerciais, abaixo do limite	-	-	0 GLI3.92 PLP	2025	Itália: Objetivo alcançado, com 0 acidentes por milhão de horas trabalhadas. Roménia: Objetivo alcançado, com 0 acidentes por milhão de horas trabalhadas
Sierra a montante e a jusante, Portugal, Espanha, Itália e Roménia	Alcançar zero fatalidades devido a acidentes nos ativos operacionais	-	-	0	2025	Objetivo alcançado em todos os ativos operacionais, não houve fatalidades.
Sierra a montante e a jusante, Itália e Roménia	Nenhum acidente nos ativos operacionais até 2030	-	-	0	2030	Objetivo de longo prazo; os objetivos anuais acima podem ser considerados objetivos intermédios, uma vez que abrem caminho para o objetivo de longo prazo para 2030.
Salsa Jeans, a montante (China, Espanha, Portugal, Hong Kong, Índia, Marrocos, Tunísia, Turquia)	Todos os fornecedores Tier 1 auditados de acordo com critérios ESG até 2026	-	-	-	2026	Em 2025, a Salsa Jeans auditou 35% dos fornecedores (35 instalações)

Nota: LWCAFR = Taxa de Frequência de Casos de Trabalho Perdido; Não foram definidos objetivos intermédios pelas empresas, pois, em geral, os objetivos são fixados para o ano seguinte.

No que diz respeito à definição de objetivos, em geral, não foram utilizadas metodologias ou pressupostos específicos, nem evidência científica, e não foram efetuadas alterações aos objetivos. (à exceção dos targets anuais da Sierra, atualizados anualmente). A definição dos objetivos segue uma lógica de melhoria contínua e envolve o conhecimento interno das equipas de especialistas das empresas e a supervisão das equipas de gestão. No caso da MO, as auditorias têm em conta o contexto do país do fornecedor (por exemplo, idades mínimas).

# ESRS S4 - Consumidores e Utilizadores Finais

## Principais subtemas/ sub-subtemas para consumidores e utilizadores finais

Privacidade

Saúde e Segurança

As divulgações relacionadas com os impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio (SBM-3) estão abrangidas no capítulo Divulgações Gerais.

## S4-1 Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais

A Sonae reconhece os consumidores e utilizadores finais como partes interessadas-chave e gere os impactos, riscos e oportunidades materiais associados à qualidade e segurança de produtos e serviços, práticas comerciais justas, proteção de dados, transparência e acesso a mecanismos eficazes de reparação através de um quadro estruturado de governação e políticas.

As políticas aplicáveis a consumidores e utilizadores finais são definidas tanto ao nível do Grupo como ao nível das subsidiárias. Ao nível do Grupo, políticas transversais (incluindo a Política de Direitos Humanos, o Código de Ética e Conduta e o Código de Conduta de Fornecedores) estabelecem princípios abrangentes aplicáveis a todos os negócios e geografias. Estas políticas estão alinhadas com normas internacionalmente reconhecidas, incluindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, as Convenções da OIT, as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e o Pacto Global das Nações Unidas. As principais políticas aplicáveis ao Grupo Sonae, incluindo uma descrição dos principais conteúdos, âmbito e partes interessadas afetadas relevantes, responsabilidade de implementação, instrumentos internacionalmente reconhecidos e IROs associados, podem ser encontradas na secção MDR-P Políticas Adotadas para Gerir Matérias de Sustentabilidade Materiais do capítulo Divulgações Gerais.

Ao nível das subsidiárias, são implementadas políticas operacionais para responder aos perfis de risco específicos, enquadramentos regulatórios e modelos de negócio de cada atividade. Estas políticas aplicam-se a atividades a montante (como qualificação de fornecedores e desenvolvimento de produtos), operações próprias (incluindo gestão da qualidade e sistemas de tratamento de reclamações) e atividades a jusante (incluindo práticas de venda, garantias e serviços digitais). Em geral, aplicam-se a todos os consumidores e utilizadores finais, embora determinadas políticas possam abranger grupos específicos de consumidores, como clientes online ou membros de programas de fidelização. A liderança sénior de cada marca, em colaboração com equipas especializadas como responsáveis de proteção de dados ou diretores de gestão da qualidade, supervisiona normalmente a criação e atualização das

políticas. Gestores de loja, equipas operacionais e auditores externos (quando aplicável, como no caso de certificações ISO) contribuem frequentemente com conhecimento sobre a execução diária e a melhoria contínua.

Nos principais negócios de retalho, são implementados quadros de gestão da qualidade e de tratamento de reclamações para garantir a segurança dos produtos, a consistência e a satisfação do cliente. Estes quadros podem incluir Sistemas de Gestão da Qualidade certificados (por exemplo, ISO 9001) que abrangem o desenvolvimento de produtos e processos de serviço, bem como processos de tratamento de reclamações alinhados com normas reconhecidas como a ISO 10002, quando aplicável. Estes sistemas apoiam controlos preventivos de qualidade antes da colocação de produtos no mercado, procedimentos de qualificação de fornecedores, auditorias internas e, quando relevante, certificação externa independente e auditorias periódicas de acompanhamento realizadas no âmbito de esquemas de certificação aplicáveis. Auditorias contínuas (por exemplo, ISO 10002, ISO 9001) e canais estruturados de feedback também permitem que as unidades de negócio se adaptem às expectativas em evolução dos consumidores.

Durante o ano de reporte, não foram efetuadas alterações materiais ao quadro de políticas globais do Grupo relacionadas com consumidores e utilizadores finais. Ao nível das subsidiárias, os desenvolvimentos incluíram a adoção de uma nova Política de Qualidade e Segurança de Produto pelo Musti Group em 2025. Embora não tenham sido identificados problemas significativos de política ou violações de direitos humanos durante o presente ano de reporte, cada unidade mantém-se vigilante na oferta de comunicação transparente, proteção robusta de dados e ofertas seguras e de elevada qualidade, assegurando que o bem-estar do consumidor permanece no centro das respetivas operações.

Unidade de Negócio	Política	Localização e aplicabilidade	Nível mais elevado responsável	Normas / iniciativas do setor	Disponibilidade
MC	Política de Gestão de Reclamações e Sugestões	Portugal Operações próprias Clientes, comunidade, colaboradores, reguladores	Diretores da MC	NP ISO 10002	Pública (website da empresa e em loja)
MC	Política de Qualidade de Marca Própria	Portugal UE e fornecedores fora da UEA montante; operações próprias; Fornecedores, colaboradores, clientes	Diretores de Qualidade	NP EN ISO 9001:2015	Interna (políticas internas / intranet)
MC	Política de Divulgação Responsável de Vulnerabilidades	Portugal Operações próprias Clientes, colaboradores	Diretor de Auditoria Interna e Gestão de Risco		Pública (website da empresa)
MC	Política de Segurança da Informação	Portugal Operações próprias Clientes, colaboradores	Diretor de Auditoria Interna e Gestão de Risco		Interna (políticas internas / intranet)
MC	Políticas de Proteção de Dados e Privacidade	Portugal Operações próprias Clientes	DPO / Jurídico	RGPD	Pública (website da empresa)
MC	Política de Serviços Online Continente	Portugal Jusante Clientes online	Jurídico / E-commerce	Legislação aplicável de proteção do consumidor	Pública (website da empresa)
Worten	Política de Qualidade	Portugal, Espanha, Ilhas Canárias Jusante Clientes	Gestores do SGQ nomeados pelo Conselho	ISO 9001:2015; ISO 10002:2018	Pública (website da empresa)
Worten	Política de Preço Mínimo Garantido	Portugal Jusante Clientes online	Coordenador de Área – Pricing & Promoções		Pública (website da empresa)
Worten	Política de Satisfação do Cliente & Devoluções	Portugal, Espanha, Ilhas Canárias Jusante Clientes	Diretor de Stock & Space Management	Legislação aplicável de proteção do consumidor	Pública (website da empresa)
Worten	Política Digital	Grupo Worten Jusante Utilizadores	Diretor de Negócio Digital	Digital Services Act (DSA)	Pública (website da empresa)
Worten	Política de RGPD & Privacidade	Grupo Worten Jusante Clientes	Diretor de Risco / Diretor Jurídico	RGPD	Pública (website da empresa)
iServices	Política de Segurança e Qualidade do Produto	Todos os países de operação Operações próprias; a montante Clientes	Equipa de Gestão	Legislação aplicável de segurança de produtos e conformidade	Interna (políticas internas / intranet)
iServices	Política de Reclamações e Resolução de Clientes	Todos os países de operação Operações próprias; jusante Clientes	Equipa de Gestão	Legislação aplicável de proteção do consumidor e resolução de litígios	Pública (website da empresa e canais de apoio ao cliente)
Musti	Política de Qualidade e Segurança de Produtos (nova em 2025)	Grupo Musti A montante; operações próprias; jusante	Equipa de Gestão	Princípios do Pacto Global da ONU; legislação aplicável de segurança de produtos e proteção do consumidor	Pública (website da empresa)
Salsa Jeans	Termos e Condições Gerais de Venda	Todos os países de operação Jusante Clientes	Diretor Responsável	Diretiva de Defesa do Consumidor da UE (DL 84/2021)	Pública (website da empresa)
Salsa Jeans	Política de Privacidade	UE Jusante Clientes	Diretor Responsável	RGPD	Pública (website da empresa)
Salsa Jeans	Regulamentos Infinity	Portugal, Espanha, França, Luxemburgo, Irlanda Jusante Clientes	Diretor Responsável	Diretiva UE 2024/1799	Pública (website da empresa)

Unidade de Negócio	Política	Localização e aplicabilidade	Nível mais elevado responsável	Normas / iniciativas do setor	Disponibilidade
Salsa Jeans	Regulamento do Programa de Fidelização	Mercados aplicáveis Jusante Clientes	Diretor Responsável	RGPD	Pública (website da empresa)
BCF Life Sciences	Política de Qualidade	Mercados aplicáveis A montante; operações próprias; jusante Clientes, reguladores	Presidente & CEO	GMP (ANSM, PMDA), certificação GMP+	Pública (website da empresa)
Gosh! Food	Política de Segurança Alimentar & Qualidade (FQAP1.1)	Reino Unido Operações próprias Clientes	Diretor-Geral	BRCGS V9	Interna (políticas internas / intranet)

## S4-2 Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos

Os negócios da Sonae com contacto direto com consumidores envolvem consumidores e utilizadores finais através de mecanismos contínuos concebidos para compreender as suas perspetivas, gerir impactos reais e potenciais e melhorar continuamente produtos, serviços e a experiência do cliente. Os consumidores e utilizadores finais foram identificados como partes interessadas-chave através dos processos de avaliação de materialidade do Grupo e através de atividades contínuas de análise de clientes e investigação de mercado conduzidas pelas respetivas unidades de negócio.

Os processos de envolvimento são implementados principalmente ao nível das subsidiárias, refletindo a natureza operacional das relações com os consumidores, e estão integrados nas práticas de governação e de tomada de decisão.

Em todos os seus negócios com contacto direto com consumidores, a Sonae aplica quatro tipos principais de processos de envolvimento:

### *Envolvimento operacional direto*

Consumidores e utilizadores finais interagem diretamente com os negócios através de lojas físicas, plataformas digitais, serviços de apoio ao cliente, canais de redes sociais e centros de contacto. Estas interações ocorrem ao longo de toda a jornada do cliente (incluindo as fases de pré-compra, compra e pós-compra) e fornecem informações em tempo real sobre necessidades, preocupações e expectativas dos clientes.

Por exemplo, a Worten recolhe informação dos clientes através de inquéritos pós-compra e monitorização do Net Promoter Score (NPS) após compras online e em loja. Feedback adicional é recolhido através de avaliações online, entrevistas telefónicas e plataformas de terceiros, permitindo ao negócio identificar preocupações recorrentes relacionadas com o desempenho dos produtos, qualidade do serviço ou práticas de proteção de dados e ajustar os processos em conformidade.

### *Mecanismos estruturados de feedback e investigação*

Negócios de retalho e orientados para o consumidor implementam ferramentas recorrentes e pontuais de feedback para recolher perspetivas dos clientes. Estas incluem indicadores de satisfação e fidelização (como Net Promoter Score (NPS) e Net Satisfaction Score (NSS)), inquéritos após interação, inquéritos de satisfação com a marca e o serviço, bem como investigação qualitativa e quantitativa baseada em projetos. Em vários negócios, estes indicadores são monitorizados regularmente e utilizados para avaliar a eficácia das ações de envolvimento e de melhoria contínua.

### *Processos de integração na governação*

Os insights dos consumidores recolhidos através de canais operacionais e de investigação são analisados e utilizados para apoiar decisões de negócio e ações de melhoria. As responsabilidades pelo envolvimento com consumidores e integração de insights são normalmente atribuídas a funções relevantes como Customer Service, Customer Experience, Market Insights, Operações e equipas de Marca, com supervisão ao nível da gestão sénior. Em determinadas unidades de negócio, estes processos são formalizados em modelos estruturados de governação da experiência do cliente que integram os insights dos clientes na tomada de decisão operacional.

Na MC, vários mecanismos de envolvimento são implementados para recolher feedback dos consumidores e apoiar melhorias de produtos e serviços. Estes incluem processos de tratamento de reclamações e sugestões seguidos de inquéritos de satisfação, estudos de mercado regulares que avaliam perceções sobre qualidade do produto, ambiente de loja e serviço, bem como iniciativas de teste com clientes conduzidas através do Co-Lab Innovation Lab. Estes mecanismos permitem à MC incorporar contributos dos consumidores no desenvolvimento de produtos, melhorias de embalagem e padrões de segurança de produtos.

### *Mecanismos de reclamação*

Negócios com contacto direto com consumidores disponibilizam canais para que consumidores e utilizadores finais possam apresentar preocupações, solicitar reparação ou reportar insatisfação. Estes canais podem incluir interações em loja, centros de contacto, formulários web, canais de email e outros mecanismos de apoio ao cliente. Reclamações e feedback são monitorizados e analisados para apoiar ações corretivas e prevenir a recorrência de impactos negativos.

O envolvimento ocorre principalmente através de contacto direto com consumidores e utilizadores finais. Em casos específicos, parceiros externos de investigação e painéis de consumidores podem ser utilizados para recolher insights representativos.

O envolvimento com consumidores e utilizadores finais ocorre de forma contínua através de interações operacionais e mecanismos estruturados de feedback. Certas ferramentas de envolvimento, como indicadores de satisfação e fidelização de clientes, são monitorizadas periodicamente (por exemplo, semanal ou mensalmente dependendo da unidade de negócio), enquanto estudos e inquéritos mais abrangentes podem ser conduzidos de forma recorrente ou pontual. Os resultados destas atividades de envolvimento são analisados pelas equipas operacionais relevantes e, quando aplicável, por funções de gestão sénior responsáveis pela experiência do cliente, qualidade de serviço ou gestão de marca. Esta monitorização apoia a identificação de tendências, riscos emergentes e oportunidades de melhoria em produtos, serviços e comunicação com consumidores.

Os mecanismos de envolvimento são geralmente concebidos para serem acessíveis a todos os consumidores e utilizadores finais através de múltiplos canais (físicos, digitais e



telefónicos), contribuindo para reduzir potenciais barreiras de acesso. No entanto, processos de envolvimento dedicados especificamente a grupos vulneráveis ou marginalizados (como pessoas com deficiência ou crianças) não são implementados de forma sistemática em todos os negócios, sendo a maioria das atividades de envolvimento conduzida com a população geral de consumidores.

Em negócios que operam predominantemente sob um modelo B2B, o envolvimento ocorre principalmente com clientes diretos em vez de consumidores finais, refletindo a natureza do modelo de negócio. Nesses casos, as perspetivas dos consumidores e utilizadores finais são consideradas sobretudo de forma indireta através de interações com clientes, feedback de qualidade e atividades colaborativas de Investigação e Desenvolvimento geridas no âmbito das funções existentes (por exemplo Qualidade, I&D e Comercial).

As perspetivas dos consumidores informam melhorias operacionais, desenvolvimento de produtos, design de serviços e estratégias de comunicação. Os resultados do feedback são analisados ao nível operacional e de gestão, e indicadores de desempenho como níveis de satisfação e fidelização são utilizados (quando aplicável) para avaliar a eficácia dos processos de envolvimento e o impacto das medidas corretivas ou de melhoria.

Na Sparkfood, por exemplo, as abordagens de envolvimento variam consoante o modelo de negócio. Por exemplo, a Gosh! Foods organiza sessões de teste de produtos e recolhe feedback de utilização para compreender melhor as preferências dos consumidores, incluindo sabor, transparência de ingredientes e preocupações relacionadas com alergénios, enquanto a BCF Life Sciences recolhe feedback de parceiros a jusante para avaliar expectativas dos consumidores relativamente à segurança dos produtos, padrões de saúde e rastreabilidade.

De forma geral, estes mecanismos de envolvimento permitem que os negócios da Sonae com contacto direto com consumidores mantenham um diálogo contínuo com consumidores e utilizadores finais, assegurando que as suas perspetivas são sistematicamente recolhidas e consideradas. Os insights obtidos através de interações operacionais, ferramentas de feedback e atividades de investigação apoiam a identificação de impactos potenciais e informam melhorias em produtos, serviços e experiência do cliente em todo o Grupo.

### S4-3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações

Os principais negócios da Sonae com contacto direto com consumidores mantêm processos estruturados para remediar impactos negativos reais ou potenciais sobre consumidores e utilizadores finais. Estes processos estão integrados nos sistemas de gestão operacional e nos enquadramentos de serviço ao cliente e são concebidos para assegurar resposta

atempada, ação corretiva e melhoria contínua. O âmbito e o nível de formalização destes processos variam consoante a natureza do modelo de negócio e o enquadramento regulatório.

#### Canais para apresentação de preocupações

Consumidores e utilizadores finais podem apresentar preocupações, reclamações ou pedidos de reparação através de múltiplos canais acessíveis, dependendo da unidade de negócio. Estes incluem normalmente:

- Balcões de atendimento ao cliente em loja
- Centros de contacto e apoio telefónico
- Email e formulários web
- Plataformas digitais e canais de redes sociais
- Livros de reclamações eletrónicos e físicos quando legalmente exigido
- Funções dedicadas de provedor ou mecanismos de revisão em segunda instância, quando aplicável

Estes mecanismos estão geralmente disponíveis ao longo de toda a jornada do cliente e permitem que os consumidores apresentem preocupações diretamente. Reclamações e preocupações são registadas, analisadas e tratadas de acordo com procedimentos internos e legislação aplicável, podendo resultar em medidas corretivas como reembolsos, substituições, correção de serviços, esclarecimento de informação ou outras formas apropriadas de reparação.

Os processos são concebidos para assegurar tratamento justo e confidencialidade na gestão das preocupações. Quando são utilizados canais de denúncia (*whistleblowing*), aplicam-se proteções contrarretaliação de acordo com os enquadramentos legais e internos aplicáveis.

Na Worten, por exemplo, os consumidores podem apresentar preocupações através de múltiplos canais, incluindo linhas de apoio ao cliente, livros de reclamações físicos e eletrónicos e plataformas digitais. Para assuntos escalados, os consumidores podem também recorrer a entidades externas de resolução de litígios, como centros de arbitragem de consumo. O feedback dos clientes recolhido através de avaliações e inquéritos é analisado para identificar questões recorrentes e melhorar a qualidade do serviço.

Os processos de remediação são implementados ao nível das subsidiárias e integrados nos sistemas de gestão operacional. Os procedimentos de tratamento de reclamações incluem normalmente:

- Registo e classificação do problema
- Investigação e análise da causa raiz

- Definição e implementação de ações corretivas e/ou preventivas
- Comunicação da resposta e resolução ao consumidor
- Monitorização de questões recorrentes e melhoria sistémica

Em determinados negócios, os processos de remediação estão integrados em sistemas de gestão certificados (por exemplo, sistemas de gestão da qualidade ou segurança alimentar), que incluem auditorias internas, revisões de gestão e, quando aplicável, auditorias externas de certificação.

O feedback e as reclamações dos consumidores são analisados periodicamente pelas equipas operacionais e, quando relevante, por funções de gestão sénior para identificar padrões, prevenir recorrências e melhorar produtos, serviços e a experiência do cliente. Os mecanismos de monitorização podem incluir volumes de reclamações, tempos de resolução, indicadores de satisfação, conclusões de auditorias e análises de causa raiz, dependendo da unidade de negócio.

Na MC, estes processos são suportados por procedimentos estruturados de tratamento de reclamações alinhados com a NP EN ISO 10002. As preocupações dos consumidores submetidas através de balcões de loja, canais de contacto ou plataformas digitais são registadas, analisadas e tratadas através de um sistema de gestão dedicado. Quando surgem questões relacionadas com a qualidade ou segurança de produtos, a MC realiza análises de causa raiz, implementa medidas corretivas e monitoriza os resultados até à resolução.

Na Sparkfood, os mecanismos de remediação variam consoante o modelo de negócio. A BCF Life Sciences trata preocupações relacionadas com produtos principalmente através dos seus sistemas de gestão da qualidade e de conformidade regulatória, trabalhando com parceiros a jusante para resolver questões relacionadas com segurança de produto, rotulagem ou rastreabilidade. A Gosh! Foods monitoriza o feedback dos consumidores sobre qualidade de produto e transparência de ingredientes e integra estes insights nos processos de melhoria de produto e garantia de qualidade.

Quando relevante para o modelo de negócio, particularmente em operações de retalho e serviços que envolvem fornecedores ou prestadores de serviços externos, as unidades de negócio podem exigir que existam mecanismos adequados de tratamento de reclamações nas suas relações de negócio. Em determinados casos, isto é suportado através de cláusulas contratuais, acordos de nível de serviço, auditorias ou procedimentos de gestão da qualidade. O grau destas exigências varia consoante a estrutura operacional de cada negócio. Por exemplo, os leitores do Público podem apresentar preocupações relacionadas com exatidão de conteúdos, privacidade ou acesso digital através de canais de apoio ao cliente e serviços de subscrição. O feedback dos leitores é analisado por equipas editoriais e operacionais e pode conduzir a correções, esclarecimentos ou ajustes às práticas editoriais.

Em negócios que operam predominantemente sob um modelo B2B, os mecanismos de remediação tratam principalmente preocupações de clientes diretos. Os impactos sobre

consumidores e utilizadores finais são geridos de forma indireta através de sistemas de gestão da qualidade, conformidade regulatória e processos colaborativos de I&D.

#### **Incidentes de segurança de produto e recolhas**

Os riscos relacionados com a segurança de produtos são geridos através de procedimentos estabelecidos de garantia da qualidade, monitorização de fornecedores e conformidade regulatória implementados nos negócios da Sonae com contacto direto com consumidores. Estes procedimentos incluem testes de produto, processos de qualificação de fornecedores, monitorização do desempenho dos produtos e investigação de reclamações relacionadas com segurança ou qualidade.

Quando um produto é identificado como potencialmente inseguro ou não conforme, os negócios implementam medidas corretivas adequadas, que podem incluir retirada ou recolha de produtos de acordo com os requisitos regulatórios aplicáveis e procedimentos internos. Estas ações fazem parte do enquadramento mais amplo de remediação descrito acima e destinam-se a prevenir danos adicionais aos consumidores e assegurar conformidade com os regulamentos de segurança de produtos.

Durante o período de reporte, recolhas de produtos relacionadas com produtos de marca própria foram identificadas apenas nas operações da MC. No total, foram registadas sete recolhas, afetando 6 111 unidades. Estes casos foram geridos de acordo com os procedimentos estabelecidos de segurança de produto e gestão da qualidade, incluindo investigação das causas raiz e implementação de ações corretivas quando necessário. Não foram reportadas recolhas de produtos de marca própria noutros negócios da Sonae com contacto direto com consumidores durante o período de reporte.

## **S4-4 Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações**

As unidades de negócio da Sonae com contacto direto com consumidores implementam um conjunto de iniciativas operacionais destinadas a prevenir e mitigar impactos negativos sobre consumidores e utilizadores finais, enquanto gerem riscos operacionais associados e aproveitam oportunidades para melhorar a qualidade dos produtos, a transparência dos serviços e o consumo responsável. Estas ações são implementadas principalmente ao nível das unidades de negócio individuais, refletindo a sua responsabilidade operacional pelas relações com clientes, desenvolvimento de

produtos e prestação de serviços. As iniciativas abrangem várias dimensões da interação com o consumidor, incluindo qualidade e segurança dos produtos, cibersegurança e proteção digital, serviço ao cliente e gestão de reclamações, informação ao consumidor e sensibilização para a sustentabilidade. A implementação é suportada por equipas operacionais dedicadas, especialistas em qualidade e cibersegurança, funções de apoio ao cliente e supervisão de gestão relevante.

Ao longo do portefólio, estas iniciativas estão integradas nos sistemas de gestão existentes e nos processos operacionais. Os mecanismos de monitorização podem incluir auditorias de qualidade, sistemas de monitorização de cibersegurança, análise de reclamações e indicadores de feedback de clientes, dependendo da unidade de negócio e do contexto operacional.

Cada iniciativa é revista periodicamente através de monitorização operacional, revisões internas e supervisão da gestão. Esta abordagem apoia a identificação de oportunidades de melhoria e a adaptação contínua de produtos, serviços e práticas de envolvimento com consumidores.

A tabela abaixo resume as principais ações desenvolvidas nas várias unidades de negócio da Sonae, incluindo o seu âmbito, calendário e progresso alcançado.

Ações	Âmbito e Geografia	Timeline	Resultados e Progresso
Subscrição de seguro cibernético e análise contínua face a referenciais de melhores práticas de cibersegurança, combinadas com a expansão de ferramentas para prevenir, detetar e remediar incidentes de segurança.	MC – Operações próprias   Portugal Partes interessadas afetadas: colaboradores	2025	Implementação de mecanismos de proteção e monitorização de cibersegurança com vista a reforçar a resiliência face a potenciais incidentes e a salvaguardar dados de clientes e a continuidade operacional.
Avaliações de risco de serviços ao cliente e melhoria contínua dos processos de gestão de reclamações e sugestões.	MC – Operações próprias   Portugal Partes interessadas afetadas: clientes, colaboradores, parceiros	2025	11 ações de melhoria identificadas e implementadas (algumas ainda em curso). Manutenção da certificação do Sistema de Gestão de Reclamações e Sugestões em conformidade com a NP ISO 10002. Mais de 146.000 interações com clientes (reclamações, sugestões, elogios) analisadas e processadas anualmente pela equipa.
Controlo, monitorização e melhoria contínua do processo de desenvolvimento de produtos de marca própria, incluindo seleção de fornecedores, testes de produto, análises laboratoriais e procedimentos de garantia da qualidade.	MC – Operações próprias, a montante   Portugal Partes interessadas afetadas: clientes, fornecedores	2025	Mais de 729.000 análises realizadas em 2025 em laboratórios internos e externos para assegurar a qualidade e segurança dos produtos. Manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade para desenvolvimento de marca própria segundo a NP EN ISO 9001.
Desenvolvimento de gamas inovadoras de marca própria e implementação do Programa de Reformulação de Marca Própria para melhorar perfis nutricionais e reduzir nutrientes críticos.	MC – Operações próprias, a montante   Portugal Partes interessadas afetadas: clientes, fornecedores	2025	Perfil nutricional de mais de 722 produtos de marca própria otimizado, resultando numa redução anual de 1.679 toneladas de açúcar, 135 toneladas de sal e 554 toneladas de gordura saturada, e na remoção de óleo de palma de 116 produtos.
Iniciativas destinadas a aumentar a literacia dos consumidores em sustentabilidade e consumo responsável através de campanhas de comunicação e envolvimento digital.	MC – Operações próprias, jusante   Portugal Partes interessadas afetadas: consumidores	2025	Campanhas de comunicação sobre consumo responsável e sustentabilidade alcançaram mais de 2,9 milhões de consumidores, promovendo práticas de consumo consciente.
Melhorias na experiência do utilizador (UX) do módulo de devoluções, redesenhando o processo online para fornecer informação mais clara e opções de devolução mais transparentes.	Worten – Online (jusante)   Portugal Partes interessadas afetadas: clientes	2025	A taxa de devolução com reembolso diminuiu de 16,5% para 12,2% (-26%), melhorando a transparência e a autonomia do cliente no processo de devoluções.
Monitorização e ações corretivas para resolver produtos não conformes vendidos através de vendedores do marketplace.	Worten – Marketplace online (jusante)   Portugal & Espanha Partes interessadas afetadas: clientes	2025	A análise de mensagens de clientes relacionadas com produtos não conformes mostrou resolução em 35% dos casos, incluindo correções de catálogo (15%), remoção de vendedores (2%) e ações logísticas como trocas ou devoluções (18%).
Investigação de causa raiz e ações corretivas para resolver reclamações relacionadas com bolor que afetavam uma linha de produção específica.	Sparkfood (Gosh! Food) – Operações próprias   Reino Unido Partes interessadas afetadas: consumidores	2025	Causa raiz identificada através da análise da linha de produção e implementação de ações corretivas, reduzindo o risco de recorrência das reclamações relacionadas com bolor.
Investigação e resolução de reclamações sobre materiais estranhos associadas a um lote específico de matéria-prima.	Sparkfood (Gosh! Food) – A montante & operações próprias   Várias geografias Partes interessadas afetadas: clientes, fornecedores	2025	Causa raiz identificada e corrigida através da revisão de fornecedores e das especificações de matérias-primas.
Monitorização contínua e análise de reclamações de clientes através de KPIs de qualidade e revisões semanais de tendências para identificar oportunidades de melhoria.	Sparkfood (Gosh! Food) – Operações próprias   Reino Unido Partes interessadas afetadas: consumidores	Em curso	Melhoria do desempenho de reclamações, com o CPMU reduzido de 37 para 25.
Colaboração com um nutricionista para apoiar o desenvolvimento da nova gama de produtos “Super Plants”.	Sparkfood (Gosh! Food) – Operações próprias   Reino Unido Partes interessadas afetadas: consumidores	2025–2026	Integração de conhecimento nutricional no desenvolvimento de produtos para apoiar o lançamento da gama Super Plants previsto para a primavera de 2026.
Implementação de planos HACCP de segurança alimentar e organização de iniciativas internas para reforçar a cultura de segurança alimentar.	Sparkfood (BCF Life Sciences) – Operações próprias   França Partes interessadas afetadas: colaboradores, clientes, consumidores	2025	Reforço da prevenção e controlo de riscos de segurança alimentar e aumento da sensibilização interna através de iniciativas como a Food Safety Week.
Implementação de processos de gestão de segurança de produto, incluindo investigação de questões de segurança e qualidade e escalonamento de incidentes graves para os serviços jurídicos quando necessário.	Musti – Jusante   Todos os países Musti Partes interessadas afetadas: consumidores, animais de estimação	Em curso	Feedback de clientes e reclamações analisados através de processos de serviço ao cliente. Sempre que são identificadas questões de segurança ou qualidade, são iniciados procedimentos de investigação e implementadas medidas corretivas para mitigar riscos e assegurar resposta adequada.
Desenvolvimento e promoção de serviços de pet care e saúde para apoiar a posse responsável e o bem-estar animal.	Musti – Jusante   Todos os países Musti Partes interessadas afetadas: consumidores, animais de estimação	Em curso	Expansão de serviços e ofertas de formação para apoiar a saúde e bem-estar dos animais de estimação, combinada com comunicação ativa aos clientes sobre serviços disponíveis e respetivos benefícios.

## S4-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais

Os negócios da Sonae com contacto direto com consumidores definem metas sempre que apropriado para gerir impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com consumidores e utilizadores finais. Estas metas são geralmente estabelecidas ao nível das unidades de negócio individuais, refletindo a sua responsabilidade operacional pela qualidade dos produtos, satisfação do cliente, prestação de serviços e envolvimento com consumidores.

As metas são normalmente definidas por equipas operacionais responsáveis pela experiência do cliente, gestão da qualidade e desempenho do serviço. São informadas pelo desempenho histórico, benchmarking, monitorização interna de desempenho e feedback contínuo de consumidores e utilizadores finais. As perspetivas dos consumidores são incorporadas indiretamente através de mecanismos contínuos de envolvimento, como inquéritos de satisfação de clientes, indicadores de fidelização, sistemas de gestão de reclamações e plataformas de reputação online.

O desempenho face a estas metas é monitorizado periodicamente através de dashboards operacionais, ferramentas de monitorização da experiência do cliente e sistemas internos de reporte. Os resultados são analisados pelas equipas de gestão responsáveis pela experiência do cliente, qualidade de serviço e desempenho operacional e contribuem para iniciativas de melhoria contínua destinadas a melhorar a qualidade do serviço, o desempenho dos produtos e a satisfação do cliente. Quando não foram definidas metas formais, as unidades de negócio continuam a monitorizar o desempenho através de indicadores operacionais, análise de reclamações e processos de recolha de feedback de clientes.

As principais metas atualmente definidas pelos negócios da Sonae relativamente a consumidores e utilizadores finais são apresentadas abaixo.

Âmbito e geografia	Indicadores	Baseline		Target		Resultados e progresso
		Valor	Ano	Valor	Ano	
Worten Operações próprias – Portugal e Espanha Público-alvo: clientes	Net Satisfaction Score (NSS)	55	2024	58	2025	O desempenho do NSS é monitorizado semanalmente e revisto mensalmente através de dashboards internos e do CX Hub. Durante o período de reporte, o desempenho diminuiu face ao valor de referência (51,2 em 2025), dando origem a iniciativas de melhoria direcionadas, focadas na experiência do cliente ao longo dos principais pontos de contacto.
	Net Promoter Score (NPS)	42	2024	43	2025	O NPS é monitorizado através de um estudo contínuo de tracking de marca realizado mensalmente por uma agência externa, abrangendo aproximadamente 1.000 clientes. Os resultados (43,5 em 2025) suportam ações de melhoria relacionadas com a qualidade do serviço, o portefólio de produtos e a eficiência operacional.
	Classificação Trustpilot	4,8	2024	≥4,8	2025	As classificações Trustpilot são monitorizadas mensalmente através de relatórios regulares, assegurando elevados níveis de satisfação do cliente e identificando oportunidades de melhoria do serviço. O resultado foi de 4,8 em 2025.
iServices Operações próprias – Portugal Público-alvo: clientes	Classificação Google	4,8	2024	≥4,8	2025	As avaliações Google são monitorizadas mensalmente em todas as lojas para acompanhar a satisfação dos clientes e apoiar a melhoria contínua do serviço através de respostas atempadas ao feedback. O resultado foi de 4,8 em 2025.
	Classificação Portal da Queixa	85	2024	≥85	2025	Durante o período de reporte, a pontuação no Portal da Queixa diminuiu para 74. A diminuição foi analisada e foram iniciadas ações corretivas através do reforço dos processos de gestão de reclamações e de melhoria do serviço.
Gosh! Food Operações próprias – Reino Unido e mercados internacionais Público-alvo: consumidores	Reclamações por milhão de unidades (CPMU)	NA	NA	≤35	2025	O KPI é monitorizado mensalmente e revisto anualmente no âmbito do processo de revisão de gestão. A análise de tendências identificou bolor como a principal causa de 75 reclamações em 2025, tendo as ações de mitigação implementadas ao longo do ano contribuído para reduzir o problema.
	Plant Points servidos	30000000	2024	150000000	2030	O progresso é monitorizado internamente para avaliar o contributo da empresa para a promoção da alimentação de base vegetal. O desempenho final do ano de reporte aguarda confirmação.
Musti Operações próprias – mercados nórdicos Público-alvo: clientes	Satisfação do cliente – Net Promoter Score	70	2024	≥70	2025	O objetivo de NPS é definido com base em resultados anteriores e monitorizado regularmente para assegurar elevados níveis de satisfação e melhoria contínua da experiência do cliente nos mercados Musti. Em 2025, o NPS foi de 80,1.

# Desenvolvimento da Comunidade

## Políticas relacionadas com o desenvolvimento das comunidades

O compromisso da Sonae com o desenvolvimento das comunidades está incorporado na sua cultura corporativa e é orientado por instrumentos como a Política de Direitos Humanos, alinhada com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, o Código de Ética e Conduta e o documento “Our Way”, que consolidam os valores e princípios que orientam a atuação do Grupo. Neste contexto, a Sonae opera no âmbito de uma cultura empresarial em que a dignidade humana é central e o respeito pelos direitos humanos constitui um princípio fundamental das suas operações.

A Sonae reconhece que as empresas desempenham um papel importante no desenvolvimento das comunidades em que operam, contribuindo para a sua resiliência social, económica e ambiental. Neste enquadramento, o Grupo promove uma abordagem estruturada ao investimento social e ao envolvimento com a comunidade, com vista à criação de valor partilhado e ao reforço da autonomia das comunidades locais.

Este compromisso reflete-se no desenvolvimento de iniciativas destinadas a reforçar o tecido social e a promover o desenvolvimento sustentável das comunidades onde o Grupo opera. Estas iniciativas são implementadas pelas diferentes unidades de negócio e refletem uma abordagem integrada que combina as dimensões social, económica e ambiental. Do mesmo modo, vários negócios implementam iniciativas para promover o consumo responsável e a gestão ambiental nas comunidades onde atuam. Por exemplo, a Worten disponibiliza um serviço de recolha de REEE (Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos), permitindo aos clientes devolver gratuitamente equipamentos elétricos e eletrónicos usados no momento da entrega de um novo produto ao domicílio. Os equipamentos recolhidos são geridos por uma empresa certificada de gestão de resíduos e processados através da European Recycling Platform (ERP), assegurando a sua correta reciclagem e o cumprimento das normas ambientais.

Através do programa Sonae For All, a Sonae promove iniciativas de voluntariado corporativo, incentivando os colaboradores a envolverem-se em ações de solidariedade destinadas a apoiar populações vulneráveis e a contribuir para a conservação ambiental. Estas iniciativas são desenvolvidas em parceria com organizações da sociedade civil e procuram responder a necessidades concretas das comunidades, ao mesmo tempo que fomentam uma cultura de cidadania ativa entre os colaboradores. De forma semelhante, a Gosh! Food também promove o envolvimento dos colaboradores em iniciativas de voluntariado através da sua Política de Voluntariado dos Colaboradores. Esta política estabelece mecanismos que incentivam a participação dos colaboradores em atividades de voluntariado e em iniciativas de apoio a organizações sociais, incluindo a disponibilização de tempo dedicado ao voluntariado, a

promoção de ações coletivas em parceria com entidades sociais e o apoio a iniciativas de angariação de fundos. Estas iniciativas procuram reforçar o impacto positivo da empresa nas comunidades locais e fomentar uma cultura organizacional de responsabilidade social e de compromisso cívico.

A Sonae está também empenhada em promover a igualdade de oportunidades no acesso à educação, ao desenvolvimento de competências e ao emprego nas comunidades. O Grupo investe ativamente em iniciativas destinadas a identificar, mitigar e combater desigualdades e exclusão social, contribuindo assim para uma sociedade mais inclusiva. Através destas ações, a Sonae procura gerar impacto social positivo e ajudar a garantir que as oportunidades são acessíveis a todos.

A educação é um dos pilares do programa Sonae For All, refletindo a convicção da Sonae de que constitui um dos principais motores de mobilidade social. Enquanto área de intervenção estratégica, estreitamente ligada à identidade e aos valores do Grupo, a educação representa também uma prioridade no âmbito do investimento de impacto da Sonae, dado o seu forte potencial para promover a igualdade de oportunidades e gerar um impacto duradouro e sistémico. Neste contexto, o programa apoia organizações e projetos na área da educação, privilegiando abordagens inovadoras e inclusivas. O envolvimento e o investimento da Sonae nos programas PRO\_MOV e New Career Network (NCN) refletem também de forma clara o compromisso do Grupo com a educação.

As políticas e iniciativas de responsabilidade social do Grupo estão alinhadas com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC) e com a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades e para a promoção de um impacto social positivo.

## Processos de envolvimento com comunidades

A Sonae promove um envolvimento ativo e contínuo com as comunidades onde as suas empresas operam, reconhecendo a importância de manter relações de proximidade com os stakeholders locais e de compreender as suas necessidades e expectativas. Este envolvimento ocorre sobretudo ao nível das unidades de negócio, cujas operações mantêm interações diretas com as comunidades locais no âmbito da sua atividade.

A abordagem do Grupo combina iniciativas estruturadas com formas de envolvimento mais operacionais, desenvolvidas pelas diferentes empresas do seu portefólio, refletindo a diversidade das suas atividades e os vários contextos geográficos e sociais em que a Sonae atua. Estas interações concretizam-se através de parcerias com organizações sociais, iniciativas comunitárias, envolvimento com clientes e stakeholders locais, bem como através de um programa de voluntariado envolvendo os colaboradores.

Ao nível do Grupo, o programa Sonae For all desempenha um papel central na estruturação do envolvimento com as comunidades. A abordagem da Sonae baseia-se na compreensão

das necessidades das comunidades onde opera e na contribuição para a redução das desigualdades sociais. Este processo é apoiado por um diálogo direto com organizações do terceiro setor e pela colaboração com uma consultora externa especializada em questões sociais. Através deste processo estruturado de escuta e análise social, a Sonae procura compreender melhor os contextos comunitários em que atua e identificar áreas em que a sua intervenção possa contribuir de forma significativa.

O diagnóstico social é continuamente atualizado através da recolha de perspetivas das comunidades, recorrendo a diferentes formas de envolvimento com parceiros sociais e organizações da sociedade civil. Este processo permite compreender melhor os desafios enfrentados por grupos vulneráveis e adaptar em conformidade as iniciativas desenvolvidas.

Estas colaborações permitem incorporar as perspetivas das comunidades no desenvolvimento das iniciativas e reforçar a eficácia das ações implementadas. Com base neste conhecimento, foram definidas duas principais áreas de atuação: o investimento de impacto na educação e o voluntariado corporativo.

No âmbito do investimento de impacto na educação, a Sonae mantém relações próximas e contínuas com as organizações e projetos que apoia, acompanhando a implementação dos projetos desde a sua conceção e execução até à avaliação de impacto. O Grupo promove também a partilha de conhecimento com o objetivo de melhorar os resultados e o impacto das iniciativas. As organizações apoiadas são incentivadas a partilhar os seus relatórios de atividade, permitindo uma melhor compreensão do seu trabalho, do impacto alcançado e do contributo do apoio da Sonae.

Na área do voluntariado corporativo, a Sonae promove o envolvimento direto dos colaboradores com as comunidades através de várias iniciativas de voluntariado. Em 2025, foi dada particular atenção a iniciativas de voluntariado em equipa, que reforçam o sentido de pertença e a coesão entre os colaboradores, ao mesmo tempo que apoiam as comunidades locais. Estas iniciativas incluem, entre outras, apoio alimentar a pessoas em situação de sem-abrigo, apoio logístico a organizações sociais, voluntariado de competências através de programas educativos, bem como ações de limpeza e apoio a organizações de proteção animal. As iniciativas de voluntariado estão abertas a colaboradores de todos os níveis da organização, reforçando uma cultura inclusiva de envolvimento social.

Na MC, o envolvimento com as comunidades é desenvolvido sobretudo através da Missão Continente, a plataforma de responsabilidade corporativa da marca Continente que, há mais de duas décadas, promove iniciativas com o objetivo de contribuir para comunidades mais sustentáveis e inclusivas. A intervenção da Missão Continente estrutura-se em torno de dois pilares estratégicos: educação para a saúde e apoio social. Na área da educação para a saúde, destaca-se o programa Escola Missão Continente, uma iniciativa de longo prazo que promove hábitos de alimentação saudável e responsável junto das comunidades do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, envolvendo escolas, famílias, colaboradores e parceiros institucionais. Em 2025, este programa foi ainda reforçado com o lançamento da iniciativa “Dá

Mais Gosto ir à Escola”, que visa requalificar espaços escolares e promover ambientes que incentivem hábitos alimentares saudáveis e o bem-estar das crianças.

No pilar do apoio social, a Missão Continente promove iniciativas que respondem às necessidades das organizações sociais e das comunidades locais. Entre estas, destacam-se a Campanha de Natal Missão Continente, que mobiliza colaboradores e clientes para apoiar instituições sociais em todo o país; o Programa de Apoio de Emergência, desenvolvido em parceria com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e outras entidades, com vista a apoiar populações afetadas por situações de emergência; e o programa Missão que Alimenta, que permite a doação de excedentes alimentares a instituições sociais. A iniciativa Produtos com Missão contribui também para o apoio a projetos sociais, através da afetação de parte das receitas de produtos selecionados ao financiamento de organizações sociais.

Outras empresas do Grupo desenvolvem igualmente iniciativas orientadas para o envolvimento com as comunidades. A Worten promove iniciativas educativas e sociais através do projeto Worten Transforma, apoiando iniciativas que contribuem para transformar a educação em Portugal.

Tendo em conta a natureza diversificada do portefólio da Sonae, as práticas de envolvimento com as comunidades podem variar entre empresas. Algumas unidades de negócio desenvolveram programas e parcerias estruturadas, enquanto outras se relacionam com as comunidades sobretudo através da sua atividade quotidiana ou de iniciativas específicas ajustadas à escala e natureza das suas operações.

Ao nível do Grupo, a Sonae promove a partilha de conhecimento e o acompanhamento das iniciativas comunitárias, contribuindo para o reforço contínuo das práticas de envolvimento com as comunidades e para o desenvolvimento de relações de longo prazo com as comunidades onde opera.

## Iniciativas de desenvolvimento das comunidades

A Sonae tem vindo a promover diversas iniciativas, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades onde está presente. Estas iniciativas são desenvolvidas em parceria com organizações da sociedade civil, incidindo sobretudo nas áreas da educação, apoio social e promoção da empregabilidade.

Entre as iniciativas em curso, destaca-se o programa Sonae For All, que materializa a responsabilidade social e corporativa da Sonae e estrutura a atuação do Grupo no apoio às comunidades através de três pilares: voluntariado corporativo; investimento de impacto; e resposta a emergências. Em 2025, as iniciativas de voluntariado mobilizaram cerca de 1.500 voluntários, que dedicaram 4.554 horas a atividades desenvolvidas em parceria com organizações locais, em torno de 3 grandes áreas: população vulnerável, ambiente e educação. Ao nível do investimento de impacto, em 2025, a Sonae apoiou 19 projetos na área da educação com um investimento total próximo de €800.000. Destaca-se igualmente a 3.ª edição do Prémio Sonae Educação, que recebeu 437 candidaturas e distinguiu quatro projetos

vencedores, incluindo uma escola pública, reforçando o compromisso do Grupo com a inovação e a inclusão no sistema educativo.

Paralelamente, a Missão Continente continua a desempenhar um papel relevante no desenvolvimento de iniciativas de apoio social e de promoção da educação para a saúde junto das comunidades. Entre as ações desenvolvidas destaca-se o programa Escola Missão Continente, que levou 250 colaboradores a escolas para sensibilização para uma alimentação mais saudável, apoio a instituições sociais e campanhas de solidariedade que mobilizam clientes, parceiros e colaboradores. Em 2025, estas iniciativas permitiram apoiar mais de 1.300 instituições sociais, através de diferentes mecanismos de apoio, incluindo a doação de excedentes alimentares, campanhas de angariação de fundos e programas de apoio social.

O Grupo participa igualmente em iniciativas destinadas a promover a empregabilidade e o desenvolvimento de competências, nomeadamente através da iniciativa europeia Reskilling 4 Employment (R4E) e dos programas PRO\_MOV e New Career Network (NCN), que visam apoiar processos de requalificação profissional e facilitar o acesso a oportunidades de emprego. Estas iniciativas têm contribuído para apoiar centenas de participantes no desenvolvimento de competências alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho, promovendo a sua integração ou progressão profissional.

Adicionalmente, algumas unidades de negócio desenvolvem iniciativas específicas de apoio às comunidades locais, frequentemente em parceria com organizações sociais e instituições locais. Entre estas iniciativas destaca-se a atuação da Worten, através do programa Worten Transforma, que promove ações de apoio a instituições da sociedade civil através da doação de equipamentos e outros bens em espécie. Estas iniciativas são desenvolvidas em várias localidades em Portugal, apoiando organizações que atuam em áreas como apoio social, saúde, educação, proteção de vítimas e apoio comunitário. Entre as entidades apoiadas encontram-se associações sociais, instituições de saúde, corporações de bombeiros e organizações da sociedade civil, incluindo entidades como a APAV, TUMO Portugal e a Associação Juvenil Movimento Transformers, contribuindo para reforçar a capacidade de resposta destas organizações às necessidades das comunidades locais.

A Sonae continua assim a desenvolver e a reforçar iniciativas que procuram contribuir para o desenvolvimento social e económico das comunidades, respondendo a necessidades identificadas nos territórios onde opera e promovendo o envolvimento ativo dos seus colaboradores, parceiros e clientes.

A tabela seguinte apresenta um conjunto de iniciativas relevantes desenvolvidas pelas diferentes unidades de negócio do Grupo no âmbito do desenvolvimento das comunidades, incluindo o seu âmbito de atuação, stakeholders envolvidos e principais resultados alcançados.



Ações	Âmbito e geografia	Timeline	Resultados e progresso
Sonae For All: Investimento Social – Esta área visa apoiar projetos de organizações que atuam na área da educação, promovendo a inovação, a inclusão e reduzindo desigualdades no acesso a oportunidades.	Proximidade das próprias operações; Portugal	2025	Investimento total de 657.723€ em 15 organizações da área da educação, em 2025.
Sonae For All: Prémio Sonae Educação 2025 – Distingue organizações com projetos inovadores na área da educação, respondendo sobretudo a necessidades que a educação pública não consegue colmatar.	Proximidade das próprias operações; Portugal	2025	Em 2025, quatro organizações foram apoiadas com um financiamento total de 150.000€
Sonae For All: Voluntariado Corporativo – Promove atividades de voluntariado ambiental para preservação da biodiversidade e iniciativas de apoio a populações vulneráveis (apoio com necessidades básicas como habitação e alimentação; equidade no acesso à educação).	Proximidade das próprias operações; Portugal	2025	1.500 colaboradores participaram em ações de voluntariado corporativo, com um total de 4.554 horas dedicadas
Reskilling 4 Employment (R4E): PRO_MOV e NCN - Iniciativas que promovem a empregabilidade e progressão de carreira, através de orientação via IA e acesso a oportunidades de trabalho reais.	Proximidade das próprias operações; Portugal	2025	PRO_MOV: 1409 beneficiários NCN: 10004 beneficiários
MC: “Escola Missão Continente” – Programa educativo gratuito para alunos do pré-escolar e 1.º ciclo, promovendo alimentação saudável, estilos de vida ativos e consumo consciente.	Todo o Grupo; Portugal; Escolas	2025/2026	Escolas envolvidas: 1.054   Estudantes envolvidos: 100.500   EMC Embaixadores: 250 (ano letivo 25-26)
MC: Campanha de Natal Missão Continente – Iniciativa de angariação de fundos com impacto direto na redução de riscos sociais, apoiando populações vulneráveis através de instituições locais.	Proximidade das operações; Portugal	2025	Valor angariado através de vales vendidos aos consumidores: 1.900,000€   Valor doado a instituições: €1.900.00€   630 instituições apoiadas
MC: Produtos Solidários (Sacos Solidários) – Venda contínua de sacos solidários para apoiar instituições sociais relevantes e garantir o desenvolvimento de projetos sociais.	Proximidade das operações; Portugal	2025	Fundos angariados em 2025: 130.000,00€
MC: Apoios e Patrocínios a Instituições Sociais e de Apoio Animal	Proximidade das operações; Portugal	2025	Mais de 438.591€ doados
MC: Programa de Doação de Excedentes Missão Continente - Apoio a instituições sociais e de bem-estar animal	Proximidade das operações; Portugal	2025	Valor dos excedentes entregues em 2025: 32.769.699 €   1.339 instituições apoiadas
Worten Transforma: Apoio a organizações da sociedade civil através da doação de equipamentos eletrónicos e outros bens.	Proximidade das operações; Portugal	2025	16 instituições apoiadas
Salsa Jeans - Reborn	Porto	2024/2025	15 beneficiários; 20 voluntários

## Metas relacionadas com o desenvolvimento das comunidades

A Sonae define metas relacionadas com o desenvolvimento das comunidades com o objetivo de orientar a sua atuação na promoção de impacto social positivo, nomeadamente através de iniciativas de apoio social, educação e voluntariado corporativo. As metas são definidas por cada Unidade de Negócio e pelas estruturas corporativas responsáveis pelas diferentes iniciativas, tendo por base o histórico de execução, os recursos disponíveis e as necessidades identificadas nos contextos em que o Grupo opera. Em regra, estas metas procuram assegurar uma trajetória de continuidade e reforço do impacto gerado.

No âmbito do programa Sonae For All, foi definida para 2025 uma meta de crescimento de 30% do voluntariado corporativo face ao ano anterior, a qual foi cumprida. Este objetivo refletiu a ambição do Grupo de reforçar o envolvimento dos colaboradores em iniciativas com impacto positivo nas comunidades. Para 2026, a Sonae definiu o objetivo de aumentar o voluntariado corporativo em 10%, com particular enfoque em ações em equipa. Este objetivo reflete a intenção do Grupo de continuar a fomentar o envolvimento dos colaboradores através de iniciativas coletivas de voluntariado com impacto positivo nas comunidades.

A natureza das iniciativas de desenvolvimento das comunidades implica, contudo, um grau relevante de flexibilidade na definição e divulgação de metas. Os negócios optam por não divulgar metas específicas, uma vez que a sua concretização depende do contexto de cada momento, das necessidades identificadas pelas organizações apoiadas e do tipo de apoio solicitado, fatores que podem sofrer alterações ao longo do ano e que nem sempre são previsíveis no momento de planeamento. O acompanhamento destas metas é assegurado pelas equipas responsáveis em cada negócio e ao nível corporativo, com base na monitorização da implementação das iniciativas e da sua evolução ao longo do ano. Este acompanhamento permite avaliar o progresso das ações desenvolvidas e apoiar a definição de objetivos futuros no âmbito do desenvolvimento das comunidades.

## Desempenho do apoio às comunidades

A Sonae monitoriza o desempenho das suas iniciativas de apoio às comunidades através de indicadores quantitativos e qualitativos, tendo em consideração a natureza das ações desenvolvidas e as abordagens de acompanhamento adotadas nas diferentes estruturas do Grupo.

Ao nível corporativo, no âmbito do programa Sonae For all, o desempenho do voluntariado corporativo é monitorizado através de indicadores como o número de voluntários envolvidos, o número de horas de voluntariado e o tipo de ações realizadas, incluindo iniciativas individuais e em equipa. Esta monitorização permite ajustar continuamente a abordagem do programa, com vista ao cumprimento dos objetivos definidos. O feedback e os testemunhos tanto dos

voluntários como das organizações apoiadas são também considerados no âmbito desta avaliação.

Na área do investimento de impacto, o desempenho é acompanhado através da monitorização dos projetos nas diferentes fases do seu desenvolvimento e implementação, incluindo o acompanhamento da evolução face aos KPIs definidos e a avaliação do impacto gerado. Esta abordagem inclui também o apoio e o reforço de capacidades das equipas dos projetos nestas áreas. Neste contexto, a abordagem da Sonae vai além do apoio financeiro, abrangendo igualmente a capacitação e o desenvolvimento dos projetos, com foco na criação de impacto mensurável.

Tendo em conta a diversidade de iniciativas desenvolvidas no Grupo, as abordagens de monitorização podem variar entre as unidades de negócio, em função do contexto específico, dos objetivos definidos e da natureza do apoio prestado. De forma mais abrangente, são recolhidos regularmente dados junto das unidades de negócio, nomeadamente sobre o valor dos donativos e o número de instituições apoiadas, de modo a proporcionar uma visão consolidada do contributo global do Grupo para o apoio às comunidades.

A avaliação de desempenho nesta área contribui para a melhoria contínua das iniciativas e ajuda a orientar prioridades futuras, no âmbito do apoio às comunidades.

Através das suas iniciativas de apoio às comunidades, a Sonae procura desempenhar um papel ativo na promoção de valor social e contribuir para um futuro mais inclusivo e sustentável para as comunidades onde opera.

# 4.4.

## Informações sobre Governança

### ESRS G1 – Conduta Empresarial

#### Principais subtemas/subsubtemas de Conduta Empresarial

Cultura Corporativa

Proteção de denunciantes

Gestão da relação com fornecedores

Bem-estar animal

As divulgações relacionadas com o papel dos órgãos de administração, gestão e supervisão (GOV-1) e a descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais (IRO-1) encontram-se incluídas no capítulo de Divulgações Gerais.

### G1-1 Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial

#### Cultura Corporativa na Sonae

A cultura corporativa da Sonae desempenha um papel central na forma como o Grupo concretiza a sua estratégia e o seu desempenho a longo prazo. A cultura corporativa é continuamente reforçada para refletir os valores da Sonae, a sua direção estratégica e as expectativas dos colaboradores, clientes, investidores e outras partes interessadas, assegurando que a organização se mantém preparada para os desafios futuros.

A cultura é desenvolvida e reforçada através de um modelo consistente e estruturado que combina o exemplo da liderança, o desenvolvimento de competências e práticas de gestão que integram as prioridades culturais no trabalho do dia a dia. O compromisso da liderança é promovido através de iniciativas dedicadas, como os Personal Ownership Workshops, que ajudam os líderes a traduzir os princípios culturais em comportamentos. Em simultâneo,

programas de formação e desenvolvimento apoiam os colaboradores na adoção e manutenção das formas de trabalho pretendidas.

O alinhamento cultural é também assegurado através da integração de valores e comportamentos nos principais sistemas de gestão da Sonae. O Business Performance Management (BPM) liga as prioridades culturais ao planeamento estratégico, à execução e à responsabilização, enquanto o People Performance Management (PPM) promove o alinhamento entre o desempenho individual, o desenvolvimento e as expectativas culturais do Grupo.

A cultura é ainda promovida através de comunicação contínua, envolvimento da liderança e iniciativas estruturadas de desenvolvimento, como os Leadership Journeys. Mecanismos de feedback multistakeholder apoiam a melhoria contínua e reforçam a ligação entre os comportamentos de liderança, a experiência dos colaboradores e os objetivos de negócio.

#### Avaliação da Cultura Corporativa

A Sonae monitoriza a evolução cultural através de um conjunto de ferramentas de avaliação complementares, incluindo:

- Organizational Health Index (OHI): monitorização de dimensões-chave como responsabilização, motivação e ambiente de trabalho.
- Avaliações de Liderança: avaliação da consistência entre os comportamentos de liderança e as expectativas culturais.
- Mecanismos de Gestão de Desempenho: asseguram que as prioridades culturais estão integradas nos processos de planeamento e execução.

Uma cultura forte apoia a tomada de decisões éticas e práticas de negócio responsáveis. Na Sonae, a conduta empresarial está estreitamente ligada aos valores culturais, assegurando que os padrões de integridade e de governação são aplicados de forma consistente em todas as atividades. Este compromisso reflete-se em políticas e práticas que reforçam a transparência, a responsabilização e o cumprimento normativo em todo o Grupo.

#### Conduta Empresarial

A Sonae mantém um conjunto abrangente de políticas de conduta empresarial concebidas para assegurar comportamentos éticos, o cumprimento da legislação aplicável e a proteção dos seus stakeholders. Estas políticas aplicam-se a todas as subsidiárias da Sonae, com as adaptações necessárias à natureza específica de cada negócio e geografia, bem como ao grau de controlo acionista existente. Constituem a base da cultura corporativa do Grupo, orientando decisões e ações a todos os níveis da organização. As políticas de conduta empresarial são regularmente revistas e atualizadas, de forma a manterem-se alinhadas com a evolução dos requisitos legais e das melhores práticas internacionais.

Como parte da sua estratégia para promover a eficácia das políticas adotadas, a Sociedade estabeleceu mecanismos robustos para detetar, reportar e investigar comportamentos ilícitos ou violações de códigos e políticas essenciais em vigor, tais como o Código de Ética e de Conduta, o Regulamento de Comunicação de Infrações e a Política de Prevenção da Corrupção. Estes mecanismos estão acessíveis a todos os stakeholders, internos e externos, garantindo transparência, responsabilidade e conformidade com os padrões éticos e legais da Sociedade.

As principais políticas da Sociedade e das suas subsidiárias – incluindo a descrição do respetivo conteúdo essencial, âmbito de aplicação, stakeholders abrangidos, responsabilidades de implementação, instrumentos internacionais de referência e IROs associados – encontram-se descritas na secção MDR-P – Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade materiais, incluída no capítulo das Divulgações Gerais.

As denúncias e/ou preocupações podem ser comunicadas por stakeholders internos e/ou externos através de canais seguros e confidenciais, disponibilizados publicamente no website da Sociedade. Estes incluem o Canal de Denúncia Interna, o Canal da Comissão de Ética e o Canal da Provedoria, cada um direcionado para tipos específicos de situações. Estes canais funcionam com base em procedimentos internos detalhados de receção, registo e tratamento das comunicações, assegurando o cumprimento dos regimes legais e regulamentares aplicáveis, bem como dos princípios e valores estabelecidos nas políticas e termos de referência da Sociedade.

A Sociedade dispõe igualmente de mecanismos estruturados para a identificação e mitigação de riscos, destinados a assegurar a deteção e prevenção contínuas de irregularidades e infrações. Estes mecanismos são monitorizados pelos departamentos de Auditoria Interna e por outras áreas responsáveis pela prevenção de irregularidades, sendo ainda objeto de processos regulares de benchmarking, garantindo a sua conformidade com os mais elevados padrões de referência. A implementação e supervisão destes sistemas é assegurada pelos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, reforçando o seu compromisso com uma abordagem diligente e proativa à gestão de riscos e à conduta ética.

### **Código de Ética e de Conduta**

O Código de Ética e de Conduta da Sonae constitui o referencial ético estruturante da Sociedade, orientando os seus valores, princípios e padrões de atuação. Reflete a missão e os valores centrais da Sonae – com ênfase numa liderança de impacto, num crescimento sustentável e em “fazer o que está certo” – estabelecendo expectativas claras de comportamento nas relações com todos os stakeholders.

O Código rege a atuação da Sociedade nas suas interações com colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, autoridades públicas e comunidades, promovendo valores como o respeito, a integridade, a diversidade e a inclusão. Estabelece igualmente orientações em matéria de desenvolvimento profissional, proteção de informação confidencial, prevenção de conflitos de interesse, comunicação responsável e utilização adequada dos ativos da

Sociedade. O Código reforça, ainda, o compromisso da Sonae com a sustentabilidade ambiental e a responsabilidade social, assegurando que a ética e a transparência permanecem no centro de todas as vertentes da sua atividade.

### **Política de Prevenção da Corrupção e do Suborno**

A promoção de uma cultura de integridade, transparência e ética é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos negócios da Sonae. Com esse propósito, a Sonae implementou uma Política de Prevenção da Corrupção, alinhada com os princípios da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), ratificada por Portugal e integrada no seu ordenamento jurídico.

Esta política está igualmente em conformidade com os requisitos do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pela Lei n.º 93/2021, que reflete os princípios fundamentais da UNCAC e se aplica a todos os trabalhadores da Sonae e, na medida do aplicável, a todos aqueles que a representem ou com ela colaboram, incluindo parceiros. O seu objetivo é prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e suborno, através da definição de regras de conduta específicas que complementam as já previstas no Código de Ética e de Conduta.

Para esse efeito, a Sociedade realizou uma análise abrangente dos processos das diferentes áreas corporativas, com especial enfoque na identificação de riscos e nos mecanismos de controlo existentes em matéria de corrupção e infrações conexas. As conclusões dessa análise estão refletidas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (“PPC”).

Em conformidade com o PPC, foi efetuada uma avaliação do nível de criticidade dos riscos identificados, tendo em conta a respetiva probabilidade de ocorrência e impacto, com base nos seguintes critérios: i) risco inerente (antes da aplicação de qualquer tipo de controlo); ii) nível de controlo existente na organização (medidas preventivas, corretivas, diretivas e de deteção); iii) risco residual (após a aplicação dos controlos existentes).

Elaborado originalmente em 2022, o Plano foi entretanto revisto, tendo em consideração, em particular, as alterações ocorridas na estrutura organizativa e nos processos da Sociedade, a experiência decorrente da aplicação do PPR anteriormente em vigor, bem como as orientações emitidas pelo Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), de forma a garantir que continua a constituir um instrumento eficaz de prevenção e gestão de riscos.

A avaliação a 17 processos/áreas evidenciou a existência de um nível significativo de controlo implementado pela organização. As áreas de maior risco (com um nível de risco médio) foram devidamente identificadas no PPC, a partir da página 15.

A versão atualizada do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas encontra-se disponível no website da Sociedade.

Os órgãos de administração e de fiscalização, em articulação com as funções de auditoria interna, supervisionam a eficácia da implementação das avaliações de risco, dos sistemas de controlo interno e dos planos específicos de combate à corrupção, garantindo a sua conformidade com os referenciais nacionais e internacionais, incluindo a UNCAC.

### **Regulamento de Comunicação de Infrações (Whistleblowing)**

A Sociedade disponibiliza um Canal de Denúncia Interna para a apresentação de denúncias relativas a atos ou omissões praticadas de forma dolosa ou negligente, conforme previsto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro (que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937, relativa à proteção das pessoas que denunciam infrações ao Direito da União Europeia, e que aprova o Regime Geral de Proteção de Denunciantes), bem como no artigo 3.º do RGPC.

O Regulamento de Comunicação de Infrações estabelece um conjunto de regras e procedimentos internos para a receção, registo e tratamento das comunicações recebidas, em conformidade com o quadro legal e regulamentar aplicável, bem como com os princípios, valores e normas definidos na Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas da Sociedade. A Sociedade assegura que todas as comunicações apresentadas através do Canal de Denúncia Interna são tratadas de forma eficaz, célere e adequada, garantindo a sua deteção, investigação e resolução, em conformidade com os mais elevados padrões éticos aprovados pela Sociedade, salvaguardando sempre os princípios da confidencialidade e da não retaliação.

Para promover a utilização eficaz deste canal, a Sociedade disponibiliza informação abrangente e ações de formação a todos os colaboradores, quer no momento da integração (onboarding), quer através de comunicações regulares. Os colaboradores designados para a gestão destas comunicações recebem formação específica para assegurar o seu tratamento de forma imparcial e confidencial, em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, com especial enfoque nos procedimentos de investigação, na proteção de dados e no princípio da não retaliação.

Adicionalmente, a Sociedade implementou um conjunto de medidas destinadas a proteger os denunciadores contra eventuais represálias, conforme exigido pela Diretiva (UE) 2019/1937. Estas medidas incluem o compromisso de não retaliação, garantindo que os denunciadores não são alvo de despedimento, despromoção, assédio ou discriminação em consequência da apresentação de denúncias. A confidencialidade é rigorosamente preservada ao longo de todo o processo de receção e investigação, sendo o acesso à informação sensível reservado apenas a pessoas devidamente autorizadas. Os denunciadores podem igualmente optar por apresentar as suas comunicações de forma anónima, assegurando assim uma proteção acrescida da sua identidade.

Consulte o Regulamento de Comunicação de Infrações – disponível no website da Sociedade: <https://www.sonae.pt/pt/investidores/governo-da-sociedade/>

Para além do regulamento acima referido, a Sociedade dispõe de procedimentos específicos para investigar, de forma célere, independente e objetiva, incidentes relacionados com a conduta empresarial, incluindo situações de corrupção e suborno, que vão além dos mecanismos de acompanhamento de denúncias apresentadas através do canal de denúncia interna. Estes procedimentos estão integrados na estrutura de governo da Sociedade e são aplicados de forma proativa, garantindo a identificação e o tratamento atempado de potenciais condutas irregulares.

São realizadas auditorias internas periodicamente pelo Departamento de Auditoria Interna, que atua de forma independente das demais funções societárias. Estas auditorias têm como objetivo identificar discrepâncias, anomalias ou padrões de comportamento que possam indiciar práticas antiéticas ou legalmente indevidas, como o suborno ou a corrupção. As conclusões dessas auditorias são reportadas aos órgãos sociais competentes, para análise adicional e, sempre que necessário, para a abertura de uma investigação formal.

Adicionalmente, a Sociedade realiza avaliações regulares de risco com vista à identificação de áreas vulneráveis à corrupção ou a comportamentos indevidos. Estas avaliações incluem a análise de processos de negócio, relações com terceiros e mecanismos operacionais de controlo. Os riscos potenciais identificados são sinalizados para análise adicional, permitindo uma atuação proativa na mitigação de eventuais situações críticas.

A Sociedade promove ainda uma cultura de vigilância entre os seus trabalhadores, apoiada por ações regulares de formação e sensibilização. Estas iniciativas visam dotar os trabalhadores da capacidade para identificar e comunicar internamente potenciais riscos antes que estes se agravem.

Ao integrar estas medidas proativas na sua estrutura, a Sociedade assegura que incidentes de conduta empresarial – incluindo casos de corrupção e suborno – possam ser investigados de forma célere e objetiva, mesmo quando não são sinalizados através dos canais de denúncia. Esta abordagem reflete o compromisso da Sociedade com a manutenção de um ambiente operacional ético e transparente.

A Sociedade dispõe de um plano abrangente de formação em matéria de conduta empresarial, concebida para dotar os seus líderes e trabalhadores de um conhecimento sólido, em particular sobre o Código de Ética e de Conduta e sobre a prevenção da corrupção e infrações conexas, em conformidade com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC).

O plano tem como objetivo promover a integridade, a transparência e as boas práticas na conduta quotidiana dos trabalhadores e nas relações internas e externas que estabelecem. A formação é obrigatória para todos os trabalhadores, iniciando-se com um programa de integração estruturado (onboarding) e sendo posteriormente reforçada através de sessões anuais de atualização que consolidam os princípios fundamentais.

Os conteúdos programáticos incluem os enquadramentos legais e regulamentares aplicáveis, as principais políticas que regem a conduta empresarial, bem como formação específica sobre os canais internos disponíveis, para a comunicação de quaisquer violações destas políticas.

A Sociedade assegura a revisão e atualização contínuas dos conteúdos formativos, de forma a alinhá-los com a evolução do enquadramento regulatório e com as necessidades organizacionais, reforçando assim o seu compromisso com práticas empresariais éticas e responsáveis.

No caso dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, esta formação integra o processo de acolhimento aquando da sua eleição ou reeleição (induction process), garantindo o alinhamento com os padrões éticos, políticas, quadros de compliance e obrigações em matéria de *governance*.

### Envolvimento em políticas públicas

A Sonae adota uma abordagem transparente e responsável no que respeita ao envolvimento em políticas públicas. A Sociedade não efetua contribuições financeiras para atividades de lobby, entidades de representação de interesses ou campanhas políticas de âmbito local, regional ou nacional, nem para organizações ou candidatos políticos. A Sonae não incorre igualmente em despesas relacionadas com iniciativas referendárias, consultas públicas ou outras formas de financiamento político.

Para assegurar a transparência nas suas interações com decisores políticos, a Sonae está registada no Registo de Transparência da União Europeia sob o número 687748032165-82. Em 2025, a Sonae afetou € 418.484,00 a associações empresariais no âmbito das suas atividades de *Public Affairs*. Estes montantes dizem respeito à participação em associações setoriais e a iniciativas de alinhamento de políticas, incluindo programas como o “WBCSD Positive Policy Engagement programme”, e não constituem contribuições de natureza política.

### Bem-estar animal

A Sonae reconhece o bem-estar animal como uma componente integrante de uma conduta empresarial responsável, particularmente nas atividades em que a interação com a pecuária e a aquacultura faz parte da cadeia de valor. Embora uma Política de Bem-Estar Animal transversal ao Grupo esteja atualmente em fase de formalização, o bem-estar animal já é abordado ao nível do Grupo Sonae através de enquadramentos e práticas existentes.

A Política Ambiental da Sonae abrange um vasto conjunto de temas ambientais, indo além das matérias relacionadas com o clima para incluir a preservação dos ecossistemas, da biodiversidade, da fauna e da flora. Neste contexto, práticas responsáveis relacionadas com o bem-estar animal encontram-se intrinsecamente integradas na abordagem ambiental e de sustentabilidade do Grupo. Adicionalmente, nas áreas de negócio em que o bem-estar animal é materialmente relevante, existem compromissos e iniciativas específicas. Por exemplo, na MC, o Clube de Produtores Continente tem uma Declaração de Sustentabilidade que promove

explicitamente boas práticas em matéria de bem-estar animal, incluindo em áreas como a produção pecuária e a aquacultura.

## G1-2 Gestão das relações com os fornecedores

A Sonae gere as relações com fornecedores através de um enquadramento estruturado alinhado com princípios internacionalmente reconhecidos (UNGPs, OIT e Diretrizes da OCDE), integrados no seu Código de Ética e Conduta, no Código de Conduta de Fornecedores e na Política de Direitos Humanos. A gestão de fornecedores combina requisitos contratuais, supervisão operacional e mecanismos de monitorização baseados no risco. Em todo o Grupo, os fornecedores estão sujeitos a processos de *due diligence* que podem incluir auditorias de seleção e qualificação, auditorias baseadas no risco (incluindo em geografias de maior risco), avaliações ESG, autoavaliações de fornecedores (SAQs) e verificação de certificações. As auditorias abrangem qualidade, ética, gestão ambiental, direitos humanos, normas laborais, saúde e segurança, e riscos específicos como trabalho infantil, trabalho forçado, horários de trabalho excessivos, discriminação, abuso no local de trabalho ou questões relacionadas com o bem-estar animal.

Em contextos de maior risco, aplicam-se controlos reforçados, incluindo a obrigatoriedade de cumprimento de normas de terceiros (por exemplo, SA8000 ou outros referenciais equivalentes de conformidade social). São implementados Planos de Ação Corretiva sempre que são identificadas não conformidades, com prazos definidos e acompanhamento contínuo. Em casos graves (por exemplo, risco significativo de trabalho infantil ou abuso), os fornecedores podem ser suspensos até que uma verificação independente confirme a conformidade. Estão disponíveis canais de denúncia e mecanismos de Provedoria para apresentação de preocupações.

O Grupo realiza também exercícios de mapeamento ESG de fornecedores para melhorar a visibilidade sobre riscos relacionados com a sustentabilidade, complementados por processos contínuos de verificação e monitorização. As relações com fornecedores privilegiam parcerias de longo prazo e de confiança, com vista à mitigação de riscos operacionais e de sustentabilidade. A expansão de produtos certificados (por exemplo, FSC, MSC, GLOBAL G.A.P., Rainforest Alliance e outros esquemas semelhantes) reforça a integração de padrões sociais e ambientais na cadeia de abastecimento.

Os critérios sociais e ambientais são integrados nos processos de seleção e avaliação de fornecedores através de uma abordagem proporcional e baseada no risco. A aprovação e qualificação de fornecedores pode incluir:

- Avaliação do risco do país de origem e do perfil de risco do fornecedor;
- Verificação de certificações ambientais e sociais (por exemplo, ISO 14001, ISO 45001, SA8000 ou normas equivalentes);

- Avaliação das práticas laborais, do cumprimento dos direitos humanos, da gestão ambiental e da conduta ética;
- Autoavaliações de fornecedores (SAQs) e modelos de pontuação de auditorias ponderados com limiares mínimos de aceitação;
- Análise de indicadores operacionais e de risco (por exemplo, reclamações, resultados de testes, histórico de conformidade);
- Cumprimento obrigatório do Código de Conduta de Fornecedores como requisito base.

Em várias empresas do Grupo, os fornecedores têm de concluir com sucesso auditorias de seleção ou qualificação antes da sua integração. Em geografias de maior risco, aplicam-se requisitos adicionais, incluindo a participação em referenciais reconhecidos de conformidade social (por exemplo, amfori BSCI) e uma maior cobertura de auditorias. Sempre que os fornecedores não cumprem os padrões definidos, o processo de integração não avança ou são exigidas medidas corretivas antes da aprovação.

Embora os critérios ESG ainda não sejam aplicados de forma uniforme como um único enquadramento padronizado e eliminatório em todas as empresas do Grupo, as considerações de sustentabilidade estão integradas nos processos de aprovisionamento através de auditorias, certificações, cláusulas contratuais e mecanismos de monitorização.

	Retailo	
	2024	2025
% Fornecedores avaliados com critérios ESG em comparação ao número total de fornecedores	41 %	38 %
% Fornecedores estratégicos/críticos avaliados e com desempenho positivo nos critérios ESG	95 %	91 %

Nota: Em 2025, foi incluída a iServices neste indicador e foi efetuado um ajuste metodológico na Worten e na MC, para além da passagem dos negócios de moda para outro segmento, o que resultou na revisão dos dados de 2024

## G1-3 Prevenção e deteção da corrupção e suborno



Embora este tema não tenha sido considerado material na Análise de Dupla Materialidade consolidada, mantém-se estrategicamente relevante para a Sonae e tem sido historicamente divulgado; assim, a Sonae continuará a reportar esta informação.

### Programa de Cumprimento Normativo

Com base no enquadramento abrangente de conduta empresarial descrito anteriormente, a Sonae adotou um Programa de Cumprimento Normativo robusto, concebido para prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas que afetem a Sociedade ou sejam por esta praticados. Este programa está estruturado em torno do PPC, da Política de Prevenção da Corrupção (cujo âmbito já foi detalhado), de um programa de formação dedicada e de um canal interno de comunicação de infrações, objeto de regulamentação específica (neste âmbito, consulte a secção relativa ao Regulamento de Comunicação de Infrações). Este programa integrado estabelece orientações e mecanismos de controlo claros, visando prevenir, detetar e dar resposta a práticas de corrupção ou eticamente reprováveis.

A implementação do Programa de Cumprimento Normativo – cuja execução é assegurada e controlada pelo Responsável pelo Cumprimento Normativo designado pela Sociedade - é operacionalizada através das plataformas internas de comunicação, designadamente a intranet corporativa, através da qual os colaboradores têm acesso às versões atualizadas dos principais documentos que o compõem. Estes documentos encontram-se igualmente disponíveis no website da Sociedade, acessíveis a stakeholders externos, como investidores, fornecedores e parceiros de negócio.

As principais políticas da Sociedade e das suas subsidiárias podem ser consultadas na secção MDR-P – Políticas adotadas para gerir questões de sustentabilidade materiais do capítulo de Divulgações Gerais.

### Programa de Formação e Sensibilização

A Sociedade dispõe de um programa de formação e sensibilização abrangente, integrado no seu sistema de promoção da integridade, da transparência e da adoção de boas práticas na identificação, prevenção e mitigação dos riscos de corrupção em toda a organização.

Este programa foi concebido para proporcionar aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como a todos os colaboradores, um conhecimento aprofundado sobre o Código de Ética e de Conduta, a Política de Prevenção da Corrupção e os principais requisitos legais e regulamentares aplicáveis à Sociedade. A formação é obrigatória e inicia-se com um programa estruturado de integração (onboarding), complementado por sessões anuais de atualização e iniciativas regulares de sensibilização que reforçam as boas práticas.

O programa aborda um conjunto alargado de temas essenciais, incluindo o enquadramento legal do RGPC, o Código de Ética da Empresa, a Política de Prevenção da Corrupção e o Regulamento de Comunicação de Infrações. Os participantes recebem ainda formação específica sobre metodologias de prevenção de riscos, medidas de mitigação, bem como sobre os papéis e responsabilidades dos intervenientes internos, incluindo o órgão de administração e o Responsável pelo Cumprimento Normativo. A formação combina componentes teóricas e práticas, recorrendo a estudos de caso e a avaliações interativas, com o objetivo de reforçar a compreensão e a aplicação dos princípios transmitidos.

Para os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, esta formação integra o processo de acolhimento aquando da sua eleição ou reeleição (induction process), sendo atualizada sempre que ocorram alterações significativas de natureza regulamentar ou nas políticas da Sociedade.

O programa é monitorizado e ajustado de forma contínua, com base na evolução legislativa e nos resultados das avaliações de risco, assegurando que todos os colaboradores se mantêm devidamente preparados para atuar com integridade, transparência e em conformidade com as normas aplicáveis, no exercício das suas funções e nas suas interações profissionais.

A tabela abaixo representa o número e a percentagem de trabalhadores que receberam formação, discriminados por funções de risco, responsáveis de equipa/managers, órgãos de administração e de fiscalização e outros trabalhadores. Esta segmentação reflete a abordagem baseada no risco, através da qual os grupos-alvo da formação são definidos à luz da avaliação do risco de corrupção realizada nas diferentes áreas e processos da organização. Em conformidade, os esforços de formação foram distribuídos tendo em conta os diferentes níveis de exposição identificados nessa avaliação, com especial enfoque nas funções e cargos associados a áreas de maior risco.

	Funções de Risco	Responsáveis de equipa / Managers	Órgãos de administração, Direção e Fiscalização	Demais trabalhadores
N.º total de trabalhadores	51	23	15	67
N.º de trabalhadores que recebeu formação	41	19	8	55
<b>% de trabalhadores que recebeu formação</b>	<b>80 %</b>	<b>83 %</b>	<b>53 %</b>	<b>82 %</b>

### Procedimentos de Investigação e Comunicação de Irregularidades

Sempre que é identificada ou reportada uma suspeita de infração, a Sociedade segue um procedimento estruturado tendo em vista a sua análise e resolução. Numa fase inicial, as comunicações são objeto de uma análise preliminar por parte do Responsável pela Receção de Denúncias designado para o efeito, com vista à avaliação da sua credibilidade e relevância. Caso se conclua pela existência de indícios que justifiquem uma investigação aprofundada, o processo é encaminhado para uma comissão de criação ad hoc, a “Comissão de Análise de Denúncias” (CAD), que atua de forma independente e imparcial e conduz uma investigação exaustiva.

Esta comissão ad hoc é composta por membros do Departamento de Auditoria Interna e do Departamento Jurídico e de Governo Societário, funcionando de forma independente da cadeia de gestão envolvida na matéria sob investigação, em particular nos casos relacionados com corrupção ou suborno. Esta configuração assegura que quaisquer colaboradores com

potencial envolvimento nos factos sob análise são, de imediato, excluídos de qualquer fase do processo decisório.

A investigação envolve a recolha de provas, a realização de entrevistas às partes relevantes e, sempre que necessário, a consulta a peritos externos.

Uma vez confirmada a prática da infração, a Sociedade adota as medidas corretivas e sancionatórias adequadas, que podem incluir advertências, suspensões, cessação do vínculo laboral ou rescisão de contratos com terceiros. Sempre que exigido pela legislação aplicável, os factos são igualmente reportados às autoridades reguladoras ou judiciais competentes.

Todos os mecanismos e procedimentos de receção e tratamento de denúncias encontram-se alinhados com os requisitos legais e regulamentares em vigor, assegurando, em todas as fases, os princípios de independência, imparcialidade, confidencialidade, proteção de dados pessoais, sigilo profissional e ausência de conflitos de interesses. Para salvaguardar estes princípios, qualquer colaborador que se encontre numa situação de conflito de interesses relativamente à matéria reportada fica automaticamente impedido de participar no processo de análise e tomada de decisão.

Adicionalmente, a CAD dispõe de autonomia para recorrer a auditores externos ou a peritos independentes, sempre que tal se revele necessário, reforçando assim a integridade e a objetividade do processo. O órgão de administração, incluindo a Comissão Executiva, apenas tem acesso à informação após a conclusão da investigação e emissão, pela CAD, do relatório final com os factos apurados e as correspondentes recomendações.

O reporte dos resultados das investigações aos órgãos de administração e de fiscalização segue um procedimento formal, devidamente estruturado e em conformidade com os requisitos legais - nomeadamente no que respeita à independência, imparcialidade, confidencialidade, proteção de dados pessoais, sigilo profissionais e ausência de conflito de interesses -, conforme expressamente previsto no Procedimento Interno de Receção e Tratamento de Denúncias.

Concluída a investigação, a CAD elabora um relatório final, detalhando os factos apurados, as diligências efetuadas e as respetivas conclusões. Este relatório é remetido à Comissão Executiva ou, consoante o caso, à Comissão de Ética, que analisa as conclusões e determina as ações a adotar. Nos casos em que sejam identificados potenciais indícios de violação do RGPC, o Responsável pelo Cumprimento Normativo é igualmente informado de forma expressa. Após a decisão final, os resultados são comunicados ao Conselho Fiscal e, consoante a natureza da situação, à Comissão de Ética.

A CAD apresenta ainda, com uma periodicidade semestral, um relatório consolidado aos principais órgãos sociais, incluindo a Comissão de Ética, o Conselho Fiscal, a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria e Finanças. Este relatório inclui um resumo do número de comunicações recebidas, dos tipos de infrações reportadas, dos processos concluídos, dos processos em curso e das medidas urgentes adotadas. Nos casos que envolvam corrupção ou



infrações conexas, o relatório é igualmente remetido ao Responsável pelo Cumprimento Normativo.

## G1-4 Incidentes confirmados de corrupção ou suborno



*Embora este tema não tenha sido considerado material na Análise de Dupla Materialidade consolidada, mantém-se estrategicamente relevante para a Sonae e tem sido historicamente divulgado; assim, a Sonae continuará a reportar esta informação.*

A Sonae adota uma abordagem de tolerância zero relativamente a qualquer violação dos seus procedimentos e padrões em matéria de prevenção da corrupção e do suborno, refletindo o seu compromisso com a integridade, a transparência e a responsabilização em todas as suas operações. Sempre que é identificada uma infração, a Sociedade segue um enquadramento estruturado para investigar o incidente, mitigar os seus impactos e prevenir a sua repetição, conforme descrito no parágrafo G1-3.

Após a deteção de uma potencial infração, é imediatamente iniciada uma investigação sob supervisão do Responsável pelo Cumprimento Normativo. A investigação é conduzida com rigorosa confidencialidade, garantindo uma análise imparcial e exaustiva do incidente. São recolhidos elementos de prova, realizadas entrevistas e documentadas as conclusões, em conformidade com os protocolos internos e com os requisitos legais aplicáveis.

Quando a infração é confirmada, a Sociedade adota as medidas adequadas, que podem incluir:

- **Ações disciplinares:** tais como a aplicação de advertências, suspensão ou cessação do vínculo laboral;
- **Medidas contratuais:** resolução de contratos com terceiros envolvidos na infração;
- **Revisão de políticas:** revisão de políticas internas, processos ou mecanismos de controlo para prevenir futuras ocorrências;
- **Medidas legais:** comunicação do incidente às autoridades competentes, nos termos da Lei n.º 93/2021 e restante legislação aplicável.

Durante o período de reporte (2025), não se registaram casos confirmados de corrupção ou suborno nas operações da Sonae, nem a Sociedade foi alvo de quaisquer sanções ou coimas por violação das disposições legais em matéria de prevenção da corrupção e do suborno. Os mecanismos de controlo interno e os canais de denúncia revelaram-se eficazes na deteção atempada de condutas potencialmente irregulares.

A ausência de casos confirmados reflete o compromisso permanente da Sonae com a consolidação de uma cultura organizacional assente na integridade e demonstra a eficácia dos seus sistemas de controlo e dos programas de formação orientados para a promoção de comportamentos éticos.

# 4.5.

## Anexos

### Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Metodologia e Resultados

#### Avaliação da Elegibilidade e do Alinhamento do Grupo ao abrigo da Taxonomia Europeia

Na sequência do desenvolvimento do Guideline Corporativo para a Taxonomia, a Sonae criou um grupo de pontos focais em cada sub-holding para levar a cabo internamente o exercício de elegibilidade e alinhamento da Taxonomia.

Inicialmente, foi analisado, numa base individual, se a empresa exerce atividades que possam ser consideradas elegíveis para efeitos de Taxonomia. Estas atividades estão descritas nos

Anexos I e II do Regulamento Delegado (UE) 2021/2139, e respetivas alterações (mitigação das alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas, respetivamente), e estão descritas nos Anexos I, II, III e IV, que suplementam o Regulamento (UE) 2020/852, relativamente aos critérios técnicos de avaliação dos objetivos ambientais (Taxo 4). De seguida, a avaliação do alinhamento seguiu uma análise exaustiva da contribuição substancial específica e dos critérios de “não prejudicar significativamente” para cada atividade elegível identificada. Foram avaliadas as salvaguardas mínimas a nível do Grupo, tendo também em consideração as atividades elegíveis em análise.

#### Atividades Económicas Elegíveis

Apesar de o Grupo Sonae operar num portefólio diversificado que abrange os setores do retalho, tecnologia e imobiliário, a elegibilidade das suas atividades no âmbito da Taxonomia permanece relativamente reduzida. Tal deve-se, em grande medida, ao modelo de negócio do Grupo, predominantemente assente em atividades de retalho e serviços, não incluindo processos produtivos industriais. Assim, a identificação de atividades elegíveis está sobretudo associada a determinados investimentos e atividades de suporte às operações do Grupo.

Em conformidade com o Regulamento, foram adotadas duas abordagens para a identificação de atividades económicas para efeitos de reporte ao nível do CapEx e do OpEx:

- Por via de atividades geradoras de receitas, em que o valor apurado é a proporção do CapEx e OpEx associadas a tais atividades (por exemplo, rendimentos provenientes de serviços e rendas); e
- Por via de aquisição de bens e serviços de atividades económicas elegíveis, que não geram rendimento, mas que dão suporte às operações core do Grupo (por exemplo, a instalação de equipamento de eficiência energética). Neste caso, são incluídas as adições aos ativos, juntamente com os custos operacionais correspondentes, quando existam (por exemplo, subcontratos ou manutenção).

## Atividades Económicas Elegíveis do Grupo Sonae

### Taxo 2 – Mitigação das Alterações Climáticas e Adaptação às Alterações Climáticas

Atividade económica elegível de acordo com a Taxonomia Europeia	Descrição da Atividade
<b>MAC 3.5</b> Fabrico de equipamentos dotados de eficiência energética para edifícios	Vendas de equipamento de eficiência energética para edifícios (produtos abrangidos pelo Regulamento Quadro de Etiquetagem Energética da União Europeia).
<b>MAC 6.5</b> Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	Aluguer e locação financeira de veículos elétricos e híbridos <i>plug-in</i> para a frota do Grupo
<b>MAC 6.6</b> Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	Locação financeira de veículos utilizados para o transporte de mercadorias. Trata-se de uma atividade subcontratada cujos contratos são considerados como locações, transferindo o direito de uso.
<b>MAC 7.1</b> Construção de edifícios novos	Desenvolvimento de projetos de construção de edifícios residenciais e não residenciais.
<b>MAC 7.2</b> Renovação de edifícios existentes	Grandes projetos de renovação em edifícios comerciais.
<b>MAC 7.3</b> Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética	Prestação de serviços de instalação, reparação e manutenção de sistemas de ar condicionado. Serviços contratados para a instalação, renovação e manutenção de equipamentos de eficiência energética, incluindo materiais de isolamento, LEDs e sistemas de ar condicionado.
<b>MAC 7.4</b> Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos em edifícios	Prestação de serviços de instalação, reparação e manutenção de postos de carregamento de veículos elétricos. Serviços contratados para instalação, reparação e manutenção de postos de carregamento de veículos elétricos.
<b>MAC 7.5</b> Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	Serviços contratados para a instalação e reparação de sistemas de monitorização de energia elétrica, sistemas de gestão de edifícios e adaptação de sistemas de controlo de iluminação
<b>MAC 7.6</b> Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	Prestação de serviços de instalação, reparação e manutenção de sistemas fotovoltaicos e solares térmicos; serviços contratados para a instalação de unidades de produção para autoconsumo e manutenção fotovoltaica
<b>MAC 7.7</b> Aquisição e propriedade de edifícios	Operação e gestão de edifícios comerciais; contratação de construção de novos edifícios que serão propriedade do Grupo.
<b>MAC 9.3</b> Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	Prestação de serviços: auditorias energéticas, certificações, consultoria técnica e benchmark, design de edifícios e gestão de energia
<b>AAC 9.1</b> Atividades de engenharia e consultoria técnica associada ao domínio da adaptação às alterações climáticas	Consultoria técnica associada à avaliação de riscos climáticos, nomeadamente identificação de riscos físicos, monitorização e reporte alinhados com a taxonomia europeia.

Atividade económica elegível de acordo com a Taxonomia Europeia	Descrição da Atividade
<b>RHM 1.1</b> Fabrico, instalação e serviços associados a tecnologias de controlo de fugas que permitem a redução e prevenção de fugas em sistemas de abastecimento de água	Serviços contratados para a instalação de tecnologias de controlo de fugas que permitam a redução e prevenção de fugas nos sistemas de abastecimento de água.
<b>EC 1.1</b> Fabrico de embalagens de plástico	Venda de diversos artigos de plástico utilizados para embalagem, tais como sacos de plástico, bolsas, contentores, etc.
<b>EC 1.2.</b> Fabrico de equipamentos elétricos e eletrónicos	Fabrico de equipamentos elétricos e eletrónicos para uso industrial, profissional e de consumo.
<b>EC 2.3.</b> Recolha e transporte de resíduos não perigosos e perigosos	Recolha separada e transporte de resíduos não perigosos e perigosos
<b>EC 3.1.</b> Construção de edifícios novos	Desenvolvimento de projetos de construção de edifícios residenciais e não residenciais.
<b>EC 3.2</b> Renovação de edifícios existentes	Grandes projetos de renovação em edifícios comerciais.
<b>EC 4.1</b> Fornecimento de soluções de tecnologias da informação/tecnologias operacionais baseadas em dados	Instalação de software de avaliação de ciclo de vida que apoia a avaliação e comunicação conexa.
<b>EC 5.1</b> Reparação, recondicionamento e refabrico	Prestação de serviços de reparação, recondicionamento e refabrico de bens.
<b>EC 5.4</b> Venda de bens em segunda mão	Venda de bens em segunda mão, nomeadamente os relacionados com produtos elétricos e eletrónicos, têxteis e de mobilidade.
<b>EC 5.5</b> Produto como serviço e outros modelos de serviços orientados para os resultados e a utilização circular	Prestação de serviço de aluguer de equipamentos.
<b>BIO 1.1</b> Conservação, incluindo o restauro, de <i>habitats</i> , ecossistemas e espécies	Desenvolvimento de atividades de conservação, incluindo atividades de restauro, em colaboração com fornecedores e parceiros externos.
<b>PCP 1.1</b> Produção de ingredientes farmacêuticos ativos (API) ou substâncias ativas	Extração de aminoácidos livres da queratina, uma proteína animal naturalmente presente nas penas das aves que serve para a produção de xarope mucolítico.

Da análise das atividades elegíveis da Taxo 4, determinou-se que certas atividades de manufatura (1.1. EC, 1.2. EC e 3.5. MAC) devem estar incluídas no âmbito de elegibilidade da Sonae. De acordo com o quadro da Taxonomia Europeia, a Sonae é um fabricante de produtos comercializados sob as marcas registadas do Grupo. Esta avaliação está alinhada com a definição regulamentar de "Fabricante", de acordo com o Regulamento (UE) 2019/1020, que engloba as entidades que fabricam produtos e os comercializam com o seu nome ou marca registada, seja a partir de fabrico próprio ou de um fabricante terceiro. É essencial destacar o facto de que uma parte dos produtos colocados no mercado serem totalmente adquiridos a terceiros, enquanto outros têm um envolvimento mais próximo das empresas da Sonae no desenvolvimento do produto.

Foi identificada uma nova atividade elegível: 2.3 CE – Recolha e transporte de resíduos não perigosos e perigosos. Em 2025, foram realizados investimentos na implementação de um Sistema de Depósito e Retorno (SDR). A entrada em funcionamento do programa está prevista para 2026. Nesta fase, não foi possível concluir o alinhamento da atividade, reconhecendo-se que a inexistência de fluxos reais de recolha e de dados operacionais impede a aplicação plena ou a verificação prática de alguns dos requisitos de alinhamento. Assim, é considerada elegível, mas não alinhada para o período de reporte de 2025.

Para além das atividades elegíveis identificadas, a atual abrangência da Taxonomia deixa espaço para outras atividades relevantes no âmbito da contribuição para as alterações climáticas. A título de exemplo, e com enfoque no negócio de retalho alimentar do Grupo, a MC tem vindo a manter esforços para promover a redução das emissões GWP (potencial de aquecimento global) associadas à cadeia de frio, nomeadamente através da implementação e manutenção de centrais de frio com melhor desempenho, instalação de dispositivos de automação e regulação e substituição e atualização de equipamentos de apoio para aumento da eficiência de gases fluorados (F-gas) por gases com um GWP mais baixo nas centrais de frio (como o CO<sub>2</sub> e o isopropano, com um GWP de 1 e 3, respetivamente). Em 2025, as

emissões de gases fluorados evasivos representavam aproximadamente 6% das emissões de GEE de âmbito 1 e 2 da MC.

Embora a Taxonomia, atualmente, não identifique estas medidas como elegíveis, as mesmas são relevantes para a redução da pegada de carbono da empresa e, assim, contribuirão para o objetivo de mitigação das alterações climáticas. Com a otimização da cadeia de frio é estimada uma redução de 8% no consumo de energia por loja, assim como uma redução relevante na pegada de carbono, uma vez que o novo equipamento tem gases com um GWP mais baixo. No exercício financeiro de 2025, foi efetuado um investimento total de €24m na otimização do impacto ambiental da cadeia de frio, o que representa 3,24% do CapEx consolidado.

### **Avaliação do Alinhamento**

O alinhamento foi determinado com base nos critérios específicos de contribuição substancial, e de "não prejudicar significativamente", de modo a determinar o alinhamento de cada atividade para com os seis objetivos ambientais.

A avaliação do alinhamento foi efetuada em cada sub-holding do Grupo, de acordo com as orientações do Guideline Corporativo, de modo a garantir a consistência da interpretação e das metodologias em todo o perímetro. Foram utilizadas duas abordagens para determinar se cada atividade elegível cumpria os critérios técnicos: (1) avaliação individual por ativo, projeto ou contrato de serviço, ou (2) a nível agregado, na qual a avaliação se aplica a todas as atividades incorporadas que se enquadram nos mesmos critérios.

Apresenta-se de seguida a metodologia de avaliação de cada atividade elegível no Grupo Sonae.

### 3.5. Fabrico de equipamentos dotados de eficiência energética para edifícios

#### Contribuição Substancial

<b>Mitigação das Alterações Climáticas</b>	A atividade económica consiste no fabrico de equipamentos dotados de eficiência energética de marca própria para edifícios que contribuem de forma substancial para o objetivo das alterações climáticas, correspondentes às alíneas f) aparelhos domésticos, g) fontes de luz e i) sistemas de arrefecimento e de ventilação. Os produtos são considerados como estando em conformidade se se enquadrarem nas duas classes de eficiência energética mais elevadas, de acordo com o Regulamento (UE) 2017/1369. Foi aplicada uma avaliação por item, onde foi verificada a etiqueta energética de cada produto.
--	---

#### Não prejudicar significativamente (DNSH)

<b>Adaptação às Alterações Climáticas</b>	Uma vez que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Nenhum dos fabricantes demonstrou desempenhar uma avaliação robusta dos riscos climáticos e da vulnerabilidade, que permita identificar os riscos físicos significativos associados ao clima para o funcionamento e que constitua a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação.
---	--

<b>Água</b>	Dado que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Foi avaliada a existência de um sistema ambiental, especificamente relacionado com as práticas de gestão e tratamento da água. Quando a informação não foi obtida, a atividade foi considerada como não tendo cumprido os critérios.
-------------	--

<b>Economia Circular</b>	A atividade, sempre que possível, adota técnicas de apoio a: (1) Melhorar a sustentabilidade do fabrico, através da promoção da reutilização de materiais e do design de produtos com vista à sua durabilidade e reciclagem: Para além da conformidade com a qualidade nacional, a implementação de critérios de design ecológico adicionais só é viável para os produtos para os quais o Grupo está envolvido no respetivo desenvolvimento. Cada produto contém um manual de instruções e dispõe de informações sobre reparação. Existem também serviços e programas de pós-venda para garantir a durabilidade e extensão da vida útil do produto. (2) Priorizar a reciclagem na gestão de resíduos – a gestão de resíduos é um critério avaliado nas auditorias ambientais a fornecedores, para garantir a implementação das políticas internas do Grupo. Além disso, o Grupo participa em sistemas de gestão de resíduos nos mercados onde os produtos são vendidos. (3) Rastreabilidade das substâncias que suscitam preocupação ao longo de todo o ciclo de vida do produto – são fornecidas pelos fornecedores todas as evidências de testes de controlo e certificações de qualidade.
--------------------------	---

<b>Poluição</b>	A conformidade, relativamente ao uso e à presença de substâncias químicas determinadas no Apêndice C, foi avaliada para cada item. A informação foi obtida através de uma solicitação de fichas técnicas e documentos descritivos dos produtos dirigida aos principais fornecedores de cada empresa do Grupo. Para determinar a conformidade foi feita a análise dos documentos técnicos verificando se demonstram a conformidade com os regulamentos especificados, tais como os regulamentos REACH e RoHS.
-----------------	--

<b>Biodiversidade e Ecossistemas</b>	Dado que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Foi avaliado se foi efetuada uma análise do impacto ambiental e se estão a ser executadas medidas de mitigação. Quando a informação não foi obtida, a atividade foi considerada como não tendo cumprido os critérios.
--------------------------------------	---

## 6.5 Transportes em motocicletas, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros

### Contribuição Substantial

<b>Mitigação das Alterações Climáticas</b>	Esta atividade consiste na aquisição de plug-ins elétricos e híbridos para a frota do Grupo (categoria M1). Como medida individual implementada com vista à redução dos gases com efeito de estufa no Grupo, apenas os veículos híbridos e elétricos foram considerados elegíveis. As emissões específicas de CO <sub>2</sub> já são recolhidas para os procedimentos de quantificação da pegada de carbono. Posteriormente, foi realizada uma avaliação de cada veículo para identificar os que têm emissões específicas de CO <sub>2</sub> inferiores a 50gCO <sub>2</sub> /km (veículos ligeiros com emissões baixas e nulas). Apenas os que cumpriram este critério passaram para os critérios do DNSH.
--	--

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

<b>Adaptação às Alterações Climáticas</b>	Dada a natureza desta atividade e dos seus principais ativos físicos (veículos), não foram identificados riscos climáticos físicos relevantes para a mesma.
---	---

<b>Economia Circular</b>	No que respeita aos critérios de economia circular, ambos foram considerados em conformidade (1) A legislação nacional exige atualmente que os veículos só possam ser comercializados se forem reutilizáveis e/ou recicláveis a um nível mínimo de 85% em massa e reutilizáveis e/ou recuperáveis a um nível mínimo de 95% em massa. Assim, a Sonae assume que estes regulamentos são cumpridos, devido ao princípio de legalidade. (2) A Sonae considera que os critérios relacionados com as medidas em vigor para a gestão de resíduos, tanto na fase de utilização (manutenção), como na fase de fim de vida da frota, não são aplicáveis. No Grupo, os veículos são, na sua maioria, alugados ou adquiridos em regime de leasing, sendo os veículos posteriormente devolvidos à entidade locadora, pelo que o Grupo não é responsável pelo fim de vida dos veículos. Neste contexto, os fornecedores foram contactados, e a informação obtida foi a de que, no final do contrato, os veículos são colocados no mercado de segunda mão para reutilização.
--------------------------	---

<b>Poluição</b>	Quanto aos critérios de poluição, cada um dos quatro critérios foi avaliado, tendo apenas alguns veículos sido considerados como estando em conformidade com todos os critérios, e, por conseguinte, foram considerados alinhados. Em caso de informação não disponível, os critérios foram considerados como em "não conformidade". (1) Na Sonae, todos os veículos estão em conformidade com os requisitos da fase aplicável mais recente da norma Euro 6 de emissões de veículos ligeiros; (2) A Sonae considera que, se for cumprida a norma Euro 6, o critério específico DNSH de conformidade com a Diretiva 2009/33/CE é também cumprido; (3) Os pneus cumprem os requisitos relativos ao ruído exterior de rolamento na classe mais elevada (A) e o Coeficiente de Resistência do Rolamento nas duas classes mais elevadas (A e B) - este foi, indubitavelmente, o critério mais difícil de avaliar, uma vez que este nível de detalhe de informação não estava a ser recolhida junto dos fornecedores. Apenas alguns veículos foram considerados como cumpridores destes critérios, sendo que a grande maioria não está em conformidade devido à ausência de informação; (4) Os critérios de conformidade com o Regulamento (UE) 540/2014 também foram considerados como cumpridos, assumindo o princípio de legalidade.
-----------------	---

## 6.6 Serviços de transporte rodoviário de mercadorias

### Contribuição Substantial

<b>Mitigação das Alterações Climáticas</b>	Esta atividade consiste na locação financeira de serviços de transporte de mercadorias (categoria N2 e N3). Na Sonae, as emissões específicas de CO <sub>2</sub> já são recolhidas para os procedimentos de quantificação da pegada de carbono. Foi realizada uma avaliação de cada viatura para identificar os que têm emissões específicas de CO <sub>2</sub> inferiores a 1 gCO <sub>2</sub> /km (veículos ligeiros com emissões baixas e nulas).
--	---

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

<b>Adaptação às Alterações Climáticas</b>	Não são identificados riscos físicos relevantes associados ao clima para a atividade em questão.
---	--

<b>Economia Circular</b>	No que respeita aos critérios de economia circular, ambos foram considerados em conformidade. (1) A legislação nacional exige atualmente que os veículos só possam ser comercializados se forem reutilizáveis e/ou recicláveis a um nível mínimo de 85% em massa e reutilizáveis e/ou recuperáveis a um nível mínimo de 95% em massa. Assim, a Sonae assume que estes regulamentos são cumpridos, devido ao princípio de legalidade. (2) A Sonae considera que os critérios relacionados com as medidas em vigor para a gestão de resíduos, tanto na fase de utilização (manutenção), como na fase de fim de vida da frota, não são aplicáveis. No Grupo, os veículos são, na sua maioria, alugados ou adquiridos em regime de leasing, sendo os veículos posteriormente devolvidos à entidade locadora, pelo que o Grupo não é responsável pelo fim de vida dos veículos.
--------------------------	--

<b>Poluição</b>	(1) As classes dos pneus por veículo, facultados via fornecedor, são cruzados com os requisitos (classe mais alta para o ruído exterior de rolamento, e duas classes de eficiência energética mais alta para o coeficiente de resistência ao rolamento). Em caso de informação não disponível, os critérios foram considerados como em "não conformidade". (2) Os critérios de conformidade com o Regulamento (UE) 540/2014 foram considerados como cumpridos, assumindo o princípio de legalidade. No caso de in-yard handling asset (Yard Tractor), não se trata de ativo na categoria de veículos, pelo que o Regulamento (EU) n° 540/2014 não se aplica, de acordo com o fabricante.
-----------------	---

**Contribuição Substancial**

<b>Mitigação das Alterações Climáticas</b>	<p>A atividade inclui um projeto de construção de um edifício residencial. A avaliação dos critérios foi efetuada ao nível do projeto.</p> <p>(1) O Certificado de Desempenho Energético (EPC) de cada fração do edifício foi utilizado para avaliar o valor máximo do Indicador de Eficiência Energética (IEES) e a procura de energia primária (IEE). O Despacho n.º 6476-E/2021 (lei portuguesa) define os limiares para os edifícios de energia quase nula (nZEB). Para estarem em conformidade, os indicadores devem demonstrar estar 10% abaixo dos limiares estabelecidos a nível nacional.</p> <p>(2) Para avaliar se os edifícios resultantes da construção são submetidos a testes de estanquicidade e integridade térmica, foi avaliado se cada projeto prevê a realização de atividades de comissionamento, incluindo a realização de testes e inspeções pós-construção para assegurar estas características;</p> <p>(3) O terceiro critério consiste na execução de uma Avaliação do Ciclo de Vida (LCA), incluindo o Potencial de Aquecimento Global (GWP) do edifício resultante da construção. Apesar de ter sido conduzida uma LCA para o projeto, esta não corresponde a todos os critérios da EN 15978.</p>
<b>Economia Circular</b>	<p>A análise dos critérios de contribuição substancial para economia circular incluiu cinco requisitos:</p> <p>(1) O primeiro critério exige a evidência de, pelo menos, 90% (por peso) dos resíduos não-perigosos de construção e demolição sejam preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos e o Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE. A taxa de reciclagem foi recolhida e cruzada com o critério. Adicionalmente, as atividades de demolição foram precedidas por uma auditoria pré-demolição para avaliar o potencial de reutilização e maximizar a recuperação de materiais, concluindo-se que apenas o mobiliário interior pode ser reutilizado off-site, enquanto os restantes materiais serão encaminhados para reciclagem ou triturados para reutilização no local.</p> <p>(2) O segundo critério consiste na execução de uma Avaliação do Ciclo de Vida (LCA), incluindo o Potencial de Aquecimento Global (GWP) do edifício resultante da construção. Apesar de ter sido conduzida uma LCA para o projeto, esta não corresponde a todos os critérios da EN 15978.</p> <p>(3) Não foi considerada uma análise do potencial do projeto para ser adaptável e fácil de desmontar e adaptar para o projeto.</p> <p>(4) Não foi realizado um inventário de materiais com o objetivo de determinar a proporção de materiais reciclados ou de materiais reciclosos de qualquer outra forma nos produtos e componentes de construção.</p> <p>(5) Não se prevê a realização de um Building Passport (Passaporte do Edifício).</p>

**Não prejudicar significativamente (DNSH)**

<b>Mitigação das Alterações Climáticas</b>	<p>(1) O edifício será utilizado maioritariamente para fins residenciais, estando previstas apenas duas lojas. Assim, o edifício não será destinado à extração, armazenamento, transporte ou produção de combustíveis fósseis.</p> <p>(2) O Certificado de Desempenho Energético (EPC) de cada fração do edifício foi utilizado para avaliar o valor máximo do Indicador de Eficiência Energética (IEES) e a procura de energia primária (IEE). O Despacho n.º 6476-E/2021 (lei portuguesa) define os limiares para os edifícios de energia quase nula (nZEB). Para estarem em conformidade, os indicadores devem demonstrar estar em conformidade com limiares estabelecidos a nível nacional.</p>
--	---

<b>Adaptação às Alterações Climáticas</b>	<p>O projeto não obteve uma avaliação robusta dos riscos climáticos e da vulnerabilidade, nem plano de adaptação. Considera-se não alinhado.</p>
---	--

<b>Água</b>	<p>No caso do projeto de construção residencial, estes critérios não se aplicam.</p>
-------------	--

<b>Economia Circular</b>	<p>O critério da economia circular foi avaliado em três requisitos para o projeto:</p> <p>(1) O primeiro critério exige a evidência de, pelo menos, 70% (por peso) dos resíduos não-perigosos de construção e demolição sejam preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos e o Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE. A taxa de reciclagem foi recolhida e cruzada com o critério.</p> <p>(2) O critério exige que os operadores limitem a geração de resíduos nos processos relacionados com a construção e demolição, em conformidade com o Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE, tendo em conta as melhores técnicas disponíveis. No projeto, as atividades de demolição foram precedidas por uma auditoria pré-demolição para avaliar o potencial de reutilização e maximizar a recuperação de materiais, concluindo-se que apenas o mobiliário interior pode ser reutilizado off-site, enquanto os restantes materiais serão encaminhados para reciclagem ou triturados para reutilização no local.</p> <p>(3) Não foi considerada uma análise do potencial do projeto para ser adaptável e fácil de desmontar e adaptar para o projeto.</p>
--------------------------	--

<b>Poluição</b>	<p>(1) Para compreender se os componentes e materiais de construção utilizados na construção estão em conformidade com os critérios estabelecidos no Anexo C, e se os componentes e materiais de construção que podem entrar em contacto com os ocupantes são materiais com baixas emissões, de acordo com as condições especificadas no Anexo XVII do Regulamento (CE) 1907/2006 (REACH), as diretrizes do projeto e a política de procurement foram analisadas, centrando-se nos requisitos dos materiais e componentes.</p> <p>(2) Para avaliar se foram tomadas medidas para reduzir o ruído, poeira e emissões poluentes durante os trabalhos de construção ou manutenção, as diretrizes do projeto são analisadas para verificar se contemplam práticas de construção responsáveis, que incluem a implementação de melhores políticas e procedimentos de prevenção da poluição no local da construção, incluindo medidas centradas no ruído, nas vibrações e na qualidade do ar.</p>
-----------------	--

<b>Biodiversidade e Ecossistemas</b>	<p>O projeto está a ser construído numa parcela urbana, não estando, portanto, a ser construído numa terra arável, campo verde ou floresta, e não foi requerida uma análise de impacto ambiental. Os critérios de Biodiversidade e Ecossistemas foram considerados como cumpridos.</p>
--------------------------------------	--





## 7.2 Renovação de edifícios existentes

### Contribuição Substancial

**Mitigação das Alterações Climáticas** A atividade contempla grandes projetos de renovação de edifícios comerciais. A consideração de “grandes obras de renovação” segue a definição presente na Diretiva do Desempenho Energético dos Edifícios, e respetivas transposições nacionais, no caso de Portugal, Decreto Lei 101-D/2020. Para compreender se a renovação do edifício cumpre os requisitos aplicáveis na legislação nacional relativa a grandes renovações, é recolhida a documentação por projeto, para avaliar a conformidade com os requisitos mínimos.

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

**Adaptação às Alterações Climáticas** Nenhum dos projetos demonstrou desempenhar, ou ter planeado, uma avaliação robusta dos riscos climáticos e da vulnerabilidade que permitam a identificação dos riscos físicos significativos associados ao clima para o edifício, e que constituam a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação.

**Água** Para avaliar a conformidade da utilização hídrica específica dos aparelhos hídricos, quando instalados, foram analisadas as fichas técnicas dos aparelhos obtidas junto dos fornecedores, bem como os documentos descritivos do projeto de execução. No caso de não existir informação, o critério não é considerado cumprido.

**Economia Circular** Para os critérios de economia circular, foi recolhido junto dos subcontratantes o plano de gestão ambiental, que inclui o plano de resíduos de construção e demolição e, quando disponível, os registos da declaração de transporte de resíduos.  
(1) O primeiro critério exige evidência, de, pelo menos, 70% (por peso) dos resíduos não perigosos de construção e demolição a serem preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos e o Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE. Dependendo da informação disponível, quando foi possível verificar este limite, foi considerado como estando em conformidade. No caso de não existir informação, o critério não é considerado cumprido.  
(2) Uma análise do potencial do projeto para ser adaptável e fácil de desmontar e da adaptabilidade não foi considerada para nenhum projeto, pelo que foi considerado como não cumprido.

**Poluição** Para compreender se os componentes e materiais de construção utilizados na construção estão em conformidade com os critérios estabelecidos no Anexo C, e se os componentes e materiais de construção que podem entrar em contacto com os ocupantes são materiais com baixas emissões, de acordo com as condições especificadas no Anexo XVII do Regulamento (CE) 1907/2006 (REACH), os documentos de execução do projeto foram analisados centrando-se nos requisitos dos materiais e componentes. Se não verificadas provas suficientes, foi considerado como não estando em conformidade.

Para avaliar se foram tomadas medidas para reduzir o ruído, poeira e emissões poluentes durante os trabalhos de construção ou manutenção, os documentos de execução do projeto foram analisados para contemplar práticas de construção responsáveis.

## 7.3 Instalação, manutenção e reparação de equipamentos de eficiência energética

### Contribuição Substancial

#### Mitigação das Alterações Climáticas

A atividade consiste na instalação, manutenção e reparação de equipamento de eficiência energética, nomeadamente de substituição de iluminação LED, de instalação e manutenção de sistemas AVAC, o que confirma os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo das alterações climáticas, correspondendo às alíneas d) e e) da atividade 7.3. Estes projetos são considerados como estando em conformidade com os requisitos mínimos estabelecidos, para componentes e sistemas individuais, nas medidas nacionais aplicáveis que implementam a Diretiva 2010/31/UE, o Decreto-Lei n.º 101-D /2020. Uma avaliação genérica foi aplicada, tendo sido contactados, por cada empresa do Grupo, os principais fornecedores de cada tipo de solução, de forma a obter evidência do cumprimento. Para dispositivos recém-instalados, sempre que o Regulamento (UE) 2017/1369 era aplicável, as etiquetas energéticas de cada dispositivo eram recolhidas (não avaliadas para as despesas de manutenção). No caso dos fornecedores em que não foi obtida informação, esta foi considerada não alinhada.

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

#### Adaptação às Alterações Climáticas

Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do DNSH para o objetivo da adaptação não implicou uma avaliação extensiva do risco e da vulnerabilidade, tendo sido suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos físicos associados ao clima que são materiais para a atividade; (2) a compreensão de quais as medidas necessárias para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não aumenta o risco de impacto adverso nas pessoas, natureza ou ativos.

(1) Uma vez que estes produtos são instalados no conjunto dos edifícios, os principais riscos que podem ter impacto nesta atividade são as inundações e os incêndios, que poderiam afetar o edifício em que o equipamento está instalado, nomeadamente o quadro e respetivas ligações elétricas. No caso de iluminação LED localizada fora dos edifícios, outros riscos climáticos como tempestades e ventos extremamente fortes, podem danificar os dispositivos.

(2) O design e a execução seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os requisitos e as condições ambientais específicas do local em que será instalado, ou a que possa estar sujeito. Durante a operação, no caso do AVAC, a manutenção é realizada numa base trimestral, de acordo com um plano de manutenção preventiva, que inclui inspeções e a limpeza das componentes do sistema (por exemplo, a limpeza de filtros), a verificação do estado e funcionamento das componentes e medidas corretivas (por exemplo, controlo da corrosão do equipamento). De forma similar, no caso da iluminação LED, é também efetuada uma manutenção preventiva, com incidência nos quadros elétricos e respetivas ligações elétricas.

(3) O equipamento elétrico é selecionado com vista a não causar, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento quer na rede elétrica, incluindo as resultantes de manobras de intervenção. Adicionalmente, uma vez que estes são considerados equipamentos de apoio “não essenciais” do ponto de vista operacional, qualquer avaria não afeta a atividade principal. Para além desta análise aos equipamentos associados a esta atividade, a Sonae realiza ainda uma avaliação de riscos climáticos físicos para os seus principais edifícios, baseando-se em três cenários climáticos do IPCC, RCP 2.6, 4.5 e 8.5, a três horizontes temporais, presente, curto prazo (10 a 20 anos) e longo prazo (>30 anos). Esta avaliação inclui uma análise de vulnerabilidade e uma quantificação financeira do potencial impacto de cada risco físico. Após esta análise são desenvolvidos planos com soluções de adaptação para os riscos materiais identificados para cada ativo.

#### Poluição

A conformidade, relativamente ao uso e à presença de substâncias químicas determinadas no Apêndice C, foi avaliada para as instalações AVAC e luminárias LED. A informação foi obtida através de uma solicitação de fichas técnicas e documentos descritivos das instalações dirigida aos principais fornecedores de cada empresa do Grupo. Para determinar a conformidade foram utilizadas duas abordagens: (1) se os documentos técnicos demonstram estar em conformidade com os regulamentos especificados, como os Regulamentos REACH e RoHS; ou (2) se a composição do equipamento não evidencia nenhuma das substâncias descritas nos regulamentos do Apêndice C (por exemplo, o mercúrio). No caso dos principais fornecedores em que não foi obtida informação, esta foi considerada não alinhada.

## 7.4 Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos em edifícios

### Contribuição Substancial

**Mitigação das Alterações Climáticas** Esta atividade inclui a instalação, manutenção e reparação de estações de carregamento para veículos elétricos em edifícios e parques de estacionamento anexos aos edifícios, quer numa perspetiva de prestação de serviços quer numa perspetiva da implementação individual, o que confirma diretamente os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo das alterações climáticas da atividade 7.4.

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

**Adaptação às Alterações Climáticas** Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do DNSH para o objetivo da adaptação não implicou uma avaliação extensiva do risco e da vulnerabilidade, tendo sido suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos físicos associados ao clima que são materiais para a atividade; (2) a compreensão de quais as medidas necessárias para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não aumenta o risco de impacto adverso nas pessoas, natureza ou ativos.

(1) Os principais riscos que podem impactar esta atividade são: inundações, incêndios, tornados, ciclones, furacões, tufões, aumento do nível do mar e deslizamentos de terra, na medida em que podem influenciar a localização das estações de carregamento ou a rede elétrica que alimenta as estações de carregamento;

(2) O design e a execução seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os requisitos e as condições ambientais específicas do local em que será instalado, ou a que possa estar sujeito. Durante o funcionamento, são efetuadas manutenções preventivas anuais para manter o funcionamento eficiente dos sistemas, incluindo testes de segurança dos equipamentos (diferenciais e cortes de emergência), a verificação da tensão e várias medições;

(3) O equipamento elétrico é selecionado com vista a não causar, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento quer na rede elétrica, incluindo as resultantes de manobras de intervenção. Adicionalmente, uma vez que estes são considerados equipamentos de apoio “não essenciais” do ponto de vista operacional, qualquer avaria não afeta a atividade principal.

Para além desta análise aos equipamentos associados a esta atividade, a Sonae realiza ainda uma avaliação de riscos climáticos físicos para os seus principais edifícios, baseando-se em três cenários climáticos do IPCC, RCP 2.6, 4.5 e 8.5, a três horizontes temporais, presente, curto prazo (10 a 20 anos) e longo prazo (>30 anos). Esta avaliação inclui uma análise de vulnerabilidade e uma quantificação financeira do potencial impacto de cada risco físico. Após esta análise são desenvolvidos planos com soluções de adaptação para os riscos materiais identificados para cada ativo.

## 7.5 Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios

### Contribuição Substancial

**Mitigação das Alterações Climáticas** Esta atividade inclui a instalação, manutenção e reparação dos instrumentos e dispositivos de medição, regulação e controlo do desempenho energético dos edifícios, quer numa perspetiva da prestação de serviços quer numa perspetiva da implementação individual, nomeadamente sistemas de gestão de energia e sistemas de controlo de iluminação, o que confirma diretamente os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo das alterações climáticas, correspondente à alínea b) da atividade 7.5.

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

**Adaptação às Alterações Climáticas** Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do DNSH para o objetivo da adaptação não implicou uma avaliação extensiva do risco e da vulnerabilidade, tendo sido suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos físicos associados ao clima que são materiais para a atividade; (2) a compreensão de quais as medidas necessárias para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não aumenta o risco de impacto adverso nas pessoas, natureza ou ativos.

(1) Os principais riscos que podem impactar esta atividade são: inundações, incêndios, tornados, ciclones, furacões, tufões, aumento do nível do mar e deslizamentos de terras. Estes fatores podem ter uma influência sobre as localizações dos equipamentos e dispositivos;

(2) O design e a execução seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os requisitos e as condições ambientais específicas do local em que será instalado, ou a que possa estar sujeito. Durante o funcionamento, são efetuadas manutenções preventivas anuais para manter o funcionamento eficiente dos sistemas, incluindo testes de segurança dos equipamento (diferenciais e cortes de emergência), a verificação da tensão e várias medições;

(3) Para além desta análise aos equipamentos associados a esta atividade, a Sonae realiza ainda uma avaliação de riscos climáticos físicos para os seus principais edifícios, baseando-se em três cenários climáticos do IPCC, RCP 2.6, 4.5 e 8.5, a três horizontes temporais, presente, curto prazo (10 a 20 anos) e longo prazo (>30 anos). Esta avaliação inclui uma análise de vulnerabilidade e uma quantificação financeira do potencial impacto de cada risco físico. Após esta análise são desenvolvidos planos com soluções de adaptação para os riscos materiais identificados para cada ativo.

## 7.6 Instalação manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis

### Contribuição Substancial

**Mitigação das Alterações Climáticas** Esta atividade inclui a instalação, manutenção e reparação de centrais fotovoltaicas e solares, quer numa perspetiva de prestação de serviços quer numa perspetiva da implementação individual, o que confirma diretamente os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo das alterações climáticas, alíneas a) e b) da atividade 7.6.

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

**Adaptação às Alterações Climáticas** Tendo em consideração o caráter de pequena escala e o contexto desta atividade, a avaliação do DNSH para o objetivo da adaptação não implicou uma avaliação extensiva do risco e da vulnerabilidade, tendo sido suficiente para justificar os objetivos subjacentes a este critério: (1) a identificação dos riscos físicos associados ao clima que são materiais para a atividade; (2) a compreensão de quais as medidas necessárias para manter uma operação eficiente, ao longo do tempo, face aos fenómenos climáticos; e (3) a demonstração de que a atividade não aumenta o risco de impacto adverso nas pessoas, natureza ou ativos.

(1) Estas instalações são colocadas no exterior dos edifícios, estando assim particularmente sensíveis aos fenómenos climáticos, tanto do ponto de vista do desempenho como da estrutura. No que diz respeito ao desempenho, o sistema pode ser afetado por condições meteorológicas como a ausência ou diminuição da radiação solar, ou aumento da temperatura exterior (por exemplo, ondas de calor). Do ponto de vista estrutural, o sistema é sensível a situações extremas de vento (por exemplo, tornados, ciclones, furacões e tufões), e pode também ser afetado, tendo em conta a sua localização, por inundações, incêndios, aumento do nível do mar ou deslizamentos de terra;

(2) Para o dimensionamento do sistema, é efetuada o design da estrutura a instalar através de um software que avalia a localização do sistema e outras variáveis (como a altura do edifício, e a proximidade da orla marítima). O design e a execução seguem as Normas Técnicas de Instalações Elétricas, definidas a nível nacional, bem como as normas definidas pelo fabricante. O equipamento elétrico é selecionado tendo em conta os requisitos e as condições ambientais específicas do local em que será instalado, ou a que possa estar sujeito. Durante o funcionamento, são efetuadas manutenções preventivas anuais para manter o funcionamento eficiente dos sistemas, incluindo testes de segurança dos equipamentos (diferenciais e cortes de emergência), limpeza da superfície dos painéis fotovoltaicos;

(3) Quando aplicável, é realizada uma análise da capacidade de sobrecarga da cobertura para garantir a estabilidade estrutural do edifício. O equipamento elétrico é selecionado com vista a não causar, em serviço normal, perturbações quer em outro equipamento quer na rede elétrica, incluindo as resultantes de manobras de intervenção.

Para além desta análise aos equipamentos associados a esta atividade, a Sonae realiza ainda uma avaliação de riscos climáticos físicos para os seus principais edifícios, baseando-se em três cenários climáticos do IPCC, RCP 2.6, 4.5 e 8.5, a três horizontes temporais, presente, curto prazo (10 a 20 anos) e longo prazo (>30 anos). Esta avaliação inclui uma análise de vulnerabilidade e uma quantificação financeira do potencial impacto de cada risco físico. Após esta análise são desenvolvidos planos com soluções de adaptação para os riscos materiais identificados para cada ativo.

## 7.7 Aquisição e propriedade de edifícios

### Contribuição Substancial

**Mitigação das Alterações Climáticas** A atividade inclui a operação e a gestão de edifícios comerciais. A avaliação da contribuição substancial para a mitigação das alterações climáticas foi efetuada para cada ativo individual. Para os edifícios construídos antes de 31 de dezembro de 2020: na ausência de uma referência nacional disponível sobre o parque imobiliário, foi utilizado o critério de classe A do Certificado de Desempenho Energético (EPC). Para os edifícios construídos após 31 de dezembro de 2020 e para as construções em curso: foram recolhidos os EPCs dos edifícios, de forma a avaliar o valor máximo do Indicador de Eficiência Energética (IEE) e a procura de energia primária. O Despacho n.º 6476-E/2021 define os limiares para que os edifícios de comércio e serviços possam ser considerados edifícios de energia quase nula (nZEB). Para estarem em conformidade, os indicadores devem demonstrar estar 10% abaixo dos limiares estabelecidos a nível nacional. Por último, e para compreender se os edifícios estão a ser geridos de forma eficiente através da monitorização e avaliação do desempenho energético, foi avaliado se o edifício dispunha de um sistema de gestão de edifícios ou de um contrato de desempenho energético.

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

**Adaptação às Alterações Climáticas** A avaliação do critério DNSH para a adaptação às alterações climáticas foi também realizada ao nível de cada ativo, no entanto, verificou-se que existe potencial de progresso, uma vez que nem todos os ativos estabeleceram uma avaliação exaustiva dos riscos climáticos e da vulnerabilidade ou já definiram um plano de adaptação viável. Os ativos considerados em conformidade com este critério são todos os que apresentem uma avaliação robusta dos riscos e vulnerabilidades climáticas que permita a identificação dos riscos físicos significativos associados ao clima para o edifício, que constitua a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas, que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação. Esta avaliação de riscos climáticos físicos baseia-se em três cenários climáticos do IPCC, RCP 2.6, 4.5 e 8.5, a três horizontes temporais, presente, curto prazo (10 a 20 anos) e longo prazo (>30 anos). Esta avaliação inclui uma análise de vulnerabilidade e uma quantificação financeira do potencial impacto de cada risco físico. Após esta análise são desenvolvidos planos com soluções de adaptação para os riscos materiais identificados para cada ativo.

### CCM 9.3 Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios

#### Contribuição Substancial

**Mitigação das Alterações Climáticas** Esta atividade inclui auditorias energéticas, certificações, consultoria técnica e de benchmark, design de edifícios e gestão de energia, quer numa perspetiva de prestação de serviços quer numa perspetiva da implementação individual, o que confirma diretamente os critérios de contribuição substancial, em matéria de Taxonomia, para o objetivo das alterações climáticas, alíneas a), b) e c) da atividade 9.3.

#### Não prejudicar significativamente (DNSH)

**Adaptação às Alterações Climáticas** Tendo em conta que esta atividade não depende de ativos físicos para ser realizada, considerou-se que os serviços prestados não estão expostos a riscos físicos climáticos nem afetam adversamente os esforços de adaptação ou o nível da resiliência aos riscos físicos climáticos.

### CCA 9.1 Atividades de engenharia e consultoria técnica associada ao domínio da adaptação às alterações climáticas

#### Contribuição Substancial

**Adaptação às Alterações Climáticas** Esta atividade inclui consultoria técnica associada à avaliação de riscos climáticos, nomeadamente identificação de riscos físicos, monitorização e reporte alinhados com a taxonomia europeia.

#### Não prejudicar significativamente (DNSH)

**Mitigação das Alterações Climáticas** Não existem combustíveis fósseis associados às atividades dos ativos.

### WTR 1.1 Fabrico, instalação e serviços associados a tecnologias de controlo de fugas que permitem a redução e prevenção de fugas em sistemas de abastecimento de água

#### Contribuição Substancial

**Água** Esta atividade inclui a instalação de tecnologias de controlo de fugas em sistemas de abastecimento de água novos ou existentes, destinados a controlar a pressão nas áreas medidas distritais do sistema de abastecimento de água a uma pressão mínima. As tecnologias de controlo de fugas incluem, nomeadamente, válvulas de controlo de pressão, transmissores de pressão, medidores de caudal e dispositivos de comunicação e obras civis especiais, incluindo poços de visita para manutenção das válvulas de controlo de pressão.

#### Não prejudicar significativamente (DNSH)

**Adaptação às Alterações Climáticas** São identificados os principais riscos que podem afetar a atividade e a sua instalação não implica alterações estruturais quer nas tubagens quer nas instalações elétricas. Para além da identificação destes riscos, a Sonae realiza ainda uma avaliação de riscos climáticos físicos para os seus principais edifícios, baseando-se em três cenários climáticos do IPCC, RCP 2.6, 4.5 e 8.5, a três horizontes temporais, presente, curto prazo (10 a 20 anos) e longo prazo (>30 anos). Esta avaliação inclui uma análise de vulnerabilidade e uma quantificação financeira do potencial impacto de cada risco físico. Após esta análise são desenvolvidos planos com soluções de adaptação para os riscos materiais identificados para cada ativo.

**Economia Circular** Os resíduos gerados são reciclados, favorecendo a reutilização de matérias-primas. Equipamentos com anomalias são analisados e, quando possível, reparados para prolongar a sua vida útil. Além disso, opta-se por equipamentos projetados para maximizar o tempo de uso e que utilizam alimentação elétrica externa, reduzindo a geração de resíduos decorrentes da substituição de baterias.

**Poluição** Nenhum dos componentes dos equipamentos contém substâncias que constam no REACH e no RoHs.

**Biodiversidade** A atividade é realizada em ambientes urbanizados e fora de zonas sensíveis e envolve apenas a instalação de dispositivos de monitorização sem efeitos adversos significativos no ambiente, pelo que se entende não ser necessária a realização de uma AIA ou de uma verificação preliminar.

## CE 1.1 Fabrico de embalagens de plástico

### Contribuição Substancial

#### Economia Circular

Esta atividade contempla a venda de diversos artigos de plástico utilizados para embalagem, tais como sacos de plástico, bolsas, contentores, etc. A análise dos critérios foi efetuada por item.

(1) A composição de cada artigo foi verificada e cruzada com o critério: até 2028, pelo menos 35% do peso do produto é constituído por material reciclado para as embalagens não sensíveis ao contacto e pelo menos 10% para os produtos sensíveis ao contacto. As alíneas b) e c) consideram-se não aplicáveis, dado que os produtos de embalagem foram concebido para serem reutilizáveis, mas não no âmbito de um sistema de reutilização formal, e não incorporam bio-resíduos na sua composição.

(2) Informação obtida pelos fornecedores, comprovando 100% de reciclabilidade dos produtos de embalagem. Considera-se a evidência da existência de um "sistema de reciclagem" em prática e em escala no mercado nacional.

(3) Quando aplicável, foi avaliada a conformidade de cada artigo com o Regulamento REACH.

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

#### Mitigação das Alterações Climáticas

À data, não é possível responder a este critério, uma vez que as emissões dos produtos abrangidos são extrapoladas por categoria de produto, devido à sua baixa representatividade. A atividade foi considerada como não tendo cumprido os critérios.

#### Adaptação às Alterações Climáticas

Uma vez que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Nenhum dos fabricantes demonstrou desempenhar uma avaliação robusta dos riscos climáticos e da vulnerabilidade, que permita identificar os riscos físicos significativos associados ao clima para o funcionamento e que constitua a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação.

#### Água

Dado que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Foi avaliada a existência de um plano de gestão dos recursos hídricos. Quando a informação não foi obtida, a atividade foi considerada como não tendo cumprido os critérios.

#### Poluição

(1) Quando aplicável, foi avaliada a conformidade de cada artigo com o Regulamento REACH.

(2) Considera-se o critério referente às emissões provenientes do fabrico desses materiais como não aplicável, uma vez que o fornecedor tem o papel de "juntar" as matérias primas, e não o respetivo fabrico, pelo que não são referenciadas melhores técnicas disponíveis neste contexto.

#### Biodiversidade e Ecossistemas

Dado que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Foi avaliado se foi efetuada uma análise do impacto ambiental e se estão a ser executadas medidas de mitigação. Quando a informação não foi obtida, a atividade foi considerada como não tendo cumprido os critérios.

**Contribuição Substancial**

**Economia Circular**

A atividade económica consiste no fabrico de equipamentos elétricos e eletrónicos de marca própria para uso industrial, profissional e de consumo. A avaliação dos criterios é feita por item.

(1) Considera-se o primeiro critério não aplicável, uma vez que os produtos abrangidos não possuem ecolabel, não sendo um requisito (legal) solicitado aos fornecedores.

(2) Os critérios de design para longa vida útil (2.1), de design para reparo e garantia e instruções de desmontagem e reparação (2.2), e informações aos clientes (2.7) foram avaliados por item, quando aplicáveis, recorrendo a documentação relacionada com o desenvolvimento e conceção do produto, manuais e/ou fichas técnicas. As principais peças sobressalentes (2.2), estão disponíveis para reparadores profissionais e utilizadores finais de acordo com os critérios. A garantia comercial (2.2) cobre 3 anos, sem custos adicionais, de acordo com a lei nacional.

Os critérios de design para reutilização e remanufatura (2.3) não são aplicáveis, dado que os produtos abrangidos não possuem software.

As informações sobre o fim da vida útil do produto (2.4) estão disponíveis publicamente durante a vida útil do produto.

Aquando da aquisição dos produtos de Marca Própria, o forecedor assina o Quality Agreement e o Supplier Quality requirements, no qual se compromete a fornecer todas as evidências de que o produto cumpre com todos os requisitos regulamentares aplicáveis aos mesmos, designadamente CE, REACH, LVD, e inclusive são verificadas e apresentadas informações relativas às substâncias SVHC (2.4 e 2.6).

A data não é ainda possível apurar os critérios de Design para reciclabilidade (2.5).

A responsabilidade alargada do produtor (2.8) é assegurada pela delegação a uma entidade gestora destes fluxos (ERP Portugal).

**Não prejudicar significativamente (DNSH)**

**Mitigação das Alterações Climáticas** Os produtos são considerados como estando em conformidade se se enquadrarem nas três classes de eficiência energética mais elevadas, de acordo com o Regulamento (UE) 2017/1369 e, para os produtos que contenham fluídos refrigerantes, se cumprem o desempenho do PAG estabelecido no Regulamento (UE) n.º 517/2014. Foi aplicada uma avaliação por item, onde foi verificada a etiqueta energética ou documentação técnica de cada produto.

**Adaptação às Alterações Climáticas** Uma vez que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Nenhum dos fabricantes demonstrou desempenhar uma avaliação robusta dos riscos climáticos e da vulnerabilidade, que permita identificar os riscos físicos significativos associados ao clima para o funcionamento e que constitua a base para a identificação de medidas de adaptação adequadas que sejam apresentadas como parte de um plano de adaptação.

**Água** Dado que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Foi avaliada a existência de um sistema ambiental, especificamente relacionado com as práticas de gestão e tratamento da água. Quando a informação não foi obtida, a atividade foi considerada como não tendo cumprido os critérios.

**Poluição** Foi avaliada a conformidade de cada artigo com o Regulamento REACH.

**Biodiversidade e Ecossistemas** Dado que os produtos são fabricados em fábricas de terceiros, a informação foi avaliada através dos fornecedores. Foi avaliado se foi efetuada uma análise do impacto ambiental e se estão a ser executadas medidas de mitigação. Quando a informação não foi obtida, a atividade foi considerada como não tendo cumprido os critérios.

## CE 4.1 Fornecimento de soluções de tecnologias da informação/tecnologias operacionais baseadas em dados

### Contribuição Substancial

	<p>A atividade consiste na Instalação de software de avaliação de ciclo de vida. Trata-se de uma plataforma de pesquisa independente, que mede a pegada de carbono de produtos alimentares ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a fase agrícola até o processamento, transporte, manufatura, uso e descarte. A ferramenta permite o uso de dados primários e secundários para a execução das LCA, e fornece também insights ao nível de ingrediente. Cumpre com as três alínias requeridas:</p>
<b>Economia Circular</b>	<p>a) Foi projectada de acordo com as orientações do GHG Protocol (referido como a Norma do Produto) para a medição e redução das emissões de GEE, bem como a norma ISO 14067. Adicionalmente, a metodologia de cálculo de pegada carbónica, é certificada pela Carbon Trust.</p> <p>b) Utiliza dados normalizados e robustos para análises de ciclo de vida. Esses dados incluem fatores de emissão de carbono, impactos ambientais de processos produtivos e materiais de embalagem frequentemente utilizados. Utiliza mais de 600 fontes acreditadas e atualiza continuamente as suas bases de dados para refletir os mais recentes estudos científicos e metodológicos.</p> <p>c) Com base em análises detalhadas, a plataforma oferece recomendações acionáveis para melhorar a pegada carbónica dos produtos alimentares.</p>

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

<b>Adaptação às Alterações Climáticas</b>	<p>Este critério não é aplicável uma vez que o software é um ativo intangível, não estando associado a infraestruturas ou elementos físicos suscetíveis a impactos climáticos. Além disso, a sua utilização não compromete os objetivos de adaptação ao clima nem afeta negativamente estruturas ou atividades relacionadas, dado que sua natureza imaterial não interage com o ambiente físico.</p>
<b>Água</b>	<p>Este critério não é aplicável uma vez que a aquisição de software não está relacionada a riscos de degradação ambiental, especificamente no que se refere à preservação da qualidade da água ou prevenção do stress hídrico. Além disso, não interfere na utilização ou proteção dos recursos hídricos, nem tem impacto sobre as massas de água ou o seu potencial ecológico.</p>
<b>Poluição</b>	<p>Este critério não é aplicável, uma vez que se trata de um software disponibilizado na cloud, não existem equipamentos físicos sob responsabilidade da Sonae associados ao seu desenvolvimento ou manutenção.</p>

## CE 5.1 Reparação, recondicionamento e refabrico

### Contribuição Substancial

<b>Economia Circular</b>	<p>(1) A atividade económica consiste na prestação de serviços de reparação e recondicionamento de equipamentos elétricos e eletrónicos.</p> <p>(2) O serviço está coberto por um contrato de venda, de acordo com as disposições relativas à conformidade do produto.</p> <p>(3) A reparação, recondicionamento, e remanufatura pode ser desempenhada internamente pelas empresas do Grupo, ou externamente por fornecedores. Internamente, procede-se aos planos de gestão de resíduos implementados. No caso de fornecedores, é analisada a existência de planos ou procedimentos de gestão de resíduos no fornecedor.</p>
--------------------------	---

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

<b>Mitigação das Alterações Climáticas</b>	<p>Os critérios de mitigação das alterações climáticas não se aplicam no âmbito dos produtos abrangidos nesta atividade.</p>
<b>Adaptação às Alterações Climáticas</b>	<p>Não são identificados riscos físicos relevantes associados ao clima para a atividade em questão.</p>
<b>Água</b>	<p>Não foi identificado o risco de degradação ambiental ligado à preservação da qualidade da água e à prevenção do stress hídrico.</p>
<b>Poluição</b>	<p>Todas as peças utilizadas nas operações de reparação, substituição ou renovação cumprem a legislação europeia aplicável à restrição de substâncias perigosas, nomeadamente o Regulamento REACH (CE) 1907/2006, a Diretiva 2011/65/UE (RoHS) e a Diretiva 2017/2102. Esta verificação é assegurada através das fichas técnicas e declarações dos fornecedores, que fazem parte do processo interno de aprovação de materiais.</p>



## CE 5.4 Venda de produtos em 2ª mão

### Contribuição Substancial

<b>Economia Circular</b>	<p>(1) Esta atividade inclui a venda de produtos em segunda mão prolongando a sua vida útil e reduzindo a necessidade de consumo de recursos virgens.</p> <p>(2) O produto está coberto por um contrato de venda e pode ter sido ou não anteriormente utilizado para o fim a que se destina por um outro cliente, no caso de não ter sido utilizado pode tratar-se de uma devolução ou recuperação de uma quebra.</p> <p>(3) Quando aplicável, a reparação, acondicionamento, e remanufatura pode ser desempenhada internamente pelas empresas do Grupo, ou externamente por fornecedores. Internamente, procede-se aos planos de gestão de resíduos implementados. No caso de fornecedores, é analisada a existência de planos ou procedimentos de gestão de resíduos no fornecedor.</p> <p>(4) Quando aplicável, é analisada a composição da embalagem de cada produto, e cruzada com os critérios da Taxonomia. Em casos que o produto vem de uma marca de fornecedor já embalado, não é possível garantir o cumprimento dos critérios, e por isso considera-se não aplicável.</p>
--------------------------	---

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

<b>Mitigação das Alterações Climáticas</b>	Os critérios de mitigação das alterações climáticas não se aplicam no âmbito dos produtos abrangidos nesta atividade.
<b>Adaptação às Alterações Climáticas</b>	Não são identificados riscos físicos relevantes associados ao clima para a atividade em questão.
<b>Água</b>	Não foi identificado o risco de degradação ambiental ligado à preservação da qualidade da água e à prevenção do stress hídrico.
<b>Poliuição</b>	Os produtos vendidos em segunda mão já foram previamente colocados no mercado pelos respetivos fabricantes, tendo sido sujeitos aos requisitos legais aplicáveis à data, incluindo normas de segurança de produto, restrições de substâncias químicas e ensaios de conformidade previstos na legislação europeia relevante, como REACH e RoHS. No processo de revenda, as empresas do Grupo não alteram os materiais, não adiciona substâncias e não realiza operações que possam modificar a composição química dos produtos. Por este motivo, a atividade não introduz novos riscos de poluição e não afeta o cumprimento dos requisitos regulamentares associados às substâncias permitidas ou restringidas.

## CE 5.5 Produto como serviço e outros modelos de serviços orientados para os resultados e a utilização circular

### Contribuição Substancial

<b>Economia Circular</b>	<p>(1) A atividade económica corresponde à prestação de serviço de aluguer de equipamentos elétricos e eletrónicos. Os termos e condições contratuais definidos para a prestação do serviço asseguram o cumprimento de todos os subcritérios descritos.</p> <p>(2) Considera-se que o serviço conduz, a um aumento da vida útil ou da intensidade de utilização do produto, uma vez que a empresa garante a sua funcionalidades de acordo com os parâmetros do fabricante, independentemente de possíveis marcas de uso visíveis.</p> <p>(3) Quando aplicável, é analisada a composição da embalagem de cada produto, e cruzada com os critérios da Taxonomia.</p>
--------------------------	--

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

<b>Mitigação das Alterações Climáticas</b>	Os critérios de mitigação das alterações climáticas não se aplicam no âmbito dos produtos abrangidos nesta atividade.
<b>Adaptação às Alterações Climáticas</b>	Não são identificados riscos físicos relevantes associados ao clima para a atividade em questão.
<b>Água</b>	Não foi identificado o risco de degradação ambiental ligado à preservação da qualidade da água e à prevenção do stress hídrico.
<b>Poliuição</b>	Os produtos vendidos em segunda mão já foram previamente colocados no mercado pelos respetivos fabricantes, tendo sido sujeitos aos requisitos legais aplicáveis à data, incluindo normas de segurança de produto, restrições de substâncias químicas e ensaios de conformidade previstos na legislação europeia relevante, como REACH e RoHS. No processo de revenda, as empresas do Grupo não alteram os materiais, não adiciona substâncias e não realiza operações que possam modificar a composição química dos produtos. Por este motivo, a atividade não introduz novos riscos de poluição e não afeta o cumprimento dos requisitos regulamentares associados às substâncias permitidas ou restringidas.

## BIO 1.1 Conservação, incluindo o restauro, de habitats, ecossistemas e espécies

### Contribuição Substancial

A atividade económica inclui dois projetos de conservação: "Agroecologia" e "Sem Resíduos Pesticidas e Agricultura Regenerativa". A avaliação dos critérios foi efetuada por projeto.

#### Biodiversidade e Ecossistemas

- (1) Ambos os projetos contribuem para os critérios estabelecidos, e são executados em colaboração por múltiplos operadores. "Agroecologia" contribui para a manutenção e restauro dos ecossistemas, habitats e espécies, e o "Resíduo Zero e Agricultura Regenerativa" contribui para a preservação do bom estado dos ecossistemas.
- (2) Foi avaliado para cada projeto se foi conduzida uma descrição inicial da zona abrangida pela atividade de conservação, em conformidade com os elementos descritos.
- (3) Foi avaliado para cada projeto a evidência de um plano de gestão ou instrumento equivalente, em conformidade com os elementos descritos.
- (4) Foi avaliado por projeto a evidência de Auditorias conduzidas, no início da atividade de conservação, e no final do período de vigência, em conformidade com os elementos descritos.
- (5) Foi avaliado por projeto se a área onde a atividade decorre está abrangida por medidas de conservação reconhecidas, como a classificação como área protegida (ex.: Natura 2000 ou categorias UICN), inclusão em plano legal de ordenamento territorial ou outro mecanismo formal de conservação. Adicionalmente, foi avaliado se é assegurada a existência e manutenção de um plano de gestão ou instrumento equivalente que garanta o cumprimento dos objetivos de conservação.
- (6) Foi avaliado por projeto os ganhos líquidos de biodiversidade resultantes da conservação/restauração, e a garantia do impedimento de introdução de espécies exóticas invasoras ou a gestão da sua propagação.

### Não prejudicar significativamente (DNSH)

#### Mitigação das Alterações Climáticas

Em ambos os projetos, a atividade não envolve a degradação de terras com elevado teor de carbono nem a degradação do ambiente marinho com elevado teor de carbono.

#### Adaptação às Alterações Climáticas

Para ambos os projetos foram identificados os principais riscos climáticos físicos que podem afetar a atividade agrícola, nomeadamente alterações na temperatura, na precipitação e a ocorrência de eventos extremos. Em resposta, estão a ser implementadas práticas de adaptação que incluem melhorias na gestão do solo, instalação de coberturas vegetais, promoção da biodiversidade e adoção de soluções biológicas e práticas de agricultura regenerativa, acompanhadas por ações de capacitação junto dos produtores para reforçar a resiliência das explorações agrícolas.

#### Água

Para o projeto "Agroecologia" não se identificaram riscos relacionados com a qualidade da água. Para o projeto "Resíduo Zero e Agricultura Regenerativa", embora não tenham sido identificados riscos significativos relacionados com a qualidade da água em algumas iniciativas, foram igualmente reconhecidas oportunidades de melhoria na proteção de corpos de água superficiais e subterrâneos. Para mitigar potenciais impactos, estão a ser promovidas práticas com o objetivo de reduzir a lixiviação de nutrientes e reforçar a proteção dos recursos hídricos.

#### Poluição

Os critérios de poluição são apenas aplicáveis ao projeto "Resíduo Zero e Agricultura Regenerativa":

- (1) O projeto visa reduzir a utilização de pesticidas ao mínimo e promove abordagens ou técnicas alternativas (ex. uso de produtos naturais ou isentos de LMR), em conformidade com a Diretiva 2009/128/CE.
- (2) O projeto visa a racionalização da utilização de fertilizantes, sendo uma constante para atingir os objetivos do projeto.
- (3) O projeto adota o princípio da não utilização de pesticidas perigosos, excessivamente persistentes ou com riscos conhecidos para a saúde humana, nomeadamente os que incluem ingredientes ativos enumerados no anexo I, parte A, do Regulamento (UE) 2019/1021
- (4) O projeto visa evitar a poluição da água e do solo, e adota medidas de limpeza em caso de poluição.
- (5) O projeto cumpre a legislação nacional relevante em matéria de ingredientes activos: os tratamentos aprovados pelos programas "ZERYA" são verificados no registro SIFITO, cumprindo com a legislação em vigor.

## PPC 1.1 Produção de ingredientes farmacêuticos ativos (API) ou substâncias ativas

### Contribuição Substancial

#### Poluição

A atividade económica consiste na extração de aminoácidos livres da queratina, uma proteína animal naturalmente presente nas penas das aves que serve para a produção de xarope mucolítico. Considera-se a atividade não alinhada, pela ausência de informação para efetuar a análise de alinhamento.

Para as atividades identificadas como não alinhadas, a Sonae está a reforçar e aperfeiçoar o processo de recolha de evidências que possam demonstrar não só a sua elegibilidade, mas também o potencial alinhamento. Este é um esforço contínuo que exige um compromisso crescente na obtenção de informação robusta, num contexto em que a colaboração com a cadeia de valor, em particular com os nossos fornecedores, revela-se essencial. No entanto, é reconhecido que muitos destes parceiros não estão ainda plenamente preparados para responder aos rigorosos requisitos da Taxonomia da UE, o que representa um desafio adicional na obtenção dos dados necessários.

### Salvaguardas Mínimas

A Taxonomia Europeia estabelece que uma atividade económica só pode ser considerada sustentável do ponto de vista ambiental se, para além de cumprir os critérios de contribuição substancial e de "não prejudicar significativamente", for exercida em conformidade com as salvaguardas mínimas, de acordo com as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Empresas e Direitos Humanos, as Normas Laborais Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (ILO) e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

A avaliação das salvaguardas mínimas segue as orientações emitidas pela Plataforma da UE para o Financiamento Sustentável e pela Comissão Europeia relativas à aplicação do Artigo 18.º do Regulamento da Taxonomia. A conformidade é avaliada ao nível do Grupo com base em dois critérios: (1) a existência de processos adequados de devida diligência em matéria de direitos humanos; e (2) a existência de processos e controlos nas áreas de direitos humanos, corrupção, fiscalidade, concorrência leal e igualdade de género, bem como a ausência de violações nestas matérias por parte da holding, das suas subsidiárias ou da gestão de topo.

A avaliação das Salvaguardas Mínimas foi efetuada ao nível do Grupo, tendo também em consideração as atividades elegíveis em análise. Importa referir que os principais procedimentos nas operações do Grupo relativos à conformidade com as salvaguardas mínimas são desenvolvidos no contexto dos negócios core das suas subsidiárias, que na sua maioria não estão, atualmente, abrangidas no âmbito da Taxonomia. Por conseguinte, embora reconhecendo que as políticas e procedimentos do Grupo são fundamentais para as atividades elegíveis identificadas, a análise avalia as práticas atuais das sub-holdings do Grupo em matéria de due diligence de direitos humanos, anticorrupção, tributação, concorrência justa e igualdade de género.

O conjunto das atividades consideradas elegíveis representa apenas uma fração dos serviços prestados e dos investimentos realizados pelo Grupo. A maioria destas operações está concentrada em Portugal e em países europeus, evidenciando um baixo risco de inconformidade, enquanto uma parte relevante das operações de fabrico está localizada no exterior, apresentando um maior esforço por parte das marcas do Grupo para manter o cumprimento das salvaguardas mínimas. Considerando todos estes aspetos, o Grupo

considera que as suas operações não estão sujeitas a violações relativamente ao cumprimento com as salvaguardas mínimas.

**1. Incorporação de due diligence no governo societário da organização e na política**

A Sonae formaliza o seu compromisso de respeitar e promover os direitos humanos através da sua Política de Direitos Humanos, um documento público que reflete os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, bem como outras normas nacionais e internacionais relevantes. No contexto do seu modelo de governação corporativa, a Sonae assegura a diligência devida na integração de fatores ambientais, sociais e de governação (ESG) nos processos de tomada de decisão, promovendo uma cultura de transparência e responsabilização. O Conselho de Administração, com o apoio de comités especializados, supervisiona a implementação das políticas de sustentabilidade, incluindo a gestão de riscos e impactos relacionados com direitos humanos. O respeito pelos direitos humanos constitui um princípio fundamental para a conformidade das operações da Sonae e das suas subsidiárias. A empresa espera que colaboradores, fornecedores, parceiros e outros stakeholders adotem os mesmos padrões de conduta ética e respeitem os valores defendidos na Política de Direitos Humanos e nos Códigos de Conduta da organização.

Política de Direitos Humanos  
ESRS 2 MDRP, ESRS S2-1**2. Identificação e avaliação dos impactos adversos, incluindo através do envolvimento dos stakeholders**

A avaliação de dupla materialidade da Sonae, realizada em 2024, identificou os trabalhadores na cadeia de valor como um tema material, reconhecendo o potencial de impactos adversos ao longo da sua cadeia de abastecimento. Estes potenciais impactos são avaliados através de análises internas e de processos de envolvimento de stakeholders, incluindo interações com fornecedores. Em conformidade com os princípios estabelecidos no Código de Conduta para Fornecedores da Sonae e na Política de Direitos Humanos, o Grupo, através das suas sub-holdings, implementa mecanismos em várias fases para avaliar estes impactos. As auditorias realizadas pelas sub-holdings incluem entrevistas com trabalhadores dos fornecedores e outras técnicas destinadas a avaliar diversas questões sociais e de direitos humanos. No âmbito da preparação das auditorias, é realizada investigação prévia para compreender o contexto social e económico em que os trabalhadores se inserem, incluindo as condições de trabalho locais, salários, direitos laborais e potenciais riscos de discriminação. Os objetivos da auditoria são definidos antecipadamente, garantindo que o processo se concentra na identificação e compreensão das experiências e dos desafios dos trabalhadores relacionados com as condições de trabalho.

ESRS 2 SBM-3, ESRS S2-2

**3. Ações para enfrentar os impactos adversos**

Os contratos com fornecedores incorporam compromissos sociais e ambientais, sendo o seu cumprimento monitorizado através de auditorias, entrevistas e canais de feedback. As subsidiárias realizam auditorias ESG regulares, com especial atenção a geografias de maior risco, e desenvolvem iniciativas de capacitação junto dos fornecedores. Sempre que são identificadas não conformidades ou oportunidades de melhoria, são definidos planos de ações corretivas, a implementar pelos fornecedores dentro de prazos estabelecidos. Estes planos incluem ações específicas e calendários de monitorização, sendo a sua implementação acompanhada pelas subsidiárias.

ESRS S2-2

**4. Rastreamento da efetividade da implementação**

A eficácia do envolvimento com trabalhadores da cadeia de valor é avaliada através de uma combinação de auditorias sistemáticas e de canais de feedback estabelecidos, incluindo sistemas de denúncia e mecanismos de reporte previstos no Código de Conduta para Fornecedores. As auditorias conduzidas pelas sub-holdings incluem a definição de planos de ações corretivas para os fornecedores, cuja implementação é posteriormente monitorizada.

ESRS S2-2

**5. Comunicação**

O Grupo divulga diversos elementos relacionados com os direitos humanos na sua cadeia de valor no relatório não financeiro, tais como: liberdade de associação e negociação coletiva; operações e fornecedores críticos avaliados com base em critérios ESG; número de condenações/montante de multas por violação de leis anticorrupção e antissuborno; número de incidentes confirmados de corrupção ou suborno; número de casos de incumprimento dos princípios de direitos humanos que envolvam trabalhadores da cadeia de valor; e reporte de quaisquer incidentes graves de direitos humanos ligados à cadeia de valor a montante e a jusante da organização.

ESRS S2-1, S2-4, ESRS G1-2

**6. Remediação, que inclui o estabelecimento de um mecanismo de reclamação**

Os valores e princípios da Sonae assentam no respeito absoluto e na adoção de regras de boa conduta na gestão de conflitos de interesse e deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros. A Empresa dispõe de contactos permanentes para a comunicação de irregularidades ao Conselho Fiscal, à Comissão de Ética e ao Provedor.

ESRS S2-3

## **Critério 2: Existência de processos e controlos em vigor em matéria de direitos humanos, corrupção, tributação, concorrência justa, igualdade de género e ausência de infrações ou violações**

<b>Direitos Humanos</b>	<b>Referência</b>
<p>Não existem evidências de qualquer infração na Sonae em matérias relacionadas com os direitos humanos e legislação laboral. Em 2024, nenhuma operação sujeita a uma reavaliação dos direitos humanos e/ou avaliação de impacto foi registada a este respeito.</p>	Código de Ética e Conduta
<b>Anti-corrupção</b>	
<p>O modelo de governo societário do Grupo Sonae gere o risco de corrupção através de três níveis: (1) identificação, avaliação e mitigação, realizada internamente em cada unidade de negócio; (2) disponibilização de canais formais para denunciar qualquer infração relativa a corrupção; e (3) formação dos colaboradores, incluindo o senior management.</p> <p>Não existem evidências nem a Sonae tem processos judiciais pendentes sobre questões de corrupção ou suborno.</p>	ESRS G1-1, G1-3, G1-4 Código de Ética e Conduta Política de Prevenção da Corrupção
<b>Tributação</b>	
<p>O Grupo Sonae identifica Riscos Legais, Fiscais e Regulamentares como parte integrante dos principais riscos do seu controlo interno de gestão, tendo em vigor processos adequados para garantir a proteção dos interesses da empresa e dos negócios no rigoroso cumprimento dos seus deveres legais, bem como na aplicação de boas práticas.</p> <p>Não existem evidências nem a Sonae tem processos judiciais pendentes de questões de evasão fiscal.</p>	Política Fiscal
<b>Concorrência Justa</b>	
<p>A Sonae cumpre as regras legais e as normas de mercado, promovendo uma concorrência justa e saudável. O Código de Ética e Conduta da Sonae inclui políticas de concorrência justa, que são comunicadas aos colaboradores e ao senior management através de formação.</p> <p>Não existem sentenças finais e sem recurso por infração às leis da concorrência na Sonae.</p>	ESRS G1-1 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas
<b>Igualdade de Género</b>	
<p>A Sonae está em total cumprimento da Lei n.º 62/2017. O Grupo dispõe de um plano para a igualdade de género, sujeito a revisão anual, que abrange todas as empresas detidas a 100%, e que visa promover boas práticas no âmbito da igualdade de género, aplicável aos seus colaboradores e aos membros dos órgãos sociais. A Sonae procede anualmente a uma autoavaliação exaustiva da igualdade de género, apresentando uma retrospectiva das medidas implementadas até à data e em curso, bem como o plano para o ano seguinte.</p> <p>O Plano inclui o compromisso do Grupo em 7 dimensões: 1) Estratégia, missão e valores; 2) Igualdade de acesso ao emprego; 3) Formação inicial e contínua; 4) Igualdade nas condições de trabalho; 5) Proteção da parentalidade; 6) Equilíbrio entre vida profissional, familiar e pessoal; e 7) Prevenção do assédio no local de trabalho. O Grupo divulga vários elementos em matéria de Igualdade de Género no relatório não-financeiro, tais como a diferença de remuneração entre homens e mulheres, a diversidade de género no Conselho de Administração, entre outros.</p>	Plano para a Igualdade de Género ESRS S1

## Indicadores-Chave de Desempenho para a Taxonomia Europeia

Os três Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs) são calculados de acordo com as IFRS, em conformidade com as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O Volume de Negócios, o investimento (CapEx) e custos operacionais (OpEx) da Taxonomia foram obtidos em conformidade com os critérios especificados no Anexo I do Regulamento Delegado de Divulgação, para empresas não-financeiras, e foram determinados com base nos cálculos seguintes.

### Volume de Negócios

O volume de negócios líquido de €11.360m (€9.947m em 2024) representa o denominador para o KPI do volume de negócios, que pode ser obtido na demonstração de resultados consolidada. O KPI do volume de negócios é particularmente relevante para as atividades imobiliárias e de retalho. O volume de negócios da Taxonomia da Sonae consiste numa pequena parcela das receitas globais do Grupo, uma vez que a maioria das atividades core do Grupo não estão compreendidas no âmbito da Taxonomia.

O volume de negócios alinhado em 2025 registou um aumento de mais de 18% em comparação com 2024 principalmente devido ao alinhamento do Taxo 4 relativamente às atividades de venda de produtos de marca própria e serviços pós-venda (reparação e acondicionamento).

Volume de Negócios	Descrição
<b>Numerador</b>	<p>Total de volume de negócios líquido resultante de produtos e serviços associados a atividades elegíveis de Taxonomia (alinhados e não alinhados):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Receitas da venda de eletrodomésticos de marca própria, de fontes de luz, de sistemas de refrigeração e ventilação e de equipamentos elétricos e outros equipamentos eletrónicos (atividades MAC 3.5, EC 1.2 e MAC 7.3), bem como da venda de embalagens de plástico de marca própria (atividade EC 1.1) e de produtos em segunda mão (atividades EC 1.2 e EC 5.4)</li> <li>Rendimentos de serviços de reparação e acondicionamento (atividade CE 5.1) e de outros serviços técnicos (atividades MAC 7.4, MAC 7.6, AAC 9.1 e MAC 9.3)</li> </ul> <p>Rendimentos de locações, de rendas fixas e de contratos de arrendamento de imóveis e outros rendimentos operacionais (atividade MAC 7.7)</p>
<b>Denominador</b>	Total de volume de negócios líquido calculado de acordo com a IAS 1.82 a)

## CapEx

O total de investimento consolidado apresentado no denominador ascendeu a €723m durante o exercício de 2025 (€741m em 2024).

O denominador de CapEx inclui o investimento ocorrido no exercício relativo a ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, propriedades de investimentos e ativos de direito de uso.

Com referência às atividades económicas relevantes, o CapEx divulgado é principalmente relacionado com atividades imobiliárias e de promoção imobiliária (MAC 7.1, MAC 7.2 e MAC 7.7).

O CapEx adicional resulta de medidas de suporte relacionadas com a aquisição e instalação de equipamento técnico, trabalhos de renovação e atualização de contratos de locação financeira de veículos, seja para dar suporte às atividades comerciais ou para promover a eficiência das operações.

As atividades de retalho (EC 1.1, EC 1.2, MAC 3.5) não contribuem para o aumento do CapEx, uma vez que a produção de produtos de marca própria é subcontratada.

CapEx	Descrição
<b>Numerador</b>	<p>Total de investimento como soma de: CapEx derivado de ativos ou processos que estão associados a atividades económicas elegíveis de Taxonomia:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>CapEx operacional de imobiliário, trabalhos de construção e renovação (atividades MAC 7.1, MAC 7.2, MAC 7.7), incluindo também outros custos gerais (por exemplo, terrenos) e custos financeiros relacionados com projetos de construção</li> <li>CapEx operacional para dar suporte aos serviços de reparação (EC 5.1, EC 5.4)</li> </ul> <p>Capex relacionado com a aquisição de produtos e serviços de atividades elegíveis para a Taxonomia e com a implementação de medidas individuais que permitem a operação das atividades core com baixo teor de carbono ou emissões reduzidas de GEE:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>contratos de locação operacional para a frota de veículos (MAC 6.5) e para o serviço de transporte de veículos pesados subcontratados (MAC 6.6)</li> <li>aquisição e instalação de sistemas e equipamentos técnicos (atividades MAC 7.3, MAC 7.4, MAC 7.5, MAC 7.6, RHM 1.1)</li> </ul>
<b>Denominador</b>	<p>Total de investimento como soma de: Adições a ativos tangíveis e intangíveis, durante o exercício, consideradas antes da depreciação, amortização e quaisquer reavaliações Propriedades de investimento (IAS 40) Locações que conduzem ao reconhecimento de um ativo sob direito de uso (IFRS 16.53 h) Adições resultantes de concentrações de atividades empresariais (IFRS 3).</p>

## OpEx

O total de custos operacionais consolidados apresentado no denominador ascendeu a €191m durante o exercício financeiro de 2025 (€191m em 2024).

O numerador do OpEx deriva principalmente de atividades de suporte ao negócio, relacionadas com iniciativas de manutenção de imóveis ou medidas de manutenção e reparação a equipamentos e sistemas técnicos (atividades MAC 7.3, MAC 7.7, EC 5.1).

O denominador de OpEx inclui custos relativos a locação de curto prazo, gastos com manutenção e reparação e outras despesas diretamente relacionadas com a manutenção diária dos ativos que se mostrem necessárias para o bom funcionamento desses mesmos ativos. Incluem também os custos com os processos associados a atividades económicas que são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental.

OpEx	Descrição
<b>Numerador</b>	<p>Total de custos operacionais como a soma de:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>OpEx derivado de ativos ou processos que estão associados a atividades económicas elegíveis de Taxonomia;</li><li>Custos operacionais de imobiliário, relacionados com manutenção e reparação (atividade MAC 7.7)</li><li>Rendas de imóveis, relacionadas com atividades de reparação (atividades EC 5.1, EC 5.4)</li><li>Trabalhos especializados, incluindo subcontratos e/ou registo em sistemas informáticos, e reparação e manutenção (atividades MAC 7.6, MAC 9.3, EC 5.1, EC 5.4)</li><li>Opex relacionado com a aquisição de produtos e serviços de atividades elegíveis para a Taxonomia e com a implementação de medidas que permitem a operação das atividades core com baixo teor de carbono ou emissões reduzidas de GEE;</li><li>Serviços de manutenção e reparação de sistemas e equipamentos técnicos (atividades MAC 7.3, MAC 7.6) e da frota de veículos (MAC 6.5)</li></ul>
<b>Denominador</b>	<p>Total de custos operacionais como a soma dos gastos não-capitalizados diretos, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>Medidas de renovação de edifícios</li><li>Locações de curto prazo</li><li>Manutenção e reparação</li><li>Subcontratos e trabalhos especializados</li><li>Quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, executada pela Empresa ou por terceiros. Despesas relacionadas com a supervisão e segurança, limpeza, higiene e conforto.</li></ul>

## Atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil

Em cumprimento do Ato Delegado Complementar (2022/1214), nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não desenvolveu atividades relacionadas com o gás fóssil e energia nuclear, conforme tabela abaixo:

Atividades relacionadas com a energia nuclear	Linha	
A empresa realiza, financia ou tem exposições perante atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	1	NÃO
A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção e o funcionamento seguro de novas instalações nucleares destinadas a produzir eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como para a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	2	NÃO
A empresa realiza, financia ou tem exposições perante o funcionamento seguro de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir de energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança.	3	NÃO
Atividades relacionadas com o gás fóssil		
A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos.	4	NÃO
A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	5	NÃO
A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos.	6	NÃO

Proporção de Volume de Negócios de produtos ou serviços associados com atividades económicas alinhadas com a Taxonomia 2025 (milhões de euros)

Atividades económicas	Código(s)	Volume de Negócios 2025		Critérios de Contribuição Substancial (S - atividade elegível e alinhada N - atividade elegível mas não alinhada EL - atividade elegível N/EL - atividade não elegível)						Critérios de «não prejudicar substancialmente» (S - Sim; N - Não)						Salvaguardas Mínimas (S - Sim N - Não)	Volume de negócios 2024 (%) (A.1 - alinhado com a Taxonomia A.2 - elegível)	Categoria (C - atividade capacitante; T - atividade de transição)	
		(€m)	%	Objetivos						Objetivos									
				MAC	AAC	RHM	EC	PCP	BIO	MAC	AAC	RHM	EC	PCP	BIO				
<b>A Atividades elegíveis para a Taxonomia</b>																			
A.1 Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Reparação, acondicionamento e refabrico	EC 5.1	16,8	0,1 %	N/EL	N/EL	N/EL	S	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,1 %	
Venda de bens em segunda mão	EC 5.4	97,0	0,9 %	N/EL	N/EL	N/EL	S	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,6 %	
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	1,6	0,0 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios	MAC 7.4	0,0	0,0 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	C
Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	MAC 7.5	0,1	0,0 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	C
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6	1,6	0,0 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	C
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7	31,0	0,3 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,3 %	
Aquisição e propriedade de edifícios	AAC 7.7	9,5	0,1 %	N/EL	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	
Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	MAC 9.3	0,1	0,0 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	C
Atividades de engenharia e consultoria técnica associada no domínio da adaptação às alterações climáticas	AAC 9.1	0,0	0,0 %	N/EL	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	C
<b>A.1 Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas com a Taxonomia)</b>		<b>157,9</b>	<b>1,4 %</b>	<b>0,3 %</b>	<b>0,1 %</b>	<b>0,0 %</b>	<b>1,0 %</b>	<b>0,0 %</b>	<b>0,0 %</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>1,0 %</b>	
Das quais Capacitantes		1,9	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	C
Das quais de Transição		0,0	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	T





Atividades económicas	Código(s)	Volume de Negócios 2025		Critérios de Contribuição Substancial (S - atividade elegível e alinhada N - atividade elegível mas não alinhada EL - atividade elegível N/EL- atividade não elegível)						Critérios de «não prejudicar substancialmente» (S - Sim; N - Não)				Salvaguardas Mínimas (S - Sim N - Não)	Volume de negócios 2024 (%) (A.1 - alinhado com a Taxonomia A.2 - elegível)	Categoria (C - atividade capacitante; T - atividade de transição)	
		(€m)	%	MAC	AAC	Objetivos				MAC	Objetivos						
						RHM	EC	PCP	BIO		RHM	EC	PCP				BIO
A.2 Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)																	
Fabrico de embalagens de plástico	EC 1.1	13,2	0,1 %	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL							0,1 %	
Fabrico de equipamentos elétricos e eletrónicos	EC 1.2	80,3	0,7 %	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL							0,8 %	
Reparação, acondicionamento e refabrico	EC 5.1	16,8	0,1 %	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL							0,1 %	
Venda de bens em segunda mão	EC 5.4	0,0	— %	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL							0,0 %	
Produto como serviço e outros modelos de serviço circulares orientados para uso e resultados	EC 5.5	0,0	0,0 %	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL							0,0 %	
Fabrico de equipamentos dotados de eficiência energética para edifícios	MAC 3.5	60,9	0,5 %	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL							0,6 %	
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	7,3	0,1 %	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL							0,0 %	
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6	0,0	0,0 %	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL							0,0 %	
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7 / AAC 7.7	51,5	0,5 %	EL	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL							0,6 %	
Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	MAC 9.3	0,0	0,0 %	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL							0,0 %	
Produção de ingredientes farmacêuticos ativos (API) ou substâncias ativas	PCP 1.1	6,6	0,1 %	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL							0,1 %	
<b>A.2</b> Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)		<b>236,7</b>	<b>2,1 %</b>	<b>1,1 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,9 %</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>							<b>2,3 %</b>	
<b>A.</b> Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia (A.1 + A.2)		<b>394,6</b>	<b>3,5 %</b>	<b>1,4 %</b>	<b>0,1 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>2,0 %</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,0%</b>							<b>3,4 %</b>	
<b>B. Atividades não elegíveis para a Taxonomia</b>																	
Volume de negócios das atividades não elegíveis para taxonomia		<b>10.965,5</b>	<b>96,5 %</b>														
<b>Total (A + B)</b>		<b>11.360,1</b>	<b>100,0 %</b>														

Proporção de CapEx de produtos ou serviços associados com atividades económicas alinhadas com a Taxonomia 2025 (milhões de euros)

Atividades económicas	Código(s)	CapEx 2025		Critérios de Contribuição Substancial (S - atividade elegível e alinhada; N - atividade elegível mas não alinhada; EL - atividade elegível; N/EL - atividade não elegível)						Critérios de «não prejudicar substancialmente» (S - Sim; N - Não)						Salvaguardas Mínimas (S - Sim N - Não)	Capex 2024 (%) (A.1 - alinhado com a Taxonomia A.2 - elegível)	Categoria (C - atividade capacitante; T - atividade de transição)
		(€m)	%	Objetivos						Objetivos								
				MAC	AAC	RHM	EC	PCP	BIO	MAC	AAC	RHM	EC	PCP	BIO			
<b>A Atividades elegíveis para a Taxonomia</b>																		
A.1 Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																		
Fabrico. Instalação e serviços conexos referentes a tecnologias de controlo de perdas que permitam a redução e prevenção de perdas em sistemas de abastecimento de água	RHM 1.1	0,1	0,0 %	N/EL	N/EL	S	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	C
Fornecimento de soluções de TI/OT baseadas em dados	EC 4.1	0,1	0,0 %	N/EL	N/EL	N/EL	S	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	C
Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5	0,3	0,0 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	T
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	7,5	1,0 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	2,1 %	C
Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios	MAC 7.4	5,1	0,7 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,6 %	C
Instalação, manutenção e reparação de Instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	MAC 7.5	0,5	0,1 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,1 %	C
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6	5,4	0,8 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	1,6 %	C
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7	0,0	0,0 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	
Aquisição e propriedade de edifícios	AAC 7.7	0,6	0,1 %	N/EL	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	
<b>A.1 CapEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)</b>		<b>19,6</b>	<b>2,7 %</b>	<b>2,6 %</b>	<b>0,1 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>4,5 %</b>	
Das quais Capacitantes		18,7	2,6 %	2,6 %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	4,5 %	C
Das quais de Transição		0,3	0,0 %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	T



Atividades económicas	Código(s)	CapEx 2025		Critérios de Contribuição Substancial (S - atividade elegível e alinhada N - atividade elegível mas não alinhada EL - atividade elegível N/EL - atividade não elegível)						Critérios de «não prejudicar substancialmente» (S - Sim; N - Não)						Salvaguardas Mínimas (S - Sim N - Não)	Capex 2024 (%) (A.1 - alinhado com a Taxonomia A.2 - elegível)	Categoria (C - atividade capacitante; T - atividade de transição)
		(€m)	%	Objetivos						Objetivos								
				MAC	AAC	RHM	EC	PCP	BIO	MAC	AAC	RHM	EC	PCP	BIO			
A.2 Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)																		
Fabrico, instalação e serviços associados para tecnologias de controlo de fugas que permitem a redução e prevenção de fugas em sistemas de abastecimento de água	RHM 1.1	0,1	0,0 %	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL	N/EL								0,0 %	
Recolha e transporte de resíduos não perigosos e perigosos	EC 2.3	2,5	0,4 %	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL								0,0 %	
Reparação, acondicionamento e refabrico	EC 5.1	0,3	0,0 %	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL								0,0 %	
Conservação, incluindo restauro, de habitats, ecossistemas e espécies	BIO 1.1	0,1	0,0 %	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	EL								0,0 %	
Transportes em motocicletas, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5	12,9	1,8 %	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0,4 %	
Serviços de transporte rodoviário de mercadorias	MAC 6.6	0,9	0,1 %	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0,1 %	
Construção de edifícios novos	MAC 7.1 EC 3.1	9,0	1,3 %	EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL								1,3 %	
Renovação de edifícios existentes	MAC 7.2 EC 3.2	39,1	5,4 %	EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL								8,2 %	
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	1,1	0,2 %	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0,2 %	
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7 / AAC 7.7	58,1	8,0 %	EL	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								9,7 %	
<b>A.2 CapEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)</b>		<b>124,3</b>	<b>17,2 %</b>	<b>16,8 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,4 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>								<b>19,9 %</b>	
<b>A. CapEx das atividades elegíveis para taxonomia (A.1 + A.2)</b>		<b>143,9</b>	<b>19,9 %</b>	<b>19,4 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,4 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>								<b>24,4 %</b>	
<b>B. Atividades não elegíveis para a Taxonomia</b>																		
CapEx das atividades não elegíveis para taxonomia		<b>578,8</b>	<b>80,1 %</b>															
<b>Total (A + B)</b>		<b>722,8</b>	<b>100,0 %</b>															

Proporção de OpEx de produtos ou serviços associados com atividades económicas alinhadas com a Taxonomia 2025 (milhões de euros)

Atividades económicas	Código(s)	OpEx 2025		Critérios de Contribuição Substancial (S - atividade elegível e alinhada N - atividade elegível mas não alinhada EL - atividade elegível N/EL - atividade não elegível)						Critérios de «não prejudicar substancialmente» (S - Sim; N - Não)						Salvaguardas Mínimas (S - Sim N - Não)	Opex 2024 (%) (A.1 - alinhado com a Taxonomia A.2 - elegível)	Categoria (C - atividade capacitante; T - atividade de transição)	
		(€m)	%	MAC	AAC	RHM	EC	PCP	BIO	MAC	AAC	RHM	EC	PCP	BIO				
																			Objetivos
<b>A Atividades elegíveis para a Taxonomia</b>																			
A.1 Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Reparação, acondicionamento e refabrico	EC 5.1	0.1	0,0 %	N/EL	N/EL	N/EL	S	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	
Venda de bens em segunda mão	EC 5.4	0.4	0,2 %	N/EL	N/EL	N/EL	S	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,2 %	
Transportes em motocicletas, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5	0,0	0,0 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	T
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	0.8	0,4 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,1 %	C
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6	0.4	0,2 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,1 %	C
Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	MAC 9.3	0,0	0,0 %	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	S	0,1 %	C
<b>A.1 OpEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas com a Taxonomia)</b>		<b>1.7</b>	<b>0,8 %</b>	<b>0,6 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>S</b>	<b>0,5 %</b>	
Das quais Capacitantes		1.3	0,6 %	0,6 %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	0,3 %	C
Das quais de Transição		0,0	0,0 %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	S	S	S	S	S	S	S	S	0,0 %	T

Atividades económicas	Código(s)	OpEx 2025		Critérios de Contribuição Substancial (S - atividade elegível e alinhada N - atividade elegível mas não alinhada EL - atividade elegível N/EL- atividade não elegível)						Critérios de «não prejudicar substancialmente» (S - Sim; N - Não)						Salvaguardas Mínimas (S - Sim N - Não)	Opex 2024 (%) (A.1 - alinhado com a Taxonomia A.2 - elegível)	Categoria (C - atividade capacitante: T - atividade de transição)
		(€m)	%	Objetivos						Objetivos								
				MAC	AAC	RHM	EC	PCP	BIO	MAC	AAC	RHM	EC	PCP	BIO			
A.2 Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)																		
Reparação, acondicionamento e refabrico	EC 5.1	2.6	1,2 %	N/EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL	N/EL								1,3 %	
Transportes em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veiculos comerciais ligeiros	MAC 6.5	0,0	0,0 %	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0,1 %	
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	2.8	1,4 %	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								1,0 %	
Aquisição e propriedade de edificios	MAC 7.7	2.4	1,1 %	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								0,6 %	
<b>A.2 OpEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)</b>		<b>7.8</b>	<b>3,7 %</b>	<b>2,5 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>1,2 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>								<b>3,0 %</b>	
<b>A. OpEx das atividades elegíveis para taxonomia (A.1 + A.2)</b>		<b>9.5</b>	<b>4,5 %</b>	<b>3,1 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>1,4 %</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>								<b>3,5 %</b>	
<b>B. Atividades não elegíveis para a Taxonomia</b>																		
OpEx das atividades não elegíveis para taxonomia		<b>200.2</b>	<b>95,5 %</b>															
<b>Total (A + B)</b>		<b>209.7</b>	<b>100,0 %</b>															

#### Proporção de Volume de Negócios, CapEx e OpEx por Objetivo

Objetivo	Proporção de Volume de Negócios		Proporção de CapEx		Proporção de OpEx	
	Alinhado com a Taxonomia	Elegível para a Taxonomia	Alinhado com a Taxonomia	Elegível para a Taxonomia	Alinhado com a Taxonomia	Elegível para a Taxonomia
<b>MAC</b>	0,3 %	1,4 %	2,6 %	19,4 %	0,6 %	3,1 %
<b>AAC</b>	0,1 %	0,1 %	0,1 %	0,1 %	0,0 %	0,0 %
<b>RHM</b>	0,0	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %
<b>EC</b>	1,0 %	2,0 %	0,0 %	0,4 %	0,2 %	1,4 %
<b>PCP</b>	0,0	0,1 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %
<b>BIO</b>	0,0	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %	0,0 %

# Modelo de Financiamento Sustentável

O *Sustainability-Linked Financing Framework (SLFF)* constitui a abordagem estratégica da Sonae para integrar a sustentabilidade em instrumentos financeiros, como obrigações e empréstimos. Este enquadramento associa esses instrumentos financeiros a resultados climáticos e sociais, através de KPIs e metas que aceleram melhorias mensuráveis. No âmbito deste *framework*, foram definidos processos de verificação e reporte para assegurar transparência e responsabilização.

Os principais componentes incluem:

- **KPI #1:** Redução de 43% das emissões absolutas dos Âmbitos 1 e 2 até 2030, face a 2022 (excluindo Sierra, Musti e Sparkfood);
- **KPI #2:** Redução de 73% da intensidade das emissões dos Âmbitos 1 e 2 por m<sup>2</sup> até 2030, face a 2019 (na Sierra);
- **KPI #3:** Alcançar 45% de mulheres em posições de liderança (WIL) até 2026 (excluindo a Arenal\*).

O SLFF foi objeto de asseguuração independente pela KPMG, e o progresso anual face aos KPIs é objeto de verificação externa pela PwC no âmbito do Relatório Anual, conforme indicado abaixo.

	Baseline		Target		Resultados e Progresso		Status 2025
	Valor	Ano	Valor	Ano	2024	2025	
<b>KPI #1</b>	162.583	2022	-43 %	2030	130.578 (-19,7%)	121.578 (-25%)	✓
<b>KPI #2</b>	30,7	2019	-73 %	2030	16,7 (-45,6%)	15,8 (-48,5%)	✓
<b>KPI #3</b>	34 %	2019	45 %	2026	41 %	42 %	×

\*No KPI #3: Arenal integra o Grupo Druni. Este indicador exclui também Musti, BCF Life Sciences, EVRA, Público, Worten Canárias.

Ao associar o financiamento a resultados ambientais e sociais mensuráveis, nomeadamente a descarbonização e os ganhos de eficiência, a par de uma liderança mais inclusiva, o SLFF garante que a estratégia financeira da Sonae apoia diretamente a concretização da sua estratégia de sustentabilidade, reforçando a transparência e a responsabilização no desempenho em sustentabilidade.

Em paralelo, cada unidade de negócio operacionaliza as políticas do Grupo em função do seu setor e da sua cadeia de valor, acelerando a ação climática através da redução de emissões e da eficiência energética, ao mesmo tempo que reforça o impacto social, incluindo a equidade e o desenvolvimento da liderança, para assegurar um progresso consistente em toda a organização.

# 4.6.

## Asseguração Externa



### Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade sobre o relato de sustentabilidade consolidado

Exmo. Conselho de Administração

#### Conclusão de garantia limitada de fiabilidade

Realizámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre o relato de sustentabilidade consolidado da Sonae S.G.P.S., S.A. (o Grupo), incluído nas secções 4.1 a 4.5 da Declaração de Sustentabilidade (o "Relato de Sustentabilidade Consolidado"), com referência a 31 de dezembro de 2025 e para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

Com base nos procedimentos realizados e na prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relato de Sustentabilidade Consolidado, com referência a 31 de dezembro de 2025, não está preparado, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com:

- as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade ("ESRS"), incluindo que o processo seguido pelo Grupo para identificar a informação relacionada no Relato de Sustentabilidade Consolidado (o "Processo") está de acordo com a descrição apresentada na nota "ESRS 2 Divulgações gerais"; e
- as divulgações previstas no Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (o "Regulamento da Taxonomia"), incluídas na nota "Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (EU) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Visão geral" dentro da secção "4.2. Informações ambientais" e na nota "Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (EU) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Metodologia e Resultados" dentro da secção "4.5. Anexos" do Relato de Sustentabilidade Consolidado.

#### Bases para a conclusão

O nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade foi realizado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados do que os realizados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ter sido obtida caso tivesse sido realizado um trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

As nossas responsabilidades ao abrigo desta norma estão descritas mais detalhadamente na secção

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 213 599 000 | Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social 314.000 EUR  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20101485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.  
Fiscalidade: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1000-121 Lisboa, Portugal  
DocId: NkYwG2Nw1Z7R1WJmJmFmE9MgYwDYvHjUNdGdNEM1Nz2KTAHTVtFRQ==

pwc.pt



"Responsabilidades do Auditor".

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa conclusão.

#### Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade 1 ("ISQM 1"), a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que incluí políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

#### Responsabilidades do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização pelo Relato de Sustentabilidade

É da responsabilidade do Conselho de Administração conceber, implementar e manter um processo para identificar a informação que consta do Relato de Sustentabilidade Consolidado, de acordo com as ESRS, e por divulgar este processo na nota "ESRS 2 Divulgações gerais" do Relato de Sustentabilidade Consolidado. Esta responsabilidade inclui:

- a compreensão do contexto em que as atividades e as relações comerciais do Grupo ocorrem e de que forma as partes interessadas podem ser afetadas;
- a identificação dos impactos reais e potenciais (negativos e positivos) relacionados com questões de sustentabilidade, bem como dos riscos e oportunidades que afetam, ou que se poderia razoavelmente esperar que afetem, a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa, o acesso ao financiamento ou o custo de capital do Grupo no curto, médio ou longo prazo;
- a avaliação da materialidade dos impactos, riscos e oportunidades identificados relacionados com matérias de sustentabilidade, através da seleção e aplicação de limites adequados; e
- a definição de pressupostos que sejam razoáveis nas circunstâncias.

É ainda da responsabilidade do Conselho de Administração do Grupo:

- a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com as ESRS;
- a preparação das divulgações incluídas na nota "Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (EU) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Visão geral" dentro da secção "4.2. Informações ambientais" e na nota "Divulgações nos termos do Artigo 8.º do Regulamento (EU) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) - Metodologia e Resultados" dentro da secção "4.5. Anexos" do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com o Regulamento da Taxonomia;
- a conceção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno que o Conselho de

Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade sobre o relato de sustentabilidade consolidado  
31 de dezembro de 2025

Sonae S.G.P.S., S.A.  
PwC 2 de 5

Administração determine ser necessário para permitir a elaboração do Relato de Sustentabilidade Consolidado isento de distorções materiais, devido a fraude ou a erro; e

- a seleção e aplicação de métodos adequados para a preparação do Relato de Sustentabilidade e a definição de pressupostos e estimativas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

O Órgão de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato de sustentabilidade consolidado do Grupo.

#### Limitações inerentes à preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado

Ao relatar informação prospetiva de acordo com as ESRS, o Conselho de Administração do Grupo é obrigado a preparar as informações prospetivas com base em pressupostos divulgados relativos a acontecimentos que podem ocorrer no futuro e possíveis ações futuras do Grupo. Frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma prevista, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos.

#### Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em planejar e executar um trabalho de garantia de fiabilidade para obter garantia limitada sobre se o Relato de Sustentabilidade Consolidado está isento de distorções materiais, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade que inclua a nossa conclusão. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, se possa razoavelmente esperar que influenciem as decisões dos utilizadores tomadas com base no Relato de Sustentabilidade Consolidado como um todo.

Como parte de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade realizado de acordo com a ISAE 3000 (Revista), exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo do trabalho.

As nossas responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado, no que diz respeito ao Processo, incluem:

- obter uma compreensão do Processo, mas não com o propósito de expressar uma conclusão sobre a eficácia do Processo, incluindo o resultado do mesmo;
- considerar se a informação apresentada dá resposta aos requisitos de divulgação das ESRS aplicáveis; e
- conceber e executar procedimentos para avaliar se o Processo é consistente com a descrição efetuada pelo Grupo do seu Processo, conforme divulgado na nota "ESRS 2 Divulgações gerais".

As nossas outras responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado incluem:

- identificar divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, quer devido a fraude ou a erro; e
- conceber e executar procedimentos dirigidos às divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado onde seja provável que ocorram distorções materiais. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade sobre o relato de sustentabilidade consolidado  
31 de dezembro de 2025

Sonae S.G.P.S., S.A.  
PwC 3 de 5





### Resumo do trabalho realizado

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade envolve a execução de procedimentos para obter evidências sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado.

A natureza, a tempestividade e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do julgamento profissional, incluindo a identificação de divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, devido a fraude ou a erro, no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Na condução do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Processo:

- obtivemos a compreensão do Processo através de:
  - a realização de indagações para entender as fontes de informação utilizadas pela gestão (por exemplo, envolvimento de partes interessadas, planos de negócio e documentos estratégicos) e;
  - b revisão da documentação interna do Grupo sobre o seu Processo.
- avalíamos se as evidências obtidas com base nos nossos procedimentos sobre o Processo implementado pelo Grupo eram consistentes com a descrição do Processo divulgada na nota "ESRS 2 Divulgações gerais".

Na condução do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado:

- obtivemos uma compreensão dos processos de relato do Grupo relevantes para a preparação do seu Relato de Sustentabilidade Consolidado através da compreensão do ambiente de controlo, processos e sistema de informação do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não com o objetivo de expressar uma conclusão sobre a eficácia do controlo interno do Grupo.
- avalíamos se a informação material identificada no Processo está incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- avalíamos se a estrutura e a apresentação do Relato de Sustentabilidade Consolidado estão em conformidade com as ESRS;
- realizámos indagações ao pessoal relevante e procedimentos analíticos sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado
- realizámos procedimentos substantivos, numa base de amostragem, sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- obtivemos evidências sobre os métodos utilizados para desenvolver estimativas e informações prospetivas materiais;

- obtivemos uma compreensão do processo seguido pelo Grupo para identificar atividades económicas elegíveis e alinhadas com a taxonomia e as correspondentes divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, ROC n.º 1426  
Registado na CMVM com o n.º 20161036



# 4.7.

## Outros Instrumentos ESG

### Ratings ESG

Em 2025, a Sonae continuou a reforçar o seu compromisso com a transparência e a melhoria contínua do desempenho ESG, respondendo a alguns dos principais referenciais internacionais de avaliação de sustentabilidade utilizados por investidores, financiadores e outras partes interessadas. Estas classificações constituem um importante referencial para avaliar a robustez da abordagem da Sonae em matéria ambiental, social e de governação, bem como a capacidade do Grupo para gerir riscos, captar oportunidades e criar valor sustentável a longo prazo.

Durante o ano, a Sonae foi avaliada, entre outros, pela S&P Global, CDP, MSCI, ISS ESG e Sustainalytics. Estes resultados devem ser interpretados tendo em conta que cada entidade utiliza a sua própria metodologia, universo de comparação, ciclo de atualização e escala de avaliação, não sendo diretamente comparáveis. Assim, as classificações apresentadas devem ser entendidas como complementares e não equivalentes.

#### S&P Global

A Sonae respondeu ao Corporate Sustainability Assessment (CSA) da S&P Global, uma das avaliações ESG mais reconhecidas a nível internacional. Para o ciclo de avaliação de 2025, a S&P Global atribuiu à Sonae um CSA Score de 64 e um ESG Score de 65, no setor FDR Food & Staples Retailing, com a última atualização pública datada de 20 de janeiro de 2026. A S&P Global explica que o CSA Score reflete a pontuação resultante diretamente da avaliação da empresa, enquanto o ESG Score pode adicionalmente incorporar informação pública, análise de media e de partes interessadas, bem como modelos de análise.

Este desempenho garantiu a inclusão da Sonae no S&P Global Sustainability Yearbook 2026, uma distinção atribuída apenas às empresas com melhor desempenho em cada setor, com base nos resultados do S&P CSA de 2025. De acordo com a metodologia da S&P Global, a inclusão no Yearbook exige que as empresas se posicionem entre os 15% melhores do seu setor e que obtenham um CSA Score dentro de 30% do líder do setor. No caso da Sonae, o Grupo posicionou-se entre o top 7% das empresas do seu setor (Retailho de Alimentação e

Bens Essenciais). Nesta edição, a S&P Global avaliou mais de 9.200 empresas, das quais 848, distribuídas por 59 setores, foram incluídas.

Do ponto de vista do relatório anual, este resultado é particularmente relevante por três razões. Em primeiro lugar, confirma a capacidade da Sonae de responder de forma consistente a uma avaliação ESG exigente, baseada no setor e altamente comparável. Em segundo lugar, reforça o reconhecimento externo do progresso do Grupo em áreas como a governação ESG, gestão de risco, estratégia climática e práticas na cadeia de valor. Em terceiro lugar, suporta o posicionamento da Sonae junto de investidores e financiadores, num contexto em que o Grupo já apresenta uma parcela significativa de financiamento associada a indicadores ESG.



#### CDP

No ciclo de avaliação do CDP de 2025, a Sonae, a MC e a NOS SGPS foram novamente reconhecidas na A List do CDP para Clima, um dos principais referenciais globais de transparência e desempenho ambiental. Neste contexto, a Sonae alcançou a classificação máxima de A em Alterações Climáticas, tendo igualmente obtido A- em Florestas e A- em Segurança Hídrica. A MC obteve também A- em Florestas e Segurança Hídrica, reforçando a solidez do desempenho ambiental em todo o portefólio.

Este reconhecimento reflete a ambição, consistência e compromisso das equipas do Grupo na promoção de ações concretas e na melhoria contínua da forma como os impactos ambientais são geridos, medidos, divulgados e reduzidos. Reforça igualmente o compromisso da Sonae

em construir um futuro mais sustentável, resiliente e transparente em todas as suas áreas de negócio.

Este resultado posiciona a Sonae ao nível de liderança na avaliação climática do CDP e evidencia também um desempenho sólido nas dimensões de florestas e água. Tendo em conta o alcance global do CDP, a comparabilidade dos seus resultados e o forte reconhecimento junto de investidores e outras partes interessadas, este desempenho assume particular relevância como validação externa da abordagem do Grupo à gestão ambiental.

Do ponto de vista do desempenho, o CDP é especialmente relevante por avaliar a maturidade da governação climática, a qualidade e abrangência da divulgação, a identificação e gestão de riscos e oportunidades relacionados com o clima e, cada vez mais, a credibilidade dos planos de transição e o envolvimento da cadeia de abastecimento. No caso da Sonae, estes resultados são consistentes com a integração das prioridades climáticas e ambientais mais amplas na estratégia de sustentabilidade do Grupo, bem como com o reforço contínuo das metas, dos mecanismos de governação e das ferramentas de gestão associadas.



### Avaliação Global

O desempenho do Grupo noutras avaliações ESG externas, nomeadamente Sustainalytics, MSCI e ISS ESG, é apresentado na tabela abaixo, que fornece uma visão complementar do posicionamento da Sonae em referenciais adicionais de avaliação.

Agência de Rating	Escala de Avaliação	Pontuação 2025	Média da Indústria	Indústria
<b>S&amp;P Global</b>	0 a 100	<b>64</b>	28	Retalho de Alimentação e Bens Essenciais
<b>CDP</b>	D- a A	<b>Clima: A Florestas &amp; Água: A-</b>	Clima: B Florestas & Água: C	Retalho de Conveniência
<b>SUSTAINALYTICS</b>	0 a 40+	<b>22.6 Risco Médio</b>	24.9 Risco Médio	Retalhistas Alimentares
<b>MSCI</b>	CCC a AAA	<b>A</b>	A*	Retalho - Alimentação e Bens Essenciais
<b>ISS ESG</b>	D- a A+	<b>C+</b>	C-*	Retalho

\*Estimado com base na distribuição dos *ratings*, quando não foi divulgada uma média explícita da indústria.

De forma global, os resultados de 2025 reforçam a trajetória da Sonae na integração de critérios ESG na gestão do negócio, na melhoria da transparência perante o mercado e na consolidação de credenciais de sustentabilidade reconhecidas externamente. Estes resultados são igualmente consistentes com o posicionamento estratégico mais amplo da Sonae, incluindo a crescente integração de indicadores ESG na tomada de decisão, no relacionamento com investidores e no financiamento associado a critérios de sustentabilidade.

# Sustainability Accounting Standards Board (SASB)

## SASB Tabela 1 - Retalhistas Alimentares e Distribuidores

Âmbito do relatório: MC

Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
<b>Gestão do Combustível da Frota</b>	Combustível da frota consumido, percentagem de energias renováveis	FB-FR-110a.1	Em 2025, a MC teve um consumo de combustível da frota de 562.510 GJ.
<b>Emissões para o Ar resultantes da Refrigeração</b>	Emissões de âmbito 1 de gases refrigerantes	FB-FR-110b.1	Em 2025, a MC registou um total de 6.525 tCO <sub>2</sub> e de emissões de âmbito 1 de refrigerantes.
	Percentagem de gases refrigerantes consumidos com potencial de destruição da camada de ozono nulo	FB-FR-110b.2	100% dos gases refrigerantes consumidos têm potencial zero de destruição da camada de ozono.
	Taxa média de emissões de gases refrigerantes	FB-FR-110b.3	Em 2025, a taxa média de emissões de refrigerantes foi de 0,41 tCO <sub>2</sub> e/kg.
<b>Gestão da Energia</b>	(1) Consumo de energia operacional, (2) percentagem de eletricidade na rede, (3) percentagem de energia renovável	FB-FR-130a.1	Em 2025, a MC teve um consumo de eletricidade de 2.088.746 GJ, dos quais 57% provinham da rede elétrica e 17% adicionais de fontes renováveis (6% de PPA's — Contratos de Aquisição de Energia — e os restantes 11% de energia renovável produzida).
<b>Gestão do Desperdício Alimentar</b>	(1) Quantidade de resíduos alimentares produzidos, (2) percentagem reorientada para valorização	FB-FR-150a.1	Em 2025, 73% das perdas e desperdício alimentar gerados foram desviados de aterro ou incineração, através de compostagem, digestão anaeróbia, transformação, alimentação animal ou doações.
<b>Segurança da Informação</b>	(1) Número de violações de dados, (2) percentagem de violações de dados envolvendo informações pessoalmente identificáveis, (3) número de clientes afetados	FB-FR-230a.1	Em 2025, a MC registou 0 violações de dados.
	Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar os riscos relacionados com a segurança da informação	FB-FR-230a.2	O processo de gestão de risco da MC segue o <i>COSO Enterprise Risk Management – Integrated Framework</i> , apoiando a identificação de riscos estratégicos e operacionais, incluindo riscos de segurança de dados. O risco cibernético manteve-se um risco crítico em 2025, e a MC continuou a utilizar o quadro de Cibersegurança do NIST para apoiar a sua identificação, avaliação e mitigação. Ao longo do ano, a MC reforçou as suas capacidades de monitorização de cibersegurança e de resposta a incidentes, expandiu a classificação documental para reforçar a proteção de informação sensível e crítica, alargou as suas fontes de inteligência sobre ciberameaças, iniciou um projeto de alinhamento com a Diretiva NIS 2, aderiu ao RH-ISAC e deu continuidade a iniciativas direcionadas de sensibilização para a cibersegurança e de simulação de <i>phishing</i> .
<b>Segurança Alimentar</b>	Taxa de Violação da Segurança Alimentar de Alto Risco	FB-FR-250a.1	Em 2025, a MC registou uma taxa de 0% de violações de alto risco em segurança alimentar.
	(1) Número de recolhas, (2) número de unidades recolhidas, (3) percentagem de unidades recolhidas que são produtos de marca própria	FB-FR-250a.2	Em 2025, a MC registou 11 recolhas de produtos, envolvendo 14.004 unidades recolhidas, tanto de marca própria como de outras marcas. Do total de unidades recolhidas, 44% (6.111 unidades) corresponderam a produtos de marca própria.



Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
Saúde e Produto do Nutrição	Receitas provenientes de produtos rotulados e/ou comercializados para promover atributos nutricionais e de saúde	FB-FR-260a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Discussão de processos de identificação e/ou gestão de produtos e ingredientes relacionados com preocupações nutricionais e de saúde dos consumidores	FB-FR-260a.2	A MC mantém um processo estruturado para identificar e gerir preocupações relacionadas com nutrição e saúde associadas a produtos e ingredientes, aplicado de forma consistente tanto ao desenvolvimento de novos produtos como à revisão de produtos já existentes. Este processo baseia-se em critérios nutricionais internos alinhados com a legislação aplicável e com recomendações nacionais e internacionais, e inclui a avaliação técnica e nutricional das propostas de produto, abrangendo ingredientes, valores nutricionais, alergénios e aditivos, bem como a monitorização contínua do portefólio para apoiar decisões de melhoria, incluindo reformulação e comunicação ao consumidor. Em 2025, este processo manteve-se consistente com os anos anteriores e foi reforçado através da expansão da gama Continente Equilíbrio, com maior enfoque em produtos com benefícios funcionais, mantendo o mesmo quadro interno de avaliação e validação.
Rotulagem de Produtos e Marketing	Número de incidentes de não conformidade com os códigos industriais ou regulamentares de rotulagem e/ou comercialização	FB-FR-270a.1	Em 2025, a MC registou 4 incidentes de incumprimento de códigos de rotulagem ou <i>marketing</i> industriais ou regulamentares.
	Total das perdas monetárias resultantes de processos judiciais associados a práticas de comercialização e/ou rotulagem	FB-FR-270a.2	Em 2025, a MC registou perdas monetárias totais de 6.000 € em resultado de um processo judicial associado a um caso de incumprimento, relacionado com requisitos de conformidade e rastreabilidade de produtos pirotécnicos, em que a MC assumiu o papel de fabricante.
	Receitas provenientes de produtos rotulados como (1) contendo organismos geneticamente modificados (OGM) e (2) não-OGM	FB-FR-270a.3	De acordo com a nossa política interna, a MC não compra produtos contendo organismos geneticamente modificados.
Práticas Laborais	(1) Salário médio por hora e (2) percentual de funcionários em lojas e centros de distribuição que ganham o salário mínimo, por região	FB-FR-310a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Percentagem de trabalhadores ativos abrangidos por convenções coletivas de trabalho	FB-FR-310a.2	Em 2025, 97,7% do total de colaboradores da MC estavam abrangidos por acordos de contratação coletiva através do contrato de trabalho.
	(1) Número de interrupções de trabalho e (2) total de dias perdidos	FB-FR-310a.3	Em 2025, não houve paralisações de trabalho envolvendo 1.000 ou mais trabalhadores, com a duração de um turno completo ou mais; por conseguinte, não se registaram dias de trabalho perdidos em resultado de paralisações.
	Total de perdas monetárias relacionadas a ações judiciais relacionadas a violações de (1) leis trabalhistas e (2) discriminação de funcionários	FB-FR-310a.4	Em 2025, a MC registou 13.221 € em perdas monetárias em resultado de processos judiciais associados a violações da legislação laboral, relacionados com 6 processos administrativos instaurados pela Autoridade para as Condições do Trabalho, sobre contratos a termo, exames médicos, registos de tempo de trabalho, horas extraordinárias e regimes de trabalho flexível. Não foram registadas perdas monetárias relacionadas com discriminação no emprego.

Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
Gestão de Impactos Ambientais e Sociais na Cadeia de Fornecedores	Receitas de produtos certificados, externamente, de acordo com requisitos de sustentabilidade ambiental e/ou social	FB-FR-430a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Porcentagem da receita proveniente de (1) ovos provenientes de um ambiente livre de gaiolas e (2) carne de porco produzida sem a utilização de gaiolas de gestação	FB-FR-430a.2	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Discussão da estratégia de gestão dos riscos ambientais e sociais na Cadeia de Fornecedores, incluindo o bem-estar dos animais	FB-FR-430a.3	A MC gere os riscos ambientais e sociais na sua cadeia de abastecimento, incluindo o bem-estar animal, através do seu processo de avaliação de fornecedores para todos os fornecedores de marca própria. Este processo inclui a verificação anual do cumprimento dos requisitos da MC e incorpora critérios ambientais e sociais na lista de verificação de seleção e qualificação de fornecedores, incluindo práticas sociais e éticas responsáveis. Sempre que são identificadas não conformidades críticas, a MC pode exigir uma auditoria externa específica com base na norma SA8000. Adicionalmente, a avaliação anual de fornecedores da MC incorpora critérios de risco do país de origem, utilizando o Global Food Security Index. No que respeita ao bem-estar animal, a MC exige certificação externa ao abrigo de protocolos de bem-estar animal internacionalmente reconhecidos, incluindo o referencial Welfare Quality e o selo WelfairTM.
	Discussão de estratégias para reduzir o impacto ambiental das embalagens	FB-FR-430a.4	A MC visa uma utilização sustentável do consumo de materiais associados à sua cadeia de valor e operação. Dadas as especificidades do retalho, as embalagens assumem uma dimensão particularmente relevante neste domínio. As embalagens desempenham um papel central no desenvolvimento dos nossos produtos, com impactos importantes na garantia da qualidade e validade dos produtos, assegurando as condições para o correto armazenamento e transporte até às nossas lojas e das lojas para casa dos clientes, para que os produtos possam ser consumidos em segurança. Não obstante a importância das embalagens, e conscientes do impacto associado às suas utilizações únicas, definimos uma abordagem que visa reforçar a aplicação de princípios de ecodesign na conceção de todas as embalagens, privilegiando a utilização dos materiais mais adequados, reduzindo o uso de recursos ao longo da cadeia de valor, minimizando a possibilidade de libertação de componentes das embalagens para o ambiente, facilitando os processos de utilização correta e eliminação por parte do consumidor e procurando que todas as embalagens sejam recicláveis e efetivamente recicladas, numa abordagem Design4Recycling. A MC dispõe de um Manual de Embalagens Sustentáveis e promove formação para colaboradores e fornecedores. O trabalho da MC na área das embalagens sustentáveis tem sido desenvolvido de forma consistente ao longo da última década, com base numa abordagem de melhoria contínua, inovação e aprendizagem. A sua estratégia de sustentabilidade incluía a seguinte meta para embalagens: até 2025, garantir que todas as embalagens MC de marca própria e exclusivas sejam recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis e incorporem 30% de material reciclado. Embora a meta definida em 2019 para alcançar 100% de reciclabilidade das embalagens plásticas de marca própria até 2025 não tenha sido totalmente atingida, este objetivo foi instrumental para mobilizar a organização e reforçar esforços, permitindo à MC alcançar uma taxa de reciclabilidade de 91,5%. Em 2025, comunicámos de forma transparente que a meta não tinha sido atingida e as razões subjacentes, reforçando a ideia de que o caminho para a sustentabilidade é feito de aprendizagem contínua. A mensagem "Falhar foi só o início" reflete o nosso compromisso em continuar a lançar novas iniciativas e a acelerar o progresso. A MC está atualmente a definir e a preparar a sua ambição para os próximos anos, já tendo em conta a implementação do PPWR.

Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
Métricas de Atividade	Número de (1) lojas de retalho e (2) centros de distribuição	FB-FR-000.A	Consultar o Relatório Anual 2025 da MC.
	Área total de (1) lojas de retalho e (2) centros de distribuição	FB-FR-000.B	Consultar o Relatório Anual 2025 da MC.
	Número de veículos da frota comercial	FB-FR-000.C	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Toneladas-quilómetros percorridas	FB-FR-000.D	Informação não consolidada para o reporte de 2025.

## SASB Tabela 2 - Multiline e Especialistas em Retalho e Distribuição

Âmbito do relatório: Worten

Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
<b>Gestão de Energia no Retalho e Distribuição</b>	(1) Energia total consumida, (2) percentagem de eletricidade da rede de distribuição, (3) percentagem de eletricidade proveniente de fontes renováveis	CG-MR-130a.1	Em 2025, a Worten teve um consumo de energia de 166.646 GJ, dos quais 50% provinham da rede elétrica e 35% adicionais foram assegurados através de outras fontes renováveis.
	Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar os riscos relacionados com a segurança dos dados	CG-MR-230a.1	A Worten identifica e aborda os riscos de segurança da informação e dos dados através de uma combinação de medidas técnicas, organizacionais e processuais integradas na sua governação de TI e operacional. A sua abordagem centra-se nos riscos relacionados com a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, tendo em conta a natureza dos dados tratados, a criticidade dos sistemas e os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. A identificação e gestão de riscos são apoiadas por requisitos de <i>security-by-design</i> , identificação contínua de riscos através de inteligência de ameaças, gestão de vulnerabilidades, monitorização de segurança, auditorias e aprendizagem com incidentes, bem como por controlos de acesso, segregação de funções e procedimentos internos para tratamento de dados, utilização de sistemas e gestão de incidentes. Os riscos são avaliados com recurso a uma matriz padronizada de probabilidade e impacto, registados e acompanhados através de sistemas internos, e sujeitos a revisão contínua, ações preventivas e corretivas, e supervisão executiva.
<b>Segurança da Informação</b>	(1) Número de violações de dados, (2) percentagem de violações de dados envolvendo informações pessoalmente identificáveis, (3) número de clientes afetados	CG-MR-230a.2	Em 2025, foram registadas 2.498 violações de dados, 3 das quais substanciais.
	(1) Salário horário médio e (2) percentagem de trabalhadores em lojas que auferem o salário mínimo, por região	CG-MR-310a.1	Em 2025, 3% dos colaboradores de loja e dos centros de distribuição da Worten Portugal e Espanha auferiam o salário mínimo. Não estava disponível informação sobre o salário médio por hora por região.
<b>Práticas Laborais</b>	(1) Taxa de rotatividade voluntária e (2) involuntária para os colaboradores da loja	CG-MR-310a.2	Em 2025, a Worten Portugal e Espanha registou uma taxa de rotatividade voluntária de 22% e uma taxa de rotatividade involuntária de 34% entre os colaboradores de loja e dos centros de distribuição.
	Total de perdas monetárias relacionadas com processos judiciais relacionados com violações do direito do trabalho	CG-MR-310a.3	Em 2025, foram registadas perdas monetárias de 8.920 € relacionadas com processos judiciais relativos a violações da legislação laboral.
<b>Diversidade e Inclusão dos Colaboradores</b>	Percentual de empregados por género e grupo étnico/racial nas categorias profissionais de (1) gerência e (2) todos os outros funcionários	CG-MR-330a.1	Em 31 de dezembro de 2025, a Worten reportou que 27% dos cargos de topo da gestão (Executivos) eram ocupados por mulheres e 73% por homens. Não estava disponível desagregação adicional para gestão executiva, gestão não executiva e outros colaboradores.
	Total das perdas monetárias resultantes de processos judiciais relacionados com a discriminação no trabalho	CG-MR-330a.2	Em 2025, não foram registadas perdas monetárias relacionadas com coimas/processos judiciais por discriminação de trabalhadores.



Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
Aquisição de Produtos, Embalagem e Marketing de Produtos	Receitas de produtos certificados por terceiros de acordo com requisitos de sustentabilidade ambiental e/ou social	CG-MR-410a.1	Em 2025, a Worten não tinha quaisquer produtos certificados com este tipo de certificação.
	Discussão dos processos de análise e gestão dos riscos e/ou perigos relacionados com as substâncias químicas presentes nos produtos	CG-MR-410a.2	Durante a fase de desenvolvimento do produto, a Worten exige aos fornecedores que disponibilizem informação sobre conformidade química para todos os produtos, incluindo declarações e relatórios REACH (Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas) e RoHS. Esta informação é sistematicamente avaliada pela empresa e, em casos de incerteza ou discrepâncias, é validada com parceiros externos para assegurar a rastreabilidade e a conformidade legal para comercialização na União Europeia. As inspeções pré-expedição são realizadas por amostragem e incidem na construção do produto e na verificação dos componentes. As substâncias químicas não são diretamente testadas durante estas inspeções, mas, caso seja identificado qualquer componente (por exemplo, uma peça ou material) que não conste da lista aprovada de materiais ou da lista de construção, os fornecedores são obrigados a apresentar documentação química atualizada e conforme para validação antes da expedição. A disponibilidade e a completude da informação de conformidade química por parte dos fornecedores são um fator-chave na avaliação da viabilidade de lançamento do produto. Os produtos relativamente aos quais não possa ser fornecida informação adequada podem ver o seu lançamento adiado ou não ser aprovados para introdução no mercado, de forma a garantir a conformidade regulamentar e a segurança do consumidor. Todos os dados de conformidade química recolhidos junto dos fornecedores são integrados na documentação técnica e legal do produto, assegurando rastreabilidade e prontidão para auditoria. Este processo garante que os produtos cumprem os requisitos regulamentares, que os riscos químicos são geridos de forma proativa e que mantemos os padrões de segurança e sustentabilidade dos produtos ao longo de toda a cadeia de abastecimento.
	Discussão de estratégias para reduzir o impacto ambiental das embalagens dos produtos	CG-MR-410a.3	Em 2025, o processo de desenvolvimento de produtos de marca própria continuou a centrar-se na redução do impacto ambiental das embalagens, através do reforço do envolvimento dos fornecedores, da otimização dos materiais de embalagem e da melhoria da monitorização da composição das embalagens com base em dados. Esta abordagem é concretizada através da revisão e desenvolvimento de soluções de embalagem para produtos de marca própria que promovem, de forma consistente, a redução de componentes desnecessários, a diminuição do uso de plástico e a adoção de materiais alternativos recicláveis sempre que viável. Uma das principais medidas aplicadas com fornecedores de marcas próprias foi o mapeamento sistemático da composição das embalagens ao nível do produto, combinando informação fornecida pelos fornecedores com verificação interna (incluindo inspeção e pesagem dos componentes da embalagem). Isto permitiu à organização monitorizar de forma mais fiável os tipos de materiais, a reciclabilidade e as quantidades, apoiando a melhoria contínua e a priorização dos esforços de redesenho das embalagens. O design das embalagens foi também avaliado para evitar materiais redundantes, mantendo simultaneamente a proteção do produto e a segurança no transporte. Aquando da introdução de soluções de embalagem alternativas, os benefícios ambientais são avaliados em conjunto com os requisitos de proteção do produto, a capacidade dos fornecedores e a viabilidade económica, assegurando uma transição realista e sustentável para embalagens de menor impacto. Em simultâneo, as medidas de otimização de materiais e de prevenção de resíduos deram prioridade à redução das embalagens plásticas, ao aumento da reciclabilidade e à promoção da utilização de conteúdo reciclado nas soluções de embalagem. Os resíduos relacionados com embalagens continuaram a ser geridos através de operadores de resíduos licenciados para apoiar a reciclagem e a valorização. Dada a natureza operacional destas medidas, as melhorias nas embalagens em 2025 foram concretizadas através de otimização operacional contínua, e não através de uma estratégia formalizada ao nível da empresa com metas definidas.
Métricas de Atividade	Número de (1) lojas de retalho e (2) centros de distribuição	CG-MR-000.A	Em 2025, a Worten tinha 346 lojas e 11 centros de distribuição.
	Área total de (1) lojas de retalho e (2) centros de distribuição	CG-MR-000.B	Em 2025, a área total das lojas Worten era de 180.751 m <sup>2</sup> , sendo 129.306 m <sup>2</sup> referentes aos centros de distribuição.

Nota: O Grupo Worten opera a Worten em Portugal, Espanha continental e Ilhas Canárias, iServices, Zaask e Satfiel.



## Âmbito do relatório: Musti

Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
<b>Gestão de Energia no Retalho e Distribuição</b>	(1) Energia total consumida, (2) percentagem de eletricidade da rede de distribuição, (3) percentagem de eletricidade proveniente de fontes renováveis	CG-MR-130a.1	Em 2025, a Musti teve um consumo de energia de 99.384 GJ, dos quais 83% provinham de fontes renováveis.
<b>Segurança da Informação</b>	Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar os riscos relacionados com a segurança dos dados	CG-MR-230a.1	A gestão e o desenvolvimento da segurança da informação no Grupo Musti baseiam-se no referencial ISO 27001 (ISO/IEC 27001-13), que é seguido sempre que adequado às operações da empresa e justificado pelo negócio. A aplicabilidade dos controlos de segurança da informação é avaliada com base na avaliação de risco.
	(1) Número de violações de dados, (2) percentagem de violações de dados envolvendo informações pessoalmente identificáveis, (3) número de clientes afetados	CG-MR-230a.2	Em 2025, a Musti registou 0 violações de dados.
<b>Práticas Laborais</b>	(1) Salário horário médio e (2) percentagem de trabalhadores em lojas que auferem o salário mínimo, por região	CG-MR-310a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	(1) Taxa de rotatividade voluntária e (2) involuntária para os colaboradores da loja	CG-MR-310a.2	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Total de perdas monetárias relacionadas com processos judiciais relacionados com violações do direito do trabalho	CG-MR-310a.3	Informação não consolidada para o reporte de 2025.



Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
<b>Diversidade e Inclusão dos Colaboradores</b>	Percentual de empregados por gênero e grupo étnico/racial nas categorias profissionais de (1) gerência e (2) todos os outros funcionários	CG-MR-330a.1	Em 31 de dezembro de 2025, a Musti reportou que 50% dos cargos de topo da gestão (Executivos) eram ocupados por mulheres. Não estava disponível desagregação adicional para gestão executiva, gestão não executiva e outros colaboradores.
	Total das perdas monetárias resultantes de processos judiciais relacionados com a discriminação no trabalho	CG-MR-330a.2	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
<b>Aquisição de Produtos, Embalagem e Marketing de Produtos</b>	Receitas de produtos certificados por terceiros de acordo com requisitos de sustentabilidade ambiental e/ou social	CG-MR-410a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Discussão dos processos de análise e gestão dos riscos e/ou perigos relacionados com as substâncias químicas presentes nos produtos	CG-MR-410a.2	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Discussão de estratégias para reduzir o impacto ambiental das embalagens dos produtos	CG-MR-410a.3	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
<b>Métricas de Atividade</b>	Número de (1) lojas de retalho e (2) centros de distribuição	CG-MR-000.A	Em 2025, a Musti operava 497 localizações de retalho e 1 centro de distribuição, correspondente a um armazém central na Suécia.
	Área total de (1) lojas de retalho e (2) centros de distribuição	CG-MR-000.B	Informação não consolidada para o reporte de 2025.



## SASB Tabela 3 - Vestuário, Acessórios e Calçado

Âmbito dos relatórios: Salsa Jeans

Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
Gestão de Produtos Químicos em Produtos	Descrição dos processos para manter a conformidade com os regulamentos de substâncias restritas	CG-AA-250a.1	As marcas de moda da Sonae operam em conformidade com os requisitos estabelecidos pela regulamentação europeia, nomeadamente através do REACH (Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de Substâncias Químicas), no que respeita à gestão e utilização de substâncias químicas nos produtos que desenvolvem, salvaguardando a saúde humana e ambiental, em particular no que diz respeito a substâncias restritas. O cumprimento dos requisitos estabelecidos no REACH reflete-se nas especificações dos fornecedores da Salsa Jeans. Além disso, os fornecedores estão abrangidos por um protocolo estabelecido com a <i>Bureau Veritas</i> , entidade que, de acordo com a nossa seleção, realiza testes químicos em alguns modelos de todos os fornecedores. Acresce que é partilhado com a Salsa Jeans um guia social e ambiental que, entre outros aspetos, descreve as melhores práticas que os fornecedores devem seguir para assegurar que os seus produtos não contêm substâncias restritas.
	Descrição dos processos de avaliação e gestão dos riscos e/ou perigos associados às substâncias químicas presentes nos produtos.	CG-AA-250a.2	As unidades de produção da Salsa Jeans incluem lavandaria, tinturaria e acabamentos especiais. A gestão e análise dos riscos relacionados com a utilização de produtos químicos nos nossos produtos é assegurada de duas formas: a Salsa Jeans garante o cumprimento dos requisitos químicos estabelecidos, exigindo que os seus fornecedores cumpram as especificações; e, na lavandaria da Salsa Jeans, é implementada uma política de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) que define medidas de proteção (EPI) para os colaboradores mais expostos ao risco. A avaliação do risco para os colaboradores é verificada de acordo com a sua exposição aos produtos, ajustando os equipamentos de proteção individual ao posto de trabalho e ao nível de exposição.
Impactos Ambientais na Cadeia de Fornecedores	Percentagem de (1) fornecedores de nível 1 e (2) fornecedores não de nível 1 que estão em conformidade com as licenças de descarga de águas residuais e/ou acordo contratual	CG-AA-430a.1	Em 2025, 6% das instalações de fornecedores Tier 1 estavam em conformidade com licenças de descarga de águas residuais e/ou acordos contratuais, correspondendo a 4 fornecedores Tier 1 com certificação ISO 14001. Não estava disponível informação relativa a fornecedores não Tier 1; no entanto, foram identificados 2 fornecedores não Tier 1 com certificação ISO 14001.
	Percentagem de (1) fornecedores de nível 1 e (2) fornecedores que não sejam de nível 1 que concluíram a avaliação do Módulo Ambiental de Instalação Higg (Higg FEM) da <i>Sustainable Apparel Coalition</i> , ou outra avaliação de indicador ambiental equivalente	CG-AA-430a.2	Em 2025, 1 instalação de fornecedor Tier 1 concluiu a avaliação Higg Facility Environmental Module (Higg FEM) da <i>Sustainable Apparel Coalition</i> , representando 2% das instalações de fornecedores Tier 1. Nenhuma instalação de fornecedores para além do Tier 1 concluiu essa avaliação.



Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
<b>Condições de trabalho na Cadeia de Fornecedores</b>	Percentagem de (1) fornecedores de nível 1 e (2) fornecedores não de nível 1 que foram auditados de acordo com o código de conduta laboral, (3) percentagem do total de auditorias realizadas por um auditor externo.	CG-AA-430b.1	Em 2025, 21 instalações de fornecedores Tier 1 foram auditadas em conformidade com o código de conduta laboral, representando 32% das instalações de fornecedores Tier 1. Não foram auditados fornecedores não Tier 1. Adicionalmente, 100% do total de auditorias foram conduzidas por um auditor externo.
	Taxa de não conformidade prioritária e taxa do número de ações corretivas resultantes de auditorias ao código de conduta de trabalho dos fornecedores.	CG-AA-430b.2	Em 2025, não foram identificadas não conformidades nas auditorias ao código de conduta dos fornecedores, nem resultaram dessas auditorias quaisquer ações corretivas.
	Descrição dos (1) perigos profissionais e (2) dos perigos mais relevantes para o ambiente, a saúde e a segurança na Cadeia de Fornecedores	CG-AA-430b.3	O risco de incumprimento da regulamentação ambiental e de segurança no trabalho é identificado como um risco prioritário no processo de Enterprise Work Risk Management (EWRM) da Salsa Jeans. Atendendo de perto às características da sua cadeia de abastecimento, a marca da Sonae identifica como principais riscos potenciais o recurso a trabalho infantil, o desrespeito pelos limites máximos de horas de trabalho semanais, o incumprimento do salário mínimo e a falha no cumprimento das condições mínimas de saúde e segurança no trabalho. No que respeita aos riscos ambientais, os maiores riscos associados à cadeia de produção da Salsa Jeans são a ausência de tratamento de águas residuais e a utilização de substâncias perigosas acima dos limites definidos no REACH. Quando a empresa audita os seus fornecedores Tier 1, procura garantir que estes cumprem os critérios ambientais e de saúde e segurança. Caso seja identificada alguma não conformidade, é criado um plano de ação para que o fornecedor a corrija dentro do prazo definido.
<b>Aquisição de Matérias-Primas</b>	(1) Lista de matérias-primas prioritárias; para cada matéria-prima prioritária: (2) fator(es) ambiental(ais) ou social(ais) com maior probabilidade de ameaçar o aprovisionamento, (3) discussão dos riscos ou oportunidades de negócio associados a fatores ambientais ou sociais e (4) estratégia de gestão para abordar esses riscos e oportunidades de negócio	CG-AA-440a.3	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	(1) Quantidade de matérias-primas prioritárias adquiridas, por material, e (2) quantidade de cada matéria-prima prioritária certificada de acordo com uma norma ambiental ou social de terceiros, por norma	CG-AA-440a.4	Em 2025, 2% das matérias-primas adquiridas foram certificadas por entidades terceiras de acordo com uma norma de sustentabilidade ambiental e/ou social, correspondendo a 22.939,33 kg de um total de 1.446.134,53 kg. A diminuição face ao valor histórico (24% no caso da Salsa Jeans) explica-se por um refinamento metodológico: anteriormente, o reporte considerava os tecidos certificados disponíveis para utilização no ano de reporte, enquanto a abordagem atual permite reportar ao nível do artigo, refletindo a matéria-prima certificada efetivamente incorporada nos produtos da Salsa Jeans. Não estava disponível desagregação adicional.
<b>Métricas de Atividade</b>	Número de (1) fornecedores de nível 1 e (2) fornecedores além do nível 1.	CG-AA-000.A	Em 2025, a cadeia de abastecimento da Salsa Jeans incluía 66 fornecedores Tier 1, bem como 631 fornecedores para além do Tier 1.



## SASB Tabela 4 - Imobiliário

Âmbito do relatório: Sierra

Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
Gestão de Energia	Cobertura dos dados sobre o consumo de energia em percentagem da área construída total, por subsetor imobiliário	IF-RE-130a.1	Em 2025, o reporte de consumo de energia cobriu 100% do portefólio de negócios da Sierra.
	(1) Energia total consumida por área de carteira com cobertura de dados, (2) percentagem de eletricidade da rede e (3) percentagem de energias renováveis, por subsetor imobiliário	IF-RE-130a.2	Em 2025, a Sierra teve um consumo total de eletricidade de 38.062,36 GJ, relativo ao GliOrsi, ParkLake e ao consumo de escritórios, sendo que aproximadamente 30% da eletricidade consumida provinha da rede e 30% adicionais de fontes renováveis, como contratos de eletricidade verde (23%) e energia renovável produzida (7%).
	Variação homóloga da quota de consumo de energia na área de carteira com cobertura de reporte, por subsetor imobiliário	IF-RE-130a.3	Em 2025, a Sierra reportou um aumento homólogo de 14,30% na proporção do consumo de energia da área do portefólio com cobertura de <i>carryover</i> , refletindo escritórios e ativos com contratos de eletricidade verde.
	Percentagem da carteira elegível com (1) classificação energética e (2) certificação ENERGY STAR, por subsetor imobiliário	IF-RE-130a.4	Em 2025, 100% dos ativos consolidados da Sierra estavam certificados energeticamente. A Sierra ainda não dispõe de certificação ENERGY STAR.
	Descrição de como a gestão do consumo de energia em edifícios é integrada na análise de investimento imobiliário e estratégia operacional	IF-RE-130a.5	A gestão do portefólio imobiliário da Sierra está certificada de acordo com os requisitos da norma ISO 14001 para Sistemas de Gestão Ambiental. As questões relacionadas com a energia estão, por isso, integradas num ciclo de gestão PDCA ( <i>Plan-Do-Check-Act</i> ). Para além das auditorias legalmente exigidas, que variam de país para país, e dos Certificados de Desempenho Energético (EPC), bem como de rotinas de controlo operacional para garantir que os equipamentos funcionam corretamente e durante o tempo previsto, a Sierra define, todos os anos e para cada unidade, as melhorias e os investimentos necessários, estabelecendo metas anuais centradas nessas melhorias. Além disso, são realizadas avaliações com foco na eficiência energética de longo prazo e em metas de neutralidade carbónica, de modo a definir estratégias de longo prazo para os ativos. Os riscos climáticos e as medidas para os minimizar também estão incluídos nessas estratégias de longo prazo.

Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
Gestão da Água	Cobertura dos dados de retirada de água em percentagem de (1) área construída total e (2) área útil em regiões com Stress Hídrico Inicial Alto ou Extremamente Elevado, por subsetor imobiliário	IF-RE-140a.1	Em 2025, a cobertura dos dados de captação de água representou 100% da área bruta locável total e 72% da área bruta locável em regiões com stress hídrico de base elevado ou extremamente elevado.
	(1) Total de água retirada por área de carteira com cobertura de dados e (2) percentagem em regiões com Stress Hídrico de Base Alto ou Extremamente Elevado, por subsetor imobiliário	IF-RE-140a.2	Em 2025, o volume total de água captada nas áreas do portefólio com cobertura de dados ascendeu a 80.724,07 m³. Deste total, 12.443,04 m³, ou 15,41%, foram captados em regiões com stress hídrico de base elevado ou extremamente elevado. Com base na ferramenta de referência <i>Aqueduct do World Resources Institute (WRI)</i> , a Sierra avalia o risco hídrico das suas operações, mapeando a Roménia (classificação do ParkLake: elevada) de acordo com o stress hídrico.
	Variação percentual similar da água retirada para área de portefólio com cobertura de dados, por subsetor imobiliário	IF-RE-140a.3	Em 2025, a Sierra reportou um aumento like-for-like de 11,37% na captação de água para as áreas do portefólio com cobertura de dados.
	Descrição dos riscos de gestão da água e discussão de estratégias e práticas para mitigar esses riscos	IF-RE-140a.4	Os riscos relacionados com a água são avaliados no âmbito das avaliações de riscos e vulnerabilidades associados às alterações climáticas, abrangendo não só o stress hídrico, mas também a seca, o stress de precipitação e as cheias. As recomendações decorrentes desta avaliação abordam os riscos mais significativos em cada ativo. O stress hídrico é sobretudo tratado através de medidas de eficiência hídrica, fortemente assentes na instalação de equipamentos eficientes no uso da água e em infraestruturas de reutilização e reciclagem de água, enquanto o stress de precipitação é mitigado através de sistemas de drenagem devidamente mantidos.



Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
<b>Gestão dos Impactos de Sustentabilidade relacionados com os Inquilinos</b>	(1) Percentagem de novos contratos de arrendamento que contêm uma cláusula de recuperação de custos para melhorias de capital relacionadas com a eficiência na utilização dos recursos e (2) área construída arrendada associada, por subsetor imobiliário	IF-RE-410a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Percentagem de inquilinos que são monitorizados, separadamente, em relação a (1) consumo de electricidade da rede e (2) água retirada, por subsetor imobiliário	IF-RE-410a.2	Os inquilinos ainda não estão a ser monitorizados.
	Discussão da abordagem para medir, incentivar e melhorar os impactos nos inquilinos	IF-RE-410a.3	<p>A Sierra utiliza um sistema central de gestão ESG para monitorizar energia, água, resíduos e outra informação nas áreas sob controlo do senhorio e, sempre que possível, nas áreas dos inquilinos. A empresa formaliza igualmente obrigações de partilha de dados e responsabilidades ESG específicas através de cláusulas ESG nos contratos com os inquilinos, permitindo-lhes monitorizar o seu desempenho em termos de energia, água e resíduos e exigir o cumprimento de práticas ESG definidas. Estas cláusulas ainda não estão presentes em 100% dos contratos, uma vez que são introduzidas aquando da renovação contratual; ainda assim, existe uma meta anual de 100% dos novos contratos assinados com cláusulas ESG, que tem sido atingida todos os anos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Sierra tem metas de redução de emissões de GEE com base científica (alinhadas com a SBTi) que incluem emissões relacionadas com os inquilinos (âmbito 3), integrando, por isso, os impactos dos inquilinos (por exemplo, consumo de energia dos inquilinos e tratamento de resíduos) no inventário de GEE da empresa, assegurando que o desempenho dos inquilinos é uma alavanca direta para alcançar os objetivos globais de descarbonização com base científica da Sierra.</li> <li>• Desenvolve programas de envolvimento e sensibilização com os inquilinos (campanhas de sensibilização, formação, reuniões, etc.) para melhorar as suas práticas em várias áreas (gestão correta de resíduos, eficiência energética, etc.).</li> <li>• Disponibiliza orientações para fit-out e operação dos inquilinos (regulamento do local) para apoiar soluções e operações de menor impacto.</li> <li>• Investe em infraestruturas de gestão de resíduos para melhorar o comportamento dos inquilinos.</li> </ul>
<b>Adaptação às alterações climáticas</b>	Área de propriedades localizadas em áreas de inundações que têm esta característica há 100 anos, por subsetor imobiliário	IF-RE-450a.1	Nenhum dos ativos está localizado em zonas de inundação com esta característica há 100 anos.
	Descrição da análise de risco relacionada com as alterações climáticas, grau de exposição sistemática da carteira e estratégias para mitigar riscos	IF-RE-450a.2	O relatório de 2025 inclui análise da exposição a riscos das alterações climáticas e estratégias de mitigação para os ativos do portefólio, Gli Orsi e ParkLake. Para ambos os ativos, os principais riscos físicos climáticos identificados foram a precipitação intensa, o stress hídrico e, em menor grau, o stress térmico, com impactos financeiros associados ao investimento de capital, aumento dos custos operacionais, seguros, redução das rendas e diminuição das vendas dos inquilinos. Os principais riscos de transição identificados foram requisitos de renovação de edifícios ligados à obsolescência dos EPC, adaptação à mobilidade elétrica e preço do carbono. Foram realizadas avaliações de vulnerabilidade climática para ambos os ativos, com base em documentação ao nível do ativo, dados de desempenho e análise climática, e foram identificadas medidas de adaptação para reduzir a exposição. Para o Gli Orsi, foram identificadas 16 medidas de adaptação e, para o ParkLake, 20 medidas, com custos estimados de implementação entre 1,8 milhões de euros e 2,3 milhões de euros por ativo. Apesar das medidas previstas, a precipitação intensa e o stress hídrico continuam a ser riscos residuais significativos para ambos os ativos.
<b>Métricas de Atividade</b>	Número de ativos, por subsetor imobiliário	IF-RE-000.A	Em 2025, a Sierra tinha 2 ativos integralmente detidos: Gli Orsi e ParkLake.
	Área útil locável, por subsetor imobiliário	IF-RE-000.B	Em 2025, a área bruta locável total ascendia a 156.475,86 m <sup>2</sup> .
	Percentagem de ativos de carteira geridos indiretamente, por subsetor imobiliário	IF-RE-000.C	0% dos ativos do portefólio eram geridos diretamente.
	Taxa média de ocupação, por subsetor imobiliário	IF-RE-000.D	A taxa média de ocupação foi de 87,54%, calculada como a taxa média de ocupação de ambos os ativos, Gli Orsi e ParkLake.

Nota: As informações da Sierra consideram o perímetro de consolidação, incluindo ativos e escritórios de propriedade integral, nomeadamente os centros comerciais Gli Orsi (Itália) e ParkLake (Roménia).

## SASB Tabela 5 - Alimentos Processados

Âmbito do relatório: Gosh! Food

Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
<b>Gestão da Energia</b>	(1) Consumo de energia total, (2) percentagem de eletricidade na rede, (3) percentagem de energia renovável	FB-PF-130a.1	Em 2025, a Gosh! Food reportou um consumo total de energia de 32.261,76 GJ. A percentagem de eletricidade da rede é de 32,5% e a percentagem de energia renovável é de 0,1%.
	(1) Total de água retirada, (2) total de água consumida; percentagem em regiões com Stress Hídrico Elevado ou Extremamente Elevado	FB-PF-140a.1	Em 2025, o volume total de água captada foi de 26.606 m³. Embora as instalações da Gosh! Food estejam localizadas numa região com stress hídrico (de acordo com a Agência Ambiental do Reino Unido), com base em ferramentas globais de avaliação de risco, como o WRI Aqueduct e o WWF Water Risk Filter, a região não é classificada como estando em situação de stress hídrico elevado ou extremamente elevado.
<b>Gestão de Água</b>	Número de incidentes de não conformidade associados a licenças, normas e regulamentos relativos à qualidade da água	FB-PF-140a.2	Em 2025, não foram registados incidentes de incumprimento associados a licenças, normas e regulamentos sobre a qualidade da água.
	Descrição dos riscos de gestão da água e discussão de estratégias e práticas para mitigar esses riscos	FB-PF-140a.3	A Gosh! Food aborda os riscos relacionados com a água através de formação operacional direcionada e ações de sensibilização, com o objetivo de reduzir utilizações ineficientes em processos-chave, apoiando os compromissos do Sistema de Gestão Ambiental e a melhoria contínua.
<b>Segurança Alimentar</b>	Auditoria da Global Food Safety Initiative (GFSI) (1) taxas de não conformidade; (2) taxas de ações corretivas associadas para (a) não conformidades graves e (b) não conformidades menores	FB-PF-250a.1	Em 2025, 100% das não conformidades identificadas em auditorias GFSI foram menores, com uma taxa de ação corretiva de 100% para não conformidades menores e sem registo de não conformidades maiores
	Percentagem de ingredientes provenientes de instalações de fornecedores de nível 1 certificadas por um programa de certificação de segurança alimentar reconhecido pela Global Food Safety Initiative (GFSI)	FB-PF-250a.2	100% dos ingredientes foram adquiridos a instalações de fornecedores Tier 1 certificadas por um programa de certificação de segurança alimentar reconhecido pela GFSI (Gosh! Food).
	(1) Número total de notificações de violação da segurança alimentar recebidas, (2) percentagem corrigida	FB-PF-250a.3	Em 2025, a Gosh! Food, registou 0 notificações recebidas relativas a violações de segurança alimentar.
	(1) Número de recolhas (recalls) emitidas, (2) quantidade total de produtos alimentares recolhidos	FB-PF-250a.4	Em 2025, a Gosh! Food, registou 0 recolhas e um total de 0 produtos alimentares recolhidos.
<b>Saúde e Nutrição</b>	Receitas provenientes de produtos rotulados e/ou comercializados para promover atributos nutricionais e de saúde	FB-PF-260a.1	Em 2025, a Gosh!Food gerou 19.470.896.15 € em receitas provenientes de produtos rotulados ou comercializados para promover atributos de saúde e nutrição.
	Discussão de processos de identificação e/ou gestão de produtos e ingredientes relacionados com preocupações nutricionais e de saúde dos consumidores	FB-PF-260a.2	Informação não consolidada para o reporte de 2025.



Tópico	Métrica	Código SASB	Relatório de 2025
<b>Rotulagem de Produtos e Marketing</b>	Percentagem de impressões publicitárias (1) dirigidas a crianças e (2) dirigidas a crianças que promovem produtos que cumprem as diretrizes alimentares	FB-PF-270a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Receitas provenientes de produtos rotulados como (1) contendo organismos geneticamente modificados (OGM) e (2) não-OGM	FB-PF-270a.2	A Gosh! Food não tem produtos que contenham OGM.
	Número de incidentes de não conformidade com os códigos industriais ou regulamentares de rotulagem e/ou comercialização	FB-PF-270a.3	Em 2025, não foram registados incidentes de incumprimento de códigos de rotulagem ou <i>marketing</i> do setor ou regulamentares
	Total das perdas monetárias resultantes de processos judiciais associados a práticas de comercialização e/ou rotulagem	FB-PF-270a.4	Consequentemente, não foram registadas perdas monetárias em resultado de processos judiciais associados a práticas de rotulagem ou <i>marketing</i> .
<b>Gestão do Ciclo de Vida de Embalagens</b>	(1) Peso total da embalagem, (2) percentagem feita de materiais reciclados ou renováveis e (3) percentagem que é reciclável, reutilizável ou compostável	FB-PF-410a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Discussão de estratégias para reduzir o impacto ambiental das embalagens durante o seu ciclo de vida	FB-PF-410a.2	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
<b>Impactos Ambientais e Sociais da Cadeia de Abastecimento</b>	Percentagem de ingredientes alimentares adquiridos que são certificados por normas ambientais ou sociais de terceiros, e percentagens por norma	FB-PF-430a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Auditoria de responsabilidade social e ambiental dos fornecedores (1) taxa de não conformidade e (2) taxa de ação corretiva associada para (a) não conformidades graves e (b) não conformidades menores	FB-PF-430a.2	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
<b>Fornecimento de Ingredientes</b>	Percentagem de ingredientes alimentares provenientes de regiões com Stress Hídrico Elevado ou Extremamente Elevado	FB-PF-440a.1	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Lista de ingredientes alimentares prioritários e discussão sobre os riscos de abastecimento relacionados com considerações ambientais e sociais	FB-PF-440a.2	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
<b>Métricas de Atividade</b>	Peso dos produtos vendidos	FB-PF-000.A	Informação não consolidada para o reporte de 2025.
	Número de instalações de produção	FB-PF-000.B	Informação não consolidada para o reporte de 2025.

Nota: o reporte SASB de 2025 não inclui informação da empresa Evra.





# Tabela de Conteúdos - Demonstrações não financeiras

O relatório de atividades responde aos requisitos legais impostos pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, publicado em 28 de julho, e pela Lei n.º 11/2018, publicada em 28 de dezembro, conforme se pode ver abaixo.

## Quadro de correspondência ao Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho

Artº. N.º 3 (refere-se ao Art. n.º 66-B e 508-G do CSC):

A demonstração não financeira deve conter informações suficientes para compreender a evolução, o desempenho, a posição e o impacto das suas atividades, relacionadas, pelo menos, com questões ambientais, sociais e relacionadas com os trabalhadores, a igualdade entre homens e mulheres, a não discriminação, o respeito pelos direitos humanos, a luta contra a corrupção e o suborno, incluindo:

Informação	Correspondência no Relatório Integrado	Correspondência ESRS na Declaração de Sustentabilidade
Uma breve descrição do modelo empresarial do grupo	<b>1. Relatório de Gestão</b> 1.2.3 Estratégia 1.2.4 Modelo de criação de valor 1.5.1 Divulgações gerais	<b>ESRS 2</b> BP-1; SBM-1; SBM-3
Uma descrição das políticas seguidas pelo grupo em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados	<b>1. Relatório de Gestão</b> 1.2.3 Estratégia 1.5.1 Divulgações gerais 1.5.2 Informações ambientais 1.5.3 Informações sociais 1.5.4 Informações sobre governação	<b>ESRS 2</b> GOV-4; GOV-5; MDR-P; <b>ESRS E1</b> E1-2 <b>ESRS E3</b> E3-1 <b>ESRS E4</b> E4-2 <b>ESRS E5</b> E5-1 Divulgações nos termos do Artigo 8 do Regulamento Europeu 2020/852 ( <b>Regulamento de Taxonomia</b> )» Salvaguardas Mínimas <b>ESRS S1</b> S1-1 <b>ESRS S2</b> S2-1 <b>ESRS S4</b> S4-1 <b>ESRS G1</b> G1-1
Os resultados dessas políticas	<b>1. Relatório de Gestão</b> 1.2.4 Modelo de criação de valor 1.3.2 Desempenho empresarial 1.5.2 Informações ambientais 1.5.3 Informações sociais 1.5.4 Informações sobre governação	<b>ESRS E1</b> E1-3 <b>ESRS E3</b> E3-2 <b>ESRS E4</b> E4-3 <b>ESRS E5</b> E5-2 <b>ESRS S1</b> S1-4 <b>ESRS S2</b> S2-4 <b>ESRS S4</b> S4-4 <b>ESRS G1</b> G1-3; G1-4



Informação	Correspondência no Relatório Integrado	Correspondência ESRS na Declaração de Sustentabilidade
<p>Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades do grupo, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impacto negativo nesses domínios e a forma como esses riscos são geridos pelo grupo</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b>  <b>1.2.7</b> Gestão dos riscos  <b>1.5.1</b> Divulgações gerais  <b>1.5.2</b> Informações ambientais  <b>1.5.3</b> Informações sociais  <b>1.5.4</b> Informações sobre governação</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade</b>  <b>Parte I.</b> Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário  <b>C.</b> Organização interna  <b>III.</b> Controlo Interno e Gestão de Riscos  <b>53.</b> Identificação e classificação dos principais riscos</p> <p><b>ESRS 2</b> GOV-5; IRO-1  <b>ESRS E1</b> SBM-3  <b>ESRS E4</b> SBM-3  <b>ESRS S1</b> SBM-3; S1-4; S1-5  <b>ESRS S2</b> SBM-3; S2-4; S2-5  <b>ESRS S4</b> SBM-3; S4-4; S4-5  <b>ESRS G1</b> IRO-1</p>
<p>Indicadores-chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b>  <b>1.2.4</b> Modelo de criação de valor  <b>1.3.2</b> Desempenho empresarial  <b>1.5.2</b> Informações ambientais  <b>1.5.3</b> Informações sociais  <b>1.5.4</b> Informações sobre governação</p>	<p><b>ESRS E1</b> E1-3; E1-4; E1-5; E1-6; E1-7; E1-8  <b>ESRS E3</b> E3-2; E3-3; E3-4  <b>ESRS E4</b> E4-3; E4-4; E4-5  <b>ESRS E5</b> E5-2; E5-3; E5-4; E5-5  <b>ESRS S1</b> S1-4; S1-5; S1-6; S1-7; S1-9; S1-10; S1-11; S1-12; S1-13; S1-14; S1-15; S1-16; S1-17  <b>ESRS S2</b> S2-4; S2-5  <b>ESRS S4</b> S4-4; S4-5  <b>ESRS G1</b> G1-3; G1-4</p>
<p>Descrição da política de diversidade aplicada pela empresa relativamente aos seus órgãos de administração e fiscalização, nomeadamente, em termos de idade, sexo, qualificações e antecedentes profissionais, os objetivos desta política de diversificação, a forma como foi aplicada e os resultados no período de referência.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b>  <b>1.2.6</b> Quadro do governo das sociedades  <b>1.5.1</b> Divulgações gerais  <b>1.5.4</b> Informações sobre governação</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade</b>  <b>Parte II:</b> Declaração de conformidade  <b>I.</b> Relação da empresa com os acionistas, as partes interessadas e a comunidade em geral  <b>II.</b> Composição e funcionamento dos órgãos sociais</p> <p><b>ESRS 2</b> GOV-1; GOV-2 • <b>ESRS G1</b> GOV-1</p>



## Tabela de correspondência com a Lei Espanhola 11/2018 de 28 de dezembro

Informação	Correspondência no Relatório Integrado	Correspondência ESRS na Declaração de Sustentabilidade
<p><b>A nível mundial</b> A demonstração consolidada das informações não financeiras deve incluir as informações necessárias para compreender:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>o desenvolvimento,</li> <li>os resultados e a situação do grupo, e</li> <li>o impacto da sua atividade;</li> </ul> <p><b>Em relação a:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>questões ambientais,</li> <li>questões sociais,</li> <li>respeito pelos direitos humanos,</li> <li>luta contra a corrupção e o suborno,</li> </ul> <p>Bem como no que diz respeito aos trabalhadores, incluindo medidas que, se for caso disso, tenham sido adotadas para cumprir o princípio da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a não discriminação e a inclusão das pessoas com deficiência e a acessibilidade universal.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.3</b> Estratégia</p> <p><b>1.2.4</b> Modelo de criação de valor</p> <p><b>1.2.7</b> Gestão dos riscos</p> <p><b>1.3</b> Visão geral do desempenho</p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p> <p><b>1.5.3</b> Informações sociais</p> <p><b>1.5.4</b> Informações sobre governação</p>	<p><b>ESRS 2</b> BP-1; BP-2; GOV-3; GOV-4; SBM-1; SBM-2; SBM-3; IRO-1</p> <p><b>ESRS E1</b> SBM-3; E1-1; E1-3; E1-4; E1-5; E1-6; E1-7; E1-8</p> <p><b>ESRS E3</b> E3-2; E3-3; E3-4</p> <p><b>ESRS E4</b> SBM-3; E4-3; E4-4; E4-5</p> <p><b>ESRS E5</b> E5-2; E5-3; E5-4; E5-5</p> <p><b>ESRS S1</b> SBM-3; S1-2; S1-3; S1-4; S1-5; S1-6; S1-7; S1-9; S1-10; S1-11; S1-12; S1-13; S1-14; S1-15; S1-16; S1-17</p> <p><b>ESRS S2</b> SBM-3; S2-2; S2-3; S2-4; S2-5</p> <p><b>ESRS S4</b> SBM-3; S4-2; S4-3; S4-4; S4-5</p> <p><b>ESRS G1</b> G1-1; G1-3; G1-4</p>
<p><b>Modelo de negócio</b> Breve descrição do modelo de negócio do grupo, que deve incluir:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>O ambiente de negócios,</li> <li>A organização e a estrutura,</li> <li>Os mercados em que opera,</li> <li>Os objetivos e estratégias,</li> <li>Os principais fatores e tendências que podem afetar o seu desenvolvimento futuro.</li> </ol>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.1.1</b> Principais destaques</p> <p><b>1.2.1</b> História</p> <p><b>1.2.3</b> Estratégia</p> <p><b>1.2.4</b> Modelo de criação de valor</p> <p><b>1.2.5</b> Estrutura acionista</p> <p><b>1.2.6</b> Quadro do governo das sociedades</p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p>	<p><b>ESRS 2</b> BP-1; SBM-1; IRO-1</p>
<p><b>Políticas</b> Uma descrição das políticas que o grupo aplica a esses problemas, incluindo:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Procedimentos de diligência devida aplicados à identificação, avaliação, prevenção e mitigação de riscos e impactos significativos.</li> <li>Procedimentos de verificação e controlo, incluindo as medidas que foram adotadas.</li> </ol>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.3</b> Estratégia</p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p> <p><b>1.5.3</b> Informações sociais</p> <p><b>1.5.4</b> Informações sobre governação</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade</b> <b>Parte II: Declaração de conformidade</b></p> <p><b>I. Relação da empresa com os acionistas, as partes interessadas e a comunidade em geral</b></p> <p><b>ESRS 2</b> GOV-4; GOV-5; MDR-P</p> <p><b>ESRS E1</b> E1-2 • <b>ESRS E3</b> E3-1</p> <p><b>ESRS E4</b> E4-2 • <b>ESRS E5</b> E5-1</p> <p>Divulgações nos termos do Artigo 8 do Regulamento Europeu 2020/852 (<b>Regulamento de Taxonomia</b>)» Salvaguardas Mínimas</p> <p><b>ESRS S1</b> S1-1 • <b>ESRS S2</b> S2-1 • <b>ESRS S4</b> S4-1</p> <p><b>ESRS G1</b> G1-1</p>



Informação	Correspondência no Relatório Integrado	Correspondência ESRS na Declaração de Sustentabilidade
<p><b>Resultados das políticas e indicadores-chave de desempenho</b></p> <p>Os resultados dessas políticas, incluindo indicadores-chave de desempenho dos resultados não financeiros relevantes que permitam:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.) O acompanhamento e a avaliação dos progressos e</li> <li>2.) Que favoreçam a comparabilidade entre setores, de acordo com os parâmetros de referência nacionais, europeus ou internacionais utilizados para cada área.</li> </ol>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.4</b> Modelo de criação de valor</p> <p><b>1.3.2</b> Desempenho empresarial</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p> <p><b>1.5.3</b> Informações sociais</p> <p><b>1.5.4</b> Informações sobre governação</p>	<p><b>ESRS E1</b> E1-3; E1-4; E1-5; E1-6; E1-7; E1-8</p> <p><b>ESRS E3</b> E3-2; E3-3; E3-4</p> <p><b>ESRS E4</b> E4-3; E4-4; E4-5</p> <p><b>ESRS E5</b> E5-2; E5-4; E5-5</p> <p><b>ESRS S1</b> S1-4; S1-5; S1-6; S1-7; S1-9; S1-10; S1-11; S1-12; S1-13; S1-14; S1-15; S1-16; S1-17</p> <p><b>ESRS S2</b> S2-4; S2-5 •</p> <p><b>ESRS S4</b> S4-4; S4-5 • <b>ESRS G1</b> G1-3; G1-4</p>
<p><b>Riscos</b></p> <p>Os principais riscos relacionados com estas questões no que diz respeito às atividades do grupo, incluindo, quando relevante, as suas relações comerciais, produtos ou serviços que possam ter efeitos negativos sobre os mesmos, e:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Como o grupo gere estes riscos;</li> <li>• Explicar os procedimentos utilizados para detetar e avaliar riscos, de acordo com as estruturas de referência nacionais, europeias ou internacionais para cada área;</li> <li>• Devem ser incluídas informações sobre os impactos detetados, especificando os principais riscos a curto, médio e longo prazo.</li> </ul>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.7</b> Gestão dos riscos</p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p> <p><b>1.5.3</b> Informações sociais</p> <p><b>1.5.4</b> Informações sobre governação</p> <p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade:</b></p> <p><b>Parte I.</b> Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</p> <p><b>C.</b> Organização interna</p> <p><b>III.</b> Controlo Interno e Gestão de Riscos</p> <p><b>53.</b> Identificação e classificação dos principais riscos</p>	<p><b>ESRS 2</b> GOV-5; IRO-1</p> <p><b>ESRS E1</b> SBM-3</p> <p><b>ESRS E4</b> SBM-3</p> <p><b>ESRS S1</b> SBM-3; S1-4; S1-5</p> <p><b>ESRS S2</b> SBM-3; S2-4; S2-5</p> <p><b>ESRS S4</b> SBM-3; S4-4; S4-5</p> <p><b>ESRS G1</b> IRO-1</p>
<p><b>Indicadores-chave de desempenho</b></p> <p>Principais indicadores de desempenho não financeiro relevantes para a atividade empresarial e que satisfaçam os critérios de comparabilidade, materialidade, relevância e fiabilidade.</p> <p>A fim de permitir a comparação da informação, tanto ao longo do tempo como entre entidades, serão utilizados indicadores-chave não financeiros normalizados que podem ser aplicados de forma generalizada e que cumprem as orientações da Comissão Europeia sobre esta matéria e as normas da iniciativa global de elaboração de relatórios, mencionando no relatório o âmbito nacional, europeu ou internacional utilizado para cada área.</p> <p>Os principais indicadores de resultados não financeiros devem ser aplicados a cada um dos tópicos de informação não financeira.</p> <p>Estes indicadores devem ser úteis, tendo em conta as circunstâncias, e coerentes com os parâmetros utilizados nos seus procedimentos internos de avaliação e gestão dos riscos.</p> <p>Em qualquer caso, as informações apresentadas devem ser exatas, comparáveis e verificáveis.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.4</b> Modelo de criação de valor</p> <p><b>1.3.2</b> Desempenho empresarial</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p> <p><b>1.5.3</b> Informações sociais</p> <p><b>1.5.4</b> Informações sobre governação</p>	<p><b>ESRS E1</b> E1-3; E1-4; E1-5; E1-6; E1-7; E1-8</p> <p><b>ESRS E3</b> E3-2; E3-3; E3-4</p> <p><b>ESRS E4</b> E4-3; E4-4; E4-5</p> <p><b>ESRS E5</b> E5-2; E5-3; E5-4; E5-5</p> <p><b>ESRS S1</b> S1-4; S1-5; S1-6; S1-7; S1-9; S1-10; S1-11; S1-12; S1-13; S1-14; S1-15; S1-16; S1-17</p> <p><b>ESRS S2</b> S2-4; S2-5</p> <p><b>ESRS S4</b> S4-4; S4-5</p> <p><b>ESRS G1</b> G1-3; G1-4</p>

# I. Informação sobre questões ambientais

Informação	Correspondência no Relatório Integrado		Correspondência ESRS na Declaração de Sustentabilidade
<p><b>Ambiente global</b></p> <p>1.) Informações detalhadas sobre os efeitos atuais e possíveis das atividades da empresa no meio ambiente e, quando aplicável, procedimentos de saúde e segurança, avaliação ou certificação ambiental;</p> <p>2.) Recursos dedicados à prevenção de riscos ambientais;</p> <p>3.) A aplicação do princípio da precaução, a quantidade de provisões e garantias para os riscos ambientais.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.3</b> Estratégia</p> <p><b>1.2.4</b> Modelo de criação de valor</p> <p><b>1.2.7</b> Gestão dos riscos</p> <p><b>1.3</b> Visão geral do desempenho</p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade:</b></p> <p><b>Parte I.</b> Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</p> <p><b>C.</b> Organização interna</p> <p><b>III.</b> Controlo Interno e Gestão de Riscos</p> <p><b>53.</b> Identificação e classificação dos principais riscos Riscos Ambientais</p>	<p><b>ESRS 2</b> BP-1; BP-2; GOV-4; SBM-1; SBM-3; IRO-1</p> <p><b>ESRS E1</b> SBM-3; E1-1; E1-3; E1-4; E1-5; E1-6; E1-7; E1-8</p> <p><b>ESRS E3</b> E3-2; E3-3; E3-4</p> <p><b>ESRS E4</b> SBM-3; E4-3; E4-4; E4-5</p> <p><b>ESRS E5</b> E5-2; E5-3; E5-4; E5-5</p>
<p><b>Poluição</b></p> <p>1.) Medidas para prevenir, reduzir ou reparar os danos causados pelas emissões de carbono que afetam gravemente o meio ambiente;</p> <p>2.) Ter em consideração qualquer forma de poluição atmosférica, que seja específica da atividade, incluindo a poluição sonora e luminosa.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p>Nota: Os impactos, riscos e oportunidades relacionados com a poluição foram avaliados através do processo de avaliação da materialidade, envolvendo peritos internos e externos, análise de dados e envolvimento das partes interessadas. Com base nesta avaliação, a poluição E2 foi excluída do âmbito de reporte da Sonae, uma vez que não foram identificadas IRO materiais relacionadas com a poluição. No entanto, as IROs de poluição indireta podem ser ligadas a tópicos de Mudanças Climáticas, Água e Biodiversidade.</p>		<p><b>ESRS 2</b> IRO-1</p>
<p><b><u>Economia circular e gestão e prevenção de resíduos</u></b> [questão material]</p> <p>1.) Economia circular;</p> <p>2.) Resíduos: prevenção, reciclagem, reutilização, outras formas de valorização e eliminação de resíduos; ações de luta contra o desperdício alimentar.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.3</b> Estratégia</p> <p><b>1.2.4</b> Modelo de criação de valor</p> <p><b>1.2.7</b> Gestão dos riscos</p> <p><b>1.3</b> Visão geral do desempenho</p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade:</b></p> <p><b>Parte I.</b> Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</p> <p><b>C.</b> Organização interna</p> <p><b>III.</b> Controlo Interno e Gestão de Riscos</p> <p><b>53.</b> Identificação e classificação dos principais riscos Riscos Ambientais</p>	<p><b>ESRS 2</b> SBM-1; SBM-3; IRO-1</p> <p><b>ESRS E5</b> E5-1; E5-2; E5-3; E5-4; E5-5</p>



Informação	Correspondência no Relatório Integrado		Correspondência ESRS na Declaração de Sustentabilidade
<p><b>Utilização sustentável dos recursos</b> [questão material]</p> <p>1.) Consumo e abastecimento de água de acordo com as restrições locais;</p> <p>2.) Consumo de matérias-primas e as medidas adotadas para melhorar a eficiência de utilização;</p> <p>3.) Consumo de energia, direta e indireta, medidas adotadas para melhorar a eficiência energética e o uso de energias renováveis.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.3</b> Estratégia</p> <p><b>1.3</b> Visão geral do desempenho</p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade:</b></p> <p><b>Parte I.</b> Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</p> <p><b>C.</b> Organização interna</p> <p><b>III.</b> Controle Interno e Gestão de Riscos</p> <p><b>53.</b> Identificação e classificação dos principais riscos Riscos Ambientais</p>	<p><b>ESRS 2</b> SBM-1; SBM-3; IRO-1</p> <p><b>ESRS E1</b> E1-3; E1-5</p> <p><b>ESRS E3</b> E3-2; E3-4</p> <p><b>ESRS E5</b> E5-2; E5-4</p>
<p><b>Alterações climáticas</b> [questão material]</p> <p>1.) Os elementos principais das emissões de gases de efeito estufa liberados como resultado das atividades da empresa, incluindo o uso de bens e serviços que produz;</p> <p>2.) Medidas tomadas para se adaptar às consequências das alterações climáticas;</p> <p>3.) Os objetivos voluntários de redução a médio e longo prazo fixados para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e as medidas implementadas para o conseguir.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.3</b> Estratégia</p> <p><b>1.3</b> Visão geral do desempenho</p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade:</b></p> <p><b>Parte I.</b> Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</p> <p><b>C.</b> Organização interna</p> <p><b>III.</b> Controle Interno e Gestão de Riscos</p> <p><b>53.</b> Identificação e classificação dos principais riscos Riscos Ambientais</p>	<p><b>SRS 2</b> SBM-1; SBM-3; IRO-1</p> <p><b>ESRS E1</b> E1-1; E1-3; E1-4; E1-6</p>
<p><b>Proteção da biodiversidade</b> [questão material]</p> <p>1.) Medidas tomadas para preservar e restaurar a biodiversidade;</p> <p>2.) Impactos causados pelas atividades ou operações em áreas protegidas.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.3</b> Estratégia</p> <p><b>1.3</b> Visão geral do desempenho</p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade:</b></p> <p><b>Parte I.</b> Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</p> <p><b>C.</b> Organização interna</p> <p><b>III.</b> Controle Interno e Gestão de Riscos</p> <p><b>53.</b> Identificação e classificação dos principais riscos Riscos Ambientais</p>	<p><b>ESRS 2</b> SBM-1; SBM-3; IRO-1</p> <p><b>ESRS E4</b> E4-1; E4-3; E4-4; E4-5</p>

## II. Informações sobre questões sociais e relacionadas com os trabalhadores

Informação	Correspondência no Relatório Integrado	Correspondência ESRS na Declaração de Sustentabilidade
<p><b>Emprego</b> [questão material]</p> <p>1.) Número total e distribuição dos empregados por sexo, idade, país e categoria profissional;</p> <p>2.) Número total e distribuição das modalidades de contrato de trabalho;</p> <p>3.) Média anual dos contratos indefinidos, dos contratos temporários e dos contratos a tempo parcial por sexo, idade e categoria profissional;</p> <p>4.) Números de despedimento por sexo, idade e categoria profissional;</p> <p>5.) A remuneração média e a sua evolução desagregada por género, idade e categoria profissional ou igual valor;</p> <p>6.) Diferença salarial, a remuneração de cargos iguais ou médios na empresa;</p> <p>7.) A remuneração média dos gestores e dirigentes, incluindo a remuneração variável, os subsídios, as remunerações, o pagamento a sistemas de previsão de poupanças a longo prazo e qualquer outra situação desagregada por género;</p> <p>8.) Implementação de políticas de desconexão laboral;</p> <p>9.) Funcionários com deficiência.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p>1.2.3 Estratégia</p> <p>1.3 Visão geral do desempenho</p> <p>1.5.1 Divulgações gerais</p> <p>1.5.3 Informações sociais</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade</b></p> <p>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</p> <p>D Remuneração</p> <p>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</p> <p>C. Organização interna</p> <p>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos</p> <p>53. Identificação e classificação dos principais riscos</p> <p>Riscos dos Recursos Humanos</p>
<p><b>Organização dos trabalhos</b></p> <p>1.) Organização do horário de trabalho;</p> <p>2.) Número de horas de ausência;</p> <p>3.) Medidas destinadas a facilitar a licença parental e a incentivar a responsabilidade conjunta de ambos os progenitores.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p>1.5.3 Informações sociais</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade</b></p> <p>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</p> <p>C. Organização interna</p> <p>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos</p> <p>53. Identificação e classificação dos principais riscos</p> <p>Riscos dos Recursos Humanos</p>
<p><b>Saúde e segurança</b></p> <p>1.) Condições de saúde e segurança no trabalho;</p> <p>2.) Acidentes de trabalho, sua frequência e gravidade;</p> <p>3.) Doenças profissionais; desagregada por género.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p>1.5.1 Divulgações gerais</p> <p>1.5.3 Informações sociais</p>	<p><b>2. Relatório de Governo da Sociedade</b></p> <p>Parte I. Estrutura Acionista, Organização e Governo Societário</p> <p>C. Organização interna</p> <p>III. Controlo Interno e Gestão de Riscos</p> <p>53. Identificação e classificação dos principais riscos</p> <p>Riscos dos Recursos Humanos</p>

Informação	Correspondência no Relatório Integrado	Correspondência ESRS na Declaração de Sustentabilidade
<p><b>Relações sociais</b></p> <p>1.) Organização do diálogo social, incluindo procedimentos de informação e consulta do pessoal e de negociação com este;</p> <p>2.) Percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas de trabalho por país;</p> <p>3.) O equilíbrio dos acordos coletivos de trabalho, especialmente no domínio da saúde e segurança no trabalho.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.3</b> Informações sociais</p> <p>Nota: em resultado da dupla avaliação da materialidade, a negociação coletiva foi considerada como não material.</p>	<p><b>ESRS 2</b> SBM-2; IRO-2</p> <p><b>ESRS S1</b> S1-2; S1-3; S1-15</p>
<p><b>Formação</b> [questão material]</p> <p>1.) As políticas implementadas no domínio da formação;</p> <p>2.) Número total de horas de formação por categoria profissional.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.5.3</b> Informações sociais</p>	<p><b>ESRS S1</b> S1-1; S1-4; S1-13</p>
<p>Acessibilidade universal para pessoas com deficiência</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.5.3</b> Informações sociais</p>	<p><b>ESRS S1</b> S1-12</p>
<p><b>Igualdade</b> [questão material]</p> <p>1.) Medidas tomadas para promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres;</p> <p>2.) Planos de igualdade (capítulo iii da Lei Orgânica 3/2007, de 22 de março, para a efetiva igualdade entre mulheres e homens), medidas adotadas para promover o emprego, protocolos contra o assédio sexual e de género, integração e acessibilidade universal para pessoas com deficiência;</p> <p>3.) A política contra todos os tipos de discriminação e, quando apropriado, a gestão da diversidade.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.2.3</b> Estratégia</p> <p><b>1.3</b> Visão geral do desempenho</p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.3</b> Informações sociais</p>	<p><b>ESRS 2</b> SBM-1; MRP-P</p> <p><b>ESRS S1</b> S1-1; S1-3; S1-4; S1-5; S1-9; S1-11; S1-15</p>



### III. Informação sobre o respeito dos direitos humanos

Informação	Correspondência no Relatório Integrado	Correspondência ESRS na Declaração de Sustentabilidade
<p><b>Direitos humanos</b></p> <p>1.) Aplicação dos procedimentos de diligência devida no domínio dos direitos humanos;</p> <p>2.) Prevenção dos riscos de violações dos direitos humanos e, quando apropriado, medidas para mitigar, gerir e reparar possíveis abusos cometidos;</p> <p>3.) Relatórios sobre casos de violações de direitos humanos;</p> <p>4.) Promoção e aplicação das disposições das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho relativas ao respeito pela liberdade de associação e pelo direito à negociação coletiva;</p> <p>5.) A eliminação da discriminação laboral e profissional;</p> <p>6.) A eliminação do trabalho forçado ou obrigatório;</p> <p>7.) A abolição efetiva do trabalho infantil.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.3</b> Informações sociais</p>	<p><b>ESRS 2</b> GOV-4; SBM-1; MRP-P</p> <p><b>ESRS S1</b> S1-1; S1-4; S1-17</p> <p><b>ESRS S2</b> S2-1; S1-2; S2-4</p> <p><b>ESRS S4</b> S4-1; S4-4</p>
<p><b>Corrupção e suborno</b></p> <p>1.) Medidas tomadas para prevenir a corrupção e o suborno;</p> <p>2.) Medidas tomadas para combater o branqueamento de capitais;</p> <p>3.) Contribuições para fundações e entidades sem fins lucrativos.</p>	<p><b>1. Relatório de Gestão</b></p> <p><b>1.5.1</b> Divulgações gerais</p> <p><b>1.5.2</b> Informações ambientais</p> <p><b>1.5.4</b> Informações sobre governação</p>	<p><b>ESRS 2</b> GOV-4; MRP-P</p> <p>Divulgações nos termos do Artigo 8 do Regulamento Europeu 2020/852 <b>(Regulamento de Taxonomia)</b>»</p> <p>Salvaguardas Mínimas</p> <p><b>ESRS G1</b> G1-1; G1-3; G1-4</p>

## IV. Informações sobre questões societais

Informação	Correspondência no Relatório Integrado	Correspondência ESRS na Declaração de Sustentabilidade
<b>O compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável</b> 1.) O impacto da atividade da empresa no emprego e no desenvolvimento local; 2.) O impacto da atividade da empresa na população local e no território; 3.) As relações mantidas com os representantes das comunidades locais e as modalidades de diálogo com elas; 4.) Ações de associação e patrocínio.	<b>1. Relatório de Gestão</b> 1.2.3 Estratégia 1.3 Visão geral do desempenho 1.5.1 Divulgações gerais 1.5.3 Informações sociais	<b>2. Relatório de Governo da Sociedade</b> <b>Parte II: Declaração de conformidade</b> I. Relação da empresa com os acionistas, as partes interessadas e a comunidade em geral
<b>Subcontratados e fornecedores</b> 1.) a inclusão das questões sociais, de igualdade de género e ambientais na política de contratos públicos; 2.) consideração, nas relações com fornecedores e subcontratados, da sua responsabilidade social e ambiental; 3.) sistemas de monitorização e auditoria e seus resultados.	<b>1. Relatório de Gestão</b> 1.2.3 Estratégia 1.3 Visão geral do desempenho 1.5.1 Divulgações gerais 1.5.3 Informações sociais	<b>ESRS 2 SBM-2; SBM-3</b> <b>ESRS S2 SBM-3; S2-2</b> <b>Desenvolvimento das Comunidades</b>
<b>Consumidores</b> 1.) Medidas para a saúde e segurança dos consumidores; 2.) Sistemas de reclamações, reclamações recebidas e sua resolução.	<b>1. Relatório de Gestão</b> 1.2.3 Estratégia 1.3 Visão geral do desempenho 1.5.1 Divulgações gerais 1.5.3 Informações sociais	<b>ESRS 2 GOV-4; SBM-1; SBM-2</b> <b>ESRS S4 S4-2; S4-3; S4-4</b>
<b>Informação fiscal</b> 1.) Benefícios obtidos por país; 2.) Impostos sobre benefícios pagos.	<b>1. Relatório de Gestão</b> 1.5.1 Divulgações gerais 1.5.2 Informações ambientais	<b>ESRS 2 MDR-P</b> Divulgações nos termos do Artigo 8 do Regulamento Europeu 2020/852 ( <b>Regulamento de Taxonomia</b> )» Salvaguardas Mínimas





## Informação Adicional

---

Taxonomia de riscos críticos	484
Glossário	487
Contactos	488

# Taxonomia de riscos críticos

## RISCOS EXTERNOS

### 1. Condições macroeconómicas desfavoráveis | Responsável pelo risco - CFO | Tendência ↗

A deterioração das condições macroeconómicas em que operamos, agravada por conflitos interestatais, pode levar a um crescimento global nulo, ou muito lento, por vários anos, ou a uma contração global (recessão ou depressão), traduzida em falências em massa, crises de dívida pública soberana e de liquidez, redução do poder de compra e da capacidade de investimento, fatores demográficos (perspetivas de emprego mais fracas, aumento do desemprego, estagnação salarial e barreiras persistentes ao acesso a oportunidades económicas), bem como correções em mercados de ativos sobrevalorizados, entre outros. A perda de confiança, que desacelera a produção industrial e as vendas a retalho, poderá afetar o consumo das famílias, criando uma contração económica com impacto adverso direto no desempenho financeiro da empresa.

#### Ações de mitigação:

- Monitorização contínua das condições macroeconómicas e geopolíticas.
- Disponibilização de inteligência estruturada, com análises prospetivas para antecipar alterações macroeconómicas.
- Reforço da posição de liquidez e redução do nível de alavancagem.
- Desenvolvimento de mecanismos de controlo de custos e programas contínuos de eficiência operacional.

### 2. Conflitos interestatais com consequências regionais | Responsável pelo risco - CFO | Tendência ↗

Uma disputa bilateral ou multilateral entre Estados, que evolua para um conflito económico (por exemplo, guerras comerciais ou cambaias, nacionalização de recursos), militar (guerra aberta, guerras civis), social (greves, motins, tiroteios em massa), cibernético (ciberataques a infraestruturas críticas, perturbações no sistema financeiro, espionagem patrocinada pelo Estado) ou outro tipo de conflito, pode criar novas barreiras ao negócio e impactar, negativamente, o acesso ao mercado, a cadeia de abastecimento e a rentabilidade empresarial.

#### Ações de mitigação:

- Monitorização estruturada da evolução geopolítica e dos indicadores de alerta precoce.
- Participação ativa em associações setoriais e internacionais, para obtenção de insights privilegiados e posições coordenadas.
- Diálogo institucional com autoridades europeias e nacionais, sobre questões comerciais, de segurança e digitais.
- Sessões internas regulares sobre riscos regulatórios.
- Contributo para avaliações corporativas de risco, através de análises políticas e geopolíticas.
- Expansão do envolvimento com fóruns europeus e globais, focados na resiliência das cadeias de abastecimento e no risco geopolítico.

### 3. Instabilidade política e disrupção geoeconómica | Responsável pelo risco - CDO | Novo risco em 2025 | Tendência ↗

O aumento da instabilidade política, das políticas protecionistas e da utilização estratégica de instrumentos económicos (por exemplo, sanções, tarifas, controlos à exportação, restrições ao investimento), por parte de Estados ou blocos, pode limitar o acesso aos mercados, distorcer a concorrência e impactar as operações, incluindo a interrupção dos fluxos da cadeia de abastecimento e a expansão internacional. Estas dinâmicas, agravadas pela fragmentação política e pela imprevisibilidade regulatória, podem, também, gerar pressões inflacionistas – aumentando os custos das matérias-primas, da energia e dos bens – o que, por sua vez, afeta o poder de compra dos consumidores, as margens operacionais, o planeamento de investimentos e o crescimento a longo prazo nos mercados-chave.

#### Ações de mitigação:

- Monitorização contínua da evolução política, regulatória e económica.
- Participação ativa da Sonae em associações empresariais nacionais e europeias, para promover um ambiente regulatório estável.
- Diálogo estruturado com reguladores, decisores políticos e instituições públicas.
- Sessões regulares de briefing, sobre riscos políticos para equipas internas e unidades de negócio.
- Contributo para avaliações de impacto regulatório e acompanhamento legislativo nos mercados-chave.
- Reforço da defesa de interesses em plataformas europeias e nacionais sobre comércio, concorrência, alfândegas e previsibilidade regulatória.
- Expansão da monitorização de tendências emergentes de políticas com potencial impacto geoeconómico (fragmentação comercial, política industrial, regulação digital).



## RISCOS DE RECURSOS HUMANOS

### 4. Incapacidade em recrutar e reter talento | Responsável pelo risco - CDO | Tendência =

Operar num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, aliado à ausência de planos de carreira atrativos, estagnação salarial, modelos de trabalho desajustados (remoto vs presencial), presença de nómadas digitais, programas de formação insuficientes e liderança inadequada, pode comprometer a capacidade de recrutar e reter talento. Tal situação pode impactar, negativamente, o envolvimento e a motivação, conduzindo a menor produtividade, maior rotatividade e, em última instância, prejudicando a execução dos objetivos e da estratégia da empresa, a sua competitividade e a capacidade de crescer e desenvolver o negócio.

#### Ações de mitigação:

- Plano estratégico de revisões salariais anuais
- Benchmarking externo regular de compensações
- Avaliações estruturadas de desempenho e potencial
- Iniciativas para promover mais feedback (ex.: feedback 360°)
- Programas específicos de retenção de talento (*Fast Trackers, Top Talent Acceleration Salary*)
- Programas de desenvolvimento de talento (*Sonae Academy, Programa de Desenvolvimento Acelerado, IOP GT*)
- Planeamento de sucessão para a gestão de topo e posições críticas
- *Flex It Up* como forma de flexibilidade laboral e, consequentemente, de atração e retenção de talento
- Inquérito semestral eNPS

## RISCOS TECNOLÓGICOS

### 5. Consequências adversas de IA e Tecnologias de Fronteira | Responsável pelo risco - CDO | Tendência =

Consequências negativas, intencionais ou não, das tecnologias de fronteira (interface cérebro-computador, geoengenharia, biotecnologia, incluindo armas biológicas) e dos avanços da Inteligência Artificial (por exemplo, IA generativa), bem como a falta de literacia em IA, que resulta na utilização deficiente destas ferramentas e, consequentemente, em decisões empresariais erróneas, perda de ética e de propriedade intelectual, podem causar danos humanos (desemprego, deslocação, problemas de saúde), ambientais e económicos.

#### Ações de mitigação:

- Projeto de cumprimento de requisitos do Regulamento da IA, no qual está previsto a implementação de um programa de Inteligência Artificial Responsável.
- Definição do modelo de governo e de medidas técnicas e organizativas, destinadas a promover uma utilização da IA fiável e em conformidade.
- Desenvolvimento de uma ferramenta para avaliação do nível de risco de sistemas de IA, para posterior definição de responsabilidades e obrigações a cumprir.
- Adoção de uma política de utilização responsável de IA, com o objetivo de estabelecer compromissos fundamentais da empresa com o desenvolvimento e utilização da IA, em conformidade com as orientações definidas no Regulamento da IA.
- Disponibilização de canais para que os utilizadores, ou partes afetadas, apresentem preocupações relativamente a decisões tomadas por IA.
- Realização de sessões de formação de IA e sessões individuais (*AI Clinics*), que consideram a sensibilização e a formação dos colaboradores sobre a utilização ética e segura de IA.
- Acompanhamento das orientações emitidas pela Comissão Europeia referentes às diferentes temáticas de IA.
- Participação ativa em fóruns especializados de IA

### 6. Insegurança Cibernética | Responsável pelo risco - CFO | Tendência ↗

Um nível inadequado de proteção dos sistemas de informação por parte da empresa, dos colaboradores ou de terceiros, em resultado direto de medidas ultrapassadas ou obsoletas, de uma postura fraca de cibersegurança, aliada a formação e sensibilização insuficientes, num contexto global de cibercrimes cada vez mais sofisticados e frequentes, e da utilização da Inteligência Artificial (IA), pode causar disrupção operacional, comprometer ou danificar redes e infraestruturas tecnológicas e de informação da entidade, afetar processos críticos do negócio ou violar a privacidade de colaboradores, clientes ou fornecedores, bem como outras informações comerciais, ou propriedade intelectual, com impacto direto na reputação da empresa e na continuidade do negócio.

#### Ações de mitigação:

- Operacionalização de capacidades de *Cyber Threat Intelligence* (CTI) para a identificação proativa de ameaças e execução de análises de vulnerabilidade direcionadas ao risco atual.
- Gestão de Continuidade Operacional, através da realização de exercícios anuais aos planos de continuidade de negócio das atividades críticas, garantindo a eficácia da recuperação em cenários de crise.
- Desenvolvimento de uma política de gestão de risco cibernético de terceiros, avaliando e monitorizando a postura de segurança de fornecedores e parceiros estratégicos.
- Adaptação das nossas políticas e procedimentos de cibersegurança para garantir o cumprimento da legislação aplicável, nomeadamente NIS2, DORA, CRA.
- Desenvolvimento de programas anuais de sensibilização e formação para colaboradores, contribuindo para uma cultura de cibersegurança, e campanhas de sensibilização direcionadas a clientes contribuindo para um incremento do nível de alerta para novas ameaças.
- Realização do plano de auditoria, focado nos riscos e processos críticos, com especial foco na certificação ISO/IEC 27001 e na conformidade com o PCI-DSS.



### 7. Falha na mitigação e adaptação às alterações climáticas | Responsável pelo risco – CFO/CDO | Tendência =

A incapacidade de aplicar, aprovar ou investir em medidas eficazes para adaptação às alterações climáticas (ex.: falta de infraestruturas resilientes ao clima) e mitigação (ex.: economia neutra em carbono, esforços para redução da poluição), bem como para proteger e apoiar as populações ou empresas mais impactadas, pode afetar a imagem e o desempenho financeiro da empresa. Além disso, a falha na adaptação e mitigação das alterações climáticas pode provocar impactos abruptos e severos na saúde do planeta e no bem-estar humano, levando à escassez de alimentos e recursos naturais, causando disrupções na produção.

#### Ações de mitigação:

- O *Sustainability Consulting Group* (SCG) promove uma abordagem transversal, bem como a prossecução de objetivos e metas comuns. O SCG conta com uma task-force tática que trabalha nas 5 principais áreas a abordar, sendo uma delas o CO<sub>2</sub> e as Alterações Climáticas (as emissões são monitorizadas e acompanhadas face ao objetivo de redução).
- Cada negócio definiu as suas metas de redução de CO<sub>2</sub>, alinhadas com a *Science Based Targets Initiative* (cenário de 1,5°C), e desenvolveu um *roadmap* que descreve as principais iniciativas para alcançar essas metas.
- Os Estudos de Reputação, a monitorização de PR, a Ação Climática e a Divulgação (MR, CDP *Climate Change*) acompanham o *feedback* das partes interessadas.
- Cada negócio está a adaptar edifícios existentes e a desenvolver/adquirir novos edifícios que apresentam melhor desempenho, em cenários previstos de alterações climáticas (ex.: LEED).
- Rever o procedimento atual e as ferramentas de suporte, para a avaliação de riscos e oportunidades climáticas, de acordo com as orientações do *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* (TCFD).
- Realizar uma monitorização contínua do consumo de energia e das metas de CO<sub>2</sub>.
- Aumentar a sensibilização interna do grupo, promovendo formação sobre riscos climáticos.

# Glossário

## Área bruta locável (ABL)

Área total de piso disponível para arrendamento a inquilinos.

## Capex

Investimento bruto em ativos fixos tangíveis, intangíveis e investimentos em aquisições. No caso da NOS inclui direitos de uso.

## Capital investido líquido

Dívida líquida + capital próprio.

## Direitos de uso

Responsabilidades com locações no início do contrato ajustado pelos custos iniciais diretos, pagamentos de rendas avançadas e possíveis descontos.

## Dívida líquida

Obrigações + empréstimos bancários + outros empréstimos + suprimentos – caixa - depósitos bancários - investimentos correntes - outras aplicações de longo prazo.

## Dívida líquida financeira

Dívida líquida excluindo suprimentos.

## Dívida líquida total

Dívida líquida + locações.

## EBIT (direto)

EBT direto - resultado financeiro.

## EBITDA

EBITDA subjacente + resultados pelo método de equivalência patrimonial + itens não recorrentes.

## EBITDA subjacente

EBITDA recorrente dos negócios que consolidam pelo método de consolidação integral.

## LfL: vendas no universo comparável de lojas

Vendas realizadas em lojas omnicanal que funcionaram nas mesmas condições, nos dois períodos. Exclui lojas abertas, fechadas ou sujeitas a obras de remodelação consideráveis num dos períodos.

## Loan-to-value (LTV) – holding

Dívida líquida da *holding* (média normalizada) / (NAV do portefólio de investimento + Dívida líquida da *holding* (média normalizada)). Para o cálculo do LTV, a dívida líquida é ajustada para refletir de forma mais rigorosa a dinâmica dos fluxos de caixa subjacentes: os fluxos de caixa operacionais são considerados como a média dos últimos quatro trimestres, de forma a neutralizar a sazonalidade, enquanto os eventos de caixa não operacionais são reconhecidos na totalidade no trimestre em que ocorrem.

## Loan-to-value (LTV) – Sierra

Dívida total / (propriedades de investimento + propriedades em desenvolvimento), numa base proporcional.

## Margem EBITDA

EBITDA / volume de negócios.

## Margem EBITDA subjacente

EBITDA subjacente/ volume de negócios.

## NAV (Valor de ativo líquido) INREV Sierra

Valor de mercado atribuível à Sierra - dívida líquida - interesses sem controlo + impostos diferidos passivos.

## NAV do portefólio de investimento

Valor de mercado de cada um dos negócios – dívida líquida média normalizada – minoritários (valor contabilístico). O NAV da Sonae é baseado em referenciais de mercado, como múltiplos de empresas comparáveis, avaliações externas, rondas de financiamento e capitalizações bolsistas. Os métodos de avaliação e os detalhes por unidade de negócio estão disponíveis no *Kit* do Investidor da Sonae em [www.sonae.pt](http://www.sonae.pt).

## OMV (Valor de mercado)

Justo valor dos ativos imobiliários em funcionamento (% de detenção), avaliado por entidades independentes internacionais e valor contabilístico das propriedades em desenvolvimento (% de detenção).

## Outros empréstimos

Inclui obrigações e derivados.

## Passivo de locação

Valor líquido presente de pagamentos para uso de ativos.

## Propriedades de investimento

Valor dos centros comerciais em operação detidos e co-detidos pela Sierra.

## Rácio *cash-on-cash*

Valor de saída de um investimento a dividir pelo investimento inicial.

## Resultado direto

Resultado do período antes de interesses sem controlo, excluindo contributos para os resultados indiretos.

## Resultado indireto

Inclui os resultados da Sierra, líquidos de impostos, relativos a i) avaliação de propriedades de investimento de subsidiárias e a quota parte de associadas e empreendimentos conjuntos; (ii) ganhos (perdas) registados com a alienação de investimentos financeiros, *joint-ventures* ou associadas; (iii) perdas por imparidade referentes a ativos não correntes (incluindo *goodwill*) e (iv) provisões para ativos de risco. Adicionalmente e no que se refere ao restante portefólio da Sonae, incorpora: (i) imparidades em ativos imobiliários de retalho, (ii) reduções no *goodwill*, (iii) *goodwill* negativo (líquido de impostos) relativo a aquisições do período, (iv) provisões (líquidas de impostos) para possíveis passivos futuros, e imparidades relacionadas com investimentos financeiros *non-core*, negócios, ativos que foram descontinuados (ou em processo de ser descontinuados/reposicionados); (v) resultados de avaliações com base na metodologia *mark-to-market* de outros investimentos correntes que serão vendidos ou trocados num futuro próximo e de outros rendimentos subjacentes (incluindo dividendos); e (v) outros temas não relevantes.

## Retorno total acionista

Resultado líquido da variação do preço das ações + dividendos recebidos, num dado período.

## RoIC (Retorno sobre capital investido)

EBIT proporcional dos últimos 4 trimestres (com as mais valias de vendas de ativos da Sierra e da Bright Pixel a custo histórico) / média do capital investido líquido proporcional no mesmo período (incluindo o capital investido da Sierra e da Bright Pixel a custo histórico). O proporcional é calculado com base na participação que a Sonae detém em cada subsidiária.



## Contactos

### Contactos para os Investidores

Vera Bastos

Diretora de Relação com Investidores

[investor.relations@sonae.pt](mailto:investor.relations@sonae.pt) / [vcbastos@sonae.pt](mailto:vcbastos@sonae.pt)

+351 22 010 4794

### Contactos para os Media

Maria João Oliveira

Comunicação Externa

[majoliveira@sonae.pt](mailto:majoliveira@sonae.pt)

+351 22 010 4000

### Sonae

Lugar do Espido Via Norte

4471-909 Maia, Portugal

+351 22 948 7522

[www.sonae.pt](http://www.sonae.pt)

## ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são meras indicações, não devendo ser interpretados como factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, indústria, da concorrência e nas condições económicas. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projeta”, “pretende”, “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os destinatários deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados, subentendidos ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos os destinatários são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. A Sonae não assume nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.







Sonda